

25 de Abril 25º Aniversário
Discursos Parlamentares

25 de Abril

Discursos Parlamentares
25.º aniversário

25 de Abril
Discursos Parlamentares
25.º aniversário

EDIÇÃO

Assembleia da República – Direcção de Serviços
de Documentação e Informação/Divisão de Edições

DESIGN

Atelier Henrique Cayatte

COLABORAÇÃO

Filipa Pias

EXECUÇÃO GRÁFICA

Critério – Produção Gráfica, Lda.
Norprint, SA

TIRAGEM

1000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

136771/99

25 de Abril de 1999

ISBN

972-556-246-1

25 de Abril
Discursos Parlamentares
25.º aniversário



Comemorar Abril é reviver a alegria do reencontro de Portugal com a Liberdade!

António de Almeida Santos
Presidente da Assembleia da República

Ao assinalar o 25.º aniversário da revolução do 25 de Abril de 1974, a Assembleia da República decidiu compilar e dar à estampa os discursos parlamentares proferidos nas sessões solenes com que comemorou, ao longo deste quarto de século, aquela data.

São 150 discursos, ideologicamente tão ricos como a própria composição da Assembleia da República o foi ao longo das Legislaturas. São 150 discursos que, ao fazer a interpretação de factos históricos e mostrando a perspectiva política dos seus autores, são eles próprios documentos da nossa história recente.

A publicação destes textos, que apenas se encontravam disponíveis no *Diário da Assembleia da República* e que pela primeira vez se reúnem, permitirá aos estudiosos e investigadores, de uma forma fácil, a sua consulta e análise.

A separar os discursos parlamentares referentes a cada sessão, utilizou-se iconografia ligada às comemorações, recolhida junto de instituições que se têm preocupado em preservar a nossa memória colectiva, às quais se agradece desde já. Esta iconografia nem sempre tem tido a divulgação devida, embora alguma seja assinada por grandes nomes das artes plásticas contemporâneas.

Quis ainda a Assembleia da República que este livro, de uma forma simbólica, fosse a primeira edição parlamentar a estar inteiramente disponível, electronicamente, na sua “página *Internet*”.

A Assembleia da República dá assim mais um passo na criação e desenvolvimento de um património cultural digitalizado, tal como é apontado no *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal*.

Pode assim esta edição ser consultada, copiada ou impressa, na morada <http://www.parlamento.pt> a partir do dia 25 de Abril de 1999.





Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1977

Oradores

Acácio Barreiros
União Democrática Popular

Octávio Pato
Partido Comunista Português

Sá Machado
Partido do Centro Democrático Social

Barbosa de Melo
Partido Social Democrata

Salgado Zenha
Partido Socialista

Vasco da Gama Fernandes
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Está aberta a sessão.(...) Tem a palavra o representante da União Democrática Popular.



O Sr. Acácio Barreiros (UDP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Povo Trabalhador de Portugal: Aqui saudamos entusiasticamente o 25 de Abril!

Há três anos atrás, debaixo da nobre iniciativa dos capitães de Abril e sob o gigantesco impulso dos trabalhadores portugueses, o fascismo caiu com todo o seu rol de misérias e sofrimentos para o Povo, com as suas torturas e os seus campos de concentração, a sua guerra criminosa e assassina. Nas lágrimas da sua alegria, no calor das suas esperanças mil vezes renovadas, no vigor da sua vontade temperada em longos anos de resistência e luta antifascista, o povo português levantou ainda mais alto as suas gloriosas bandeiras de liberdade.

Aqui recordamos e saudamos os mártires e heróis da luta antifascista que foram semeando com o seu sangue generoso o próprio 25 de Abril e se tornaram os próprios símbolos da luta de um povo que jamais foi vergado pelos mais ferozes crimes da ditadura: Humberto Delgado, Bento Gonçalves, Catarina Eufémia, Alfredo Dinis, Militão Ribeiro, José Gregório e tantos outros são marcos bem sólidos da própria liberdade.

Aqui saudamos os generosos capitães de Abril cujo gesto merece a profunda gratidão do povo português e de todas as forças democráticas e progressistas. E, saudando os soldados e oficiais que saíram à rua nessa madrugada de há três anos, consideramos da mais elementar justiça destacar o cérebro militar desse golpe revolucionário, o major Otelo Saraiva de Carvalho.

Mas saudar o 25 de Abril é sobretudo saber corresponder às amplas exigências democráticas e patrióticas do nosso povo. É saber estar à altura das transformações revolucionárias a que a queda da ditadura fascista abriu caminho. Nestes três anos o povo português realizou algumas das suas aspirações vitais, conquistou direitos fundamentais. Contra todos os obstáculos tem-nos defendido com todas as forças e mostra-se disposto a não abdicar do seu direito à liberdade e a uma vida melhor. Mas também nestes três anos viu ameaçadas as liberdades e compreendeu que não bastava cortar o fascismo pela rama. É preciso arrancá-lo até às raízes. Tentaram convencer o povo que os monopolistas e os latifundiários, o próprio imperialismo tinham um papel positivo a

desempenhar no Portugal pós-25 de Abril. Tentaram prolongar a criminosa guerra colonial. Deixaram crescer livremente a imprensa fascista que diariamente calunia as liberdades.

E quais foram as consequências de tudo isto?

Por duas vezes os fascistas aproveitaram as facilidades que lhes deram para lançar golpes criminosos e sangrentos contra o povo. Todos os dias pela sabotagem económica, pelas bombas, pela calúnia, apoiados pelo imperialismo e pelo grande capital foram fazendo perigar as liberdades e ganhando terreno para os seus sinistros objectivos.

No 28 de Setembro e sobretudo no 11 de Março, o povo compreendeu, que eram a conciliação e a vacilação perante as ameaças reaccionárias que fomentavam o perigo do fascismo e não a luta revolucionária das massas e a repressão sobre os inimigos da liberdade, como pretendiam os conciliadores e os vacilantes. Em grandiosas jornadas de luta o povo impôs o fim da guerra dando o braço à luta dos povos das ex-colónias, impôs a nacionalização de importantes sectores da economia varrendo para fora da nossa pátria os Champalimaud, os Melos e outros tubarões fascistas.

No Alentejo dezenas de milhares de trabalhadores lançavam-se nas ocupações de terras, terminando, com a exploração dos latifundiários e resistindo, depois, à sabotagem, aos ataques organizados por bandos fascistas, aos incêndios das searas. É esta experiência que dá força ao proletariado alentejano para resistir ao cerco económico, às investidas armadas da GNR, ao isolamento político do capitalismo e do imperialismo que lhe procuram impor. O proletariado alentejano não quer voltar e não voltará aos negros anos da exploração e da fome. Nas empresas os trabalhadores lutaram contra os sabotadores fascistas e impuseram o seu saneamento.

Quando hoje se fala em desagregação e indisciplina nas forças armadas, é preciso não esquecer que estas e o próprio MFA não podiam ficar indiferentes a tão profundas convulsões na sociedade portuguesa. Os oficiais fascistas, com Spínola à cabeça, procuravam virar as armas dos soldados contra o povo, no entanto, os oficiais progressistas, sobretudo a grande maioria dos soldados recusavam-se a disparar sobre o povo e punham-se a seu lado para levar o 25 de Abril adiante. Nos CTT, na TAP, na Lisnave, os oficiais mandaram os soldados disparar sobre o povo, mas estes recusaram e o 25 de Abril saiu mais forte.

Aqueles que hoje atacam as nacionalizações, o saneamento dos fascistas, as ocupações e a Reforma Agrária, e a luta dos moradores pobres, é o próprio 25 de Abril que estão a atacar. A própria experiência da vida mostrou que para o povo ser livre é preciso reprimir os fascistas e para que o fascismo não volte mais é preciso que se destruam os seus pilares fundamentais: o imperialismo, o grande capital e os latifundiários.

Hoje, três anos após o 25 de Abril, é precioso que os trabalhadores e as forças democráticas não se iludam. A ditadura fascista foi derrubada mas o fascismo não desistiu de recuperar as posições perdidas, de ameaçar as liberdades e as conquistas revolucionárias do 25 de Abril. A classe operária e, sobretudo, os operários das grandes fábricas têm a responsabilidade de encarar com firmeza a situação actual e no dia de hoje e no próximo 1º de Maio levantar com firmeza as bandeiras de luta do povo e apontar uma direcção de luta clara que permita unir os trabalhadores e as mais amplas forças democráticas em vez de as deixar perder na vacilação, no medo da luta e na divisão.

O 25 de Novembro trouxe profundas alterações nas condições de luta e vida do povo. Contra todos os que pretendem fazer crer ao povo que o golpe de 25 de Novembro continuou de novo o 25 de Abril, as evidências vieram mostrar, conforme sempre afirmou a UDP, que o 25 de Novembro tornou-se a abertura para a recuperação capitalista. Foi na prática um golpe sobre o movimento popular, desde há muito tentado pelo grande capital e pelo imperialismo. Não será que os pides conseguiram a liberdade e hoje são ilibados e até elogiados em julgamentos que constituem um autêntico insulto à consciência democrática do nosso povo e aos próprios mártires da luta antifascista?

Não será verdade que a política de hoje vai sendo feita cada vez mais sem o povo e cada vez mais contra o povo? Se, como alguns dizem, o 25 de Novembro retomou a verdade do 25 de Abril, como se explica que a política de hoje assenta cada vez mais na acção da GNR e da PSP, quando é certo que estas forças foram os últimos sustentáculos do regime fascista e tiveram participação activa nos golpes fascistas do 28 Setembro e do 11 de Março?

A UDP alerta seriamente todos os democratas para o perigo de se colocarem em movimento contra o povo as pesadas máquinas repressivas. A selvática repressão levada a cabo na Madeira pela PSP local a mando do Governo Regional não pode deixar de merecer o mais vivo repúdio e indignação por parte de todo o homem honesto e livre e mostra bem por que é que certas forças ficam tão satisfeitas por verem grandes aparatos policiais a serem enviados contra os trabalhadores. O que elas querem não é uma ordem qualquer: querem a ordem do 24 de Abril; querem o exemplo do Funchal.

As condições de vida e de trabalho do nosso povo não têm deixado de piorar. O Governo pede mais e mais sacrifícios. Falsa e demagogicamente atiram-se as culpas para cima dos operários da cidade e do Alentejo, como se fossem as suas reivindicações que arruinassem a economia. Mas quem é que nós vemos engordar com esta situação? — são os grandes capitalistas, os intermediários e os especuladores, para os quais, é preciso que se diga, não há crise nenhuma, e estão cada vez mais ricos, como toda a gente pode ver.

São os grandes capitalistas sabotadores, que fugiram com milhares de contos, fizeram milhares de falcatruas, e hoje regressam, são indemnizados e ainda recebem uma medalha de heróis da chamada resistência antigonçalvista. São os imperialistas que recebem chorudas indemnizações, vêem o seu dinheiro valorizado, pela desvalorização do nosso escudo, impõem-nos empréstimos ruinosos, interferem a torto e a direito na nossa política interna, chegando o embaixador da Inglaterra ao cúmulo de aparecer a dizer publicamente que ou se muda a lei dos despedimentos ou então não há investimentos ingleses.

Querem convencer o povo de que é sobretudo com o auxílio do imperialismo europeu e americano que vamos salvar a economia. Mas o povo sabe que esses senhores se fartavam de investir antes do 25 de Abril, mas depois de conquistadas as liberdades e quando os trabalhadores exigiam justos aumentos de salários eles trataram de fechar as fábricas e foram-se embora. E se hoje voltam a mostrar-se muito nossos amigos, é porque estarão a obter garantias de que voltarão a investir em condições semelhantes às do 24 de Abril, podendo elevar os preços à vontade e fazer despedimentos quando quiserem, como exigiu o embaixador inglês. Mas não são só vantagens económicas que os imperialistas procuram. Eles querem continuar a usar o nosso povo como base militar para atacar outros povos e o nosso próprio país. A UDP aqui reafirma que é incompatível com a construção de uma pátria livre e socialista continuarmos a permitir que os exércitos imperialistas continuem na nossa terra e os Açores continuem a ser um porta-aviões americano.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — A política, depois do 25 de Novembro, apresentou-se como indo favorecer os camponeses do Norte e do Centro. Mas o que vemos nós? Os caciques fascistas mantêm os seus privilégios, os intermediários continuam a praticar preços de miséria, os adubos e as rações sobem os seus preços e o crédito agrícola fica-se pelas promessas dos Ministros. E o povo mais pobre dos campos, os camponeses, rendeiros, vêem o Governo, sob pressão da CAP, preparar-se para rasgar o único bem que o 25 de Abril lhes trouxe: a lei do arrendamento rural. E os assalariados agrícolas do Norte e do Centro têm visto como os caciques fascistas, que se diziam os grandes defensores do campo, os atacam ferozmente procurando impedir que os sindicatos agrícolas se consolidem e se organizem os trabalhadores do campo.

A UDP já desafiou várias vezes qualquer dirigente político a demonstrar em que é que os interesses dos grandes capitalistas e agrários, dos grandes intermediários e do imperialismo foram prejudicados ultimamente em favor dos trabalhadores, a não ser através das lutas conduzidas pelos próprios trabalhadores. Através

da política actual, os ricos estão a ficar cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Esta não é a política da UDP, esta não é a política do 25 de Abril. E em nome desta política veio falando-se ultimamente do pacto social. Que pacto é esse?

Nestas condições e ao serviço da política actual, esse pacto surge como tentativa de abrandar ou mesmo paralisar as lutas dos trabalhadores.

A UDP alerta todos os trabalhadores e todos os democratas deste país para o verdadeiro significado desta proposta.

Acceptar o pacto social seria pedir aos operários da Guérin, da Mondorel, da Tomé Feteira, da Auto-Reconstrutora e de tantas outras que aceitassem docilmente o regresso dos patrões sabotadores que levaram a empresa à ruína, esquecendo os esforços e canseiras com que os operários as mantiveram de pé até agora.

Acceptar o pacto social seria pedir aos proletários agrícolas do Alentejo que entregassem sem delongas terras ocupadas aos latifundiários fascistas.

Acceptar o pacto social seria pedir ao povo português que aceitasse sem protesto a hipoteca do País ao imperialismo.

Acceptar o pacto social seria, enfim, pedir aos trabalhadores, aos democratas e progressistas que assistissem de braços cruzados aos sistemáticos atropelos da Constituição, como recentemente aconteceu em relação aos trabalhadores da função pública.

Mas não é esse o pacto que o povo quer!

O povo português não quer a anarquia e o caos, pois o que pretende é ter a certeza de que o esforço do seu trabalho serve para edificar a pátria livre e socialista por que luta. Por isso nós dizemos, baseados na experiência destes três anos, que a única política capaz de galvanizar o povo de Norte a Sul, no continente e ilhas assenta em três pontos fundamentais:

Os ricos que paguem a crise;
Para que o povo seja livre há que reprimir os fascistas;
Imperialistas fora de Portugal.

O que o povo quer é que os intermediários parasitas e especuladores sejam varridos para que os preços não continuem a subir esmagando os pobres.

O que o povo quer é uma política contra os monopolistas e latifundiários, sem indemnizações e sem direitos de reserva.

É preciso dizer aqui que se este Governo tivesse a mínima intenção

de não atirar a crise para cima dos pobres, mesmo estando de acordo como está com as indemnizações, teria toda a autoridade moral e política para se recusar a pagar as indemnizações, porque o povo está a viver com muitas dificuldades e estamos em crise.

O que o povo quer é uma política que castigue os fascistas pelos seus crimes, castigue os pides, reprima severamente os hombistas e cale a imprensa fascista. Os fascistas não têm direito à palavra. Nós entendemos, apesar de todas as dificuldades, que é possível defender o 25 de Abril e levá-lo até à pátria socialista e livre a que todos os trabalhadores aspiram. É possível encontrar a convergência de forças e a unidade capaz de levar o povo ao Governo que o povo quer: ao Governo do 25 de Abril do Povo. Para isso é preciso que a classe operária, com o sentido da sua responsabilidade, se saiba unir em torno de objectivos de luta de todo o povo, defendendo a unidade e sabendo levar com firmeza a luta adiante. Nas fábricas tem de ser isolada implacavelmente a política cunhalista que semeia o medo de lutar, a vacilação e a divisão. Os contratos colectivos de trabalho têm de sair cá para fora! O 1º de Maio tem de ser uma jornada de luta. As superiores aspirações da classe operária não podem ser vendidas por um qualquer pacto social, como os cunhalistas fizeram com a unicidade sindical. A política de duas caras não é a política da classe operária. Da mesma maneira que propagandearam a sua «maioria de esquerda» e depois a abandonaram, os cunhalistas abandonarão sucessivamente todas as bandeiras políticas que levantam, porque são bandeiras esfarrapadas, porque são resultado de uma política que se arrasta atrás das exigências da burguesia. Não pode ser um partido da classe operária aquele partido que não é capaz de segurar com firmeza proletária as suas próprias bandeiras de luta.

O grande comício do PCP (Reconstruído) no Campo Pequeno é a prova de que hoje já existe um verdadeiro partido comunista, combativo, proletário e capaz de respeitar as restantes forças democráticas. Essa força que nos faltou há três anos é uma grande garantia de que hoje as condições estão mais maduras para levar o 25 de Abril para diante.

Aqui deixamos o apelo a todos os democratas para que saibam vencer o sectarismo e seguramente conseguiremos encontrar, apoiados na luta do povo, com o impulso firme da classe operária, os caminhos da unidade e da luta que levem de facto o 25 de Abril para diante nas mãos do povo, que é para quem foi feito.

O Sr. Presidente: – Dou a palavra a um representante do Partido Comunista Português.



O Sr. Octávio Pato (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Comemoramos hoje com profunda alegria e legítimo orgulho a libertação da nossa pátria da odiosa ditadura fascista. Comemoramos hoje, sem sombra de dúvida, um dos maiores acontecimentos em toda a história do povo português: a conquista da liberdade.

No momento em que a revolução portuguesa completa três anos é de inteira e absoluta justiça que, com renovada emoção, saudemos desta tribuna os heróicos capitães de Abril; os valorosos militares do 25 de Abril, a quem cabe o mérito irrecusável de, com o levantamento militar daquela madrugada histórica, terem aberto decisivamente o caminho para a conquista da liberdade e da paz na nossa pátria, pelo que ganharam merecidamente lugar definitivo no coração de todos os portugueses amantes da liberdade.

Prestamos sentida homenagem e expressamos profunda gratidão a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas, que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, pleno de heroísmo e de sacrifícios sem conta, empenharam todas as suas forças e energias, muitos enfrentando as torturas e sacrificando até a própria vida, para que a bandeira da liberdade pudesse um dia ondular na terra portuguesa.

A uns e a outros, aos militares patriotas e às forças da resistência ao fascismo, deve o povo português, em parte essencial, o 25 de Abril. Hoje, três anos passados, importa saudar, não só os militares obreiros do 25 de Abril, mas importa também saudar todos os militares que depois se identificaram com o seu espírito e com os objectivos da revolução portuguesa. Importa saudar não apenas os mais destacados e activos resistentes ao fascismo, mas também muitos outros milhares de portugueses que, abertas as portas da liberdade, vieram também à luta. Uns e outros integram as forças imensas que, unidas, podem assegurar o feliz prosseguimento da democracia portuguesa.

Celebramos hoje o 25 de Abril através da presença do Presidente da República, dos militares do Conselho da Revolução, do Governo e da voz dos Deputados presentes nesta reunião solene da Assembleia da República, Órgão de Soberania do regime

democrático consagrado na Constituição e conquistado pelo povo português através da Revolução de Abril.

A data para sempre gloriosa do 25 de Abril é hoje igualmente comemorada pelas forças armadas e pelo povo português que nas ruas e nas praças de Portugal afirma a sua determinação de defender as liberdades e todas as grandes conquistas democráticas. Conscientes de que o 25 de Abril não pode ser apropriado partidariamente, nem quanto à sua origem, nem quanto ao seu desenvolvimento, nem quanto à sua projecção no futuro, tudo fizemos pela nossa parte para que, em todas as manifestações e actos comemorativos desta data de enorme alcance patriótico, os antifascistas e os democratas portugueses se sentissem vivendo um clima de fraternidade e de activa solidariedade democrática. Estamos certos de que, no seu conjunto, as comemorações do 25 de Abril constituirão um muito importante contributo para aproximar os democratas portugueses na procura de soluções viáveis para defender a democracia portuguesa e orientar o País na via da liberdade, da paz, da independência nacional, do progresso social, com a perspectiva do socialismo.

Não é possível evocar o levantamento militar de 25 de Abril, sem evocar o imediato e poderoso levantamento popular que, convergindo com aquele, consolidou a vitória e viria a conquistar, palmo a palmo, as condições para tornar em conquistas populares os melhores objectivos da acção libertadora de 25 de Abril.

É recordar esse levantamento popular não é apenas lembrar o esmagador apoio e estímulo ao Movimento das Forças Armadas, expresso – em termos inesquecíveis – no 1º de Maio de 1974. É recordar também que os trabalhadores, as massas populares, os democratas, souberam logo nos primeiros dias de liberdade tomar nas suas mãos as mais urgentes tarefas de democratização da vida nacional, assumindo uma responsabilidade e uma participação activa no desmantelamento das posições fascistas, dando os primeiros passos para a renovação da vida nacional.

Reaccionários e conspiradores, mandantes e executantes do bombismo terrorista, colaboradores da PIDE e Legião, políticos que não têm nem princípios, nem passado, nem presente democrático, destacados exploradores do trabalho dos Portugueses e vendilhões das riquezas de Portugal ao estrangeiro, beneficiários da exploração colonial, profissionais da mentira e do insulto em formato de jornal, conduzem hoje – com uma impunidade que justifica larga indignação – uma campanha para fazer crer que a revolução portuguesa tem sido uma catástrofe nacional, uma sucessão de violências inqualificáveis, uma onda de irresponsabilidade geral, uma afronta à história do País e um descalabro para a vida dos Portugueses.

Hoje, 25 de Abril, é o momento oportuno para afirmar que, sejam quais forem as dúvidas e as inquietações que se perfilam no horizonte, o nosso povo tem razões para estar orgulhoso do balanço de

três anos de revolução portuguesa e não confunde críticas ao presente que visam construir um futuro melhor com críticas ao presente que visam voltar ao passado da mais feroz exploração e repressão.

O Sr. Victor Louro (PCP): – Muito bem!

O Orador: – Em três anos, a revolução portuguesa, graças à acção do movimento operário e popular e das forças democráticas e da sua cooperação com o MFA e com as forças armadas fiéis aos ideais libertadores do 25 de Abril, alcançou êxitos históricos que modificaram profunda e positivamente a situação nacional.

Foram conquistadas amplas liberdades democráticas que se traduziram na constituição de partidos políticos, na realização de uma dinâmica e intensa vida democrática, na construção de fortes organizações de trabalhadores, de variadas formas de organização popular, indispensáveis para assegurar uma quotidiana participação dos cidadãos na condução dos destinos do País. Durante um largo período, melhoraram as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Com a nacionalização da banca e dos sectores básicos da indústria e dos transportes, com a intervenção do Estado em numerosas empresas para travar a sabotagem, deram-se golpes mortais nos grupos monopolistas e desmantelou-se o capitalismo monopolista do Estado. No Alentejo, anteriormente terra da desolação, da fome, da miséria, do desemprego, mas símbolo da luta heróica do seu proletariado rural, iniciou-se a Reforma Agrária, que abrange hoje um sexto da superfície arável do País e constitui uma base segura e indispensável para uma agricultura moderna e florescente ao serviço do povo e do País.

Deram-se passos positivos no sentido da democratização da educação e da cultura. Estabeleceu-se o controlo operário, símbolo de uma indispensável intervenção dos trabalhadores na defesa da economia nacional. Despontou uma nova atitude, revolucionária e patriótica, perante os problemas do trabalho, da produção, da vida colectiva, da vida nacional.

Finalmente, mas com o carácter e a importância de realização central da revolução portuguesa, foi posto fim à guerra colonial, conquistada a paz, numa importantíssima contribuição para tornar mais próxima a conquista da independência pelos povos submetidos ao colonialismo português.

Sabe-se que em torno da descolonização e do seu acidentado curso e de aspectos dolorosos que em grande parte são consequência ainda da resistência final do colonialismo, se concentram grande parte dos ataques contra o 25 de Abril, contra homens do 25 de Abril, contra as forças democráticas e se exploram miseravelmente ressentimentos e dramas humanos que precisam de soluções sociais e não de manobras reaccionárias.

É oportuno reafirmar hoje aqui e com firmeza que o fim da guerra

colonial correspondia a uma imensa aspiração nacional; que a conquista da paz era um profundo e forte desejo das famílias portuguesas atingidas pela morte, pelos ferimentos, pelos traumatismos sofridos ao longo de treze anos por gerações de jovens portugueses; que os mais violentos críticos da descolonização não têm coragem de o confessar, mas a verdade é que as suas soluções significariam sempre a continuação da guerra e da opressão colonial; e que a continuação da guerra significaria, por sua vez, a derrota do 25 de Abril e o fim do regime de liberdade e democracia conquistado pelo povo português.

Contra perigos e ameaças, o povo português, ao longo destes três anos de Revolução, conservou e defendeu as liberdades porque se realizaram profundas transformações na estrutura económica e social do País. O povo português conservou e defendeu a liberdade exactamente porque, liquidando os monopólios e os latifúndios, enfraqueceu profundamente o poder dos principais inimigos da liberdade. Na situação portuguesa, monopólios e latifúndios são incompatíveis com as liberdades democráticas. Quarenta e oito anos de fascismo e três anos de liberdade aí estão para o demonstrar. Na situação portuguesa, liberdades democráticas e outras conquistas da Revolução são indissociáveis e cada passo que hoje se dê ou se consinta dar na direcção da reconstrução do poder dos monopolistas e dos agrários é um passo dado para a liquidação das liberdades.

Defender o 25 de Abril, defender a revolução portuguesa significa hoje respeitar, aplicar e fazer aplicar a Constituição da República. O 25 de Abril foi possível pela convergência de forças democráticas, civis e militares. O 25 de Abril só poderá ser defendido se se reforçar essa convergência democrática, de civis e militares unidos em torno da Constituição.

Só uma política inspirada nos grandes valores da resistência e nos grandes ideais de liberdade e de progresso social – característicos do 25 de Abril – pode afastar os perigos que ameaçam a democracia portuguesa.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e da Constituição uma política que, enquanto tolera ataques reaccionários contra o regime democrático e readmite fascistas notórios no aparelho de Estado e na magistratura, concentra esforços para dividir os trabalhadores, hostilizar forças democráticas e promover perseguições e saneamentos de trabalhadores e técnicos progressistas.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e na Constituição uma política que despreza a opinião, a capacidade e os direitos dos trabalhadores, que entrega empresas e terras a capitalistas e agrários sabotadores, que arrasta as forças militarizadas para intervenções contra os trabalhadores para consagrar abusos, ilegalidades e prepotências.

Não é certamente inspirada nos ideais do 25 de Abril e na Constituição uma política que, em vez de procurar no campo

democrático e nos trabalhadores as energias e vontades para sair da crise, se volta antes, no plano político e social, para os que estão interessados em agravar a crise, em conduzir o País ao desastre e a democracia portuguesa à derrota.

Uma tal política, longe de constituir a base para a resolução dos problemas nacionais, é um perigoso factor do seu agravamento e um indesejável factor de instabilidade política, económica e social.

O País tem diante de si graves dificuldades e sérios problemas. A situação económica e financeira e as ameaças da reacção devem constituir o principal motivo de preocupação dos portugueses e estar no centro das atenções e esforços das forças democráticas.

Mas o caminho para sair das dificuldades só pode ser encontrado no quadro do respeito da Constituição, com base na garantia da defesa das conquistas da Revolução, com o activo apoio e contributo criador dos trabalhadores, com um grande esforço nacional, com o diálogo, o entendimento e a cooperação entre as forças democráticas, designadamente entre comunistas e socialistas.

Risos do PS e PSD.

O caminho para sair da crise, por forma estável e duradoura, exige uma solução política de alternativa que deverá ter a participação de todos os que se identificam sem reservas com a Constituição e intervenham na elaboração de uma indispensável plataforma.

O Partido Comunista Português julga que a melhor forma de assinalar o 25 de Abril, de ser fiel à corajosa luta do nosso povo, é declarar solenemente nesta sessão que, pela sua parte, não poupará nem esforços nem energias para contribuir responsavel-

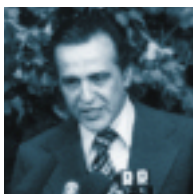
mente para a procura urgente das soluções nacionais que a gravidade da situação exige e os interesses dos trabalhadores e do País reclamam. O PCP declara-se, uma vez mais, pronto a examinar atentamente com outras forças democráticas e os Órgãos de Soberania todos os problemas cruciais da vida portuguesa com vista a alcançar uma solução patriótica que permita sair da crise. Apesar dos perigos, das dificuldades e de legítimas inquietações, o PCP encara o futuro com confiança e está seguro que todos os portugueses amantes da liberdade e da Pátria encontrarão nas próprias comemorações do 25 de Abril fortes razões para encararem também o futuro com confiança.

Estamos igualmente confiantes de que o justo relevo dado às iniciativas dedicadas neste dia às crianças constitua um passo para que a sua personalidade venha a formar-se no amor da liberdade, da verdade e da justiça, e uma garantia de que, no futuro, também elas saberão defender o 25 de Abril e honrar os sacrifícios heróicos que, com os olhos nelas, fizeram gerações de portugueses que não chegaram a ver a luz da liberdade.

Com unidade e trabalho há motivos para ter esperança e confiança. Hoje, nas cidades, nas vilas e nos campos do Portugal liberto, o povo português, as forças democráticas, as forças armadas, as instituições e Órgãos de Soberania do regime democrático estão proclamando solenemente, contra dúvidas e desânimos, contra acções ou ameaças terroristas, contra conspirações reaccionárias, contra calúnias e insultos, contra propósitos de desforra e de vingança, que a democracia não se submete, que o 25 de Abril não se rende, que em Portugal haverá 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social.



O Sr. Sá Machado (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs Deputados: Deputado centrista, subo a esta tribuna para, em nome do meu partido, celebrar a Revolução de Abril. Faça-o, fazemo-lo, com a consciência tranquila de quem se sabe com legitimidade para tanto e com a emoção de quem pode afirmar ter contribuído, com coragem e também com sofrimento, para preservar da Revolução a sua dimensão democrática e, por esse título, a sua essência popular e patriótica. Legitimidade duramente conseguida ao longo de três anos difíceis, durante os quais, sem desfalecimento, soubemos afirmar e manter um projecto incómodo, porque divergente das várias mitologias que sucessivamente dominaram o curso da Revolução.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A história não deixará de prestar homenagem a essa determinação, cuja eficácia moderadora e de estabilização foi contributo decisivo para que o pluralismo inscrito na Constituição seja hoje uma realidade concreta e não apenas, como alguns o desejaram, cambiante diluído e precário de uma unicidade disfarçada.

No quadro de uma revolução cedo desviada dos seus objectivos iniciais por forças de claro comprometimento internacionalista, levado, no Verão de 75, a um paroxismo alucinante pela necessidade de cumprimento de um plano que tinha sobretudo a ver com a corrida a uma nova partilha da África e em que os interesses portugueses, não só nessa área do mundo, mas também no rectângulo europeu, foram subalternizados com a conivência de alguns nacionais, a proposta moderada, portuguesa e pragmática do CDS tornou-se naturalmente motivo de escândalo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por todas as maneiras o nosso partido foi atacado, vilipendiado e perseguido.

Não desistimos, porém. Valeu-nos a inalterável fidelidade aos valores que inspiram a nossa declaração de princípios, a confiança na personalidade do povo, a nossa fé na democracia e na liberdade. Mantivemos, assim, permanentemente aberta uma alternativa não

socialista, europeia e cristã-democrata ao projecto da revolução socialista. Forçámos, desse modo, a manter alargado o espectro da Revolução e fornecemos, porventura, o lastro necessário para contrariar a tendência aglutinadora e hegemónica da força mais radical e mais bem organizada e com apoios seguros nalguns sectores militares.

Se desde o princípio tudo tínhamos a ver com a Revolução, que nos fizera surgir como partido, e com que detínhamos essa solidariedade essencial resultante da identidade de objectivos e de propósitos — devolver a soberania ao povo, eliminar as injustiças sociais, resolver com honra a questão colonial —, título incontestável passamos a ter após o que foi para nós essa longa travessia do deserto, o combate contra os mecanismos redutores que pretendiam esvaziar de democracia a Revolução, alienar de novo os Portugueses, suprimir a liberdade.

Não o fizemos sós, é evidente. Mas fizemo-lo com grandes sacrifícios, pagámos um preço muito alto, foi nosso o testemunho porventura mais pesado.

É fizemo-lo sobretudo de maneira pura, sem capitulações nem seguidismos. É por isso que hoje dizemos com emoção, mas também com firmeza, e com firmeza que não admite réplica ou contradita, que nós também fomos a Revolução. A Revolução que certamente quiseram os militares do 25 de Abril; a Revolução que foi traída pelas aventuras totalitárias; a Revolução que finalmente triunfou com o 25 de Novembro. Revolução democrática, em suma, que foi possível reconduzir aos limites de uma rotura de há muito necessária para devolver aos Portugueses a sua dignidade de cidadãos e para substituir, em relação a um espaço e sobre povos histórica e humanamente caros ao coração português, os laços da dominação política por aqueles mais perduráveis, porque justos, da fraternidade na igualdade e no respeito pela vontade livremente declarada.

Mas uma rotura que não fosse mutiladora da arquitectura espiritual do povo, que preservasse a identidade nacional e a constelação dos valores que lhe servem de suporte.

Uma rotura ainda e sempre dominada, para que as forças desencadeadas não viessem a transformar-se de factores de emancipação e progresso em instrumentos de destruição e anarquia, inelutavelmente conducentes à regressão, que inverte o sentido da história e que, chama-se stalinismo ou nazismo, constitui a aberração mortal do totalitarismo.

Uma rotura, enfim que extirpasse o que havia de podre, de injusto ou violentador; mas que respeitasse essa qualidade imponderável que nos justifica como Nação independente, que se exprime na nossa cultura e na nossa língua e nos confere o direito de sermos nós próprios e não outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos sabemos, ai de nós, como o sentido da rotura operada pela Revolução foi em largos passos do

seu percurso, de maneira concertada por uns, e irresponsável, por outros, ampliado e desvirtuado de modo a transformá-la de instrumento do reencontro do País consigo mesmo e as suas verdades profundas na tentativa de destruição da identidade nacional e de sabotagem dos seus fundamentos morais e espirituais.

De maneira concertada por aqueles a cuja estratégia interessava a criação do caos que conduziu à dissolução do Estado e à destruição sistemática de muitos dos entrepostos da defesa civil.

De maneira irresponsável por outros, produtos exemplares dessa ignorância histórica da democracia que constitui herança trágica do antigo regime, os quais, no atrevimento da sua mediocridade, pensaram poder utilizar as armas confiadas ao Exército pelo povo, como se de um património pessoal se tratasse.

Importa apontar aqui esses desvios que perverteram a Revolução, não porque nos anime um qualquer espírito de vingança, que recusamos, por não acreditarmos que, seja possível construir qualquer coisa digna e útil sobre uma moral de ressentimento e de vindicta, mas porque pensamos que a profunda angústia que hoje envolve a sociedade portuguesa, que alimenta a amargura das vítimas da descolonização e que perturba as forças armadas nos exige, a todos, que exorcizemos, quando celebramos da Revolução o seu espírito libertador, o que nela existiu de frustrante e negativo; para que, de maneira conscientemente assumida, possamos enterar os ódios, esquecer os agravos, curar as feridas.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): – Muito bem!

O Orador: – E em torno do espírito autêntico do 25 de Abril, que é também o do 25 de Novembro, congreguemos esforços na salvação do presente e na construção do futuro. Um futuro livre, democrático e justo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reflexão crítica que é lícito fazer sobre a Revolução pode ser dura. Muitos a farão certamente com amargura ou desespero. Simplesmente, e por paradoxal que isso possa parecer, tal atitude demonstra objectivamente a vitória da Revolução, a vitória da primeira e mais importante das suas conquistas, aquela que, por maiores que tenham sido os seus custos e evitáveis os sofrimentos, bastaria para salvá-la e para que hoje, com esperança renovada, a possamos celebrar. Porque a democratização e a liberdade aí se revelam e exercitam. A liberdade e a democracia que a Revolução nos trouxe e que, se soubermos incorporá-las como valores do nosso quotidiano, se pudermos vivê-las como uma prática natural e concreta de todos os dias, nos darão o ânimo e a inspiração para tornarmos realidade as esperanças, ainda adiadas, do povo português a uma vida mais digna de ser vivida.

Por isso não aceitamos o ponto de vista daqueles que da Revolução apenas sublinham os aspectos negativos, os desvios, as injustiças. Estamos à vontade para dizê-lo. É legítimo falar em

conquistas da Revolução e é justo recordá-las: a devolução da soberania a um povo que de há muito se habituara a ver os seus destinos decididos sem participação e sem consulta; a elaboração de uma Constituição política por representantes legítimos do povo e que traduz o resultado de opções livres e autónomas do eleitorado, daí retirando a força que a todos obriga; o reconhecimento do valor e da dignidade essenciais da pessoa humana e a consagração dos direitos, liberdades e garantias que exprimem, salvaguardam e defendem esse valor e essa dignidade; a consagração do princípio da subordinação do poder económico ao poder político; a eleição livre de um parlamento pluralista, perante o qual o Governo deve ser responsável; a escolha, por sufrágio universal e directo, do Presidente da República, a quem, na pessoa do general Ramalho Eanes, rendemos o preito da nossa respeitosa homenagem; a abertura de profundas perspectivas para a conquista de novas fronteiras de participação e presença dos trabalhadores na vida colectiva; a criação de condições para fundas reformas estruturais da nossa sociedade; o estabelecimento da paz e o reconhecimento pelo Estado português do direito de todos os povos à autodeterminação e à independência; a abertura de Portugal a todas as nações do mundo. Estas são algumas das conquistas efectivas da Revolução. Esquecê-las ou silenciá-las seria grave injustiça para aqueles que, de boa fé e generosamente fizeram o 25 de Abril. Constituem elas um património transcendente, que nem os desencontros, os erros ou as injustiças que ocorreram durante a Revolução devem obliterar ou diminuir.

Porque é falso dizer que em democracia o preço natural das liberdades é a desordem, a criminalidade e a insegurança dos cidadãos.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): – Muito bem!

O Orador: – Porque é falso considerar-se a democracia responsável pela destruição das empresas, pelo descalabro do sector nacionalizado da economia, pelas deficiências do sistema de saúde, pela alta dos preços, pela lentidão com que são encarados os problemas dos desalojados, pelo aumento do desemprego, pela queda do investimento, pelo progressivo endividamento externo, numa palavra, pelas incertezas, as injustiças e as incapacidades que continuam a projectar-se sobre a nossa vida colectiva.

Uma voz do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Nada disso é culpa da democracia. Nada disso é culpa da liberdade. Nada disso resulta do respeito que queremos ver definitivamente estabelecido pelos direitos do homem no nosso país. Neste 3º aniversário do 25 de Abril é necessário e urgente que os nossos compatriotas compreendam, sem excepção, que não é com

nostalgias de um passado definitivamente morto que se pode construir o futuro e que compreendam também que uma coisa é o regime – a democracia – e outra coisa o Governo. Que sem democracia o nosso papel no mundo, o nosso orgulho de sermos portugueses, o nosso contributo para as grandes tarefas que se impõem aos povos livres, serão reduzidos a uma expressão nula, violentadora da nossa dignidade e da nossa história.

A democracia é a nossa grandeza, a plataforma para recriarmos, como o fizemos há quinhentos anos, o nosso projecto nacional. A democracia é a forma de olharmos confiantes o futuro; de entrarmos, solidários, na Europa; de sermos perante milhões de homens, que no Mundo se exprimem em português, os herdeiros dignos e dignificados de uma língua e de uma cultura que são vínculos de fraternidade, de tolerância e de convivência. A democracia é a forma de sermos, na Europa e no Mundo, os portadores de uma mensagem profundamente cristã e libertadora na defesa dos direitos humanos. Porque só nós conseguimos, num curto lapso histórico, essa espantosa vitória de nos libertarmos de tutelas totalitárias de sinais opostos.

Por tudo isso, e porque só ela dará sentido à Revolução, a democracia é para todos nós uma grave e delicada responsabilidade. Mas é-o acima de tudo para quem, por força das opções do eleitorado, detém as rédeas do Poder. Não é esta a hora do discurso político, porque ela é, mais do que isso, a da reflexão histórica. Mas a história faz-se com os homens e com as instituições. E perante a história é-nos lícito proclamar, com simplicidade mas com convicção, que em Portugal, em Abril de 77, se impõe aos governantes um profundo exame de consciência. E não só aos governantes, mas a todos os portugueses.

Que todos possamos ser dignos e estar à altura de responder positivamente ao desafio que a história hoje nos põe. Esse é o da consolidação da democracia, de reconstrução do Estado, da mobilização coerente das enormes virtualidades de um povo que já mais de uma vez foi capaz de influir decisivamente nos destinos do Mundo.

Se o conseguirmos, então nada terá sido em vão.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: – Vou agora dar a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do PSD.



O Sr. Barbosa de Melo (PSD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Conselho da Revolução e do Governo, Srs. Deputados: Ao usar da palavra neste acto solene em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, permita-me V. Exa., Sr. Presidente da República, que comece por exprimir a muita honra que os Deputados sociais-democratas sentem em ser esta solenidade presidida pelo Sr. General Ramalho Eanes. É V. Exa. na longa história pátria, o primeiro Presidente da República livre e directamente designado em eleições democráticas pelo povo português; é V. Exa. por virtude das funções constitucionais que assumiu por decisão popular, o garante e o fiel supremo das nossas instituições políticas democráticas; é V. Exa. a pessoa a cuja capacidade, lucidez de espírito e decisão os Portugueses justificadamente confiaram e confiam a orientação última dos negócios do Estado no presente período político.

A presença de V. Exa. na Assembleia da República, neste dia de muitas solenidades e manifestações por aí fora animadas, quiçá, de intenções desencontradas senão divergentes, não deixará de revestir, para a grande maioria dos portugueses, um profundo simbolismo político. Também nós, Deputados, fomos democraticamente eleitos pelo povo português; somos, no topo do Estado, a consciência pluralista correspondente às correntes e opiniões políticas mais significativas que agitam e vivificam a grei; a nós pertence em cada momento a tarefa de exprimir publicamente, com lealdade e discernimento, com independência e imparcialidade, os valores, os interesses e preocupações partilhados pelos que directamente nos mandataram; somos – e devemos sê-lo sempre cada vez melhor – o lugar moral onde se ouvem e harmonizam as vozes diversamente timbradas de todos os portugueses, dos que vivem nos vários recantos e ilhas de Portugal e dos que se espalham à ventura pelo Mundo.

Estão reunidos assim, num mesmo rito parlamentar, o Presidente da República e a Assembleia da República. Isto será decerto para muitos um sinal inequívoco de que à firme determinação colectiva do povo português para viver em democracia corresponde do lado dos seus representantes directamente eleitos a decisão inabalável de em democracia enfrentarem e resolverem as dificuldades

e problemas com que todos se defrontam nesta hora.

Um povo, para viver em liberdade, não pode alimentar-se de espectros e fantasmas, bons ou maus, nem ficar-se pela adoração ou exprobação do passado, qualquer que seja a importância transacta dos acontecimentos, fastos ou nefastos, que o povoam. Por se basear na dignidade do homem e se abrir à invenção permanente, a democracia depende da existência de uma mentalidade colectiva afeita às interrogações e à busca de novidades, exigindo para viver duradouramente atmosfera da crítica, do futuro e da esperança. Há-de ser, pois, com cautela e em esforço de sublimação capaz de o transcender que os democratas se abalançam a comemoração de qualquer facto da história. Para merecer a comemoração ele tem de possuir ainda significado actual. De outro modo cair-se-ia em passadismo estéril e contrário à essência de um princípio vital para a democracia. António Sérgio, esse vulto ímpar do pensamento político português, dizia lapidarmente ser preciso «falar da história com o olhar no futuro». E daí que a comemoração de hoje nos ponha perante esta pergunta: será o 25 de Abril de 1974 um facto político expressivo de algo que nos interesse por hoje e por amanhã?

Sem pretender julgar na sua inteireza acontecimentos tão complexos e ricos de consequências, gostaria de deixar vincadas aqui, numa Assembleia que é, ela mesmo, até certo ponto, um dos seus efeitos históricos, três ligações simples que do 25 de Abril parecem poder tirar-se para o nosso futuro imediato.

A primeira tem a ver com o merecimento e o êxito da luta pela liberdade política. Gerações e gerações de resistentes e inconformados, sem deitar conta a renúncias e privações, a torturas e à morte, mantiveram o ânimo e a decisão de restituir a uma pátria oprimida a sua liberdade perdida. Muitos ficaram pelo caminho sem conhecer o êxito do seu empenhamento. O 25 de Abril foi o coroar desse calvário de coragem e de esperanças. As forças armadas, tomando finalmente consciência da grande crise nacional em que o País se debatia, puseram termo à opressão, comprometendo-se a devolver ao povo a escolha das suas instituições e dirigentes políticos. Valeu, pois, a pena tanta tenacidade e persistência de muitos portugueses na luta pela reconquista de uma dimensão essencial de dignidade humana.

A segunda lição tem a ver com a necessidade do funcionamento e eficiência dos sistemas políticos. É uma evidência o facto de os Portugueses, na sua generalidade e no dia-a-dia de suas vidas, terem suportado pacientemente, sem grandes lutas violentas e protestos espectaculares, um regime de opressão que, apesar de tudo, ia satisfazendo as necessidades que tinham por mais prementes e imediatas. É certo que a repressão era violenta e não escolhia meios. Mas foi quando se tornou clara a incapacidade do sistema para vencer uma crise nacional centrada numa economia bloqueada e numa guerra absurda e sem saída que o conjunto das

forças armadas ganhou consciência e alento para o derrube. O braço armado da Nação pôde ser assim accionado eficazmente quando o regime se revelou incapacitado para resolver os problemas vitais do povo. Nós, democratas, em caso algum podemos esquecer tal lição.

A terceira lição tem a ver com o sentimento de liberdade inerente ao Povo português. Os acontecimentos do 25 de Abril, na verdade, revelaram também que a opressão, sobre ser contra a natureza moral do homem, fere um sentimento espontâneo hoje muito caro aos Portugueses. Pois não foi um espectáculo inolvidável esse a que se pôde assistir naqueles dias de Abril de uma alegria e de uma esperança palpáveis que se derramavam pelas praças e ruas de Portugal? Esse gosto natural pela liberdade foi talvez o melhor antídoto contra as forças obscuras que durante o ano de 1975 tramaram a perdição da nossa esperança democrática. Então, o povo simples e anónimo soube defender com denodo aquilo que já sentia como bem que não podia perder.

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): – Muito bem!

O **Orador**: – Uma relativa passividade de décadas não testemunhou, pois, em desfavor da existência de um sentimento de liberdade inato aos Portugueses. Para a paz na nossa comunidade seria bom que saibam desta lição os que ainda acalentem desejos de, para um fim ou outro, acorrentar de novo Portugal.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O **Orador**: – E contudo... apesar dessas e de outras lições, apesar das suas enormes repercussões na comunidade interna e internacional, nada nos pode autorizar a atribuir ao 25 de Abril valor mágico e absoluto. Não foi um milagre nem uma perdição, como parecem ainda acreditar alguns e os seus contrários. É um facto histórico com muito de positivo e algo de negativo – sim, um facto que teve também a sua face trágica que não é hoje ocasião de lembrar. Do que não há dúvida é de que tem muito a ver connosco e com os nossos filhos, sendo por isso fácil falar dele com o olhar no presente e no futuro. Não estará aqui uma boa razão para ser comemorado conjuntamente, com a realidade que transcende os singulares factos do passado, presente e futuro que é a própria Pátria?

O Partido Social-Democrata quis comemorar este aniversário do 25 de Abril chamando a atenção dos Portugueses para a exigência da promoção dos direitos do homem na nossa sociedade e, ao mesmo tempo, lembrar a necessidade de uma urgente conversão da mentalidade pública aos valores e princípios da democracia. Trata-se de tarefas que nos parecem essenciais à sobrevivência e progresso das actuais instituições políticas nascidas em corres-

pondência com os desígnios que animaram os soldados e o povo em Abril de 1974. Elas tocam nas próprias bases morais e culturais da democracia.

Suponho que ninguém de boa fé e de espírito atento duvidará da oportunidade desta lembrança e apelo. Pelo que toca ao respeito e promoção dos direitos humanos, todos conhecem a frequência com que diariamente são por aí violados direitos tão elementares como o direito à vida e à segurança pessoal; todos sentem a existência de camadas inteiras da população – em especial as constituídas pelos que não dispõem de poder reivindicativo, como os velhos, os rurais, os doentes e reformados – que continuam a viver tragicamente abaixo do nível de vida compatível com a dignidade; todos imaginam as privações por que têm de passar muitos jovens para conseguirem – se conseguem – uma educação conforme à sua capacidade e trabalho. Dir-se-á que a nossa viagem ainda mal começou e que a promoção satisfatória de tantas e tão diversas exigências requer tempo e meios materiais. Mas também é certo que importa que cada um ganhe a consciência dos seus próprios direitos e que ninguém caia na tentação de não fazer aos outros a justiça possível ou, quando a faz, de pensar que faz um favor.

Por outro lado, muitos hábitos e dogmas adquiridos e aceites ao longo de tantos anos do menoridade política teimam em subsistir na consciência pública portuguesa. Assim, a acreditarmos em sociólogos e historiadores de ideias, os estados de opressão tendem a fazer nascer, no meio do povo que os sofre, filosofias de salvação traduzidas na predição do advento de um estado social último e perfeito para se chegar ao qual é legítimo sacrificar o presente, incluindo a própria liberdade. Talvez nesta possível lei da história esteja a explicação para a cegueira pelas utopias que teima em subsistir entre nós, mesmo depois que a todos é efectivamente reconhecido o direito de participar na vida política e de participar, pela democracia, na realização de um mundo novo.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O **Orador**: – Pela inércia adquirida do passado muitos continuam a sonhar com a Índia e a deixar crescer a erva na eira – como escreveu um grande poeta e pensador português. Ora a democracia, se vive do realismo crítico e da imaginação crítica, morre sempre às mãos destas ilusões sebastianistas ou destas utopias alienantes.

A Sr.^a **Helena Roseta** (PSD): – Muito bem!

O **Orador**: – Assim, continua viva na mentalidade colectiva uma certa tentação ou nostalgia pela ortodoxia política. Continua a pensar-se por aí, consciente e inconscientemente, que em política

verdade é igual a uniformidade, valendo a crítica como ofensa, a oposição como pecado, a diversidade como absurdo. E mesmo em muitos que julgam acertar o passo pelo reconhecimento do pluralismo das crenças e das opiniões, não raro mostram que dessa ideia se utilizam tão-só para ornar o discurso.

Assim, continuamos a viver numa mentalidade político-administrativa construída sob o signo do centralismo, tão característico e útil para as ditaduras, consumadas ou tentadas, antes ou depois do 25 de Abril. É urgente que a opinião pública repense o próprio Estado para dar a vida e expressão à filosofia consubstanciada na Constituição, concebendo-o como entidade complexa onde o poder se reparte e se contrabalança entre órgãos centrais e órgãos regionais e locais, como convém à liberdade.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – E seria um nunca mais acabar das razões práticas que moveram o Partido Social-Democrata a lembrar nesta comemoração solene do 25 de Abril e neste dia de Portugal a necessidade e a vantagem de uma ofensiva cultural para a conquista ou reconquista dos pressupostos morais e culturais da democracia que o fascismo comprometeu. Trata-se de refazer e preservar a seiva de que terá de se alimentar o futuro político que o povo já escolheu.

Era trágico se os nossos pensadores, moralistas, intelectuais e pedagogos não sentissem a urgência da tarefa e se não empenhassem nesta longa obra de reforma da mentalidade portuguesa. Muito aqui depende dos que tomam por modo de vida o inquirir, o indagar e o ensinar, sem cair nas seduções de qualquer «quietação dogmática» ou na tentação de qualquer novo-riquismo provinciano. É que não basta ler ou soletrar as Declarações Universais e a Constituição; é preciso captar de modo crítico e prospectivo a sua mensagem, e quem trabalha nas oficinas e nos campos não tem os vagares de espírito para isso necessários.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril devolveu ao Povo a saudável confiança em si próprio; o 25 de Abril prometeu aos Portugueses o respeito pelos direitos, liberdades e garantias inerentes à dignidade humana; o 25 de Abril garantiu a justiça social, que passa por transformações económicas e sociais realizadas de acordo com as leis da liberdade; o 25 de Abril tornou possível, em suma, a institucionalização da democracia em Portugal.

Nesta hora, honremos, pois, aqueles que de mil e uma formas o levaram a cabo e aqueles que igualmente o não deixaram perder quando a cobiça de alguns e a obediência de outros a estranhos contra ele atentaram.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.



O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Alguém disse que não sabia o que era a liberdade, pois apenas conhecia a libertação. Direi antes que a libertação é o começo da liberdade. Durante quase meio século Portugal viveu oprimido pela tirania. 1974 é o ano da libertação que neste momento comemoramos. A Revolução do 25 de Abril surgiu como um movimento antifascista. Uma revolução e um movimento não se reduzem, porém, à definição de um inimigo; o seu significado profundo resulta do que se pretende ao derrotar-se esse inimigo. A unidade táctica para alcançar a vitória não pode ser substituída abusivamente por uma unanimidade contrária ao sentimento nacional e imposta ditatorialmente. A unanimidade está para a unidade tal como a opressão está para a democracia. O futuro de nós todos terá de ser construído por todos nós — à volta de um projecto comum realizado em liberdade e emergente da vontade popular. O antifascismo não poderá ser nunca um fascismo ao contrário, mas deverá ser o contrário do fascismo, ou seja, a democracia em todas e com todas as suas implicações. Assim como o contrário da tirania não é a anarquia mas a liberdade, também o contrário do despotismo fascista não é o despotismo antifascista mas a democracia, ou seja, o regime em que vivemos. A liberdade não é só a abolição da tirania, é também transformar a esperança em realidade. A tirania instala-se num dia e pode durar um século. O sonho, a esperança, o desejo não ganham corpo num espasmo de cólera, de ira ou de força. A esperança não se plasma no concreto por nenhuma técnica explosiva mas tão-só pela prática implosiva da persistência, do trabalho, do estudo e da inteligência. Essa esperança para nós, socialistas, é o socialismo em liberdade. Em liberdade porque não consentiremos que ela jamais desapareça da terra portuguesa. Liberdade é, antes de tudo, tolerância. Não há liberdade sem tolerância. A intolerância é um mal que entre nós vem de longe — desde os tempos da Inquisição. À intolerância religiosa da monarquia seguiu-se a intolerância anticlerical e até anti-religiosa da República, que se tornou de novo durante a ditadura num farisaísmo sórdido de instrumentalização das

crenças religiosas para fins profanos e discriminatórios. A liberdade só se instaura pelo exercício da liberdade. É um atentado à inteligência humana pretender-se que de um qualquer despotismo, mesmo que supostamente iluminado ou progressista, poderá um dia desabrochar a liberdade — espontânea e anestésicamente. A liberdade gera a liberdade. A ditadura reproduz a ditadura.

A liberdade é, antes de tudo, tolerância. É por isso que não há na história do mundo exemplo de uma só ditadura tolerante. O poder absoluto corrompe absolutamente. Toda a ditadura é intolerante. Todo o intolerante é um ditador que se ignora. E só a tolerância vivida e praticada frutifica. A simplesmente predicada pela palavra e negada pelo acto não é tolerância; é a hipocrisia dos candidatos a ditadores. Foi assim que procederam João Franco, Salazar e Caetano.

A alienação do homem encontra a sua origem não só na sua exploração económica como na sua coerção pelo medo e pela sua perseguição. Só é livre o homem sem fome e sem medo. O mandamento máximo da liberdade é: não perseguirás. A dialéctica alternativa do opressor e do oprimido é uma herança das angústias acumuladas pelo sofrimento que só pode ser rompida pela prática da tolerância. Sem ela, não haverá nunca verdadeira liberdade. A esperança é para nós, socialistas, a liberdade, mas também o socialismo em liberdade.

O povo português encontra-se, hoje, perante uma encruzilhada histórica do seu caminhar, num momento comparável às grandes crises de crescimento da consciência e da identidade nacional, como 1383, 1640, 1820 e 1910. Há que assumi-lo e superá-lo. Não há que chorar o passado, há sim que construir um futuro digno do nosso povo e da nossa história. Quem não se orgulha do seu passado não tem direito ao futuro. Os complexos africanos ou colonialistas representam a fixação repressiva no recordar obliterado não do passado mas de um passadismo patológico. O legítimo orgulho do nosso passado é a alavanca da criação do porvir. Libertámo-nos do fascismo e do colonialismo. Isso é mais um motivo de orgulho para nós. O futuro de Portugal está no reforço nacional. E não há solidariedade nacional senão na liberdade e na justiça social. O patrioteirismo saudosista dos privilégios e das injustiças de outrora não é patriotismo; é antipatriotismo. Nem merece do passado glorioso da nossa história quem a rememore para morrer e não para vencer. O futuro de Portugal está no socialismo em liberdade.

As grandes linhas do novo modelo de vida institucional apontado pela Constituição são um incentivo para o nosso trabalho.

O povo português escolheu o general Ramalho Eanes para seu Presidente da República. Saúdo-o como homem da melhor tempera portuguesa, de «antes quebrar que torcer» — não poderia ser escolhido melhor timoneiro.

Aplausos, de pé, dos Deputados do PS, PSD e CDS.

Saúdo também na pessoa dos conselheiros da Revolução aqui presentes os capitães de Abril, os homens do MFA – nossos companheiros de luta no passado, no presente e no futuro.

Aplausos gerais.

Saúdo ainda os Deputados desta Assembleia, sejam quais forem os partidos a que pertençam. Todos nós representamos o Povo português e no confronto das nossas divergências e convergências

saberemos evitar a unanimidade parda e baça que amolece e corrói. Saúdo finalmente, mas no primeiro lugar do meu coração, o povo português, cujas virtudes e méritos sem par são o penhor da nossa vitória.

Aplausos gerais.

Porque havemos de vencer. Querer é poder. Viver é vencer. Por isso, nós queremos, podemos, viveremos e venceremos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente da Assembleia da
República Vasco da Gama Fernandes:



— Sr. Presidente da República, Srs.

Deputados: Na madrugada do dia 25 de Abril acordei estremunhado com a notícia de que o Exército se revoltara contra a ditadura e se propunha reintegrar Portugal na senda da civilização. Vesti-me à pressa e no fim da madrugada estava no único posto que me era acessível: a redacção do jornal «A República», velho baluarte indomável e indomado, que, verticalmente, se batera sempre pela dignidade cívica deste país.

Aplausos dos Deputados do PS, PSD e alguns do CDS.

Ao subir a minha rua íngreme até atingir a Escola Politécnica quase que me ia faltando o ar.

Risos.

Sentia sobre o peito o peso de quase cinquenta anos de arbítrio, recordava-me comovido, da minha vida e dos que eram como eu: uma mocidade sacrificada, muita dela frustrada, o rosário infinito das amarguras e das desilusões passadas pelos seus mortos e pelos que envelheceram na dura caminhada.

Lembrei-me das cadeias, minhas e dos outros, as nossas deportações, os longos exílios, a odisseia das famílias, a dor dos amigos. Ao atingir o cimo da calçada, as lágrimas corriam-me pela cara e com elas as lágrimas dos que a mim se juntaram, conhecidos e desconhecidos, como se se tivessem aberto de par em par os gonzos das catacumbas.

Seria possível? Teria chegado a hora? O que era aquilo?

A pouco e pouco fui tomando consciência e serenando os nervos. À minha volta apareciam cravos vermelhos de todos os lados, como se Lisboa se despovoasse e arrancasse esses cravos dos jardins ou das estufas que eu nunca pressentira.

Chegavam aos ouvidos canções de libertação. A Grândola Morena que eu já ouvira pela telefonia transformava-se em multimodo e multiforme coro popular.

Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora.

Os jovens capitães e a sua tropa desfilavam pelas ruas, tomavam posições, cercavam o Quartel do Carmo, onde o ditador se acoi-tara ensimesmado e perplexo. Aproximei-me da Rua de António Maria Cardoso tão minha conhecida quando por ela passava a

caminho da PIDE e junto às portas desta assisti a um carnaval esquisito dos que entravam e saíam, dos que ameaçavam e não eram dominados. Uma confusão que ainda hoje não consigo explicar.

Mas o resto era aquilo que estava à minha frente, um país que se erguia da letargia de 50 anos de opróbrio, e ali estava na rua, mulheres, muitas mulheres, homens, muitos homens, jovens criaturas às centenas e aos milhares.

Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história, procurando os caminhos do futuro, que nunca, por nunca serem, poderiam ser os da ilegalidade e da tirania.

Na verdade Fernando Pessoa tinha razão — o Pessoa que já não vivera a hora — quando nos asseverou em certa altura de que vale a pena e só não vale a pena para os que têm alma pequena.

Efectivamente, uma coisa fora a milícia que nos dominara e amesquinhara, e outra o povo que jamais claudicara nem perdera as esperanças, porque sempre tivera uma alma grande que nem todos os ditadores juntos conseguiram perverter.

A história desse povo ainda está por contar e merece bem ser recordada, na singeleza das suas existências precárias, na valentia dos que se não rendem — vencidos mas não convencidos — esse povo que povoara os campos do extermínio, e vivera doridamente exilado dentro da sua própria Pátria.

Que venham os escritores, que venham os prosadores e os poetas, os artistas plásticos e os inspirados da música, que consigam firmar para a eternidade a gesta maravilhosa que ondeava por cima da multidão, uma afirmação viril de heróica inconformidade.

Fora sempre assim, aliás, a história desse povo que se batera nas barricadas de 1383 e nas barricadas de 1640, nas agruras das lutas liberais, vencendo os ditadores do tempo e que, em 5 de Outubro de 1910, maltrapilhos e deserdados, ergueram nos seus punhos a República imortal, ficando para sempre na Rotunda um regime, que, empobrecido e desfeitoado, nunca deixou de ser o símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de fé inabalável.

Mais uma vez ele aí estava, a pouco e pouco por todo o País, vindo para a rua, acamaradando com as forças armadas, na tarefa comum de nos fazer gente.

Foi esta emoção, a profunda emoção, abraços por todos os lados, beijos de mulheres simples, que transformaram a manhã numa autêntica sinfonia, guiada pelo mestre invisível que era a consciência nacional.

Foi esta a minha manhã de 25 de Abril de 1974.

Com igual comoção a evoco no momento solene em que comemoramos todos juntos a irreversível vitória da Liberdade.

Irreversível vitória da liberdade, repito!

Irreversível porque seria ofensa grave a este povo alguém pensar um dia que poderíamos regressar às cavernas da demissão.

Irreversível porque ela, a vitória, resultou da argamassa feita com sangue, suor e lágrimas de tantas gerações. É a propósito de gerações termos de acentuar, mais uma vez, que o conceito de geração não flui de uma concepção temporal, mas sim de uma linha de rumo comum, em que se inserem o primado das franquias populares e a ansiedade desenvolvida do progresso social. E tanto assim é que nas mesmas cadeias, nas mesmas deportações, nos mesmos exílios e em iguais vigílias, foi sempre frequente acamardarem alguns dos homens que fizeram a República e as idades subsequentes. Isso só pode acontecer quando o motor das justas reivindicações é accionado pela força de todos os homens livres.

Tratava-se e trata-se de resistência. A resistência física infelizmente falível em alguns, e a resistência espiritual que não escolhe idades. Fui testemunha deste facto histórico e é com redobrada exaltação que relembro os mais velhos, os do meu tempo, e agora os jovens portugueses de todos os quadrantes, que por aí estão, nem sempre compreendidos, demonstrando que a escola reaccionária e as violências do poder jamais amorteceram o ímpeto generacional e, neste caso particular, a viva consagração da inconformidade, essa inconformidade que seria o espanto, por um lado, e por outro talvez o remorso de Salazar e de Caetano.

A liberdade é como as árvores das grandes florestas: só se lhes pode tomar a grandeza quando um dia decepadas, ou prostradas no solo. E será essa liberdade de que jamais prescindiremos, a alavanca das tarefas que se impõem, pois tudo é possível dentro dela e nada fora dela. A liberdade que constituiu o motivo das nossas canseiras e sacrifícios, e ninguém pense que a afastaremos do nosso caminho por maiores que sejam as promessas ou as aventuras de quaisquer totalitarismos.

Liberdade que foi o bálsamo idealista e ingénua dos mais velhos, mas que é agora um dimensional imperativo de consciência, pois que não basta a enunciação e a efectivação da livre escolha, mas sim a concretização prática e eficiente dos grandes postulados da reabilitação do homem de sempre, ou seja, a liberdade de uma vida mais justa e melhor em que a socio-economia moderna transforma o Lázaro numa entidade solvente e concreta — o pão de cada dia, a riqueza distribuída, a planificação das actividades fundamentais, enfim, o socialismo que está na base do nosso destino.

Aplausos dos Deputados do PS, PCP e alguns do PSD.

É este o problema, preservarmos as liberdades e com elas o jogo constitucional dos poderes do Estado, e procurarmos as grandes linhas de rumo que nos conduzirão ao socialismo democrático. Tarefa ingente? Sem dúvida, mas tarefa digna de nós, que teremos sobre os ombros a responsabilidade de construir a sociedade portuguesa.

E que tipo de sociedade é esta que nos coube em sorte?

Portugal alcançou a sua cidadania; destruiu a repressão, instalou a democracia política e antes, lançou-se à tarefa difícil da descolonização. E ainda as aberturas fraternais com todo o mundo. Herdámos do fascismo a própria negação da vida. Éramos então sub-homens.

A economia, a miséria, o isolamento, constituíam os cambiantes deste quadro alucinado. Durante cerca de 50 anos o País vivera entre grades que tocavam o físico, e maltratavam o espírito.

Como esperar outra coisa que não fossem as crises de adaptação, o ajustamento com as realidades, enfim, um novo estilo europeu e civilizado.

Como seria natural, e como já disse noutro passo, nem tudo foram rosas no desfolhar das nossas esperanças. Muitos espinhos e alguns muito agudos, feriram a nossa sensibilidade e colocaram-nos por vezes nas fronteiras do cepticismo. Vencemos o que podíamos vencer, mas ainda há muito que fazer na reformulação paciente e prudente do nosso complexo.

Injustiças sociais continuam a existir, um oportunismo desvairado toca, aqui e ali, as fronteiras do impudor.

Uma voz do PS: – Muito bem!

O Sr. Presidente: ... Mas isto é uma sociedade de homens, e como homens que somos, temos de obedecer às contingências da nossa condição. Mas temos de reagir, temos de lutar e alguns de nós poderão ficar pelo caminho.

É a tragicomédia de todas as civilizações. Assim aconteceu com o Mediterrâneo Oriental, com o Helenismo e com a própria Civilização Grega, com a pujança jurídica da Civilização Romana, com as contradições da Revolução Industrial, com as glórias e desastres da Revolução Francesa, e com a modificação estrutural de certos tipos de civilização com o advento da experiência comunista.

Universalmente foi assim, não esquecendo as mutações surpreendentes operadas noutros continentes, desde o Norte de África às paragens longínquas do Oriente, com a crepitação social das Américas.

Não pudemos fugir à regra, também nós tivemos a nossa conta, com a factura dos regimes de excepção, mais marcadamente e mais cruelmente com os 50 anos de fascismo.

Aproximando-nos dos tempos que estamos a viver, ficamos reduzidos territorialmente, quase às proporções do Portugal da Idade Média, aquele Portugal que dera novos mundos à civilização comum, e que depois se viu reduzido aos parâmetros da nossa estreiteza territorial.

Quando tudo indicava, após a queda do fascismo que deveríamos estabelecer uma perfeita e leal unidade nacional, isso não sucedeu. Razões discutíveis por um lado, e desregramentos por outro,

colocaram-nos dentro de conjunturas extremamente difíceis, e só a resistência tradicional dos portugueses alcançou, embora não definitivamente, um clima de dignidade que importa defender com ânimo viril.

Economicamente débeis, pela condição geopolítica do nosso agregado, com o problema pungente do regresso dos nossos compatriotas africanos e asiáticos, despovoados os campos pelo êxodo da emigração, fruto da incapacidade e inépcia do totalitarismo, afastados do mundo pelo isolamento imposto, sem treino cívico, as perspetivas reclamavam entregas totais e generosas vigílias.

No meio da confusão que parecia ser o prefácio da catástrofe, descolonizámos, apertámos ao peito os corações sobressaltados dos nossos compatriotas em crise, abrimos as urnas, votámos livremente, escolhemos os deputados às Constituintes, elaborámos a Constituição, elegemos a Assembleia da República, escolhemos o Presidente da República e instaurámos juridicamente as nossas autarquias locais. E circulando livremente atravessámos as fronteiras à procura da compreensão e da amizade dos países sem os quais não era possível viver, passámos a receber as mensagens materiais e espirituais dos que em nós confiavam.

Era um Portugal novo que emergia do caos e desafiava o futuro. A passo e passo, persistentemente, criámos ou recriámos a nossa civilização.

Mas persistem alguns erros, mantém-se e renovam-se situações nem sempre felizes, mas tudo isto é a consequência natural de um crescimento impetuoso, partindo do zero e pesquisando as alturas.

Trabalho, este sim ciclópico, ao contrário do ciclópico de Marcelo Caetano, que tudo tem de vencer: a inércia, a cumplicidade, a indiferença, a simulação e as tentativas de perversão.

Aprovada a Constituição, instalado o I Governo Constitucional, com a liberdade nos nossos escudos e os poderes do Estado em funcionamento, eis-nos na grande encruzilhada: ou vencemos ou sucumbimos.

Mas iremos vencer, porque possuímos a alma grande, muito longe da alma pequena de que nos falava a tal poesia angustiada de Fernando Pessoa. E com os pés fincados na terra que é a nossa, outra alegoria do poeta excepcional que se chamou Adolfo Casais Monteiro, iremos vencer.

Mas vencer com reflexão, com inteligência, em paz civil e política, agarrando no pedaço que nos resta e fazendo dele uma entidade solvente que será glória nossa e garantia do destino dos nossos filhos e nossos netos.

E aqui estamos, Sr. Presidente da República, Srs. do Governo, Srs.

do Conselho da Revolução, Srs. Magistrados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Aqui estamos com os tais pés fincados na terra, rodeados de amigos que são todos os que pensam a Revolução, de inimigos que são os que não acreditam nem querem acreditar, e dos indiferentes que não são uma coisa nem outra, antes pelo contrário, desculpem-me a fórmula popularucha.

Risos.

Aqui estamos capitães de Abril, a comemorar a vossa gesta, o vosso arranque viril, a garantia das forças armadas na prossecução da nossa idealidade.

Aqui estamos povo português a dizer-vos que valeu a pena sofrer para vivermos juntos a hora alta da nossa recuperação, fiéis ao pacto que convosco assinámos de honrar as urnas e servir o País.

O pacto vai continuar a ser honrado.

O 25 de Abril foi mais que uma Revolução. Foi sobretudo a reintegração da nossa Pátria nas sendas desfeitas pelo arbítrio e pela violência.

Se alguns ficarem pelo caminho, paciência, mas uma coisa é certa: nem todas as violências juntas conseguirão demover-nos do caminho traçado.

Senhores de uma democracia política, temos como figura cimeira o honrado Presidente da República que nos coube em sorte.

Vamos reconstruir esta Nação com muito suor, com algumas lágrimas e quem sabe se com algum sangue. Mas vamos reconstruí-la com a nossa fé, com as armas leais do Exército, com o denodo e isenção dos governantes e com o regular e harmónico funcionamento dos poderes do Estado.

Daqui dirijo uma saudação ao Sr. Presidente da República, o grande timoneiro da nau da esperança. Saúdo também no Governo a sua dedicação e o seu tremendo sacrifício. Mas saúdo igualmente e enternecidamente o povo humilde e trabalhador da nossa terra, os que aqui estão, os que estão longe de nós e os que procuram o nosso carinho e a nossa solidariedade.

Finalmente, em nome da Assembleia representativa da vontade dos Portugueses, aperto contra o meu coração a gloriosa Revolução de 25 de Abril – o seu exército e o nosso Povo.

Viva Portugal!

Viva a República!

Aplausos gerais, com toda a Assembleia de pé.

O Sr. Presidente: – Vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República

Ramalho Eanes: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, meus Senhores, Portugueses: Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de Abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: votou – e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade.

Hoje, plenamente instituídos os órgãos do Poder, a Assembleia da República, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o País está presente nos seus mandatários e nos seus responsáveis.

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as dores de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se.

Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em Novembro de 1975, apoiados pela PSP e pela GNR, ...

Vozes: – Muito bem!

Aplausos do PS, PSD e CDS, de pé.

O Sr. Presidente da República: – ... de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje desfilarão nas ruas de Lisboa, reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores.

A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a liberdade de que hoje se fez uso nesta Assembleia.

Esta Assembleia da República recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da Revolução na realidade concreta do dia-a-dia dos cidadãos.

Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado.

O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um país diferente, de uma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na

justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir?

Srs. Deputados: Os compromissos que firmámos com o povo que a todos elegeram impõem que reflectamos nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama.

Somos uma geração de sacrifício: Quantos de nós, em busca do pão ou por força do dever, abandonámos a terra e a família, o País e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros da morte, da violência, da injustiça?!

Somos de facto uma geração de sacrifício.

Mas é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído.

No seu trajecto histórico o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da Pátria, a identidade cultural, a dignidade da Nação. Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do Mundo; para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os Portugueses.

Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: As ameaças que o País enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projecto político da nova sociedade. A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças empenhadas na democracia pluralista e as forças interessadas em novas ditaduras.

O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objectivos, as metas, e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida.

Será querela inútil pretender basear nas leis fundamentais do País novas guerras da disputa do Poder.

Esta Assembleia recolhe em si mesma a parte mais nobre dos ideais de Abril que do projecto parlamentar fizeram um objectivo

principal. A essa responsabilidade corresponde uma função essencial – a condução do processo democrático. Mas corresponde ainda a exigência de tornar viável um modelo constitucional, respondendo sem hesitações nem adiamentos às dúvidas que ainda existem e que deixam Portugal sem normas claras de orientação nos campos económico e social.

Não se pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP.

Não se pode violar lá fora os preceitos que aqui se votam. Os que tentam em simultâneo a conquista do Poder através do voto e através do golpe excluem-se voluntariamente do convívio democrático em que têm lugar.

Portugal viveu inundado de palavras e embriagado de promessas. Do vaivém dos profetas da abundância ficou-nos um país empobrecido e um povo atónito. O que antes lhe era negado, invocando as várias heranças, passou agora a ser adiado, invocando a crise. O povo português aceita as consequências do passado que sepultou, conhece no seu quotidiano as dificuldades do presente e vê cada vez mais incerto o futuro. Não aceita, porém, a fatalidade da crise, do plano inclinado do empobrecimento, do regresso a piores condições de vida.

Sobram-lhe as palavras de polémica e de promessa – aguarda com sacrifício as soluções concretas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As dificuldades que enfrentamos não podem apagar a imagem do País em convulsão em que até há pouco vivemos.

Persistem, é certo, os efeitos das sementeiras de violência e de ódio e as consequências da desorganização do aparelho de Estado, programada e sistematicamente executada pelos assaltantes do Poder.

A partilha política da Administração Pública também facilita as manobras daqueles que vivem à sombra da função sem a servir.

Não falta mesmo quem enjeite responsabilidades, atribuindo os males e a indisciplina sociais à liberdade recuperada.

Temos, porém, de reconhecer que o País tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais que os mais optimistas não se atreveriam a prever há dois anos atrás.

Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. Para lhe dar continuidade é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações que se vão tornando desespero e sobretudo descobrir os caminhos de mobilização do povo português para modernizar o País e vencer a crise. Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou.

Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos

delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que se reclamam.

Vozes: – Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: – Não é difícil reconhecer que, para além da negociação das naturais divergências, de ideologia e de programa, a mobilização do povo português para a modernização do País passa também pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a responsabilidade da liderança dos movimentos políticos.

Ficaram do passado ligações e compromissos, assim como barreiras de desentendimento. A solidariedade que há-de unir os Portugueses na recuperação do País põe aos responsáveis a exigência de subordinarem os laços pessoais de um passado comum aos apelos do futuro a construir.

A intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantém ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País. Não podemos fugir à realidade da nossa integração num espaço em que a competência e o mérito têm um prémio para além das fronteiras. Precisamos de quadros, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos.

A recuperação da economia e a absorção do desemprego não se resolverão unicamente com os grandes investimentos que ao sector público compete lançar. Estas metas nacionais dependem em larga medida do dinamismo da iniciativa privada.

Vozes do PSD e CDS: – Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: – A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento é por isso objectivo que o aparelho de Estado tem de conseguir com rapidez. Há que introduzir no mercado financeiro novos agentes ou novos métodos que respondam à celeridade de decisão que exige o funcionamento de uma economia moderna.

Aguardam apreciação desta Assembleia diplomas importantes para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na ausência de ordenamento legal, todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica.

Vozes do PSD e CDS: – Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: – A maioria dos trabalhadores não aceita livremente este tipo de actuações, que mais cedo ou

mais tarde lhe roubariam o pão e a liberdade. É por isso urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.

Vozes: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. O seu silêncio é fonte de arbítrio.

Srs. Deputados: Passado o período de violência política, avoluma-se a insegurança pelo crescendo das violações à pessoa e aos haveres dos cidadãos. As consequências desta situação adivinham-se graves. Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança – PSP, GNR e Polícia Judiciária –, se encontram, apesar dos seus esforços, que é de justiça aqui realçar, manietadas. Há disposições que, em nome da defesa da liberdade dos indivíduos contra o Estado, deixam ambos à mercê da violência dos marginais da política ou dos profissionais do delito. Não pode esta câmara dos representantes do povo ignorar as ansiedades e o medo que vêm assaltando a população. A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de excepção adequadas. O melhor modo de defender as liberdades e os direitos consagrados pelas leis fundamentais do País é impedir que eles sejam quotidianamente desrespeitados.

Vozes do PSD e CDS: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Em 14 de Julho do ano passado jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades.

Vozes do PSD e CDS: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Uma nação é um corpo que só colectivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos.

Sabemos todos, por duras experiências vívidas, até nesta Assembleia, que os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados no decurso destes três anos. Temos conseguido sobreviver aos desvios, mas estamos a pagá-los com duros sacrifícios. Não é possível continuar a esbanjar o pouco que nos resta.

O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País, a identidade nacional e o desbloqueamento da angústia colectiva perante o presente e perante o futuro.

Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver.

Aplausos do PS, PSD e CDS (de pé) e do PCP.

Para tal contribuirão, com igual espírito, as forças armadas como parcela integrante da democracia e da Pátria Portuguesa.

Não haverá mais transferências de responsabilidades políticas porque todos os meios necessários à defesa da democracia estão à disposição dos poderes políticos.

Só a eficácia da democracia permite manter a estima do povo pelo regime democrático.

E é ainda a defesa da democracia que exigirá a procura de alternativas que a garantam.

Nesta hora do nosso destino de nação independente, não é legítimo ignorar a crise que nos ameaça: o estado da nossa economia, as contradições que dilaceram a nossa sociedade.

Vivemos a primeira oportunidade democrática em meio século. O esforço consciente de cada um fará desta oportunidade uma vitória do povo português e de Portugal.

Aplausos gerais, com toda a Assembleia e toda a assistência de pé.

O Sr. Presidente: – Está encerrada a sessão.

25^{DE}
ABRIL



AÇÃO CULTURAL
PARA A TRANSFORMAÇÃO

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1978

Oradores

Vasco da Gama Fernandes
Presidente da Assembleia da República

Acácio Barreiros
União Democrática Popular

José Vitoriano
Partido Comunista Português

Oliveira Dias
Partido do Centro Democrático Social

Moura Guedes
Partido Social Democrata

Manuel Alegre
Partido Socialista

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes:
Está aberta a sessão.(...)



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Conselheiros da Revolução, ilustres convidados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Cada um tem a sua maneira de comemorar o facto, o evento ou a simples memória. Normal e habitualmente uma data evocativa caracteriza-se por um recordatório, mais ou menos emocionado, cheio de lugares-comuns, por vezes comovidamente, em que tudo se insere: o desfilar dos ambientes, o perfil de personalidades tipo, tudo isto ainda, porque fica bem, um quarto de estrofe d'Os Lusíadas ou meio poema de Fernando Pessoa.

Fica completo o ramalhete, ou melhor, o malmequer a desfolhar conforme as inclinações e as apetências do orador.

Será muito difícil falar-se de fundação da nacionalidade sem vir à colação a gesta de Afonso Henriques, mesmo com a guerrilha contra sua mãe e a falta de pagamento do imposto devido à Santa Sé. Quando se aborda o problema da Batalha de Aljubarrota só conta o heroísmo da «arraia miúda» de Fernão Lopes, quando essa arraia miúda teve maior expressão na revolta burguesa de 1383, revolta que, para uns, foi só burguesa, no sentido tradicional da expressão, e para outros, na esteira de Cortesão, a prova da presciência dos homens do infante D. Henrique, arrancando dos penhascos do interior os grandes protagonistas da nossa odisséia atlântica. Do mesmo modo, vem sempre a talhe de foice a época de dominação filipina com o arranque de 1640 — Miguel de Vasconcelos projectado da janela, o entusiasmo da população, esquecendo-se o que se passou durante sessenta anos, em que a maior parte das *élites* se bandearam com o estrangeiro, quando ao lado delas, no seu anonimato inconformado, viveram e lutaram alguns nobres, algum clero, mas sobretudo, em transposição à distância, a falada arraia miúda de Fernão Lopes. Se porventura se defronta o episódio das invasões francesas, procura-se esquecer as valsas dançadas pelas fidalgas do tempo com os jovens oficiais de Napoleão, ali na Rua do Alecrim, no palácio de Junot, quando, sempre na inconformidade, o povo humilde, os sargentos da guarnição e uma minoria de intelectuais se batiam em campo raso no Rossio e no Largo das Duas Igrejas contra os invasores do território, episódio tão flagrantemente descrito nas páginas da *Filha do Polaco*, de

Campos Júnior. Mais adiante, o que parece interessar na evocação das lutas entre D. Miguel e D. Pedro são as batalhas fraticidas, menosprezando o que representou para este país a concepção moderna de um Estado, expressa na obra fenomenal de Mouzinho da Silveira, e da compostura de homens da estirpe de Herculano e de Garrett — o Garrett do *Portugal na Balança da Europa*, que devia constituir, ainda hoje, uma leitura obrigatória para todos quantos desejam actualizar-se sobre a verdadeira vocação de um Portugal moderno. Se, ainda mais adiante, focarmos o 1820 e o 1891, cuida-se preferentemente de um elogio exaltante das virtudes, sem cuidar dos defeitos, e nessas virtudes o que significou para Portugal a paciente investigação histórica do autor de *Eurico o Presbítero* e das *Lendas e Narrativas*, para seguidamente, como era dever imperioso, debruçar-mo-nos sobre a estruturação europeia dos vencidos da vida, não só para os guindar à nossa admiração e respeito, como também para os criticar, até pelo nome com que passaram à história, o que por si só define um estado de neurastenia e abandono impróprios de um verdadeiro intelectual, tanto mais que Antero, Junqueiro, Eça de Queirós ou Ramalho Ortigão tiveram o privilégio de interpretar as ansiedades dispersas de um povo mortificado, ainda com as marcas da santa inquisição, nossa vergonha e nossa tristeza. Ao aproximarmo-nos das horas já vividas, por tradição ou por temporalidade, não se procuram as «pedras vivas», de António Sérgio, antes se pesquisa e se declama o frenesim dos comícios tentaculares e das apóstrofes grandiloquentes, quando humildemente se sabe que um caldeireiro, de nome quase desconhecido, inscreveu nas paredes de S. Domingos, com o sangue das suas veias, um definitivo «viva a República», ou quando também se sabe que, no dia 5 de Outubro de 1910, a par da gesta da Rotunda, populares descalços e esfarrapados guardavam de arma aperrada os cofres possidentes dos adversários da véspera. E também se olvida a obra extraordinária dos homens que fizeram a República, insistindo nas divergências ou nas dissonâncias, pondo de lado a honradez impoluta dos varões Plutarco, a obra ingente, de recuperação financeira de Afonso Costa, a modernização da nossa pedagogia e a pertinácia dos estadistas que conseguiram que a nossa Pátria, batida na Flandres e em África, alcançasse a paz, com a integridade do território nacional, com o acréscimo de Kionga. E persiste-se em minimizar o valor do parlamentarismo a favor da tirania e da renúncia que nos levou à ditadura, ou melhor às ditaduras.

O significado desta tomada de posição de um impenitente escolar de história objectiva-se na afirmativa de que ainda se não escreveu, com realismo e verdade, a história do povo português. Valiosas são as chegadas, exemplificadamente, nos tempos mais chegados, a obra de rectificação de Sérgio, Cortesão, e as dos mais novos, de Vitorino Magalhães Godinho e de Joel Serrão, aqui,

sim, para esquecer o pessimismo doentio de Oliveira Martins. Esta entidade válida que é o povo português aguarda ainda a sua hora, e não vamos desesperar porque temos junto de nós quem a saberá escrever ou já escreveu, na prosa de Maria Lamas e nos versos de Adolfo Casais Monteiro, Armindo Rodrigues ou Carlos de Oliveira, paredes meias com os romances de Redol e nos ensaios percurcientes de Santana Dionísio e no ensaio promissor que é o estudo de Mário Soares sobre Teófilo Braga.

Mas a história do povo português continua por escrever, na sua humildade, na sua singeleza, na sua persistência. O povo dos Gaibéus, a tragédia da beira-mar, a fome e a miséria dos montanhese e dos homens da planície, das montanhas do Nordeste e as injustiças do Alentejo.

Não se pode comemorar seja o que for sem ter sempre presente essa entidade.

Ela nunca traiu, ela nunca se vendeu, ela nunca tergiversou. Temos de contar com ela se quisermos ser dignos de nós próprios.

Aplausos gerais.

Nas Cortes de antanho, palavra tanto do gosto da literatura saudosista, foi a voz do povo, na fala de João das Regras, quem melhor defendeu os interesses da nação em perigo, conseguindo demarcar o perfil da nacionalidade, mercê do Tratado de Alcanizes, e preparou a nossa aventura atlântica com o Tratado de Windsor, mas tudo isso foi possível porque houve um alfaiate chamado Fernão Vasques e de Trás-os-Montes e das Beiras vieram para o litoral os tripulantes das caravelas.

Em matéria de fidalguias o maior fidalgo foi o povo, presente até à morte nas duras procelas da nossa adversidade.

Não quero de forma alguma empobrecer o valimento das evocações ou os estudos parcelares dos brasões e das cruces, mas ao passar por Alcobaça, pelo Castelo de Leiria, pelos Jerónimos ou pela Torre de Belém, sentinelas que se harmonizam com as fortalezas militares que foram os castelos, sinto que tudo isso só se alcançou porque o povo português nunca desistiu e na sua simplicidade fez sempre suas as grandes coordenadas do nosso destino intervalar ou consequente. E ao ver desfraldar neste país a bandeira verde-rubra, que os ditadores todos juntos não conseguiram arriar do mastarêu nacional, vêm sempre a meus olhos os homens como meu pai, simples caixeiro de uma loja lisboeta, que seguraram nas suas mãos as prerrogativas de um regime de liberdade, e foi ele que escalou Monsanto, que defrontou as incursões monárquicas, que resistiu a Sidónio e fez frente a Salazar e Marcelo Caetano.

Resta saber quem foi esse povo, ou melhor, se só assim consideramos os iletrados ou os analfabetos. Não, o povo fomos todos nós,

aqueles que não tiveram o privilégio de se prepararem intelectualmente para a vida, e aqueles outros que pela voz e pela pena se misturaram na rua com as dores e amarguras da comunidade, consubstanciando em si a *ombridad*, de que nos fala Miguel Unamuno.

É dessa *ombridad* que temos de cuidar, dando o jeito português de hombridade, com h, ou seja, a nunca desmentida vocação para a liberdade, os sacrifícios das mulheres e dos homens deste país, queimados nas fogueiras da inquisição ou atirados como irracionais para os segredos do Aljube e de Peniche, ou para as torturas da PIDE - essa massa desconhecida a quem nunca fortueceu o ânimo para suportar as frígideiras do Tarrafal.

É este o povo de que faço parte, com o privilégio de nunca ter sofrido o que outros sofreram, mas a quem nunca também minguou a vontade de ser aquilo que me prezo ser, antes de mais nada: um antifascista, porque o fascismo era e é a negação da própria vida e a perversão das mais justas reivindicações da grei nacional. E desse antifascismo emergiu o meu socialismo, que só o concebo e pratico dentro da liberdade, da legalidade e do pluralismo.

Aplausos do PS, PCP e alguns Deputados do PSD.

É nesta óptica que eu encaro o 25 de Abril.

Longe de mim a ideia de diminuir o serviço prestado à Pátria pelos capitães que ergueram nos seus punhos a liberdade perdida e amesquinhada. Simbolizo neles o Presidente da República. Presto-lhe aqui esta homenagem, distante da minha grande amizade, porque o que interessa é reconhecer o que esta Pátria lhe deve em direitura e em permanência.

Aplausos do PS, PSD, CDS e PCP, de pé.

Pois bem hajam os capitães de Abril, mas não é só dos capitães de Abril que se trata nesta comemoração de mais um aniversário.

O que importa é repor a verdade e dizer claramente que muitos de nós já tinham no peito a Revolução. Não tinham nem nunca tiveram as armas, e quando eventualmente as empunharam não foram suficientes para derrubar o fascismo.

Mas, dentro do peito de quem? Dentro do peito dos homens do 3 de Fevereiro e do 7 de Fevereiro, dos homens do 26 de Agosto, exemplificadamente e também do mesmo modo de todos quantos através de cerca de cinquenta anos de expiação perderam batalhas, mas nunca perderam a guerra.

Várias gerações se sucederam no transcurso da nossa dramática evolução. Os velhos republicanos que são a nossa saudade, os intelectuais que jamais se demitiram, a unidade de gerações para quem as idades não contavam porque o que se sobrepunha era o amor à nossa Pátria e às suas franquias populares.

Nas cadeias, nas deportações e nos exílios, quatro gerações foram martirizadas e muitas delas frustradas.

Vejo desfilar à minha frente Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos, Hélder Ribeiro, que hoje andariam à volta ou já teriam ultrapassado os 90 anos; igualmente vejo desfilar à minha frente os meus companheiros do exílio de Espanha e os clandestinos no interior do País – João Soares, Nuno Cruz, Sarmento Beires, Utra Machado, Cunha Leal, Francisco Aragão, João Pedro dos Santos; o escol expresso nos exilados de Paris, significativamente simbolizados em Sérgio e Raul Proença; a minha geração sobre a qual tenho muita dificuldade em distinguir, mas que posso sem favor arrancar do meu coração e da minha inteligência Carlos Cal Brandão, e toda a teoria dos mortos do Tarrafal e dos vivos, de que temos entre nós, como membros desta Assembleia, os exemplos de Francisco Miguel e Edmundo Pedro, militando em partidos diferentes; outra teoria, a de todos os trabalhadores, de todos os estudantes que constituem a certeza de que jamais fomos vencidos.

É este o 25 de Abril que quero comemorar com um apelo com que termino estas palavras.

Há muita gente neste país interessada em perverter o surto da nossa Revolução, pela intriga, pela ambição e pelo messianismo. Quanto a este particular, a democracia não se constrói com messias, mas sim com o jogo constitucional, harmónico e legalista, com o respeito pelas ideias dos outros, pela dignidade pessoal e política, porque, se a desgraça nos batesse à porta e se não tivéssemos forças para a dominar, uma nova história macabra se escreveria neste País e nela se inseririam os que não desistiriam e percorreriam de novo as estradas do martírio, e os outros que, uma vez na adver-

sidade, ou se acomodavam ou pretendiam ultrapassá-la.

Pois bem, vamos serenar os nervos, dominar as emoções, estancar os ímpetos, deixar passar a caravana. Vamos agarrar este quadrilátero medieval que é a nossa Pátria de hoje e vamos acreditar nas virtualidades do povo português.

E com essa confiança, comemorando esta data emocional e festiva, vamos construir o futuro, e só não o construiremos se nos negarmos a nós próprios e se traírmos as indicações da história, tão doridamente vivida nas décadas e centúrias da nossa existência viril.

Minhas senhoras e meus senhores, não estão nestas palavras somente o coração, mas também a inteligência.

Com o coração e a inteligência não regressaremos ao passado, e a Revolução de Abril passará à história como uma afirmação desenvolvida de um povo livre e democrático.

Aplausos gerais.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: – Antes de conceder a palavra ao representante da União Democrática Popular, quero dar conhecimento a todos vós do telegrama que agora recebi dos Srs. Deputados que se encontram em serviço na Assembleia da Europa:

Os Deputados de todos os partidos representados na Assembleia da Europa saúdam na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia da República a Revolução libertadora do 25 de Abril e pedem para se transmitir a todos os colegas a expressão deste nosso sentimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros, representante da União Democrática Popular.



O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Conselho da Revolução, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Na passagem do 4º aniversário do 25 de Abril nós queremos recordar com entusiasmo e emoção os heróis da resistência antifascista e deixar aqui expresso um testemunho de gratidão, uma saudação muito calorosa aos capitães do 25 de Abril de 1974.

São passados quatro anos depois de Abril: quatro anos de grandes jornadas de luta, de inesquecíveis lágrimas de alegria, de muitas horas de sacrifícios e trabalho devotado.

Talvez que nas primeiras horas de Abril poucos tivessem consciência clara do descabro económico, político e cultural a que o fascismo tinha conduzido o nosso querido Portugal. Mas a dura realidade é que quarenta e oito anos de ditadura nos legaram um Portugal incapaz de produzir o seu próprio pão, uma economia feita à medida de meia dúzia de tubarões capitalistas e em grande parte reduzido a uma coutada onde os estrangeiros faziam lei e enriqueciam a seu bel-prazer.

Aliás, a reacção, encolhendo-se diante do primeiro ímpeto popular, esperava que, passado este, o povo desanimasse diante das dificuldades e, rendido, baixasse as bandeiras de Abril. Esperava, mas enganou-se. Com coragem, com determinação e até com raiva, todo o povo se lançou no esforço grandioso de fazer um Portugal diferente. O Alentejo cobria-se com o verde de searas em terras onde o mato chegou a ser arrancado com as próprias mãos; numerosas empresas sabotadas foram mantidas em laboração graças ao esforço dos seus trabalhadores, que chegaram a passar meses a fio sem receber salários; a banca foi nacionalizada, permitindo impedir que se continuasse a sangrar o País com a fuga de milhões de contos; vários sectores são nacionalizados; os trabalhadores alargam constantemente o *contrôle* operário para melhorar a produção e impedir as sabotagens. Entretanto defendia-se o novo Portugal nas barricadas do 28 de Setembro e do 11 de Março e em S. Bento arrancava-se uma Constituição que, consagrando muito desse esforço generoso dos trabalhadores, apontava como meta dessa obra grandiosa o socialismo. Em tão pouco tempo construiu-se tanta coisa que dificilmente encontraremos na nossa história tamanhos exemplos de grandeza.

Por isso hoje, quatro anos depois de Abril, o povo não pode deixar de se sentir ferido quando os nossos governantes vêm dizer-nos que tudo está mal feito, que Portugal está cada vez mais próximo de um abismo, que as finanças estão na miséria, que os preços têm forçosamente de continuar a subir, que só a boa vontade dos estrangeiros nos pode salvar com os seus empréstimos milagrosos. Mas, francamente, meus senhores, havemos de concordar que é difícil de explicar essa onda de pessimismo que espalhai? Afinal, não será verdade, que hoje as condições são melhores que há quatro anos? Não será verdade que hoje temos um Alentejo produtivo em vez de coutadas e da miséria de há quatro anos? Não será verdade que hoje temos uma banca nacionalizada, capaz de pôr em ordem a economia, em vez dos bancos de meia dúzia de tubarões de há quatro anos?

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Não, não é verdade!

O Orador: — Não será verdade que hoje um governo neste país pode marcar níveis e orientar a produção apoiando-se no *contrôle* dos trabalhadores, enquanto há quatro anos o governo só podia fazer votos piedosos que os capitalistas só cumpriam se lhes apetecesse? E, finalmente, não será verdade que hoje temos uma Constituição maioritariamente aprovada e que aponta metas claras a atingir?

Sendo assim, então porque é que tudo está pior? Afinal porquê as sucessivas lamentações de sucessivos Ministros? Centenas de milhares de trabalhadores seriam capazes de responder a esta questão. O que está mal é que, em vez de se apoiar a Reforma Agrária, ataca-se, cortando créditos, entregando reservas, comprometendo, assim, o esforço dos trabalhadores. O que está mal é que, em vez de se criarem circuitos comerciais, sobem-se os preços para engordar os intermediários. O que está mal é que a banca nacionalizada anda a encher os seus cofres de dinheiro, recusando créditos, para amanhã ir pôr esse dinheiro nos bolsos dos grandes monopolistas sob a forma de indemnizações. O que está mal é que estamos a importar do estrangeiro muita coisa, sobretudo bens alimentares, que se podiam produzir cá, e fazemos isso só para que o imperialismo não se aborreça. O que está mal é andarem a pedir sacrifícios ao povo, e o povo a ver os ricos cada vez mais ricos, e os bancos a prepararem dinheiro para pagar as indemnizações aos grandes monopolistas. O que está mal, é preciso dizê-lo com toda a firmeza, é que sobretudo depois do 25 de Novembro se tem acentuado neste país a política de fazer do Portugal de Abril um Portugal onde caibam os inimigos de Abril. Pretende-se fazer da Reforma Agrária uma reforma agrária onde caibam os latifundiários e os seus milhões de contos de indemnizações; das nacionalizações umas nacionalizações que agradem aos Melos, aos Champalimauds e demais tubarões capitalistas; da

política de preços uma política que agrade aos grandes intermediários; da própria Constituição, com os seus objectivos socialistas, uma Constituição igual à dos países capitalistas da Europa; das nossas forças armadas umas forças armadas onde caibam os spinolistas e mesmo os oficiais saneados com o 25 de Abril e onde não caibam os oficiais de Abril.

Por isso há que dizer hoje com toda a clareza que o que está mal, o que está a falhar no Portugal de Abril é que se esteja em grande parte a governar contra as conquistas populares, que são elas mesmas os alicerces de um Portugal novo. O que está errado não é, nem podia ser, o 25 de Abril, mas sim os ataques ao 25 de Abril. Aliás nem outra coisa seria de esperar. Se muitos trabalhadores conseguiram melhorar a sua vida na luta contra os monopólios, uma política que ceda diante das exigências dos monopólios tem evidentemente como consequência crescentes dificuldades para os trabalhadores.

Mas reparai, reparai bem, ao que conduziu esta política de ir cedendo diante da reacção à espera que ela se acalmasse. A reacção, que aplaudiu cada uma das desocupações no Alentejo e cada corte de crédito que foi feito às cooperativas, surge hoje a exigir toda a terra para os latifundiários.

A reacção e o fascismo, que aplaudiram cada pido e cada bombista escandalosamente libertado, surgem hoje a exigir o julgamento do próprio Primeiro-Ministro, como fez o fascista Kaúlza de Arriaga. A reacção, que aplaudiu delirantemente o afastamento de cada um dos oficiais de Abril, surge hoje a exigir o afastamento dos últimos, ao mesmo tempo que por detrás da conversa das hierarquias exige que o comando das forças armadas seja entregue aos velhos Pinochets do fascismo e da guerra colonial. A reacção, que aplaudiu cada uma das leis que foram feitas contra a Constituição, surge hoje, em nome dessas leis, a exigir que se rasgue a própria Constituição. E hoje aí está ela, onde é maioria, a recusar-se a celebrar o próprio 25 de Abril, como aconteceu escandalosamente na Assembleia Regional da Madeira.

No fundo a reacção hoje procura lançar sobre o 25 de Abril e sobre a Constituição as culpas pelos resultados desastrosos de uma política que tem sido feita em grande parte contra o 25 de Abril e contra a Constituição.

A reacção, beneficiando hoje com a benevolência com que foi tratada, conspira e actua cada vez mais abertamente.

Da mesma forma que os fascistas aproveitaram a benevolência com que foram tratados pela I República para a esmagarem e porem Salazar no Poder. E, hoje, como então, aí está toda a reacção à volta de Kaúlza e de Sá Carneiro ...

Vozes do PSD: – Não apoiado!

O Orador: – ... a fazer apelos, dizendo que é preciso encontrar um chefe capaz de salvar Portugal. Há cinquenta anos o chefe

que os fascistas encontraram foi Salazar, não para salvar Portugal, mas para enriquecer meia dúzia de monopolistas à custa da fome e da escravidão de todo um povo.

As campanhas dos fascistas não ficam evidentemente só nas palavras, mas começam a crescer de violência sobretudo nas regiões autónomas, onde contam com a complacência dos Governos Regionais.

Vozes do PSD: – Não apoiado!

O Orador: – A acção criminoso dos grupos separatistas, dos bombistas e das juventudes fascistas nas escolas em nada se distingue da das juventudes de Mussolini, das juventudes hitlerianas na Alemanha ou dos grupos terroristas no Chile, que com a sua acção prepararam o assalto sangüinário das ditaduras fascistas.

O Sr. Cunha Simões (CDS): – E os terroristas da Baixa da Banheira?

O Orador: – Entretanto a nível militar, como o próprio Conselho da Revolução reconheceu, procura criar-se de novo o clima de há cinquenta anos, que permitiu a Gomes da Costa esmagar a República.

O Sr. Olívio França (PSD): – Não apoiado!

O Orador: – Se fiz este curto paralelo com os dramáticos acontecimentos que permitiram a queda da I República, é apenas para dizer a nossa convicção de que hoje as forças democráticas e os trabalhadores não permitirão que tal se repita. Se os erros dos republicanos de há cinquenta anos foram uma tragédia, repetir hoje esses erros não passaria de uma farsa.

Saberemos defender o 25 de Abril não só dos seus inimigos, como daqueles que não têm a coragem de o defender.

Saberemos defender Abril com a consciência perfeita de que as declarações antifascistas, embora positivas, por si só não bastam. A ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores, o ciclo ruinoso dos empréstimos estrangeiros, a impunidade dos inimigos da liberdade têm de ser travados. Os trabalhadores sabem que têm de lutar contra quem governa contra eles, pois tem sido à sombra de tal política que a direita fascista tem crescido.

Saberemos defender Abril até porque o povo pobre sabe que, se lhe tirarem o 25 de Abril, nada mais lhe resta. E hoje, que a direita fascista já diz que voltará a descer às ruas para esmagar Abril, é preciso dizer-lhe que, se o fizer, não será a primeira vez que será derrotada, pois já a vencemos a 28 de Setembro e a 11 de Março. A UDP reafirma a sua convicção profunda de que, se for preciso, o povo saberá defender de novo nas barricadas o

seu querido 25 de Abril. Mas, sobretudo, saberemos defender Abril com os olhos postos no futuro.

Seguramente a razão mais profunda que pode irmanar todo o povo num só esforço de gigante para levar o 25 de Abril para a frente reside na consciência de que o 25 de Abril é uma oportunidade, talvez única na nossa história, de sermos verdadeiramente grandes em Portugal. Todos nós sentimos que não podemos perder esta oportunidade de dar aos nossos filhos um Portugal que nos orgulhemos de lhes entregar e eles se orgulhem de receber das nossas mãos.

Lutaremos, pois, com a certeza de quem sabe que um povo que não quer ser esmagado jamais o é, um povo que firmemente quer ser livre sempre o será.

As grandes manifestações populares do 25 de Abril e as próximas grandes jornadas do 1º de Maio são a prova clara que o 25 de Abril está bem vivo nas mãos do povo. Vemos com alegria crescer entre os trabalhadores e no conjunto do movimento sindical a consciência da necessidade de levar à prática quanto antes a jornada de luta nacional há muito aprovada pela CGTP-Intersindical, como forma de lutar contra que se continue a governar contra o 25 de Abril, atacando as conquistas populares, comprometendo o esforço e o futuro dos trabalhadores.

E hoje que os fascistas despidoradamente apelam ao golpismo, exigem a cabeça dos capitães de Abril e de todos os democratas,

ao mesmo tempo que os separatistas atiram para a rua o terror fascista, é mais que tempo de os democratas cerrarem fileiras, apoiando-se de forma decidida na luta e na força dos trabalhadores, alargando as conquistas populares, defendendo com firmeza o projecto constitucional. Aí está a matéria-prima, os alicerces e o fio-de-prumo do futuro de progresso, de paz e de liberdade para o nosso país. Por aí, seguramente, levantaremos a pátria livre e socialista de amanhã. Por aí venceremos os nossos inimigos, bem como os falsos amigos os velhos do Restelo que, apelando ao falso consenso, nos estão sempre a recordar que somos um país pequeno, que não nos é permitido contrariar os grandes senhores do mundo, que nos devemos limitar a ser aquilo que eles nos deixarem ser. Mas os trabalhadores não deixarão que se verguem as bandeiras do seu país diante desses falsos senhores do mundo, não entregarão os seus filhos aos mesmos que nos exploraram durante tantos e tantos anos.

Defenderemos Abril. Levaremos o 25 de Abril à vitória nas mãos do povo que é por quem ele foi feito.

Os trabalhadores, e só os trabalhadores, são os donos do futuro.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do Sr. Deputado Carlos Candal (PS) e de alguns assistentes das galerias.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português.



O Sr. José Vitoriano (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, Srs. Deputados, senhoras e senhores: Passa hoje mais um ano sobre a radiosa madrugada de Abril em que o Movimento das Forças Armadas, desde logo com a adesão e o apoio das massas populares, saiu à rua para derrubar a ditadura fascista que durante quarenta e oito anos subjugara e duramente oprimira o povo português. Há quatro anos, os capitães de Abril, com o levantamento militar daquela heróica madrugada, davam o primeiro passo no caminho da liberdade e dos novos rumos da sociedade portuguesa.

Ao comemorarmos solenemente aqui, na Assembleia de República, este 4.º aniversário da Revolução de Abril, queremos saudar do fundo dos nossos corações esses valorosos militares que a ela se entregaram com toda a sua generosidade, emprestando-lhes a coragem e a abnegação próprias dos que abraçam as causas nobres e justas.

Importa hoje e desta tribuna lembrar e destacar os sentimentos profundos que unem, no amor da liberdade e da democracia, esses heróicos oficiais e aqueles que depois se lhes juntaram às mais largas camadas da população portuguesa.

Importa recordar os sentimentos de profunda solidariedade que os unem aos antifascistas, resistentes e mártires da liberdade que durante quarenta e oito anos lutaram pelo fim da opressão e da violência fascistas.

Para as gerações futuras o levantamento militar de Abril será uma lição de patriotismo, um exemplo do amor à liberdade, a garantia de que os ideais do progresso saberão sempre encontrar forças e homens capazes de os levar à prática.

As massas populares encontram hoje, nas comemorações que mobilizam centenas e centenas de milhares de portugueses por todo o País, a forma de mostrar que o 25 de Abril está presente nos corações e nas vontades como marco e como símbolo da construção de um Portugal democrático e independente e de um futuro melhor.

Com o 25 de Abril o povo português celebra a conquista da liberdade e da democracia e afirma a sua inquebrantável vontade de as defender.

Celebra as profundas transformações económicas, o caminho da

substituição do poder económico dos que sustentaram o fascismo, e com ele a opressão e a violência, por estruturas sócio-económicas que assegurem o desenvolvimento da economia portuguesa para bem do povo e do País. Celebra as novas condições sociais que permitiram a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo português a seguir ao 25 de Abril.

Celebra a paz conquistada depois de mais de uma dúzia de anos de guerra injusta contra povos que lutavam também pela sua liberdade e pela sua independência.

A celebração de Abril é a um tempo a condenação do regime fascista e a saudação, o apoio e o compromisso dos novos rumos traçados pela Revolução.

Abril opõe-se à opressão, ao esmagamento das liberdades, à limitação dos direitos fundamentais, à marginalização dos cidadãos da vida política.

Abril opõe-se à guerra e à violência, ao colonialismo, à opressão sobre outros povos, ao sacrifício do País, dos interesses nacionais e da juventude portuguesa a inconcessíveis interesses do estrangeiro e de minorias privilegiadas.

Opõe-se ao obscurantismo, ao segregacionismo cultural, ao elitismo, ao ensino reservado para uns poucos e condicionado para a grande massa da população.

Opõe-se à miséria e à fome, às degradantes condições de vida, de saúde e de habitação, aos baixos salários, ao abandono da terceira idade, das mães, dos jovens, das crianças, dos diminuídos, dos sinistrados.

Opõe-se aos privilégios económicos e à subordinação dos interesses da Nação e da grande massa do povo português aos interesses mesquinhos de uma minoria de grandes proprietários e monopolistas, à alienação do interesse nacional aos interesses do imperialismo e às suas imposições despóticas.

A «revolução dos cravos» é a revolução da liberdade, da solidariedade, da paz e do futuro.

Os que querem destruir Abril e aspiram à reconstituição dos privilégios de uma pequena minoria de exploradores do povo português põem em causa essa paz, essa solidariedade, essa liberdade, esse futuro.

Encontramo-nos hoje perante uma nova escalada reaccionária que o País — os órgãos do poder democrático, as forças democráticas e progressistas e todos os que prezam a democracia e a liberdade — têm de enfrentar com coragem e decisão.

A reacção ataca em todo o lado e por todas as formas, não já apenas esta ou aquela conquista de Abril, mas o próprio regime democrático.

É a própria unidade nacional e a integridade da Pátria que está posta em causa e desde logo com o apoio ao separatismo e às acções violentas para o levar à prática.

É a paz e a estabilidade social que são comprometidas com o

revanchismo, a intriga, a calúnia, o bombismo, a acção conspirativa. É a solidariedade nacional que é frontalmente atacada, com campanhas de divisionismo e calúnia, carregadas de ódio.

São as instituições democráticas que são vilipendiadas, Órgãos de Soberania objecto de baixas campanhas, a própria democracia assacada de culpas e calúnias contrapostas à promoção de velhas figuras do fascismo.

É a própria Constituição da República e as conquistas, direitos, liberdades e garantias nela consagrados que são contestados com a exigência da sua revisão, fora e contra os mecanismos nela previstos e com campanhas persistentes e corrosivas junto da opinião pública.

À acção desestabilizadora daqueles que querem o regresso ao passado é necessário opor a acção comum, a cooperação, a solidariedade dos que estão do lado da democracia e da liberdade.

A busca de uma alternativa democrática e patriótica deverá ser um objectivo central de todas as forças que se opõem ao regresso ao passado, que se opõem à reconstituição de um poder político e económico que esmagaria as liberdades, traria de novo a opressão e a miséria ao nosso povo, comprometeria o desenvolvimento económico, a independência nacional, a integridade da Pátria.

Uma alternativa que contenha em si a defesa de todas as grandes conquistas da Revolução, que respeite e consolide a Reforma Agrária e as nacionalizações, que estimule a participação criadora dos trabalhadores e o *contrôle* de gestão, que respeite os interesses e direitos dos trabalhadores, que atenda às suas reivindicações mais instantes, bem como às reivindicações de outros estratos importantes da população, como os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, os reformados, os jovens, etc., uma política, em suma, que no caminho de Abril se enquadre plenamente no respeito da Constituição da República, uma tal política isolará de vez os inimigos da democracia, dará forma e consolidará as mais profundas aspirações dos Portugueses – a paz, o bem-estar, o progresso social, um futuro melhor no rumo do socialismo.

Estamos certos de que tal política congregará o apoio e a adesão dos trabalhadores portugueses, será capaz de mobilizar a imensa maioria do povo português e encontrará na sua capacidade criadora e no seu empenho as forças necessárias para ser levada à prática.

O PCP reafirma hoje e mais uma vez a sua disposição e disponibilidade para examinar todos os problemas nacionais com outras forças democráticas e patrióticas e encontrar, na unidade de objectivos e na solidariedade da acção, as formas adequadas à defesa e consolidação do regime democrático.

Solidários com todas as vítimas da violência fascista, com todas as vítimas do terrorismo e do separatismo, fazemos votos sinceros, na data em que se comemoram quatro anos da Revolução de Abril, para que todos aqueles que não querem regressar ao 24 de Abril se unam debaixo da bandeira da democracia e da Constituição e oponham uma barreira intransponível à ofensiva reaccionária.

Aplausos do PCP, do PS e dos Deputados independentes presentes.

A paz, a liberdade, a independência nacional, a integridade da Pátria, são hoje, perante os ataques desenvolvidos contra o regime democrático saído da Revolução de Abril, factores de coesão e unidade que encontram e encontrarão profundo eco no povo português, que permitirão mobilizá-lo num projecto de reconstrução nacional, de resolução dos graves problemas nacionais.

Da nossa parte, afirmando que não nos pouparemos a esforços para realizar tais objectivos, queremos expressar a nossa completa confiança e certeza de que Abril, os seus ideais e as suas conquistas estão bem vivos no coração dos Portugueses e de que, contra todas as ameaças, serão defendidos.

Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS e dos Deputados independentes presentes.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Partido do Centro Democrático Social.



O Sr. Oliveira Dias (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Os quatro anos que vivemos a partir de 25 de Abril de 1974 não nos permitem – porque são poucos e porque têm sido intensos – a distância necessária para pretendermos escrever ou dizer já aquilo que na história há-de ficar.

Tenho, porém, a certeza de que a data que hoje celebramos há-de sempre encabeçar um capítulo diferente da história de Portugal. Capítulo em que hão-de figurar deliberações tomadas nesta Casa e as suas consequências, em que hão-de ser referidas personalidades hoje aqui presentes; em que aquilo que no dia a dia nos apaixona, com tonalidades de entusiasmo ou de desgosto, em regra terá desaparecido, na medida em que uma coisa são os sentimentos apaixonados dos homens e outra são ou serão os juízos rigorosos da história.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Mas o tempo há-de confirmar o sentido das comemorações que esta Assembleia hoje renova.

Na história de oito séculos da nossa Pátria, abriu-se um capítulo novo, naquela madrugada da Revolução e nos dias de deslumbramento que se lhe seguiram.

Foram dias em que um povo inteiro passou da cor baça da descrença e da angústia para a felicidade das perspectivas de paz e para o encanto dos horizontes da Primavera em Portugal.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): – Muito bem!

O Orador: – Era a liberdade!

Porém, Portugal – mesmo depois de concentrado no rectângulo da Europa, nos Açores e na Madeira e na presença singular em Macau – não é tão pequeno como um canteiro em que alguém semeia e em que só cresce uma espécie de flores, todas da mesma cor.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Num país, mesmo pequeno, uma flor só não é a Primavera, e apenas uma cor não pode exprimir a liberdade.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.

Liberdade, cor do homem – como dizia André Breton –, isto é, o direito e o dever que cada homem tem de ter e de aparecer com a sua própria cor.

Era a liberdade que, tal como prometia o manifesto do 25 de Abril, não pode deixar de ser entendida como causa e efeito da justiça. Liberdade que é sinónimo de responsabilidade, que como tal a vemos, uns nos outros – e os outros e a história hão-de ver em nós. Causa e efeito de justiça, não só entendida como respeito por um ordenamento jurídico adequado, mas, para além disso, concretizada nos direitos da pessoa humana, vivendo numa sociedade moderna e justa, tal como as declarações internacionais os definiram e a Constituição Portuguesa os acolheu.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Responsabilidade que devemos querer e teremos de assumir, perante Portugal e o mundo, hoje e na história.

Tenho consciência de que continuam sem resposta satisfatória muitas das perguntas que o Sr. Presidente da República nos dirigiu aqui, faz hoje um ano. Nessa sessão, como desde que foi eleito, o Sr. General Ramalho Eanes falou, como lhe cumpre, em nome do povo que lhe atribuiu o seu mandato, com uma firmeza a que, por nós, não deixaremos de prestar, de novo, a mais convicta homenagem.

Aplausos do PS, CDS, Governo e alguns Deputados do PSD.

Perguntas claras e tão exigentes, como eram e são os requisitos e as acções necessários para dar cumprimento integral às promessas do 25 de Abril. Respostas necessárias, que desafiam a capacidade dos homens e a complexidade dos mecanismos de deliberação e de execução da orgânica do Estado; que não poupam a ninguém a obrigação de um empenhamento pessoal para as construir; em relação às quais, na complexidade dos tempos, mesmo as medidas acertadas, como muitas das que já foram decididas, requerem muito esforço e algum tempo para que se vejam e se vivam as suas consequências positivas.

Muitas dessas perguntas continuam sem resposta satisfatória. A justiça está longe de poder considerar-se assegurada, a liberdade – em zonas cada vez menores, mas ainda importantes do território nacional – continua ameaçada; a vida é difícil, o povo queixa-se e o desânimo tolda o olhar das famílias e das pessoas, atenua a luz e carrega as sombras.

O CDS tem plena consciência da gravidade da crise que Portugal atravessa – chamou inúmeras vezes as atenções para a sua iminência sem que lhe dessem ouvidos – e conhece bem as

repercussões que ela tem na vida da enorme maioria dos portugueses.

Vivemos, de facto, tempos difíceis!

Mas não é nos tempos fáceis, nem é fugindo às dificuldades que os homens, as instituições e os povos dão provas daquilo que são, que valem ou que merecem.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – E das dificuldades há ilações que não é legítimo extrair nem propagandar.

Não é legítimo, nem honesto, que quem é mais responsável pela crise económica em que vivemos intente aproveitar-se agora das consequências daquilo que fez, ou mandou fazer, para pretender captar o descontentamento de um povo que sofre, tentando mais uma vez voltá-lo contra o caminho da sua própria sobrevivência.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Não é legítimo, nem racional, atribuir à liberdade, ou ao 25 de Abril, ou ao povo, as consequências destruidoras de um processo diferente, que no movimento democrático dos militares se enxertou; que pretendeu repetir, e em muitos passos repetiu, em Portugal o desenvolvimento da estratégia das vanguardas revolucionárias, que em toda a parte onde foram experimentadas – e em Portugal também – não só não resolveram os problemas dos povos que a sofreram, como atraçoaram sempre qualquer ideal de quem a tenha aceite como método para alcançar objectivos generosos.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Não é legítimo, nem racional, atribuir ao 25 de Abril ou à liberdade as culpas de um processo diferente, que – sobretudo até 25 de Novembro de 1975 – submergiu os ideais e as promessas e asfixiou a liberdade que o povo português esperava, que merecia e merece, e que soube defender heroicamente, contra a intoxicação mais profunda, as ameaças mais torpes e os atentados mais graves de que foi vítima.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Não é legítimo, nem respeita a dignidade humana, não corresponde às evidências que nos apresenta a conjuntura nacional e internacional, pensar ou pretender que a resolução das nossas dificuldades deva procurar-se de novo pela força, caçando bruxas, enchendo prisões, vingando agravos com novas injustiças, procurando novas vítimas. Em suma, e para falar claramente, não é

legítimo, não respeita a dignidade humana, não corresponde às evidências e é um insulto aos Portugueses e uma traição a Portugal apontar como caminho para a resolução das dificuldades o apelo ou o incentivo à ditadura, seja quem for, diga o que disser o pretendido ditador, parta de onde partir o seu cavalo ou a sua galera.

Aplausos do PS, PSD, CDS e Governo.

Aquilo que os Portugueses sofrem não é inédito!

Basta lembrarmo-nos daquilo que se passou na Europa toda – e em Portugal também – durante e no fim da última guerra mundial; daquilo que então faltava a quase toda a gente e que, apesar de tudo, hoje há para quase todos; do que nos contavam os refugiados dos países em guerra; daquilo que se via pela Europa adiante, anos ainda depois de assinada a paz.

E poderíamos correr o mundo martirizado, para vermos como, em poucos anos, situações muito mais graves do que aquela que sofremos agora foram superadas pelo esforço, pelo trabalho dos povos, pela solidariedade nacional e internacional.

Portugal, arruinado, não tinha ainda percebido bem a situação em que se encontra.

As consequências da crise são dolorosas para toda a gente – excepto para as aves de rapina, que aparecem sempre nas horas más e que é preciso afastar.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Porém, quando outros povos venceram dificuldades maiores, os Portugueses hão-de também ser capazes de vencer as suas.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – E para isso não é preciso vender a independência nem a dignidade nacionais. Nem é preciso escondermo-nos no nosso orgulho ferido, fugindo das mãos que, lealmente, nos quiserem ajudar.

A aposta europeia de Portugal não colide em nada com o mais genuíno portuguesismo, como não feriu a personalidade própria dos povos já associados no Mercado Comum. Colide, sim, é com os nossos complexos de país atrasado na Europa, com a preguiça, com a desorganização e a incompetência, quando temos de trabalhar aqui, pelo menos, tanto e tão bem como trabalham os nossos emigrantes.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Portugal europeu é possível se os Portugueses quizerem, em liberdade e graças ao 25 de Abril.

Nada disso é possível se as instituições democráticas forem subvertidas e alguém pretender obrigar os Portugueses a fazer à força aquilo que, em liberdade, ainda não conseguiram. Mas podem conseguir e querem conseguir.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Quatro anos volvidos, esta a perspectiva que o 25 de Abril abriu aos Portugueses que a Europa olha com admiração, por terem repellido uma ditadura velha e logo outra ditadura, que aparecia de novo, mas era ainda mais velha do que aquela em que a maior parte de nós nascemos.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Em 25 de Abril de 1978, experimentado por tudo quanto já passou, enfrentando com determinação a dureza do trabalho e qualquer ameaça às instituições democráticas entretanto criadas, o povo português defenderá a sua liberdade e alcançará a justiça e os padrões de vida a que tem direito.

Este o sentido da posição que o CDS assume na actual conjuntura política e económica.

Hoje, na nossa opinião, esta a melhor homenagem aos homens que fizeram o 25 de Abril e aos que, entretanto, o defenderam de todos os enganos, ameaças e traições.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – O CDS acredita que Portugal livre pode contar com os Portugueses. Com as instituições democráticas, o povo português afirmará de novo a sua capacidade perante o Mundo e perante a História, perante a memória daqueles portugueses de outros tempos que tantas vezes venceram dificuldades e dúvidas muito mais graves do que aquelas que se nos deparam.

O CDS acredita que o povo português saberá sempre distinguir as propostas sérias dos jogos fátuos. Tudo está nas suas mãos e por isso o povo terá o que merece.

Portugal livre vencerá!

Aplausos do PS, CDS e Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata.



O Sr. Moura Guedes (PSD):— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Quase cinquenta anos de opressão e de injustiça não conseguiram sufocar no povo português a força irreprimível e transfiguradora da esperança.

Por isso o 25 de Abril foi possível.

Foi nessa esperança que pegou em armas numa madrugada de Abril e que, num impulso irresistível, levou de arrancada, à sua frente, as barreiras podres da ditadura e do colonialismo. E o País pôde redescobrir os horizontes vastos do Mundo e, no espaço livre de si mesmo, reencontrar-se consigo e com a sua história.

Não foi preciso, felizmente, que a manhã gloriosa da liberdade que assim nascia houvesse de ser baptizada em sangue.

Ela já vinha baptizada no sofrimento e na luta, no heroísmo e na determinação dos muitos homens livres que, ao longo de décadas e provindos de todos os quadrantes ideológicos, haviam sabido ser a resistência ao regime, batendo-se em todas as frentes, pela democracia, com a indómita coragem que só o amor à liberdade sabe emprestar aos homens.

Quando em 1975 essa liberdade voltou a estar ameaçada e o País se encontrou na iminência de uma nova ditadura, foi, de novo, a força irreprimível e transfiguradora da esperança que fez levantar o povo português de norte a sul do País, e foi esse povo, com o apoio decidido de militares, que conseguiu despedaçar as muralhas de aço do novo totalitarismo em que pretendiam encerrá-lo, permitindo, deste modo, que a democracia pudesse ser institucionalizada em Portugal.

O Sr. Anatólio Vasconcelos (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi assim que pudemos fazer uma Constituição, escolher livremente os representantes do povo à Assembleia Legislativa, eleger um Presidente da República, designar democraticamente os órgãos das autarquias locais, lançar, em suma, os alicerces, porventura ainda não suficientemente sólidos, de um Estado de direito.

Toda esta estrutura formal da democracia que conseguimos estabelecer, não sem custo, se é importante e indispensável, não chega, por si só, para assegurar a realidade de uma autêntica e límpida vivência democrática. A democracia pode mesmo extinguir-se,

subsistindo embora as suas instituições formais, os seus rótulos e os seus ritos, se ao reconhecimento jurídico dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos não corresponder uma prática que traduza o efectivo respeito pelo seu exercício.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se esse desfasamento viesse a ocorrer, estaríamos caídos no farisaísmo democrático dos sepulcros caídos...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esse é um perigo real com que nos defrontamos neste momento, quando vemos entidades políticas, que deveriam ser altamente responsáveis, alinhar numa autêntica campanha difamatória desencadeada por alguns partidos políticos e certa imprensa contra aqueles que se limitam a exercer o legítimo direito de crítica em relação aos Órgãos de Soberania, crítica essa exercida em nome, na defesa e na prática da democracia.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Se o exercício desse direito de livre crítica, dirigida a quem quer que fosse, viesse a ser cerceado através de uma censura política, a democracia passaria a estar em perigo. Nós, sociais-democratas, não permitiremos que isso aconteça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com todas as dúvidas e perplexidades que factos deste tipo nos suscitam, perguntemo-nos: Ao fim de quatro anos de caminhada, teremos avançado, substancialmente, em direcção a esse «país novo» que queríamos alcançar? Esse país «mais livre, mais justo e mais fraterno»?

É com mágoa que temos de reconhecer que ainda não. Esse país de bem-estar para todos, esse país de justiça e de paz, construído na liberdade, está ainda distante da realidade nacional.

Tão longe que já muitos (e esse é o drama nacional) começam a duvidar mesmo da própria viabilidade desse «país novo», perguntando-se a si próprios se ele não será apenas mais uma daquelas ridículas miragens que, ao sumirem-se, acabam por deixar o deserto ainda mais deserto.

Tem faltado e continua a faltar ao País um projecto global que permita enfrentar a gravíssima crise que vivemos, também ela de carácter global.

Parece evidente que só essa solução política, económica, social e

cultural terá eficácia para ultrapassar a crise. Tudo o mais estará condenado ao fracasso.

Continua a não se ver surgir na nossa vida política esse projecto equilibrado, justo e realista, de salvação nacional que as circunstâncias exigiriam.

Nem o País se dá conta de quaisquer esforços, desenvolvidos por quem de direito, nos quadros constitucionais, no sentido de se verem criadas as condições mínimas favoráveis ao aparecimento de um projecto deste tipo, que, dispondo à partida de uma ampla base de apoio, seria seguramente capaz de mobilizar a grande maioria dos portugueses.

A falta de imaginação ou de vontade política continua, assim, a bloquear a solução dos problemas gravíssimos com que Portugal se defronta.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Como o PSD tem vindo insistentemente a acentuar, é alarmante a situação do País.

A situação económica e financeira continua a agravar-se cada vez mais, sem que se defina uma estratégia coerente de ataque à crise. Os preços sobem assustadoramente e o custo de vida torna-se insuportável para os mais desfavorecidos.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – A política de severa austeridade que se impõe aos cidadãos não tem qualquer correspondência numa correlativa e moralizadora exigência de austeridade pública, prosseguindo assim o escândalo das despesas sumptuárias do Governo e de outras entidades.

Vozes do PSD: – Muito bem!

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – A maior parte dos meios de comunicação pertencentes ao Estado continua a ser instrumentalizada pelos partidos do Governo, em flagrante violação da Constituição.

Vozes do PSD: – Muito bem!

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – Alastra a corrupção, o nepotismo, a droga, a violência e a criminalidade.

O Sr. Octávio Pato (PCP): – E a conspiração!

O Orador: – Aumenta o número de desempregados e de famílias sem habitação.

Para os estudantes não se vislumbra futuro.

Para os portugueses da terceira idade e para os beneficiários da segurança social não se vislumbra presente.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – A Administração continua paralisada; o Estado endivida-se, a dependência nacional é cada vez maior.

Tudo isto sem que surja um projecto nacional mobilizador e o impulso necessário para o executar.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): – Está na Constituição!

O Orador: – Perante isto, aumenta, como seria inevitável, o descontentamento.

Escreveu Fernando Pessoa: «Ser descontente é ser homem.»

O descontentamento exprime a legítima atitude de desagrado de um homem livre perante uma realidade social degradada que lhe pretendem impor em termos de vida.

Já há um ano o Sr. Presidente da República advertiu nesta Câmara o País para esse desencanto, formulando então toda uma série de perguntas importantes, que, a serem respondidas pelos condutores dos destinos do País, nos permitiriam uma mais correcta avaliação dos males que afligem a Nação Portuguesa.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Por que continuam sem resposta essas perguntas?

Como a febre, o descontentamento é um sintoma; o mal não está nele mesmo, mas na doença que revela: o fracasso das fórmulas em que tem vindo a assentar a composição do Governo.

Esse o problema para o qual o povo português, através dos legítimos Órgãos de Soberania competentes para o efeito, terá de encontrar, mais dia menos dia, remédio satisfatório, dentro do quadro das soluções constitucionais.

Vozes do PS: – Ah, ah, ah!...

O Orador: – Não duvidamos de que essa solução virá a ser encontrada, porque em democracia, e é essa uma das suas maiores virtudes, há sempre alternativas de solução democrática.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente da República:

Quatro anos são simultaneamente muito pouco tempo e muito tempo na vida de um povo.

São muito pouco tempo para erradicar hábitos de mentalidade e comportamento herdados do passado.

São muito tempo para que um país se permita dissipá-los ingloriamente, em inconsequentes aventuras e em desgastantes experiências de ineficácia.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O período anarco-populista que atravessámos, em delírio, corrompeu e dissolveu de alguma forma as nossas estruturas morais e culturais.

O gonzalvismo, com a sua política de terra queimada, destruiu deliberadamente grande parte das estruturas económicas produtivas, agravando a manifesta debilidade que as mesmas já revelavam anteriormente e criando condições estruturais difíceis ao relançamento da nossa economia.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Os I e II Governos Constitucionais, com a sua inoperância e a sua incapacidade, têm vindo a corroer esse outro factor importante da recuperação nacional que é a confiança dos Portugueses nas promessas do 25 de Abril e a esperança na própria democracia e nas suas instituições.

Vozes do PSD: – Muito bem!

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – Embora compreendendo as razões do desencanto de muitos, o Partido Social Democrata não os acompanha nessa atitude de desalento.

O PSD continua a acreditar no 25 de Abril e quer afirmá-lo por forma bem clara nesta tribuna...

Risos do PS e PCP.

... porque, não obstante a indesmentível gravidade da situação que o País vive, acredita que o povo português saberá encontrar os caminhos certos e democráticos para sair dela.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O PSD não vota contra a esperança.

O PSD sabe que, como disse um dia Rui Barbosa, «a pior das democracias é sempre preferível à melhor das ditaduras».

Aplausos do PSD.

Ao assumir com clareza o seu papel de oposição democrática, o PSD tem a consciência de estar, desse modo, a servir o País e a edificação da democracia.

Começará por servir esses objectivos, com firme sentido de responsabilidade, no espaço político desta Assembleia em que se encontra representado pela vontade do povo.

Lutará aqui pelo aperfeiçoamento do Estado de direito democrático em que queremos viver.

Isto passa pela regulamentação e cumprimento imediato, que exigiremos, das Leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural, Delimitação dos Sectores Públicos e Privado e das Indemnizações.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): – E o combate ao separatismo!

O Orador: – Há que aprovar, com urgência, os planos para a concretização da autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Há que votar, nesta Assembleia, diplomas excepcionalmente importantes para a vida do País, como são a ratificação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e protocolos adicionais; as leis da liberdade de ensino, da rádio e TV, das associações sindicais, do seguro agrícola, das finanças locais, da regulamentação da concorrência, da defesa nacional e Lei Eleitoral.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Servir a democracia terá de ser, antes de mais nada, procurar dotá-la daquele indispensável travejamento jurídico que, regulamentando, a todos os níveis, a vida de relação, possa defender os cidadãos contra o arbítrio e a prepotência, que acabam sempre por sobrevir na falta de lei claramente expressa.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Servir a democracia terá de ser ouvir atentamente as sugestões e as críticas do povo e procurar dar-lhes expressão no debate político e na formulação das leis.

Servir a democracia terá de ser para um partido de oposição democrática, como claramente somos, fiscalizar a acção do Executivo e apreciar criticamente a actuação de todos os Órgãos de Soberania, exigindo que os seus comportamentos políticos se conformem com a vontade nacional e os interesses do País, virados para a defesa do bem-estar e da liberdade dos Portugueses.

Aplausos do PSD.

Procuraremos servir a democracia dessa forma, com a consciência de que a construção de uma sociedade democrática é tarefa que não termina nunca, porque a democracia é dinamismo, adaptação constante à permanente mobilidade da vida social, futuro a construir, caminho sempre à frente dos olhos, e que, por ser tudo isso, não se compadece com o dogmatismo das verdades imutáveis e pré-fabricadas.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Ao comemorarmos, com sinceridade e emoção, o 25 de Abril, o PSD quer afirmar, aqui e agora, pela minha voz, que o 25 de Abril, como tarefa de construção de um «país novo», está ainda por concluir.

Teremos de ser nós todos, democratas, a concluí-lo.

A isso nos comprometemos perante o povo português e sabermos honrar a nossa palavra.

Tenho dito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Partido Socialista.



O Sr. Manuel Alegre (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Neste dia, que é o dia da liberdade, o Partido Socialista saúda o general Ramalho Eanes, Presidente da República livremente eleito pelo povo português, símbolo da unidade nacional e garante dos ideais do 25 de Abril, consagrados na Constituição.

Aplausos, de pé, do PS, PSD, CDS, PCP, Deputados independentes e Governo.

O Partido Socialista saúda o Conselho da Revolução e, nas pessoas dos conselheiros aqui presentes, saúda os militares que em 25 de Abril de 1974, resgatando a honra das forças armadas, derubaram um regime ilegítimo e restituíram ao povo português a liberdade, a dignidade cívica e o próprio exercício da soberania nacional.

Aplausos do PS, PCP, UDP, Deputados independentes, alguns Deputados do PSD e CDS e Governo.

O Partido Socialista saúda o Governo presidido por Mário Soares, Governo democrático e legítimo, Governo de solidariedade nacional, que está a fazer um esforço patriótico para vencer a crise e salvaguardar as conquistas do 25 de Abril.

Aplausos do PS e CDS.

O Partido Socialista evoca com especial emoção a resistência antifascista portuguesa, que, ao longo de quarenta e oito anos de ditadura, apesar do terror e da perseguição, da censura e da policia política, das prisões e dos campos de concentração, das torturas, dos exílios, dos assassinatos, nunca se rendeu e nunca se vergou, lutando sem desfalecimentos pela causa da liberdade e da justiça.

Foi ela, a resistência, hoje tão esquecida e vilipendiada, que nesse período sombrio da nossa história assumiu a honra nacional. Foi o seu exemplo e o seu espírito indomável que formaram a

consciência democrática das novas gerações e abriu caminho para a revolução vitoriosa do 25 de Abril.

Evoco, neste dia, o seu exemplo porque, perante a ofensiva revanchista contra o 25 de Abril, é necessário que o espírito da resistência esteja bem vivo em todos os portugueses que não estão dispostos a perder outra vez a liberdade.

Aplausos gerais.

Evoco a resistência para tornar bem claro aos nostálgicos do passado que os socialistas portugueses, adeptos dos princípios de tolerância e de reconciliação nacional, saberão, no entanto, defender o 25 de Abril com a mesma firmeza e determinação com que sempre lutaram pela causa da democracia.

Como afirmou Mário Soares, «o Partido Socialista saberá dizer não aos que sonham com o regresso ao passado».

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Revolução do 25 de Abril nasceu, como todas as revoluções, de uma ruptura. Ruptura com um sistema de opressão e injustiça; ruptura com a rotina, o conformismo, a submissão. Assim foi sempre, em todos os momentos altos da nossa história. Desde que um príncipe subversivo teve a ousadia de se revoltar contra a mãe e desobedecer ao Papa para fundar um reino e uma pátria, sempre os momentos decisivos da nossa história foram momentos de ruptura, de revolta, de insubmissão e inconformismo. Momentos de rasgo e risco, como os que levaram as nossas naus pelos caminhos do mar à procura de novos mundos e novas gentes, nessa epopeia sem par que iniciou uma nova era, aproximando povos e continentes, destruindo mitos e dogmas, contribuindo, com a experiência do ver claramente visto, para o nascimento da mentalidade científica e do espírito renascentista.

Momentos de revolta e iniciativa histórica, como 1383, 1640, 1820, 1910.

Assim se fez esta pátria, este povo e esta história, que é o nosso património mais precioso: rompendo, sempre que as circunstâncias o exigiram, com o obsoleto e o caduco, resistindo e rebelando-se sempre contra a opressão interna ou a ocupação externa.

A lição da história de Portugal é uma lição de grandeza e vistas largas, lição de liberdade, universalismo, insubmissão; não a do espírito tacanho e bota-de-elástico, burocrático e inquisitorial, marialva e beleguim, do nacional-salazarismo.

Faltava, porém, fazer a última viagem: a do regresso de Portugal a si próprio. Foi essa a viagem que se iniciou a 25 de Abril de 1974. Viagem de regresso. Mas também viagem de recomeço. Porque uma nova era da história de Portugal começou a 25 de Abril de 1974. Talvez mesmo, como já aqui afirmou o meu camarada

Salgado Zenha, os historiadores venham um dia assinalar que a Revolução do 25 de Abril pertence a um conjunto de factos que prenunciam uma nova era na história da Europa e do Mundo.

Seja como for, o que importa sublinhar, aqui e agora, é que a Revolução do 25 de Abril, pondo fim à mais velha ditadura do século, restabeleceu em Portugal a legitimidade do exercício do Poder, a qual só existe em liberdade e democracia.

E falo de legitimidade porque é tempo de tornar definitivamente claras duas coisas: a primeira é a de que o regime fascista era um regime ilegítimo, por isso que se fundava na supressão das liberdades, na repressão e no terror policial; a segunda é a de que o actual regime democrático é um regime legítimo, porque nasceu da livre escolha do povo português, no pleno gozo e exercício dos seus direitos de cidadania.

À Revolução do 25 de Abril cabe, pois, o mérito histórico de ter restabelecido o princípio da legitimidade, da única e verdadeira legitimidade: a que resulta do sufrágio directo, secreto e universal.

A diferença entre o golpe militar do 28 de Maio e o movimento de 25 de Abril é precisamente essa: do primeiro nasceu uma ditadura; do segundo nasceu uma democracia. Importa lembrar aos que sonham com um novo 28 de Maio que as ditaduras são sempre ilegítimas e que só há legitimidade em democracia.

Aplausos do PS, CDS, alguns Deputados do PSD e PCP e Governo.

Não é, pois, admissível que a crítica e a oposição aos Órgãos de Soberania se transformem em crítica ou oposição à legitimidade do regime democrático instaurado pela Revolução do 25 de Abril. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perguntar se o 25 de Abril valeu a pena não é realmente pergunta que se faça, como muito bem disse um camarada meu. A prova é a de que estamos aqui como representantes do povo, livremente eleitos pelo povo, o que durante meio século não aconteceu nunca nesta sala.

A Revolução teve os seus erros, é certo. Todas as revoluções os têm. E não há revoluções quimicamente puras. Mas o que não é admissível é que certos sectores evoquem esses erros para condenar em bloco uma revolução libertadora, ao mesmo tempo que, com tanta indulgência, procuram desculpar os crimes de uma ditadura infame e opressora.

Aplausos do PS, CDS e Governo.

Quem assim procede ou tem vocação para ditador ou tem alma de lacaio.

Não é essa a vocação nem a alma do povo português, que desde a primeira hora esteve com o 25 de Abril e que em quatro eleições

sucessivas escolheu inequivocamente a liberdade e a democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Revolução tem sido generosa para com os seus inimigos. Mas não pode confundir-se generosidade com quebra de autoridade. O problema da autoridade democrática continua na ordem do dia. Continua na ordem do dia o problema do Estado.

O Estado não é uma abstracção. O Estado não é neutro. E é evidente que o Estado nascido da revolução democrática não pode ter os vícios, os tiques, a mentalidade e o estilo do Estado que a Revolução derrubou.

Em nosso entender, o problema da autoridade democrática não resulta de uma crise de identidade, mas de uma crise de mentalidade.

O principal erro político da revolução democrática foi o de não ter sabido fazer a pedagogia dos seus princípios. Foi o de não ter sabido criar ainda um estilo, uma linguagem, um projecto cultural. Já António Sérgio dizia que não pode haver verdadeira transformação social sem uma reforma da mentalidade.

É essa reforma que é preciso fazer. E é preciso fazê-la ao nível do próprio Estado.

Existem em vários sectores reflexos condicionados que levam as pessoas a agir segundo critérios ideológicos do passado, facto particularmente grave quando se trata de funcionários e agentes do Estado. Se há hoje um Estado de direito neste país, isso deve-se à Revolução do 25 de Abril.

Se existe hoje separação de poderes, isso deve-se à Revolução e particularmente à luta dos socialistas, que sempre se bateram por um princípio.

Antes do 25 de Abril os juízes não eram, de facto, independentes. Hoje são-no.

A verdade, porém, é que magistrados que sempre assistiram passivamente às arbitrariedades do regime fascista comportam-se hoje com uma estranha benevolência em relação a caceteiros, bombistas e inimigos da democracia.

Aplausos do PS, PCP, alguns Deputados do CDS e Governo.

A democracia precisa de uma justiça forte, prestigiada e independente do poder político.

Mas não pode haver democracia se a justiça dá cobertura aos que, pela violência, atentam contra a ordem democrática.

Essa a razão pela qual não podemos deixar de considerar como uma afronta à democracia, à dignidade, à justiça, a libertação dos cinco agressores de Almeida Santos presos em Ponta Delgada e trazidos para Lisboa.

Aplausos, de pé, do PS, PCP, UDP, alguns Deputados do CDS, Deputados independentes e Governo.

Sejamos claros: o Estado não pode ser oposição ao Estado; os órgãos do Estado não podem resistir ao exercício da autoridade democrática e legítima dos órgãos do Poder.

O poder democrático tem de ser exercido e tem de ser acatado. Essa é a condição da afirmação institucional da democracia.

Não pode continuar a admitir-se que a ordem democrática seja impunemente atacada ou posta em causa, como ainda recentemente aconteceu em Ponta Delgada.

Não pode continuar a admitir-se que o espírito de reconciliação nacional que presidiu ao 25 de Abril seja quotidianamente ferido por campanhas de ódio que incitam à retaliação e ao desmembramento da ordem constitucional.

Não pode continuar a admitir-se que muitos daqueles que aceitaram passivamente a mordida da censura abusem hoje da liberdade para voltar a fazer de Portugal um país amordaçado.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Não pode continuar a admitir-se o «terrorismo verbal» de que muito justamente fala o Conselho da Revolução.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Não pode admitir-se que o separatismo, máscara ideológica do fascismo, continue a atentar contra a democracia e a unidade nacional.

Aplausos do PS, PCP, UDP, alguns Deputados do CDS, Deputados independentes e Governo.

A democracia funda-se na tolerância e é incompatível com o clima psicológico de guerra civil permanente que alguns pretendem instaurar na sociedade portuguesa.

O Partido Socialista entende que é tempo de dizer basta à contra-revolução ideológica, de teor fascizante, veiculada por certos órgãos de intoxicação.

Aplausos do PS, PCP, Deputados independentes e Governo.

O Partido Socialista entende que é tempo de contra-atacar com os meios legais e políticos que a Constituição faculta.

Neste domínio, cabe à Assembleia da República um importante papel no sentido de aprovar legislação que possibilite uma acção eficaz contra as actividades antidemocráticas.

Aplausos do PS, PCP, alguns Deputados do CDS, Deputados independentes e Governo.

Mas os órgãos do Estado, todos os órgãos do Estado, a qualquer nível ou escalão, têm de estar, clara e inequivocamente, do lado do regime democrático, que consubstancia a vontade nacional, expressa através de eleições livres.

Só assim será possível vencer a crise em democracia. E só em democracia – é bom lembrar – será possível vencer a crise.

O Partido Socialista entende, pois, que às ameaças de actos de força ou de subversão antidemocrática o Estado tem de responder com a sua própria força, que é a força da lei e da ordem democrática.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito se tem falado em projecto nacional. A este respeito entendemos que, sendo a democracia um regime que se funda no pluralismo e na diversidade, é do livre confronto das ideias e dos diferentes projectos que pode formar-se um consenso em torno de um projecto colectivo.

Ora, o grande projecto colectivo, aquele que serve de denominador comum a todas as forças políticas democráticas, é o da própria democracia.

Não pode haver, em democracia, projecto único. O projecto único supõe sempre o partido único. Por isso nos parecem arriscados os termos e a insistência com que se fala na necessidade de um projecto nacional novo.

Independentemente das intenções, uma tal insistência tem uma lógica: à força de se falar na necessidade de um projecto nacional novo, acaba por se chegar, como Salazar, à conclusão de que é precisa «uma nova ordem das coisas». Ou seja, à força de se falar em projecto nacional novo, acaba-se por se propor o Estado novo. E todos sabemos o que tal significa.

Risos do PS.

Pela nossa parte, nós, socialistas, não vamos por aí. Temos um projecto nacional muito claro: construir a democracia e caminhar, no quadro da democracia política, para uma sociedade socialista em liberdade.

Mas se não há, em democracia, projecto único, se a Democracia é até o livre confronto entre vários projectos alternativos, pode e tem de haver consenso, pelo menos em relação ao próprio regime democrático e aos grandes objectivos nacionais.

Como já foi assinalado nesta Assembleia pelo Sr. Deputado Amaro da Costa, a rotura desse consenso por parte de forças políticas ou sociais significativas representa um perigo grave para a estabilidade democrática. Ora, quando se assiste à escalada de forças empenhadas, não tanto em fazer oposição a este ou àquele Órgão de Soberania, mas em minar a própria ordem constitucional, é

necessário que entre todas as forças responsáveis se estabeleça, independentemente de diferenças ideológicas e até do antagonismo de filosofias, um consenso sólido quanto à necessidade de preservar, prestigiar e defender o regime democrático.

Aplausos do PS, CDS e Governo.

Consenso esse que deve estabelecer-se entre partidos no Governo e partidos na oposição, já que a defesa da democracia compete tanto a uns como a outros.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – A colaboração existente, ao nível do Governo e da Assembleia, entre socialistas e centristas é um exemplo do espírito da solidariedade nacional que pode e deve existir entre portugueses com ideologias e projectos políticos diferentes, mas animados pelo mesmo propósito patriótico de reconstruir o País e consolidar a democracia.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – O Governo está a actuar com realismo e coragem. E se é legítimo criticar o Governo, se é legítimo apresentar soluções alternativas, não é legítimo, na hora presente, criticar por criticar, contestar por contestar, apenas na mira de dificultar, se não mesmo bloquear, a acção governativa.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Uma tal atitude não é democrática nem patriótica. Nesta hora de grandes dificuldades e muitas incompreensões, o grupo parlamentar socialista reafirma a Mário Soares e ao Governo o seu firme apoio e solidariedade indefectível.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há um grande projecto nacional: construir a democracia.

O dever de todos os democratas, qualquer que seja o campo ideológico ou partidário em que se situem, é o de lutarem para que esse projecto se enraíze na consciência dos cidadãos e se traduza nos factos da vida política.

Alguns esqueceram já o tempo do medo e da mordaza.

Alguns esqueceram já o tempo das salas de tortura, dos tribunais plenários, das medidas de segurança, que transformavam as sentenças em prisão perpétua.

Alguns esqueceram já o tempo em que era proibido fazer greve, reunir, falar, escrever, manifestar, o tempo em que era perigoso discordar e, mais ainda, reagir.

Alguns esqueceram já o tempo em que o povo tinha só o direito de ser oprimido, de calar e obedecer, o tempo em que as eleições eram uma farsa e ser da oposição um crime.

Alguns esqueceram já o tempo das prisões e do exílio, o tempo ignominioso do Tarrafal.

Mas há aqui, nesta Assembleia, quem não tenha esquecido.

Há aqui, na Assembleia e no Governo, quem, no 25 de Abril, estivesse ainda na prisão ou no exílio.

Por esse país fora há milhares e milhares de portugueses que não podem esquecer. O fascismo realmente existiu.

O fascismo não pode voltar à terra portuguesa. O fascismo não voltará.

Por isso, hoje e sempre, é preciso que o 25 de Abril não seja só uma data que se comemora; é preciso que o 25 de Abril seja uma vivência sempre renovada, um acto de confiança e de fé na democracia, na liberdade e no futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.

Vozes do PS: – Viva!

Aplausos do PS, CDS e Governo.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho

Eanes: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Portugueses: Celebramos hoje a liberdade dos Portugueses e a legitimidade das instituições que nos regem.

Celebramos o projecto democrático que esteve na origem e que justifica o 25 de Abril.

Estes são o dia e o lugar apropriados para que se medite no que foi feito e para que se afirme o que é possível e necessário fazer de modo que Abril não fique como uma esperança sem resposta. O momento não autoriza que esta cerimónia decorra sem a sombra de perigos que ameaçam a obra incompleta da Revolução e que obrigam os Portugueses a considerar o futuro com natural ansiedade.

Neste dia, que devia ser de alegria e confiança, as palavras não podem ser usadas para ocultar ou iludir a gravidade da situação. Para que a fé dos Portugueses possa ser recuperada, para que a consciência de cada um possa ser força da Nação, é preciso que a verdade seja dita e reconhecida.

Momento singular da vida nacional, encontro de vontades e desejo de solidariedade, o movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram, mas sim da intenção democrática original que o País recebeu com entusiasmo e que o seu autêntico programa claramente estabelecia e impunha. É a fidelidade a esse princípio fundamental que exige a denúncia dos que pretenderam usar a confiança do País para atingir os seus objectivos sectários.

Explorando as emoções dos que pensavam tudo possível e o sofrimento dos que nada tinham, servindo-se dos militares, perturbando e destruindo as condições da vida económica, abalando a coesão social, fizeram dos factos consumados a fonte do seu poder, quando não dispunham de representatividade para os decidir.

A ingenuidade de alguns, o desespero de outros e a passividade de muitos permitiram que a estratégia organizada ou o oportunismo se servissem dos ideais de Abril.

Não ganharam os que traíram.

Mas liquidaram oportunidades, esgotaram meios, quebraram a solidariedade, mancharam a esperança.

Com o seu modo de fazer política, praticaram muitos dos erros que diziam atacar, contribuíram para que se esquecesse a culpa de um regime caduco por carências que ainda persistem, quiseram

desfigurar a identidade cultural da Nação.

Srs. Deputados: A cegueira histórica da ditadura não preparara Portugal para resistir às forças que romperam os equilíbrios mundiais dos últimos trinta anos.

Certos progressos da década de sessenta eram enganadores e assentavam em condições, internas e externas, que não podiam manter-se.

A ordem estabelecida não tinha bases sólidas. Sem capacidade de evolução política, estava condenada a desaparecer quando a riqueza da Europa não mais transbordasse para Portugal, quando cessasse a exploração colonial, quando as tensões internas da sociedade portuguesa livremente se manifestassem. Sem a expansão europeia, que alimentava a emigração e as exportações; sem o trabalho dócil e barato, que tornava rentável o que era obsoleto; sem o investimento externo, que procurava em Portugal vantagens ilegítimas; sem as remessas de emigrantes e as divisas dos turistas; sem o domínio dos mercados coloniais e a sua contribuição para a balança de pagamentos metropolitana; sem a capitalização iludida nas práticas especulativas, tudo era uma frágil construção, produto de situações transitórias ou insustentáveis e resultado da imposição policial.

O 25 de Abril marcou o encontro com a realidade das coisas que nenhum poder humano conseguiria evitar.

Mas o que devia ter sido um sóbrio regresso à simples necessidade de viver do nosso trabalho, com crescente igualdade e dentro dos severos limites que os nossos recursos materiais temporariamente impunham, foi a ocasião da aventura e da demagogia.

Distribuiu-se para consumo o capital acumulado pela Nação e que o regime anterior não soubera aplicar produtivamente; criaram-se expectativas a que não se podia corresponder; difundiu-se a confusão e sectarismo na Administração do Estado; desorganizou-se uma parte importante do aparelho produtivo; instalou-se um clima de insegurança, de incerteza e de arbitrariedade.

Porém, apesar dos ataques e da violência, apesar das dificuldades acrescidas, o que era essencial no projecto que fez o 25 de Abril foi retomado em 25 de Novembro e tem vindo a ser realizado.

Vivemos em liberdade; não há presos políticos; não há censura. Assegurou-se a expressão regular e periódica da vontade popular. As instituições encontram-se legitimadas e os Órgãos de Soberania dispõem de condições para o exercício efectivo das suas competências.

Respeita-se a responsabilidade democrática dos representantes do povo.

Abriam-se perspectivas de uma maior justiça social.

Estão reconhecidos os direitos fundamentais dos trabalhadores.

As forças armadas restabeleceram a sua unidade e a sua dignidade com base nos valores da hierarquia e da subordinação à

sua vocação nacional. Concretiza-se o abandono gradual de funções políticas pelos militares.

Vivemos em paz.

Recuperámos uma posição de convivência democrática na comunidade internacional, diversificámos relações e voltámos a inserir-nos na Europa, a que pertencemos.

São realidades quotidianas que gerações de portugueses desconheciam, mas a que já nos habituámos.

Para que assim fosse se fez o 25 de Abril.

Para que assim fosse lutou a esmagadora maioria dos Deputados à Assembleia Constituinte contra os que defendiam um novo projecto totalitário.

Do seu esforço resultou a lei fundamental que nos rege, consagrada do princípio democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Constituição é instrumento de liberdade e segurança.

Mas não é um texto imutável e intocável, nem o poderia ser, porque assenta na vontade popular, que não se fixa nunca de uma vez para sempre.

Ela mesma prevê a sua alteração.

A Constituição tem virtudes e tem defeitos.

Tem, contudo, a flexibilidade suficiente para permitir uma interpretação adequada às necessidades nacionais.

E confronta-se com uma experiência histórica concreta, que há-de determinar o que deve ser alterado, para que se possa ajustar à realidade portuguesa.

Não é por isso na Constituição que devemos procurar a justificação das nossas dificuldades, das incapacidades e deficiências dos dirigentes políticos, da permanência e agravamento dos factores de crise. Temos de ganhar a consciência plena de que a crise que Portugal vive não é episódica, não é conjuntural nem é dissipável em poucos anos com modesto sacrifício.

É necessário que tenhamos a coragem de saber e afirmar que se trata de uma crise profunda, que põe em jogo a própria independência de Portugal, que só será vencida pela inteira mobilização dos recursos humanos e materiais da Nação e que exigirá um alto preço, que todos os portugueses terão de pagar.

Os problemas nacionais não serão resolvidos pela apologia ritual de modelos políticos pretensamente perfeitos, nem deverão ser invocados como expediente de ocasião ou pretexto para pressionar a opinião pública.

Nenhuma forma de poder político imaginável poderá honestamente oferecer aos Portugueses a rápida superação das suas dificuldades ou pedir-lhes menos esforço e menos disciplina.

Como contrapartida, os Portugueses esperam dos seus dirigentes lucidez, isenção e a coragem rara e difícil do realismo e do rigor. Ao direito de exigir austeridade corresponde o dever de dar uma resposta organizada à crise, de pôr de parte os interesses particu-

lares de facções e pessoas, de a cada momento escolher sempre e só as soluções que mais convêm ao País, acarretem elas impopularidade ou impliquem firmeza.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Das mais insignificantes às mais vastas questões, é imprescindível que a acção do Poder seja límpida, adequada, eficaz. Só assim o Poder se não separará do País, só assim se identificará com os desejos profundos dos Portugueses e contará com o seu permanente apoio.

Os critérios a que deve obedecer este quadro de rigor e de realismo estão bem definidos e foram confirmados pela evolução política recente:

A vontade de reviver o orgulho da Nação e a confiança na perenidade da sua história, da sua cultura e do seu destino;

A vontade de liberdade, que é a primeira manifestação da vocação democrática;

A vontade de construir o equilíbrio entre todas as regiões que compõem o País;

A vontade de integração plena na Europa;

A vontade de estreitar os laços de cultura e convivência com os povos que, num passado distante ou próximo, Portugal ajudou a tornarem-se cada vez mais livres e independentes.

É tempo de estabelecer, sem dúvidas ou concessões, o que é possível para Portugal. E de começar a cumpri-lo sem hesitações e colectivamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os objectivos imediatos que hoje se nos impõem são a afirmação clara da autoridade do Estado, a formação de uma classe dirigente capaz e patriótica, a criação de um instrumento eficiente de governo através da reforma da Administração Pública e o estabelecimento de um correcto equilíbrio entre a actividade do Estado e as actividades privadas.

É urgente pôr termo às situações irregulares ou ilegais.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Essa é a condição para que se restabeleça a confiança geral na lei e nas autoridades constituídas, para que se afirme o respeito pela ordem jurídica.

Não é aceitável nem democraticamente justificável que leis indispensáveis não sejam aprovadas ou que leis aprovadas e promulgadas continuem sem concretização efectiva por falta de regulamentação ou de decisão adequadas.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Contra uma lei publicada não poderá erguer-se outra limitação que não seja a declaração, pelos

órgãos competentes, da sua inconstitucionalidade. Pode o Governo contar com todo o apoio que considerar necessário para fazer cumprir integralmente as leis do País.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – É necessário que a capacidade, a competência e o zelo não continuem a receber tratamento semelhante ao que é dado à incapacidade, à incompetência e ao desleixo.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Sob pena de sufocar irremediavelmente as energias da Nação, temos de reconhecer que há aparentes igualdades que são profundamente inigualitárias. Não é realista esperar esforço considerável de um país em que os melhores e os piores são premiados da mesma maneira.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – As posições adquiridas não devem servir de único critério de emprego, de remuneração e de escolha para posições de chefia. Não se instaurou a liberdade para que as pessoas, tendo deixado de ser prejudicadas por motivos políticos, passassem a ser promovidas por motivos políticos.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Torna-se imperativo restaurar a hierarquia do mérito e julgar o mérito, imparcialmente, pelos resultados. Como se torna também imperativo apoiar a autoridade dos responsáveis nas organizações públicas e privadas, de modo a desembaraçar de entraves a sua acção. Sem isso, será difícil apelar para a sua colaboração, eficiência e sentido das responsabilidades sociais. É essencial, por outro lado, acelerar a reforma da Administração Pública, restituindo-se ao Estado o seu valor como instrumento de gestão nacional. É preciso, por fim, que a função do Estado na organização económica, social e cultural seja reavaliada com serenidade. O Estado assumiu, directa ou indirectamente, encargos demasiado extensos para as suas possibilidades presentes e previsíveis. Em vastas áreas, a intervenção estatal transformou-se em fonte de paralisia.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Não é aceitável que o papel do Estado na economia, no ensino, na comunicação social, na cultura, seja tão vasto ou se transforme em factor de bloqueamento, de incerteza, de gasto imoderado de recursos, quando deveria ser fonte de dinamismo e de expansão.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – As normas do projecto político de democracia pluralista impõem, em particular, que se defina o equilíbrio adequado entre o sector público e a iniciativa privada, garantindo a esta as condições indispensáveis para que a sua criatividade e capacidade de inovação e de investimento sejam plenamente aproveitadas em termos do interesse nacional. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: A autonomia regional dos Açores e da Madeira tem de ser concretizada rapidamente no quadro da Constituição.

Vozes do PSD: – Muito bem!

Aplausos do PS, PSD, CDS e Governo.

O Sr. Presidente da República: – Mas é necessário distinguir o que é a vontade de autonomia do que é frustração, receio, exploração partidária ou ameaça de interesses estrangeiros.

Aplausos do PS, PSD, CDS, alguns Deputados do PCP e Governo.

Para vencer a frustração, importa reafirmar a identidade nacional dos Portugueses no continente e nas ilhas. Para dissipar o receio, os Portugueses dos Açores e da Madeira têm a minha garantia de que nada justifica a exploração que ainda se faz da tentativa totalitária que abalou o continente em 1975.

Aplausos do PSD (de pé), CDS, alguns Deputados do PS e Governo.

Pelo contrário, o projecto autonómico tem agora fácil acolhimento na vontade colectiva da Nação e é um campo privilegiado para a cooperação interpartidária e de todas as forças democráticas e patrióticas. Na medida em que qualquer ameaça ponha em causa a unidade da Nação, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas assegura que utilizará todos os meios necessários para garantir a integridade pátria.

Aplausos (de pé) do PS, PSD, CDS, PCP, Governo e Conselho da Revolução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No nosso quadro constitucional, as funções e responsabilidades dos Órgãos de Soberania estão definidas com flexibilidade bastante para que se possam ajustar a diferentes condicionalismos políticos.

A responsabilidade do Presidente da República impõe que respeite a autonomia constitucional dos outros Órgãos de Soberania. Reciprocamente, devem estes respeitar a autonomia constitucional do Presidente da República, a nenhum competindo apreciar a sua acção.

Vozes do PSD: – Muito bem!

Aplausos do PSD e alguns Deputados do PS, CDS, PCP e Governo.

O Sr. Presidente da República: – Eleito por sufrágio universal, o Presidente da República tira o sentido do seu mandato, directamente, da vontade de quantos nele votaram e que tinham em comum a fidelidade aos valores da democracia pluralista e do Estado de direito capaz de responder às necessidades reais da sociedade portuguesa.

Nesta fase da vida nacional, as principais preocupações do Presidente da República são assegurar o funcionamento pleno das instituições e garantir a existência de alternativas políticas, condição de validade e vitalidade da democracia.

É neste contexto que se deve compreender o conteúdo da confiança presidencial indispensável à legitimidade constitucional de um governo.

Ao Presidente da República importa menos quem governa e mais como se governa.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Não há homens, nem facções, nem partidos, superiores às exigências da Nação.

Vozes: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Há somente homens, facções e partidos que, num dado momento, servem bem ou servem mal a Nação.

Os Portugueses sabem que não serão apenas alterações de pessoas ou de instituições que irão permitir realizar os objectivos de uma vida decente e pacífica, em que a incerteza do futuro não seja uma angústia constante.

Preferem a razão e a prudência à linguagem da emoção e das promessas demagógicas, que, como as do passado, são impossíveis de cumprir.

Vozes: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – É preciso que de aparentes soluções não nasçam outros e mais graves problemas, é preciso que o caminho para a recuperação material e para a ordem cívica não corra o risco de acabar na miséria e no caos.

O Presidente da República mantém a sua inflexível determinação de assegurar, por todos os meios constitucionais, as condições de realização do projecto nacional.

Dos deveres que o povo português livremente lhe impôs, nenhuma incompreensão, nenhum obstáculo, nenhum desafio, nenhum perigo o poderão demover.

Aplausos (de pé) do PS, PSD, CDS, PCP, Governo, Conselho da Revolução e público das galerias.

O Sr. Presidente: – Está encerrada a sessão.



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1979

Oradores

Acácio Barreiros
União Democrática Popular

Carlos Brito
Partido Comunista Português

Nuno Abecassis
Partido do Centro Democrático Social

Menéres Pimentel
Partido Social Democrata

Herculano Pires
Partido Socialista

Teófilo Carvalho dos Santos
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: — (...) Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.(...)
Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Acácio Barreiros.



O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Neste 5.º aniversário do 25 de Abril o povo português legitimamente coloca duas questões essenciais. A primeira dirige-se aos vencedores do 25 de Novembro, para lhes pedir contas do que fizeram ao 25 de Abril, e que é feito das lindas promessas com que nos têm enchido os ouvidos. A segunda questão terá de ser uma reflexão séria sobre o caminho a seguir. Será ainda possível salvar Abril? Os sonhos de liberdade e socialismo de todo um povo poderão ser concretizados ou ficarão apenas como recordações decepidas na amargura de uma desilusão colectiva?

Sim, importa hoje perguntar aos vencedores do 25 de Novembro com toda a clareza: meus Senhores, onde está o Portugal pleno de justiça e progresso, onde cada português se sinta realizado numa obra colectiva que, pelo menos, lhe permitisse encarar o futuro dos seus filhos com um mínimo de segurança?

E no entanto foi esse Portugal que há três anos e meio, em 25 de Novembro, foi por vós prometido ao povo.

Os Portugueses não esquecem que o 25 de Novembro foi erguido com a prisão de numerosos oficiais de Abril que ainda hoje aguardam um julgamento digno onde possam defender a sua honra e o seu bom nome das calúnias e insultos de que têm sido vítimas este tempo todo. O povo conhece bem esses oficiais de Abril! E se muitos têm críticas a fazer-lhes, todos têm em relação a eles uma dívida de gratidão que nesta data é bom recordar na justa homenagem que tanto merecem. A UDP ao reafirmar a exigência de que os julgamentos do 11 de Março e do 25 de Novembro se façam quer apenas dizer que não tem medo da verdade e está segura que nesses julgamentos o povo saberá ver que os oficiais do 25 de Abril que foram presos e caluniados sempre se comportaram com total respeito pela sua honra de militares e de lutadores antifascistas. E, sobretudo, se tais julgamentos tiverem um mínimo de dignidade o povo verá quem foram os verdadeiros golpistas que atentaram contra os ideais de Abril.

O povo também não esquece que o 25 de Novembro foi erguido contra a Reforma Agrária, cobrindo-a de insultos e mesmo de repressão violenta. Mas hoje pode ver-se que as lindas promessas de verdadeiras reformas agrárias só têm significado a substituição

do trabalho, sério e honesto na zona de intervenção, pelos grandes aparatos policiais que custam hoje ao País 2000 contos diários e que naturalmente não dão pão, antes semeiam ódios e violências tais, que não podem deixar de repugnar a qualquer democrata. E mesmo os pequenos e médios agricultores do Norte, do Centro e das ilhas em nome dos quais se dizia fazer o 25 de Novembro, podem hoje ver que a sua vida não melhorou, antes piorou e cada vez mais são esmagados por uma criminoso política de preços e deixados às mãos dos grandes intermediários que actuam com todo o descaramento.

O povo não esquece que o 25 de Novembro foi erguido em nome, dizia-se, de uma justa política económica que combatendo as injustiças sociais, melhorasse a repartição da riqueza e diminuísse o desemprego.

Hoje, todo o povo pode ver que tal política económica se resume à defesa da iniciativa privada e aos acordos com o FMI, à custa da ruína do sector nacionalizado e, sobretudo, do abandono daqueles projectos essenciais que uma política de independência nacional, o projecto Alqueva, etc. E mais! Que mesmo a chamada defesa da iniciativa privada nada tem a ver com os pequenos industriais que se vêem esmagados por juros impossíveis. É claro que tal política económica resumindo-se à construção do poder dos lucros dos grandes monopólios, aceitando sem um protesto as leis dos magnatas estrangeiros através do FMI e deixando os intermediários à rédea solta, só poderia trazer, como trouxe, mais e mais desemprego, mais e mais aumentos do custo de vida, e é preciso dizer que a fome já começou a bater à porta de muitas famílias.

Finalmente, o povo não esquece que o 25 de Novembro se ergueu em nome de um realismo e de um bom senso. O tempo mostrou que esses são um falso realismo e um falso bom senso que a serem seguidos levariam o povo a ficar de braços cruzados a assistir ao roubo de tudo o que conquistámos com o 25 de Abril pelos velhos monopolistas e latifundiários, pelo imperialismo estrangeiro.

Tem sido em nome desse falso realismo e desse falso bom senso que os salários reais estão hoje abaixo de 1968, que na imprensa e na rádio são caladas vozes de democratas e as lutas dos trabalhadores e que se chegou ao cúmulo de hoje em Portugal haver um governo em quem ninguém votou, formado à revelia da vontade popular. Um governo claramente de direita, que publicamente declara que não gosta da Constituição, que tem falado uma linguagem feita de arrogância e mesmo de repressão violenta, incapaz de resolver um só problema nacional, antes agravando-os todos, é este Governo que temos cinco anos depois do 25 de Abril.

E nem se venha dizer que assim é porque o povo assim o quis. Pelo contrário. A direita reaccionária perdeu todas as eleições, e se é Governo é porque claramente se desrespeitou a vontade popular. Mais ainda. As grandes manifestações populares já mostraram que o povo não quer este Governo e continuará a lutar contra ele.

A corajosa luta dos assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo, a luta dos trabalhadores dos TLP, da comunicação social, nas grandes manifestações de 10 e 17 de Março mostram isso mesmo. Este Governo não interessa ao País e tem de ser demitido. Não para ser substituído por qualquer outro Governo reaccionário, mas para que haja lugar a que o povo tome a palavra em eleições gerais antecipadas e volte a reafirmar de forma inequívoca a sua vontade.

Esta solução torna-se tanto mais urgente quanto é certo que a direita reaccionária se aproveita da fórmula falsamente apartidária deste Governo, que é o seu Governo, para procurar demagogicamente demarcar-se e fomentar um clima golpista a que é preciso pôr cobro rapidamente.

Os sucessivos ataques ao Conselho da Revolução, as calúnias aos oficiais de Abril, os ataques demagógicos à Constituição e, sobretudo, os apelos aos referendos inconstitucionais visam reerguer os valores da ditadura e tentar fomentar um qualquer golpe militar a exemplo do 28 de Maio.

E tudo isto falando demagogicamente dos sentimentos nacionais e, até, da própria vontade do povo, esquecendo-se, muitos dos reaccionários que assim falam, que neste país só ganharam eleições quando elas foram farsas montadas pela ditadura.

E hoje quando nenhum trabalhador pode deixar de recordar com profunda emoção as lágrimas de alegria dessa madrugada de há cinco anos, onde numa onda gigantesca de entusiasmo e esperança todo um povo apoiou o movimento dos capitães e arrancou para as grandes jornadas de luta pela liquidação do fascismo.

Hoje, confrontando essas esperanças com a situação para onde o 25 de Novembro arrastou o País, é preciso dizer claramente: Basta meus senhores! Não foi para isto que o povo fez o 25 de Abril.

E nestas palavras vai toda a nossa determinação de continuar a defender Abril, reforçando a unidade popular nas trincheiras da Reforma Agrária, das nacionalizações, da Constituição da República. Mas elas encerram também a determinação de, contra os apóstolos da desgraça ou as ameaças das forças reaccionárias, continuar a manter bem erguidas as bandeiras do socialismo e da liberdade. Foram essas bandeiras que animaram a resistência de todo um povo contra a ditadura! São elas que ainda hoje iluminam a confiança de reabrir os caminhos do Abril.

É bem verdade que olhando hoje para a obra gigantesca que o povo soube pôr de pé em poucos meses após o 25 de Abril, ela surge aos nossos olhos como uma obra inacabada.

O fim de uma guerra injusta, o grande movimento de ocupações de terras para as fazer produzir, as nacionalizações, o movimento cooperativo, as ocupações de casas e a luta pela construção de habitação digna, o combate aos grandes intermediários, tudo isso não foi ainda o suficiente para edificar o socialismo, mas constituíram passos muito importantes que indicam o caminho a seguir para um Portugal diferente.

Quando hoje saudamos as principais dessas conquistas, é preciso dizer que elas são sobretudo e principalmente obra da luta dos trabalhadores.

Em cada hectare ocupado e semeado, em cada saneamento de fascistas, em cada manifestação de trabalhadores, em cada ocupação de casas e em cada bairro novo conquistado, em cada nacionalização imposta, em cada contingente militar que se recusou a partir para as colónias, os trabalhadores começaram a edificar esse Portugal novo.

E hoje, não é demais recordar que mesmo as conquistas dos trabalhadores que estão na Constituição da República foram escritas nos campos, nas fábricas e nas escolas muito antes de os Srs. Deputados as aprovarem debaixo da exigência popular.

É certo que se cometeram erros, mas esses erros aconteceram sobretudo quando o povo ficou à espera que a melhoria da sua vida lhe fosse oferecida pelo Parlamento ou pelos Governos.

Sempre que o povo soube tomar nas suas mãos, na força da sua unidade e da sua determinação os destinos do País, as coisas avançaram.

É ou não verdade que se os trabalhadores não comessem as ocupações ainda hoje estávamos à espera da Reforma Agrária?

É ou não verdade que se o povo não comesse a correr com os fascistas ainda hoje estávamos à espera dos saneamentos?

Por isso, não podemos aceitar que hoje se pretenda reduzir o aniversário do 25 de Abril a duas ou três comemorações oficiais e a um discurso do Sr. Presidente da República. É preciso dizer bem alto que o 25 de Abril é para o povo uma coisa muito diferente. O 25 de Abril é sobretudo a prova da força do povo quando se sabe unir e toma com coragem os destinos do seu País nas suas mãos, fazendo com que a voz dos pobres também se ouça e mesmo que também seja lei.

E é esse 25 de Abril nas mãos do povo que nos querem fazer esquecer, pretendendo que o povo se limite a votar de quatro em quatro anos, ficando à espera das decisões do Parlamento ou dos discursos do Presidente.

Mas a verdade é que se a Reforma Agrária, apesar de tudo, se mantém de pé, não se deve a este Parlamento que votou a Lei Barreto, nem aos governantes que só a atacaram mas à irreverente coragem dos trabalhadores que a têm defendido no próprio terreno. A verdade é que se a Constituição não é hoje um simples papel para consolar os pobres, é porque os trabalhadores a têm sabido manter de pé na defesa das suas conquistas e direitos.

É por isso que o dia de hoje tem de ser uma jornada de luta feita na convicção de que é sobretudo nas mãos do povo que reside a sua defesa, que será feita palmo a palmo, alargando e aprofundando a resistência à ofensiva reaccionária.

E fazemos essa defesa com a confiança que a vontade dos pobres ainda voltará a ser lei neste país.

Para isso importa não repetir erros antigos, isto é, que o povo não deixe que alguém faça por ele aquilo que só ele pode fazer, porque assim não mais acabaremos a obra que começámos a 25 de Abril e que foi interrompida a 25 de Novembro.

Por tudo isto termino, com uma palavra de esperança que é ao mesmo tempo uma palavra de certeza de que um dia virá em que

acabaremos essa grande obra que será fazer de Portugal uma pátria socialista.

Um dia virá em que festejaremos o 25 de Abril com a mesma alegria de 1974, num Portugal feito à medida da vontade e do trabalho do seu povo.

Viva o 25 de Abril!

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português.



O Sr. Carlos Brito (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: A Assembleia da República reúne-se com o Presidente da República e na presença da unanimidade dos órgãos de Soberania para, tal como nos últimos dois anos, assinalar solenemente a data imorredoura do 25 de Abril de 1974. Mas permita-se-nos que adiantemos que mais ainda do que nos anos anteriores esta reunião solene se reveste de um alcance profundo.

É que a Revolução de Abril completa hoje cinco anos de vida, o que não sendo quase nada na história de um regime é um período significativo para julgar da sorte de uma revolução.

A Revolução de Abril, por muito que pese aos projectos de desforra dos seus inimigos e aos maus presságios dos seus detractores, é uma revolução vitoriosa.

Por graves que sejam as preocupações que o viver nacional infunde na hora presente, a vitória de Abril não pode deixar de abraçar, num sentimento de grande alegria e de imenso regozijo, todos os que, embora em posições diferenciadas, se empenharam e empenham na recusa de um passado ignominioso de guerra colonial, de opressão e tirania, de exploração cruel e de abdicação nacional, todos os que se empenharam e empenham em afirmar a paz, a liberdade, o progresso social e a independência nacional como grandes valores e objectivos da Pátria Portuguesa.

Aplausos do PCP.

É este o sentido que observamos nos múltiplos actos e acções comemorativas de natureza oficial e de iniciativa popular, que se realizam nestes dias de um extremo ao outro do País e onde a força do espírito do 25 de Abril se confirma, reforça e vivifica na reunião de quantos, divergindo embora no curso da sua concretização, o prezam no seu conteúdo essencial e o querem preservar, consolidar e prosseguir.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – No quinto aniversário da Revolução reafirmamos a nossa saudação emocionada aos bravos Capitães de Abril, que

com o seu histórico levantamento assestaram um golpe demolidor na ditadura fascista, logo continuado e completado pelo levantamento de adesão e apoio das massas populares.

Aplausos do PCP.

Saudando os militares obreiros do 25 de Abril, saudamos também todos os militares que souberam depois identificar-se com o seu espírito e com os objectivos da democracia portuguesa.

No quinto aniversário da Revolução prestamos sentida e comovida homenagem a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas que ao longo de quase meio século de fascismo, nas condições mais difíceis, enfrentando a morte, a prisão, a tortura, a perseguição continuada e discriminação constante, souberam manter viva a resistência e souberam organizar a luta pela liberdade, o fim da guerra e a justiça criando as condições para que Abril chegasse. Nesta homenagem incluímos todos os que vieram depois e formaram a caudalosa torrente que tornou possível levar avante as transformações democráticas históricas da revolução portuguesa e a edificação do regime democrático.

Importa dizer hoje que, no processo de desenvolvimento e vicissitudes da revolução portuguesa, se foi formando e estabelecendo um projecto político bem definido, que suscitando um amplo consenso, foi adoptado pelos constituintes de 1976 e finalmente incorporado na lei fundamental.

Amplio consenso, desde logo, em torno da firme recusa da ditadura e na condenação do fascismo. Amplio consenso na afirmação da necessidade de completa e rigorosa consagração das liberdades democráticas.

Amplio consenso em torno da eliminação dos monopólios e latifúndios, sustentáculos principais da ditadura e travão do desenvolvimento económico e do progresso social.

Amplio consenso na consagração da intervenção dos trabalhadores em todos os domínios da vida nacional, com particular relevância para a actividade das comissões de trabalhadores e associações sindicais, no respeito pela sua autonomia, independência e democracia interna.

Amplio consenso, ainda, na condenação do belicismo, do colonialismo, do racismo – com a afirmação clara no empenhamento de Portugal numa política de paz e cooperação com todos os povos e, de especial significado, com os novos países africanos libertados do colonialismo português.

Amplio consenso, finalmente, na condenação do separatismo e na defesa clara dos princípios da unidade da Pátria e da independência nacional.

Articulados entre si num projecto coerente e global de transformação política, social, económica e cultural da sociedade portuguesa, estes princípios e objectivos congregam a esperança,

a adesão e o empenhamento de milhões de portugueses pertencentes a um amplo e diversificado leque de camadas sociais, que os ratificaram nos sucessivos sufrágios a que foram chamados desde o 25 de Abril.

Importa dizer agora que as dificuldades agudas com que o País e o povo se debatem não resultam da observância destes grandes princípios e orientações, mas precisamente da fuga à sua execução e das tentativas de os desvirtuar e subverter.

A fresta por onde penetra o ataque mais insidioso dos inimigos da democracia portuguesa reside precisamente na actuação daqueles que tendo responsabilidades na condução dos seus destinos se recusam ou pelo menos hesitam em prosseguir a rota definida pela vontade maioritária do povo português e consagrada na lei fundamental do País.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Alegou-se primeiro que era necessário fazer algumas cedências aos meios reaccionários para diminuir tensões, aplacar descontentamentos e desmontar a conspiração antidemocrática. Sabe-se ao que tem conduzido essa orientação suicida. Na verdade, a democracia não se estabiliza e consolida nem o País progride pelo caminho das cedências aos inimigos da democracia e do progresso social.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Mas foi-se ainda mais longe. Pretextando argumentos para fugir aos rumos constitucionais e dar motivações a uma política de restauração do poder económico e político do grande capital, arvora-se em mal estar nacional os queixumes e protestos dos ultraminoritários beneficiários do regime fascista dos privilegiados do antigamente.

Não se estranhe, pois, que os inimigos da democracia subam o tom no coro das exigências: ontem pediam a liquidação da Reforma Agrária e das nacionalizações, logo passaram a pedir a liquidação da Constituição e agora não hesitam em pedir a liquidação do próprio 25 de Abril.

É um escândalo inadmissível que a comunicação social estatizada esteja a fazer a promoção, precisamente nestes dias de Abril, de figuras das mais responsáveis do regime fascista derrubado.

Importa lembrar, a propósito, que o regime fascista não só oprimiu, reprimiu e explorou cruelmente o povo português e os povos das colónias mas conduziu o nosso país, em meio século de vigência, ao último lugar da escala europeia em todos os indicadores económicos e sociais fundamentais, desde o produto nacional à mortalidade infantil. É ridícula a pretensão de responsáveis desse regime ao quererem afivelar agora a máscara de «salvadores».

O povo português não esquecerá.

Aplausos do PCP e de alguns deputados do PS.

Particularmente preocupante é que, a par do inaceitável clima de complacência que se foi generalizando para com as actividades dos servidores do fascismo e outros inimigos declarados da democracia, se observam, especialmente nos últimos meses, inadmissíveis actuações repressivas das autoridades e do patronato sobre trabalhadores, que fazem uso dos seus direitos constitucionais e legais, quer em defesa da Reforma Agrária, quer em defesa das suas condições de vida e de trabalho.

Há dois anos, quando aqui nos reunimos pela primeira vez para celebrar o 25 de Abril, era a crise económica e financeira que estava no centro das preocupações de quantos usaram da palavra. Havia então, como continua a haver hoje, dois caminhos para enfrentar as dificuldades neste domínio: ou o reconhecimento das novas realidades da nossa economia (com as nacionalizações, a Reforma Agrária e o contróle de gestão), o respeito pelas orientações constitucionais e a mobilização dos trabalhadores e do povo, ou o caminho da recuperação capitalista e dos empréstimos externos com o seu cortejo de imposições. O PCP defendeu e defende o primeiro. Preferiu-se o segundo, teimou-se no segundo. O resultado desastroso está à vista. As condições de vida do povo português agravaram-se.

Estamos ainda mais longe da recuperação económica que se torna imperioso conseguir e para a qual o nosso regime económico e político apresenta especiais virtualidades, na diversidade das formações económicas que reconhece e no papel que reserva aos trabalhadores na vida nacional.

A crise económica degenera numa preocupante crise política. Esta aprofunda-se tanto mais quanto se acentuam os desvios ao figurino constitucional, quer na fórmula governativa, quer na actuação do Governo. Este tornou-se o ponto central das nossas dificuldades e origina, pela sua existência e pela sua prática, uma situação generalizada de desrespeito pela legalidade democrática. Muito embora não seja este o momento adequado para mais largas considerações a propósito, não queremos deixar de dizer que a situação não pode persistir sem sérios perigos para as instituições e dano muito grave para o País e o povo.

As situações de instabilidade têm que ser vencidas pelo decidido regresso à observância das orientações e normas da Constituição. Não está em causa a recusa de qualquer revisão constitucionalmente legítima e necessária do seu articulado. Aquilo que se impõe e exige é que o País possa viver, trabalhar e optar dentro da continuidade do projecto político que definiu e estabeleceu num profundo processo democrático.

As comemorações do 25 de Abril têm a grande virtude de confirmar que o povo português não está desmobilizado, como pretendem os propagandistas da reacção e os que forcejam o lançamento de novos projectos subversivos. A ampla participação popular que nelas se verifica, tal como a participação nas operações do recenseamento, na generalidade das eleições locais, na vida sindical, na acção reivindicativa, na movimentação pela observância dos

direitos, liberdades e garantias, demonstra que o povo português está com a democracia, está com a Constituição, que o fez seu, e quer levar adiante o 25 de Abril. É por isto que a Revolução de Abril triunfa. É nisto que reside a imensa confiança, que nos anima, de que Portugal vencerá a crise.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social.



O Sr. Nuno Abecassis (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Pela terceira vez consecutiva, e com idêntica solenidade, celebramos hoje os representantes eleitos pelo povo, que tem esta Assembleia como casa e como local de trabalho, mais um aniversário do 25 de Abril, que desde a primeira hora quisemos democrático e por isso mesmo pluralista e libertador do homem e da sociedade portuguesa.

Foi assim que há dois anos, desta mesma tribuna, o CDS se pôde referir ao seu contributo, prestado com coragem, determinação e sofrimento, não só para que fosse preservada a dimensão democrática do 25 de Abril, como também para que se mantivesse permanentemente aberta, para o povo português, uma alternativa personalista e europeia ao projecto colectivista que alguns lhe quiseram impor.

Foi assim também que no ano passado os democratas cristãos aqui se pronunciaram, vigorosa e claramente, na defesa da democraticidade e do pluralismo das nossas instituições, na defesa da opção europeia, que esta Assembleia acolhe maioritariamente, e na recusa frontal e sem ambiguidades de qualquer projecto totalitário e ditatorial, que vezes enganadoras e de traição viessem segredar aos ouvidos do povo, como via para a ultrapassagem de todas as dificuldades.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Porque assim somos e por estas verdades nos batemos, afirmámo-lo então, e hoje o repetimos, o CDS foi, é e será parte da dimensão libertadora e democrática de um ideal 25 de Abril.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Liberdade e democracia que são ruptura permanente, não só com os traços injustos e traumatizantes do antigo regime, mas também com aquilo que no regime actual ainda é fonte de frustração e desilusão, para que a nossa pátria siga, permanentemente, rumo a um futuro mais livre e mais justo e por isso mais próspero e mais feliz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Neste sentido, o CDS foi, é e continuará a ser uma força política apostada em lutar contra o imobilismo, a injustiça e a ineficácia. Acreditamos, profundamente, que ao povo português está reservado um futuro de plena realização do destino a que a história lhe dá direito e não será com a nossa cumplicidade que serão criadas as barreiras ao seu caminho de liberdade, de prosperidade e de paz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Em todo o nosso ainda curto percurso histórico temo-nos batido pela realização de condições propícias ao enraizamento profundo do pluralismo democrático. Temo-lo feito com frontalidade e com lisura, respeitando as ideias e os projectos alheios, sem abdicar do que somos e do que queremos.

O pluralismo democrático exige que assumamos a coragem de nos mostrarmos diferentes nos caminhos que escolhemos.

O pluralismo não é, nem pode ser, a simples possibilidade filosófica da formulação de alternativas. Para que ele exista é indispensável que se concretizem, se explicitem e se ofereçam ao eleitorado os diferentes caminhos possíveis para realizar o bem-estar colectivo, em sintonia com as diversas opções culturais que percorrem o pluralismo da própria sociedade e, sempre, no respeito indelmentável pela dignidade nacional.

Pelo seu lado, o CDS não tem abdicado, uma e outra vez, de acentuar o sentido original do seu próprio contributo político, oferecendo um projecto inspirado no humanismo personalista de raiz cristã, como forma de se construir a sociedade do futuro.

Os caminhos seguidos em Portugal, sobretudo depois do 11 de Março, têm vindo a confirmar a justeza de muitas das nossas críticas e a oportunidade das nossas propostas.

Ao fim de vários anos de imposição colectivista, durante algum tempo no plano político e depois no plano jurídico, é preciso reconhecer que, em muitos aspectos, o País seguiu por rumos errados. Mesmo o 25 de Novembro — reencontro nacional no plano democrático — não impediu o progresso estrutural do colectivismo, na economia e na sociedade.

Os frutos da experiência colectivista estão a conduzir-nos a bloqueamentos cada vez maiores. É, pois, necessário ter a coragem de reconhecer a urgência da mudança e de alternativas capazes de sustentar e dinamizar a introdução de profundas reformas, de sentido modernizador e inovador, na sociedade portuguesa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A única forma de lutar contra o restauracionismo do 24 de Abril ou do 24 de Novembro, salvando assim a democracia, está na mudança.

É a própria defesa das liberdades, é a luta pelo ressurgimento nacional que no-lo impõem.

Compreender-se-á, porém, que o contributo específico de que, como partido, somos portadores, no quadro do pluralismo democrático, tenha em conta, por, um lado, a profundidade e a dimensão das mudanças necessárias e, por outro, as circunstâncias políticas do momento presente.

A hora presente impõe uma ampla mobilização dos portugueses interessados em ajudar a construir um futuro melhor para todos. A hora presente é hostil ao abstencionismo e é de combate à tentação totalitária. A hora presente faz apelo a maior unidade, dentro da diversidade, e reclama mais autoridade institucional do Estado.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – A hora presente é da sociedade civil. A hora presente, para ser fonte de mudança, tem de ser uma hora de lucidez, de patriotismo e de coragem.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Pelo seu lado, e em face das circunstâncias políticas actuais, o CDS pensa que é necessário construir uma maior unidade orgânica entre as forças que se reclamam de uma mesma intenção reformadora e de sentido civil, moderno e europeu da nossa sociedade e que se opõem ao estatismo, à burocracia e ao centralismo.

Nestes termos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o CDS, ao propor a concretização de uma nova forma de unidade democrática, respeitadora dos contributos específicos daqueles a quem foi proposta, procura, ainda e uma vez mais, servir um pluralismo democrático, mais eficaz e mais operante.

É próprio da democracia ser-se diferente. A diferença é, em si mesmo, uma condição básica da democracia.

Mas em democracia também não é legítimo acentuar de tal modo as diferenças, que se inviabilize o mínimo de entendimento entre forças políticas que partilhem de um mesmo ideal de sociedade. Se tal se fizer ou consentir, em Portugal, então estaremos perante um sinal claro de que forças políticas houve que trocaram a bandeira do País pelo seu emblema partidário e poucas esperanças poderão restar, no horizonte dos portugueses, de que algum dia sejam vencidas as dificuldades que os afligem e ultrapassada a crise em que se sentem afogados.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Nós acreditamos que assim não será e que no tecido político de Portugal ainda será possível encontrar os fios

resistentes que, uma vez unidos e solidários, possam constituir a esperança de vencer a adversidade. Daí o nosso entusiasmo e a nossa esperança. Daí a certeza, que hoje aqui manifestamos, de que a nossa proposta encontrará eco no meio daqueles a quem foi dirigida, porque para lá e acima dos partidos em que militamos está o próprio sentido dessa militância e esse não pode ser outro que não seja o desejo irreprimível de assegurar o futuro de Portugal.

Aplausos do CDS.

Sr. Presidente da República: É convicção do CDS que se torna necessário reconciliar o País real com o Estado. Esta promessa de Abril ainda não foi cumprida.

É verdade que foram restauradas as liberdades e que um novo impulso de justiça social percorreu o País, mas também é verdade que o caminho da democracia política, tornado de novo possível com o 25 de Novembro, não foi acompanhado, como devia, por um processo de democratização económico e cultural. Não admira, por isso, que o impulso de justiça não tenha assim encontrado um suporte suficiente no progresso da economia e na criação de riqueza e por isso continue à espera de concretização.

É verdade que se alargou o espaço de participação cívica e política dos cidadãos e que os negócios públicos se tornaram mais transparentes, passando a ser objecto directo da fiscalização popular, mas também é verdade que as instituições não oferecem, globalmente, aos cidadãos a clareza e a autoridade que se impunha e que a lei democrática é, aqui e além, desafiada, enquanto muitos sectores das forças sociais activas da Nação continuam a confrontar-se, no seu labor, com as contradições que lhe são impostas por um sistema económico-social desajustado, incoerente e, em muitos aspectos, imposto, sem lógica nem justiça, pelo revolucionarismo totalitário que sofremos em fins de 1974 e durante 1975.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – A completa reconciliação da sociedade civil com o Estado é, pois tarefa por realizar.

Não basta, por conseguinte, construir, no campo do pluralismo democrático, espaços de maior unidade e coerência. Os instrumentos políticos assim criados podem facilitar o reencontro da sociedade democrática com os partidos e ajudar ao reforço destes, como os mais idóneos meios de expressão do pluralismo social e cultural. Mas nós julgamos que do lado do próprio Estado, se torna necessário, definir, com maior rigor, o modo e o sentido de intervenção dos órgãos dotados de legitimidade democrática.

Só uma profunda revisão constitucional, de acordo com a vontade da maioria investida de poderes para a realizar poderá assegurar, cabalmente, tal objectivo.

Entretanto, porém, é útil que as instituições emergentes do sufrágio popular, como o Presidente da República e a Assembleia da República, ou com especiais responsabilidades na defesa da legalidade, como os tribunais, encontrem os meios necessários para assegurar o aumento do seu prestígio e para promover a sua maior adequação às necessidades do país real.

O CDS, pelo seu lado, está tão interessado em contribuir para a dignificação do pluralismo democrático como empenhado está na defesa e reforma das instituições, de modo que o sistema político em Portugal seja capaz de se sintonizar, em profundidade, com o sentido da sociedade civil.

Para nós, um ideal 25 de Abril é também, neste plano, um ideal de mudança, uma capacidade de regeneração, um aprender de experiência.

Nesta perspectiva o saudosismo do 11 de Março é tão prejudicial ao 25 de Abril como o saudosismo do antigo regime — ambos são adversários da democracia.

Aplausos do CDS.

Este tema merece da nossa parte, Srs. Deputados, representantes eleitos do Povo, uma cuidadosa reflexão, quando presenciamos aquilo que parecem ser ambíguas manifestações de restauracionismo militar na nossa sociedade.

Conhecemos os preceitos normativos da nossa Constituição, cujo projecto final não aprovámos, mas que nos comprometemos a respeitar, e temos respeitado.

Não ignoramos, todavia, que o sentido ético e político do regime aponta, como repetidamente tem sido afirmado pelos mais legítimos responsáveis do País, para a inequívoca subordinação da força militar ao poder civil democrático.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Esse é também um sentido de mudança claramente inscrito no nosso horizonte institucional. Tudo o que seja contrariar a clareza dessa sentido é, objectivamente, desfavorável à democracia.

Aplausos do CDS e dos deputados independentes ex-PSD.

A recordação de que o «MFA está cá» pode constituir uma evocação de artigos do texto constitucional aprovados antes do 25 de Novembro, mas a verdade é que não consta das disposições aprovadas depois dessa data.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Assim, é uma recordação que nós julgamos ao arrepio da dinâmica democrática e do carácter transitório do presente período, constitucional.

Vozes do CDS e dos deputados independentes ex-PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — A nosso ver, nada a justifica. Nem sequer a legitimam alguns ataques desgarrados, inconsequentes e injustos que por vezes se ouvem contra a instituição militar.

Não é por nas forças armadas ter havido quem tivesse traído as promessas feitas ao povo em 25 de Abril que se pode pôr em causa o sentido histórico, nacional e patriótico da instituição militar.

Aplausos do CDS.

Hoje, 25 de Abril, saudamos solenemente a instituição militar, na sua hierarquia legítima, aqui representada pelo seu comandante supremo, e manifestamos o nosso profundo apreço, o nosso respeito e o nosso orgulho pelas multisseculares e gloriosas forças armadas portuguesas.

Aplausos do CDS e dos deputados independentes ex-PSD.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Decorridos que vão cinco anos sobre a madrugada do 25 de Abril, é tempo de romper o dia, num ideal 25 de Abril que foi prometido ao povo português, no respeito do pluralismo democrático e da sociedade civil.

Um 25 de Abril em que os pais vejam com tranquilidade um futuro seguro para os seus filhos, enquadrados por uma escolaridade que em extensão e competência, não nos envergonhe; em que os jovens encontrem um mercado de trabalho amplo e diversificado, quando chegar a altura de ingressarem na vida activa; em que a prosperidade recompense o trabalho, de modo que o dia de amanhã seja mais fácil de vencer do que o de hoje; em que os doentes se sintam protegidos, acarinhados e tratados, de modo que rapidamente possam voltar a dar o seu contributo ao esforço social da comunidade; em que as famílias que se constituem encontrem um lar acessível e digno, onde se possam desenvolver e solidificar; em que os velhos e os reformados recebam os cuidados e o carinho que o seu esforço passado justifica e exige — esse 25 de Abril, ainda hoje está por construir.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: – A liberdade e a justiça são duas faces de um mesmo projecto de dignificação do homem.

Como recentemente recordava em Puebla o Papa João Paulo II, *«aqueles sobre quem recai a responsabilidade da vida pública deverão compreender que a paz interna e a paz internacional só estarão asseguradas se tiver vigência um sistema social e económico baseado na justiça»*.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Raras são as gerações que têm o privilégio de traçar os destinos de uma pátria. A nossa geração, como já sucedera à de Quinhentos, é-nos exigido que tracemos o destino de Portugal europeu dos séculos vindouros.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Apesar de todas as hesitações, apesar de todos os erros, perplexidades e desencontros que encheram estes cinco anos, o CDS afirma hoje, aqui e com esta solenidade, a certeza de que em breve findará a penumbra em que temos vivido e atingiremos o sol pleno de um ideal 25 de Abril para o povo português, finalmente reencontrado com o seu destino e determinado a reconstruir, com o seu próprio esforço, o desenvolvimento nacional, que, também aqui, é o novo nome da paz, da democracia, da liberdade e da justiça.

Aplausos do CDS.



O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata.

O Sr. Menéres Pimentel (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. membros do Governo, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Procurador-Geral da República, Srs. Convidados: É importante celebrar o 25 de Abril, mas comemorá-lo com serenidade, reflexão e sobriedade eis o que importará mais neste momento. Serenidade e sobriedade que não dispensam a verdade. Pelo contrário, exigem-na.

Neste quadro tentarei, pois, ser sincero.

Circunstâncias de vária ordem obrigaram, por motivos patrióticos, à viabilização inicial de um Governo que, apesar de constitucional e legítimo, não emana dos partidos políticos que integram — ou deviam integrar completamente — esta Assembleia. Circunstâncias de vária ordem conduziram, não pelos mesmos motivos, a que cerca de um quinto dos actuais Deputados representassem, aqui, tão-somente as suas próprias personalidades.

Vozes de Deputados independentes ex-PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Estes factos excepcionais, quando não testados por evidente capacidade política, ou por seriedade de processos, exigem soluções de igual excepção ou de mudança.

A excepção política resulta, como é evidente, de uma anormalidade no funcionamento das instituições. E é sempre esta degenerescência do tecido político que urge estar atento para intervir no momento em que a regeneração ainda é possível. A escolha deste tempo de intervenção constituiu, pois, tarefa delicada em jovens democracias como a nossa. A delicadeza e a gravidade da opção interventora e democrática não devem contribuir, através de demora excessiva, para a tentativa de compatibilizar o que é irreconciliável. De igual modo, deverá evitar-se a contemporização ou convivência com a degenerescência. Estas atitudes só podem interessar a quem deseje o desgaste progressivo das instituições democráticas, a quem, com receios, por vezes acomodaticios, não suporte a verdadeira confrontação democrática, ou seja, a consulta popular.

Os sociais-democratas, aqui exclusiva e legitimamente representados, pelo Grupo Parlamentar do PSD, não perfilham a tibieza como processo político nem temem dizer a verdade em momentos

difíceis como o actual. Sempre desejaram clareza nos processos, limpidez nas atitudes, sinceridade e frontalidade, nas palavras. Repudiam fáceis, conformismos, situacionismos ou demagogias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Há um ano, V. Ex^a, Sr. Presidente da República...

Vozes do PS: — Ah! Ah!

O Orador: — ... nesta Assembleia, teve oportunidade de afirmar que o momento não autorizava que acto idêntico decorresse sem a sombra de perigos, que ameaçavam a obra incompleta da Revolução. Se o Presidente da República, em 1978 falou com esta frontalidade, para que, a fé dos portugueses pudesse ser recuperada, ninguém estranhará que, na actual conjuntura, utilize o mesmo processo linear. Seja qual for a análise crítica do Presidente da República, por mais errada ou frustrante que nos possa parecer, ninguém duvidará ao que suponho, da sua intenção democrática. Esta certeza confere-me, assim, uma total tranquilidade para lhe transmitir e a todos os portugueses as nossas preocupações. Será do exame destas que poderá nascer a nova esperança.

Como V. Ex^a disse, também há um ano, o acto do 25 de Abril foi legítimo e autêntico pela intenção democrática que lhe estava subjacente e o seu programa claramente estabelecia e impunha. Só por isso a esmagadora maioria dos portugueses esteve com a revolução libertadora. Mas, o povo não precisava que tivessem persistido em libertá-lo com a força e, portanto, sem a razão democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi indispensável a violência libertadora em 25 de Abril de 1974, mas já foram reprováveis as atitudes unilaterais tomadas em momentos posteriores designadamente a partir de 12 de Março de 1975. Só que forças sectárias pretenderam — e conseguiram, embora parcialmente — alterar o programa democrático entregue ao País no dia 26 de Abril e daí a necessidade de outro 25 de Abril libertador que ocorreu, como é reconhecido, geralmente, em 25 de Novembro. Pelas atitudes corajosas e democráticas tomadas por V. Ex^a, Sr. Presidente da República, nessa data a maioria absoluta dos portugueses não hesitou em elegê-lo em 1976 para o exercício das pesadas mas honrosas funções de Presidente da República. Eleição esta que lhe permitiu, com toda a legitimidade, afirmar em 25 de Abril de 1978 que o Presidente da República, eleito por sufrágio universal, tirava «o sentido do seu mandato, directamente, da vontade de quantos nele votaram e que tinham em comum a fidelidade aos valores da democracia pluralista e do Estado de direito capaz de responder às necessidades

reais da sociedade portuguesa». Nestas claras palavras ficou, pois, bem expressa a ligação do general Ramalho Eanes ao seu eleitorado. Assim qualquer atitude posterior de desvinculação não se afigura consentânea com tão impressionantes conceitos delineados há um ano somente.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – É certo que um Presidente da República, uma vez eleito, é o presidente de todos os portugueses, mas não pode, não deve, voltar as costas ao seu eleitorado.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Quem assim procede está a criar condições para uma eventual renúncia ao exercício das suas funções, mas, o certo é que nenhuma das forças políticas que apoiaram a candidatura do general Ramalho Eanes em 1976 manifestou, até agora, esse desejo. No que diz respeito ao PSD, até se foi mais longe, pois em uma das reuniões do seu conselho nacional deliberou considerar desestabilizador para o processo democrático uma renúncia antecipada do Presidente da República ao exercício do seu mandato. Só que a evolução do processo democrático em Portugal pode vir a aconselhar tomar outras posições firmes, frontais e claras quanto a este aspecto, mas também sempre em defesa da democracia pluralista e da construção de um Estado de direito democrático. Em 22 de Setembro de 1978, já depois de ter sido aqui derrubado o III Governo Constitucional, o Sr. Presidente da República foi muito claro ao propor aos partidos várias soluções para a crise então desencadeada. Creio não adulterar o sentido dessas propostas se as resumir nestes termos: ou os partidos com assento parlamentar concluíam um acordo que assegurasse ao Governo base parlamentar majoritária, estável e coerente e fosse julgado adequado à situação política existente pelo Presidente da República, ou esse acordo interpartidário, com validade até 1980, seria concretizado, não de imediato, mas dentro de um prazo em que a realização de eleições antecipadas, que completassem a actual legislatura, ainda tivessem significado político.

Como se sabe, a hipótese do acordo interpartidário não se tornou possível na altura da crise subsequente ao derrube do III Governo e daí a formação do IV Governo Constitucional, que não se baseou em qualquer consenso nem tão-pouco evoluiu nesse sentido.

Pelo contrário: certas atitudes ou desejos políticos do actual Primeiro-Ministro inutilizaram, na nossa óptica, qualquer hipótese de evolução para um acordo interpartidário. As críticas ao actual espectro partidário, os aplausos à necessidade de formação de um novo agrupamento político foram tão repetidamente insistidas que tudo indica desejar o Sr. Primeiro-Ministro,

um realinhamento partidário. Mas como tal modificação, no quadro desta Assembleia, só é possível constitucionalmente através de eleições legislativas, afigura-se lícito concluir que o primeiro responsável pelo IV Governo terá aderido ao segundo termo da alternativa formulada pelo Sr. Presidente da República em 22 de Setembro passado, ou seja a dissolução desta Assembleia.

Assim todos parecem adoptar ou pelo menos admitir a necessidade de um acto eleitoral antes do prazo normal, ou seja antes de Outubro de 1980. E para que seja útil esta consulta popular, parece evidente a sua urgência.

Interessará agora viabilizar as eleições, ou melhor, torná-las mobilizadoras para os Portugueses. Sempre me pareceu que, nova campanha eleitoral, sobretudo em momentos de crise social, política e económica muito profunda, só será aceitável se uma larga maioria dos portugueses, através dos seus enquadramentos partidários, conseguir, anteriormente ao acto eleitoral, oferecer um conjunto de soluções correctas e coerentes para ser iniciada a resolução dos grandes problemas deste país.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Se se conseguir formar rapidamente este bloco de ideias e projectos concretos, justos e dotados de pragmatismo, as futuras eleições serão mais de escolha do que de preferência.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Escolha de certo modelo bem definido qualitativa e quantitativamente. Escolha por um Estado ao serviço da sociedade e não o inverso. Escolha pela libertação e criatividade. A preferência partidária far-se-ia, então em função da ideologia de cada eleitor, tornando o voto mais consciente e não meramente estratégico ou útil.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): – Muito bem!

O Orador: – Mas se isto é possível conseguir em curto espaço de tempo, por que não a celebração de um acordo interpartidário antes de novo acto eleitoral?

A resposta é bem simples: o actual xadrez parlamentar resultou de uma campanha eleitoral processada em termos de insegurança e de total desacordo partidário. Mais: os partidos não assumiram o compromisso prévio ao acto eleitoral de só participarem em governo com apoio parlamentar majoritário. Daí que as actuais opções políticas dos Portugueses não tenham correspondência

com a realidade, também actual, desta Assembleia. Daí a necessidade da sua dissolução.

Aplausos do PSD.

Se o novo acto eleitoral decorrer sob o signo da mudança e da reconstrução da sociedade, parece evidente que os inconvenientes, sempre de ponderar, de eleições intercalares serão largamente superadas pela aquisição de uma autêntica estabilidade governativa.

Ao Presidente da República importa menos quem governa e mais como se governa. Esta afirmação, aqui produzida há um ano, mantém todo o peso de uma síntese já transportada de Mouzinho da Silveira. Deverá ser, pois, indiferente ao Presidente da República procurar antever a maioria ou as maiorias que se formarão após um acto eleitoral.

Já, porém, não será indiferente ao Presidente da República saber se antes da dissolução da Assembleia os partidos se comprometem a participar somente em governos com apoio parlamentar majoritário, estável e coerente. Este compromisso, pela nossa parte, aqui fica adiantado, mas sem qualquer desejo incontrolado de acesso ao Poder. Apenas o contributo para a tão falada e desejada estabilidade governativa.

Bem sabemos que os Portugueses preferem a razão e a prudência à linguagem da emoção e das promessas demagógicas que, como as do passado, são impossíveis de cumprir. E por assim ser, admitimos que o actual Governo continue, ainda que só para preparar eleições, mas desde que seja assegurado um mínimo de respeito pelas formações partidárias e a satisfação de algumas necessidades fundamentais.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Não se percebe, por exemplo, como é que o Governo ainda não providenciou, antes mesmo de aprovado novo Orçamento, pela aprovação de uma lei que regule aspectos essenciais como os da cobrança de impostos indirectos com taxas novas, o do financiamento às autarquias locais e outros. Não se percebe também como é que o Governo, ou parte dele, procura instalar a sua máquina de propaganda como se pudesse concorrer como tal a novas eleições.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Apesar de tudo, o PSD, consciente das suas responsabilidades, não se colocará, para já, em posição de hostilidade ao IV Governo, mas também não o apoiará. Aguardará com serenidade a evolução do processo político, e se nada for feito para regenerar as

instituições democráticas, então, sim, usará de todos os meios constitucionais ao seu alcance para combater a apatia que tomou conta de grandes faixas de diversas classes sociais.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Assumirá as responsabilidades que lhe cabem e não receará todas as campanhas que meios oficiais ou governamentais lhe desencadearem.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Mais valerá perder a popularidade fácil do que participar em processos degenerativos. O caminho «para a recuperação material e para a ordem cívica» não pode correr o risco de «acabar na miséria e no caos». Mas não é com contemporizações fáceis nem com subserviências inúteis que se evitará esta miséria e este caos.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O projecto de salvação nacional prometido em 25 de Abril terá de ser assegurado pela concórdia e pela conciliação, mas não por cedências. Cedências a qualquer tipo de intromissões militares no poder democrático civil. Cedências a qualquer tipo de demagogia fácil encoberta por pretenso realismo não efectivado. Cedências a forças sectárias e não patrióticas. Cedências à tentação do acesso fácil ao Poder. Cedências à imoralidade, à falta de transparência dos processos de actuação, à ambiguidade de um Governo dito apartidário, mas em que parte dele parece apostado em projectos político-partidários. Será no terreno da confrontação democrática que se poderão definir as capacidades técnico-políticas e que se deverão regenerar as instituições democráticas. Estas não se desgastam quando servidas por pessoas capazes e dotadas de representatividade.

A legitimação popular é condição da sobrevivência democrática. O individualismo conduz ao sectarismo, ao afrontamento e não ao confronto saudável e, portanto, democrático.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Só se pode confrontar quem dispuser de um mínimo de legitimidade democrática adquirida pelo sufrágio. Qualquer outra atitude representará arrogância insuportável em democracia. Há que recuperar a imagem dos partidos perante a opinião pública, mas para tanto será indispensável conferir-lhes a oportunidade máxima dessa recuperação. Não é através de pretensas acções pedagógicas, oriundas de quem não possui inserção popular; não

é através de tentativas de desertificação política; não é através de atitudes, mais ou menos poujadistas, que se recuperará a liberdade na segurança.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – É sim, com trabalho, denodado, com competência e espírito de serviço que se retomarà a dignidade para Portugal e para os Portugueses.

Qualquer força política responsável só poderá prometer mais sacrifícios e trabalho, especialmente no sector público. Sacrifícios, porém, distribuídos com justiça e equidade, trabalho eficaz e não vazio de conteúdo, embora revestido de dilúvio de palavras. Não é com estas que se restituirá a confiança no regime democrático e pluralista. É com acções despidas de desejos de promoção pessoal. A política não serve os políticos. Estes é que, arrancando de um sentimento popular, se devem voltar para o País.

Só assim será possível comemorar com segurança a Constituição da liberdade. Só assim importa, ao que penso, vitoriar o 25 de Abril.

Estes os nossos propósitos.

Deus permita que eles obtenham eficácia.

Com humildade, com sacrifício, com simplicidade e com trabalho acreditemos na liberdade e no regime democrático pluralista.

As nossas responsabilidades aqui ficam bem expressas. V. Ex^a Sr. Presidente da República, assumirá as suas com a frontalidade que os portugueses esperam.

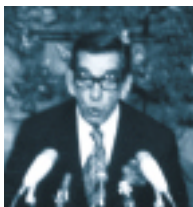
As minhas últimas palavras destinam-se exclusivamente àqueles que em Portugal ainda vivem em condições sub-humanas, longe de qualquer favor do progresso e da chamada civilização material; àqueles que, apesar de tudo isto, e certamente por causa disto, nos dão lições diárias de independência de carácter e de democracia; àqueles que nos olham com alguma indiferença e certa descrença. Para esses vai o nosso apelo; para esses deve ir a nossa disponibilidade gratuita e não sectária. Com eles reconstruiremos Portugal; com eles recuperaremos a esperança e a fé nos caminhos da liberdade, da solidariedade e da justiça.

Aplausos do PSD.

1979

Herculano Pires
PS

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.



O Sr. Herculano Pires (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O Partido Socialista associa-se, com inequívoca e clara sinceridade, à celebração do 5º aniversário da Revolução de Abril. Para os socialistas, a data que hoje comemoramos representou o coroar de uma luta que, sendo também de outros, foi empenhadamente sua.

Na verdade, o Movimento dos Capitães de Abril, entendido na sua perspectiva histórica, é menos um acto de pronunciamento militar do que um impulso de consciência colectiva, adequadamente interpretado pelos elementos mais progressistas das forças armadas. Aos militares de Abril prestamos aqui a nossa homenagem.

Aplausos do PS, do PCP, da UDP, de Deputados independentes do PSD e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes.

Certo que alguns terão lutado por uma aragem de liberdade, sem que a esta luta se tivesse juntado o desejo sincero das reformas sociais de que a Revolução de Abril se tornou mensageira. Outros terão lutado por transformações mais profundas, dispostos a sacrificar-lhes a liberdade. Por nós, socialistas, temos a consciência de termos sido dos mais genuínos intérpretes do espírito de Abril. Defendendo as reformas sociais compatíveis com a salvaguarda das liberdades, dispostos a garantir aquelas por forma que estas não fossem postas em causa, antes e depois de Abril, dizemo-lo, sem hesitação, fomos dos intérpretes autênticos dos anseios colectivos do povo português que no 1º de Maio de 1974 saiu à rua de mãos dadas e de cravo vermelho na lapela.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E se devemos comungar com outros na glória de termos ajudado a possibilitar Abril, é com o povo anónimo (que nos apoiou com o calor do seu entusiasmo e a determinação da sua vontade) que julgamos dever compartilhar outra glória: a de termos salvado Abril.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, aqui estamos hoje para dizer a este povo que nos mantemos fiéis ao Abril que temos sido, ao Abril que continuaremos a ser.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os ideais de Abril foram algumas vezes objecto de claras manipulações que, a terem surtido êxito, conduziriam em linha recta à sua desfiguração. Pela nossa parte, queremos afirmar claramente que não alinhámos nem nos comprometemos em jogos de tracção. Não somos imobilistas. Mas não permitiremos que o justo e desejável equilíbrio entre os valores da liberdade e da igualdade possa ser subvertido em nome de radicalismos escravizantes.

Com esta atitude de intransigência, fazemos nós coincidir o socialismo democrático de que nos reclamamos, tendo em vista a realização da justiça social, que constitui a mais funda ansiedade da maioria esmagadora dos portugueses.

E aqui caberá perguntar: que povo éramos antes de 25 de Abril de 1974?

Um povo dividido pelo medo e pela desconfiança, surdo aos grandes apelos colectivos, que perdia os seus filhos em três frentes de batalha. Um povo que emigrava para comer e, por último, para não morrer ou não matar. Um povo que dependia economicamente de mercados coloniais, com a inconsistência e o preço de uma guerra que não podia ser ganha e cada vez mais se perdia. Um povo vítima de um regime que a comunidade das nações execrava e isolava, porque totalitário, porque praticava o colonialismo agressivo, porque tinha por suportes uma polícia política feroz e uma censura implacável. Nestas condições, tocou as raízes do milagre a ausência de sangrentos ajustes de contas e a institucionalização pacífica, pelo voto livre e ordeiro, de uma autêntica democracia.

Aplausos do PS.

Democracia que é política e é económica, tal como a define a Constituição da República, ou seja, como um Estado democrático de direito, em que assumem particular relevo e significado a sujeição do Estado à lei, a separação dos poderes, a independência dos tribunais e a sempre generosa consagração dos direitos, liberdade e garantias, inscritos nas chamadas declarações universais de direitos, além de outros de natureza económica e social.

E tudo isto na linha de um empenhamento equilibrado e harmónico na realização do socialismo democrático, que o mesmo é dizer da liberdade e da justiça social.

De sinal positivo foram também a paz conseguida, a descolonização (que dificilmente podia ter sido melhor nas condições em que teve de ser feita), a consequente recuperação do nosso lugar no

concerto e no conceito das nações, a reintegração dos retornados na sociedade e na economia da metrópole, a definição, de uma política de integração europeia, a recuperação da confiança dos emigrantes e a criação progressiva de uma autoridade democrática a todos os níveis.

E bom será realçar que tudo foi realizado sem apelo a violências que não tenham podido ser neutralizadas, sem subverter os hábitos dos Portugueses e sem desprezar as suas crenças, os seus sentimentos, os seus valores.

Tivemos, é certo, acidentes de percurso. Mas hoje é dia de alegria e de festa. E nos dias festivos deve realçar-se o lado positivo da história. Meditemos no bem que foi e no mal que podia ter sido. Meditemos, sobretudo, no mal que deixou de ser.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – E daqui devemos dizer aos que sonham com o regresso ao passado, porque têm alma de escravos, ou não se resignam a não escravizar os outros, que estamos atentos às suas manobras.

Aplausos do PS.

Que nos encontram vigilantes sempre que atacam a Constituição, acusando-a, falsamente, de responsável por todas as nossas dificuldades, e procurando revê-la por métodos inconstitucionais, ou seja, à revelia do que nela se dispõe.

Que nos encontram despertados sempre que atacam esta Assembleia, tratando-a com o mesmo desprezo com que durante meio século encararam o povo nela legitimamente representado.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Que nos encontram alerta sempre que atacam os partidos, as ideologias, em suma, a política, em nome de uma simulada independência, de uma tecnocracia comprometida ou de um falso administrativismo burocrático.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Que nos encontram vigilantes sempre que atacam Abril e o que ele representa no coração dos Portugueses que querem, continuar a ser livres: a democracia, a justiça social, a liberdade!

Aplausos do PS.

Em defender Abril reside, no fim de contas, a melhor forma de lhe prestar homenagem.

Estamos aqui para dizer aos responsáveis pela tentativa de afastamento da área do poder daqueles que o povo escolheu para exercê-lo, que já chega de demonstração da evidência de que não há solução sem os partidos e muito menos contra eles, que o mesmo é dizer contra o povo e a sua soberana vontade.

Aplausos do PS e do Sr. Deputado Lacerda de Queirós (PSD).

Para lhes dizer que, se essa demonstração se tornou episodicamente necessária, está mais que feita e mais que pago o duro preço no retrocesso que tivemos de pagar por ela.

Para lhes dizer que o povo sabe que em democracia os partidos são por toda a parte reconhecidos como organizações eminentemente necessárias à definição das grandes linhas de orientação e de pragmática política que possibilita ao eleitorado opções conscientes. Que são, cada vez mais, condição de vivência democrática e cada vez menos simples máquinas eleitorais, digam o que disserem os falsos «Messias», que tão depressa juram a inutilidade das organizações partidárias como defendem a criação de mais algumas ou se propõem criá-las eles próprios.

Aplausos do PS e do Sr. Deputado Lacerda de Queirós (PSD).

Para lhes dizer que quando pretendem que a actual composição desta Assembleia ou o texto da Constituição já não representam a vontade popular, nós temos a certeza de que não são democratas, porque um verdadeiro democrata não põe em causa a representatividade de um mandatário do povo antes do termo constitucional do seu mandato.

Aplausos do PS.

A vontade popular não pode ser ou deixar de ser acatada ao sabor dos oportunismos e das ambições dos que, no fundo, a não respeitam. Os que lhe recusarem acatamento colocam-se fora das instituições e da prática democrática. Continuarão a ter lugar entre nós porque é próprio da democracia procurar estabelecer a concórdia entre todos os portugueses. Mas sabendo-se que a não querem, para que o povo, na hora de escolher os seus representantes, claramente os distinga dos que sinceramente a amam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quis o Partido Socialista que as comemorações de Abril pudessem ficar assinaladas por um acto de pacificação e de clemência.

Quatro anos volvidos sobre o 11 de Março, e mais de três decorridos sobre o 25 de Novembro, sem que os responsáveis pelos respectivos actos tenham sido julgados, como podiam e deviam ter sido, carece hoje de sentido julgá-los. Pelo contrário, ganha sentido um gesto de definitiva pacificação da família portuguesa,

hoje suficientemente protegida de actos semelhantes por forças armadas moralizadas e conscientes do papel que em democracia lhes cabe.

Dáí o projecto de lei de amnistia de que o Partido Socialista tomou a iniciativa e assumiu a responsabilidade, e que nesta Assembleia foi aprovado por maioria. Projecto que patrocinou tanto mais à vontade quanto é certo que o gesto de esquecimento nele proposto se aplica fundamentalmente a dois actos de sinal contrário, sem que em nenhum deles tenha estado envolvido.

Não impediu isso que, em nome de um pretense justicialismo, que em alguns casos, mal disfarçou preocupações de vingança, se tenham ouvido vozes acusando o projecto de desestabilizador e até de inconstitucional. É manifesto que, desestabilizadores seriam os julgamentos feitos com tanto atraso, e que só esta Assembleia tem competência político-legislativa para conceder amnistias.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Seja como for, ou melhor, como vier a ser, o Partido Socialista cumpriu o seu dever, como aliás o cumpriu esta Assembleia.

Tanto quanto quis foi que ao dia de hoje ficasse ligada uma iniciativa que constitui de certo a melhor homenagem que à Revolução de Abril pode ser prestada: a de consagrar como Revolução sem ódio, sem revanchismos, a unir os Portugueses num caloroso apelo à solidariedade e à fraternidade, na liberdade e na paz.

Viva o 25 de Abril.
Viva Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Teófilo Carvalho dos Santos:



— Sr. Presidente da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Procurador-Geral da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Antes de mais, é-me grato saudar a presença aqui de S. Ex^a o Sr. Presidente da República.

O 25 de Abril assinala a reconquista, pelo povo português, da liberdade e da democracia, da dignidade e do exercício dos direitos de cidadania. Por isso, não há melhor quadro de fundo para a sua comemoração do que a presença simultânea dos dois órgãos de soberania que directamente decorrem do sufrágio popular: o Presidente da República e a Assembleia da República.

V. Ex^a, Sr. Presidente, exerce as suas altas funções porque tal foi a vontade deste povo. A sua presença, como a dos Deputados do povo, é a afirmação de que o regime iniciado em 25 de Abril continua a ver na vontade popular, livremente expressa no voto, a verdadeira fonte de legitimidade e a sua linha orientadora.

Mas pondero também uma outra circunstância. É que precisamente por serem as instituições mais inerentes à democracia, o Presidente da República e a Assembleia foram os órgãos mais desvirtuados pelo salazarismo. Em lugar de órgãos representativos da vontade do povo, foram órgãos representativos da vontade do ditador. Em lugar de exercerem um poder autónomo, que limitasse ou condicionasse o poder do Governo, nada mais fizeram do que aplaudir os actos da Administração. Por isso, para que o corte com o passado seja devidamente sublinhado nesta data, parece-me essencial que o Presidente da República e a Assembleia da República se juntem e colaborem nesta celebração. Sr. Presidente: Coube a V. Ex^a a honrosa responsabilidade de ser o Primeiro Presidente eleito livremente após meio século de ditadura. Cabe a V. Ex^a a histórica missão de presidir à consolidação do regime democrático e à defesa dos seus valores essenciais. O povo português confiou a V. Ex^a os seus propósitos e a sua vontade, certo de que em V. Ex^a não falta a capacidade, nem esmorece a vontade.

Quero dar-lhe aqui o testemunho de que esta Assembleia, depositária também do mandato colectivo, está e estará na primeira linha da necessária colaboração institucional para que tais valores vinguem e para que a democracia seja definitivamente o modo de viver em Portugal.

Comemoramos hoje, pela quinta vez, o 25 de Abril. As duas primeiras comemorações celebrou-as o povo português da maneira mais significativa, isto é, votando em liberdade.

A partir de 1977 foi aqui que festejámos essa data, nesta Assembleia que só ela tornou possível.

Cinco anos é tempo bastante para que as palavras vão perdendo o seu encanto. Para aqueles de nós que conseguiram esperar meio século pela liberdade, senti-la hoje à sua volta é o bastante para não desesperarem da solução dos problemas e da remoção das dificuldades que a implantação e consolidação de uma democracia em Portugal necessariamente implica.

Mas nem todos encaram a data do 25 de Abril na perspectiva de cinquenta anos de luta. Uns, porque o tempo que têm de vida lhes não chegou para tanto. Outros, porque só depois de anos ou décadas descobriram o que era o salazarismo e só então despertaram para a luta. Outros ainda, porque se resignaram cedo de mais, rendidos às sucessivas derrotas dos combatentes da liberdade, vendo os amigos presos ou exilados, verificando que nem o passar das décadas impedia o triunfo da força sobre a razão e cruzaram os braços, vencidos antes do tempo. Outros, enfim, porque nem chegaram a lutar: homens para quem o incómodo da ditadura não estava na privação da sua liberdade, na anulação da dignidade de um povo, antes se resumia ao problema técnico da incapacidade do regime para fazer face às necessidades do desenvolvimento económico e da integração de Portugal no concerto das nações modernas — estes limitaram-se a aguardar que o salazarismo caísse por si para dar lugar a qualquer regime mais sensível àquelas necessidades.

Todos estes que enumerei têm razões pessoais para mais facilmente desesperarem do que a democracia ainda não conseguiu e para mais facilmente esquecerem tudo aquilo que ela já nos deu. Para todos eles, ainda que por razões diversas, o combate sempre e sempre renovado, porque sempre e sempre baldado, o combate contra os opressores deste povo foi um episódio das suas vidas. Um episódio entre muitos. Não o esquecem, nem o renegam, mas não podem identificar com ele a sua razão de existir.

Aqueles, porém, que lutaram cinquenta anos pela liberdade não cedem tão facilmente à impaciência, porque melhor conhecem o valor daquilo que com ela podem perder. São homens experimentados por uma longa adversidade. O apogeu das suas vidas já lá vai: consumiu-o esse imenso rosário, de vitórias morais que foram derrotas sentidas na carne, ou seja, essa interminável luta, aparentemente sem sentido, para conseguir aquilo mesmo que hoje aqui celebramos. Não terão, por isso, hoje, as qualidades da vitalidade e energia dos políticos jovens. Não terão também a actualização cultural e até a preparação técnica que felizmente são correntes entre os melhores das gerações que lhes sucederam. Mas, por uma vez, estão em vantagem sobre os jovens. E essa

vantagem é estarem por instinto mais próximos da visão da História. Essa é a enorme diferença entre os que apostam na democracia como um futuro mais cheio de melhores oportunidades de realização pessoal e colectiva e os que contavam um por um os quarenta e oito anos da ditadura, só parando a contagem quando já não havia futuro pessoal em que apostar. Para estes, a vida está vivida: trata-se apenas de olhá-la como algo que valeu a pena. Mas não é preciso enganarem-se a si próprios, porque já não são parte interessada no que está para vir.

O ocaso da vida dá conselhos que nenhuma ciência substitui. E para os velhos combatentes, é uma evidência que não se constrói em cinco anos um tempo de liberdade sobre os escombros da prisão que levou cinquenta a destruir.

Não o digo aqui com a autoridade moral dos que derrubaram o fascismo, porque não o derrubámos. Não que nos faltasse a vontade ou que desprezásemos quaisquer sacrifícios para isso, mas porque, mesmo que uma obra dessas pudesse ser feita por um pequeno grupo, sempre nos faltou uma força igual à razão que nos assistia: uma força feita de coragem e lucidez, é certo, mas também, mais prosaicamente, feita de armas. Não fui eu, não fomos nós, quem derrubou o fascismo.

Essa foi a longa saga do povo português, uma resistência discreta mais firme, um interminável ranger de dentes em silêncio, pontuado por heróicos sacrifícios de alguns dos seus melhores filhos, com os quais se alimentava a chama da luta.

Foi esse povo, que aqui nos cumpre representar, foi o homem da rua, o homem dos escritórios, o camponês e o operário anónimos, que voltaram a cara à ditadura e que, ao fazê-lo, a desmascararam como um corpo estranho à Nação.

Foi o seu implacável veredicto moral que tornou insustentável a posição do regime. Faltava apenas encontrar quem estivesse disposto a encarar a não pequena glória de ser o seu executor. Alguém dispondo da energia, da audácia e dos meios, mas sobretudo da rara capacidade para investir o sentido de uma vida inteira numa só decisão irreversível. Eis o que fez a glória dos jovens capitães de Abril de 1974.

Aplausos do PS, do PSD, da UDP e dos deputados independentes ex-PSD.

Disse-vos aqui, há pouco tempo, quando comemorámos o aniversário da Constituição, que saudava os capitães de Abril, independentemente das opções que cada um deles mais tarde viria a tomar. Uma dessas opções ter-nos-ão merecido concordância, outras não — e nós próprios não coincidimos nessa apreciação. Mas os capitães de Abril são todos eles, porque é nesse momento

que a História os vai reter e nesse momento, eles — mas todos eles — souberam ser a consciência e a vontade do seu povo.

Aplausos do PS, do PSD, da UDP e dos deputados independentes ex-PSD.

Machado dos Santos é a Rotunda, e não cada uma das discutíveis opções que, antes e depois do 5 de Outubro, ele possa ter tomado na Carbonária ou nas hostes democráticas em geral; como Churchill foi a Batalha de Inglaterra e a derrota dos fascismos e não cada uma das tricas palacianas que possam ter orientado alguns dos seus despachos.

Nesta data, que importa o que cada um desses homens diz ou pensa do gesto de um político ou da declaração de um governante? Nesta data e perante a História, que importa o que divide esses homens, se eles — quer o queiram, quer não — estão irmanados no seu significado, amarrados àquele momento histórico que, além de ser a memória das suas vidas, é um marco, na memória deste povo?

Aplausos do PS e do PCP.

Nesta data e perante a História, que sentido, e que alcance podem ter as frechadas que contra estes homens arremessem aqueles de quem a mesma História nunca terá ocasião de se ocupar?

Nesta data, saibamos pairar um pouco acima do conjuntural.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este povo soube merecer a liberdade. Temo-la nos braços. Não há melhor ponto de partida para construir um futuro colectivo digno de ser vivido.

Se concebemos de modos diferentes esse futuro, nada de mais natural, pois a democracia assenta precisamente no reconhecimento desse facto como normal e até saudável. Mas não esqueçamos que nenhum dos ideários que aqui se exprimem, nenhuma das filosofias que nesta sala se manifestam, poderiam exprimir-se ou manifestar-se dentro do regime cuja queda hoje celebramos. E isso, depois de ter feito do 25 de Abril uma vitória nacional, faz dessa data aqui dentro uma vitória comum.

Saibamos nós estar à altura dessa vitória comum, convivendo politicamente uns com os outros, e não procurando sobreviver politicamente uns aos outros. Porque a democracia encontra a sua identidade não tanto nos seus objectivos como nas suas regras. Saibamos nós respeitar e fazer respeitar essas regras, que o povo irá traçando os seus objectivos.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra S. Ex. o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho

Eanes: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses: É difícil imaginar outra data histórica em que o País pudesse mais legitimamente celebrar a liberdade da Pátria e mais justamente prestar homenagem aos que a tornaram possível.

Homenagem às forças armadas, que em 25 de Abril de 1974 restituíram Portugal aos Portugueses, permitindo à Nação que reassumisse a sua dignidade soberana e a direcção do seu próprio destino.

Homenagem às forças militares e políticas que, no 25 de Novembro, repudiando todos os totalitarismos restabeleceram as condições de construção de um país fraterno, e viabilizaram de novo o projecto nacional de liberdade, de democracia e de justiça que impulsionou a intervenção militar.

Homenagem aos que nesta Casa se bateram, em circunstâncias por vezes quase dramáticas, para consagrar constitucionalmente a intenção democrática original – e fizeram triunfar sobre os desvios vanguardistas a concepção democrática do Estado, assente no sufrágio universal, na coexistência de diferentes opções ideológicas, no pluralismo político e no respeito da vontade maioritária.

Homenagem enfim, ao povo português, vencedor real do 25 de Abril e do 25 de Novembro, e vencedor porque criou os pressupostos do êxito do movimento libertador; porque assumiu com confiança e entusiasmo a promessa que as forças armadas lhe fizeram; vencedor porque, quando pôde determinar a dinâmica da revolução, tornou possível o regime democrático de que os órgãos institucionais são expressão e garantia; porque resistiu às ameaças e venceu as confrontações que tentaram impedi-lo de definir livremente a sua decisão de concretizar os ideais de Abril. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Continuamos a viver tempos de confusão e perplexidade. Trata-se de uma evidência irrecusável no quotidiano dos portugueses: é uma realidade social determinante e determinada, em que a acção política se exerce.

Mas importa também reconhecer que não nos falta, que não nos faltou, o conjunto de condições indispensáveis à consolidação da democracia e ao desenvolvimento económico do País.

Se a confusão e a perplexidade persistem, e a crise se instala, é sobretudo porque continuamos a não conseguir o que parece e

é realmente mais fácil num regime democrático: o entendimento entre os partidos; o compromisso político estável; o exercício consequente do Poder com conhecimento, trabalho, determinação, liberdade e integridade.

Entendimento e compromisso possíveis, dada a existência de objectivos comuns.

Entendimento e compromisso indispensáveis, para que a democracia, arduamente alcançada, se vitalize e consolide através da adequação dinâmica das estruturas e instituições às exigências e expectativas do povo português.

Entendimento e compromisso necessários. enfim, para que se atinja a mobilização de todas as forças da colectividade de modo a enfrentar com êxito a crise e a fundamentar solidamente a posterior recuperação.

Porque falta o que pareceria mais simples, tudo fica ameaçado. Esquecem-se ou minimizam-se as vitórias democráticas do nosso passado recente. Os progressos na situação económica apesar de tudo conseguidos, defrontam uma atitude de reserva, nascida muitas vezes de causas passageiras ou mesmo acidentais.

Subsiste uma tendência generalizada para o desânimo e para a descrença – aliás intencionalmente ampliada com vista a recordar o destino trágico de outras experiências democráticas e liberais da História de Portugal.

Como noutras ocasiões aconteceu, também agora podemos dizer que os mais temíveis adversários da democracia não são os antedemocratas declarados – que não encontram acolhimento entre o povo português –, mas os próprios democratas, quando se deixam prender na teia de conflitos secundários e esquecem o campo real de entendimento que melhor responderia aos interesses de Portugal. A esperança democrática, que continua viva, tornou-se assim mais vulnerável. O povo português está cansado de esperar.

Comemorar hoje o 25 de Abril de 1974 exige por isso, de todos nós, a coragem de enfrentar com clareza os desafios que podemos ganhar. Que deveremos ganhar, se quisermos ser dignos do que esse dia nos trouxe como promessa de vida em liberdade, como responsabilidade de comportamento democrático e como obrigação do respeito permanente das regras da democracia pluralista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os fundamentos políticos da nossa democracia estão claramente balizados por duas datas – 25 de Abril e 25 de Novembro. Elas separam e anulam duas situações que, sendo diferentes, tinham de comum o carácter antidemocrático. Mas o 25 de Abril e o 25 de Novembro são manifestações integradas de afirmação democrática, que não pertencem a nenhuma entidade, a nenhum grupo ou classe social. Por muito que pese aos que delas tentaram apropriar-se, para prosseguir objectivos particulares, elas são, de facto, expressões da vontade profunda do povo português.

Compete-nos analisar com serenidade e ponderação esse período

de luta pela democracia e de fundação democrática, de modo a encontrar nele rumos de futuro, firmes e portugueses.

Os valores que a esmagadora maioria dos portugueses vitoriosamente defendeu e consagrou nessa altura são a tolerância política, a exigência de democracia pluralista e o consequente exercício das liberdades públicas – nomeadamente as de religião, expressão, reunião e associação –, a defesa permanente da liberdade individual, o respeito pelas regras da legitimidade e da legalidade democrática e a procura de uma autêntica justiça social.

São, em si mesmos, valores que sintetizam e afirmam inequivocamente o civismo político e cultural dos Portugueses. E são, também, cabocos de qualquer projecto político que queira basear-se na realidade social portuguesa e nela realizar-se em plena liberdade.

Mas nesse período de luta pela instauração de um regime democrático a vontade da Nação afirmou também outros valores mais concretos que, com maior ou menor nitidez, têm orientado a nossa actividade política.

Desses valores concretos apenas sublinharei os que, além de se imporem pela sua actualidade contribuem para definir os contornos do quadro de possibilidades políticas. São eles: a defesa da Constituição, como afirmação determinada de democracia, de justiça, de liberdade real, de dignidade cultural e de independência nacional; o estabelecimento do primado do Estado de direito democrático e, por consequência, a imposição firme de todas as suas leis; a afirmação de um projecto de modernização da economia, tendo em vista uma rápida integração na Comunidade Económica Europeia – que, só por si, exige a mobilização racional de todos os recursos disponíveis; a garantia dos direitos dos trabalhadores, livremente organizados para defesa dos seus interesses, num quadro de compatibilização com as possibilidades nacionais e com o processo de modernização da economia portuguesa; a defesa de uma política social justa, que corrija os actuais desequilíbrios e salvede a solidez do crescimento económico a médio e a longo prazos; a colaboração democrática entre as instituições, de modo a dar ao sistema coerência e estabilidade e a garantir-lhe eficiência perante as situações de crise; a procura constante de soluções negociadas, para evitar o confronto e o conflito, sem prejuízo do recurso a toda a firmeza democrática sempre que uma divergência de posições ponha em causa interesses nacionais essenciais; a afirmação de uma política externa aberta que, respeitando e defendendo a nossa especificidade, vise a correcta inserção de Portugal na comunidade internacional traduzida na integração do País na Europa Ocidental, na co-responsabilização do seu sistema integrado de defesa, na participação activa nas diversas instâncias internacionais e na cooperação e amizade com todos os povos do Mundo, dedicando especial atenção ao Brasil, aos novos Estados africanos de expressão portuguesa e aos restantes Estados onde se radicaram comunidades portuguesas significativas.

Recordando sem preconceitos estes valores, defendidos em 1974 e 1975, e confirmados nas diferentes eleições que institucionalizaram a democracia, não poderemos deixar de concluir que o quadro resultante é suficientemente claro como balizador da acção política corrente.

Mais ainda: Este quadro político é tão inequívoco que não admite a alusão a ambiguidades ideológicas nem a permanente reposição de dúvidas sobre os objectivos nacionais. Apenas exige eficácia política para ser concretizado.

Naturalmente, é de acordo com este sistema de valores, uns globais e outros concretos, que se orienta a minha acção como Presidente da República. A sua afirmação clara – e repetida desde a campanha eleitoral – leva a olhar com reserva e profunda desconfiança os jogos confusos em que parecem participar, numa estranha aliança, responsáveis de formações democráticas e outras forças que prosseguem fundamentalmente totalitarismos sem regresso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se evoquei os princípios consagrados pelo povo português é porque considero que a situação presente exige a cada responsável político que explicita com clareza os critérios a que obedece a sua actuação, para que os portugueses possam identificar e compreender as razões que continuam a impedir um esforço de entendimento e de concertação de posições partidárias.

Sempre entendi – e foi esse entendimento que expressei aos Portugueses em 1976, no compromisso eleitoral e na declaração de princípios, quando me submeti à decisão do sufrágio popular –, sempre entendi, repito, que não compete ao Presidente da República substituir-se aos partidos na definição de um programa político concreto, adoptar um modelo de desenvolvimento específico ou optar institucionalmente por um dos diferentes modelos abstractos de sociedade que são propostos à consideração dos Portugueses.

Pelo contrário, considero que é responsabilidade institucional do Presidente da República interpretar a vontade dos Portugueses nas suas opções eleitorais, reconhecendo que diversos programas e modelos são possíveis no quadro dos valores essenciais que o povo português tem defendido e que já sintetizei.

Em coerência com esta posição constante, tenho orientado a minha acção política por cinco critérios fundamentais: consolidar as estruturas e os órgãos fundamentais do Estado democrático de modo que, no fim da fase de transição que se atinge em 1980, se passe a viver em plena normalidade democrática; aumentar a coesão e a operacionalidade das forças armadas portuguesas, ao serviço da democracia e da independência nacional, e promover a sua correcta e definitiva inserção na nação civil; promover a formação de executivos capazes de apresentar programas de governo que correspondam aos valores essenciais afirmados e defendidos pelo povo português; assegurar o pragmatismo da acção política

que as necessidades do País impõem e as possibilidades humanas e materiais determinam; manter como objectivo prioritário a implementação de mudanças nos sectores económicos e sociais que mais importam à construção democrática e à satisfação das esperanças legítimas abertas pelo 25 de Abril.

Estou certo de que as decisões tomadas desde a institucionalização do regime democrático, em particular no que respeita à formação dos governos, corresponderam às exigências decorrentes dos princípios enunciados.

Não sendo clara nem unanimemente reconhecida a vantagem da realização de eleições legislativas intercalares — aliás, até agora irrealizáveis por indisponibilidade de legislação adequada —, sendo indispensável assegurar a continuidade governativa e tornando-se imperativa a existência de executivos aptos a negociar com países amigos programas essenciais à recuperação económica do País, não hesitei em assumir as responsabilidades da função que exerço, recorrendo a modalidades de governo pouco frequentes em regimes como o nosso, mas nem por isso menos democráticas.

Considero que as soluções adoptadas foram as ajustadas ao tempo histórico, inclusive quando a única via que ficava aberta era a formação de governos democráticos, extrapartidários que pudessem responder às principais dificuldades do País e oferecessem o tempo de meditação e de negociação de que os partidos necessitavam para superar as suas divergências.

É ainda este o quadro de condicionantes que caracterizam a situação presente, até porque, apesar de eu próprio anunciar a excepcionalidade da solução adoptada, não foram ainda criadas pelos partidos políticos condições que permitam alternativas diferentes.

Mas um tal governo — repito — em nada vê diminuída a sua legitimidade constitucional e democrática. Dispondo da confiança política do Presidente da República e de aceitação política da Assembleia da República, desde que esta não inviabilize nem o seu programa nem a sua existência, um governo extrapartidário está vocacionado para o exercício de três missões essenciais.

A primeira é governar, no quadro da legalidade existente, com respeito pelas normas de articulação e vigilância política estabelecidas entre os diversos Órgãos de Soberania, procurando, na medida do possível, compatibilizar as diferentes posições que se integrem no sistema de valores por que optou o povo português. A segunda é assegurar uma continuidade governativa que, como, disse, deixe aos partidos o tempo necessário para que encontrem condições de entendimento e de cooperação.

A terceira é não interromper o esforço para criar condições que permitam salvaguardar, no presente e no futuro, a dignidade dos Portugueses e a independência nacional. Esta terceira missão cumpre-se na aplicação criteriosa dos recursos e medidas de política que melhorem a resposta interna à procura e contribuam

para um maior equilíbrio da balança de pagamentos, para a estabilização económica, base da estabilidade política, e por isso pressuposto do aperfeiçoamento da convivência democrática.

Neste triplo sentido, não quero deixar de sublinhar claramente que o actual Governo assumiu objectivos patrióticos de continuidade da acção governativa e de defesa institucional da democracia, e tem tido, como recentemente referi, uma actuação que entendo globalmente meritória. Por ambas as razões, mantém a minha confiança. A mera continuação em actividade de um governo extrapartidário significa naturalmente, que ele é considerado politicamente conveniente pelos partidos representados na Assembleia da República.

O Sr. António Arnaut (PS): — Não apoiado!

O Sr. Presidente da República: — É evidente que este juízo implica também que o Governo seja considerado politicamente conveniente para o País, dado que seria inadmissível que qualquer partido responsável colocasse os seus eventuais interesses eleitoralistas acima das conveniências e interesses nacionais. No actual estado de crise, tal comportamento, qualquer que fosse o resultado final, nunca se traduziria em ganhos para a estabilidade das formações partidárias e do Estado democrático.

Por todas estas razões, ao juízo prático sobre a conveniência política da continuidade deste Governo terá de corresponder uma atitude consciente da Assembleia da República no sentido de sem limitar a sua crítica e a sua fiscalização política, assegurar ao executivo, de modo continuado, os instrumentos necessários à acção governativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É nosso dever considerar, no plano teórico, as vias políticas possíveis se a Assembleia da República vier a colocar ao Governo obstáculos políticos insuperáveis ou se vier a decidir accionar os mecanismos constitucionais que impeçam a continuidade do actual Executivo.

Uma delas, e que importa analisar com clareza, consistiria na realização de eleições legislativas intercalares.

Independentemente dos custos que a concretização dessa hipótese acarretará para a democracia e para a vida económica, é uma saída legítima e por isso mesmo irrecusável.

Não posso, porém, deixar de sublinhar a eventualidade de o quadro parlamentar não se alterar de modo significativo — pelo menos, de não se alterar de um modo que permita encontrar uma base maioritária sem recurso necessário a um entendimento interpartidário.

A verificar-se tal eventualidade, continuaríamos a ter depois dessas eleições intercalares, exactamente o mesmo problema com que hoje nos defrontamos.

E ainda que uma composição parlamentar idêntica à actual permita, depois de eleições intercalares, o que até hoje não se atingiu, será difícil compreender por que é que dirigentes políticos

conscientes do estado do País e das dificuldades da consolidação democrática não conseguiram concretizar a mesma solução antes da realização de eleições intercalares.

Vozes do CDS e de Deputados independentes ex-PSD: – Muito bem!

O Sr Presidente da República: – Nestes termos, e se não se verificar qualquer dos casos que constitucionalmente conduzem à dissolução da Assembleia da República, reservarei a decisão de realizar eleições legislativas intercalares e só a tomarei se e quando entender que ela corresponde, sem qualquer dúvida, ao interesse nacional.

Vozes do CDS e de Deputados independentes ex-PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – É evidente que a ocorrência de novos factos políticos significativos e a vontade maioritária desta Assembleia serão factores de decisão.

Outra solução entretanto possível – e, na perspectiva democrática, mais desejável – consistirá na concretização de alguma modalidade de acordo que assegure à governação, a conveniente base parlamentar maioritária estável e coerente.

É uma solução que nunca deixou de estar posta à consideração dos partidos.

Continuo a pensar que será possível encontrar, em função do interesse nacional, um consenso mínimo das forças políticas e sociais em torno de questões basilares como as seguintes:

Desenvolvimento prioritário das actividades ligadas à produção e distribuição de bens alimentares, que elevem o nível da nossa alimentação e tornem disponíveis meios financeiros para investir em sectores de imediata reprodutividade;

Vitalização do sector exportador, tornando-o competitivo a nível europeu, de maneira a contribuir para o equilíbrio da balança comercial e para a redução do desemprego;

Definição e implementação de uma política económica que permita, a médio prazo, o lançamento de actividades que melhor correspondam ao integral aproveitamento dos recursos disponíveis, quer humanos, quer financeiros, quer naturais;

Utilização, a exemplo de outros países, do ocidente europeu, e sem preconceitos ideológicos, das técnicas de planeamento económico e financeiro como instrumentos que, além do mais, possibilitem a fundamentação de uma política de redistribuição de rendimento e o incremento simultâneo do sector público e da iniciativa e actividade do sector privado;

Definição, no quadro dos objectivos referidos, de modalidades e acordo entre os representantes das forças económicas e do

Executivo, de modo que se possa estruturar em bases seguras a política económica de estabilização e recuperação e, em particular, as decisões empresariais;

Descentralizar a vida política, com vista a interessar a generalidade dos portugueses na resolução dos seus próprios problemas, para uma responsável e crescente participação democrática na vida da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os tempos de confusão e de perplexidade que vivemos não decorrem de alterações da opinião política do povo português em relação aos valores essenciais que escolheu.

Melhor do que ninguém o sabem os inimigos da democracia, que, no nosso país como, aliás, em toda a parte, aproveitam as liberdades que o regime democrático lhes concede para explorar as dificuldades de entendimento entre formações democráticas com projectos políticos largamente coincidentes.

Não falta quem utilize, para fundamentar o afastamento, razões que bem melhor justificariam a aproximação.

Os democratas terão de estar atentos a este fenómeno, porque, se aquela situação se pode aceitar como normal em regimes políticos estáveis e clarificados por longos anos de prática democrática, não deixa de ser justificável que apenas gere confusão e perplexidade num povo que durante dezenas de anos acumulou esperanças legítimas e fundamentadas na democracia.

As discussões ideológicas inconsequentes prolongam-se, apesar de a crise continuar sem que se lhe oponha uma resposta organizada, socialmente mobilizadora e politicamente apoiada, mas também tecnicamente fundamentada.

De facto em todos os países democráticos, crises bem menos graves do que a que vivemos têm justificado a colaboração entre técnicos de diferentes filiações partidárias, que todavia se encontram unidos por uma idêntica concepção global dos interesses nacionais. Uma preocupação excessiva com as questões políticas tem levado a esquecer que Portugal, devido à limitação dos seus recursos materiais e técnicos, não poderá, sob pena de colapso, dispensar a colaboração aberta e motivada de todos aqueles que podem gerar alternativas fundamentadas e concretizações produtivas.

Neste sentido, temos de retomar o esforço para procurar unir, onde forem úteis e onde se julgar prioritário, os homens capazes de responder aos grandes problemas concretos que se mantêm e agravam na sociedade portuguesa, de modo que a população portuguesa possa ficar informada das possibilidades reais que o futuro lhe oferece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: – Tendo presente a minha responsabilidade de garante da legalidade constitucional e das regras democráticas, não posso ignorar que o desencanto e o desânimo atingem já homens íntegros, que sempre se bateram pela liberdade, pela democracia e pela justiça social.

Esta nova situação preocupa-me porque representa um agravamento das conduções de concretização das promessas do 25 de Abril e do 25 de Novembro, mas interessa-me sobretudo porque me compete assumir a esperança que o povo português depositou na implantação de um regime democrático em Portugal.

Porque não acredito em qualquer fórmula de poder pessoal, nem aceito outro modo de organização da actividade política que não seja o pluralismo democrático, recuso qualquer solução política que se baseie na subalternização dos partidos, na limitação da liberdade de expressão política de forças que respeitem a legalidade democrática ou na imposição militar.

Aplausos do CDS, de Deputados independentes ex-PSD e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes.

Para que nenhuma dessas soluções venha a ser encarada como resposta a uma crise insulúvel, tenho, como representante pessoal e institucional de todos os portugueses até 1981, o dever de utilizar plenamente, desde que necessário, a função que me compete de defesa em última instância do sistema democrático.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Sr. Presidente da República: – Assim, a permanência de uma situação de afastamento interpartidário e de bloqueamento continuado da acção governativa obrigarão o Presidente da República a uma intervenção política mais intensa. O Presidente da República terá de cumprir o dever patriótico de contribuir, no respeito do quadro de valores que o povo português defendeu em 1974 e 1975 e confirmou nas diferentes eleições, para a formulação de um projecto de acção que primeiramente visará tornar realizável o consenso possível de partidos e de forças sociais organizadas, mas, em última análise, deverá mobilizar todos os

democratas e satisfazer e englobar todos os portugueses.

Estou consciente dos riscos inerentes a esta intervenção política mais activa, designadamente quanto ao precedente que abre na esfera da actuação do Presidente da República e que outros no futuro, poderão invocar com diferentes finalidades.

Mas não posso menosprezar os perigos com que já hoje se confronta a nossa democracia, nem aceitar que se desenvolvam situações de tensão entre instituições, nem consentir que se iludam as legítimas expectativas dos Portugueses.

O quadro de possibilidades existentes é claro, mas reduz-se dia a dia. O tempo de que ainda dispomos é assim limitado. Há que mudar de vida enquanto é tempo.

Termino com uma palavra de esperança e com uma palavra de certeza:

Esperança de que nós, dirigentes políticos em quem o povo português confiou, sejamos dignos do exemplo sólido e mobilizante de consciência democrática dessa fonte de poder;

Certeza de que o povo português, que em oito séculos sempre soube vencer os desafios e caminhar honrado na História, também agora encontrará as vias realistas e estáveis que lhe permitirão vencer a crise e transformar efectivamente Portugal. Se quisermos, esta Nação saberá reconciliar-se em torno de um projecto que permita a todos os portugueses viver em paz um futuro mais livre e mais igual, de acordo com as esperanças de Abril que em conjunto hoje celebramos.

Aplausos do CDS, dos Deputados independentes ex-PSD (de pé), do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes (de pé) e dos Conselheiros da Revolução (de pé), permanecendo de pé durante os mesmos o Deputado independente Galvão de Melo.

O Sr. Presidente: – Está encerrada a sessão.

Dia da Liberdade

**25
de Abril**



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1980

Oradores

Adão e Silva
Reformadores

Mário Tomé
União Democrática Popular

Helena Cidade Moura
Movimento Democrático Português

Luís Coimbra
Partido Popular Monárquico

Luís Moreno
Partido do Centro Democrático Social

Joaquim Gomes
Partido Comunista Português

Almeida Santos
Partido Socialista

Helena Roseta
Partido Social Democrata

Leonardo Ribeiro de Almeida
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: —(...) Em nome de S. Exa. o Sr. Presidente da República, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante do Agrupamento Parlamentar dos Reformadores Sr. Deputado Adão e Silva.



O Sr. Adão e Silva (DR): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo, Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: É por inerência à minha qualidade de componente da força democrática e humanista testemunhada no Manifesto Reformador, mas muito especialmente da de representante do Agrupamento Parlamentar dos Reformadores, que me incumbe hoje o honroso encargo de usar da palavra nesta sessão comemorativa do 6º aniversário da Revolução, essa corajosa arrancada dos militares de Abril na bela madrugada de 25, que pôs termo ao regime totalitário imposto ao povo português durante quase meio século, ao assumirem-se, eles, revolucionariamente e como corolário de sucessivas e desgastantes lutas políticas da oposição democrática, durante décadas, contra o regime salazarista decorrente desse outro movimento militar e anticonstitucional, qual o de 28 de Maio de 1926. Não acrescentarei nesta alíás, limitada, intervenção nem conteúdo original, nem ênfase oratória ao muito que aqui será afirmado pelos ilustres oradores que se me seguirão, apenas a nossa voz concorrerá, com todo o entusiasmo, para a bem merecedora valorização dessa feliz data, festejada pelos cravos vermelhos e pela alegria popular irrepreensível trazida à rua nesse grande dia, marco histórico inolvidável para todo o povo e em particular para os muitos resistentes democratas e liberais que, anos e anos seguidos, vinham sofrendo no espírito e no coração a cruel fatalidade de se sentirem considerados apátridas na sua própria e querida terra, ao serem-lhes, sistemática e miseravelmente, recusados os mais elementares direitos de cidadania.

Teve a Revolução de Abril o inestimável mérito de restituir ao povo português as liberdades fundamentais de que se achava há tanto despojado e de contribuir para o gozo, que se quer inteiro e responsável e, também, permanentemente promovido, respeitado e defendido, dos direitos do homem, essas regalias humanas afirmadas na Declaração Universal proclamada pelo aerópagos das Nações Unidas, por essenciais à vida democrática dos povos e dos

seus cidadãos; e logo, por isso mesmo, no respectivo preâmbulo, denominadas de ideal pacífico e nobilitante interessando a todos os indivíduos e a todas as nações, independentemente de raças, de credos ou de ideologias e orientados pelo reconhecimento integral da dignidade humana, com direitos iguais e inalienáveis que constituem o fundamento autêntico da liberdade, da justiça e da paz no Mundo.

Reconquistadas que foram as liberdades essenciais e adquirida, com ânimo de a manter, a convicção de que vinha de instaurar-se no País, por forma definitiva e irreversível, a democracia política que a grande maioria do povo português há tanto ambicionava, resta ainda garantir a estabilidade e a consolidação dessa mesma democracia, que há-de caracterizar-se pelos seus nobres ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, fazendo-a institucionalizar através do indispensável equilíbrio dos órgãos do poder político e de uma democratização frontal e autêntica, por económica, social e culturalmente justa, do País real, em ordem a prestigiar-se Portugal, quer internamente, quer face ao mundo democrático e designadamente face a este continente europeu de que constituímos ponta de lança, embora em muito reduzido espaço, situados como estamos no seu extremo ocidental, frente a esse mar imenso que sempre nos atraiu e persistirá em atrair-nos em projectos futuros a cuja assunção a nação empenhadamente se dará.

Obviamente que esteve, e permanecerá, bem latente a ideia de que somos, incontestavelmente, uma nação de largas tradições históricas e universalistas, que de descobridora de novos mundos passou a fatora de povos, terminando, por neste século de grandes sucessos e progresso mundial, assumir o orgulhoso papel de libertadora desses mesmos povos que, não obstante todos os conhecidos e graves acontecimentos, que se vêm processando internacionalmente, hão-de permanecer ligados a nós — ressalvada a sua inteira independência — por fortes laços humanos, afectos como estão à língua comum e aos sentimentos cristãos e liberais que, desde sempre, caracterizam os Portugueses.

Prestigiosa democracia a nossa, já que, para além desse tão grande exemplo de humanidade, há-de ser liberal, regeneradora e pluralista, exactamente por oriunda do espírito do 25 de Abril e porque consubstancia, em si mesma, todo um somatório de qualidades cívicas, morais e de justiça social que importa preservar contra todas e quaisquer tentativas anti-democráticas, partam elas de onde partirem e seja qual for o manto com que se cubram ou o cavalo de Tróia de que se sirvam, pois todas hão-de, felizmente, esbarrar contra as forças da liberdade e de resultar inúteis, dada a sua incapacidade de alterarem o curso do processo democrático inerente ao regime de Estado de direito que, decididamente, se quer para Portugal. Tenhamos, pois, esperanças muito válidas de que há-de, ao longo da caminhada, em muito ainda a percorrer, mas sempre pela via da liberdade, prosseguir-se em democracia,

por tal ser a promessa e o significado patriótico da Revolução de Abril, para a glória de todos os sinceros democratas deste País e para o bem do nosso tão sacrificado povo, que durante largos anos sofreu, penosamente, tantas e tantas lágrimas e algum sangue, para além dos prementes e duros sacrifícios económicos suportados, a tudo se sobrepondo essa inesquecível perda de inúmeros combatentes democratas, cuja vida foi ceifada nas corajosas fases da luta abnegada e idealista, contra o obscurantismo, a reacção e o totalitarismo em geral.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

E vamos, ainda e sempre em homenagem ao espírito essencialmente liberal do 25 de Abril, empenhar-nos em renovar e fazer progredir o País, certos de que será em resultado do patriótico empenho dos verdadeiros democratas, seja qual for o seu estrato ideológico, que há-de, por força da liberdade reconquistada e da vontade comum, engrandecer-se a Nação. Vamos constitucional e oportunamente, pondo-se termo a condenáveis projectos desestabilizadores, rever e aperfeiçoar a Constituição da República, em termos porventura ainda experimentais, dada a presumível evolução do regime, mas programáticos e condicionados à legalidade democrática, reforçando nela o sentido cívico e extirpando-a da excessiva carga ideológica e do proteccionismo revolucionário que a caracterizam, tornando-a numa segura e aberta lei fundamental, em que possa definitivamente assentar, em segurança, o Estado de direito que democraticamente pretendemos ser, em plena e responsável liberdade, pondo-se acima de tudo o prestígio e o progresso do País.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – E com tudo se valorizará o ideário do 25 de Abril, que há-de ficar na história como a redentora Revolução da Liberdade!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, dos Deputados Reformadores e do Sr. Deputado José Luís Nunes, do PS.

Liberdade que já Montesquieu, magistralmente, definiu como «esse imenso bem sem o qual não é possível gozar verdadeiramente todos os outros bens». Liberdade que, num apelo veemente à luta pelos direitos do homem, Paul Éluard, ao estruturar-se a Declaração Universal, invocou assim: *Je, suis né pour te connaître, pour te nommer, pour t'aimer, Liberté.* Liberdade que um jurista democrata contemporâneo, ao levantar a sua voz contra um certo clima de medo de antes do 25 de Novembro de 1975, referiu assim: *Morrerá a liberdade quando no coração e no espírito*

dos homens pairar o medo. Liberdade, bem humano esse que supera todos os demais, e que esse cidadão insigne grande português, que foi Jaime Cortesão, democrata indefectível e indomável lutador contra o poder totalitário e a reacção, em alguns dos belos e inesquecíveis versos da sua primorosa «Ode à Liberdade», cantou assim:

*Quero-te, como quero ao ar e à luz
Porque não sou a ovelha do rebanho,
Nem vendi ao pastor a alma e a grei;
E onde não haja mais do que o redil,
És tu a minha Pátria e a minha Lei.*

*Leva-me onde as estrelas me pertençam.
Porque as vozes viris que me conduzem
Ninguém, melhor do que eu, sabe dizê-las;
Porque eu não temo as livres solidões,
Onde habitam os ventos e as estrelas.*

*Torna-me ágil e ardente, alma do Fogo,
Porque tu és a inspiradora inquieta
Dos bailados da morte e da alegria;
E eu prefiro ao aprisco a vida heróica,
A que devora o ser mas alumia.*

*Queima-me, embora custes, quando afirmas,
O incêndio e as cinzas trágicas de Bruno
Ou o silêncio e a dor de Galileu.
Que importa? A Terra, a Humanidade, a Vida,
Não cabem, empalhadas, num museu.*

*Não és a flor da beira do caminho.
Bem sei que é necessário conquistar-te
A cada novo dia e a duro preço.
Por ti tenho sofrido quanto os homens
Podem sofrer. Por isso te mereço.*

*Gerou-te, lentamente, com revolta
E dor, a consciência dos escravos;
Renasces mais perfeita a cada idade;
E, sempre, com dores cruéis do parto,
Dá-te de novo à luz a Humanidade.
Querem mãos assassinas sufocar-te
Nas entranhas maternas. Mas em vão.
Virás como a torrente desprendida,
Porque és o sopro e a lei da Criação
E não há força que detenha a Vida.*

Aplausos dos Deputados Reformadores, do PSD, do PS, do CDS, do PPM e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.



O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores, Srs. Deputados: Para comemorar hoje o 25 de Abril devemos ser claros e rigorosos, o nosso povo no-lo exige. Há seis anos, o povo saudava, nas ruas com a alegria de que só ele é capaz, a liberdade. A prisão dos principais responsáveis do fascismo, o desmantelamento da PIDE-DGS, anunciavam o ruir do regime corrupto, construído sobre o suor e o sangue dos trabalhadores portugueses. As massas populares, lado a lado com os soldados e marinheiros, saudavam a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o fim da guerra colonial. De norte a sul do País, o povo estava unido na mesma esperança de que acabaria o sofrimento e a miséria, na mesma determinação de liquidar uma a uma as raízes do fascismo e do colonialismo. No 11 de Março e no 28 de Setembro, duas intencionalidades fascistas encontraram pela frente a unidade combativa dos trabalhadores portugueses. As tentativas de sabotagem do patronato reaccionário, os operários respondiam tomando nas suas mãos as fábricas e instaurando o controle operário. Ao abandono das terras pelos agrários parasitas, os assalariados respondiam com as ocupações das terras. Os moradores pobres das barracas lançavam-se nas ocupações de casas vazias. As comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, as comissões de soldados, organizavam a iniciativa criadora e espontânea das massas populares e defendiam as suas conquistas. A Reforma Agrária, as nacionalizações, as liberdades democráticas, conquistas revolucionárias dos trabalhadores portugueses, transformavam rapidamente a face do País, abrindo um caminho novo de mudança. Essas conquistas democráticas revolucionárias, impostas pela luta do povo português, vêm a ser consagradas na Constituição da República. Portugal deixava de ser um país onde reinava o obscurantismo, as profundas desigualdades sociais, a opressão e a miséria que faziam de nós um dos países mais atrasados da Europa. Abria-se o caminho para um futuro radioso de bem-estar e de liberdade para os trabalhadores portugueses. A independência nacional era uma possibilidade real e uma exigência do povo português. Estas transformações radicais que em poucos meses se vinham operando na sociedade portuguesa, deviam-se à poderosa iniciativa

e à energia criadora das massas populares. Perante as vacilações, as hesitações dos vários governos provisórios, perante um MFA que se desagregava o movimento popular impunha-se como a única força realmente capaz de levar a cabo as profundas transformações sociais, que poderiam arrancar de vez as raízes profundas do fascismo. Em poucos meses, a PIDE-DGS estava desmantelada, o poder dos monopólios e dos latifundiários seriamente abalado. Abria-se o caminho para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Mas as debilidades do movimento popular eram ainda muitas. A confiança na protecção dos militares progressistas levou a que os trabalhadores não se tivessem preparado, de uma forma enérgica, para a defesa das suas conquistas revolucionárias. Assim, o golpe militar reaccionário do 25 de Novembro apoiado pela direita, veio surpreender as massas populares e apanhá-las desprevenidas. Este golpe reaccionário veio cortar o passo ao movimento transformador que de norte a sul varria o País. Os militares de Abril foram presos, os trabalhadores começaram a ser intimidados, mortos, com a Polícia e o Exército, impunha-se um regime autoritário e repressivo em tudo contrário ao 25 de Abril.

Seis anos passaram sobre o 25 de Abril. Hoje podemos dizer abertamente e com segurança que o golpe do 25 de Novembro abriu caminho a um regime fascizante, virado para o ataque aberto às conquistas revolucionárias do 25 de Abril. A direita reaccionária que hoje nos governa tem no centro da sua política o ataque à Reforma Agrária, às nacionalizações, às liberdades democráticas. O pano de fundo da sua política é a revisão reaccionária da Constituição. É voltar a instaurar no nosso País o regime opressor e explorador dos grandes monopólios e latifundiários. É transformar o nosso País numa coudada dos grandes monopólios da CEE e num campo de manobras da NATO.

A Aliança Reaccionária que nos governa está empenhada em destruir tudo aquilo que resta do 25 de Abril e fazer o País andar muitos anos para trás. Nos campos do Alentejo e Ribatejo, os trabalhadores são mortos, espancados, perseguidos pela GNR, as terras, o gado, as máquinas conseguidas à custa do seu trabalho, do seu suor e do seu sangue, são-lhes roubadas. Os trabalhadores das empresas nacionalizadas vêm ser-lhes retirados todos os seus direitos e as regalias conquistadas. A comunicação social é amordaçada, reinstaura-se a censura na rádio, na televisão, na imprensa. Montam-se novos tribunais plenários para julgar os antifascistas. Os preços sobem todos os meses, tornando a vida de todos os que trabalham cada vez mais difícil. Apesar de cem mil promessas, a economia continua mergulhada na crise e na estagnação. Não há novas obras, não há melhoramentos, nada se faz para criar novos postos de trabalho que absorvam o meio milhão de desempregados. O 25 de Abril e as conquistas do nosso povo hoje, em Portugal, são o ponto de referência e demarcação de todas as forças políticas.

Ou se é a favor ou se é contra. O golpe reaccionário do 25 de Novembro foi a grande arrancada contra o 25 de Abril, que mostrou claramente de que lado estavam as várias forças políticas irmanadas do mesmo desejo de travar o avanço dos trabalhadores para novas conquistas de uma sociedade nova, vamos encontrar desde as forças mais negras da reacção que querem reinstaurar um regime fascizante em Portugal, como o CDS e o PPD, até ao PS, que teve mais medo dos trabalhadores do que de aliar-se com os militares reaccionários aos saudosos do 24 de Abril e com o imperialismo.

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – O PCP, em vez de enfrentar abertamente o golpe reaccionário, adapta-se ao novo regime e continua, como antes, a aproveitar-se da força dos trabalhadores para negociar, para manobrar, sempre cedendo no essencial: a defesa das conquistas populares de 74 e 75.

Os homens que encabeçaram aquele golpe por isso são dos principais responsáveis por toda a escalada a que temos assistido desde então contra os trabalhadores, os democratas e antifascistas não podem ser os representantes do 25 de Abril.

Vozes do PSD e do CDS: – Não apoiado!

O Orador: – A UDP sempre afirmou que o 25 de Novembro foi um golpe contrário em tudo ao 25 de Abril e responsável pelas dificuldades que atravessa o País. Nós sempre afirmámos que, apesar dos ataques, que têm vindo a sofrer após o 25 de Novembro as conquistas populares, apesar da arrogância da direita reaccionária que nos governa, há suficientes forças para impor uma mudança na situação política actual. Essas forças estão dis-

persas pelas lutas populares, que têm vindo a ser travadas em todo o País, na Reforma Agrária, nas poderosas manifestações ainda recentes, como a de 19 de Abril.

Afirmamos claramente: o único caminho possível para defender o 25 de Abril é confiar, sem reservas, na força e na luta dos trabalhadores, unir todas essas lutas numa só de norte a sul, capaz de impor derrotas a este Governo e fazê-lo cair ainda antes das próximas eleições.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Por isso, enganam-se aqueles que pensam que a política de cedências, vacilações e compromissos pode ser uma barreira eficaz contra os ataques da direita. Essa política leva a recuos sucessivos do movimento popular, ao abandono das conquistas populares uma após outra. Todos os trabalhadores, todos os democratas que querem defender o 25 de Abril devem empenhar-se juntamente com a UDP e outras forças revolucionárias, no levantamento de uma poderosa força de unidade popular que se afirme como alternativa revolucionária à política do PS e do PC nas próximas eleições. É a partir dos locais de trabalho, dos campos, das fábricas, é nas lutas de hoje contra o Governo reaccionário da AD que é preciso construir a força de unidade popular, capaz de derrotar a direita, se não for antes, nas próximas eleições. O 25 de Abril está bem vivo no coração do nosso povo, não é uma mera recordação do passado. Em cada luta, em cada protesto, na revolta que brota dia a dia em milhar e milhares de trabalhadores, o 25 de Abril renasce com força redobrada. O crescer desta luta o explodir desta revolta farão um Abril novo, um Abril dos trabalhadores, capaz de satisfazer as suas aspirações mais profundas e construir um Portugal novo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sra. Deputada Helena Cidade Moura.



A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE):

— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: O Grupo Parlamentar do MDP/CDE sobe a esta tribuna, trazendo com ele a alegria e a força de milhares de portugueses que hoje saúdam o 25 de Abril. Prestamos, em primeiro lugar, homenagem ao Movimento das Forças Armadas e, a todos os militantes antifascistas, muito especialmente àqueles que, na clandestinidade, na prisão, no exílio, dedicaram integralmente a vida à vitória dos ideais de liberdade, de fraternidade, e deram à causa da participação o povo oprimido, a grandeza de uma tarefa que pertence a toda a Humanidade.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da UDP e dos Deputados Reformadores.

Nesta homenagem estão connosco os democratas que, nestes anos difíceis da nossa Revolução, souberam encontrar o caminho da coerência, não perdendo nunca o objectivo que escolheram. E ainda aqueles que souberam prescindir de regalias, com renúncia a comodidades e a gastos supérfluos e converteram o seu estatuto social de privilégio na alegria da participação colectiva. Estão aqui, também, presentes as mulheres que transformaram, de um dia para o outro, a face visível da nossa vida social, e que hoje marcam a luta presente e marcarão a história futura. E ainda a juventude que luta por emprego, por habitação, por melhores condições de vida, de profissionalização e de estudo, e que alicerça essa luta organizada numa consciência que garante a Revolução de Abril.

O MDP/CDE celebra hoje a revolução portuguesa nos órgãos de poder local, nas comissões de moradores, nas associações desportivas, recreativas e culturais que têm dado forma estruturada à participação popular, aprofundando as raízes da nossa democracia e alargando em cada dia, o campo democrático.

Com o 25 de Abril, a cultura diversificou-se e enriqueceu-se e, apesar do boicote da rádio e da televisão, não se apaga a marca dos nossos intelectuais e artistas que souberam dar expressão à força

da determinação de um povo, dos nossos ideais e à maravilhosa vivência da nossa Revolução.

O MDP/CDE saúda hoje todos os trabalhadores portugueses que lutam pelo progresso económico do País e que, apesar de todas as calúnias e perseguições, continuam, numa unidade cada vez mais profunda, a luta pelo direito à participação na vida política, económica e social, pelo direito ao trabalho, pela segurança social, pela valorização profissional, pelo direito à saúde, à habitação, ao ensino, pela melhoria de condições económicas e sociais da nossa pátria.

O MDP/CDE saúda, neste dia, especialmente os trabalhadores da Reforma Agrária que consagram toda a sua energia à valorização da terra, que investiram o excedente dos seus salários de fome, na melhoria das condições agrícolas, em terras mesmo tradicionalmente abandonadas. Espancados, assassinados, expoliados do fruto do seu esforço gigantesco, os trabalhadores erguem-se na grandeza moral dos que lutam por uma causa colectiva.

Eles são o exemplo das revoluções que não param, se engrandecem, transbordam e que marcam o limite das suas derrotas, nas vitórias que iniciam.

O MDP/CDE saúda, hoje, neste 25 de Abril, as sementeiras da Primavera, com a certeza de que pela força que representam contra as forças do passado, pela generosidade com que abrem os caminhos do futuro, e pelo patriotismo de que são expressão, elas trazem, em si, o germe da paz.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

A maior parte dos militantes do nosso partido trabalha em cooperativas, órgãos do poder local, organizações profissionais, grupos de estudo, movimentos culturais. Orgulhamo-nos da nossa capacidade de trabalho unitário e estamos certos de que o caminho para a democracia passa também por uma grande acção pedagógica, que dê aos homens capacidade de adaptação.

A posição do MDP/CDE é, porém, irredutível, face ao capitalismo monopolista, face ao latifúndio, pela certeza de que, sem a sua destruição, a democracia não é possível.

Vozes do MDP/CDE: — Muito bem!

A Oradora: — É essa a razão por que, neste momento, é clara e frontal a oposição do MDP/CDE ao Governo da AD: não só porque, a nível de medidas legislativas, tudo tem tentado fazer para repor a desordem do passado, mas porque o tipo de relações tanto interna como externamente, para os quais se mostra vocacionado, não respeitam a dignidade de cidadão, adquirida com o 25 de Abril, nem a dignidade da Pátria independente, livre e

dialogante que nasceu da Revolução dos cravos e da descolonização.
Vozes do PSD: – Não apoiado!

A Oradora: – Responsáveis da AD sonham, pelo contrário, com a bipolarização, já não só de Portugal, mas do Mundo inteiro – clima ideal onde se desenvolvem os contravalores que vão invadindo o seu esquema de poder.

Embora as acções deste Governo obedçam à estratégia mais conservadora e mesmo reaccionária da diminuta mas poderosa parte dos seus apoiantes, o discurso da AD procura manter uma formulação democrática: tanto por conveniência de difusão da mensagem dentro da própria AD como no exterior dela.

A AD escolheu um candidato às eleições presidenciais que se afasta do 25 de Abril...

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP e da UDP.

Manifestações de desagrado dos Deputados do PSD, do CDS e do PPM, batendo com as mãos nas bancadas.

Peço desculpa aos Srs. Deputados, mas vou repetir.
A AD escolheu um candidato às eleições presidenciais...

Vozes do PSD e do CDS: – Não apoiado! Provocadora!

O Sr. Presidente: – Desculpe interrompê-la, Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, mas pedia a todos os Srs. Deputados que prestássemos pela serenidade das nossas atitudes a primeira e grande homenagem à data que hoje celebramos.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: – Muito obrigado, Sr. Presidente.
A AD escolheu hoje um candidato às eleições presidenciais...

Vozes do PSD e do CDS: – Outra vez!

A Oradora: – ... que se afasta do 25 de Abril...

Vozes do PSD e do CDS: – Não apoiado! Provocadora!

A Oradora: – ..., mas nunca correrá o risco de o apresentar como tal. É que Portugal é hoje, na sua carne, o 25 de Abril.

Vozes do MDP/CDE e do PS: – Muito bem!

A Oradora: – As conquistas da Revolução aculturaram-se na essência da Pátria, são já parte da sua história.

A falsa busca da identidade nacional (angústia suprema dos ideólogos fascistas), com a qual se procuram repor os labirintos do passado, pelos antigos caminho do medo, do confucionismo e do obscurantismo, mais não é do que a recusa, consciente ou não, em assumir a imagem de uma Pátria renovada nos seus objectivos, projectada num futuro, que engrandece o seu passado. De novo Portugal dá novos mundos ao mundo.

Para além do esforço dos descobrimentos, hoje património de toda a Humanidade, podemos-nos orgulhar, porque dos movimentos de libertação, solidários com as forças democráticas portuguesas, nasceram países livres, iluminados pelo progresso, marcando, com determinação, os caminhos seguros da nova África.

Esta verdade é tão grande, tão verdadeira, tão vincadamente nacional, que o Governo da AD não teve estatura para a assumir...

Vozes do PSD e do CDS: – Não apoiado!

A Oradora: – ...e embrulhou em mediocridade o Congresso das Comunidades Portuguesas e o IV Centenário de Camões, criando, a nível nacional, um vazio pelo qual é responsabilizado, neste momento, e será ainda mais fortemente responsabilizado no futuro.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

Porque a Revolução do 25 de Abril não é um facto isolado, ela gerou-se e cresce em unísono com a luta generalizada da libertação dos povos. E é tão forte o chamamento da nossa época que os ditadores caem com uma frequência inesperada e, a cada momento, nascem novos líderes dos movimentos de libertação.

A conservação da própria vida deixou de ter sentido para aqueles que assumem a causa do povo.

Em muitos países a Igreja apoia a liderança destes movimentos. No Brasil, a Assembleia do Conselho Nacional dos Bispos aprovou, em Fevereiro passado, o documento da terra, condenando o capital monopolista e exortando a entrega da terra a quem a trabalha.

Vozes do MDP/CDE: – Muito bem!

A Oradora: – Também no Brasil, missas campais imensas rezadas com os metalúrgicos, pelo arcebispo de S. Paulo, marcam a participação activa da Igreja, através não só da palavra ou de actos humanos isolados, mas no exercício do próprio mistério da missa. A contrapartida já aconteceu, o arcebispo Oscar Romero foi morto no próprio altar onde celebrava, e tudo leva a crer que actos como estes se repetirão.

É louco o desespero dos que querem travar a marcha natural do homem!

Uma voz do PSD: – Hipócrita!

A Oradora: – Pese embora aos mestres da contra-revolução, o 25 de Abril acertou o passo pela marcha da Humanidade e por isso ele persiste e avançará.

Não só a nossa Constituição continua a ser a lei que expressa os ideais de Abril, como se verificou já que os mais altos Órgãos de Soberania têm capacidade institucional e sentido de dignidade humana, para assegurarem a legalidade democrática e a independência nacional.

Neste 6º aniversário do 25 de Abril, no amplo movimento de unidade de todos os democratas portugueses, que caminha braço dado com a solidariedade dos outros povos, que o MDP/CDE afirma hoje, como ontem, a sua certeza na democracia.

Neste 6º aniversário do 25 de Abril, é urgente a unidade resultante do empenhamento individual dos democratas e das forças políticas que partilham a tarefa da construção de uma sociedade justa, participada, onde as relações democráticas substituam a prepotência, onde a realidade objectiva substitua os mitos e onde a segurança individual trilhe os caminhos da liberdade colectiva. Neste 6º aniversário do 25 de Abril, as forças conservadoras, antidemocráticas e mesmo reacionárias terão a certeza de que,

embora abrigadas à sombra dele, o 25 de Abril cada vez lhes escapa mais das mãos.

Vozes do PSD: – Olhe que não!

A Oradora: – A forma eleiçoeira e medíocre com tonalidades de caciquismo fascista, com que o Governo da AD resolveu integrar-se nos festejos nacionais, distribuindo os membros do seu Governo pelos distritos do País, melhor dizendo, pelos círculos eleitorais, levando cada um, um regaço de promessas e de inaugurações, é prova da sua incapacidade para se identificar com os ideais de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

Protestos do PSD e do CDS.

Mas a Revolução dos capitães abriu janelas que rasgam horizontes, e abrem para o futuro, ela foi não só a nossa Revolução – a revolução dos Portugueses –, mas também a revolução dos nossos irmãos africanos.

A vontade dos povos não se quebra e a história não recua. Abril vencerá.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PPM, Sr. Deputado Luís Coimbra.



O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Cardeal Patriarca, minhas Senhoras e meus Senhores: O dia 25 de Abril é para nós, monárquicos do PPM, uma data histórica que representa a reconquista da esperança e da liberdade que há muito estava amordaçada.

Esperança e liberdade indispensáveis, antes de mais, à dignidade dos Portugueses como pessoas humanas e ao desenvolvimento social, económico e cultural das regiões e comunidades que constituem Portugal e são os objectivos prioritários por que luta o meu partido. O 25 de Abril foi um passo importante na evolução histórica do nosso povo, que, mais uma vez, afirmou a sua vontade de querer ser o único responsável pelo seu futuro e de voltar a ser uma força viva ao serviço da Humanidade. A construção de uma nação não se faz sem suor, sangue e lágrimas, mas as conquistas que se vão realizando em prol do bem-estar de todo o povo e o persistente trabalho na obra de construção e valorização do território compensam bem aquele suor, aquele sangue e aquelas lágrimas, o trabalho e os sacrifícios de toda uma comunidade. Os Portugueses estão ligados por laços históricos e comunitários que lhes permitem comemorar em unidade as datas verdadeiramente representativas da sua história e olvidar aquilo que não contribuir para a afirmação e o porvir do povo português.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os homens e movimentos que mais tarde vieram a constituir o Partido Popular Monárquico lutaram sempre com grande empenho e sacrifício pessoal, em várias frentes, para que Portugal recuperasse a via democrática, a única que nos conduzirá a um futuro digno e viável. Não podemos também esquecer, na evocação que hoje se faz do dia 25 de Abril de 1974 a memória de outros monárquicos lutadores pela liberdade e pela Pátria: Paiva Couceiro, Rocha Martins, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Vieira de Almeida, Rolão Preto, Alberto Monsaraz, Fernando Amado e tantos outros que os seguiram. Os desvios da revolução, iniciada no dia 25 de Abril de 1974, foram oportunamente condenados pelo PPM.

O meu partido negou-se a assinar o primeiro pacto MFA/partidos e negar-se-ia a assinar o segundo, se para tal tivesse sido convidado. As nossas atitudes nortearam-se sempre por uma luta em prol da progressiva institucionalização da democracia, pela valorização do homem e da sua terra, pela melhoria da qualidade de vida de todos os portugueses, vivam onde viverem, pela igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, pelo desenvolvimento de todas as regiões, comunidades e sectores da sociedade portuguesa.

Defendemos sempre o direito à autodeterminação dos povos e não podemos por isso esquecer que Portugal é responsável pelo direito à autodeterminação do povo de Timor; nem podemos deixar de sentir, como nossa, a angústia daquele povo nosso irmão.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS e dos Deputados Reformadores.

Sentimo-nos, portanto, obrigados a continuar hoje a luta que iniciámos já antes do 25 de Abril para que o povo português, por meio de uma Constituição democrática e da institucionalização do referendo, a vários níveis, possa afirmar-se, em liberdade e dignidade, a fim de se reencontrar consigo próprio, moldando soberanamente as suas instituições e o seu futuro, e, através da restauração dos seus vínculos históricos e de sangue, ver garantida a perenidade de uma cultura e de uma pátria.

O 25 de Abril permitiu que se desse um passo importante na vivência e institucionalização da democracia em Portugal. A democracia pluralista e o desenvolvimento harmónico e regionalizado do nosso País, devendo ter sempre em vista a dignificação da pessoa humana e a justiça social, são as grandes vias de progresso abertas pela revolução que hoje comemoramos e que a Aliança Democrática, com o apoio do povo português, se esforça por continuar, e continuará.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O PPM, trilhando estas vias, procurará sempre fazer vingar os objectivos do seu programa, aceitando a vontade soberana do povo português democraticamente expressa.

Lutamos e lutaremos sempre por uma sociedade que, balizada por uma constitucionalidade sã, evolutiva e democrática, se constitua não só em democracia pluralista ao nível político, mas também, ao nível social, em sociedade equilibradamente diversificada em todas as facetas e planos da vida humana, em que não haja monopólios de qualquer espécie e em que o homem se liberte em cada acto, em cada gesto, em cada dia no cumprimento de um destino cada vez mais universalmente português.

Aplausos do PPM, do PSD, do CDS e dos Deputados Reformadores.

O Sr. Presidente: – Do Centro Democrático Social tem a palavra o Sr. Deputado Luís Moreno.



O Sr. Luís Moreno (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Reúne-se hoje em sessão extraordinária e solene a Assembleia da República para comemorar a passagem do 6º aniversário do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974.

Difícil seria encontrar para tal efeito instituição que reunisse mais requisitos de legitimidade do que esta Câmara, convertida, desde a eleição da Assembleia Constituinte, em verdadeira sensitiva da já longa e tenaz luta do povo português pela construção de um sistema democrático aberto, livre e plural!

Difícil, com efeito, encontrar local mais apropriado e que assuma maior significação do que esta Casa, onde têm assento e trabalham os representantes da pluralidade das vozes do nosso povo, pelo povo eleitos em plena liberdade e independência, conquista fundamental tornada possível pela efeméride cuja passagem hoje se assinala!

A vitória do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974 só foi possível porque correspondeu à necessidade de ruptura a que chegara a sociedade portuguesa face a um regime político que, incapaz de diálogo e de abertura, de assumir a evolução e a mudança que são a essência da história, se bloqueara a si mesmo, caminhando a passos largos para a esclerose.

Esgotadas todas as formas de expressão pacífica e convivente, claramente demonstrada a incapacidade dos dirigentes para encontrar os caminhos da evolução necessária, só a alternativa da ruptura institucional restava para eliminar os estrangulamentos que impediam e asfixiavam a manifestação dos mais legítimos anseios populares.

Daí o imediato e enorme consenso gerado à volta do movimento dos «militares de Abril», as grandes manifestações de legítima alegria e regozijo, ao ver-se assim finalmente desbloqueado o caminho para a construção da almejada sociedade democrática; para a construção de uma sociedade dotada das instituições capazes de exprimir, em toda a sua maleabilidade e plasticidade, os sentires vivos e profundos de um povo que quer viver sem dependências que degradem, orgulhosamente solidário com os demais povos, que na livre expressão das ideias, no respeito pelas opiniões opostas, no normal funcionamento das instituições livremente eleitas e consentidas encontra o verdadeiro fundamento do seu progresso ético, económico e social!

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Cedo, no entanto, se verificaria que não era essa a intenção de uma minoria fortemente organizada e que, apoiada na sua ala militar, instalada no cerne do poder revolucionário, se desmultiplicaria nas mais diversas acções, com a finalidade oculta de capturar o Poder e impôr aos Portugueses o seu modelo preestabelecido de sociedade, totalitário, bem mais duro e feroz do que o que caíra de apodrecimento na madrugada do 25 de Abril.

Vozes do CDS e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Foram então os tempos de manipulação das massas populares, da instauração de um crescente clima de ameaças, de medo, de coacção, de terror, contra todos quantos ousavam denunciar ou opor-se às intenções de tal minoria.

Foram então os tempos da tomada das grandes decisões, que outra coisa não visavam que desarticular e reduzir ao caos o sistema económico, que destruir os valores essenciais e perenes da sociedade portuguesa, por completamente avessos ao ideário dos que já se arvoraram em seus novos senhores e amos.

Foram então os tempos que medearam entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, época que não pode ser esquecida pelos democratas portugueses e que não poderá deixar de ser justamente verberada quando se comemora o 25 de Abril, porque ela é o seu contraproduto e é através da história da luta popular conduzida contra os factos então ocorridos e as forças que os comandavam que verdadeiramente se alcança o significado que para o povo português teve, e tem, o 25 de Abril de 1974.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: A luta do povo português pela instauração de uma democracia pluralista, que compartilhe dos valores que definem as democracias ocidentais, levada a cabo ao longo destes últimos seis anos, é verdadeiramente exemplar!

Contra as vanguardas partidárias e militares que quiseram desviar o 25 de Abril da sua pureza inicial erguer-se-ia a resistência popular, organizada nas estruturas partidárias e no seio dos militares democráticos, resistência que conduziria a uma luta sem quartel, hoje e sempre inacabada, enquanto subsistirem nas instituições tudo o que lhe é espúrio, excrescência ou ganga revolucionária, que são as sequelas deste longo amadurecimento democrático.

Os Portugueses aprenderam, ao longo destes anos, que a liberdade não se conquista sem dores nem sacrifícios, sem custos e sem perdas, que tem um alto preço, que exige uma vigilância constante para não ser comprometida, mas que tudo isso vale a

pena porque só livres assumiremos em plenitude a dignidade da nossa dimensão humana, porque só livres realizaremos um país mais digno, mais justo e mais próspero, onde todos os portugueses tenham o seu lugar.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – O nosso povo, a quem se abriu a possibilidade de participação política, através da militância partidária, compreendeu que a história não lhe é mais imposta, mas é antes por ele criada, por ele feita!

Esta a lição do 25 de Abril, a grande razão por que importa lembrá-lo e por que não há que lhe regatear louvores: a de ter dado aos Portugueses a possibilidade de retomar nas suas próprias mãos o seu destino.

E é por isso mesmo que, quando solenemente se comemora mais um aniversário do 25 de Abril, importa publicamente dizer que é preciso desmistificar, não permitindo a sua transformação numa sigla mítica, símbolo de um sonho já perdido no passado ou mera esperança a realizar num futuro vago e nebuloso!

O que importa, neste dia em que o 25 de Abril é tão justamente celebrado, é restituí-lo, sem sombras que o deformem, à ideia que impeliu os democratas que tomaram para si a gloriosa tarefa de o levarem a cabo: a de que se tratou de conquistar revolucionariamente o poder político para o restituir intacto ao seu legítimo detentor – o povo português!

Vozes do CDS e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O que importa, aqui e agora, é homenagear todos aqueles que, executantes desse gesto magnífico, souberam com a modéstia que caracteriza os verdadeiros cidadãos, integrar-se na plena legalidade da ordem democrática e por ela têm vindo a lutar constantemente ao longo de todos estes anos.

O que importa, aqui e agora, é reflectir sobre os desafios que se põem à Nação Portuguesa, lembrando que também isso é possível porque o 25 de Abril de 1974 existiu.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: De acordo com o calendário constitucional, decorrerão ainda este ano as eleições para a segunda legislatura da Assembleia da República e para a Presidência da República, factos que não deixarão de ter as mais fundas repercussões no dia a dia da vida dos Portugueses nos anos que aí vêm.

A próxima Assembleia da República terá, nos termos do artigo 286º da Constituição, «poderes de revisão constitucional», o que só por si é bem revelador da sua excepcional importância.

Todos os democratas estão conscientes da conjuntura que rodeou a Assembleia que votou a Constituição que hoje nos rege, do

pacto imposto à partida pelo poder revolucionário e que irremediavelmente a feriu, o que tudo se veio a reflectir no espírito global que a enforma e, de modo particularmente explícito, em muitas das suas disposições.

À futura Assembleia caberá a difícil, mas necessária, tarefa de expurgar da nossa lei fundamental tudo aquilo que mais não é do que afirmação ou afloramento revolucionário, contradição democrática, factor de divisão insanável da sociedade portuguesa, e restituí-la à dignidade de lei dos Portugueses, expressão do máximo consenso democrático possível, lei respeitada e amada porque nela todos os democratas vêem o espelho dos princípios fundamentais porque se regem e a possibilidade de realização concreta dos diversos projectos que a democracia consente!

Uma voz do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Não temos dúvidas de que contra isso se levantarão os novos fariseus da Constituição, aqueles que ainda ontem tudo fizeram para que o País não fosse dotado de qualquer lei constitucional, porque de qualquer modo, ainda não era a sua, e hoje aparecem como os seus mais ferozes e acérrimos guardiões!

Impedido pela resistência popular da apropriação do poder político e de, assim, impor a sua ditadura, batido claramente nas urnas pelo voto livre e conscientemente expresso, ao Partido Comunista e aos seus sequazes só resta, em desespero de causa, procurar a todo o transe manter na Constituição aquilo que só a conjuntura atrás mencionada tornou possível.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – A capacidade demiúrgica do povo para fazer o seu próprio destino não se deixará, no entanto, aprisionar nos espartilhos, sejam eles quais forem, que as forças antidemocráticas lhe queira impor.

Saberá encontrar o seu caminho e plasmar na lei a sua vontade e o seu querer.

O povo é quem mais ordena!

Risos do PCP.

Que o saibam de uma vez por todas aqueles que tanto gritam o *slogan* para o desrespeitarem na prática continuada e sistemática da sua acção política!

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: A importância das eleições para a nova Assembleia, não se queda aí.

Em Setembro os Portugueses vão também escolher, desse modo, o seu governo para o próximo quadriénio.

Um governo que dê forma ao projecto de desenvolvimento de que agora se estão a lançar as bases e que, de uma vez por todas, seja a «pedra no charco» que faça sair finalmente o País do adiamento a que o têm condenado as constantes mudanças e inconseqüências de responsáveis, ou um governo que, enredado nas suas contradições e compromissos, manterá a indefinição e a estagnação que cada vez mais nos afasta dos níveis de vida da Europa por que optámos! Um governo que, sem hipotecas ideológicas, saiba construir com as ex-colónias portuguesas relações paritárias, justas e mutuamente compensadoras que uma experiência acumulada e essa pátria que é a língua comum largamente favorecem e até impõem, ou um governo que, apesar das declarações grandiloquentes, seja incapaz de o fazer.

Um governo, finalmente, que saiba dar à nossa juventude – a esses que são a nossa esperança no futuro – a certeza de que vale a pena ser português, mobilizando-a para essa saga que é reconstruir um país, modernizá-lo, integrá-lo, como membro de pleno direito, na Comunidade Económica Europeia, torná-lo um país mais justo, mais fraterno ou um governo que não mereça a sua confiança e que só servirá para alimentar o seu descontentamento, descrença e rebeldia!

Os Portugueses serão igualmente chamados, ainda em 1980, a eleger o Presidente da República.

Desnecessário sublinhar a importância e transcendência de um tal acto? A Presidência da República remata a arquitectura democrática do Estado e simboliza a unidade essencial da Nação Portuguesa. Unidade essencial que o CDS, consciente do pluralismo, das clivagens e das tensões que vivificam a democracia, procurou antes de tudo o mais ressaltar na sua aposta no mais alto magistrado do Estado, para tanto apoiando um candidato de verdadeira unidade nacional...

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – ... um candidato despido de ambiguidade, liberto da usura dos anos de compromisso, projectado para a construção do futuro!

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Isto tudo que foi dito a propósito da comemoração de hoje, porque o 25 de Abril é isso tudo e muito mais, é ser português, aqui e agora, no país que é nosso e perante o povo que nos ouve e nos ergue à dignidade de sua testemunha e de sua voz!

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Gomes, do Partido Comunista Português.



O Sr. Joaquim Gomes (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: As comemorações do 6.º aniversário do 25 de Abril realizam-se numa situação e num momento que lhes conferem um particular significado democrático e patriótico.

Os perigos e ameaças que pesadamente pairam sobre as esperanças, as realizações e as conquistas a que o 25 de Abril ficou historicamente associado conferem à celebração popular e nacional da libertação do fascismo o valor e a projecção de uma inabalável afirmação da vontade colectiva de assegurar o triunfo na terra portuguesa, para hoje e para amanhã, dos ideais da liberdade, da democracia, da justiça e do progresso social, da independência nacional.

Hoje, dia 25 de Abril de 1980, seis anos volvidos sobre a data que restituiu a liberdade ao povo português, o que importa reter é o profundo motivo de confiança que resulta do facto de os verdadeiros e decisivos obreiros da libertação do fascismo e da democratização da vida nacional — povo e forças armadas — comemorarem dignamente este acontecimento histórico.

A seis anos de distância do 25 de Abril de 1974, quanto mais nítidas se desenham as ameaças e o plano subversivo da reacção contra o regime e as instituições democráticas, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovado calor, os heróicos capitães de Abril que, com sua coragem e patriotismo, ganharam para sempre a gratidão e o reconhecimento do povo português e um lugar irreversível na sua memória e no seu coração.

Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

A seis anos de distância, quanto maior é a afronta da instalação em posições-chaves da vida nacional daqueles contra quem o 25 de Abril foi feito, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovada emoção, o exemplo de todos quantos na resistência ao fascismo deram as suas energias, a sua liberdade e a sua vida para manter acesas as ideias democráticas, para manter viva a esperança e a luta pela libertação.

Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

A seis anos de distância, quanto mais patente se torna o vendaval destruidor soprado pelas forças do passado contra tudo quanto o povo conquistou com o 25 de Abril, mais e mais justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovado destaque, todos os portugueses e portuguesas que deram a sua dedicação, a sua generosidade e a sua firmeza à obra exaltante da democratização, renovação e transformação progressista da vida nacional.

Aplausos do PCP.

Seis anos passados, o que está na ordem do dia é a necessidade urgente e imperiosa de defender as liberdades e as outras conquistas de Abril, defendendo a Constituição e a legalidade democrática, travando o plano subversivo em marcha para o regresso ao passado. Portugal não tem hoje nem um Governo nem uma política identificados com os ideais libertadores do 25 de Abril. Tem um Governo que segue uma política que lhe é abertamente contrária.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que respeite rigorosamente a Constituição e a legalidade democrática, o regime e as instituições democráticas, as regras e os princípios democráticos.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que respeite os direitos e liberdades dos cidadãos, que defenda a vida democrática do País, que estimule a participação activa dos cidadãos na vida pública e na solução dos problemas nacionais.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que salvguarde as grandes transformações democráticas realizadas pela Revolução, considerando-as instrumentos essenciais para o desenvolvimento económico e social do País e garantia insubstituível de uma economia ao serviço do povo e de Portugal. Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que respeite e apoie a Reforma Agrária, como conquista nacional historicamente indispensável à justiça social e ao progresso da agricultura nos campos do Sul e ao prosseguimento e consolidação da nova vida e das novas perspectivas que a sua realização significou depois de décadas de repressão, fome, miséria e desemprego.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que defenda e apoie o sector nacionalizado da economia, que salvguarde as posições do Estado em centenas de empresas, como condição essencial da recuperação e desenvolvimento económico, de acordo com os interesses nacionais e como factor de primeiro plano para a geral dinamização das actividades produtivas nacionais.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política orientada firmemente para a garantia dos direitos, liberdades e regalias conquistados pelos trabalhadores, para a elevação dos seus salários reais, que combata os despedimentos e o desemprego e estimule e reconheça a contribuição decisiva do trabalho criador, o esforço e a opinião dos trabalhadores portugueses como indispensáveis ao progresso económico e social do País.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que enfrente corajosamente os problemas de fundo da economia portuguesa, assegure a modernização e dinamização das estruturas e actividades produtivas, que vise o desenvolvimento independente da agricultura, da indústria e das pescas nacionais e reduza a perigosa dependência económica do estrangeiro.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que dê resposta às grandes reivindicações e aspirações dos agricultores portugueses, que adopte medidas rápidas e eficazes para superar o atraso e as dificuldades da agricultura do Centro e Norte, garantindo o pleno aproveitamento nacional do trabalho abnegado e sacrificado dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política de apoio às pequenas e médias empresas comerciais e industriais que, aumentando o poder de compra e alargando o mercado interno, contribua para o escoamento da sua produção, que apoie, com créditos, redução de taxas de juro e meios técnicos, a sua reconversão e modernização.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que corresponda às vivas aspirações e reivindicações das mulheres, dos jovens, dos intelectuais e quadros técnicos, dos reformados e idosos, dos deficientes, das camadas mais desfavorecidas.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que garanta a independência da comunicação social do Estado, que salvguarde o pluralismo e o confronto democrático de ideias, que actue como factor de formação democrática da opinião pública, liberta da manipulação e da prática de intoxicação.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política externa baseada nos princípios constitucionais de paz, amizade e cooperação com todos os povos, de diversificações das relações

diplomáticas, económicas e culturais do País, favorável ao desenvolvimento e ao desarmamento, de salvaguarda intransigente da soberania e independência nacional.

É esta a política de que Portugal precisa e a que os Portugueses aspiram. E é por isso que neste 6.º aniversário do 25 de Abril, contra um Governo e uma política ostensivamente inimigos dos ideais, realizações e esperanças do 25 de Abril, há um povo que se une e combate, um país que luta e um regime democrático que resiste.

As comemorações populares do 25 de Abril e do 1º de Maio na sequência da grandiosa movimentação popular dos últimos meses, vão confirmando que há forças e condições para fazer frente aos perigos que se adensam sobre o 25 de Abril e as suas conquistas, que há forças bastantes para derrotar a conspiração global contra o regime democrático.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): – Não apoiado!

O Orador: – Defendendo activamente os seus direitos, conquistas e aspirações, respondendo com a sua unidade e a sua luta a uma política antipopular antidemocrática, erguendo a sua voz contra a prepotência, a injustiça, a restauração dos privilégios e do poder dos inimigos da democracia e do 25 de Abril, preparando as condições para a vitória da democracia sobre os perigos que a ameaçam há milhões de portugueses que tomam nas suas mãos a tarefa patriótica da defesa e do prosseguimento do 25 de Abril. Perante todos os portugueses que aspiram à defesa da liberdade, à estabilidade política, económica e social, à criação de um clima de convivência democrática, de trabalho criador e fecundo ao serviço do progresso económico e social do País, à realização da justiça social, à resposta colectiva aos graves problemas nacionais, à salvaguarda da dignidade, soberania e independência de Portugal, perfila-se cada vez mais uma sólida certeza: é no caminho de Abril que tais objectivos nacionais podem ser alcançados!

O 25 de Abril é a razão, a verdade, o futuro do povo português. O regime democrático triunfará. O 25 de Abril vive e viverá. O 25 de Abril vencerá!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.



O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Encontram-se aqui reunidos representantes de todos os Órgãos de Soberania para celebrarmos a data histórica do reencontro de Portugal consigo mesmo.

Por todo o país, o povo soberano, que nos dias fastos não delega a sua alegria, comunga nesta festa nacional a que só se escusam os que deploram a libertação dos homens e dos povos, combatem a democracia, recusam a paz e encaram os direitos do homem, por mais categóricos e universais que se apresentem, como violação catastrófica dos seus privilégios de classe.

Todo o bem tem o preço de algum mal. E é talvez preciso que continuem a subsistir alguns tiranos, belicistas e opressores para que a harmonia entre os homens e a sua organização em sociedades políticas livres, democráticas e justas continuem a revestir-se do atractivo de uma aspiração inatingida, de uma luta incessantemente renovada, do tempero dionisíaco de uma utópica *civitas dei*.

Tempos são estes, os que vivemos, que convidam à reflexão sobre a precariedade das vitórias alcançadas. O dia de hoje será mais belo se for só de alegria. Mas será mais útil se for também de meditação e de balanço. De aferição da nossa disposição de espírito para levarmos por diante a obra começada ou para repousarmos à sombra precária dos resultados conseguidos.

De Gaulle, em situação de algum modo paralela, teve um dia esta explosão cominatória: «É preciso saber se os Franceses querem refazer a França ou ir dormir». *Eu não a reconstruirei sem eles*.

O devir será tanto menos fatídico quanto mais cuidadosamente o prepararmos. A melhor homenagem que poderemos hoje prestar ao 25 de Abril é a constante retomada do seu espírito. É impregnarmos dele o nosso quotidiano.

Celebramos hoje o reencontro de Portugal com a liberdade. E, como só se conhece verdadeiramente a liberdade quando se a perde, bom é que recordemos — sobretudo para os jovens que já não padeceram o sofrimento adulto da sua privação e para os que da liberdade nos privaram e de novo tentam destruí-la — o que foi esse holocausto civil de todo um povo abafado na sua espontaneidade, embrutecido no seu pensamento, amolecido na sua

vontade, silenciado na sua voz, acovardado na sua coragem pela mais longa ditadura da Europa dos direitos do homem!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os poderes do Estado concentrado num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa comédia; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num *diktat*; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano.

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

É profilático lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé-de-cabra policial em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um *casse-tête* em cada grito; um mandato de captura em cada capricho; uma ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Era este o Portugal feudalizado, belicista, neurótico e solitário de 24 de Abril. A 25 foi a aurora, a descompressão, o pensamento livre, a palavra solta. Só que, já sem o hábito da liberdade, ninguém nos deteve nas fronteiras da embriaguês de sermos livres, e a liberdade pôde de novo, e por momentos, abeirar-se da negação de si mesma.

Mas refez-se — aliás, refizemo-la — e seguiu rumo à forja de S. Bento, a aprontar num ápice a Constituição da República, assim ao jeito de quem edifica uma fortaleza de espírito, de civilização e de história, e capta nela a alma do povo.

Escassos anos volvidos, tolda-nos de novo a alegria a sombra de uma apreensão. Para alguns a liberdade começa a ser um hábito, mas não é ainda um sentimento.

E a Constituição da República, que no essencial devia ser um dogma, é claramente encarada por uns tantos como expressão apócrifa de um falso sentido de afirmação colectiva.

Bom é que nos entendamos. Depois de termos conhecido o doce sabor da liberdade, é duplamente difícil voltarmos a viver sem ela. E bom é que os sopradores de nuvens se tenham por notificados de que a tolerância confuciana de Abril não deve iludi-los sobre a possibilidade de recuperarem o «paraíso perdido» dos seus latifúndios, dos seus monopólios, dos seus privilégios, da glória indisputada de mandar.

Os Portugueses são definitivamente outros, por mais que uns tantos permaneçam os mesmos.

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Celebramos hoje o dia do reencontro de Portugal com a paz. Na véspera apenas, matávamos sem ideal e morríamos sem esperança. Década e meia ia passada desde o primeiro tiro. E queimávamos cada vez mais soldados, mais riqueza, mais prestígio e mais justiça nessa cegueira em que o heroísmo se ia tornando difícil, à medida que a razão se ia tornando escassa.

Aproximávamo-nos da exaustão física e anímica, o completo isolamento internacional, do limite da capacidade das nossas forças para proporcionarem ao poder civil mais tempo para uma solução política negociada e honrosa.

Incapaz de compreender e de se adaptar aos melindres do problema da Índia e de perspectivar historicamente a inevitabilidade da emancipação da África, o regime anterior optou pelo suicídio colectivo, desde que carlylianamente heróico.

A 25 de Abril foi a esperança; pouco depois, a trégua. O irreversível ensarilhar das armas. A confraternização espontânea dos que, sem ódio, se matavam na véspera. A oposição popular ao embarque de mais soldados. A irreprimível ânsia do regresso. A psicose da pressa. O armistício das consciências. A paz de facto antes da paz *de jure*. A sua confirmação, já quase inútil, pelas chancelarias.

Dolorosa como havia sido a guerra viria a ser a paz. A descompressão violenta tornara impossível o pacto sem dor.

Mas aí temos, independentes, cinco novos Estados de expressão portuguesa a enriquecer, com o grande Brasil, a nossa expressão política e a nossa presença cultural no Mundo. Cinco pólos de revigoração da língua, de universalização da cultura, de diversificação do folclore, de relações políticas privilegiadas, de relações humanas particularmente fraternas.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE, do PSD e dos Deputados Reformadores.

E aí temos, enfim reabertos ao nosso convívio, os países para os quais o respeito dos direitos dos homens e dos povos é condição de amizade.

Não mais jovens que regressam «numa caixa de pinho», no dizer brutal do verso do poeta. Não mais jovens estropiados em cadeiras de rodas. Não mais a morte no coração das mães. Não mais a execração da comunidade das nações. Não mais a sensação do erro colectivo, da psicose de Caim, da amarga co-responsabilidade por estarmos vivos, por não estarmos presos, por a nossa voz nem sempre ser um grito.

Cabe aqui lembrar os que, com a sua luta tantas vez heróica, e quase sempre silenciosa, padeceram nas prisões e no exílio, ou apenas mantiveram o facho da resistência cívica a esse erro trágico, ajudando a possibilitar Abril.

Celebramos hoje o dia do reencontro de Portugal com o pluralismo democrático consagrado pela Constituição da República e por uma prática política que conseguiu dobrar os seus cabos das Tormentas. Antes era a ditadura de umas tantas famílias, com o seu banco, a sua seguradora, o seu jornal, os seus bonzos inamovíveis, o seu chefe carismático e providente. Era a adoração imobilista de um passado de senhores e vassalos.

Depois foi, para muitos, a revelação da liberdade e da igualdade ínsitas na própria definição de pessoa humana. Foi a reposição do poder legítimo, do primado da representação política. Foi o controle dos governantes pelos governados. Foi o voto.

Os Portugueses, é certo, ainda não votam como respiram. Mas o voto já não é um abcesso nas suas vidas. Concebem-no já como um direito do seu foro íntimo, como expressão da sua liberdade. Impera ainda o cacique, eu sei. A ignorância é ainda feudo político de inescrupulosos líderes de opinião. Mas tende a sê-lo cada vez menos. E à saída de meio século de tutela política o povo português adaptou-se admiravelmente ao exercício das suas responsabilidades cívicas.

A democracia evoluiu historicamente do político para o económico. Neste seu regresso, a democracia surgiu mais condoída dos pobres. Este facto encontrou tradução no socialismo democrático que na nossa Constituição se desenha e que tanto parece incomodar alguns estratos das classes possidentes.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Daí a necessidade revisionista que deles se apossa. Mas Abril é também a Constituição que temos. Celebrá-lo é saudá-la e defendê-la.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Não há – bem o sabemos – constituições perfeitas e muito menos eternas. Mas quando expressam a livre vontade do povo de que constituem o pacto social, devemos salvaguardar o que nelas corresponde ao que nesse povo não muda. Por mais que disso se esqueçam os profetas da submissão, não somos, nunca fomos e nunca seremos um País de carneiros ou de escravos.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Celebramos hoje o dia do reencontro de Portugal com a justiça social e o respeito pelos direitos universais do homem e do cidadão.

Sobre o fundo do nosso humanismo franciscano, e do nosso universalismo renascentista, inscreveram-se quarenta e oito anos de iniqüidade.

E quando a Europa despertou para essa versão moderna do Sermão da Montanha que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, encontrou-nos divididos pelo mais fragmentário maniqueísmo, com chefes surdos aos mais comoventes apelos da piedade e da razão. Irmãos exploravam, delatavam, prendiam, seviciavam, matavam irmãos.

E de passo que esse evangelho cívico ia penetrando o coração dos homens – sem excluir os mais solidamente instalados nos cadeirais do poder – os césores de Lisboa fechavam o coração e as fronteiras a esse regresso do Confúcio e de Cristo, e em nome de Deus, da Pátria e da civilização continuavam a decretar o ódio. Abril trouxe-nos de regresso à Europa, de que constituímos um retábulo de terra e de cultura. Fechado o ciclo do mar, somos hoje mais um povo e uma cultura do que um território, num mundo que se refaz de convulsões civilizadoras politicamente acantonado em grandes espaços que debatem as fronteiras que a história demarcou. Regressámos a casa, tal como Ulisses à sua Ítaca, depois de uma aventura de séculos que nos encheu de glória e de tragédia.

Esperava-nos uma nova aventura: a de reconstruirmos e arrumarmos a casa e de fazermos o que outras fizeram enquanto procurávamos a nossa própria identidade dispersos pelas sete partidas.

O balanço deste 6º Abril diz-nos que somos capazes de recolar ao pelotão do progresso. Tivemos de enfrentar dificuldades de epopeia: a crise económica grassante; a conversão de uma economia de guerra numa economia de paz; a descolonização e a conseqüente mudança de uma economia de exploração numa economia de auto-suficiência; a desmontagem de um regime semissecular, com as suas instituições, as suas leis, as suas rotinas, as suas mentalidades e a reconstrução, sobre as suas ruínas, de uma sociedade livre, participativa, democrática, o mais possível justa.

Mas se houve domínio em que o futuro nos encontrou prontos para assumi-lo, esse foi, sem dúvida, o da afirmação e do respeito dos direitos do homem e do cidadão. De tal sorte que, ao ratificarmos as correspondentes declarações, já a nossa Constituição as havia não apenas incorporado, mas aqui e além generosamente ultrapassado. E já o nosso quotidiano decorria de acordo com elas.

Encontram-se aqui presentes muitos dos que prepararam, fizeram e salvaram Abril. Alguns cujo heroísmo, para encontrar a sua verdadeira dimensão, só defronta o obstáculo de continuarem felizmente vivos. O heroísmo oficial serve-se morto.

A verdade é que se Abril foi o ponto de chegada de toda uma epopeia de sofrimento e de luta e o culminar de uma saga de anónimos combatentes pela liberdade, teve também, identificados, os seus heróis.

Aplausos do PS.

Não há senão que repelir o heroísmo mitificado. Mas não menos que venerar a coragem dos que amam a liberdade ao ponto de aceitarem morrer por ela. Estão neste caso os «capitães de Abril»...

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE e dos Deputados Reformadores.

... nesta expressão, que é já uma legenda, devendo ser incluídos todos os militares que no Abril que memoramos, assumiram, por amor de sermos livres, o risco de morrer.

Aplausos do PS.

Justo é que os saudemos e neles todos os que prepararam, fizeram e salvaram Abril.

Muitos se retiraram já do palco onde se fez a história, outros se preparam para discretamente saírem dele.

Todos, embora em diferente medida, foram arquitectos e foram andaime. E nestes tempos, de ingratidão em que se tende a amesquinhar o heroísmo e a oficializar a mediocridade, sabe bem lembrar estes versos de Hélder da Câmara:

*Quando assistires
à retirada dos andaimes,
contempla ... é claro ...
o edifício que surge,
Mas pede pelos andaimes,
pois é duro servir de suporte
à construção,
ser necessário à obra,
e na hora da festa
ser retirado como entulho.*

Aplausos do PS.

Demo-nos então conta de que Abril não foi apenas uma revolução, mas uma redenção; não apenas uma data, mas o início de um processo; não um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descansa.

Abril é cada mês, cada dia, cada hora, cada sentimento e cada vontade. Abril é Portugal sem contradições. Abril somos todos nós sem mordanças.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra a Sra. Deputada Helena Roseta.



A Sr. Helena Roseta (PSD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Conselheiros da Revolução, minhas Senhoras e meus Senhores: Reunimo-nos hoje aqui para celebrar, decorridos seis anos, o 25 de Abril. Esta é a data em que o povo português acolheu com alegria e entusiasmo a queda do regime salazarista-caetanista, que estava podre e não encontrou quem o defendesse.

Não podemos esquecer a iniquidade de um regime que durante perto de cinquenta anos desprezou as liberdades cívicas, manteve Portugal numa situação de subdesenvolvimento económico e social e sacralizou a tal ponto a questão ultramarina que tornou inviável uma solução pacífica para a independência das colónias portuguesas em África.

Mas esta é uma data em que não podemos olhar apenas para trás. O 25 de Abril anunciou-se como o fim de um regime ditatorial, o fim da guerra colonial e a esperança da liberdade e vida melhor para o povo português. Não esquecemos hoje aqui a homenagem justamente devida a todos quantos directa ou indirectamente fizeram o 25 de Abril – e muitos deles aqui estão. Mas enquanto não se cumprir aquela esperança, o 25 de Abril não está completo, o 25 de Abril não está cumprido.

Da experiência destes seis anos devemos tirar alguns ensinamentos para o futuro. E o primeiro é o que esta data não aceita donos nem tutelas.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Esta é uma data que não pode ser abastardada nem estar ao serviço de nenhum partido. A resistência popular à perversão gonçalvista e a vitória das forças democráticas no 25 de Novembro aí estão para o demonstrar.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Mas se, vencido o gonçalvismo, foi possível restituir à vida política portuguesa a normalidade democrática, o mesmo não podemos dizer ainda da Constituição que paralelamente ia sendo elaborada. Aí se contém, é certo, princípios fundamentais

para os quais o Partido Social-Democrata se orgulha de ter contribuído, e que garantem as liberdades cívicas e o primado da lei. Mas aí se contém também disposições que consagram uma visão unilateral, fixista e colectivista do sistema económico e social português, imposta pela via dos factos consumados por certos sectores militares e pelo Partido Comunista em 1975.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – É à soberania popular que cabe corrigir estes desvios para que a próxima revisão constitucional seja um verdadeiro 25 de Novembro da Lei Fundamental, restituindo à Constituição da República a pureza dos ideais democráticos do 25 de Abril...

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – ...e conduzindo ao cabal cumprimento da promessa contida no programa do Movimento das Forças Armadas de «permitir ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política».

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Se o 25 de Abril não pode ser uma data de um só partido, tão-pouco aceitaremos que ele seja uma data só para alguns portugueses. Não podemos ignorar que apesar do 25 de Abril ainda há portugueses que são cidadãos de primeira e outros que são considerados cidadãos de segunda. Refiro-me, nomeadamente, aos portugueses emigrantes, a quem uma maioria circunstancial do Partido Socialista e do Partido Comunista, aqui verificado há dias, pretendeu de novo impedir o direito de participação nos actos eleitorais em condições análogas às que se verificam para os portugueses residentes.

Vozes do PS e do PCP: – É falso!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

A Oradora: – Nós, sociais-democratas, não esquecemos que antes do 25 de Abril os emigrantes foram muitas vezes designados como aqueles portugueses que, abandonando o País, votavam contra o regime com os seus próprios pés. Nós, sociais-democratas, não podemos deixar de dizer hoje aqui, em nome do 25 de Abril, que devem cessar as desigualdades políticas entre portugueses residentes e portugueses emigrantes...

Vozes do PSD: – Muito bem!

A **Oradora**: —... que ou o regime saído do 25 de Abril compreende e aceita um novo conceito de povo português constituído por todos quantos estão ligados pela nacionalidade, pelo sangue, pela cultura e pela língua a Portugal e não apenas pelos que aqui residem, ou o regime está condenado a segregar um dos factores mais decisivos para a manutenção da secular cultura portuguesa no Mundo.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Uma terceira lição a retirar destes seis anos é a de que nem sempre os que mais falam do 25 de Abril são os que maior fidelidade demonstram nos actos aos ideais que essa data representa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Oradora**: — Basta atentarmos no que foi a actividade de Governos anteriores para constatar que, ao contrário do que se propuseram, esses governos nem sempre respeitaram as liberdades e pouco fizeram para a eliminação das desigualdades entre os Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Foi durante esses Governos que o nível de vida dos Portugueses mais se degradou. Preferiram *slogans* a actos, preferiu-se a propaganda a realizações concretas, preferiram-se clientelas às competências.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — E são esses que, incapazes de cumprirem os seus compromissos eleitorais, e assim também responsáveis por distorções ao 25 de Abril, aqui vieram hoje atacar o Governo da Aliança Democrática. Mas não precisa o Governo da Aliança Democrática de trazer constante e demagogicamente o 25 de Abril na boca, porque o que o preocupa é levar o 25 de Abril a todos os Portugueses. E não podem fazer-se milagres em quatro meses, mas quando o Governo se propõe comemorar esta data com realizações económicas e medidas sociais concretas; quando, pela primeira vez desde o 25 de Abril, distribuiu terras estatizadas a agricultores sem terra;...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — A amigos!...

A **Oradora**: — ... quando actualiza as pensões de reforma e aprova o princípio da sua actualização futura sempre e na medida que for actualizado o salário mínimo; quando alarga a esfera dos passes

sociais; quando abre novas instalações para a infância, para a terceira idade e para a administração de unidades de saúde; quando lança as bases de uma reforma democrática do ensino; quando prevê medidas de valorização dos detidos prisionais; quando determina a integração dos adidos nos respectivos serviços, em igualdade com os restantes funcionários, pondo termo a injustíssima discriminação até agora vigente entre funcionários públicos residentes e regressados das ex-colónias; quando em medidas como estas e muitas outras o Governo demonstra o seu efectivo empenho em lutar contra todas as formas de desigualdade e injustiça; quando assim sucede, não têm as forças da oposição autoridade para, em nome do 25 de Abril, atacar este Governo.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Nós, sociais democratas, aceitamos como normal e democrático que cada partido ou força aqui presente interprete como entender o 25 de Abril; aceitamos e compreendemos que a oposição critique e ataque o Governo, porque é esse o seu papel em democracia. Mas não podemos calar-nos, nem hoje, perante ataques injustos e demagógicos, nem perante críticas que talvez pudessem ter sido feitas sobre a forma da autocritica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Nesta data de 25 de Abril, pela nossa parte, reafirmamos o nosso apoio exigente e estimulante ao Governo que saiu do voto popular para que continue a desenvolver a sua acção no sentido de cumprir os compromissos assumidos, da maior liberdade e da maior justiça. Mas o 25 de Abril não é nem pode ser obra de um Governo, seja ele qual for. Ele terá de ser obra de uma sociedade civil renovada e livre da opressão do Estado. Ele terá de ser obra de todos os Portugueses, se não, não é o 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito se tem falado, e por vezes sem propriedade das conquistas do 25 de Abril. A nossa presença aqui é indubitavelmente uma delas, e decisiva. E é de elementar justiça salientar a diferença abissal entre a liberdade de que hoje todos os Portugueses podem usufruir e o desprezo que a ela votava o regime ditatorial anterior.

É justo salientar o muito que no capítulo da democracia política, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, da descentralização e do poder local, da abertura de Portugal a todos os povos do mundo foi já conseguido depois do 25 de Abril.

Mas gostaria de salientar nesta data, e em consonância com os meus companheiros sociais-democratas das regiões autónomas, que há uma verdadeira conquista do 25 de Abril que frequentemente é ignorada ou deturpada: refiro-me à autonomia dos Açores e da Madeira, com a consequente tradução na experiência original das instituições regionais. Esta é uma das mais positivas lições a retirar destes seis anos.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Mas porque o nosso desígnio é ir mais além e não contemplar apenas o que já fizemos, seremos os primeiros a afirmar aqui que esta conquista do 25 de Abril deve prosseguir e progredir, conforme legitimamente o desejam as populações açorianas e madeirenses, como factor decisivo na construção de um conceito de Estado moderno, descentralizado e dinâmico que só dignifica o regime saído do 25 de Abril.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – A última lição que nesta data quereria aqui sublinhar tem a ver com a evolução das relações entre os Órgãos de Soberania que o actual regime consagrou.

A experiência passada demonstra, a nosso ver claramente, que sem maioria parlamentar não há estabilidade governativa e sem estabilidade governativa não pode haver progresso social e económico, porque a luta partidária por um poder efémero se sobrepõe à concretização das medidas de progresso e porque finalmente os sucessivos Governos acabam por se anular reciprocamente com políticas contraditórias.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Daí que a realização dessa promessa fundamental do 25 de Abril que é conseguir uma vida melhor para os Portugueses só possa ser conseguida se for encontrada uma correlação estável e equilibrada entre os Órgãos de Soberania. A experiência da maioria da Aliança Democrática é já um passo em frente para esse equilíbrio, a nosso ver essencial ao progresso do País. Mas as contradições com outros Órgãos de Soberania, de-

signadamente com o Conselho da Revolução e a distância assumida pelo Sr. Presidente da República em relação a este Governo, são ainda factores que afectam negativamente a necessidade nacional de progredir e de progredir depressa.

Realizam-se este ano eleições decisivas para o País. De uma delas emergirá uma nova Assembleia da República, com poderes de revisão constitucional; na outra será eleito o Presidente da República. Pela nossa parte, e conforme aqui já dissemos, tudo faremos para que na futura Assembleia da República aqui se possa verificar de novo uma maioria da Aliança Democrática, com forte presença e participação do Partido Social-Democrata. Iguualmente procuraremos que o Presidente da República possa assumir o seu mandato em convergência com a maioria parlamentar e não em oposição ou em alheamento dela.

Aplausos do PSD.

É também nosso objectivo que o novo texto constitucional consagre a extinção do Conselho da Revolução, posto que deve terminar o período transitório da tutela militar sobre o regime, iniciado com a Junta de Salvação Nacional logo após o 25 de Abril. Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril que aqui celebramos não pode ser pervertido nem usurpado por ninguém. Ele pertence já à história do nosso país, e marca uma decisiva etapa na realização dos valores seculares da nossa cultura, da nossa nacionalidade e da nossa independência. Não nos sirvamos do 25 de Abril para cavar mais fossos entre os Portugueses.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Não cometamos mais agressões contra a liberdade de espírito que Abril representa.

Assumamos de novo, civicamente, o solene compromisso de tudo fazer para que se cumpra, finalmente e para todos os Portugueses, o verdadeiro, livre e independente Portugal de Abril.

Como dizia o poeta brasileiro: «Muita diferença faz entre lutar com as mãos ou deitá-las para trás.»

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida:



– Exm.º Sr. Presidente da República,

Exm.º Sr. Primeiro-Ministro, Exm.º Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Exmos. Srs. Membros do Conselho da Revolução. Eminentíssimo Sr. Cardeal-Patriarca, Srs. Ministros, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Reúne esta Câmara hoje solenemente para, numa hora de júbilo e de alegria, festejar uma efeméride que está de há seis anos a esta parte e para sempre gravada na história da nossa Pátria como facto verdadeiramente transcendente.

Aqui estamos pois para vivermos em uníssono e assim recordar a satisfação profunda com que, no dia 25 de Abril de 1974, Portugal acordou na surpreendente certeza de se ver restituído ao pleno uso das suas liberdades cívicas e políticas.

Bem podemos assim proclamar a manhã de 25 de Abril de 1974 como a verdadeira madrugada do resgate, que proporcionou ao povo português o reencontro da sua verdadeira identidade.

É falo em reencontro de modo intencional porque nas horas altas e simultaneamente difíceis da nossa história, nos oito séculos da sua gloriosa existência colectiva, o nosso povo soube conservar um sentido tão profundo da sua liberdade, uma consciência tão permanente dos seus direitos face aos abusos do poder, que tal atitude se pode e deve considerar como uma constante histórica do seu sentir colectivo.

Deste modo, sendo a Assembleia da República a lídima representante desse mesmo povo, ela é também e sem sombra de dúvida a voz mais autorizada para festejar e para afirmar, como se fosse todo o povo português que aqui estivesse presente, a alegria profunda com que há seis anos vimos aberto o caminho para um clima autêntico de liberdade, de paz e de justiça social.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

São esses valores essencialmente democráticos que jamais aceitamos que se percam; e por isso julgo interpretar os sentimentos de quantos me escutam ao proclamar o empenhamento sincero de todos nós na defesa intransigente desses mesmos valores, sejam quais forem os sacrifícios que para tanto nos sejam pedidos.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente: – Quem se recorda ainda do tempo ignominioso em que tivemos de viver de espírito manietado; todos os que ainda não esqueceram o silêncio que era imposto nas mais simples necessidades de afirmação que definem um homem livre, não pode deixar de sentir hoje, de uma forma quase inebriante, esta possibilidade magnífica de festejarmos, aqui e agora, em jubilosa comunhão de sentimentos, a liberdade reencontrada em 25 de Abril de 1974.

Em democracia, o poder político encontra a sua plena e exclusiva legitimidade no voto popular, única fonte do poder que aos Órgãos de Soberania cumpre exercer na defesa e garantia dos interesses do povo que os elege.

De resto, mais sugestiva do que a expressão «poder político» se me afigura esta outra: «dever político». Porque a função tão espinhosa de exercer a soberania não é um poder que se tenha *jure proprio*, mas tão-somente um meio indispensável ao cumprimento de um mandato sagrado que só o povo pode conferir e só o povo pode retirar.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. Presidente: – O ideal da democracia identifica-se de uma forma profunda e total com as mais íntimas exigências da natureza humana; e isto é de tal modo verdade que até aqueles que na prática negam constantemente os valores que a definem, sentem a necessidade de, hipocritamente, apelidarem como tais regimes que de democráticos nada têm. Tal é o sortilégio que da verdade democrática emana.

É assim que em comunidades humanas onde o poder político se estrutura das mais diversas formas e até naquelas onde a tirania e a opressão imperam, em todo o caso nos surge sempre como denominador comum a autodesignação de organizações políticas democráticas.

Por essa razão e pelos equívocos que a indevida apropriação da palavra pode gerar (e gera, com certeza), afigura-se-me inteiramente pertinente o que alguém escreveu há pouco tempo: para se aferir se em determinada comunidade humana se vive em autêntica democracia, há que pôr de parte a designação formal que o seu sistema político a si próprio se atribui; é preciso e indispensável buscar, nos comportamentos políticos que nela se perspectivam, os índices substanciais que fornecerão, esses sim, a resposta correcta. Portanto, para se averiguar se um sistema ou estrutura política é, em verdade, autenticamente democrático, a solução há-de encontrar-se pela resposta que se achar para todo um feixe de questões a pôr. Deveremos então perguntar e indagar:

Ainda que rotulando-se de democrático, o regime que se analisa admite a pluralidade de partidos, com igualdade de posições e de direitos e só com as diferenciações que resultem do maior ou menor apoio popular que cada um deles obtenha em eleições livres?

O direito de voto é livremente exercido, sem pressões, sem influências estranhas e designadamente sem comportamentos e práticas incorrectas tendentes a falsear o resultado eleitoral e a violentar a livre decisão de cada eleitor?

Os resultados e o sentido dos actos eleitorais são religiosa e incondicionalmente respeitados por todos os Órgãos de Soberania, sem que nenhum se atreva a negar ou atentar com o sentido desse mesmo voto?

Reconhece esse regime o direito à greve como forma legítima dos trabalhadores defenderem os seus direitos?

Existe aí livre direito de expressão e de associação; designadamente concede-se aos trabalhadores o direito de liberdade sindical, em termos que só a eles compete definir e estabelecer?

É aí a economia posta ao serviço do homem, ou é o homem que é escravizado à economia pensada como valor absoluto e abstracto, e não como simples meio que é de realizar o desenvolvimento de todos os homens e do homem todo?

São aí respeitados e efectivamente protegidos os direitos fundamentais da pessoa humana, cuja protecção efectiva constitui como que a moldura indispensável à sua eminente dignidade?

Se para estas e muitas outras interrogações que poderiam pôr-se, encontrarmos uma resposta unanimemente positiva, poderemos então concluir, com segurança, que estamos perante um autêntico Estado de direito e democrático; mas basta que uma só dessas respostas seja negativa ou reticente para se poder concluir com igual certeza quão falaciosa é então a qualificação de democráticos que falsamente tais regimes se atribuem.

É por isso que, certo de que estamos em verdade construindo em Portugal um verdadeiro Estado de direito e que gozamos já e de modo irreversível das liberdades fundamentais a ele inerentes, que proclamo a felicidade e a honra inigualável que para mim constitui a possibilidade de celebrar aqui um acontecimento que, como já disse e não é demais repetir, ficará a constituir um marco altamente positivo e da maior significação na história das nossas instituições políticas, acrescido do mérito de nos ter aberto a possibilidade de falarmos e vivermos livremente.

E maior honra sinto por esse facto quando, como Presidente eleito desta Assembleia, verifico o seguinte: chefes de Estado, Governos, conselhos mais ou menos consultivos ou menos ou mais interventores na vida pública e tribunais, todos os regimes os têm ou pelo menos toleram, desde as democracias mais estabilizadas até às mais violentas ditaduras. Mas o sistema nervoso central de uma democracia autêntica, o traço definidor de um regime autenticamente democrático é a existência e o respeito generalizado de um parlamento livre e pluralista como é o nosso, porque livremente eleito pelo povo único detentor originário da soberania.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Povo que pela sua vontade livremente expressa no voto é a única fonte de legitimidade do exercício de todo e qualquer poder político. Por isso entendo que local não havia mais próprio nem outros tectos podiam abrigar com iguais pergaminhos democráticos a solenidade que estamos vivendo do que os desta Casa, cuja dignidade todos tanto prezamos.

De resto, em passado bem recente, foi. V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, quem expressamente e no exercício das suas elevadas funções, reconheceu a instituição parlamentar como único Órgão de Soberania detentor das virtualidades democráticas necessárias para superar uma situação de impasse político.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. **Presidente**: – Na verdade, perante essa situação, reconheceu V. Ex.^a, que ela só podia ser ultrapassada pela auscultação imediata da vontade suprema do povo; assim se reconheceu que perante a delicadeza do problema, o povo era já o único com legitimidade para se pronunciar; que a ultrapassagem da crise passava inevitavelmente por esta Assembleia enquanto expressão directa, na sua composição, da vontade popular, e que só uma nova definição eleitoral da composição da Assembleia podia definir legitimamente a forma de ultrapassar a crise.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Essa é, pois, a grande e excepcional legitimidade da Câmara; aí está a maior honra e também a maior responsabilidade de todos e de cada um de nós, Deputados.

E o que acabo de dizer tem plena validade hoje como amanhã, no presente como no futuro, porque se os resultados eleitorais tivessem sido outros e se a maioria tivesse sido atribuída aos que hoje são na Assembleia, honrosamente, a oposição, isso seria a contingência que em nada alterava a verdade de quanto venho de dizer.

Porque em qualquer das hipóteses o que permanece como valor máximo a respeitar é aquilo que em cada momento for a expressão inviolável da vontade do povo português, de quem todos e cada um de nós mais não é do que simples e modesto mandatário, a quem incumbe o dever supremo e indeclinável de permanecer fiel, sejam quais forem as razões que se invoquem ou fabriquem, aos resultados obtidos em eleições livres, contra os quais ninguém pode sustentar o contrário sem atentar também e gravemente contra os mais elementares princípios democráticos.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Sr. **Presidente**: – Creio ser o espírito que preside a quanto venho de dizer a maior e fundamental razão do uníssono vibrar

dos nossos sentimentos nesta hora de exaltação e lembrança festiva da Revolução de 25 de Abril.

Uma última palavra é imprescindível deixar aqui: honra e louvor aos militares que, por um sincero e autêntico desinteressado amor da Pátria e da Liberdade, se empenharam no Movimento de 25 de Abril e que por ele tornaram possível o íntimo contentamento em que estamos vivendo o dia de hoje e este momento solene.

Todavia, e sem que daí resulte demérito para alguém, é uma fatalidade historicamente comprovada que em todas as revoluções, passada a primeira hora, da coragem do valor e da decisão militar, o que permanece – e é preciso que permaneça – é a tarefa muito tenaz e muito persistente de, pela liberdade e no trabalho, construirmos uma pátria cada vez mais próspera, mais justa e onde todos possamos viver com dignidade.

Aplausos do PSD, do PPM e dos Deputados Reformadores.

Ao longo dos seis anos que hoje se perfazem, o povo português tem afirmado, pelos seus comportamentos um civismo, uma compreensão dos seus direitos, dos seus deveres políticos e um amor à liberdade recuperada que o tornam credor, da nossa parte, a um grande, largo e incondicional respeito.

Foi assim que este povo simultaneamente tão simples e tão nobre soube desfazer num ápice a infamante mentira, durante quarenta

anos intencionalmente propalada de que não podia viver em democracia porque não estava preparado para ela!

Julgo que se soubermos em todos os momentos ser dignos deste povo magnífico a que nos honramos de pertencer, estaremos então e assim em eficaz e permanente celebração da Revolução que hoje pela data que passa tão gostosamente se evoca dos nossos espíritos. Alguém escreveu um dia que a democracia era o reino de virtude. É, pois, perante os altos sentimentos e virtudes democráticas que o povo português vem inequivocamente revelando nos últimos seis anos que bem podemos afirmar, sem hesitação e em plena esperança, que nele se encontra a garantia mais segura da perenidade da Democracia Portuguesa.

Essa me parece a causa essencial da alegria serena e profunda que nesta hora nos une; e é-o também a reconfortante certeza de que, nos corações e nas inteligências de todos os Portugueses, permanece e se conserva intacto tudo quanto de mais puro houve em 25 de Abril no amor da liberdade, da justiça e sobretudo desta Pátria que incondicionalmente desejamos servir e amar para que os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos possam em verdade continuar a chamar-lhe ditosa.

Aplausos do PSD, de alguns Deputados do PS, do CDS, do PPM, do MDP/CDE e dos Deputados Reformadores.

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra
S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho Eanes: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses: O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política.

Será importante recordar hoje a esperança colectiva que vivemos em várias ocasiões. Será oportuno ponderar os efeitos das divisões do presente, sobretudo quando elas se manifestam entre os que afirmam defender a democracia.

Mas mais útil será que aceitemos comemorar aqui o 25 de Abril, reflectindo sobre as experiências colhidas no difícil caminho já percorrido.

Um dos traços mais nítidos deste percurso foi, sem dúvida, a intervenção dos militares na vida política.

Compreende-se que esta interferência dos militares nos assuntos políticos tenha sido motivo de preocupação para os democratas. São poucos, de facto, os exemplos de militares que abdicam democraticamente do poder que detêm para o entregar aos representantes do povo.

Essa preocupação era, como se provou, infundada. Nascia do desconhecimento das reais motivações dos militares portugueses, que assumiram a responsabilidade solidária de promover esse movimento de liberdade e de democracia.

Durante treze anos, os militares asseguraram a possibilidade de defesa do interesse nacional, oferecendo todas as condições, aceitando todos os sacrifícios, para que fosse encontrada uma solução política adequada para a questão colonial.

O regime que nos governava, na sua lenta agonia, não quis ou não soube aproveitar essas condições. Já na Índia tinham sido traídos os comandantes militares, a quem o poder político recusara os meios, as instruções e o apoio que pediram e mereciam.

Os jovens oficiais, a quem foi entregue a responsabilidade urgente de defender as colónias depois de décadas de passividade política, puderam então ver do que era capaz um regime autoritário e que fazia de um ideal nobre uma manifestação de hipocrisia.

As comodidades e a estreiteza de vistas da capital, o jugo da censura e da polícia política, permitiam ao regime fazer esquecer os que combatiam e tudo arriscavam para que se encontrasse uma solução que satisfizesse interesses que, durante muitos anos, eram efectivamente conciliáveis.

O movimento dos militares que conduzirá ao 25 de Abril não se desenvolve para acabar com as guerras: coloca frontalmente a questão de saber se há ou não solução política para essas guerras, se há ou não vontade dos responsáveis para assumir uma decisão que sabem ser inevitável.

O poder político de então prefere optar pela desistência — pela sua própria entrega e abdição — incapaz de aceitar ou de propor uma alternativa política convincente.

O movimento militar de 25 de Abril não quer o poder político. Defende a instauração da democracia, a justiça social, a solução política para as guerras coloniais, mas não deseja o poder político para os militares. Bem pelo contrário, são os mais diversos interesses políticos que procuram usar e instrumentalizar os militares, com objectivos que nada tinham a ver com a democracia e com a liberdade, mas apenas com a intimidação e a conquista do Poder por meios ilegítimos.

Este é um período que não será esquecido. Os militares recordam que, ao serem politicamente instrumentalizados, deixaram que fosse ameaçada a coesão, a disciplina e a independência da instituição a que pertencem por uma escolha que é voluntária e impõe um compromisso ético que não pode ser traído. Os militares recordam que essa instrumentalização política os leva ao confronto, ameaçando a sociedade que devem defender e colocando Portugal à mercê de interesses alheios.

Certos os ideais de Abril. A sua defesa teve de continuar em 25 de Novembro, para que terminasse a divisão das forças armadas e findassem os apelos à intervenção militar.

Sendo o 25 de Novembro a reafirmação da democracia pluralista nas palavras e nos actos, é, também, a recusa do militarismo e a resposta firme àqueles que, esquecidos do que combatiam, se assemelhavam no momento da vitória aos seus adversários, na vontade totalitária da opressão e da destruição.

Para homens de menos escrúpulos e menos confiantes no povo e na democracia, teria sido fácil então a aventura pretoriana. Em alguns, terão mesmo ficado a germinar desejos desse poder sem limites.

Não foi essa a escolha da instituição militar, em coerência com os compromissos assumidos em 25 de Abril. Não há, hoje, problemas políticos criados pela instituição militar.

E o processo de normalização culminará, de modo natural, na revisão constitucional que consagrará a inteira devolução do Poder, real e formal, aos representantes da vontade popular.

Mas se, sob qualquer pretexto, as questões partidárias forem de novo transportadas para a instituição militar, com a divisão, a partidização e a criação de condições de confronto entre militares instrumentalizados, a resposta de todos os que na defesa da democracia pluralista se empenharam sem tibiezas será bem clara – política e democraticamente tão clara como o foi em 25 de Novembro de 1975.

Estes são pontos de honra da minha concepção política, valores que orientaram e hão-de orientar as minhas decisões, razões fundamentais dos compromissos irrevogáveis que assumi perante o nosso povo, o povo português, e em relação à democracia em Portugal. Um outro traço marcante, que define o objectivo principal do percurso realizado nestes anos, é a consolidação das regras e do funcionamento das instituições democráticas.

Conhecendo o significado das ditaduras, os verdadeiros democratas sabem que a democracia é sempre obra incompleta e ameaçada, pois nunca aceitará degradar-se ao ponto de perseguir ou silenciar os seus adversários, já que não pode ter inimigos.

Mas não há democracias parciais ou democracias vigiadas. Há, ou não há, vivência democrática, respeito pelas regras essenciais que definem a legitimidade, sem sofismas de propaganda nem manipulações de opinião. Por isso, não nos será difícil retirar da nossa experiência a conclusão de que a maior ameaça à consolidação da democracia será sempre a falta ou a insegurança de regras constitucionais que, tornando incerta a legitimidade, favorecem a ambição do Poder sem limites e sem ética.

Fizemos também a prova de que há forças bastantes para resistir aos antidemocratas, qualquer que seja o quadrante em que se situem, e de que, se estiver efectivamente assegurada a liberdade de informação, será sempre possível uma eficaz pedagogia política, oferecendo ao povo português as condições necessárias para que ele possa fundamentar livremente – repito, livremente – a sua escolha. Ficou igualmente bem claro, ao longo destes anos, que mais importante do que a luta pelo Poder é o exame ponderado dos problemas e a procura de soluções estáveis e seguras.

O poder político de nada serve se não estiver orientado para esse fim e se não houver, quanto às soluções, um consenso social bastante para impedir as discussões menores e as divisões paralisantes. Por isso, continuarei a defender e a promover as soluções que mereçam o consenso democrático, condição indispensável para a segurança dos cidadãos e para a estabilidade das normas que impedem o uso autoritário do Poder.

Um terceiro traço característico da nossa evolução política encontra-se no processo de ajustamento e de recuperação económica, que tem constituído um dos mais importantes aspectos de debate político. Debate que tem sido feito esquecendo o ponto de partida – o Estado e a viabilidade do nosso sistema económico em 1974.

A economia confrontava-se então, como sabem, com uma tripla vulnerabilidade:

Na balança de pagamentos, por efeito da primeira alteração do preço do petróleo, apesar de ocorrida no último trimestre de 1973, o equilíbrio das contas estava destruído, desfazendo um dos mitos basilares da propaganda do regime;

A fortíssima concentração do poder económico constituía um factor de evidente fragilidade, não só porque diminuía a eficiência de resposta à crise, mas ainda porque permitia fácil ataque político;

As importantes distorções na distribuição de rendimentos limitavam fortemente as possibilidades de resposta à crise com apoio no mercado interno e tornavam as variáveis económicas muito sensíveis às justas acções reivindicativas dos trabalhadores, que viam o seu poder de compra drasticamente diminuído.

É neste contexto que deve ser analisada a evolução económica após o 25 de Abril – as alterações radicais decididas, a sua discutível oportunidade e racionalidade, a deficiente avaliação técnica e política da maioria das medidas fundamentais, o clima de desconfiança e de insegurança alimentado nos gestores e investidores, a crise de produtividade acompanhada por sensíveis alterações na distribuição de rendimentos.

Não teria de ser assim se tivesse havido a serenidade bastante para realizar, com oportunidade, as reformas e as políticas que a instauração da democracia e o diálogo entre pessoas de diversas ideologias permitiram aprofundar.

Apesar de tudo, passados os anos, verificamos que não se confirmaram as previsões pessimistas que os economistas, mesmo os mais moderados, apresentavam e que foi possível reorganizar a economia portuguesa em novas bases, mais coerentes do que aquelas que existiam em 1974.

Devemos isso a uma extraordinária capacidade de sacrifício dos Portugueses e à efectiva adaptação de muitos empresários e gestores, que souberam enfrentar as dificuldades com ponderação e serenidade.

Sublinho estas duas realidades porque elas têm sido sistematicamente esquecidas no calor do debate político e ideológico.

Por outro lado, o processo de normalização da actividade económica processou-se em ligação estreita com a normalização da

democracia pluralista e com a clarificação das regras que oferecem estabilidade e segurança.

A publicação de legislação regulamentadora da actividade económica, baseada na procura do consenso e do equilíbrio, permitiu anular ou reduzir dúvidas e ambiguidades, demonstrando que era possível a cooperação entre concepções programáticas que puderam convergir no essencial.

Considero que os resultados obtidos, que finalmente se traduziram numa recuperação económica significativa, demonstraram a validade de uma concepção de política económica que concilia os princípios da economia de mercado com a procura de soluções negociadas que satisfaçam a justiça social e os imperativos de desenvolvimento.

Empenhei-me na defesa destes princípios. Continuarei a defendê-los e procurarei evitar que eles sejam adulterados ou iludidos por afirmações demagógicas.

O importante processo político e legislativo de consolidação das autonomias dos Açores e da Madeira é outro dos marcos fundamentais do caminho já percorrido desde o 25 de Abril.

Por certo, o princípio da autonomia, no quadro amplo em que é definido na Constituição, não teria sido possível, nem mesmo concebível, sem o espírito de Abril e sem a instauração democrática.

O reconhecimento da realidade nacional portuguesa, implicando a noção das diferenças sem romper a unidade no que é essencial, exige a abertura de concepções e a defesa de direitos regionais que só a democracia pode garantir.

Por isso, não poderia haver uma real prática autonómica sem uma efectiva vivência democrática.

E também não haveria democracia completa se não fossem contempladas as aspirações de povos que, sendo inquestionavelmente portugueses, apresentam um quadro de vida e cultura que lhes confere uma identidade específica.

A autonomia é, ainda, um valor essencial para a definição consistente do Estado Português. De facto, sem a flexibilidade que é permitida pelo estatuto amplo de autonomia, a integridade da Pátria Portuguesa estaria sob permanente ameaça. Uma vez cortado o vínculo nacional entre o continente e as regiões, por acção de poderes adversos, explorando o fácil pretexto da falta de lealdade na concessão de autonomia, estaria desencadeado o processo que arrastaria os homens e as mulheres dos Açores e da Madeira à subordinação a interesses alheios.

O meu constante e inequívoco empenhamento no processo autonómico resulta de o considerar um programa urgente em múltiplas perspectivas: no plano histórico, porque esse é um com-

promisso do 25 de Abril; no plano político, porque essa é uma consequência da democracia e, como tal, prevista na nossa Constituição; no plano nacional, porque a integridade do Estado Português tem como uma das suas condições a efectiva realização dos objectivos da autonomia.

Continuarei, assim, a desenvolver todos os esforços para que a autonomia encontre rapidamente a concretização necessária em todos os seus aspectos.

Em plano semelhante, não posso deixar de apontar a política de descentralização regional como um dos pontos fulcrais da vida nacional dos últimos anos. Também este objectivo seria irrealizável num regime autoritário, que precisa do *contrôle* exercido da capital para poder assegurar as fidelidades políticas que o sustentam. Aqui, como na autonomia, só a vivência democrática oferece as condições para romper com o hábito de séculos, que faz da distribuição das benesses locais uma fonte de *contrôle* político e um meio de submissão das populações.

Por uma compreensível precaução de realismo no plano orçamental, os passos que se desejou dar na direcção do reforço dos poderes locais não foram tão nítidos quanto as expectativas criadas, sobretudo ao nível legislativo, poderiam justificar.

Mas os compromissos assumidos pelo poder democrático reforçam a minha convicção de que não serão dados passos atrás neste projecto essencial, com profundas raízes na nossa tradição municipalista.

O último aspecto marcante destes seis anos, a que me referirei, é o que se reporta ao posicionamento geopolítico, económico e estratégico de Portugal e à expressão da sua política externa. Terá sido este o domínio político em que ocorreram maiores transformações.

Do país colonialista e internacionalmente isolado, que era repudiado no Mundo e combatido em África, sem poder contar com o apoio dos aliados tradicionais, Portugal tornou-se num país respeitado, uma pequena potência que tem um papel a desempenhar no Mundo e que não se pode limitar a ser o instrumento passivo dos interesses alheios.

Mais do que isso: muitas das suas potencialidades no campo da cooperação internacional, no âmbito bilateral ou multilateral, esperam ainda o seu pleno desenvolvimento, já que estes últimos anos nada mais permitiram — nem poderiam permitir — do que atingir um posicionamento adequado no plano externo e, de um modo mais preciso, no eixo das relações entre a Europa e a África. Também neste plano, a democracia, a descolonização e a assunção do princípio da universalidade das relações permitiram

a Portugal a abertura de horizontes que lhe estavam completamente vedados.

Importante será que este percurso muito positivo não sofra as consequências de orientações inseguras e movidas por preocupações de índole conjuntural, que podem afectar a credibilidade de Portugal no Mundo e os próprios interesses nacionais.

É esta, aliás, uma condição essencial do reforço da nossa posição no quadro político da Europa, de que somos e deveremos ser parte integrante.

Inseridos na Europa por motivos políticos, culturais, económicos e sociais, desenvolvendo nos últimos quatro anos um processo seguro e realista, de negociações para a nossa entrada na Comunidade Europeia. Esta decisão implica a mobilização dos Portugueses e o empenhamento dos agentes políticos económicos e sociais, o que passa necessariamente por um completo esclarecimento da opinião pública.

Trata-se de uma decisão política de fundo que implica, para ser válida, uma grande responsabilidade de negociação uma indispensável capacidade de resposta da Administração portuguesa e a necessária reorganização do aparelho produtivo nacional, sem que a nova autonomia de decisão e o próprio desenvolvimento económico e social poderão ser afectados, com prejuízo óbvio para Portugal e sem vantagem significativa para a Europa.

Na verdade, a integração de Portugal na Comunidade Europeia apenas será útil para ambas as partes se Portugal mantiver e desenvolver aquilo que é específico da sua posição na Europa, seja em termos das relações económicas normais, seja em termos das suas afinidades históricas e culturais e, em particular, da sua capacidade de diálogo com os países de expressão portuguesa.

Por isso este vector da nossa política externa, prioritário desde a primeira hora após a institucionalização democrática, exigindo resposta eficaz e organizada dos Portugueses, implica, também que não se subalternize, bem pelo contrário, que se reforce a posição e o prestígio que Portugal já hoje detém em África, no Mundo árabe e na América Latina.

Desta ligação estável e justa depende, em grande parte, a autonomia económica de Portugal e das suas empresas no quadro altamente competitivo da Europa, como o comprova o largo conjunto de interesses que empresas portuguesas puderam já assegurar em diversas zonas do Mundo, em consequência da abertura política oferecida pelo 25 de Abril.

Mas dessa ligação depende, também, o interesse da função que Portugal pode desempenhar na Europa, que o mesmo é dizer que dela dependem, em medida substancial, as condições mais ou menos favoráveis das negociações de adesão, dos apoios que pu-

dermos receber e das contrapartidas que viermos a prestar. Para o êxito desta política de credibilidade internacional muito tem contribuído a nossa participação crescente no âmbito do sistema das Nações Unidas, nomeadamente no Conselho de Segurança, na UNESCO e noutros organismos especializados, e a seriedade com que temos satisfeito os nossos compromissos internacionais.

A nossa participação na Aliança Atlântica, que corresponde aos interesses de defesa da Europa e da democracia pluralista, reforçada pelas condições políticas criadas pelo 25 de Abril e consolidadas depois do 25 de Novembro, assumiu a sua plena coerência com a institucionalização do regime democrático.

A posição de Portugal é bem explícita: enquanto houver blocos militares na Europa, Portugal pertencerá à NATO.

A clareza e a autenticidade da expressão da nossa política externa reconduziu-nos a uma posição de parte inteira a todos os níveis da cooperação atlântica, ao mesmo tempo que permite intervir, na medida das nossas possibilidades, em favor do desanuviamento, da paz e da segurança internacionais.

A credibilidade entretanto adquirida dá-nos a possibilidade de contribuir também para a conciliação de interesses entre zonas de economias desenvolvidas e de regiões com recursos naturais de significativa importância em termos de desenvolvimento económico e social, orientação política que deverá ser entendida com realismo e com a determinação de se afirmarem interesses recíprocos.

É nesta perspectiva que se deve compreender o meu empenhamento em criar com os países de expressão portuguesa uma cooperação duradoura e permanente, isenta de ambiguidades ou falsas promessas ou quaisquer hipotecas.

Dentro das competências que a Constituição me confere e de acordo com o que a defesa do interesse nacional obviamente impõe, não deixarei de conjugar todos os esforços para que estas linhas de política externa sejam efectivadas e desenvolvidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O período que decorreu desde o 25 de Abril é muito curto, demasiado curto, para realizar tudo o que então se desejou. Mas foi suficiente para que se realizasse mais do que muitos acreditaram possível. Seria fácil dizer que, do programa então apresentado, se cumpriu tudo o que era possível na sociedade portuguesa, tudo o que o povo português quis que fosse realizado.

Mas não basta dizer isso. A responsabilidade dos dirigentes políticos exige muito mais do que a repetição destas conclusões óbvias.

Em 25 de Abril de 1974 concretizou-se uma ruptura na sociedade portuguesa. Não há retorno possível à situação anterior, às regras

e aos modelos mentais que definiam a eficácia do poder e a sua manutenção num regime assente em processos autoritários. A ruptura histórica, política e social marca o início de uma dinâmica democrática.

Numa sociedade democrática, as eleições, os partidos, os sindicatos, as associações empresariais e as outras realidades vividas da liberdade de expressão e de associação defendem em si mesmas e por si mesmas a continuidade da democracia, tornando inúteis as tentativas dos que ainda transportam sonhos ou vocações autoritárias, como ficou provado em 1975. E como tornaria a ser provado se idênticas tentativas surgissem no futuro, independente da sua origem ou natureza.

Assegurada a institucionalização democrática, consumado o corte com o passado ditatorial, deixou de haver lugar para o conceito de ruptura. Em democracia não há rupturas. Há alternância de partidos e de concepções no poder. Será sempre na garantia de alternância que a democracia encontrará a sua principal defesa contra as vocações autoritárias. Ao contrário da ditadura, não precisamos de alimentar o mito de uma revolução que continua. Apenas temos de verificar que a democracia continua.

Esta é a verdadeira vitória do 25 de Abril, o objectivo que uniu os Portugueses há seis anos.

Mas é possível, e até compreensível, que muitos Portugueses confrontem as realidades com as expectativas criadas em Abril de 1974. A observação fria dos factos conduzirá porém, a uma conclusão não pessimista sobre a nossa capacidade colectiva.

Os problemas que os Portugueses tiveram de resolver, neste curto período, foram graves e muito complexos. Enquanto outros países europeus dispuseram de duas décadas para realizar os seus programas de descolonização, Portugal foi forçado a encontrar as soluções possíveis em pouco mais de um ano, sofrendo o impacto considerável que representou a integração de centenas de milhares de desalojados.

Enquanto na Europa a fase principal das nacionalizações e da reorganização das relações económicas se processou imediatamente a seguir à guerra, com o apoio do Plano Marshall e com as populações preparadas para os sacrifícios, Portugal suportou esse processo no quadro de uma intensa luta política e num ambiente social de grandes expectativas de consumo.

E se é certo que vivemos várias crises políticas, não é menos verdade que elas não foram, nos seus fundamentos e nas suas manifestações, diferentes das crises que, ao longo de trinta anos, deram forma às actuais realidades políticas e partidárias dos países da Europa Ocidental.

Foi muito o que se fez. Mas não basta para que se encarem com despreocupação os próximos anos. Resistimos eficazmente aos primeiros embates da crise económica, mas as dificuldades que se apresentam no horizonte internacional serão, certamente ainda mais graves.

Os problemas económicos, nos quais a crise de energia se conjuga com um surto inflacionista mundial, com a perturbação das regras do comércio internacional e com a transição para novas tecnologias produtivas, são condicionamentos inevitáveis de qualquer programa político.

A crise dos equilíbrios mundiais, tanto nos planos político e militar como no plano económico, provoca situações de elevada tensão e pode rapidamente evoluir até ao conflito. Esta é uma ameaça evidente que, se não for encarada com firmeza, serenidade e ponderação, destruirá as sociedades e o quadro de relações em que o progresso é possível.

Nestas perspectivas, a incerteza será a característica principal da década de 80. Novas realidades, novas relações, novas coordenadas de acção, estão em rápida gestação e desenvolvimento. A nossa capacidade de as compreender e de para elas encontrar as respostas adequadas compromete o futuro e até a vida dos nossos filhos.

A resposta interna depende da solidez do consenso nacional. Consenso que implica a renúncia a soluções radicalizantes e bipolarizadoras que, inevitavelmente, gerariam situações de conflito permanente e agravariam os factores de crise. Seria impossível esperar obter uma resposta eficaz e oportuna, para uma crise que é complexa e global, se a nossa sociedade estiver tão dividida que seja incapaz de se entender para as tarefas essenciais.

A necessidade de reforço da organização democrática não é apenas consequência da convicção de que a democracia é a forma superior de ordenamento da actividade política. Essa actividade é, também, um imperativo inerente à consciência da gravidade da crise que temos de enfrentar.

Por isso, não deixarei de defender o debate responsável orientado para as ideias, para os projectos e para os programas concretos, não deixarei de insistir na procura permanente do consenso eficaz, de modo que se atinja, com segurança, com determinação e sem sobressaltos, a resposta nacional oportuna. Este consenso nacional indispensável há-de encontrar uma tradução adequada no plano político.

Não penso que seja difícil a conjugação dos elementos e das formações partidárias à volta do regime democrático saído do 25 de Abril e do que ele representa em termos de justiça e paz social, segurança e bem-estar.

Esta é a resposta natural em democracia. Esta é a resposta que não deixará de ser formulada pelos que recusam os extremismos

e as vias autoritárias. Nada mais é necessário para que se opte pela negociação aberta e pelo esclarecimento público das divergências superáveis e para que se aceite a dinâmica normal em qualquer sistema político democrático.

As democracias europeias, longamente experimentadas, mostram-nos que é possível e necessária a construção de núcleos centrais democráticos estabilizadores, capazes de neutralizar os extremismos. Na história recente da Europa há indicações suficientes sobre a conciliação possível das concepções políticas democráticas que o 25 de Abril quis viabilizar. Precisamos de estar bem conscientes de que poucas alternativas há, mesmo só no domínio das ideias, a esta conjugação, do consenso nacional com o consenso político. Não devemos esquecer que a gravidade dos problemas e a consequente instabilidade social podem alimentar em alguns a tentação da autoridade como um fim em si mesma, ainda que com o pretexto de melhor organizar o esforço colectivo. É um engano e, a ser tentado, estará condenado à desilusão. Nenhum povo oprimido, nenhuma sociedade dividida, poderá responder com oportunidade às solicitações exigentes da crise.

O que temos para fazer, neste quadro de dificuldades, tem vindo a ser clarificado ao longo dos últimos anos.

Por isso mesmo, não poderemos deixar de reforçar o que de positivo existiu no caminho percorrido, nas vias experimentadas e nos ensinamentos que dos seus êxitos e dos seus fracassos já recolhemos.

Também por isso, continuará a ser um objectivo constante a recusa da militarização da vida política porque nem os militares têm vocação institucional para a interferência nos consensos políticos, nem a democracia é compatível com a pressão de instituições que não são políticas e tudo têm a beneficiar com a sua posição de estrita independência.

Precisamos de clarificar, nos pontos onde ainda algumas dúvidas pertinentes possam subsistir, as regras da nossa organização económica, prolongando um trabalho seguro, ponderado e estabilizador de normalização das relações económicas internas.

A via seguida terá de continuar a ser a de assegurar a cooperação, sem privilégios especiais, dos agentes empresariais do Estado com os agentes empresariais privados, de modo que se consiga garantir, com estabilidade e sem incertezas, em verdadeira segurança, o maior benefício colectivo.

Para que a liberdade valha a pena ser vivida é necessário perspectivar aos Portugueses condições de vida mais favoráveis. O desenvolvimento económico tem de ser um objectivo mobilizador para todos os trabalhadores, em especial para os jovens, que têm sido os mais afectados.

Seria inaceitável que a democracia impusesse sacrifícios sem limites, fechasse os horizontes, destruísse a convivência entre as gerações e perdesse a generosidade dos jovens e esquecesse ainda as aspirações de regresso de milhares de compatriotas nossos que no estrangeiro fazem a sua com dificuldade.

Para que se garantam a estabilidade e a segurança, teremos de encarar a oportunidade de revisão constitucional com a preocupação de nela consubstanciar o resultado da experiência recolhida e a manifestação do consenso nacional.

A Constituição de 1976 foi aprovada por mais de 90% dos representantes do povo português. E por razões de verdade histórica não posso deixar de chamar a atenção dos Portugueses para as posições assumidas pelos partidos políticos perante o II Pacto, nomeadamente pelos partidos com maior representação parlamentar, o PSD e o PS.

Como Lei Fundamental, que determina as condições de legitimidade, deverá ser revista, como em qualquer país democrático, tendo como objectivo a sua actualização. Mas deve ser preocupação imperativa não tornar essa revisão e as novas normas constitucionais um objecto de luta política constante.

Não se pode concordar com o paradoxo político de fazer da Lei Fundamental, que deverá estabilizar e normalizar o comportamento democrático, o tema e o pretexto principal de divisão política, de contestação e de instabilidade.

Por isso, também aqui – mais aqui do que em qualquer outro domínio –, importa preservar e estimular o consenso nacional e assegurar a articulação adequada entre o consenso nacional e o consenso político.

A pedagogia democrática, baseada na difusão cultural, na defesa intransigente da liberdade de expressão e de informação e no direito à livre afirmação de opinião política, continuará a ser a fonte das energias sociais necessárias às respostas nacionais oportunas. Por isso, não será nunca admissível que quem invoca ou exerce o poder democrático dele se pretenda servir.

Nem será aceitável que os meios de comunicação social, que devem ser o suporte da razão democrática, sejam pervertidos para se colocarem ao serviço de objectivos e de interesses particulares. Não há democracias nem pátrias defendidas quando as populações são mantidas na ignorância ou afastadas das questões de fundo por sofismas e por manipulações da verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os programas exigidos pela situação e pelo nosso compromisso consciente com a democracia pluralista são simples. Apenas precisamos da humildade suficiente, o que é natural em democracia, para esquecer as posições rígidas e procurar, confiadamente, o consenso nacional que está ao nosso alcance.

1980

Ramallo Eanes
Presidente da República

Podemos assim comemorar o 25 de Abril de 1980 com a confiança de quem acredita na vocação democrática de uma nação de mais de oito séculos e no anseio cristão de justiça, que deve fazer de Portugal livre a pátria-mãe de todos, mas do todos sem excepção, os Portugueses.

Aplausos do PSD, do PS, do PPM, do MDP/CDE e dos Deputados Reformadores.

O Sr. **Presidente**: – Em nome de S. Ex.^a. o Sr. Presidente da República declaro encerrada a reunião.

*25 de Abril
festa do povo
e da
Liberdade*

*DESFILÉ 14,30
M. POMBAL - ROSSIO*

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1981

Oradores

Mário Tomé
União Democrática Popular

Helena Cidade Moura
Movimento Democrático Português

Lopes Cardoso
União da Esquerda para a Democracia Socialista

Magalhães Mota
Acção Social Democrata Independente

Borges de Carvalho
Partido Popular Monárquico

Octávio Pato
Partido Comunista Português

Mário Gaioso
Partido do Centro Democrático Social

Salgado Zenha
Partido Socialista

Pedro Roseta
Partido Social Democrata

Leonardo Ribeiro de Almeida
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: – (...) Em nome de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.



O Sr. Mário Tomé (UDP) – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Sete anos depois do 25 de Abril, face à «nova realidade» existente, cabe-nos perguntar o que de facto se pretende comemorar hoje nesta sessão solene da Assembleia da República.

Comemorar-se-á o 25 Abril que o povo português impôs, aproveitando a ruptura do regime fascista obtida com a acção dos capitães de Abril, caçando os PIDES, saneando os fascistas, ocupando as terras e as casas devolutas e abandonadas, tomando conta das fábricas, forçando as nacionalizações e o controle operário, numa palavra, determinando, pela sua luta democrática e revolucionária, as alterações estruturais e o sentido futuro do desenvolvimento da sociedade portuguesa consignados na Constituição da República?

Ou estar-se-á a comemorar o 25 de Abril que interessa aos grandes monopólios, aos latifundiários, ao imperialismo, à NATO, à CEE, à hierarquia militar – que nada teve a ver com o 25 de Abril –, que interessa aos próprios fascistas que, hoje e aqui dentro são chamados lídimos defensores da democracia? Ou seja, não se pretenderá antes comemorar o anti-25 de Abril, a «nova realidade» que os ministros AD se desdobram e se despregam a anunciar aos quatro ventos, inserindo-se nas comemorações com o tecto salarial dos 16%, os aumentos brutais dos preços, os despedimentos colectivos – como na Standard –, a liquidação de milhares de postos de trabalho – como na MESSA e na Fábrica Simões –, permitindo e apoiando o desvio e delapidação de dezenas de milhares de contos de empresas consideradas em situação económica difícil – como na Handy –, a repressão sobre os trabalhadores e seus dirigentes – como na Empresa Nacional do Urânio e tantas outras empresas –, cortando na educação e na saúde, e aumentando nas forças armadas e nas polícias para que estas não tenham falta de munições para o tiro ao alvo que praticam com frequência, matando qualquer cidadão por dá cá aquela palha, como ensina a RTP do Sr. Proença, acompanhada à distância pela RDP de Barreiros Cardoso/Pereira da Costa, em renhida competição com a Renascença do Sr. Cardeal Patriarca, para ver qual delas con-

tribui mais decididamente para a falsificação da realidade portuguesa para a promoção do medíocre, do negro?

A «nova realidade» que nos foi imposta é, cada vez mais, a base de apoio para a liquidação das liberdades, para a fascização da nossa vida quotidiana.

Mas os trabalhadores não vão esquecer a sua grande experiência colectiva quando, em 25 de Abril, saudaram os capitães mas não ficaram à espera deles. Eles sabem que a liberdade não existe sozinha, como não se perde sozinha.

Foi por terem rompido a estrutura dos latifundiários que os assalariados alentejanos conquistaram a liberdade.

Foi por terem tomado conta das empresas, imposto as nacionalizações e o controle operário, que os operários conquistaram e reforçaram a liberdade para si próprios e para milhões de portugueses. Foi pela luta dos soldados nos quartéis que se pôde falar das forças armadas ao serviço do povo.

Mas foi também por não terem conseguido romper as cadeias de exploração e repressão que os prendem, que os assalariados agrícolas e pequenos e médios camponeses do Norte e Centro pouco ou nada usufruíram das liberdades do 25 de Abril.

A liberdade só existe se atacarmos e liquidarmos as estruturas de exploração e repressão. Por isso é utópico, e não iludirá os trabalhadores, pretender-se salvaguardar a santa liberdade ao mesmo tempo que se vai permitindo o ataque desenfreado à sua base, à sua estrutura, ou seja, o ataque às conquistas económicas dos trabalhadores, ao seu controle sobre as máquinas e as terras, aos seus órgãos de vontade organizada; ao mesmo tempo, afinal, que dia a dia, hora a hora, se deixa cada vez mais liberdade para que, por vezes, verdadeiros bandidos suguem o suor dos que trabalham, e tomem as rédeas da sociedade.

E é isso que tem vindo a acontecer desde o 25 de Novembro de 1975, em que o actual Presidente da República, general Eanes, sobre pôs a força bruta das armas ao 25 de Abril que o povo fazia. E não há «boas» intenções de «leis Barretos» cumpridas razoavelmente, de contratos a prazo só em condições especiais, de sector público e privado, em «harmoniosa» concorrência, que consigam impedir a total liquidação do 25 de Abril que o povo quis e impôs. Não se pode harmonizar o aumento da produtividade com a diminuição do desemprego, os lucros e as terras para os capitalistas com o bem-estar dos trabalhadores, a liberdade para os fascistas fazerem o que querem com a liberdade para o povo.

Hoje, a direita e a AD, celebram a sua própria liberdade, à europeia, à custa do bem-estar e da liberdade do povo, pondo os olhos enternecidos nessa Europa exemplar a que se sentem obrigados por fidelidade e vêem, venceram e não condenam o facto brutal de a não menos brutal Sr. Teatcher deixar morrer de fome, encerrado numa prisão, um patriota irlandês, Boby Sands, eleito pelo povo para o Parlamento.

É o tirar da máscara hipócrita da democracia representativa burguesa. É a confissão de que entre o Parlamento e o fascismo há um passo que se está ensaiando aturadamente quando se vão assassinando trabalhadores, democratas e revolucionários – como Luís Caracol e José Jorge Morais, Caravela e Casquinha –, se prendem e perseguem os catorze antifascistas de Beja que de novo vão ser julgados depois de terem sido amnistiados, se prendem, depois de julgados em autêntico tribunal plenário, os antifascistas como Isabel do Carmo, Carlos Antunes e Fernanda Fráguas, se condenam os soldados do Ralis e se incensam os golpistas do 11 de Março, e quando nas forças armadas se controlam e saneiam os democratas e campeiam os reaccionários, os fascistas e aqueles que se opuseram ao próprio 25 de Abril.

É por isso que o coronel Varela Gomes, os majores Mascarenhas Pessoa, Costa Martins e Pereira Pinto, os capitães Duran Clemente, Martins Jorge, Carvalheira e Fernandes, o tenente Matos Serra e o primeiro-sargento-ajudante Miranda foram praticamente expulsos, sem sequer terem um mínimo de subsistência, enquanto aqueles que se levantaram contra o 25 de Abril foram reintegrados, há muito, com chorudos retroactivos. Não é verdade Sr. Presidente da República?

A direita domina a hierarquia das forças armadas e tem a consciência que ou reprime os democratas e progressistas, os saneia e isola, ou não poderá contar com umas forças armadas totalmente dóceis aos seus intentos e à sua missão de capacho da NATO.

A NATO, como integradora internacional das políticas reaccionárias dos países europeus ao serviço do imperialismo, belicista americano, tem um importante papel aos níveis político e ideológico, intervindo em nome da solidariedade dos expropriadores, dos colonialistas e racistas, na política interna do nosso país e na preservação do carácter reaccionário da hierarquia militar, impondo e moldando os critérios de promoção, colocação, saneamento. Por outro lado, como paga pela sua ajuda passa a dispor de um território e de umas forças armadas ao seu serviço e que utilizará como e quando entender e precisar, com o aplauso enternecido do Sr. Presidente da República, da AD e sociais-democratas e com o protesto formal dos restantes, à custa da liberdade, do bem-estar e da paz do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tudo isto vai caldeando e temperando a memória colectiva do povo e dando-lhe armas para não se submeter, mas antes para lutar.

E, se hoje o 25 de Abril está vivo, é porque a luta do povo se reacendeu.

O povo sabe, que o governo Balsemão não cai sozinho, nem sequer por acção de Eanes. O povo sabe que não é fácil hoje derrotar a direita e a AD incrustadas no poder, como as lapas na rocha.

Mas a sua experiência também lhe diz que, através da luta decidida de massas, arranca vitórias que debilitam a posição da direita e

lhe introduzem mais contradições. E é isso que vai fazendo, cada vez com mais coragem e decisão de vencer.

Daqui saudamos as lutas vitoriosas, porque firmes, porque dirigidas por uma política revolucionária dos marinheiros, da Címianto e a brava luta do STCP; daqui saudamos a luta no sector da construção naval, a luta da Rodoviária e CP, a luta dos trabalhadores da função pública, a luta valente dos agricultores de Chaves, a luta das populações das linhas do Corgo e do Tâmega, a luta dos trabalhadores da Fábrica Simões, da Standard, da MESSA e tantas outras, a luta dos pescadores e dos mineiros, a luta de todo um povo em defesa dos seus interesses e dos seus direitos, em defesa da sua Constituição, do seu 25 de Abril.

Amigos trabalhadores: que as lutas se unifiquem, se alarguem, que a torrente única dos humilhados e ofendidos, dos explorados e oprimidos se reforce. É preciso ampliar e unificar as lutas, que não devem acabar em Maio como a chuva sazonal. As lutas dos pobres levantam-se e desenvolvem-se sempre que os seus direitos forem espezinhados. E que faz o governo AD e que fizeram os governos desde o 25 de Novembro se não espezinhar os interesses do povo? Vamos lutar para além de Maio, vamos lutar até ao Abril de sempre! Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje à tarde milhares de pessoas vão desfilar na Avenida da Liberdade festejando o 25 de Abril. Esses milhares e milhares de trabalhadores, homens e mulheres vão alimentados por um justo sentimento de alegria, mas também por uma cólera mal contida pelo que tem sido feito contra o 25 de Abril e por uma vontade de luta que tem sido expressa por esse país fora, das mais variadas formas.

Mas que alternativa têm para lhe oferecer os democratas e os antifascistas que promovem a manifestação? Que alternativa ao governo antipopular e antinacional de Balsemão?

A maioria de esquerda, que falhou rotundamente e nada deu ao povo português para além de permitir o avanço da direita e os ataques ao 25 de Abril e à Constituição?

Os governos PS que escancararam as portas ao imperialismo, à NATO, ao FMI, à CEE, aos reaccionários, aos capitalistas e latifundiários, lançaram a lei da destruição da Reforma Agrária, a lei dos contratos a prazo, reforçaram o aparelho repressivo? Os governos de Eanes, reaccionários como o de Mota Pinto, ou sem convicção na defesa do 25 de Abril como o de Pintassilgo? Ou então uma maioria «democrática» fundamentada no facto de se passar a chamar democrata a quem o não é, a quem defende um projecto reaccionário, ou até o projecto da AD? Uma maioria, «democrática» que para existir tem de sacrificar as reivindicações fundamentais dos operários e camponesas?

Que podem oferecer ao povo português aqueles que já se adaptaram à situação criada, à «nova realidade», ao 25 de Novembro?

Que admitem a revisão da Constituição de Abril, no utópico propósito de, com o consenso da AD, a melhorarem a favor de

quem trabalha! Como se isso fosse possível, como se a AD consentisse melhorar a Constituição a favor dos trabalhadores quando se tem recusado sistematicamente a cumpri-la, exactamente por ela defender os direitos do povo e dos trabalhadores conquistados pela sua luta.

Apenas podem oferecer o desenvolvimento mais ou menos temperado da política que tem vindo a ser praticada desde o VI Governo Provisório.

Aos trabalhadores já não basta uma mudança de governo. Não é por falta de os governos mudarem que as coisas não andam. É que falharam todas as soluções experimentadas no quadro político do 25 de Novembro. Falharam todas as soluções dos grandes partidos parlamentares. Falhou a maioria de esquerda, falharam os governos PS, falharam os governos presidenciais, falharam os governos AD e falharam porque não resolveram os problemas do povo, antes os agravaram. É por isso que é preciso mudar de política.

É por isso que a manifestação de hoje é praticamente inútil, pois não dá saída para o caminho apontado pelas exigências e pela luta dos trabalhadores. Ela vai conduzir o movimento popular para debaixo de Eanes, que já mostrou que tem a mesma política da AD e que não está decidido a defender os interesses dos trabalhadores.

Aos trabalhadores, ao povo português, a UDP diz que precisamos de nos unir em torno de uma nova política, de uma política que defenda os interesses de quem trabalha e aponte um governo como nunca tivemos, um governo saído da unidade de todo o povo, forjado na luta corajosa o firme contra a AD, contra a direita, contra a exploração capitalista.

Por isso os democratas, os trabalhadores que forem à manifestação, não podem deixar-se adormecer em ilusões.

Para defender o 25 de Abril é preciso opormo-nos séria e decididamente à revisão da Constituição; impedir a restrição das liberdades; impedir a elitização do ensino; exigir o cumprimento

incondicional da lei da amnistia a militares e civis; defender a Reforma Agrária; impor o Serviço Nacional de Saúde; defender as nacionalizações, defendendo os direitos e reivindicações económicas daqueles que nelas trabalham, pondo-as ao serviço do povo e não dos capitalistas individuais ou representados colectivamente pelo Estado; fazer das organizações dos trabalhadores e dos seus dirigentes exemplos de luta na defesa dos interesses de quem trabalha, demitindo e atirando borda fora os incapazes, os corrompidos, os conciliadores.

Para defender o 25 de Abril é preciso, numa palavra, fazer os ricos pagarem a crise de que se aproveitam e garantir acima de tudo o pão, o trabalho, a liberdade.

É preciso dizer não à CEE e à NATO, com firmeza, porque não pode haver meias-tintas com a política dos blocos, com as organizações supranacionais de exploração e de guerra.

Lutemos pela liberdade e contra o fascismo baseados na ideia central de que o fascismo não é um mostrengo nascido adulto. Ele é uma ditadura terrorista do capital quando precisa e pode reforçar a sua máquina repressiva para impedir, por qualquer forma, a resistência dos trabalhadores à exploração, para impedir a sua luta pelo pão e pela liberdade. É por isso que os fascistas de ontem se abraçam à democracia quando não têm outro remédio e os capitalistas de hoje se tornarão alegremente fascistas se disso necessitarem! Lutemos contra a exploração e a repressão capitalistas para podermos dizer: fascismo nunca mais!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falharam os partidos políticos, falharam as coligações, que até hoje têm conduzido a vida do povo, falhou o Presidente da República. É preciso um novo regime, nascido da luta popular que abra o caminho para o socialismo.

É aí que está a UDP, nesse caminho que o povo apontou e exigiu com o 25 de Abril!

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.



A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE):

– Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: O povo português saúda hoje a vitória do 25 de Abril, marco da sua continuada e determinada luta pela valorização do indivíduo, pelo enriquecimento e independência de Portugal, pela paz e pela solidariedade mundial.

Neste 7º ano da Revolução em que se cumpre uma primeira etapa, marcada pela revisão constitucional, em que se faz um balanço do passado, se criam os cenários do futuro e se projectam as experiências adquiridas, o MDP/CDE entendeu dever realçar a acção dos capitães de Abril, aqui representados através do Conselho da Revolução.

Sem esquecer aqueles que, na roda da história, seguiram caminhos mais difíceis de institucionalizar, nós queremos saudar cada um dos membros actuais do Conselho da Revolução, como símbolos de atitudes diferenciadas, de escolhas várias, de personalidades diferentes, eventualmente de ideologias diversificadas, mas todos reunidos numa exemplar base de entendimento comum.

Saudamos, assim, os homens herdeiros da MFA, capazes de entregar ao povo o poder obtido pelas armas; saudamos os chefes militares garantes da legalidade e da estabilidade social; saudamos no seu conjunto aqueles que, sabendo cumprir promessas, têm honrado o seu compromisso para com a Constituição da República e para com o povo português.

Ao Conselho da Revolução, como Órgão de Soberania, louvamos e reconhecemos a sua persistente acção em favor da democracia.

Meus Senhores e minhas Senhoras: A nossa revolução faz sete anos. Por muito fluidas e convencionais que sejam as etapas do desenvolvimento humano, poderemos dizer que novos seres tecem a partir de hoje a nossa teia social:

São aquelas crianças que nunca contactaram com o fascismo e que ao chegar ao mundo foram acolhidos pelos olhos de Abril, que nasceram nesse país repentinamente transformado, onde os braços erguidos rasgaram os horizontes e a guerra se calou sufocada pelos gritos da alegria, porque um povo livre não sabe reprimir.

São essas as crianças que hoje entram numa fase da vida que gera uma nova participação e uma nova projecção social.

Desde as primeiras horas do dia 25 de Abril de 1974, a criança foi simbolicamente erguida pelos soldados, enlaçada em cravos e baionetas, ela foi sinal não só do Portugal fraterno, mas do amor que nascia do fascismo destruído.

Ficis às promessas feitas e ao Portugal prometido saudamos as crianças portuguesas, irmanando-as com as crianças de todo o Mundo. O MDP/CDE faz esta saudação na certeza de que os seus militantes com passo firme seguem no caminho da paz e da justiça que para elas foi aberto pelo esforço coordenado de tantos homens. Esse esforço, como tantos outros, noutros campos, foi escarnecido, desprezado e mesmo destruído por governos sem capacidade de acção, sem a inteligência das situações, entrincheirados atrás de más teorias convencionais que aproveitam à sua incompetência, ao seu egoísmo e ao seu medo.

Governos de que o presente é o mais expressivo exemplo. Cada vez mais dissociado da movimentação social, porque está cada vez mais empenhado em resolver as contradições internas do que em servir o País. Cada vez mais virado para si próprio, governa já só pelo exercício especulativo do poder e faz da sua própria angústia e dos seus próprios problemas o problema nacional.

A verdade é que, dissociado do 25 de Abril, não se sente à vontade perante o povo português. Prefere as manifestações partidárias às comemorações nacionais, porque teme que a menor janela aberta varra e desalinhe a ordem retórica em que se esconde.

Mas o 25 de Abril porque se encontra na linha do processo de transformação é hoje, e em cada dia mais, uma janela aberta para o mundo inteiro.

Em cada homem se aprofunda a busca da liberdade, não de uma liberdade formal, mas de uma liberdade existencial marca da nossa época histórica. Nessa busca, o povo português deu à humanidade uma contribuição que nunca mais se poderá apagar. Do processo de descolonização, que partilhámos, nasceram repúblicas livres e soberanas que rejeitaram o neocolonialismo e que, por serem ponte para a velha Europa, são hoje elo importante na libertação do Terceiro Mundo.

Mais uma vez, como acontecera na época dos Descobrimentos, Portugal arranca «novos mundos ao mundo» e dá à luta pelo progresso da humanidade uma desmedida contribuição.

Isto foi possível porque, durante o fascismo, nos irmanámos com os povos de África e fomos capazes de, comunicando as razões da nossa luta e aculturando a luta dos povos irmãos, atingir as raízes da liberdade.

Percorremos um caminho de compreensão e de expressão onde a longa vivência da luta antifascista, sendo nacional, ganhou coordenadas universais.

Em consequência desta riquíssima e complexa experiência humana, fomos capazes de criar, para ainda maior escândalo das forças conservadoras, uma democracia representativa-parlamentar que se não esgota nessa representatividade. Mantendo, pelo contrário, um forte potencial participativo, somos capazes de assegurar o nosso empenhamento, sempre crescente, na libertação existencial do homem.

Nos campos da Reforma Agrária, na organização de cooperativas, na recuperação de baldios, na luta pelo trabalho, pela escola livre e democrática, pela saúde generalizada, pela protecção na doença, pela habitação; na dinâmica criativa de todo o movimento social e das organizações populares, na acção esclarecida, participada e integrada do poder local, o povo português assegura a sua contribuição, na busca da liberdade existencial. Liberdade que não consiste apenas na aquisição da representatividade política, que corre o risco de alienação, mas se exerce e se exercita, na intervenção directa do homem no processo transformador do dia-a-dia.

Nesta luta, nesta busca, neste anseio da liberdade histórica do nosso tempo, o povo português irmana-se com aqueles que hoje melhor e mais cruamente personalizam a libertação: quer na guerrilha corpo a corpo contra a máquina do imperialismo, no Terceiro Mundo, quer no contexto da Europa, eles abrem fendas insanáveis nas muralhas que defendem, o velho mundo conservador e retrógrado. É exemplo o jovem irlandês de 27 anos que se dispõe a morrer não pela sua liberdade, nem sequer pela liberdade dos seus irmãos, mas pela causa mais nobre de obter um título de preso político, para si e para os seus companheiros, título que dignifique a luta do seu povo. Esse mesmo homem acaba de ser eleito deputado pelos seus eleitores, para que assim seja significante não de um grupo de rebeldes, mas de uma força social actuante, capaz de intervir na área do poder político.

Longe do Terceiro Mundo, a liberdade existencial move também o homem, porque o objectivo das liberdades formais não basta hoje àqueles que procuram a justiça e a paz.

Portugal, pelo tipo de luta em que participou e pela condição universalista do seu povo, reencontrou o sentido de comunhão e de expressão de iguais valores culturais que o redimensionou e lhe deu, de novo, a participação histórica que o fascismo lhe negara. Estamos em condições agora de encontrar uma inserção na Europa que tenha como base a força nacional e a projecção universal que parte do próprio esforço criativo, pela eliminação do analfabetismo, pelo aproveitamento das potencialidades, capazes de criarem trabalho e riqueza, pelo conceito humano dos padrões da vida, pelo empenhamento correcto e verdadeiro nas etapas que se colocam ao nosso desenvolvimento, pela capacidade de um pensamento realista e honesto que permita a nossa expressão concertada no contexto das nações.

O actual governo, tal como sucedeu ao anterior, incapaz de assumir esta grandeza de que é simples figurante, opta obcecadamente por uma europeização marginalizada, que já aterrara Eça de Queirós e os seus companheiros.

Dos recentes sonhos através dos emirados árabes, chega-nos pelo telefone noticioso propósitos de medidas correctas e realistas. À distância a lógica impera e aparece claro, por exemplo, que não basta levar na comitiva um honesto e competente Secretário de Estado da Cultura para que nasça um intercâmbio cultural, será urgente criar também, dentro do País, uma estrutura capaz e um clima democrático que o viabilize.

Tudo são sonhos desfeitos à chegada.

Este governo, pelo contexto de contradições em que se afunda, não é só um governo afastado do 25 de Abril, é um governo antiprogressista, contra-revolucionário e a bem curto prazo totalmente antidemocrático.

Vozes do PS: – Muito bem!

Vozes do PSD: – Não apoiado!

A Oradora: – O ano passado foi nosso dever denunciar nesta mesma Assembleia e nesta data comemorativa que a AD escolhera um candidato às eleições presidenciais que se afastava do 25 de Abril, mas que nunca ousaria apresentá-lo como tal, porque o 25 de Abril é já a própria carne do nosso povo.

Assim foi na verdade.

O povo português repudiou vivamente o candidato que o Governo lhe oferecia e foi capaz, ultrapassando divergências ideológicas, de garantir a democracia e manter Portugal nos rumos de Abril. Hoje com grande alegria podemos afirmar que a vitória da democracia nas eleições presidenciais foi indício de uma unidade democrática que abre novos caminhos à revolução portuguesa.

O Sr. Herberto Goulart (MDP/CDE): – Muito bem!

A Oradora: – Pela força fundamental da nossa busca, e da nossa libertação, a unidade antifascista ganha agora novo rosto igualmente firme e decidido, empenhando na tarefa construtiva de dar mais força, mais voz e maior conteúdo aos valores democráticos de construir a democracia.

É assim larga a esperança, que nos abre este novo Abril, porque é larga a esperança na liberdade. Em sete anos de revolução, o nosso povo ainda não deixou de encontrar soluções que lhe permitam, em cada dia, avançar e aprofundar a luta pela libertação. Nessa luta nos irmanamos com os povos que em todo o mundo marcam a vanguarda da história.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP, da UEDES e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso.



O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Comemoramos hoje mais um aniversário do 25 de Abril de 1974.

As crianças que tinham então 10 anos, são hoje jovens que atingem a idade adulta e não têm, senão por ouvir dizer, uma ideia do que foi durante décadas a vida quotidiana em Portugal.

Para nós, para os que vivemos a nossa juventude sob o fascismo, para nós que tivemos vergonha, raiva, medo, dia após dia, hora após hora, viver este dia em cada ano é sentirmo-nos em liberdade, é ter-se acabado a guerra colonial, é serem hoje livres os povos irmãos antes submetidos ao jugo colonial fascista, é, de certo modo, podermos tranquilamente, sem fantasmas e sem polícias à nossa espera em cada esquina, continuar a nossa luta.

Para nós, que combatemos tantas vezes com desespero pela dignidade de homens livres que nos era recusada, viver este dia é a certeza de que valeu a pena, a certeza de que vale a pena continuar, para fazermos do 25 de Abril um dia igual aos outros, fazendo de todos os dias dias iguais ao 25 de Abril.

Vozes da UEDS: – Muito bem!

O Orador: – Mas para essas crianças de 1974 o que lhes demos nós? O que encontram à entrada do seu tempo de adultos?

Elas não sabem o muito que lhes trouxe o 25 de Abril, se não formos capazes de lhes fazer passar a mensagem, se não formos capazes de lhes dizer como podem hoje construir o seu próprio futuro, como podem hoje transformar uma vida, tantas vezes inútil e sem sentido, na aventura plena da conquista diária de si mesmos e da transformação dos valores vazios de ontem, em valores novos que não sejam apenas evasões fictícias de um cativo para outros cativos. Há sete anos o punhado de homens que fizera o 25 de Abril estava colocado já perante o facto inelutável de que o 25 de Abril não era apenas seu. O povo, nas ruas, tomara-o desde logo nas suas próprias mãos.

Nessa participação colectiva se legitimava o 25 de Abril, se afirmava o seu sentido autêntico.

Porque a mensagem do 25 de Abril não é a de um país dividido entre uma classe política, com os seus ritos, a sua liturgia, a liberdade das suas escolhas, a teia de cumplicidades que vai tecendo e a massa imensa dos que, periodicamente, são chamados a dizer cada vez menos aquilo que querem, cada vez mais – e não é exactamente a mesma coisa – aquilo que não querem.

Quando a isso se limitar o 25 de Abril, não haverá razão para que nos admiremos se acaso os jovens de hoje o não assumirem e não viverem.

Eles não julgam o presente em função do passado; não julgam o que somos por aquilo que fomos.

Para eles o 25 de Abril nada será, sendo apenas a negação do que existiu outrora.

O 25 de Abril, só o viverão se for construção do futuro. Só participando nessa construção estaremos com eles.

O 25 de Abril foi a libertação, mas foi também um desafio.

Quando olhamos o caminho percorrido, a distância entre a realidade que se vive e a esperança que se viveu, o menos que se pode exigir de nós é a coragem de assumirmos, a nossa própria crítica e de não nos escondermos por detrás desta ou daquela pretensa «perversão totalitária», que teria desviado o curso dos acontecimentos. A coragem de reconhecermos que nos faltou que faltou aos dirigentes da esquerda portuguesa, após o 25 de Abril, a inteligência de não se considerarem dirigentes e detentores de verdades absolutas; a imaginação para abandonarem os esquemas feitos, as certezas do pronto-a-vestir da política, a audácia de aceitarem e acompanharem as transformações que, um pouco por toda a parte iam sendo tentadas, a humildade de discutirem, sem as pretender impor, as suas verdades parcelares.

Sem dúvida, a democracia representativa é já uma conquista. Não chega, porém, e nela não se esgota a vida democrática de um povo. A vida democrática só existe, de facto, quando cada homem se ultrapassa e vive com os outros uma aventura comum. Não nos felicitemos por isso, beatamente, considerando o nosso dever cumprido porque o País tem instituições e os cidadãos votam. É preciso também, é preciso, sobretudo, que os cidadãos vivam. Que tenham a liberdade de construir a sua vida e de participar em cada momento nas escolhas que condicionam a realidade do seu modo de viver, de participar, em cada momento, na construção dessa realidade.

Foi esse o desafio de Abril. Desafio para o qual se não encontrará resposta na renúncia aos valores fundamentais que a Constituição de 1976 consagrou, nem tão-pouco nas alianças com aqueles que sempre a recusaram ou que apenas tacticamente a aceitaram.

E é tão-só na medida em que saibamos empenhar-nos na resposta a esse desafio, que saberemos trazer o 25 de Abril aos jovens de hoje. Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril foi também uma

mensagem de generosidade e de justiça, um acto de revolta contra um regime iníquo, feito de privilégios, de opressão e arbítrio. Não nos pode, por isso, ser indiferente o contraste entre a generosidade com que a Revolução tratou os seus próprios adversários, os seus inimigos jurados, generosidade que a engrandece, e a intolerância com que, ao longo dos anos foi banindo muitos daqueles que com ela estiveram, por ela lutaram e nela acreditaram, intolerância que a avilta e trai.

Se os cravos, substituindo as baionetas, ficaram como símbolos da generosidade da Revolução, não podemos aceitar que por detrás dos cravos se acoberte a intolerância que discrimina e pune, tantas vezes de forma arbitrária e injusta, os que por ela combateram, ainda quando, porventura, se hajam afastado do que foi, e é, o nosso entendimento de Abril. Aceitá-lo seria negar o seu sentido mais autêntico.

E é por isso que, sem cuidarmos de saber o que deles nos separou ou separa, sem cuidarmos de saber a quem agradamos ou desagradamos, a nossa voz se ergue uma vez mais, hoje e aqui, para exigir que se ponha termo às discriminações de que são vítimas tantos militares de Abril; para exigir que se respeite o que foi a vontade da Assembleia da República, que se respeita a amnistia por ela decretada. Ignorar essa vontade não é, apenas, ofender frontalmente um Órgão de Soberania, expressão democrática da vontade popular, é trair o significado mais profundo do 25 de Abril.

O que se reclama não é um acto de clemência; o que se exige é um acto de justiça. E se a Revolução de Abril foi clemente, ela tem de ser, acima de tudo, justa.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O ano de 1981 marcará uma etapa mais no processo de consolidação do regime democrático.

A transferência dos poderes do Conselho da Revolução para Órgãos de Soberania, directamente legitimados pelo sufrágio popular, terá completado a subordinação institucional das forças armadas ao poder civil.

O Conselho da Revolução, alvo predilecto das forças reaccionárias e conservadoras, não por ser o conselho de uma revolução, mas por ser o conselho de uma revolução democrática, não por ser um conselho de militares, mas por ser um conselho onde guardaram assento alguns militares de Abril, terá

cumprido o mandato que os constituintes de 1976 lhe confiaram.

Te-lo-á cumprido, no essencial, de forma exemplar, deixando-nos instituições democráticas que, sendo uma conquista colectiva, são também obra sua.

Aos conselheiros da Revolução que foram homens do 25 de Abril devemos duplamente a nossa liberdade.

O Sr. António Vitorino (UEDS): – Muito bem!

O Orador: – Pelo contributo que foi o seu no derrube do regime fascista, porque cumpriram a missão, que era a sua, de participarem na consolidação das instituições democráticas.

Essa dupla dívida é de todos nós. Só não a reconhecem os que se não reconhecem na liberdade e na democracia, os que, quando muito, à liberdade e à democracia se vão acomodando e delas se vão servindo para as combaterem e negarem.

Aos capitães de Abril – a todos os capitães de Abril – e aos conselheiros da Revolução, militares de Abril, muito mais do que a nossa homenagem queria aqui deixar a afirmação da nossa solidariedade fraterna, que estou certo é também a de todos os democratas portugueses.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril trouxe-nos a liberdade e, com ela, a certeza de que o povo português tem a disponibilidade, a inteligência e a coragem necessárias para transformar, por si próprio, a sociedade em que vivemos, para construir, por si próprio, uma sociedade diferente, mais justa e mais livre.

Assim saibamos nós ter também a inteligência, a imaginação, e a coragem de nos integrarmos no devir colectivo, sem estultas pretensões de o tutelarmos, em nome do saber, da cultura ou até do sufrágio.

O povo que nas ruas, há sete anos, transformou o golpe militar num movimento popular profundo é capaz, se lhe não balizarem o caminho de falsos preconceitos se o não amarrarem a interesses que não são os seus, esse povo é capaz de construir por si o seu futuro. Sejamos nós também capazes de estar à sua altura.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI, do MDP/CDE e, alguns Srs. Deputados do PSD.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Magalhães Mota.



O Sr. Magalhães Mota (ASDI): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Alguns milhares de cidadãos eleitores tinham pouco mais de 10 anos no 25 de Abril de 1974.

É natural que não o sintam sequer como memória. Mas direi que para ele – e para os mais novos que eles – se dirige essencialmente a celebração que hoje fazemos. Não pelo paternalismo, melhor ou pior disfarçado, de quem pretende moldar os mais novos à sua imagem; não, para empregar a sua fé e o seu entusiasmo; menos ainda, para esmagar a sua força e a sua esperança com o peso da experiência e do «saber acumulado» (entende-se entre aspas) dos mais velhos. Nenhuma destas formas seria modo de respeito.

Creio que só se respeita a juventude quando se lhe permite que seja ela própria. Esse é também o modo de conservar inteira a capacidade própria dos jovens de renovar o mundo. A nossa responsabilidade maior são os nossos filhos. Que são também o maior desafio que em termos de povo e de Nação nos é colocado. Porque a questão que conta é a do mundo que vamos deixar atrás de nós.

Demasiado tempo andámos a falar de heranças recebidas como porta falsa para escaparmos a responsabilidades próprias. Tanto e de tal modo, que é agora possível assistir-se à justificação dos erros – e até dos desvios democráticos –, dizendo-se que outros também os fizeram. Como se fora a imitação dos erros, em particular dos mais veementes denunciados, o ideal a prosseguir e a alcançar. Há quase vinte anos, era o então director-geral da UNESCO que se interrogava: «A rede implacável de penas ancestrais, muralhas sem luz e sem eco de ignorâncias, de incompreensões e de preconceitos, poço de trevas de egoísmos colectivos onde se soçobra sem se dar por isso, circunvalações paralelas repetidas até ao infinito do medo e do ódio, sinistras fortificações de falso realismo que servem de abrigo às crenças abusivas na fatalidade de tudo o que divide o homem, mesmo aquilo que é mais contingente e que faz do próximo um estrangeiro e do outro uma coisa: é esta a herança que estamos dispostos a deixar aos nossos filhos?»

Com a mesma crueza e a mesma frontalidade, também nós havemos de perguntar-nos: é esta a herança que estamos dispostos a deixar?

Esta é a questão que se nos coloca. Que se colocava, também, há sete anos. Por isso para alguns o 25 de Abril é só uma memória. Para outros, uma memória sim, mas que gostariam de apagar. Porque é a memória da coragem que não tiveram até a de se opor, como só agora fazem. Seria tão melhor para alguns esquecer que também vieram para a rua a saudar o 25 de Abril. Como agora negam. Com o mesmo oportunismo de então, prolongado na coerência do oportunismo de agora.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: – Muito bem!

O Orador: – Para outros, ainda, é apenas memória, mas de desencantos e cansaço. De desilusões. De sonhos despertados ou desfeitos pelas brutalidades dos erros, dos desvios, das omissões e adiamentos. Não é para esses que poderei falar. Falo para os que sem negarem erros nem desvios – porque a história faz a história e só os totalitários a julgam poder crescer – sentem o 25 de Abril e, ao mesmo tempo, como memória, como quotidiano e como futuro.

Da memória do dia em que de um dia para o outro tudo foi novo e diferente.

Memória do dia em que acabaram gestos contrafeitos e palavras há muito proibidas.

Dia em que ficámos com os outros, solidários e universais.

Dia de festa.

Dia de regressos e do podermos perceber nesses regressos que não há monopólios de patriotismo ou de ter razão. Mas não só memória. Também quotidiano. Porque demasiado tempo perdemos a carpir sebastianismos e a olhar o passado como se a nossa tarefa fosse dominar quimeras e não construir futuro. A esperança não se funda em mitos. Tem raízes na infelicidade concreta do homem e do seu sonho de felicidade, quando ousarmos encará-los de frente.

Retomado em 25 de Novembro o projecto de liberdade 25 de Abril, foi possível por um funcionamento as instituições democráticas. Não será de mais recordá-lo. Estarmos aqui, todos, numa Assembleia livremente eleita, soberana e livre, poder cada um de nós fazer do 25 de Abril e da história recente de Portugal o seu próprio julgamento, deve-se ao mesmo 25 de Abril, reencontrado em 25 de Novembro.

E também nós poderíamos recordar, quase um século mais tarde, a resposta de Clemenceau aos que acusam os parlamentos de se perderem em «palavreado»: «Já que é preciso dizê-lo, essas discussões que vos espantam são a nossa honra [...], têm os seus inconvenientes, mas mais inconvenientes tem o silêncio. Sim, glória aos países onde se fala, vergonha para os países onde se está calado».

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: – Muito bem!

O Orador: — Nem é inútil a recordação. Porque se é certo que o mecanismo deliberativo conduz a aceitar as decisões maioritárias, da concepção teórica que a fundamenta, resulta que ela não concede nenhum prestígio próprio à maioria.

Não é o peso do número que faz a razão ou a autoridade.

Por isso, o direito da maioria não autoriza a arbitrariedade. «Não há maioria, como não há superioridade material ou intelectual, que possa arrogar-se o direito de passar por cima do direito essencial de uma pessoa que seja».

Como escreveu Burdeau: «A democracia recusa-se a justificar o poder da maioria só pelo efeito de uma operação aritmética. Não é a maioria que dá valor a uma decisão, apenas demonstra esse valor. É porque encerra um debate que a maioria é respeitável: é a discussão que a valoriza».

Entender a maioria como uma força que preexiste ao voto que a revelará, só é possível violentando o espaço de liberdade que é cada um considerando os deputados eleitos por homens livres simples «correias de transmissão».

Democracia é também possibilidade de alternância. Por isso a

oposição não é apenas um valor em si, porque é a prova concreta da liberdade.

Mas a medida em que se pode exercer a sua liberdade é também medida da democraticidade alheia. Hoje, aqui, num dia em que para ser diferente até a televisão nos dá a todos iguais direitos, há um quotidiano 25 de Abril a fazer.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Porque a democracia é exigente. Todos os dias e cada dia se constrói.

Como em Camões, é preciso servir sete anos. E ao fim deles, outros sete. O dia futuro é que nos conta. Só lamentaremos a brevidade da existência. Que longa a tornaríamos se pudéssemos. É como se o prémio aumentasse de valor com o rodar dos anos. Não estamos só a celebrar a data que foi mas também o que é e o que será.

Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS, do PPM e do Sr. Deputado Sanches Osório (CDS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PPM, Sr. Deputado Borges de Carvalho.



O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Eminência Reverendíssima, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Sete anos se completam hoje sobre o golpe militar que derrubou o governo ditatorial da II República e abriu caminho à institucionalização da democracia e à prática das liberdades públicas.

O golpe militar, por um lado, deu azo a que as forças democráticas se fortalecessem, se organizassem e participassem no processo político. Por outro lado, desencadeou tentações totalitárias e de domínio castrense.

A história destes sete anos é, antes de mais, a história da libertação da sociedade pelas suas próprias mãos através dos cidadãos e das suas organizações políticas, autárquicas e cívicas. Não é a história dos líderes políticos ou das figuras mais ou menos em destaque no processo. É a história de todo um povo, das suas comunidades vivas e plurais, da sua vontade de ser livre.

É com uma profundamente sentida palavra de homenagem ao povo português que iniciamos a nossa intervenção neste sétimo aniversário do golpe libertador do 25 de Abril.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os Portugueses não se libertaram só da tirania do Estado Novo: libertaram-se também das forças que a ela, pouco mais tarde, quiseram voltar; e libertaram-se ainda da corrupção totalitária de origem política e militar que quase se assenhoreou do poder em 1975.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Através do processo democrático, de eleições livres, souberam os Portugueses, após um período de mais ou menos conturbada vida política, encontrar, a partir de 1979, uma maioria que lhes proporciona condições de estabilidade e coerência governativa. Souberam escolher o caminho dos valores democráticos e pluralistas apesar do permanente confronto com o crime contra a inteligência e a cultura que consiste no monopolismo ideológico,

no servilismo de cartilha e no *slogan* demagógico massacrantemente repetido.

A marcha dos Portugueses para maiores níveis de liberdade, de realização democrática, de progresso e de justiça social está, porém, longe ainda dos seus objectivos e terá de ser continuada com firmeza e serenidade. É por isso que assume transcendente importância o facto de ser hoje e aqui que a Aliança Democrática apresenta a esta Câmara o seu projecto de revisão constitucional. Porque esse projecto, o projecto do consenso da maioria, largamente capaz de concitar consensos mais vastos, é um projecto a cuja elaboração presidiram as preocupações da liberdade, da justiça e do progresso.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Projecto que liberta a sociedade civil da tutela militar, que reforça os poderes desta Câmara como único Órgão de Soberania que representa, de direito e de facto, todos os portugueses, que abre caminhos ao reforço da autonomia dos arquipélagos e ao alargamento das competências das autarquias locais, que inicia o caminho da libertação dos vindouros para alterarem o texto constitucional sempre que a opinião política do eleitorado para tal apontar, que acaba com a consagração constitucional das ideologias obrigatórias, que constitui, afinal, o documento base para que, do trabalho desta Câmara, venha a sair a Constituição da harmonia e da convivência, uma Constituição da liberdade, uma Constituição que se aproxime daquela de que os Portugueses, a nosso ver, são merecedores.

Com a apresentação deste documento, hoje e aqui, dá a Aliança Democrática mais uma vez ao País a prova cabal de que cumpre as suas promessas e de que é possível a forças políticas diferentes encontrarem-se na plataforma comum do serviço de Portugal.

Para o PPM, porém, só o rei é independente, só o rei é sereno. Por isso que, no plano político, o PPM não possa deixar-se dessolidarizar da manutenção constitucional da chefia do Estado republicana. O PPM, reafirma neste dia a sua posição de Partido Monárquico, e chama mais uma vez a atenção dos Portugueses para o alto exemplo das monarquias europeias, com uma palavra muito especial de admiração e de respeito, que neste momento é justa e devida ao papel da monarquia espanhola na defesa da democracia e da integridade da nação vizinha.

Senhores, as últimas décadas do 2º milénio colocam a Humanidade perante questões que põem à prova a própria capacidade de resistência da espécie e lançam terríveis desafios à sua inteligência e ao seu bom senso.

A escassez de alimentos, a questão energética, a crescente influência dos meios tecnológicos de massificação, colocam a Humanidade em geral e os Portugueses em particular perante

perguntas cuja resposta não é fácil, mas tem de ser corajosa e inteligente. Sobreviver como?

Como preservar a liberdade e a diversidade dos homens e das comunidades?

Não é sem razão que se afirma que a década de 80 será a década da agricultura, não só como sector económico, mas também como alicerce da ruralidade. Ruralidade que é cultura e humanização de todo o território e que não é compatível com as formas mais extremas e degradantes de exploração das potencialidades naturais. Estas não atendem a duas das premissas fundamentais do desenvolvimento: a realização do homem e da sociedade através de uma melhoria constante da qualidade de vida e a valorização do território, com vista a garantir a vida das gerações futuras.

Uma política energética assente na descentralização e multiplicação das fontes de energia, no correcto dimensionamento da produção e da distribuição, na racional gestão do consumo, política que não obriga necessariamente à opção nuclear, antes apontando para energias alternativas renováveis; uma agricultura diversificada, estendida equilibradamente por todo o território, uma multiplicação de actividades diferenciadas, aliadas ao progresso comunitário de toda a nação são as bases fundamentais da sociedade do futuro próximo e a condição *sine qua non* de uma regionalização autêntica. A regionalização não assenta exclusivamente em parâmetros económicos ou administrativos, antes se funda na cultura própria de cada comunidade.

Para além da liberdade, da democracia, da fraternidade e da igualdade perante a lei, para além da justiça social, há que promover, num quadro cultural, uma política de desenvolvimento de que beneficiem todos os portugueses de todas as regiões.

Estabilizada a vida política, aberta e consolidada a via democrática, equacionada a problemática económica, realizadas estarão as condições que nos permitam entrar numa fase de desenvolvimento autêntico, harmonioso e com condições de perenidade e continuidade.

É por estes objectivos que nos batemos e que a Aliança Democrática se bate.

É a sua prossecução que a Aliança Democrática se obrigou. Objectivos que, cumpridos que sejam durante esta legislatura, se projectam para além de 1984 e implicam a necessidade de pensar a continuidade da sua realização com a adesão e o apoio dos eleitores portugueses.

Senhores, o 25 de Abril é festa da democracia, festa em que, na diversidade e oposição de opiniões, está presente, ou deve estar, a preocupação unânime da defesa da liberdade.

É por isso que não são, para nós, toleráveis, muito menos neste dia, as tentativas de apropriação de um qualquer hipotético «espírito do 25 de Abril», a comemoração não pluralista mas facciosa da data, o divisionismo em vez da unidade, a exploração com fins frentistas, em lugar da festa de todos os portugueses.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – E não podemos deixar de realçar, com desgosto e repulsa, a afronta que consiste em não terem sido condecorados, no Dia da Liberdade, homens como Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

Senhores, por força da vontade do seu povo, Portugal vencerá o grande desafio do futuro, alicerçado nas tradições de liberdade e independência que a sua história encerra.

Cumpre-nos ser responsáveis por uma pequena parte dessa história.

E a melhor maneira de comemorar o 25 de Abril é procurarmos ser dignos dela.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português, Sr. Deputado Octávio Pato.



O Sr. Octávio Pato (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: As comemorações populares que hoje assinalam em todo o País o 7º aniversário da Revolução libertadora do 25 de Abril, são a confirmação do significado histórico daquela data na vida do povo e da Pátria, e uma clara expressão da determinação popular em prosseguir o caminho aberto em 25 de Abril.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Celebrando o 7º aniversário do 25 de Abril, o povo português celebra a conquista das liberdades, as nacionalizações e a Reforma Agrária, o fim da guerra, a paz e a contribuição para a independência dos povos sujeitos ao colonialismo português. Celebra a construção de um regime democrático em que as liberdades democráticas são indissociáveis de uma economia libertada dos monopólios e latifúndios.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Um tal balanço justifica que renovemos aqui a homenagem devida a todos os que na resistência ao fascismo criaram, com os seus sacrifícios e a sua luta, as condições para a vitória do 25 de Abril; que renovemos aqui uma vibrante homenagem aos heróicos «capitães de Abril» e a todos os militares que se identificaram com os ideais democráticos;...

Aplausos da PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PS.

Que saudemos aqui todos os portugueses e portuguesas que depois de 1974, numa epopeia prolongada e difícil, trabalharam e lutaram para que o 25 de Abril continue a brilhar na realidade portuguesa. O 7º aniversário do 25 de Abril ocorre num momento marcado pelo obstinado prosseguimento de uma intensa ofensiva das forças reacçãoárias.

O governo da «AD» combate e nega o 25 de Abril procurando restaurar o poder do grande capital e dos agrários, atacando o sector nacionalizado e prosseguindo a destruição criminosa da Reforma Agrária, lançando os pequenos e médios agricultores numa situação aflitiva, agravando as condições de vida da população, aumentando os preços, reforçando a exploração e a repressão nas empresas, resistindo aos aumentos de salários dos trabalhadores, restabelecendo princípios elitistas na educação, dificultando o acesso à saúde, manipulando a comunicação social, sacrificando a soberania, a dignidade, a segurança e a independência nacionais no altar da guerra fria e do belicismo, ao serviço aviltante do imperialismo.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): – Muito bem!

O Orador: – Para que possam afogar o Portugal de Abril na vaga restauracionista faltam à reacção o domínio dos outros órgãos de soberania, o controle partidário das forças armadas através da sua governamentalização, uma Constituição, um Estado e um regime adequados para o esmagamento da resistência popular e da luta democrática. Não nos iludamos. Para isso trabalham, esse é o plano subversivo que procuram refazer em torno do seu continuado propósito de obter a revisão inconstitucional da Constituição de Abril. Quando ministros ou deputados da «AD» defendem «entregar a terra a quem sempre a teve»; ou quando afirmam que «quem quer saúde, paga-a»; ou quando se insulta na televisão os trabalhadores da função pública e se proclama aos grandes empresários, ser «necessário banir o vírus da democracia»; ou ainda se declara que «a democracia é boa para os países do Norte, mas não para os países latinos», todas estas palavras e os actos que lhe correspondem indicam de forma insofismável que tais pessoas, tais Ministros e um tal governo nada têm a ver com o Portugal de Abril.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes do PSD: – Não apoiado!

O Orador: – Uma tal política está suscitando um amplo descontentamento popular. Crescem as lutas dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas em defesa dos seus direitos e das suas condições de vida e de trabalho. O combate à política de desastre e ruína nacional do actual governo e a luta em defesa das conquistas da Revolução dão um novo e grandioso testemunho da vitalidade das ideias do 25 de Abril.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): – Muito bem!

O Orador: – Da política do Governo e da resposta popular

ressalta com extrema clareza uma grande lição: é que sem os trabalhadores e contra os trabalhadores, contra as novas realidades do Portugal de Abril, pode-se realizar uma política de destruição e de agravamento, dos problemas nacionais, mas não se pode dar solução positiva às grandes questões que afectam a vida do povo e do País.

Vozes da PCP: – Muito bem!

O Orador: – Do conflito que está alastrando entre as aspirações da maioria da população e a política do governo «AD», este, por muito que proclame, sem qualquer fundamento, que ganhou o direito de governar quatro anos, tem, além de outras, uma desvantagem que só por si caracteriza a sua precariedade: é que o Governo não pode demitir o povo e as instituições democráticas nem inventar outras à medida da sua vontade. Mas o povo e as instituições democráticas podem seguramente demitir o Governo e conduzir à formação de outro governo que corresponda à sua vontade e aspirações.

Aplausos do PCP.

Compreende-se que as forças reaccionárias reclamem tempo para poderem liquidar as grandes transformações democráticas, para reconstituir o poder e os privilégios do grande capital, para enfraquecer e enterrar o regime democrático. Mas o que já não se pode compreender é que possa haver sectores democráticos que pareçam dispostos a conceder esse tempo à reacção e a empenharem-se na defesa do governo e da sua política.

Vozes do PCP: – Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: – A defesa do 25 de Abril, a salvaguarda das suas conquistas, colocam com particular premência a necessidade da

cooperação, do entendimento e da unidade das forças da liberdade, da democracia e do progresso social.

A experiência nacional mostra bem que a divisão dos democratas só favorece a reacção e mostra também que, pelo contrário, a unidade dos democratas é inseparável dos grandes passos e progressos nacionais no caminho da liberdade e da democracia.

Aplausos do PCP.

Num momento recente, do qual não pode estar esquecido nem o dramatismo da batalha nem a sinistra ameaça que pairou sobre a democracia, foi indiscutivelmente a ampla convergência da acção política de forças, correntes e personalidades democráticas muito diversas que impediu a radical subversão do regime democrático. Contra a opinião daqueles que, fora da «AD», se empenham em denegrir a convergência dos democratas verificado em 7 de Dezembro, lembramos pura e simplesmente os factos e os resultados: unidos, os democratas asseguraram uma estrondosa derrota da reacção e uma relevante vitória da democracia.

Aplausos do PCP.

A consolidação e desenvolvimento da aproximação e da acção comum entre as diversas forças e correntes democráticas é o único caminho que pode proporcionar novas vitórias democráticas, a bem da liberdade, do 25 de Abril, das aspirações do povo português e dos interesses de Portugal.

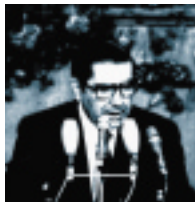
O 25 de Abril continua vivo na realidade portuguesa. O seu futuro está nas mãos de todos os democratas e patriotas. O 25 de Abril vive e viverá!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social, Sr. Deputado Mário Gaioso.



O Sr. Mário Gaioso (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Celebramos hoje mais um aniversário do 25 de Abril, que foi, acima de tudo, o reencontro de Portugal com a democracia.

Comemorá-lo nesta Assembleia, perante os legítimos representantes do povo português, revela, só por si, que a Revolução de Abril triunfou, pois apenas em regimes democráticos existem parlamentos livres.

A liberdade é direito fundamental de todo o ser humano e condição básica da sua dignificação. Por isso valeu a pena conquistá-la, apesar do muito que muitos sofreram no decurso do processo revolucionário.

Há quem pretenda avocar os méritos e os louros da Revolução de Abril. Mas a verdade é que uns e outros cabem, por direito próprio e em exclusivo, às forças armadas e ao povo português, de que ninguém deve nem pode apropriar-se, porque ambos constituem património inalienável de Portugal inteiro.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Hoje, como, de resto, desde sempre, o 25 de Abril é celebrado por formas e razões diferentes – uns nele festejam e relevam, essencialmente, o 11 de Março; outros o comemoram nele dando prevalência ao 25 de Novembro. Há também alguns que, por gostarem de festas, não faltam a nenhuma ...

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

Este desentendimento acerca do 25 de Abril não é recente, antes existe desde os primórdios da Revolução.

Com efeito, debaixo de uma aparente coincidência de propósitos e de ideias, entre os que planearam e executaram o 25 de Abril sempre houve contradições insanáveis.

Uns pretendiam instituir no País uma democracia pluralista; outros visavam a implantação sub-reptícia de uma república popular. Aqueles pensavam deixar ao povo português a escolha do seu próprio destino; estes propunham-se impor-lhe uma nova e mais opressiva servidão.

Uma voz do PS: – Não apoiado!

O Orador: – Os primeiros só se preocupavam com Portugal e com os Portugueses; os segundos sobrepunham a tudo a sua ideologia.

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – Enfim, uns eram democratas, outros falavam de democracia ...

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Com estas divergências de base, era inevitável o que veio a acontecer.

Pouco tempo após o 25 de Abril tomou a liderança do processo revolucionário o grupo progressista, subtilmente manipulado pelo único partido na altura estruturado.

Entrou-se então numa 2ª fase do processo, enxertada no 25 de Abril, mas sem ter nada que ver com ele.

Identifica-se esta outra revolução com o 11 de Março, caracteriza-a um caminhar apressado e tumultuoso em direcção a um totalitarismo e desenvolve-se através de violências e atropelos de toda a ordem.

Foi o período em que nada se respeitava, nem os próprios partidos democráticos, e em que tudo se procurava destruir, inclusive a história pátria.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Foi o período da descolonização nada exemplar, da demolição sistemática de todos os suportes da nossa economia, do caos social e da desagregação da instituição militar.

Foi o período em que se destruíram sedes de partidos, se vilipendiaram dirigentes e se perseguiram militantes. E tudo isso somente porque os partidos, e nomeadamente o CDS, tiveram coragem e, sabendo-se com a força da razão, nunca se vergaram à razão da força.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Estivemos a um passo de uma nova ditadura e à beira de uma guerra civil, porque, entretanto, o povo português e os partidos democráticos reagiram corajosa e firmemente contra a onda de progressismo irresponsável que assolou o País.

Evitaram esse confronto as forças armadas, com a sua intervenção em 25 de Novembro. Porque e para que intervieram disse-o o Presidente da República aqui e na sessão de 1980. Por oportuno, recorde citando-o:

Sendo o 25 de Novembro a reafirmação de democracia pluralista nas palavras e nos actos, é também a recusa do militarismo e a resposta firme àqueles que, esquecidos do que combatiam, se assemelhavam, no entanto da vitória, aos seus adversários, na vontade totalitária da opressão e destruição.

Estas palavras correspondem ao verdadeiro espírito do 25 de Abril e confirmam os desvios que nele houve, os excessos que se cometeram e a existência dos grupos anteriormente referidos.

Com o 25 de Novembro, regressa o 25 de Abril à sua pureza originária.

Com o 25 de Novembro, completa-se e esgota-se a Revolução de Abril, com a clara vitória das forças democráticas, que sempre a apoiaram, e a derrota das forças não democráticas, que nela se introduziram e só a prejudicaram.

Por tudo isto, compreende-se que a esquerda não democrática festeje realmente no 25 de Abril o 11 de Março. E compreende-se que da primeira daquelas datas se pretenda apropriar para, e com o seu característico «folclore», dela apagar e nela fazer esquecer a sua própria derrota.

Quanto ao CDS, no 25 de Abril vê a dupla libertação de Portugal: à partida, de um velho regime ditatorial; depois, com o 25 de Novembro, de uma nova ditadura de sinal contrário. Neste entendimento, hoje e sempre o CDS festejará o 25 de Abril.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: A Revolução de Abril triunfou, já o dissemos e com isso nos congratulamos.

Mas a proposta apresentada ao povo português está ainda, em larga medida, por concretizar.

É certo que, no aspecto político, as instituições democráticas estão a funcionar normalmente, que no sector económico, nomeadamente em 1980, se fizeram progressos, conseguindo-se, pela primeira vez desde o 25 de Abril, reduzir a inflação a valores aceitáveis e aumentar o efectivo poder de compra dos Portugueses, que no domínio social se alcançaram também algumas melhorias, em especial no âmbito da segurança social e da defesa da família.

É verdade que hoje e no nosso país, os cidadãos têm garantida a sua participação activa na vida comunitária – já dispõem de voz e são ouvidos, já existem mecanismos legais que os protegem contra quaisquer arbitrariedades, já se exercitam direitos ainda há pouco ignorados ou proibidos.

Tudo isto, se é positivo, até pelas dificuldades enfrentadas, continua a ser insuficiente.

Por outro lado, há forças políticas apostadas na desestabilização, que não olham a meios para atingirem os seus fins. A elas convirá recordar as palavras que aqui proferiu o Presidente da República na sessão de 1977. Cito:

Não se pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis.

Vozes do CDS – Muito bem!

O Orador: – Assim, há que prosseguir e acelerar a concretização das promessas de Abril, redobrando esforços e corrigindo erros. O 25 de Abril, muito mais do que passado ou presente, é e tem de ser o futuro.

Aproximamo-nos de um novo século, e nele se pensa num Portugal renovado, em que o bem estar dos Portugueses seja, não privilégio de alguns, mas direito ao alcance de todos.

Para tanto é importante e prioritário defender a liberdade e a democracia, promover o desenvolvimento geral do País e realizar uma maior justiça social.

Almeida Garrett escreveu um dia, e cito:

Em dois grandes escolhos se perde a liberdade: na tibieza com que se defende ou na demasia que dela se goza – evitemos um e outro.

A experiência vivida recentemente evidencia a justeza destas palavras e a necessidade de um equilíbrio que nem sempre existiu. Se todo o homem é livre e pode ter as ideias que quiser, a sociedade possui, mais do que o direito, a obrigação de defender os valores em que acredita e de respeitar a vontade da maioria dos elementos que a integram.

Defender a democracia implica não pactuar com saudosismos, sejam eles do 24 de Abril ou do 11 de Março, mas exige também que se criem condições para que cada um e todos desejem sinceramente ultrapassar o nosso último meio século de história e queiram esquecer agravos, serenar paixões e curar as feridas que dele persistem.

Defender a democracia obriga ainda a dar o passo que falta para que a gozemos na sua plenitude – rever a Constituição, transformando-a de pomo de discórdia, em traço de união, entre todos os democratas portugueses.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Esperamos que os democratas desta Assembleia, com a noção das suas responsabilidades e a abertura de espírito que se lhes reconhece, consigam o consenso indispensável à democratização plena do regime.

Outro objectivo a prosseguir será o desenvolvimento económico, que passa pela definição do modelo a adoptar e pela modernização do aparelho produtivo, sem o qual não alcançaremos rapidamente a tão necessária melhoria das condições de vida do povo português.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Finalmente, uma política de autêntica justiça social é imperativo da consciência de cada um e garantia da permanência dos ideais de Abril. A luta contra as desigualdades, a eliminação das discriminações e o combate à pobreza, à indigência e à miséria constituem um desafio que devemos aceitar e temos de vencer. Desta vitória depende, em larga medida, a construção de um futuro melhor para os Portugueses.

Desta vitória depende, em grande parte, o Portugal mais justo, mais fraterno e mais livre que todos queremos e havemos de ser.

Confiamos no futuro.

Confiamos na liberdade e na democracia.

Confiamos em Portugal.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Sr. Deputado Salgado Zenha.



O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Comemorar o 7º aniversário da Revolução de 25 de Abril é para nós, socialistas, sobretudo um acto de fé e de esperança. Já muitos têm tendência para esquecer o que foi a vida melancólica, estagnada e angustiada dos Portugueses durante os longos anos da ditadura. O 25 de Abril rompeu com a noite do passado e inaugurou um período de claridade e de progresso, embora entrecortado por dúvidas, entrechoques e até convulsões. Mas todas essas crises de crescimento e consolidação da democracia se resolveram sob o signo da paz cívica. Já se tem salientado que a Revolução dos Cravos foi a revolução mais pacífica do Mundo. E é exacto. Mas poucas vezes se tem destacado que Portugal é neste momento uma das poucas democracias da Europa do Sul onde não existe a violência política generalizada. E nem se diga que esse capital da nossa jovem democracia se deve à tradicional suavidade dos nossos costumes. Nada de mais longe da verdade. Os últimos anos da monarquia caracterizaram-se por uma repressão desapiedada dos chamados "crimes anarquistas", nomeadamente através da famigerada Lei de 13 de Fevereiro de 1896...

Vozes do PPM: — Não apoiado!

O Orador: — ... tão duramente fustigada pela propaganda republicana. A República, essa, então teve de se haver com uma vaga de atentados bombistas, sobretudo depois do fim da I Grande Guerra, que não foi capaz de debelar. Esse surto do que então se chamavam os "crimes sociais" contribuiu de forma decisiva para o sucesso do golpe militar fascista de 28 de Maio de 1926. Quando nesta data fatídica um grupo de militares reaccionários se sublevou contra o regime democrático por entre o cansaço de uma população flagelada pela inflação, a insegurança pessoal e a inquietude política, quase ninguém em Portugal teve a consciência de que esse grupo de coronéis obscuros, cujo nome a história mal regista, que recrutara à última da hora para a conspiração o nome prestigiado de Gomes da Costa, iria inaugurar a ditadura mais longa da Europa Ocidental, dado que pouco lhe faltou para atingir o meio século. Gomes da Costa foi deportado para os Açores alguns meses depois, mas a ditadura, essa, foi-se

afirmando, de modo a cobrir rapidamente com a sua sombra opaca todo o País, sem excepção. Eis a lição a extrair do que nos aconteceu: sabe-se sempre quando uma ditadura começa, nunca se sabe quando ela acaba. O sol da liberdade acabou por despontar de novo graças ao 25 de Abril, mas apenas depois de uma longa noite de quase meio século, em que a liberdade e a esperança de um povo jazeram sepultadas sob a opressão e o desprezo de uma oligarquia.

Recuperámos a liberdade e a dignidade, mas não se diga que são de pouca monta os problemas com que ainda nos debatemos. Bastará lembrar que, tomando apenas como termos de comparação a Espanha e a Itália a capitação do nosso rendimento é de cerca de 50 % da desses países, o que bem mostra o fosso extraordinário que nos separa mesmo dos nossos vizinhos mais próximos, a todos os títulos.

A este crónico atraso económico e cultural juntam-se outros problemas de todos conhecidos, dos quais os mais sentidos são, indiscutivelmente, a alta acelerada do custo de vida, a elevada taxa de desemprego e o avultado défice externo.

Há uma longa tradição dos Portugueses para conquistarem o seu lugar ao sol através da emigração. Primeiro, o Brasil, depois, a África ex-portuguesa e, finalmente, a Europa serviram de refúgio àqueles que não conseguiam encontrar na sua pátria o lugar a que tinham direito.

Hoje em dia, porém, essa porta de saída estreita-se cada vez mais. E será utópico pensar que a nossa adesão à CEE, em data ainda um tanto ou quanto incerta, nos irá reentregar a chave perdida da porta almejada.

A crise mundial é hoje um facto, uma realidade, com tendência para se agravar cada vez mais nestes anos mais próximos. Não interessará dissertar sobre as suas origens. Bastará apenas acentuar este facto. Nenhum estadista, nenhum economista, nenhum cientista, foi capaz ainda de apontar o caminho que nos leve mesmo que apenas ao princípio da inversão do movimento compressivo da crise. (E, no entanto, não há crise sem saída para um povo decidido a enfrentá-la e a vencê-la!)

Vários cavaleiros do *Apocalypse* percorrem e assustam agora o Mundo: fome, miséria, desemprego, guerra, corrida aos armamentos, armas nucleares. É também um factor de graves preocupações a instabilidade internacional de um mundo dividido em zonas de influência, cujos limites são permanentemente contestados por dentro e por fora, através de conflitos pontuais por detrás dos quais raro se não descortinam as grandes potências, atentas, se não interventoras. E que dizer do Terceiro Mundo, o qual se poderá chamar sem receio o pecado mortal do século XX? Bastará dizer-lhe que serão bem-aventurados no céu os que têm fome e sede de justiça? É evidente que os humilhados e os ofendidos reclamam algo de mais concreto, e aí daqueles que procuram

abrigar-se no egoísmo da sua lareira para deste modo fingirem ignorar as labaredas de desespero que incendeiam o Terceiro Mundo! Assim como aquele que nos incertos dias de hoje queira reduzir a política a um capítulo da arte do espectáculo mais cedo ou mais tarde soçobrará no verbalismo inoperante, assim também o egoísmo daqueles que teimem em ver as grandes correntes de fundo da nossa época como algo de que nos poderemos isolar, convertendo Portugal numa espécie de república das Berlengas, só poderá arrastar o nosso país para o mísero destino a que nos conduziu D. João III, com a sua política mesquinha da contra-reforma e que tempos depois nos custou a perda da independência. Num belo livro Ramalho Ortigão estabelece o paralelo entre a Holanda livre em rebelião vitoriosa contra o domínio castelhano, que pretendia impor às suas consciências livres a polícia política da inquisição, e o Portugal da mesma época, que, sufocado pelo obscurantismo e pela repressão inquisitorial, não foi capaz de resistir à ocupação espanhola, apesar de possuir muito mais recursos humanos e materiais. Faltou-lhe apenas a determinação de lutar e vencer, conjugando as suas energias em torno de um ideal de liberdade, de justiça social e de solidariedade nacional. Solidariedade, belo termo que nos é recordado por todo um povo hoje unido em defesa das suas liberdades e da sua identidade nacional, em busca de uma maior justiça social.

Nesta era de mudança, em que tudo se modifica e transforma a um ritmo desconhecido, a Revolução do 25 de Abril deu-nos um capital enorme de vantagem. Somos mais pobres do que outros, mas estamos mais seguros do nosso desejo de liberdade, de justiça social e de solidariedade nacional, tão bem concretizado nos ideais do 25 de Abril. Não há que nos carpirmos das dificuldades da hora presente.

A questão fundamental é a de optar entre o lamento esterilizante e a decisão de enfrentar a tormenta. Não nos devemos queixar de vivermos em tempo de incerteza e crise; devemos antes estar reconhecidos por em momentos de agrura nos ser dada a possibilidade de nos encontrarmos ao lado do nosso povo para enfrentarmos e vencermos o desafio.

É por isso que nós, socialistas, somos fiéis aos ideais do 25 de Abril, tão belamente concretizados na nossa Constituição, para a qual muito nos honramos de ter dado uma importante contribuição. Na necessária revisão constitucional que se aproxima ser-lhe-emos fiéis, opondo-nos a que a nossa lei fundamental possa ser desvirtuada através da banalização despeitada ou qualquer outro stratagem. Vivemos durante quarenta e um anos sob a fécula da antidemocrática Constituição de 1933. Pois aqueles que nunca a criticaram e antes muitas vezes a louvaram, aninhando-se à sombra de sua injustiça, são aqueles que mais hoje vociferam contra os ideais do 25 de Abril consubstanciados na nossa Constituição actual.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – As recentes eleições presidenciais de 7 de Dezembro deram-nos mais um exemplo de como um povo, afirmando-se, pode vencer, salvaguardando a liberdade e a sua identidade democrática. Contra aqueles que pretendiam atrasar os ponteiros do relógio para antes de 25 de Abril todo um povo se ergueu, exigindo que o regime constitucional de 25 de Abril se mantivesse, perdurasse e consolidasse.

Nós, socialistas, popularizámos em 1975 a seguinte palavra de ordem: «É preciso respeitar a vontade popular!» Pretendia-se então deturpar os resultados eleitorais através de interpretações sofisticadas e destituídas de fundamento. Pois bem, também em 7 de Dezembro de 1980 todo um povo disse não àqueles que pretendiam uma revisão constitucional com violação das regras constitucionais; todo um povo também reelegeu um Presidente da República com o voto explícito de que este deveria usufruir dos mesmos poderes presidenciais do seu mandato anterior, pois só assim poderá exercer a sua missão de garante da democracia. Nós, socialistas, repetimos em 1981 o que proclamámos em 1975: «É preciso respeitar a vontade popular!» E estamos certos de que a vontade popular será respeitada.

A democracia pluralista que somos assenta na tolerância e no respeito pelos outros. Mas o respeito pelos outros começa pelo respeito por nós próprios. E o respeito por nós próprios implica a obediência aos imperativos da vontade popular, que é a regra de base de toda a democracia. Democracia que terá de ser defendida por meio de uma eterna vigilância (a Espanha não está tão longe que se possam desprezar as lições que encerram os acontecimentos lá sobrevividos). Eterna vigilância que nos ensina que, em política, a coragem é, essencialmente, uma longa persistência e uma amorosa fidelidade a um ideal.

Não pode haver democracia sem equilíbrio entre os vários poderes do Estado e Órgãos de Soberania. Como também não pode haver democracia se se não reconhece que toda a maioria é transitória e que todos deverão rejeitar a institucionalização em definitiva de uma maioria conjuntural através de remodelações artificiosas da Lei Eleitoral.

Para além do reconhecimento formal da legitimidade dos órgãos de soberania, é necessário também que estes possuam as condições necessárias para exercerem a sua actividade normal. É particularmente chocante a inexistência dos mais elementares meios de trabalho na Assembleia da República, onde um deputado se movimenta numa tal carência de espaço e de meios que o colocam – neste aspecto – numa situação inferior à de um simples amanuense, pois que o amanuense ainda tem um lugar onde se pode sentar, ao passo que aos deputados – na generalidade dos casos –, além do hemiciclo, só restam os corredores.

Não há na Europa parlamento tão indigente em meios de trabalho ...

Estamos, porém, certos de que a democracia em Portugal se consolidará e desenvolverá. Renasceu com o 25 de Abril. E cada vez mais se fortalecerá, acarinhando e engrandecendo os ideais do 25 de Abril. Permito-me saudar nos Srs. Conselheiros da Revolução aqui presentes os militares de Abril. E saúdo também, nas pessoas de todos os

deputados aqui presentes, sem excepção, o povo de Portugal em liberdade, que todos nós servimos para o tornar maior e melhor.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDES, de alguns deputados do PCP e dos Srs. Deputados Amadeu Santos (PSD) e Sanches Osório (CDS).

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata, Sr. Deputado Pedro Roseta.



O Sr. Pedro Roseta (PSD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Srs. Membros do Governo, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidentes das Assembleias Regionais, Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O Partido Social-Democrata associa-se, pela minha voz, como maior partido português à comemoração do 7º aniversário do 25 de Abril, que hoje nos reúne aqui.

Pondo termo a uma guerra sem saída, que impunha pesados sacrifícios aos Portugueses, acabando com uma ditadura violadora dos direitos fundamentais da pessoa humana, que nos fechava as portas da Europa, nos coarctava os contactos com tantos povos do Mundo e mantinha entre nós uma sociedade injusta, eivada de gritantes desigualdades, o movimento libertador de há sete anos permitiu o restabelecimento da democracia, da única legitimidade verdadeira, a que decorre do sufrágio universal, directo e secreto, e a devolução da soberania ao seu detentor único, o povo português.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Ao contrário do que parece suceder com outros, a nós impõe-se nos fazer justiça a todos os que, por qualquer forma, contribuíram para o triunfo da liberdade. Orgulhamo-nos de que muitos deles estejam hoje nas fileiras do PSD, alguns aqui mesmo sentados na sua bancada. Mas prestamos sobretudo a devida homenagem àquele que foi o seu fundador e presidente, tragicamente desaparecido há poucos meses, Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Recordamos o seu constante combate pela democracia, pelos direitos do homem, pela justiça social, e a sua luta, plena de coragem e dignidade, contra a opressão que esmagava os Portugueses. Nós, no PSD, não podemos consentir que quaisquer forças ou individualidades não democráticas se reivindicem agora da sua obra ou do seu pensamento, pois contra todas elas,

primeiro de direita e depois de esquerda, ele toda a vida se levantou vigorosamente.

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns Srs. Deputados do CDS.

Não podemos também calar a nossa indignação por não ter sido concedida, por invocadas razões processuais, a Ordem da Liberdade, proposta pelo Governo para Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia.

Mas, se ela foi formalmente recusada, isso não impede o mais importante: é que esses três portugueses figuram já no coração dos nossos compatriotas, como grandes lutadores pela liberdade e por Portugal até à morte.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Milhões de portugueses já lhes conferiram aquela que para nós é a verdadeira Ordem da Liberdade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que o 25 de Abril pertence aos democratas e ao povo, aos que, na verdade, querem a liberdade e a respeitam como bem do qual ninguém pode ser privado. A homenagem maior é devida, no entanto, a esse povo de Portugal, que, sem violências que noutras latitudes se teriam certamente verificado, soube sacudir os terríveis jugos que, antes e depois de 25 de Abril, velhos e novos tiranos lhe quiseram impor.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Ele não consentirá jamais, agora, que a festa da liberdade seja apropriada pelos que são os verdadeiros inimigos da liberdade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Há quem queira transformar o 25 de Abril num ritual, num conjunto de palavras que se repetem a horas certas ou num pretexto para ganhos político-partidários ilegítimos, conseguidos à custa de pressões de rua, à margem do sufrágio popular. Para isso, arregimentam grupúsculos inconsistentes e quase inexistentes e os já muito conhecidos «companheiros de jornada» para dar uma réstia de credibilidade pretensamente unitária ao seu frentismo antidemocrático. Mas os Portugueses sentiram na sua carne em 1975 o terror e a violação de todos e cada um dos direitos do homem, levados a cabo pelo Partido Comunista, sabem que a sua ideologia esmaga e destrói o pluralismo e a liberdade.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Viram que não são os que enchem a boca falando nos trabalhadores que defendem o seu bem-estar, antes pelo contrário, vêm o que é a prática totalitária e opressora dos seus congéneres que conseguiram subir ao Poder em alguns países.

A Sr.^a **Zita Seabra** (PCP): – E S. Nicolau?

O Orador: – Tenha calma, Sr.^a Deputada... Ainda não chegámos à Sibéria!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O oportunismo e hipocrisia desta força política é tal que a sua colagem é um perigo real para o 25 de Abril,...

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – ... pois dele pode afastar muitos, enojados com a sua duplicidade e a sua desvergonha.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Mas fiquem todos bem cientes disto: nós e o nosso governo não nos atemorizaremos com essas ou outras manobras.

Uma voz do PCP: – Estás a tremer...

O Orador: – A nossa firmeza será inabalável contra os antedemocratas...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

É que, na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram outros que defenderam o 25 de Abril e se vão esforçando por o fazer cumprir. Reconhecemos o papel desempenhado pelos democratas que hoje estão na oposição e honramo-nos de ter colaborado com eles nessa luta pela liberdade.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Sr.^a **Ilda Figueiredo** (PCP): – Onde?

O Orador: – Esperamos que esses democratas da oposição não se esqueçam de que hoje, de novo, a clivagem fundamental é a mesma e divide os que têm um projecto democrático dos que têm um projecto frentista totalitário, sejam quais forem as

palavras que digam e as pessoas atrás de quem se queiram perfilar.

Vozes do PSD e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os partidos que constituem a Aliança Democrática deixaram aos outros as palavras e começaram há quinze meses a cumprir, em actos, as promessas de Abril.

Vozes do PSD: – Muito bem!

Risos do PCP.

O Orador: – Não gostam de ouvir as verdades, mas têm de as ouvir.

Aplausos do PSD.

Em 1979, os Portugueses confiaram-lhes um mandato para superar o impasse que se verificava depois do fracasso das experiências minoritárias e dos chamados «governos de iniciativa presidencial». A defunta maioria de «esquerda» anteriormente existente, embora menos dividida do que hoje está, em minoria, não foi capaz de gerar estabilidade governativa, sem a qual não pode haver progresso social e económico.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Foi catastrófica a sucessão de governos que se anulavam reciprocamente com sucessivas políticas contraditórias. Estávamos perante o espectro da República de Weimar, experiência semipresidencialista que teve fim trágico na Alemanha, entre as duas Guerras. Voltava-se à instabilidade que foi característica sobretudo da I República, esquecendo os ensinamentos dos historiadores, que a apontam como uma das causas principais da perda de liberdade em 1926.

Perante o fracasso dos partidos hoje na oposição, que perderam a oportunidade que o povo lhes tinha dado de realizar as aspirações de justiça e solidariedade, de bem-estar e de acesso à cultura, expressas nas promessas contidas no programa de Abril, coube à Aliança Democrática, e isso muito nos honra, começar no ano passado a fazê-lo.

E muito fizeram já nestes quinze meses passados os governos da Aliança Democrática, tentando viabilizar uma economia que estava paralisada e que só subsistia à custa de artificialismos, de mercados paralelos e de especulações; atendeu-se aos problemas dos mais desfavorecidos; desenvolveu-se larga panóplia de melhorias sociais; ...

Vozes do PCP: – Não apoiado!

Risos do PCP.

O Orador: – ... distribuíram-se terras a pequenos agricultores, reduziram-se pela primeira vez, os impostos; integraram-se melhor os emigrantes na comunidade nacional; iniciou-se a reparação devida a pessoas e instituições, algumas multi-seculares, como as veneráveis Misericórdias, que tinham sido injustamente prejudicadas nos tumultuosos anos de 1974 e 1975.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Não se pode esquecer também a obra desenvolvida pelos governos regionais do PSD nos Açores e na Madeira, que, consolidando a autonomia no respeito pelas aspirações dos respectivos povos, contribuem assim para a estabilidade e a consolidação da democracia no todo nacional.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É agora chegada a hora de pôr termo ao período de transição, de iniciar a transformação reformista do sistema, de o modificar pacificamente no sentido mais justo e mais moderno, com vista a garantir a sobrevivência do regime e levar à prática as promessas ainda não cumpridas do 25 de Abril.

Por isso, os deputados do PSD, do CDS e do PPM acabam de entregar hoje na Mesa o projecto de revisão constitucional da Aliança Democrática, cumprindo o compromisso com que se apresentaram ao eleitorado.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não se trata de uma proposta de Constituição nova, mas sim de uma revisão profunda do texto actual. Nunca o PSD negou os aspectos positivos desse texto que o levaram a votá-lo favoravelmente em 1976, sobretudo no que se refere à garantia dos direitos fundamentais do homem, dos direitos económicos, sociais e culturais e do pluralismo político.

O meu companheiro Amândio de Azevedo, no aniversário da aprovação da Constituição, há poucos dias aqui celebrado, recordou desenvolvidamente a posição do PSD sobre o texto fundamental. Ninguém pode, no entanto, ignorar a necessidade da revisão constitucional e é lamentável que muitos hoje finjam esquecer que o texto votado em 1976 era em boa parte transitório, e apenas como tal o PSD o votou.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Por outro lado, só alguém verdadeiramente insensato julgará que uma Constituição pode subsistir longo tempo, como todos certamente desejam, e desempenhar o seu papel num Estado democrático se não for um elemento fundamental de consenso, se tiver por si apenas uma parte da população, ainda que cerca de metade, se a outra metade se lhe opuser. Qual teria então sido o motivo da preocupação constantemente verificada em todos os países europeus, em todos os democratas de todas as tendências, após a 2ª Guerra Mundial, bem como na Espanha a seguir à queda do franquismo, no sentido de ser conseguido o mais amplo entendimento possível em torno da Constituição? Ao findar o período de transição, é essencial que se faça uma revisão que faça da Constituição um elemento de união dos Portugueses, e não de divisão entre si. Por isso, a Aliança Democrática propõe alterações que não privilegiem ninguém nem nenhuma ideologia, para que a lei fundamental sirva como quadro para as diversas alternativas partidárias possíveis. A alternância no Poder, Srs. Deputados, tem de ter significado real, e não ser meramente formal. É absurdo que a Aliança Democrática, ou qualquer outra força, que viu o seu programa aprovado em duas eleições sucessivas, se veja impedida de o aplicar em grande parte por disposições programáticas que não são as suas.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Finalmente, a experiência decorrida nestes cinco anos revelou deficiências do texto actual que importa corrigir. É isso o reformismo, Srs. Deputados, contrário aos conservadores, aos imobilistas que não querem ver passar o tempo e não querem ver como evolui a realidade social, obcecados pelas suas concepções fixistas e imobilistas da sociedade, que vêm do século passado. Mas os que defendem a estagnação não podem dizer-se sociais-democratas. A social-democracia é o movimento, é o dinamismo, é a reforma.

Aplausos do PSD.

Prestam, pois, muito mau serviço à democracia e à Constituição os que a querem regidificar, diminuindo-lhe, assim, progressivamente a base de apoio, mesmo que seja através de simples revisões cosméticas, de pormenor, com uma ou outra solução curiosa, aplicando o lema dos conservadores: é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma. Não resolvem também o essencial, meras melhorias técnicas, que podem ser necessárias, mas que servem, sobretudo, para satisfazer a vaidade pessoal dos que se julgam auto-iluminados na matéria.

Aplausos do PSD e do Sr. Deputado Luís Coimbra, do PPM.

O projecto agora entregue, pelo contrário, é um esforço conseguido e importante no sentido do consenso por parte de três partidos, que partiram, naturalmente, de posições diferentes.

Foi um trabalho útil também para a preparação do espírito que necessariamente terá de informar os democratas que queiram conseguir o acordo necessário à revisão.

O PSD tem confiança em que tal acordo será alcançado nesta Câmara. A Aliança Democrática não apresenta uma posição dogmática. Quer dialogar com os democratas da oposição, em especial com os do Partido Socialista, esperando que ponham o interesse nacional acima do interesse partidário, nomeadamente para o apagamento das três ou quatro manchas não democráticas que ainda hoje desfeiam a nossa Constituição. Seria tremenda a responsabilidade daqueles que provocassem um eventual fracasso, que julgo, diria mesmo que tenho a certeza, não se verificará. Mas agora se verá quem defende a democracia e a Constituição e quem as pode pôr em perigo, quem julga que a lei é para servir o povo e quem quer que o povo sirva a lei, quem são efectivamente os «fariseus» do nosso povo.

Vamos, pois, ao trabalho, rever a Constituição, para que ela seja duradoura, para que o consenso em torno dela lhe dê uma perenidade que até agora não está, de modo algum, assegurada.

É esse trabalho, Srs. Deputados, uma vez que não é possível o referendo democrático, que com legitimidade defendemos, compete exclusivamente à Assembleia da República, pelo que não poderemos tolerar, pela nossa parte, intromissões alheias, pretensas ligações sobre o modo de rever a Constituição, venham donde vierem, incluindo declarações de titulares de outros Órgãos de Soberania, designadamente o Sr. Presidente da República, como recentemente sucedeu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mais uma vez declaramos, como o congresso do PSD já fez, que consideramos inexistentes quaisquer pactos, acordos ou bases de entendimento, já celebrados ou a celebrar fora do âmbito parlamentar.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Concluída a revisão constitucional, novos desafios nos esperam. Mau-grado os velhos do Restelo, que de novo surgem a minimizar as capacidades do nosso

povo, vamos aderir à Comunidade Europeia. Ao longo da sua história quase milenária, os Portugueses já venceram desafios bem maiores. Mas importa desde já ter atenção especial aos equilíbrios económicos e à necessária competitividade das nossas exportações. Importa ainda ter presente que, para países sem matérias-primas, nos nossos dias, a maior riqueza é de longe a cultura, a capacidade inventiva dos seus cidadãos.

Temos de dar prioridade absoluta à cultura, à ciência e à investigação, sem o que a nossa identidade cultural não se afirmará no Mundo, a dependência tecnológica será total e o bem-estar dos Portugueses ficará longos tempos em mãos alheias.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Apesar das dificuldades económicas herdadas, das dívidas, de desemprego, da desorganização que a Aliança Democrática encontrou ao assumir a governação, reafirmamos o nosso apoio ao governo de Pinto Balsemão e a certeza de que levará a cabo estas tarefas tão decisivas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Nós dar-lhe-emos o apoio que nunca lhe negámos nesta Assembleia e lamentamos, também nós, que os anteriores governos, nomeadamente os do Partido Socialista, não nos tenham dado a nós, deputados, melhores condições de trabalho, apesar do longo tempo que estiveram no Poder.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O governo de Pinto Balsemão tem um mandato, que lhe foi conferido pelo povo português para governar por quatro anos e que, com o nosso apoio, vai levar a bom termo, para que os Portugueses sintam que a democracia pode ser, muito mais que comemorações e palavras, connosco, estabilidade e bem-estar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tendo no nosso pensamento em especial a juventude de Portugal, cujo apoio nunca nos faltou, dizemos aqui: o 25 de Abril foi e é a esperança. Ela vai ser cumprida até ao fim. Merece-o, exige-o, o admirável povo de Portugal e a sua juventude, que nos deram a honra de nos escolher para seus representantes maioritários.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida:



— Exmo. Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Conselho da Revolução, Sr. Provedor de Justiça, Exmo, Sr. Cardeal-Patriarca, Exmos Srs. Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas em Lisboa, Exmas Autoridades Militares e Civas, Exmas Autoridades das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: É elementar e primeiro dever que incumbe ao Presidente da Assembleia da República apresentar a todos VV. Exas a expressão sincera do nosso agradecimento pelo brilho e pelo acréscimo de solenidade que com a vossa presença nesta sessão nos quiseram trazer.

Aqui nos reunimos mais uma vez para que, em sessão soleníssima, festejamos, com a serena alegria que inunda os nossos corações e as nossas inteligências — e nesse ponto nos irmanamos todos —, o 7º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, a data memorável em que Portugal se viu restituído à liberdade e à plenitude dos direitos cívicos e políticos dos seus filhos.

E há-de realçar-se desde já que esse movimento, triunfando militarmente de modo fulminante, sem sangue e sem tiros, tem, todavia, na história das nossas instituições políticas, implicações profundas e representa nela um marco decisivo.

É que não se tratou apenas de um golpe militar para mudar pessoas ou governos, mantendo, todavia, o quadro institucional, como tantas vezes sucedeu nos primeiros tempos da República e em alguns períodos do constitucionalismo monárquico.

Não. O 25 de Abril foi portador de uma força de ruptura total com as instituições políticas então vigentes; e por isso não pode considerar-se como um mero pronunciamento militar, mas sim, e no verdadeiro sentido da palavra, como uma autêntica revolução. Por essa razão, e porque visou derrubar e derrubou um regime arbitrário e opressor, encontrou de pronto na totalidade do povo português uma solidariedade e uma adesão entusiásticas e totais, porventura poucas vezes igualada em todo o nosso passado histórico.

As revoluções deste tipo, mesmo quando, como a de 25 de Abril de 1974, traduzem o grito por mais tempo irreprimível de um povo consciente dos seus direitos humanos e que durante meio século lhe foram negados, têm, todavia, um preço, que a história

demonstra ser-lhes necessariamente inerente: os primeiros tempos que se lhes seguem são quase sempre mais de emoção do que de raciocínio frio e, quantas vezes, a serenidade dos mais competentes não é sacrificada à rapidez dos mais atrevidos!

Também por isso passámos. Mas tudo isso, felizmente, ultrapassámos. Quando os temporais agitam os mares, por mais violento que seja o vendaval, as ondas alterosas que se levantam é sempre sobre si próprias que se abatem, e, no auge da tempestade, permanecem serenas e quietas as profundidades, impassíveis na sua quietude perante a agitação, quiçá violenta, mas sempre passageira, que lhes perturba a superfície. Mas só a superfície.

Assim é, meus senhores, a consciência colectiva dos povos. E assim se comportou a consciência cívica do povo português.

Por isso, podemos, eu creio, afirmar que o 25 de Abril triunfou duas vezes: triunfou ao restituir ao povo português, naquela manhã para sempre lembrada, com a sua liberdade, a possibilidade de ser ele próprio e triunfou também de quantos quiseram mais dele servir-se do que servi-lo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Por uma forma muito persistente e muito firme, foi possível ir encontrando as soluções mais equilibradas e mais genuinamente democráticas. E hoje, que sete anos são volvidos sobre a efeméride que festejamos, o saldo esmagadoramente positivo é este: em Portugal vive-se em democracia, possuímos um regime democrático em vias de plena institucionalização e aqui hoje as mulheres e os homens podem proclamar com honra e sem excepção que não estamos mais orgulhosamente sós, mas sim que somos orgulhosamente livres.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Festejamos, pois, Sr. Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores, os sete anos passados sobre a Revolução de Abril. Mas pedir-vos-ia licença para juntar a esta celebração uma outra que, como português, sinto em consciência o dever de invocar aqui e agora: penso e recordo o dia 25 de Abril de 1975, em que pela primeira vez se realizaram em Portugal eleições livres; nesse dia o povo português foi chamado a eleger os seus deputados para a Assembleia Constituinte. E nesse outro 25 de Abril o povo português agiu com um civismo, com um tão alto sentido das suas responsabilidades, votou em consciência, em paz e com tal serenidade, com tão grande e tão profundo espírito democrático que bem podemos assentar nisto: se o 25 de Abril de 1974 abriu as portas à democracia portuguesa, foi o povo português em 25 de Abril de 1975 que a afirmou para sempre; esse o dia da consagração demonstrada do amor impercível do nosso povo à

liberdade e ao seu desejo de participar livre e conscientemente na vida política da sua pátria.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDES e do MDP/CDE.

A constatação desse facto é a única recompensa legítima a que têm direito os que desinteressadamente intervieram na Revolução e quantos antes dela nos batemos e lutámos pela liberdade e pela esperança da instauração de um regime verdadeiramente democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Quando as circunstâncias se repetem, não é fácil nem talvez possível ser-se inteiramente original. Por isso me ocorrem ao espírito e por isso tenho razão, palavras que tive a honra de dizer aqui faz hoje exactamente um ano:

Local não há mais próprio, nem outros tectos podiam abrigar com iguais pergaminhos democráticos a solenidade que hoje estamos vivendo, do que os desta Casa, cuja dignidade tanto prezamos. E digo-o porque o traço definidor de um regime autenticamente democrático é a existência e o respeito generalizado de um Parlamento livre e pluralista como o nosso.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, de alguns Srs. Deputados do PS e da ASDI.

E se aqui recordo palavras há um ano ditas, é, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, não é sem espanto nem sem alguma preocupação que vejo levantarem-se por aí e de vários lados, alguns que até entre si surgem opostos, críticas mais ou menos veladas à Assembleia da República, ao seu funcionamento e à actividade dos seus membros, que são profundamente injustas, profundamente falsas e, por isso mesmo, caluniosas.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDES e do MDP/CDE.

Um parlamento livremente eleito é, por sua natureza, uma casa de diálogo, onde os critérios partidários se entrecrocaram e onde a diversidade das opiniões se manifesta — é evidente.

É o diálogo por vezes caloroso? São as intervenções por vezes entusiásticas e quentes? Surgem as réplicas por vezes mordazes e até, por uma ou outra vez, excessivas? Pois que ninguém se esqueça e se lembre sempre de que esse é o sinal dos parlamentos livres: quando tal não sucede, é porque o parlamento é uma farsa pré-ordenada, onde tudo sai a compasso, às vezes, até as palmas!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDES e do MDP/CDE.

Vivem-se aqui, no calor dos debates sobre problemas candentes da vida portuguesa, por vezes horas e horas seguidas de intensa tensão intelectual e espiritual, e só não entenderá esse calor e esse entusiasmo quem estiver de todo fora da realidade democrática. Ele é o sinal da fidelidade de cada um aos princípios que defende e a quantos o elegeram.

Peço licença para prestar, por isso, a minha homenagem a todos os Srs. Deputados, sem excepção.

Os que, com maior ou menor insídia, umas vezes, usam o tom chocarreiro e, por outras, o lacrimoso para criticarem a forma de trabalhar nesta Casa poderão ser tudo; dão-nos o direito mesmo de pensarmos que serão capazes de ser tudo; o que não têm é nada a ver com a democracia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

E, se escolheram o Parlamento como alvo dos seus caluniosos ataques, é porque demasiado sabem que é por aqui que, essencialmente, passa a democracia que querem destruir — e nisso todos estamos irmanados —, mas sem terem a coragem de o dizer claramente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E tem plena oportunidade salientar ainda que o Palácio de S. Bento consumido por um incêndio há quase um século, foi de reconstrução tão lenta que ela acabou sendo feita para funcionar quase mais como uma sala de concerto orfeónico, em termos de partido único, do que como um parlamento onde a liberdade fosse vivida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por essa razão, Srs. Deputados, o Palácio de S. Bento, tal como está estruturado, não oferece aos Srs. Deputados, individualmente, nem aos grupos parlamentares, as mínimas condições de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é que sejam elas deficientes; é que, pura e simplesmente, não existem. E isso impõe a todos os membros desta Câmara um suplemento de esforço e uma sobrecarga de trabalho altamente cansativos e que, cumpre destacar. E, se às vezes as bancadas desta Sala se apresentam menos cheias, isso de modo

algun significa desinteresse ou desrespeito da função. Fácil é ver então — e só o não vê quem não quer — que muitos membros da Assembleia se dividem por múltiplas actividades do seu cargo ou então preparam intervenções em condições tais e tão pobres que não sei se outros trabalhadores deste país as aceitariam nos seus locais de trabalho.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

E pareceu-me necessário Srs. Deputados, dizê-lo aqui e agora, perante o eleitorado que a todos nós elegeu, para, com a voz autorizada que tenho o direito de me ver reconhecida, desmentir a calúnia e proclamar a dignidade com que na Assembleia da República se trabalha e se cumpre fielmente o mandato recebido desse mesmo eleitorado.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Tenho-me empenhado, com a colaboração preciosa dos serviços competentes desta Casa e agora já das instâncias competentes do Governo, na modificação desta lamentável ausência de meios de trabalho; começam, felizmente, a surgir as soluções e algumas se concretizarão em curto prazo, mas as definitivas, pelo tempo indispensável à sua realização, não serão breves, para poderem ser eficientes. Isso imporá, portanto, e por algum tempo, a sobrecarga de esforço que até hoje tem sido exigida a todas VV. Exas, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores: Festejemos, pois, hoje a data de 25 de Abril e o movimento militar que permitiu a restauração em Portugal da democracia.

Mas, se é grato comemorá-la, é preciso, é urgente, vivê-la.

E essa vivência tem de ser a realidade do quotidiano. Há-de, para ser frutuosa, traduzir-se na acção serena, na convivência leal e aberta, no respeito recíproco dos direitos e deveres de todos e de cada um. As revoluções, em si mesmas, não são uma permanência; são um facto. Mais ou menos duradouro, mas um facto. Muitas vezes importante; outras essencial, como foi a nossa; mas são sempre e só um acontecimento, ao qual outros inevitavelmente se sucedem, no devir contínuo em que a história se faz.

Não há comunidade que suporte a permanência de situações revolucionárias, e quem as pretende eternizar, normalmente, mais não quer do que eternizar-se a si mesmo. E temos o exemplo em passado recente.

Durante quarenta anos ouvi — todos ouvimos! — proclamar aos quatro ventos o *slogan* estafado do salazarismo: «A Revolução continua.» Era isto sinónimo do maior conservadorismo, da

negação de qualquer progresso, do imobilismo total das coisas e das pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é com certa perplexidade que vejo hoje a desejarem retomar o *slogan* os que mais se ufanam de terem combatido os seus criadores. Singular parecença!

Risos.

Aplausos do PSD.

O que tem de continuar é a acção; é uma acção muito persistente, muito realista e muito digna, no aproveitamento constante dos nossos recursos morais, intelectuais e materiais.

A maneira digna de festejarmos o dia 25 de Abril é, sem dúvida, fazer o que estamos fazendo hoje, mas é, sobretudo, durante o ano que medeia entre cada aniversário da Revolução redentora, agir na paz, pensando rectamente e pondo a nossa acção ao serviço de todos e de cada um dos portugueses.

Pelo que toca a esta Casa, novo e importantíssimo período de acção se vai abrir, iniciado que está já o processo concreto da revisão constitucional.

Nova e ingente tarefa é essa. Várias serão as soluções propostas, múltiplos os consensos a procurar e a conseguir.

Por aí, creio, em todo o caso, que faremos obra certa e segura se, sejam quais forem as divergências, acabarmos fazendo uma revisão que, em consonância com as estruturas morais e materiais da Pátria, abra a todos os portugueses, sem excepção e de modo harmonioso, as perspectivas do futuro, da paz, da concórdia e da justiça social. Saibamos levar a Constituição formal que temos e que vamos rever a uma íntima e profunda concordância com a constituição material do povo que somos e que queremos ser e teremos certamente cumprido honrosamente o nosso dever.

Sr. Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores: Celebrar um aniversário deve ser tanto festejar os anos que passam como encarar de frente, reflectidamente, os anos que estão por vir.

Só a velhice irremediável não tem futuro a esperar e então olha, irremediavelmente também e só, o passado.

Mas nós estamos aqui a festejar a nossa jovem democracia e o movimento que há sete anos a tornou possível. Recordando a alegria profunda dos primeiros momentos, reflectindo sobre tudo o acontecido nos sete anos que se seguiram, olhemos, então, essencialmente, o futuro.

Creio que a nós, políticos, o que essencialmente se nos impõe doravante é uma longa e permanente auscultação do real, uma capacidade crítica que vá até à humildade para, depois da análise,

ser muito firme na decisão, um grande desprendimento de nós próprios, que só tenha limite na defesa da dignidade funcional dos órgãos de que somos suporte, e um incondicional respeito das atribuições dos outros, sem prejuízo do exercício intransigente das que nos são próprias.

Se o fizermos, se assim agirmos, o povo português encontrará em cada momento um acréscimo de paz, de estabilidade, de justiça

social, de liberdade. E em cada hora assim vivida festejaremos então do modo mais profundo, mais digno e mais eficaz a data de 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra
S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho

Eanes: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Portugueses: Comemorar Abril como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, não é um acto de rotina imposto pelo calendário ou aconselhado pela memória, ainda muito viva, de acontecimentos históricos recentes. Comemorar Abril, como hoje fazemos, é um acto político que a todos vincula e nos relaciona, de modo simbólico, com os períodos da história de Portugal em que o poder esteve nas mãos do povo, em que a legitimidade para o exercício desse poder foi transmitida pela decisão livre dos Portugueses, em que o julgamento das decisões políticas foi feito em liberdade e no reconhecimento de uma legalidade colectivamente assumida e respeitada. Comemorar Abril é, também, afirmar conscientemente o compromisso de recusar todos os modelos e propostas de autoritarismos, todas as formas anti-democráticas de exercício do poder político, todos os desvios às exigências do sufrágio directo e universal. Comemorar Abril, continua a ser compreender o valor exacto dos dispositivos políticos que permitiram manter e defender as soluções de equilíbrio, como experiência bem sucedida e como orientação para o futuro, assim se retirando os pretextos àqueles que pretendem, ou venham a pretender, pôr em causa o nosso rumo democrático. Passaram sete anos sobre a data que iniciou, para todos nós, uma era de esperança, de responsabilidade, de cada um, na construção do futuro colectivo, de verdade e de capacidade criadora, afirmadas sem os limites impostos pela censura pela polícia política, pelos arranjos da conveniência decididos por uma pretensa aristocracia política criada e apoiada na ditadura. Nessa data já distante, foi sem dúvida significativa a unidade verificada nos objectivos políticos expressos, formando-se considerável consenso entre as linhas políticas da proposta dos militares e os programas dos partidos que então se legalizaram e vieram a constituir-se, podendo expressar livremente as suas concepções. Nem sempre esse consenso inicial resistiu aos incidentes e acontecimentos da nossa complexa evolução política. Mas a verdade é que, apesar de tudo e ao contrário do que muitos recebiam ou previam, foi possível defender a vitalidade da nossa

democracia e a instituição militar soube manter-se fiel ao seu compromisso de devolver, aos eleitos pelo povo, por inteiro e sem artifícios, o poder que transitoriamente detiveram.

Houve desvios, sem dúvida, à pureza de alguns princípios.

Em diversas ocasiões, as realidades políticas acabaram por se sobrepor à vontade de se encontrar a melhor solução para a defesa do interesse nacional e dos valores democráticos.

Soube-se resistir quando foi necessário. Soube-se confiar na sabedoria e consciência dos Portugueses. Soube-se confiar no valor dos compromissos e na força superior da democracia e dos democratas. Nem tudo o que era possível foi feito.

Muito menos o que era desejado. Mas o exame sereno dos acontecimentos e da sua evolução, mostrará que situações muito difíceis foram enfrentadas com êxitos sem que fossem prejudicados de forma definitiva interesses nacionais.

No domínio económico, onde muitos esperavam a catástrofe, os Portugueses, trabalhadores, técnicos e empresários, mostraram a sua capacidade para enfrentar uma crise complexa que, em grande medida, provinha de factores que nos eram externos. Não obstante, foi possível alterar, em curto prazo, as tendências negativas e criar condições satisfatórias de recuperação.

No plano externo, Portugal soube defender as condições da sua independência e pôde afirmar, sem equívocos, a fidelidade às suas alianças e compromissos políticos, assumindo a plena integração política na Europa e mantendo, no quadro de interesses comuns e de benefícios para a Europa, relações de amizade e de cooperação com Estados em diversos continentes e, em especial, com os povos dos Estados africanos de língua oficial portuguesa.

Não seria fácil, em qualquer circunstância, defender e afirmar uma posição clara no contexto internacional instável em que já então vivíamos. Menos fácil foi consegui-lo: o contexto do fim da guerra colonial, da descolonização, de crise económica, de instabilidade política interna e de alguma falta de confiança, interna e externa, quanto à nossa capacidade para resolver, em liberdade e em democracia pluralista, todos os nossos problemas.

No plano político, as crises superadas, por vezes bem difíceis, são a melhor prova da vitalidade da nossa democracia e demonstram cabalmente que nunca se chegará ao erro político irreparável quando se confia na maturidade política de um povo.

Por isso, podemos retirar desta exigente experiência política a convicção firme de que a defesa e afirmação do pluralismo democrático, onde forçosamente se inclui a plena expressão da descentralização e da autonomia regional, é o valor que jamais se pode pôr em causa se queremos comemorar Abril na afirmação da esperança que em todos nós fez nascer.

Também por isso, comemorar Abril é continuar Abril.

Em primeiro lugar, compreendendo, plenamente, que nessa data se estabelece um corte com um passado que é radicalmente dife-

rente, nas suas condições políticas, nos seus horizontes, nos seus modos de conceber e executar as medidas políticas.

Não se assume o poder democrático para realizar o programa da ditadura. A legitimidade democrática, justificada na confiança que se alimentou nos eleitores e na qual se fundamenta a delegação de poder político, impõe uma responsabilidade que em nenhuma circunstância pode ser traída, sob pena de destruir o valor essencial que os cidadãos atribuem à democracia e à relação democrática que estabelecem ao decidir o sentido do seu voto.

É neste quadro que se afirma, sem margem para dúvidas ou para interpretações tendenciosas, a responsabilidade solidária dos órgãos de soberania, a sua solidariedade institucional.

Nascidos da decisão eleitoral dos Portugueses — e só dela, com o fim do partido de transição —, os Órgãos de Soberania assumem uma obrigação de colaboração, não só na defesa indiscutível do interesse nacional, mas também na construção das bases sólidas do consenso que resultam do reconhecimento e do respeito das suas diferenças. Não só no plano constitucional, mas também, e sobretudo, no plano político. A solidariedade institucional é uma prova de responsabilidade democrática e não um mero artifício de conjunturas, que seria útil invocar apenas quando fosse conveniente e sempre para compensar qualquer deficiência de apoio político. A solidariedade institucional é, sempre, o consenso político necessário entre aqueles que recebem a legitimidade democrática na qual se fundamentam o seu poder e a sua responsabilidade. Em qualquer caso, a solidariedade institucional terá de se considerar incompatível com os desejos de hegemonia e com as vontades da subordinação. Os órgãos do poder afirmam-se no exercício das suas competências porque para isso receberam, dos eleitores, os direitos e deveres que a Constituição determina. E afirmam-se, sobretudo nos períodos difíceis e complexos da crise e da instabilidade, na procura dos consensos possíveis e eficazes, porque essa é também uma exigência do comportamento democrático e da defesa dos interesses dos Portugueses e de Portugal.

As responsabilidades partidárias, distintas no grau, não são diferentes na essência. Dos partidos se espera a contribuição democrática essencial de estabelecer as concepções políticas e programáticas, de defender os interesses sociais específicos que representam, de fundamentar as alternativas que permitem o dinamismo político, a vitalidade democrática, as soluções para as crises, a concorrência eleitoral.

Os partidos são base da democracia, modos de exercício da liberdade política, condições de consciencialização dos cidadãos, agentes do poder ou da oposição. Os partidos afirmam-se pelas suas diferenças, pela sua vontade de negociação e pela sua capacidade de formação de alternativas. Contudo, também os partidos se obrigam a um consenso essencial, a uma solidariedade democrática na defesa da liberdade, da legalidade, do pluralismo

e da independência dos Portugueses. Este consenso essencial é indispensável para continuar Abril.

Noutro plano, a existência e livre expressão organizada dos interesses sociais independentes dos partidos e dos órgãos de soberania, asseguram que as forças sociais possam defender, no quadro da legalidade, os objectivos próprios de vastos grupos que se identificam pelas relações de trabalho, actividade profissional ou posição na organização da sociedade. É nesta diversidade de órgãos de soberania, partidos e organizações sociais, relacionadas por uma mesma vinculação essencial à democracia pluralista e ao respeito da legalidade, que está o sentido da esperança nascida em Abril. O futuro depende de todos nós e não da imposição autoritária de qualquer vontade que se quisesse considerar à margem do pluralismo democrático e do julgamento, inapelável porque afirmado em liberdade, de todos os portugueses. Continuar Abril é o único modo de dar sentido à esperança.

Por isso se comemora uma data afirmando a nossa confiança no futuro, a nossa certeza de que os Portugueses saberão realizar Abril. Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Sabemos hoje que as posições extremadas ou utópicas não são o caminho mais eficaz para unir os Portugueses e para os orientar nas tarefas necessárias da modernização e do desenvolvimento.

Sabemos, pela experiência inequívoca recolhida, que só é possível enfrentar os desafios colectivos com realismo, no conhecimento cuidado da nossa sociedade, dos seus defeitos e das suas virtudes, dos seus modos de funcionamento, das suas potencialidades, dos meios mais adequados de promover a iniciativa e a inovação.

Sabemos, também, que os modelos tradicionais, simplistas na imagem que oferecem das relações complexas das sociedades modernas estão em crise.

Por tudo isso, a acção política, entendida como orientação da colectividade e como resolução dos problemas, só tem real sentido democrático se for realizada em justiça, em equilíbrio, num espírito de solidariedade, pois só assim se poderá aspirar à estabilidade política e à aceitação social das decisões.

A recusa dos dogmatismos é a atitude necessária dos que são capazes de assumir a flexibilidade responsável, e dos que sabem expor a verdade sem demagogia.

Este é o contexto em que adquirem toda a importância, e se apresentam como realidades imediatas, os valores fundamentais e indissociáveis da democracia pluralista, da liberdade, da solidariedade social, da justiça, da dignidade do homem e da defesa da identidade nacional. Este é o quadro de realizações em que se desenham as grandes metas políticas do nosso futuro próximo. E, antes do mais, impõe-se a organização dos meios necessários e das condições de afirmação das nossas capacidades criadoras, desenvolvendo as actividades que continuam abertas

à expressão dos interesses e das potencialidades dos Portugueses. Não o conseguiremos, ou não o conseguiremos rápida e eficazmente, se não soubermos promover e defender o realismo nas medidas políticas, a sua adequação às realidades humanas e sociais do nosso país, aos estímulos e motivações do nosso povo.

Também para isso, será necessário informar os Portugueses com verdade e qualidade, condição essencial para que se forme uma opinião pública motivada e que corresponda à convicção, certamente adquirida por todos, de que as distorções da informação estão condenadas, mais tarde ou mais cedo, ao fracasso.

Procurar, em todas as circunstâncias, os consensos políticos no que for essencial é uma exigência da responsabilidade democrática em pluralismo inteiramente assumido. Mas esses consensos, para terem validade e coerência, não podem esquecer a exigência democrática inerente ao respeito consciente das legitimidades, primeira de todas as realidades políticas e regra indiscutível das imposições do sufrágio. Garantir a flexibilidade dos órgãos do poder, reforçada no rigor das políticas propostas, e justificada no conhecimento das realidades nacionais, regionais e autonómicas é uma condição indiscutível para a existência do diálogo que dê consistência e segurança à estabilidade social, ao desenvolvimento da descentralização, ao aprofundamento das autonomias regionais.

Tudo será no entanto frágil e se manterá ameaçado se não soubermos estimular uma produção cultural, viva e actuante, com manifestação em todas as dimensões da vida colectiva.

Promover a cultura é, sobretudo, trabalhar para a modernização e para o desenvolvimento, é ainda preparar os Portugueses para as mudanças e transformações que a crise do presente torna inevitáveis. E, em igual plano de exigência, se tem de colocar a afirmação da independência nacional que impõe, para defesa dos nossos interesses, a continuidade da nossa determinação no projecto de integração europeia. Esta é uma condição de afirmação da nossa identidade como povo, das nossas relações históricas com povos de outros continentes e das nossas vocações próprias na rede das relações económicas internacionais.

Todas estas metas se inter-relacionam, de múltiplos modos, na obra essencial que nesta Câmara os Srs. Deputados irão desenvolver a propósito da revisão Constitucional. Todos os Portugueses esperam que, como noutros momentos de grande significado político, o realismo prevaleça e a Constituição revista possa ser, como sempre deve ser, o mais forte traço de união entre os democratas entre os Portugueses. Sr. Presidente, Srs. Deputados: As dificuldades dos problemas que defrontamos e dos objectivos que nos propomos são reais. Mas essas dificuldades existem mais em nós próprios do que nos acontecimentos, nas condicionantes materiais ou nas evoluções desfavoráveis que nos vêm do exterior. Já demonstrámos que temos capacidade de criação e de trabalho para recuperar de uma grave crise económica,

com sacrifício, mas também com eficácia e real apoio social. Já demonstrámos que sabemos resistir às ameaças à democracia pluralista. Já demonstrámos que a ponderação, o realismo, a defesa do consenso, a afirmação da verdade, e da isenção são reais factores de união entre os Portugueses. Aos que persistem em não aceitar a verdade dos factos, a carência de visão e de coragem política dos responsáveis pelo poder autoritário e desejam o retorno ilusório ao que já não existe, respondemos com o que já realizámos, em conjunto, em liberdade, em democracia.

Cometemos erros, sem dúvida. Perdemos tempo também. Mas o que fizemos, bem e mal, foi realizado em liberdade e em democracia, ou seja, pela nossa própria vontade, com as nossas mãos e as nossas capacidades criativas. Na experiência acumulada, encontramos os fundamentos comprovados do que é específico no nosso modelo político de democracia pluralista. Essa experiência, que integra os ensinamentos que outras democracias pluralistas aconselham, não esquece as indicações que a nossa história nos dá quanto às razões dos fracassos de outros modelos democráticos em que, no passado, os Portugueses depositaram as suas esperanças. Concebido em modelo diferente, o nosso regime democrático mostrou já ter uma vitalidade política na formação de alternativas; e demonstrou um entendimento do valor da liberdade que o tornam bem diferente do constitucionalismo monárquico do século passado e da I República. Comemoramos Abril, continuando-o para realizar a sua esperança. Agora, num plano de maior responsabilidade e de maior exigência, mas sempre em conjunto, solidários no nosso compromisso com a liberdade e a democracia. Essa é a condição para que possamos honrar aqueles que nos legaram o seu exemplo de luta pela liberdade e de confiança total nos Portugueses. Com a próxima revisão constitucional daremos, enfim, sentido pleno à acção dos que, sendo militares, permitiram a democracia e contribuíram para a sua consolidação e, sendo patriotas e democratas, sabem retomar a sua missão, silenciosa mas firme, de salvaguardar a nossa soberania.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim seremos capazes de responder, no plano das orientações políticas, às exigências impostas pelas capacidades do nosso povo que, vezes sem conta, mostrou saber, como poucos, entender e praticar a democracia, aceitar os sacrifícios das crises, redobrar de vontades nas tarefas da recuperação e do desenvolvimento. Assim faremos o futuro que justifica o presente e dignifica o passado. Essa foi, e é, a esperança de Abril, que é necessário realizar.

O Sr. Presidente: — Em nome de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, declaro encerrada a sessão.

25 de Abril

tomaram o poder UMA ACÇÃO MILITAR IN DO REGIME POLÍTICO

Diário de Lisboa
O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PROSEGUIRÁ NA SUA ACÇÃO LIBERTADORA

República
O PROGRAMA DO MOVIMENTO

DIÁRIO POPULAR

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS: DECLAMA A ENTREGA DO GOVERNO À JUNTA DE SALVAMENTO NACIONAL

A P.I.D.E.-D.G.C. RENDEU-SE ESTA MANHÃ

POPULAÇÃO DE LISBOA O GOLPE MILITAR



1982



MFA

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1982

Oradores

Mário Tomé
União Democrática Popular

António Taborda
Movimento Democrático Português

Lopes Cardoso
União da Esquerda para a Democracia Socialista

Jorge Miranda
Acção Social Democrata Independente

Ferreira do Amaral
Partido Popular Monárquico

Veiga de Oliveira
Partido Comunista Português

Rui Pena
Partido do Centro Democrático Social

Jaime Gama
Partido Socialista

Sousa Tavares
Partido Social Democrata

Oliveira Dias
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está aberta a sessão solene comemorativa do 8º aniversário do 25 de Abril.(...)

Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.



O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Hoje, em mais um aniversário do 25 de Abril, estamos todos satisfeitos, mas também preocupados.

Creio mesmo ser este estado de espírito a única coisa que a todos nos une.

Os capitalistas estão satisfeitos porque têm obtido, em nome da democracia, condições de exploração cada vez mais acentuadas; os fascistas porque, em nome da democracia, têm podido conspirar e atacar à vontade o 25 de Abril. Preocupados porque ainda resistem conquistas de Abril e ainda não puderam abocanhar todos os sectores da actividade nacional. Preocupados ainda com a governação, que tarda em escolher de vez: ou consegue, através da demagogia, da manipulação da comunicação social e da ajuda da hierarquia da igreja, que os trabalhadores respeitem as regras do jogo, ou então que leve até às últimas consequências a actuação dos mecanismos de Estado para impor a política de salvação nacional: a PSP, a GNR, a Judiciária, os tribunais, os bandos de jagunços, os pides desempregados e os reintegrados...

Risos do PSD e do PPM

...todos exemplarmente dirigidos e coordenados pelo Sr. Ministro Ângelo Correia, podendo mesmo aceitar-se a ajuda de especialistas espanhóis, certamente melhorada com a entrada da Espanha na NATO.

O povo, esse, está satisfeito porque celebra o fim do fascismo e da guerra colonial e está também muito preocupado porque, concretamente, cada vez tem menos com que se alegrar. Ou seja, a situação em que se encontra vai-se assemelhando inquietantemente àquela cujo fim comemora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há uma coisa que os trabalhadores vão percebendo; foi no período de maior actividade política e de maior agitação, de maior iniciativa e criatividade, no período em que ocupavam as terras e as casas vazias, controlavam a gestão e a produção, expulsavam e perseguiam os pides, bufos e fascistas,

mantinham amedrontados e em respeito os polícias, guardas e generais, foi nesse período a que os fascistas e capitalistas chamam de desordem, porque era a ordem do povo que se ia impondo, que melhor viveram, de mais liberdade desfrutaram e um novo sentido para o mundo começaram a descobrir.

Os operários apontavam o caminho a seguir e, se os camponeses não se libertaram das seculares grilhetas e a miséria continuou a bater-lhes à porta, foi porque os operários não dirigiram a vida nacional, embora a determinassem. E porque aqueles que então governaram não tiveram a coragem de ir contra as sanguessugas insaciáveis que são os intermediários, deixando-os, portanto, actuar à rédea solta e reforçarem-se.

Os campos do nosso país, principalmente no Norte, foram a arena onde campeavam os facínoras recrutados pelos Abílio Torres e Ângelos de Trancoso, adulados pelos bispos e padrecas, numa santa aliança de obscurantismo, corrupção e crime.

No entanto, uma luz brilhou nessas terras e entre essas gentes sofridas: o padre Max que lutou ao lado dos pobres e oprimidos, numa afirmação consequente dos ideais que devem guiar o povo. Como Cristo, Max via nos ricos e poderosos os inimigos da Humanidade.

Por isso teve de arrostar com a hostilidade dos bispos e da hierarquia e com o ódio dos fascistas. Por isso foi assassinado.

Silenciosa e cúmplice a Igreja, ergue-se hoje a voz dos democratas e antifascistas, do povo simples e pobre que ele amava e que o amou, exigindo justiça, enfrentando a teia de ameaças e compromettimentos, tecida pelos facínoras, pelos poderosos e corruptos. Resta saber que vem cá fazer o Papa.

Virá exigir que se faça justiça sobre aqueles que mandaram assassinar e assassinaram um ministro da sua igreja, ou virá antes receber a homenagem sebenta e podre, mas opulenta, dos criminosos, que contam com ele para garantirem a submissão do povo à sua insaciável voracidade?

Vem dizer ao povo que se levante contra a miséria e a opressão, contra os governantes corruptos, contra a gula dos capitalistas, ou vem, pelo contrário, recompensar com a sua benção os ricos e poderosos, que sempre financiaram os cofres do Vaticano?

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Infelizmente, podemos adivinhar: virá dizer-nos que os ricos devem ser bonzinhos, que os trabalhadores devem trabalhar diligentemente, que o capitalismo deve moderar-se e acabar com as injustiças, suas filhas dilectas, e que as greves não devem pôr em causa o devoto governo AD. Neste país, a luta e a revolta são pecaminosas. O respeito pela lei e pela ordem ajudam à salvação. Em conclusão, Sua Santidade vem ajudar a preservar o governo

AD, que, entretanto, trata de conceber um canal de TV à igreja católica para esta melhor o poder salvar.

Uma voz do PSD: – Não apoiado!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores, ao comemorem este 25 de Abril, estão dispostos a utilizar a experiência de luta dos últimos anos e a confiar apenas nas suas próprias forças, fartos de esperar credulamente que seria fácil pôr fim ao poder da AD através do funcionamento das instituições e sem ser necessário recorrer a uma luta popular mais intensa. É essa expectativa que enfraquece a unidade popular e dá alento ao governo reaccionário.

A experiência ensina-nos que só actuando unidos e de forma radical se fará recuar a reacção e se poderão obter vitórias pelo bem-estar, a liberdade e a independência.

O povo também já não tem dúvidas de que a este governo falta em legitimidade o que lhe sobra em desvergonha.

Uma voz do PSD: – É falso!

O Orador: – A AD fez-se eleger para melhorar a vida dos portugueses. Desde que está no Poder, não só não melhorou nada, como piorou tudo. E fá-lo com um descaramento afrontoso. Deixa os capitalistas despedir à vontade, dizendo, por eles, que é para diminuir o desemprego.

Vozes do PSD: – É falso!

O Orador: – Aumenta constantemente os preços dos bens essenciais, dizendo que é para melhorar as condições de vida. Agora diminui o peso do pão e aumenta-lhe o preço, sob a alegação de querer praticar uma política de verdade, sem subsídios.

O povo sente que a verdade do Sr. Ministro lhe entra nos bolsos já vazios.

Lança uma taxa intolerável sobre os medicamentos, dizendo que é para diminuir o consumo excessivo. Como se o problema do povo fosse o excesso de medicamentos, e não a falta de dinheiro para os comprar.

Lança desumanas taxas moderadoras sobre os cuidados médicos e meios auxiliares de diagnóstico e internamentos nos hospitais, dizendo que é para os ricos pagarem a saúde dos pobres. O povo sente, no entanto, que vai ser ele a pagar a cura dos ricos em clínicas de luxo e com médicos privados, enquanto ele, sempre ele, continua a não ter direito à saúde.

Uma voz do PS: – Muito bem!

O Orador: – Aumenta o preço do gasóleo, fingindo ignorar as repercussões que isso vai ter nos custos da produção e nos preços de todos os serviços e artigos de consumo. Importa batata estrangeira, deixando apodrecer a produção nacional e os camponeses na miséria. Faz acordos de pesca com os espanhóis, ruinosos para os nossos pescadores, mas, decerto, muito rendosos para quem aceita alienar, de forma tão descarada e indigna, os interesses nacionais. Rouba as terras às cooperativas e UCPs da zona da Reforma Agrária e depois obriga-as a pagar dívidas de financiamento a empreendimentos e melhoramentos que já estão nas mãos dos agrários. Fala na qualidade do ambiente e, além de permitir o envenenamento do ar e dos rios com os dejectos das grandes fábricas, financia com milhões de contos a central de Sayago, em Espanha, que vai lançar o lixo nuclear no Douro, junto à nossa fronteira, e ameaçar com um possível desastre ecológico toda a região de Miranda do Douro e do vinho do Porto.

Quem, depois de todas estas acções contra o povo, entre tantas outras, ainda não estiver disposto a derrubar tal governo, das duas uma: ou não está bom da cabeça, ou então enriquece à custa dos males do povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta situação, apesar de o recrudescimento da luta dos trabalhadores de há um ano a esta parte, e que culminou com a greve geral de 12 de Fevereiro, ter retirado algum poder de pressão e negociação à AD, o simples facto de se estar a fazer a revisão constitucional é já uma vitória para a direita. E isto porque, se mais não obtivesse (e vai obter) a AD, assim, conseguiu desviar o centro, o fulcro da actividade política para a revisão da Constituição, enquanto a sua defesa – que nenhum partido da oposição renega em palavras – só se pode fazer derrubando este governo e destroçando esta maioria, impondo uma nova política, diferente de todas aquelas que foram permitindo a revisão, na prática, da lei fundamental.

Isto é, os trabalhadores, em vez de estarem a preparar conscienciosa e activamente o derrube do Governo, quer-se que estejam suspensos pelo beicinho das peripécias desta Assembleia na expectativa de verem sair uma Constituição melhorada com o voto da AD, e dispostos a confiarem a sua defesa àquelas mesmas instituições que a deixaram esvaziar de conteúdo prático.

Olhando talvez para Eanes, pois sempre poderá acontecer que a CEE, a NATO e a recuperação capitalista e latifundista seja, com ele, mais suave e que as ingerências estrangeiras, as bastonadas, as prisões, as balas de G-3, as falências, os despedimentos e a miséria sejam mais suportáveis.

É chegada a altura de perguntar ao Sr. Presidente da República – que ontem no almoço dos oficiais do quadro permanente comemorativo do 25 de Abril, disse estarmos a chegar ao fim do «período de transição» – de que transição se trata afinal. Transição para onde? Já chegámos ao socialismo, como manda a

Constituição? Já estão criadas as condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, como manda a Constituição? Estaremos a chegar à sociedade sem classes, como manda a Constituição?

Basta olhar para o ar esplendoroso dos deputados sentados neste hemicírculo e depois irmos dar uma espreitadela aqui perto, ao Bairro da Liberdade ou à Musgueira.

Boa transição esta a que assistimos desde o 25 de Novembro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A crise de que todos se queixam apenas é suportada pelo povo. Os ricos não sentem crise nenhuma, pois estão cada vez mais ricos e luzidios.

O programa do Governo é o programa da CIP e da CAP.

Uma voz do PSD: – Não apoiado!

O Orador: – Para debelar a crise e encontrar uma alternativa de acordo com os interesses populares é necessário, em primeiro lugar, derrubar este governo. É essa a tarefa prioritária e essencial para os operários e camponeses, para o povo em geral.

Para derrubar o Governo, há que enfraquecê-lo ainda mais e não lhe abrir caminho para guinar mais à direita, acochado como está pela crise e pela luta dos trabalhadores.

Para isso temos de impedi-lo de levar por diante o seu programa antipopular e antinacional. Não aceitar cumprir a legislação reaccionária, resistir, acumular forças, lutar com firmeza e unidade.

Não há que esperar pela revisão da Constituição, há que impedi-la na prática. Não há que esperar pelas eleições autárquicas, há que não permitir que o Governo chegue às autárquicas, não há que esperar pela entrada na CEE, há que impedi-la. Não há que aguardar que Eanes ou os partidos democráticos arranjem alternativa, com medo que o Poder caia na rua. Há que dizer que na rua estão os trabalhadores, que já mostraram em 1974/1975 que são mais capazes de cuidar dos seus interesses do que os banqueiros, os doutores, os tecnocratas ou os generais.

E essas alternativas já as conhecemos a todas.

Precisamos é de pôr em prática a nossa, a do povo.

E essa começa na situação actual, por tomar em mãos a continuação da luta. Fazer ouvir a voz dos trabalhadores e não esperar que outros falem por eles. Construir a unidade na base e nas organizações operárias e populares, não ficando dependentes de negociações partidárias nem da acção parlamentar.

O Governo dirá que isso não é democrático, pela simples razão de que dentro do Parlamento faz o que lhe apetece e fora do Parlamento perde a maioria e perde o pé. Mais uma razão para lhe não darmos ouvidos.

À fome e à repressão os trabalhadores responderão com greves e manifestações, com uma nova greve geral. Exigindo melhores salários, o fim dos contratos a prazo e dos despedimentos, o con-

gelamento dos preços e o fim do pacote laboral e da repressão nas empresas.

Mas a exploração da classe operária acentuar-se-á e o seu nível de vida degradar-se-á sempre, enquanto a política for determinada pelos interesses do capital. Por isso, a sua luta deve ser sempre perspectivada no sentido de impor a sua política própria.

Os camponeses devem pôr em acção a sua enorme força revolucionária e lutar, lado a lado, com os operários pelo pão, pela educação e pela saúde, e não confiar mais nos caciques, nem nos senhores, antes devem levantar-se contra eles e contra o seu governo, impondo condições justas que acabem com a miséria e a submissão de quem trabalha a terra.

Assim, todos os trabalhadores, as mulheres, os jovens e os reformados, encontrar-se-ão numa unidade de ferro, porque alicerçada na defesa de interesses comuns, e saberão impor, pela sua luta dura e firme, um governo de unidade popular, esse sim reatando os caminhos do 25 de Abril.

Então o bem estar será possível porque a terra será de quem a trabalha, a produção planificada, controlada e dirigida pelas organizações dos trabalhadores, com os técnicos e intelectuais progressistas dando o seu valioso contributo. Produzir-se-á para satisfazer as necessidades do povo e não a sede de lucro dos capitalistas.

O povo controlará a economia e pô-la-á ao seu serviço por forma a garantir a alimentação, a saúde, a educação, a habitação e o emprego para todos, pois só aos exploradores interessa fazer lucros à custa das, necessidades, do povo.

A liberdade para o povo será garantida pela sua própria organização e pela repressão dos fascistas.

Hoje assistimos exactamente ao contrário: reprime-se o povo, prendem-se os antifascistas, como Isabel do Carmo e Carlos Antunes, enquanto os pides e os bombistas andam à solta e os fascistas se organizam impunemente.

A independência nacional será garantida pondo fim à nossa dependência dos estrangeiros; democratizando as forças armadas e pondo-as sob controle do povo; saindo da NATO e acabando com a ocupação das nossas bases pelas tropas americanas e alemãs; impedindo a instalação ou permanência das armas nucleares no nosso território, a fim de contribuirmos para garantir a paz; explorando racionalmente as nossas riquezas naturais; não entrando para a CEE, onde o desemprego alastra de forma devastadora, o que apenas favoreceria as multinacionais europeias e os grandes capitalistas nacionais, nem aceitando negociar com o FMI, que apenas pretende pôr a nossa economia e a nossa política ao serviço dos grandes interesses financeiros dos Estados Unidos da América.

Teremos as melhores relações com os povos do Mundo, económicas e culturais, dentro do maior respeito mútuo e da reciprocidade de interesses.

Daqui saudamos as heróicas lutas dos povos oprimidos pelo racismo, pelo imperialismo, pelo colonialismo e pelo fascismo. Muito especialmente saudamos o povo irmão de Timor Leste, vítima de um brutal genocídio perpetrado pelo fascismo indonésio, perante a criminoso indiferença, até agora, do Estado Português. Enquanto o povo Maubere não alcançar a sua liberdade, o 25 de Abril estará manchado.

Impondo um governo de unidade popular, a cultura do nosso povo, sintoma vigoroso da sua vitalidade, reflexo da sua história, da sua vida e da sua luta secular contra a opressão e a exploração, pela liberdade e pela felicidade, desenvolver-se-á sem entraves rumo ao futuro. São estas as promessas de Abril. São estes os caminhos de Abril. É este o sentido de comemorar Abril.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado António Taborda.



O Sr. António Taborda (MDP/CDE):

— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Comemora-se hoje mais um aniversário da festa da esperança e da libertação.

A festa acabou há muito.

A esperança, essa, renova-se cada dia e, apesar dos acidentes de percurso, vai dando vida aos cravos, que dentro de nós teimam em não murchar.

E neste tempo de Abril renovado convém reflectir sobre o seu mais essencial e mais dinâmico valor — a libertação: algo mais que a vaga liberdade, vector entre a luz, que contém, e as trevas, que se opõem e nos tentam impor, ela só capaz de fazer mover as nossas azenhas.

Com o desaparecimento da opressão fascista, o 25 de Abril trouxe-nos novas formas de relacionamento entre as pessoas, agora libertas dos esbirros e das censuras várias, pensando e agindo apenas e só em conformidade com a sua consciência, construindo com mãos limpas de medo o futuro próprio e colectivo.

Porque a todos passou a ser reconhecido o direito de dizer a sua palavra, as populações começaram a participar na resolução concreta dos problemas colectivos, em todas as estruturas do poder autárquico, nos sindicatos, nas colectividades e nas mais diversas formas de organização, enfim dando vida e pulsação ao corpo da comunidade.

A imaginação liberta, enfim, das peias que a espartilhavam, explodiu numa criatividade fecunda no campo social, político e cultural, o que constitui o verdadeiro cerne da Revolução de Abril.

O direito à alegria instalou-se simultaneamente com o dever da vigilância democrática.

Foi então possível iniciar o longo caminho da libertação do povo português, as transformações económicas e sociais necessárias, a justiça social, a democracia, o exercício efectivo das liberdades, e, com a participação popular, abrir o caminho da construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

E hoje, passados que são 8 anos, podemos aperceber-nos do que seria este país se o 25 de Abril não tivesse ocorrido, como e quando ocorreu: os milhares de mortos que se teriam somado aos que

houve nas guerras coloniais, as centenas de democratas que teriam entrado nas prisões políticas, a miséria e a fome que afligiriam o povo português, o caudal da emigração, a paz podre do cemitério vivencial que éramos.

Daí que nenhum democrata consinta que os velhos abutres regressem para implantar o seu reino.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP, da UEDS e de alguns deputados do PS.

No entanto, a situação actual é deveras preocupante.

A suspeição instalou-se nos próprios lugares de trabalho, levando à desconfiança diária; a intriga política avoluma-se e sai dos corredores do Poder para a praça pública; deteriora-se o convívio entre as pessoas e degrada-se, dia a dia, a vivência democrática, aqui mesmo nesta Câmara; nalgumas camadas da população começa a insinuar-se certo desencanto por algumas instituições democráticas, mercê do comportamento das forças actualmente no Poder.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O custo de vida começa a tornar-se insuportável mesmo para as camadas médias da população, para as quais o crédito é impraticável, a inflação sobe em flecha e a dívida externa tomou uma tal dimensão que é já uma grave hipoteca sobre o futuro do nosso país.

O direito ao serviço nacional de saúde geral e gratuito não passa de um conceito constitucional sem qualquer conteúdo, ou melhor, com conteúdo contrário, através das taxas ditas «moderadoras», do incentivo à medicina privada, do duplo agravamento dos medicamentos. O direito à habitação foi sendo, sucessivamente, contrariado pela legislação avulsa antiarrendatário, o desapoio e subalternização das cooperativas de habitação, as subidas in comportáveis das taxas de juro e a inexistência de política de solos.

O desemprego atinge níveis nunca alcançados e o primeiro emprego é hoje uma miragem, lançando a juventude numa inactividade forçada, geradora de todas as possíveis degradações. Os contratos a prazo, que de excepção passaram a regra no mundo laboral, lançam os trabalhadores na incerteza do emprego e do pão, que mingua e custa cada vez mais caro.

A corrupção, o nepotismo e o compadrio estão hoje erigidos em sistema e corroem o aparelho do Estado, com especial incidência nas suas cúpulas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os contravalores culturais e morais são acolhidos como dogmas, numa clara inversão, que apenas acentua a intolerância

e o obscurantismo crescentes que tentam voltar a impor-se neste país de Abril, num nítido retorno ao passado de tradição ultramontana. Na verdade, quando uma vereadora do pelouro da cultura de uma câmara de uma cidade nortenha se recusa a promover nas escolas do concelho espectáculos de Gil Vicente, por entender que este autor é comunista, ou quando um secretário de Estado da Cultura se recusa a comemorar oficialmente o 4.º Centenário de Camões – porventura pelas mesmas razões – isto é obscurantismo e sectarismo primário.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.

Mas a intolerância revela-se ainda no dia a dia democrático, na incapacidade de diálogo do Poder entre os seus órgãos e deste com os cidadãos, designadamente os trabalhadores.

Daí as greves justas de quase 60% dos trabalhadores por conta de outrem, reveladoras da intransigência do Poder e da sua incapacidade em concertar os parceiros sociais.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): – Muito bem!

O **Orador**: – Na área da educação, desde as associações de pais até aos vários sindicatos de professores, todos se sentem submersos em ineficácia, confusão e falta de horizontes.

Em suma, os contravalores de Abril tentam instalar-se.

E é neste contexto preocupante que se procede a um acontecimento político central para o nosso viver em sociedade: a revisão constitucional.

A Constituição de 1976 foi a tábua em que se planejaram os direitos, liberdades e garantias individuais, sociais e económicos conquistados por um povo na sua revolução.

Por isso, pouco depois da sua promulgação, aqueles que lutaram e lutam contra ela começaram a exigir a sua revisão. Tornada impossível a via referendária – pela vitória da liberdade e da tolerância – é tentada a negociação despuorida e desesperada para repor o falso neutralismo económico e a assépcia social no nosso texto fundamental.

Há um ano que se desenrola nesta Câmara o processo da revisão, que, como se sabe, começou com a apresentação dos quatro projectos da AD, FRS, PCP e MDP/CDE, depois remetidos a uma comissão eventual, cujos arrastados trabalhos, numa caminhada oscilante, estão hoje em fase final.

É sabido que o projecto do MDP/CDE parte do princípio de que a Constituição continua ainda hoje a corresponder, quer quanto à estrutura, quer quanto ao conteúdo, aos interesses do povo português.

Admitiu o MDP/CDE que no seu projecto se substituisse o Conselho da Revolução. Ponto é que tal substituição não vá mexer

no actual sistema do equilíbrio de poderes entre os vários órgãos de soberania, isto é, que a distribuição dos poderes que hoje detém o Conselho da Revolução se faça equitativamente entre os restantes órgãos de soberania directamente eleitos pelo povo, de molde a que a estrutura do poder político se mantenha equilibrada.

Ora para além de outras questões de menor relevância, não nos parece que o consenso maioritário a que se veio chegando em sede de Comissão mantenha o referido equilíbrio, para além das três questões essenciais ainda em aberto: a da dupla responsabilidade do Governo, a do enquadramento institucional das forças armadas e a da composição do Tribunal Constitucional.

Quanto à primeira, é obvio que a sua manutenção é pressuposto *sine qua non* do próprio regime semipresidencialista indubitavelmente consagrado na nossa Constituição. Derrogá-lo seria derogar o próprio tipo de regime em que temos vivido e regressar ao puro parlamentarismo da monarquia constitucional e da I República, cujos malefícios foram escalpelizados sempre pela nossa melhor inteligência, desde Herculano e Antero a Ramalho e Eça de Queiroz até Teixeira Gomes e António Sérgio.

Quanto ao enquadramento institucional das forças armadas, entendidas na especialidade do contexto histórico e no compromisso com o regime democrático que assumiram em 25 de Abril de 1974, continuamos a considerar que soluções que apontem no sentido da sua dependência predominante do Governo levariam, inevitavelmente, à sua participação, o que, no quadro da actual estrutura do poder político, é altamente preocupante para o futuro do regime democrático.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): – Muito bem!

O **Orador**: – Da composição do Tribunal Constitucional dependerá, em última instância, o respeito ou o esvaziamento da Constituição. Por isso, e porque esta é a Constituição de Abril, ele deve ser composto por cidadãos que tenham dado inequívocas garantias de identificação com o regime democrático.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): – Muito bem!

O **Orador**: – E porque falo deste tema, e porque se vier a concretizar-se a revisão constitucional brevemente, será esta, porventura, a última vez que teremos aqui, enquanto tais, os Srs. Conselheiros da Revolução, não queria o MDP/CDE deixar de assinalar o quanto foi decisivo para o País e para a manutenção da democracia e do espírito do 25 de Abril o papel do Conselho da Revolução, enquanto garante da constitucionalidade das leis.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.

E, se V. Exas., Srs. Conselheiros, tiveram, por vezes, actuações que não mereceram o nosso acordo, o saldo da vossa acção é altamente positivo, mormente nas questões fundamentais.

Por isso, e pela dignidade que têm imprimido às vossas decisões, merecem o nosso respeito, a nossa consideração e a nossa solidariedade política.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.

Sr. Presidente, dei conta até agora de algumas preocupações que ao MDP/CDE merece a actual situação política, social, económica e cultural do País.

Sabemos, porém, que neste campo não estamos sós e que por vezes falsas cargas ideológicas, antepondo-se a uma visão concreta dos problemas, ou impossibilitam mesmo o encontrar das soluções mais eficazes.

Porém, em vários sectores desta Câmara há democratas que se encontram apreensivos com a marcha da democracia e que reconhecem a existência de perigos que ameaçam as instituições democráticas.

Não é fácil, porém, encontrar no plano político soluções que concretizem os desejos maioritários dos democratas desta Câmara e de fora dela.

No entanto, a própria agudização das condições vai propiciando a convergência.

Verifica-se, por isso, abrirem cada vez mais perspectivas favoráveis a que democratas com diversos posicionamentos políticos e ideológicos consigam encontrar os planos de consenso indispensáveis para enfrentar os graves problemas do País e alcançar o imprescindível empenhamento dos Portugueses no esforço de recuperação económica que se impõe, fortalecendo as instituições democráticas, num espírito de tolerância e clareza de propósitos.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): – Muito bem!

O **Orador**: – Comemorar Abril é manter intacta a capacidade de sonhar, mas é também perguntarmo-nos como o poeta:

Quem construiu a Tebas das sete portas?

Nos livros estão os nomes de reis.

Foram os reis que arrastaram os blocos de pedra?

Nas praças, ruas e aldeias deste país o povo saúda Abril, porque Abril é o povo.

A convergência de quantos comungam no espírito de Abril será possível e autêntica se tiver o povo como sustentáculo e os seus interesses como objectivo.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP e da UEDS.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso



O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: 25 de Abril de 1974.

Oito anos volvidos, quantas vezes não teremos colocado a nós próprios a mesma pergunta: que é feito das esperanças de Abril? Qual é afinal a realidade que Abril nos trouxe?

Perante uma situação de crise: crise política, crise económica e crise social, não são infelizmente poucos os que, ou porque nunca acreditaram em Abril, ou porque dele esperaram milagres que a transformação social não comporta, esquecidos ou ignorantes de que essa transformação é um longo processo de empenhamento colectivo, feito de avanços e recuos, confundem o seu cepticismo e a sua vontade de deserção com a vontade colectiva, como ontem confundiram a impaciência do seu vanguardismo com essa mesma vontade colectiva.

Para uns, para aqueles que nunca o quiseram, há na invocação repetida dos insucessos de Abril o desejo de ver desfeito um pesadelo incómodo; para outros, a procura de alibis que justifiquem um retorno, mais ou menos tranquilo, ao tempo de ontem, à vida vivida para dentro de círculos estreitos, à teia dos conformismos cúmplices, entretecida pela teorização dos seus próprios desencantos.

Houve erros? Multiplicam-se as dificuldades?

A democracia não é o «abre-te, Sésamo» de uma vida instantaneamente transformada.

Oito anos depois da revolução perfilavam-se por detrás do Poder os que foram poder antes da revolução?

É uma verdade de sabor amargo. Só que o Poder já não é o mesmo, o País é outro, nada é igual ao que foi.

Há conquistas que o 25 de Abril nos trouxe e que, integradas no quotidiano de um povo, só quando pela força se espezinhe a vontade desse povo podem ser, e mesmo assim passageiramente, destruídas.

O Sr. César Oliveira (UEDS): – Muito bem!

O Orador: – Olhemos este país que é o nosso, estes homens e estas mulheres que lutam por uma vida melhor e mais digna e

esqueçamos, por momentos, o muro das lamentações político-intelectuais em que tantas vezes deixamos que esbarre a nossa atenção.

Que fazem eles quando voltam para casa após um dia de trabalho? O que discutem? O que pensam? O que sonham?

Ficam todos a rever-se com delícia ou indiferença na televisão do Sr. Proença de Carvalho? Encasulam-se na discussão dos seus próprios problemas pessoais? Intoxicam-se com os sedativos das receitas médicas seladas a 25\$ a peça?

Talvez alguns, aqueles excessivamente acobardados pelas dificuldades do dia a dia, mas nem todos.

Senão como teriam florescido e como poderiam viver tantos e tantos milhares de actividades colectivas que se multiplicam por esse país fora?

Senão, como haveria escolas de música que surgiram do nada para as crianças das aldeias, criadas e animadas, quantas vezes, por homens que de música nem uma nota sabiam?

Senão, de que vontade seriam feitos os grupos de animação cultural que vão nascendo e renascendo, sem outro apoio que não seja o entusiasmo dos que neles se empenham? Como seria possível a redescoberta de um património cultural enterrado ao longo de decénios no conformismo do folclore asséptico para consumo da Emissora Nacional e manipulado com um provincialismo tolo de exaltação das «virtudes da raça».

Como se constituiriam, quase sem incentivos, com meios limitadíssimos, os grupos desportivos que enquadram os atletas de domingo?

Como seria possível a persistência teimosa, contra ventos e marés, das experiências autogestionárias e cooperativas?

Como seria possível a resistência dos trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo, o empenhamento de tantos milhares de militantes políticos e sindicais?

Para além dos erros, dos insucessos, do que se quis e não se alcançou, é esse também o país real; são essas, muitas vezes, as formas de expressão de um povo que traduzem afinal a liberdade reencontrada, a dignidade que quotidianamente se assume e concretiza na procura colectiva e participada de um futuro comum; são essas, muitas vezes, as expressões mais autênticas e indeléveis da presença de Abril e do que Abril significou.

Vozes da UEDS: – Muito bem!

O Orador: – Mas, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, se procuramos não esquecer o país real, se procuramos olhar para além das paredes deste hemiciclo e das frustrações de uma classe política – tantas vezes divorciada desse mesmo país real – se não ignoramos o que são as afirmações quotidianas da presença e da vitalidade do 25 de

Abril, e por isso mesmo recusamos o coro dos que, com persistência e aplicação, todos os dias tentam entoar o seu *de profundis*, não levamos o nosso voluntarismo ou a nossa ingenuidade ao ponto de esquecermos as ameaças que sobre ele pesam, nem julgamos útil esconder, numa idílica homenagem ao 25 de Abril, como essas ameaças se amontoam por detrás da degradação a que um governo incompetente e divorciado dos interesses da grande maioria tem conduzido as condições de vida do povo português. Degradação bem patente no agravamento da situação económica que, muito para além da linguagem fria das estatísticas, que apenas perturba os iniciados, se faz duramente sentir no dia a dia de centenas de milhares de assalariados que a inflação não poupa, na crise sem precedentes da nossa agricultura e no abandono a que são votados os que nela trabalham, nos riscos permanentes de falência que espreitam os pequenos e médios comerciantes e industriais. Degradação bem patente também num quadro social em que todos os dias aumenta o número de desempregados, em que cresce o exército dos que procuram um primeiro trabalho ou buscam sem sucesso uma habitação, em que a assistência médica se vai tornando cada vez mais, de novo um privilégio, em que a desorganização e o improvisado campeiam na educação e no ensino, em que — e a lista podia, lamentavelmente, alongar-se — a comunicação social estatizada se transforma não apenas em instrumento de manipulação política imediata, mas, bem mais perigosamente, no suporte de um processo de embrutecimento colectivo. Degradação que atinge directamente as próprias instituições, pela imagem que delas vai dando um Governo sem direcção, sem vontade e sem rumo e uma maioria parlamentar que por ele deixou de terçar armas e o vai apenas suportando sem entusiasmo nem convicção ...

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — ... um governo que, pelo seu comportamento, se tornou cúmplice da propaganda que insidiosamente se desenvolve contra a instituição parlamentar e que será — extinto o Conselho da Revolução — o alvo preferencial das forças reacçãoárias e antidemocráticas; uma maioria que aceitou desde início, tentar transformar esta Câmara numa simples câmara de registo das decisões governamentais.

Vozes do PSD e do PPM: — É falso!

O Orador: — Degradação económica, degradação política, degradação social que são o esteio de uma campanha de descrédito

das instituições, que, cedo ou tarde, talvez mais cedo do que tarde, quando não se arrepie caminho, encontrará porventura terreno fértil no descontentamento legítimo dos que não encontram resposta para os problemas com que se debatem.

Campanha que pretende transformar, em balanço do 25 de Abril, o balanço de três anos de governação AD; campanha que a direita compreensivelmente estimula e orquestra e de que, já menos compreensivelmente, certos sectores da esquerda se fazem eco. Mas o balanço do 25 de Abril não pode confundir-se com o balanço de três anos de governação AD e se a presença da AD no Poder, porque resultado de uma maioria parlamentar que o voto legitimou, é o preço da democracia, essa presença não se confunde com a democracia, porque esta é também, é sobretudo o direito de colectiva e livremente dizermos basta!

As nuvens avolumam-se no horizonte político e económico do País, mercê não apenas da ineficácia e da incapacidade da maioria parlamentar e do Governo, que são reais, mas, mais do que isso, das próprias opções políticas de fundo dessa maioria e desse governo.

Não se pode consentir que o aviltamento acelerado da situação, o fechar de perspectivas, o desespero dos amanhãs cinzentos sirvam de pretexto às soluções autoritárias ou nos arrastem para a procura das soluções providenciais.

A distância imensa que separa a realidade que hoje nos cerca das promessas que o voto sufragou não é apenas bastante para legitimar o recurso ao veredicto popular, faz dele o único juiz perante uma crise em que é o próprio futuro da democracia que está em jogo. E que se não diga que não há alternativa!

Afirmá-lo seria afinal negar o próprio 25 de Abril.

A sua construção é difícil?

Admiti-lo é uma simples questão de bom senso. Mas, dificuldade e impossibilidade não são sinónimos. Aceitar que o fossem seria demitir-nos das nossas próprias responsabilidades.

Os que se reconhecem nos valores que hoje são postos em causa por um governo que, quando os não nega, os compromete saberão entender-se na defesa desses valores e na construção de uma alternativa que seja a expressão verdadeira do que a identificação popular com o 25 de Abril significou: o desejo de um povo de mudar de política para por suas próprias mãos mudar de vida. O nosso empenhamento na construção dessa alternativa será afinal a medida da nossa fidelidade ao 25 de Abril e a única homenagem autêntica aos que o fizeram e a todos quantos, porque nunca desertaram o combate pela liberdade, o tornaram possível.

Aplausos da UEDS, do PS, do PCP, da ASDI e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.



O Sr. Jorge Miranda (ASDI): – Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Srs. Juizes, Srs. Presidentes das Assembleias e dos Governos Regionais, Srs. Titulares de outros Órgãos Constitucionais, Senhoras e Senhores: Reunimo-nos, de novo, para festejar o 25 de Abril. É para recordar a alegria e as emoções das ruas e das almas; a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados; a extinção da censura e da polícia política; a livre formação de partidos e sindicatos; a restituição das demais liberdades cívicas e laborais; o fim das guerras.

Celebramos o 25 de Abril de 1974 e celebramos, ao mesmo tempo, o 25 de Abril de 1975 e o 25 de Abril de 1976 – porque não podemos separar nenhuma destas datas. Celebramos a Revolução e celebramos a eleição da Assembleia Constituinte e a entrada em vigor da Constituição – porque a Revolução só adquiriu legitimidade quando devolveu a soberania ao povo pelo voto e quando se acolheu à expressão da vontade do povo na Constituição.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: – Muito bem!

O Orador: – Homenageamos o Movimento das Forças Armadas e homenageamos todos os homens e mulheres que, ao longo de décadas, não cederam à ditadura, souberam resistir, souberam trazer a esperança – tantos e tantos, entre os quais quereríamos hoje salientar as duas figuras ímpares do general Sarmento Pimentel e do Bispo D. António Ferreira Gomes.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do Sr. Deputado Sanches Osório (CDS), da UEDS e do PPM.

Daqui saudamos os militares de 25 de Abril de 1974, sem excepção.

Aplausos da ASDI, PS e UEDS.

Fixamo-nos, fixamo-los nesse dia e, independentemente de tudo quanto foram e fizeram antes ou depois, lhes manifestamos o nosso reconhecimento e a nossa solidariedade.

Saudamos, porém, em especial os militares de Abril que cumpriram o Programa do MFA, os militares de Abril que asseguraram que as instituições se tornassem – como se dizia no Programa – «pela via democrática indiscutidas representantes do Povo Português», os militares de Abril que em 25 de Novembro foram fiéis à democracia pluralista ...

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e do PPM.

... os militares de Abril que, tendo tido todo o poder, o não quiseram para si e o entregaram aos cidadãos e aos eleitos dos cidadãos.

Uma palavra de justiça é devida aos conselheiros da Revolução, os quais, decerto pela última vez, nessa qualidade comparecem nesta Assembleia, agora que se aproxima o termo das suas funções.

Por nós, que sempre sublinhámos o carácter excepcional e transitório do órgão e que sempre adaptámos uma postura independente a seu respeito, sentimo-nos à vontade para afirmar que o Conselho da Revolução esteve à altura da sua missão. Se divergimos de intervenções públicas de conselheiros, não esquecemos as provocações, as calúnias e os ataques de que foram alvo.

Aplausos da ASDI, do PS, do PCP, do MDP/CDE e da UEDS.

Se divergimos de algumas das suas deliberações, não deixamos de considerar prudente, discreta, globalmente positiva a maneira como velaram pela garantia da Constituição e pela inserção das forças armadas no Estado democrático.

Vozes da ASDI: – Muito bem!

O Orador: – Os conselheiros da Revolução podem e devem sair de cabeça erguida, com honra e com mérito.

Aplausos da ASDI, do PS, do MDP/CDE e da UEDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do MFA foi um compromisso que se consubstanciou noutro compromisso, a Constituição da República.

A Constituição foi e é um compromisso, num duplo sentido: no de consagração de ideias e propostas vindas de vários quadrantes, correspondentes aos partidos representados na Assembleia Constituinte e a diferentes correntes de opinião e forças sociais; e no sentido de vinculação recíproca desses partidos a acatarem as normas constitucionais, designadamente as que regem a sua própria revisão.

Foi e é um compromisso político e jurídico e um compromisso ético, base de uma convivência pacífica e ordenada. Além disso, eleita a Assembleia Constituinte por mais de 90 % dos eleitores

inscritos e aprovada a Constituição por mais de 90 % dos deputados, foi e é um compromisso eminentemente democrático — na origem e no modelo de organização do poder político, com respeito dos direitos, liberdades e garantias, pluralismo, sufrágio universal, separação e interdependência de órgãos de soberania, descentralização.

Por coerência — para nós o maior valor em política — não poderíamos, por conseguinte, abdicar de lutar pela Constituição e, mais do que pela Constituição, pela constitucionalidade; de recusar pretensas revisões antecipadas ou plebiscitárias (que seriam rupturas institucionais e aventuras de consequências imprevisíveis) ...

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — ... e de reivindicar para o Parlamento, na observância dos princípios constitucionais fundamentais, o exclusivo das decisões de revisão.

Por coerência e porque nunca advogámos uma democracia absoluta, um poder do povo sem limites ou um poder sem limites de quem falasse em nome do povo. Quisemos e queremos, sim, implantar um Estado de direito democrático, assente em regras precisas e estáveis e em valores de segurança e liberdade a que fica sujeito o próprio povo.

De resto, a revisão em curso aí está a demonstrar como o realizar-se nos exactos termos de Constituição não só era e é necessário enquanto elemento de institucionalização da vida pública no nosso país como ainda possível enquanto processo de discussão democrática. A revisão em curso aí está a demonstrar como era e é possível fazer participar todos os partidos parlamentares numa obra comum, como era e é possível os deputados reunirem-se durante meses e meses em espírito de diálogo, como era e é possível confrontarem esquemas não raro antagónicos e chegarem a soluções de consenso.

Nós, sociais-democratas independentes, congratulamo-nos com este facto. E tanto mais quanto fomos nós que, em 23 de Abril do ano passado, desencadeámos o processo de revisão, apresentando o primeiro projecto. Congratulamo-nos ainda porque, na medida das nossas possibilidades, nos temos empenhado na revisão e concordamos, no essencial, com os resultados que se têm obtido quanto a aperfeiçoamento e actualização de preceitos, desconfeccionização ideológica, direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores, clarificação do sistema de economia mista e concorrencial de sectores público, privado e cooperativo, substituição do Conselho da Revolução por novos órgãos e com redistribuição equilibrada de competências.

Nem tudo está feito, restam alguns problemas por resolver. De qualquer sorte, muito em breve abrir-se-ão no Plenário os debates. E desejamos que sejam debates de nível elevado, com

transparência e lealdade. Assim como esperamos que, depois, a revisão seja assumida responsabilmente pelos partidos, pelas instituições constitucionais, pelos cidadãos.

A revisão constitucional de 1982 tem de ser um novo compromisso jurídico, político e ético para consolidação da democracia portuguesa e canalização das energias nacionais para os grandes desafios da nossa época.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É num ambiente misto e talvez contraditório de preocupação e de confiança que comemoramos o 25 de Abril.

Preocupação diante dos problemas de ensino, de saúde, de habitação e de transportes; diante do desemprego e da inflação; diante dos bloqueios à juventude e à criação cultural; diante das múltiplas formas de corrupção e de economia paralela. Preocupação e frustração em face das deficiências dos mecanismos parlamentares e partidários; em face do anquilosamento e a hipertrofia da Administração Pública; em face dos erros da regionalização; em face da não reconversão do sistema produtivo; em face das dificuldades da adesão à CEE; em face da passividade perante a ocupação de Timor. Principalmente, inquietação, em face da crise económica, à qual, por certo, não vão dar resposta adequada as recentes medidas do Governo.

Com estas medidas (tomadas, infelizmente, à margem do Parlamento), sacrifícios mais duros vão acrescer àqueles que os Portugueses já têm de suportar. E tudo indica que são puras medidas conjunturais, que nada irão resolver a curto prazo e que não trarão o constante empobrecimento de vastas camadas sociais.

Falta-lhes um claro objectivo mobilizador e convenientemente articulado dos interesses diversificados de trabalhadores, investidores e empresários; falta-lhes autenticidade e perspectiva de justiça social.

Não seremos nós, todavia, a criticar sem preconizar a formulação de alternativas concretas e rigorosas. Pois não basta apontar as incapacidades de sucessivos governos; é necessário ter a coragem de dizer a verdade ao País e do País; e é necessário cada vez mais chamar os Portugueses ao trabalho, ao trabalho competente e organizado, afastando do nosso horizonte o recurso aos mitos sebastianistas ou ao providencialismo de Estado.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e do PPM.

Ao mesmo tempo, Senhoras e Senhores, há fortes motivos de confiança, mais fortes do que os problemas, as angústias e os riscos que temos de enfrentar.

Provámos, nas mais complexas vicissitudes, que éramos capazes de viver em regime democrático — e não apenas democracia política mas também económica, social e cultural, e não apenas a nível de Estado mas também a nível local. Os Açores e a Madeira

tornaram-se regiões autónomas e começaram a corrigir-se as distorções da insularidade (mal-grado os lamentáveis egoísmos neocentralistas que subsistem). As forças armadas estão disciplinadas. Integraram-se centenas de milhares de refugiados. Estabeleceu-se um novo relacionamento, como povos soberanos, com os povos africanos de expressão portuguesa (bem evidenciado nas viagens do Presidente Ramalho Eanes). Temos liberdade e tranquilidade pública, reduziram-se as intolerâncias, atenuaram-se desigualdades, repararam-se injustiças pré e pós-revolucionárias. Antes do 25 de Abril éramos um país com três guerras, agora estamos em paz. Estávamos isolados, agora estamos presentes em toda a parte. Éramos um país amordaçado e parecíamos um povo apático, agora somos conviventes e participativos.
Sr. Presidente da República, Srs. Deputados, Senhoras, Senhores:
O 25 de Abril não foi o início da história de Portugal. Foi um recomeço de dignidade cívica e de transformação colectiva.

Vozes da ASDI: – Muito bem!

O Orador: – À medida que os anos correm, vamos tomando consciência das suas glórias e das suas limitações, dos traumas que se superaram e dos que se criaram, dos desvios que não puderam ser evitados e dos que foram vencidos, das oportunidades ganhas e das perdas, das ameaças que se perfilam e das mudanças que são irreversíveis.

Tirando as lições de tudo isso e com o espírito sereno que o tempo propicia, com o exemplo da nossa reconciliação com os povos africanos, com a firme generosidade das convicções democráticas, procuremos sobretudo avançar no caminho da reconciliação entre os Portugueses.

O 25 de Abril é o dia da liberdade. Façamos dele também o dia da fraternidade, façamos de toda a nossa terra a terra da fraternidade.

Somente a fraternidade garante a liberdade. E é na liberdade que havemos de prosseguir Portugal.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e do PPM.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.



O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): – Sr. Presidente da República, Srs. Membros dos Órgãos de Soberania, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A data de 25 de Abril, que hoje comemoramos aduzindo alguma reflexão à cerimónia que, sem ela, tenderia a resvalar para mero ritual propiciatório, tem sido, apesar de tudo, sinal de contradição.

Entre os que aderem, do coração – e são francamente maioritários – e os que desejariam não aderir mas acham prudente fazê-lo, ou que, rabujentos, discordam e suspiram pelo passado, ou tendem para a indiferença, atitudes divergentes se apresentam ainda entre os Portugueses.

Mas importa começar por afirmar, contra todos os que não festejam sinceramente o 25 de Abril, três asserções.

Primeiro, que ele permitiu pôr termo a uma situação aberrante, injusta e insustentável.

Depois, que não há regime possível para um povo, como o nosso, que já conhece o que é ser livre, senão a democracia.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Finalmente, que o 25 de Abril conteve e mantém em si todas as virtualidades para permitir a realização do bem comum dos Portugueses.

Vozes do PPM, do PSD, do CDS e da ASDI: – Muito bem!

O Orador: – Acerca da primeira daquelas afirmações vale a pena sublinhar que o primeiro e mais significativo sucesso do 25 de Abril foi o de derrubar uma ditadura. O salazarismo, em qualquer das suas edições, deve dizer-se com toda a frieza e sem desperdício de oratórias acaloradas terminou e – esperemos – para nunca mais!

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, de deputados do CDS, da UEDS e do PPM.

Era uma situação deliberadamente abnorme.

Não apenas em função dos princípios éticos ou da coerência lógica.

Era uma anomalia encravada na nossa história.

Ao contrário do que pretendia inculcar-nos a pseudo-cultura oficial,

a tradição portuguesa tendia para o desenvolvimento da liberdade e das instituições democráticas. A ditadura, sim, é que era espúria.

Portugal tinha um passado já longo na demanda e na prática da liberdade, tal como ela é entendida na idade contemporânea.

Raízes mais remotas o prenunciavam. Índícios antigos e curiosos o atestam, como os que ocorriam durante a I Dinastia, quando os forais avançavam e quando a liberdade era termo conotado com a afirmação de Pátria independente («Nós somos livres e o nosso Rei é livre»); ou como no início da II Dinastia, quando a força dos mesteres organizados e a própria arraia miúda participavam decisivamente de um poder então fechado em quase todo o mundo; ou como na Restauração, em 1640, em que os teóricos da coisa pública alicerçavam na soberania popular o fundamento da legitimidade; ou mesmo na própria forma moderada como as modas absolutistas nos atingiram, salvo a excepção pombalina.

Há que lembrar, porém, que depois de 1820, gerações sucessivas dos nossos maiores fizeram dos direitos do homem uma fronteira intransponível a inserir na estruturação e no funcionamento da comunidade política. Com mais ou menos êxitos, através de vicissitudes difíceis, progredindo ou regredindo por vezes, neste caminho árduo e semeado de escolhos, Portugal aderiu à liberdade em consonância com a vanguarda do mundo e antes de muitas democracias hoje consideradas exemplares.

E, quando o fez, marcou indelevelmente o seu dever histórico. Não mais poderá dizer-se, depois da estabilização do constitucionalismo monárquico em meados do século passado, e depois do funcionamento, por muitas décadas, das instituições representativas, que a história de Portugal não incorporou, como autêntica componente essencial, o regime democrático e livre. O que foi feito para o contrariar é que significou algo de estranho, de anacrónico e de inautêntico.

Vozes do PPM e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O salazarismo, nas suas 1ª e 2ª edições, foi não apenas uma opressão para os portugueses que tiveram de sofrê-lo. Foi também um violento atentado contra a nossa própria história!

Vozes do PPM, do PSD, do PS e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Sofremos, directa e indirectamente, as deletérias consequências deste quisto, que diminuiu os nossos direitos e impediu o desenvolvimento das nossas virtualidades. Nós, monárquicos, soubemo-lo, por dolorosa experiência. Quando a intolerância era a lei, e quando usar a liberdade se tornava sinónimo de subversão e crime, nada podíamos esperar da defesa dos nossos ideais. O 25 de Abril foi também para nós, como para todas

as correntes doutrinárias aqui representadas, a insubstituível abertura para submetermos à apreciação dos nossos compatriotas, à luz do dia, no confronto com outras, as ideias que nos são caras.

Só isso, qualquer que seja o passivo que deformadoramente queiram assacar à restituição da liberdade aos Portugueses, vale, na nossa óptica, mais do que tudo o resto.

Sem democracia, sem respeito pelos direitos dos cidadãos, sem a entrega séria ao povo da possibilidade de decidir pelo voto livre das opções que lhe dizem respeito, não há verdadeiramente regime, nem pode falar-se em política a sério. Haverá, sim, arbitrariedade, oligarquia, trapaça e, afinal, estabilidade impossível.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS, da UEDS e da ASDI.

É que as ditaduras são provisórias por natureza. O seu horizonte máximo, cinge-se à duração da vida do ditador, ou à simples inércia das consciências por despertar. As ditaduras são precárias, ainda que fujam para a frente, para o belicismo – como aliás está na sua lógica. O definitivo está na normalidade democrática.

É esta foi a principal e mais notável mensagem do 25 de Abril.

Será, contudo, que nós temos usado ou podido usar essa mensagem em toda a extensão que ela comporta?

É evidente que não. Fazamos, aliás, uma ligeira rememoração de diversos factos que marcaram ou influenciaram bastante os últimos 8 anos.

Como muito bem recordamos, desde cedo se desenhou, dentro do vastíssimo leque de entusiastas do 25 de Abril e da autêntica liberdade, a movimentação daqueles que, resvalando para a tentação totalitária, de sinal inverso, mas de idêntico conteúdo, manobravam tenebrosamente para negar o estatuto de emancipados que os Portugueses haviam recuperado.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – E, para o efeito, esses burlões arregimentados não mostravam pudor em usar de todos os meios. Estruturas aproveitadas da ditadura, oportunistas com o mesmo fato, apressadamente virado ao contrário, métodos iguais, coacção, censura, arbitrariedades, pseudovanguardas oligárquicas, foram mobilizados para conduzir Portugal, de novo, para a servidão.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – O povo, porém, resistiu com firmeza. Militantes anónimos e dirigentes políticos e militares empenharam toda a força moral das suas convicções para fazerem cumprir os indeclináveis ditames da liberdade. E foi possível travar a tracção para o abismo, para a qual os novos ditadores pretendiam conduzir-nos.

Uma travagem que espantou o mundo livre e que poucos paralelos encontra noutros países. Uma travagem que mostrou a personalidade, a serenidade e o senso de um povo que, antigamente, afirmavam impreparado para a democracia, e que os novos candidatos a ditadores julgavam fácil presa das suas ideias sedícias, estioladas e anti-humanas.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS, da UEDS e da ASDI.

Uma travagem que evidenciou como os Portugueses, desde os mais letrados aos menos favorecidos pela sorte e pela erudição, sabem bem, no essencial, descortinar onde estão os lobos disfarçados de cordeiros. E que nenhuma vontade têm de abdicar do que faz já parte do seu património histórico – as instituições livres, na única forma em que são livres, isto é, à maneira do Ocidente.

Vozes do PPM e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Mas dessa tentação negadora da plena liberdade ficaram sequelas.

Ficou um pacto MFA-partidos, que manteve sob tutela os canais mais autênticos de expressão das vontades divergentes e pluralistas, verdadeiro pecado original da nossa actual democracia, que o meu partido se orgulha de ter recusado assinar.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): – Muito bem!

O Orador: – Ficou uma Constituição eivada de dirigismo ideológico, positiva, sem dúvida, em muitos aspectos, mas híbrida no compromisso com a intolerância. Uma Constituição que nos afirma, por um lado, e bem, garantir o critério democrático do Poder e a sua alternância, e, pelo outro, impõe à força o socialismo, mesmo quando os socialistas estão na oposição.

Vozes do PPM e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Uma Constituição que faz da regra da maioria o fundamento da opção, mas que por outro lado entrega à minoria a faculdade de discricionariamente decidir do modelo básico que enformará a nossa ordem jurídica.

Ficaram os escombros de um carnaval de esquerdismo comunista, feito de facilidades e de endividamento, que minou hábitos e estruturas económicas e deixou enfraquecidas as possibilidades de recuperarmos de desequilíbrios que a conjuntura externa agrava, e de atrasos que as novas gerações nos imputarão também.

Vozes do PPM e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Todavia, nada indica que, apesar destas restrições e sacudidelas, o País e o regime se tenham tornado inviáveis. Muitos portugueses, aparentemente cépticos e impacientes, tendem às vezes a increpar os governantes em cada novo sintoma de crise, a generalizar depois a todos os políticos a imputação dos males que afligem a Nação, e a pôr em causa, até, a validade das instituições.

Não creio que estejam disso profundamente convictos, quando o fazem. Os Portugueses têm um senso criterioso, nada superficial nem simplista, que os tornam certos quando toca a apurar responsabilidades. Sabem, lá do fundo, que quando os hábitos de trabalho de todos e cada um dos governados se relaxam generalizadamente, não é do Estado que pode esperar-se salvação; sabem, quando pensam melhor, que quando se não produz riqueza não pode esperar-se que ela seja distribuída indefinidamente; não ignoram que uma economia como a nossa, atrasada e débil desde há muito, não é susceptível de milagres salvadores, quando as poderosas economias das nações mais desenvolvidas atravessam idênticos problemas e deparam com os mesmos bloqueios.

O que também sabem, porém – e isso deve motivar-nos especial meditação – é pedir contas por aquilo que está ao nosso alcance fazer, e não fazemos. Se o sentido do voto que nos deram for por nós incumprido, seja por negligência, seja por qualquer outra razão sem fundamento, seremos então responsabilizados no íntimo dos Portugueses.

Ora a primeira exigência política que pressupusemos satisfazer, foi o funcionamento das instituições. Não devemos, pois, perder de vista que, para além dos interesses contraditórios e divergentes que nos separam na vida política, estará a necessidade de evitar o desgaste das instituições, o desprestígio dos mecanismos de definição do Poder.

E como julgar a pretensão daqueles que apelam para a dissolução da Assembleia e para eleições intercalares, antes do meio da legislatura e quando nesta existe aquilo que é condição necessária e suficiente para que se não abra crise governamental – uma maioria estável e coerente, como tal definida pelo, e perante o eleitorado?

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: – Muito bem!

O Orador: – E como julgar aqueles que apostam na intriga ou na manobra baixa, para minarem a objectividade de uma situação cristalinamente resultante das regras constitucionais, para

imprimirem ao devir político dinâmicas estranhas, subterrâneas e alheias à transparência exposta aos cidadãos?

E que pensar daqueles que enjeitam na prática o programa de actuação submetido ao veredicto das eleições e nelas afirmado e confirmado?

Como exigir dos eleitores que acreditem nos que elegem, se eles, consciente e voluntariamente, procurarem afastar-se desse verdadeiro pacto com a Nação que é o programa eleitoral?

Se há muito, portanto, que não cabe nas nossas possibilidades de políticos solucionar, há igualmente algo que poderemos fazer para aperfeiçoarmos a nossa actuação, seja em que partido militemos, no lado da maioria ou na oposição, qualquer que seja o órgão de soberania em cujas responsabilidades estejamos envolvidos. E já agora, porque nos toca directamente à porta, permitam-me que me refira especificamente a esta Casa, eu, que estarei decerto entre os mais parlamentaristas de V. Exas.

Notemos bem que, quando importa incentivar a produtividade e intensificar os esforços por um labor profícuo, não podemos, nós deputados, perder boa parte do precioso tempo que urge para a feitura de leis em querelas meramente processuais, às vezes emergentes de meras reacções emotivas ou de orgulhos pessoais mal-feridos...

Vozes do PPM e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – ...enrodilhadas em simples verbalismo, sem eficácia nem carga doutrinária. O que a sabedoria do eleitorado não deixará passar sem registo depreciativo será a esterilidade de um Parlamento que, discutindo, embora e necessariamente, com calor, não discuta ideias mas episódios, não produza leis e resoluções mas sim interrupções e adiamentos. Temos imperiosamente de garantir um maior padrão de eficiência aos nossos trabalhos, evitando que nos percamos em questões laterais, sem qualquer significado objectivo.

Esse é, para nós, um imperativo do momento. E o propósito de segui-lo será o mais válido contributo com que, na área das funções que nos cabem, celebraremos o 25 de Abril.

Porque isso nos exige a responsabilidade histórica de sermos membros de um Parlamento votado pelos Portugueses no uso da liberdade que recuperaram naquela madrugada esperançosa!

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS e da ASDI.

O Sr. Presidente: – Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.



O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Em 25 de Abril de 1974, faz hoje precisamente 8 anos, o movimento dos capitães desencadeou um levantamento militar que havia de culminar, triunfante, com o derrubamento da ditadura, a instauração da democracia e, em convergência, historicamente rara, com os movimentos de libertação dos povos das colónias, levaria à liquidação do domínio colonial português, ao restabelecimento da paz e à independência nacional.

O levantamento popular que imediatamente se seguiu e se fundiu com o militar, o apoio, a solidariedade e a participação forte e entusiástica manifestados em todo o País, desde a primeira hora, pelos trabalhadores, pelas camadas laboriosas da população, por todos os democratas, homens e mulheres, velhos e jovens, garantiram não só o triunfo e a rápida liquidação da resistência fascista como permitiram evitar o derramamento de sangue e transformar o movimento revolucionário de Abril na revolução dos Cravos, imprimindo ao regime democrático as suas marcantes originalidades, o seu carácter de profunda justiça social, popular e patriótico.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Oito anos vão passados sobre o esplendoroso amanhecer do 25 de Abril.

Nessa jornada memorável, maior entre as maiores da nossa história pátria, ombro com ombro com os militares, o povo subiu nas ruas, o povo encheu as praças, manifestando, de forma nunca antes alcançada, a sua unidade, o seu querer colectivo, a sua vontade de triunfar da opressão, de vencer para sempre a ditadura e o obscurantismo, de instaurar definitivamente a democracia em Portugal.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Hoje, 8 anos passados, importa reconsiderarmos os caminhos desde então percorridos, importa discernir entre

vitórias e derrotas, entre acertos e desacertos, entre progresso e regresso. Reconsiderar, não com olhar crítico e frio do historiador, que o distanciamento é demasiado curto, menos ainda, a título de balanço ou inventário para liquidação por saldo, mas antes para darmos redobrado vigor e capacidade à nossa luta, cujo objectivo central continua a ser a defesa e a consolidação da democracia portuguesa, nascida há precisamente 8 anos.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

As forças da direita, do regresso, da recuperação e da restauração prosseguem, desde há 8 anos, a sua ofensiva generalizada contra as grandes transformações económicas, sociais e políticas alcançadas pelo povo português com o 25 de Abril.

Durante os últimos anos assistimos à intensificação da exploração dos trabalhadores e, em geral, à degradação das condições de vida das classes e camadas laboriosas, com o aumento do desemprego, a diminuição dos salários reais, o aumento do custo de vida e dos produtos essenciais, dos quais o recente aumento do pão é exemplo marcante, o agravamento dramático das carências habitacionais, a insuficiência e o encarecimento dos serviços de saúde, com o estabelecimento de taxas imorais e incomportáveis, a elitização e o rebaixamento do ensino, a manipulação da cultura e da informação. Repetiram-se e acentuaram-se as tentativas de destruição do sector público e das nacionalizações, visando reconstituir os monopólios. Desenvolveu-se uma ofensiva de destruição da Reforma Agrária que, dia a dia, reconstitui o latifúndio, com o seu cortejo de consequências desastrosas para a produção, o emprego, as condições de vida dos trabalhadores e, em geral, para a economia nacional. Multiplicaram-se e acentuaram-se os ataques e atropelos aos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas, contra o direito ao trabalho e à estabilidade do emprego, contra o exercício dos direitos sindicais, contra o controle de gestão, contra o direito à greve.

Nos dois últimos anos, a acção governativa dos sucessivos governos contra o 25 de Abril, contra os interesses do povo português, empurra o País para o desastre económico, ameaça de total destruição as grandes conquistas democráticas do povo, apela crescentemente para a repressão e desrespeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, consagrados na Constituição e na lei, põe em risco a democracia portuguesa e subordina a dignidade e a independência nacionais às imposições e aos desígnios agressivos do imperialismo.

À medida que foram passando os anos, os ataques das forças da direita reaccionária às conquistas do 25 de Abril generalizaram-se e aprofundaram-se, mas enfrentam a resistência crescente, corajosa, cada vez mais unida e combativa, dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Não fora a extensão, a combatividade e a tenacidade da luta das massas populares em defesa do seu 25 de Abril, das suas conquistas e da democracia portuguesa, há muito tudo teria sido submerso pela vaga reaccionária da direita restauracionista que tem, na permanência do actual governo, o seu grande baluarte.

A continuação da democracia e o prosseguimento de Abril, ao contrário da política de desastre económico e financeiro que vem sendo seguida, exige que, com os trabalhadores e o povo, e não contra eles, se tomem medidas que abram caminho ao desenvolvimento e à recuperação económica, planeando a melhor utilização dos recursos nacionais, adequando a política bancária e de crédito aos investimentos prioritários, promovendo o saneamento financeiro da economia, potenciando os recursos dos sectores público e privado com o investimento tecnológico e diversificação da produção, defendendo a Reforma Agrária e promovendo uma política agrícola que apoie os pequenos e médios agricultores, criando condições para rapidamente eliminar a necessidade de importarmos produtos alimentares, favorecendo o desenvolvimento das pescas portuguesas, nacionalizadas e privadas, saneando os circuitos comerciais especialmente o comércio grossista e o de importação e exportação, minimizando as práticas especulativas, melhorando o nível de vida e promovendo o alargamento do mercado interno, combatendo o desemprego e sub-utilização das capacidades produtivas, contrariando e eliminando progressivamente o desequilíbrio catastrófico das nossas trocas com o exterior, defendendo com tenacidade e segurança os nossos interesses nacionais contra as manobras monopolistas e dos especuladores internacionais e nacionais. Para alcançar tudo isto é imprescindível o empenhamento de todas as camadas laboriosas, através da justiça social e do melhoramento das condições de vida, especialmente das classes mais desfavorecidas. E é indispensável respeitar e consolidar a legalidade democrática, respeitar e consolidar direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Hoje é o dia 1º do ano IX de Abril.

O povo e os democratas, em unidade que penosamente mas seguramente se reconstrói, comemoram nas ruas, por todo o País, o seu júbilo.

Festejam a sua luta e recobram forças para continuar a defender Abril com firmeza, decisão e coragem. Recolhem das derrotas a experiência. Sabem, hoje melhor do que nunca, que só na sua unidade, na unidade das forças políticas democráticas e no prosseguimento, sem desfalecimentos, da sua luta, encontram a salvação da democracia e o caminho da independência nacional e do progresso para um futuro melhor e mais feliz para a Pátria portuguesa.

Conhecem-se os perigos que se agravam e se avolumam, cada dia que passa, com a permanência deste governo, governo da direita abertamente disposta a destruir Abril e a regressar ao seu paraíso, ao império dos monopólios e do latifúndio, ao império da exploração desenfreada, da opressão e da repressão dos trabalhadores e das classes não monopolistas.

Para além das lateralizantes investidas e dos ataques frontais contra a legalidade e o regime democráticos; para além dos sucessivos «pacotes» que degradam mais e mais as condições de vida das classes e camadas laboriosas; para além do vezo classista que coloca os interesses de um punhado de exploradores acima dos interesses nacionais, ameaçando levar o País à catástrofe económica e financeira – a permanência do presente governo e da sua maioria nesta Assembleia criam graves prejuízos para o processo da revisão constitucional, ameaçando convertê-lo em perigosa subversão do equilíbrio e da interdependência dos órgãos de soberania, em gravosa degradação do sentido popular, democrático e patriótico da Constituição, em regressiva alienação de algumas das mais importantes transformações democráticas nela consagradas e em perigosa desestabilização e tentativa de partidarização das forças armadas.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Hoje, dia 1º do ano IX de Abril, a ninguém é permitido diminuir a importância decisiva que pode ter para o regime democrático o resultado da revisão da Constituição. E se os perigos da permanência do governo da AD são evidentes, não menos perigoso seria o pensar-se ser possível aplacar as investidas da direita com cedências, mormente nesta questão essencial para o Estado democrático-constitucional.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Ao contrário, como a experiência mostra, cada cedência transforma-se imediatamente em ponto de apoio para novas e mais gravosas exigências.

O processo é inexorável – quanto mais for cedido à AD, mais ela se fortalece e mais se enfraquecem as forças democráticas e de esquerda e, em consequência, mais enfraquecida será a democracia portuguesa, nascida com o 25 de Abril.

Vivemos uma situação de dificuldades acrescidas para o País, de mais e mais sacrifícios para o povo, de perigos agravados para o funcionamento das instituições democráticas.

Como recentemente foi reafirmado pela Comissão Política do Comité Central, o PCP considera, cada dia mais justificadas e inadiáveis, quatro medidas essenciais à defesa do 25 de Abril e do regime democrático: demissão do governo da AD, dissolução da

Assembleia da República, formação de um governo de gestão e convocação antecipada de eleições legislativas nos termos e nos prazos constitucionais.

Só por infundamentados temores, ou incorrecta avaliação dos perigos da situação que vivemos, haverá democratas que temam estas medidas. O funcionamento das instituições democráticas e o exercício pelos Órgãos de Soberania do seu papel constitucional são, como a experiência tem demonstrado, condições essenciais ao prosseguimento de Abril e à defesa do regime democrático.

A Sr. Zita Seabra (PCP): – Muito bem!

O Orador: – Pelo nosso lado, tudo faremos para que não sejam iludidas as promessas e não feneçam as esperanças há 8 anos renovadas.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Hoje é o dia 1º do ano IX de Abril.

Para milhões de portugueses, grande foi a ventura – viver a Revolução de Abril, viver a revolução dos Cravos.

Especialmente para aqueles que nunca haviam abandonado as primeiras linhas do combate e, por isso, haviam sentido mais directa e dramaticamente a repressão e a opressão da ditadura fascista, a madrugada libertadora do 25 de Abril foi e permanecerá a madrugada do renascimento.

As aspirações e os anseios mais profundos de todo um povo, longamente lutados e reprimidos, transformaram-se, como por encanto, pelo toque mágico da Revolução, numa torrente única e impetuosa, plena de energia criadora, capaz de remover montanhas e de recriar um país novo, liberto e pacífico, onde o povo se sintia como é, construtor do seu próprio destino e juiz supremo dos seus actos.

Saudamos o 25 de Abril e com ele saudamos os melhores filhos da terra portuguesa. Saudamos todos aqueles que, na longa noite fascista, souberam sempre que nem a esperança, nem as ilusões são perdidas, souberam sempre não renunciar, souberam conservar a dignidade humana, mesmo em meio aos mais cruéis sofrimentos, quando nos momentos derradeiros da vida, dada em resgate, para a morte foram empurrados.

Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

E também aqueles que, com os pés bem fincados na terra-mãe portuguesa, não regatearam sacrifícios e resistiram e lutaram e ficaram. E mais aqueles que, homens e mulheres, já depois de 1974, demonstrando coragem e tenacidade sem limites, trabalharam e lutaram para manter abertos os caminhos de Abril e cortar o passo à reacção, ao regresso e à restauração.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Saudamos as lutas de todo um povo, saudamos a classe operária e as massas laboriosas, obreiros da vitória. Saudamos os capitães de Abril pela sua acção heróica em 1974, e pelo que continuam a significar na nossa vida nacional.

Aplausos do PCP, do PS, da UEDS e do MDP/ CDE.

Saudamos o 25 de Abril e com ele saudamos todos aqueles que, vivos ou já mortos, contribuíram para que fosse fria mas leda madrugada e fosse manhã esplendorosa e dia cálido deste povo que fez Abril, feito das suas esperanças, das suas dores, dos seus temores, das suas lutas, da sua coragem, da sua invencível vontade de ser livre entre os livres, de ser nobre e grande como é qualquer povo libertado.

Saudamos todos aqueles que souberam pôr mais um esforço, mais um alento, mais um pedaço da própria vida, e por vezes a vida toda, pedra após pedra, dia após dia, para que Abril fosse, para que o povo se redimisse e se libertasse e fosse de novo senhor incontestado do seu presente e do seu futuro.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Saudamos o povo que explorado nada exigiu em pagamento, que oprimido se libertou e deixou em liberdade os opressores, que reprimido e tripudiado acabou com prisões e torturas e não perseguiu os algozes.

Aplausos do PCP, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

Saudamos Abril, com um sentido único, sem ambiguidade e com uma confiança ilimitada no povo – sempre quisemos Abril, queremos que seja perene, queremos que seja presente e tudo faremos para que seja futuro.

Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: – Pelo Grupo Parlamentar do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.



O Sr. Rui Pena (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ninguém duvida hoje de que nós centristas sempre estivemos e estamos com a democracia, que defendemos a democracia e que pretendemos realizá-la na sua máxima plenitude.

Afirmamo-lo com a consciência tranquila de quem não mudou de rumo ao sabor dos ventos de ocasião.

Uma voz do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Afirmamo-lo, com a responsabilidade de um compromisso, afirmamo-lo, com a legitimidade, e também com a emoção, de quem contribuiu com coragem, e não sem risco e sofrimento, para preservar do 25 de Abril a sua feição democrática e, por esse título, a sua essência popular e patriótica.

Aplausos do CDS.

Legitimidade provada e reconhecida ao longo de 8 anos, tantos quantos os da revolução, durante os quais, com escândalo de muitos, soubemos definir, manter e executar um projecto político diferente. Legitimidade provada e reconhecida enquanto governo, hoje com a AD, como ontem, em 1978, com o Partido Socialista. Em qualquer dos casos, e é o mais importante, legitimidade garantida e sufragada quatro vezes pelo voto popular.

Porque assim é, porque mantemos uma solidariedade essencial indiscutível e indesmentível com a democracia e com os ideais de liberdade e de justiça social que protagoniza, saudamos o autêntico 25 de Abril – não o daquela revolução que foi traída de maneira concertada por uns, e irresponsável por outros, nas aventuras totalitárias que precederam e se seguiram ao 11 de Março, mas o da revolução que acabou por triunfar com o 25 de Novembro e que criou condições para que sejamos um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos fundamentais e no pluralismo de expressão e organização políticas.

Estamos por isso com esta revolução democrática que foi possível reconduzir aos limites de uma rotura de há muito necessária para devolver aos Portugueses a sua liberdade e dignidade de cidadãos,

e para substituir, relativamente a povos africanos tão caros ao coração português, os laços da dominação política por outros mais perduráveis, porque justos e que felizmente tendem a concretizar-se, da fraternidade, na igualdade e no respeito recíprocos pelas respectivas soberanias.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Estamos com esta revolução democrática que preservou a identidade nacional e a arquitectura espiritual do nosso povo e garantiu a constelação de valores que serve de suporte à nossa cultura centenária.

Estamos com esta revolução democrática que nos facilitou o diálogo com o mundo e derrotou de vez o isolamento orgulhoso, injusto e violentador a que nos obrigaram por décadas.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: 8 anos depois do 25 de Abril, é talvez o momento de fazermos o balanço e passarmos em revista as principais questões da nossa vida e organização políticas, em redor das quais o nosso esforço colectivo e o nosso debate democrático se tem centrado primordialmente.

Num plano formal diria que foram, e são-no ainda, sobretudo três questões: primeiro, a da liberdade; segundo, a da maioria; terceiro, a da solidariedade institucional.

A primeira de todas elas foi sem dúvida a da liberdade, valor essencial do 25 de Abril e pilar do regime democrático.

Vivemo-la sobretudo nos anos agudos de 1974 e 1975, quer assistindo com alegria e o entusiasmo à queda da ditadura, quer participando nos momentos intensos e dolorosos de luta para que de uma não se passasse a outra, sob o consulado gonçalvista.

Ganhámos. Foi a primeira conquista do 25 de Abril. Uma conquista tão poderosa e tão enraizada no nosso povo que derrotou de um passo a ditadura passada e os que tentaram uma nova usurpação.

Depois, adquirida e conquistada a liberdade a questão principal passou a ser a da maioria. Foi o tempo e o momento em que todos nos demos conta de que não bastava a liberdade, era essencial uma maioria democrática.

Isto é, de que não bastava para a democracia apenas dizer alguma coisa em liberdade, era sobretudo preciso fazer alguma coisa por maioria. O momento em suma em que o País se deu conta de que se a liberdade é o pressuposto fundamental da democracia, a maioria, essa, é a sua regra.

Foram então os anos em que não tendo os Portugueses escolhido um poder político maioritário claro, nos coube a nós, deputados eleitos, procurar construí-lo. Foram os anos do governo

minoritário PS, do governo PS/CDS, dos governos presidenciais, os anos da busca de «uma maioria estável e coerente» como então se dizia. Fosse primeiro no plano dos entendimentos parlamentares que foram falhando, fosse depois através do recurso a uma maioria presidencial que tão pouco conseguiu corpo, a verdade é que nada se conseguiu.

E esse foi o tempo fundamental, importa recordá-lo, do desencontro dos Portugueses com os partidos políticos. No fundo porque não havia maioria e porque sendo a maioria a chave do sistema democrático nenhum partido a detinha, até aí por vontade dos Portugueses. O paradoxo era o de que todos tendo sido eleitos, ninguém tinha sido escolhido. E basta recordar como das eleições de 1976 resultara a possibilidade de funcionamento de maiorias tão diferentes como as PS/PCP, PS/PSD, PS/CDS, PS/PSD/CDS ou PCP/PSD/CDS e o facto sobretudo de todas algumas vezes haverem funcionado politicamente, para se compreender a ambiguidade que se apossara do sistema e a importância que assumia a questão da maioria.

Uma maioria que fosse estável para que o País encontrasse um rumo e uma maioria que fosse coerente para que o rumo democrático fosse um e não dois, três ou quatro simultâneos e porventura contraditórios.

Aí nós construímos a Aliança Democrática. E ela foi nesta expectativa a segunda conquista do 25 de Abril. Não no plano de que ganhámos apenas os que somos da AD. Mas no plano de que alguém finalmente acabara por ganhar e de que finalmente algo fora escolhido pelo voto popular directo para se fazer e não apenas para se discutir. Foi na verdade um momento fundamental que iniciou a maturidade democrática do País. O primeiro momento em que, pela maneira como nos organizámos, o povo elegeu directamente uma maioria, o seu rumo e o seu governo, em lugar de, como anteriormente sucedia, delegar essa decisão fundamental na classe política e em meros entendimentos de ocasião.

Isto mesmo explica a massiva concorrência às urnas em 1979 e 1980. Fosse para apoiar a maioria candidata, fosse para combater, todos acorremos às urnas com a sensação, a consciência de que tínhamos o poder efectivo de escolher e decidir. Assim chegámos à maioria. Uma conquista fundamental do sistema democrático, uma regra essencial do seu funcionamento e da sua eficácia.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Mas desta se passou rapidamente para a terceira questão: a da solidariedade institucional. Uma questão que aflorou em 1977 e 1978 mas que se tornou mais aguda em 1980 e de então para cá.

É que na verdade se nos havíamos dado conta que não bastava a liberdade mas que era indispensável uma maioria, foi fácil constatar

que esta não bastava se a solidariedade institucional não existisse, ou seja, noutras palavras, que a maioria não era suficiente se órgãos de soberania com fontes de legitimidade diversas ou fruto de maiorias distintas não funcionassem estavelmente com coerência inequívoca.

E tão profundo, tão vasto era o sentimento de que era esta uma questão essencial que as duas principais forças candidatas às eleições de 1980 a elegeram precisamente como questão principal. Tanto a AD como a FRS centraram as atenções no objectivo «uma maioria, um governo, um presidente». Ainda que obviamente com protagonistas diferentes para esses diversos planos.

Os resultados são conhecidos. Ganhámos Outubro. Perdemos Dezembro. Ou na perspectiva de outros, perderam Outubro e ganharam Dezembro. Mas de uma maneira ou de outra assim ficámos e assim estamos – esclarecida a questão da liberdade, esclarecida também a da maioria, continua nebulosa ainda não por responsabilidade nossa a questão da solidariedade institucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril não levanta apenas questões formais, mas encerra ele próprio valores de substância. E destes, distinguimos também para além da liberdade que é para nós o mais substancial de todos os valores, em primeiro lugar o da justiça social e em segundo lugar o do desenvolvimento.

Justiça social que uns exprimem na palavra «socialismo» e nós sabemos identificar na riqueza do pensamento personalista e nos valores do centrismo e da democracia cristã. Desenvolvimento, questão fundamental do nosso país e que nós insistimos em afirmar que se encontrará mais depressa e mais autêntico se formos ousados no plano da liberdade, na economia, na cultura e na vida social do que se formos aí tímidos e desconfiados, pela sujeição ao espartilho do Estado ou ao colete de forças colectivistas.

Mas nesta altura não é tanto isso que nos importa – terçar armas aqui uma vez mais por diferenças que entre nós existem no entendimento desses valores. Antes nos importa chamar a atenção para que poucos ou nenhuns anseios essenciais do nosso povo se concretizarão sem que aquelas outras questões que comecei por apelar de formais se encontrem clarificadas e resolvidas.

Na verdade, não é apenas necessário saber livremente o que queremos. Mas é essencial que possamos livremente fazer o que o povo escolheu para nós fazermos. A questão está justamente em saber a resposta a esta pergunta: é certo que queremos aquilo que o povo quer. Mas podemos fazer aquilo que o povo quer?

Ninguém pede à oposição de uma maioria que concorde com os conceitos ou objectivos que ela anima, define e pretende concretizar. O que se exige é que a maioria possa ser lei. O que se exige é que sem embargo do direito de a oposição se opor se respeite precisamente a vontade popular e não se impeça por bloqueios artificiais ou por dogmas espartilhantes, o exercício pleno da vontade activa dos Portugueses, assim maioritariamente definida.

Por isso não é de estranhar o facto de, na nossa não muito linear e por vezes confusa evolução institucional, se ter vindo a revelar progressivamente um inquietante fenómeno de perda de fé na democracia, no sistema de partidos e na própria política.

Ele revela acima de tudo a imperfeição do sistema e a contradição essencial que o mesmo encerra no nosso país por força da própria Constituição.

A democracia é etimológica e filosoficamente o governo do povo mas entre nós o governo do povo não tem o poder. A Constituição de 1976 instituiu mecanismos que decisivamente privam a maioria do exercício dos seus direitos.

O povo português votou majoritariamente Aliança Democrática, quis o seu programa de mudança, deu luz verde a uma política bem definida que pretende ver executada.

Mas a confiança da maioria saiu gorada porque não tem sido possível ao Governo cumprir integralmente o seu programa e executar o que a maioria do povo português votou para que fosse executado.

O Sr. Raúl Régo (PS): – Desculpas!

Risos do PCP e aplausos do CDS, do PSD e do PPM

O Orador: – É que contra a vontade do povo o Governo que foi eleito no pressuposto da falência da via socializante tem de governar no quadro dessa mesma via de transição para o socialismo. A maioria quer uma coisa mas a Constituição impõe outra – Constituição que dita democrática não pode ser alterada na exacta medida e de conformidade com a vontade da maioria.

Em democracia a vontade colectiva é interpretada através dos mecanismos do sufrágio. E como o sufrágio exige o pronunciamento entre diversas possibilidades alternativas, pressupõe a organização de partidos políticos que apresentem ao povo programas distintos e candidatos diversos. Votar num partido ou numa coligação de partidos é em democracia plena escolher um programa bem como os homens capazes de o executar. Porém, os Portugueses apenas podem escolher homens que vão executar um programa predeterminado, cristalizado numa Constituição que não corresponde à vontade da maioria. E o que é pior, ao ter escolhido os seus deputados constituintes, a maioria viu-se confrontada e, ao mesmo tempo frustrada com o facto dos seus representantes, sozinhos, não poderem alterar a Constituição. Como podemos nós evitar, por isto tudo, com todos estes mecanismos esdrúxulos, que as maiorias populares percam a fé nas instituições democráticas, se a nossa democracia as subalterniza enquanto maiorias lhes retira o direito fundamental de decidirem...

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Temos Sr. Presidente e Srs. Deputados, de refazer a ideia de democracia. Democracia não pode ser a mera síntese entre um idealismo vago de justiça e liberdade e interesses ideológicos bem precisos de conservação do poder, apesar da maioria e contra essa maioria.

Nós acreditamos na democracia. Não como um simples mecanismo, não como uma questão simplesmente numérica e puramente formal. Não se trata de somar a metade mais um, para conseguir uma maioria e pô-la a decidir de tudo relativamente ao corpo social e privar de todos os direitos a outra metade menos um. Mas não podemos admitir que a minoria se sobreponha à maioria por força de direitos adquiridos quando foi maioria.

Acreditamos na alternância no poder e que maioria e oposição desempenham papéis idênticos em dignidade, mas não podemos conceber que a maioria seja forçada em democracia a cumprir o programa político da oposição.

Acreditamos no pluralismo democrático, quer no sentido ideológico, quer no sentido social, enquanto significa o reconhecimento da existência de diversos projectos de sociedade, que não dimanam da aceitação graciosa do Estado mas que têm a sua própria essência e individualidade. Mas não podemos consentir que sob a capa do pluralismo se instale a unicidade quer no campo ideológico quer na consideração do Estado como princípio e fim em si mesmo da sociedade política.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados: o mesmo devemos dizer quanto à questão da solidariedade institucional. Não é de admitir nem o conflito nem a pacificação pura e simples, o primeiro porque é contrário ao próprio sistema democrático, a segunda porque seria farisaica. Qualquer das soluções acabaria por defraudar a vontade colectiva dos Portugueses.

Defendemos antes uma paz institucional activa, assente nos objectivos comuns a todos os Órgãos de Soberania de defesa do Estado e do bem-estar do povo, respeitando reciprocamente as competências, exercendo-as sem ambiguidade ou contradição, reconhecendo-se ao Governo e à maioria o direito de legislar e de cumprir o seu programa e ao Presidente da República o de ser o supremo fiscal e garante da nossa soberania. O Presidente da República não deve actuar contra a maioria e os partidos que a compõem. Por seu lado, a maioria deve colaborar institucionalmente com o Presidente da República. Julgamos ser possível esta plataforma. Se o não conseguirmos isso significará o prolongamento de uma situação de indefinição, o retorno aos anos de ambiguidade e mais um atraso na construção do nosso Estado democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos hoje e sempre continuar a saudar o 25 de Abril não como efeméride de uma qualquer restau-

ração democrática mas como um objectivo, na linha daquela democracia pluralista plena que defendemos e que lutamos por instituir. Os Portugueses merecem e querem a democracia. Portugal necessita da democracia para na sua máxima plenitude, de uma forma participada e harmónica, promover o nosso desenvolvimento em liberdade, e de acordo com os princípios da justiça social que defendemos.

Queremos continuar a saudar o 25 de Abril projectado nas gerações vindouras, dos filhos dos nossos filhos. Está nas nossas mãos não impedir hoje o que queremos para amanhã.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: – Do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.



O Sr. Jaime Gama (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidentes dos Governos Regionais, Srs. Deputados: 8 anos volvidos sobre a data libertadora do 25 de Abril, quando é já possível efectuar um balanço da obra realizada e perspectivar em moldes renovadores o nosso futuro, os Órgãos de Soberania emergentes do regime democrático reúnem-se nesta sessão solene da Assembleia da República com os olhos postos, não em si próprios, nem nos titulares que transitoriamente os protagonizam, mas no povo, na história e na consciência viva que somos e que nos cumpre representar e defender.

8 anos não são uma eternidade, mas são já suficientes para testemunharem a validade de um regime que permite a tolerância e a solidariedade, a alternância e a alternativa, as escolhas livres e as reivindicações justas, os direitos e os deveres, a autonomia e a unidade, a criação e a responsabilidade, a apologia dos adeptos e, naturalmente, a catilinária dos adversários.

Afastado da sua verdadeira tradição de humanismo universalista, Portugal reencontrou a consciência de si com a democracia pluralista instaurada por uma das mais generosas revoluções da história contemporânea.

Nada é definitivamente completo. E, como não podia deixar de ser, a democracia é, por excelência, o regime das soluções abertas, das aproximações ponderadas, das reformas justas e graduais, dos aperfeiçoamentos sucessivos e da prática saudável do diálogo entre cidadãos, e não do monólogo entre súbditos.

Tendo ocorrido com anos de atraso, a democratização do País veio encontrar pela frente os duros desafios do fim definitivo dos sistemas coloniais, da retracção das economias desenvolvidas, do estrangulamento das economias subdesenvolvidas e da eclosão dos movimentos sociais na sua dupla dinâmica de contestação e de participação. Esperanças desmesuradas quanto à pronta solução dos problemas, acrescidas pela dificuldade patenteada face às carências reais e ainda por erros de desvios e insuficiências que seria pouco lícito esconder ou camuflar, foram originando fenómenos de desencanto em vastos sectores da opinião, os quais tendem, por vezes, a centrar sobre a própria democracia e o 25 de Abril a sua insatisfação ou até a sua cólera, sem distinguir sequer o sentido dos diferentes

projectos que ela mesma comporta e a inserção da trajectória recente do País num contexto global.

Seguramente, grandes preocupações, angústias e insuficiências continuam a afligir os Portugueses. A inflação e o desemprego, a falta de desenvolvimento agrícola e industrial, a artesanian das pescas, a inacessibilidade da habitação, a incapacidade de resposta no sector da segurança social e da saúde, a dívida externa, a falta de qualidade e de isenção do mais poderoso meio de comunicação social do Estado, que é a televisão.

Como força de oposição, temos insistido no que entendemos serem as consequências fortemente negativas da gestão do actual governo nestas áreas tão importantes para o bem-estar do povo português. Mas o dia de hoje tem a ver com a solidariedade essencial do sistema político democrático e, mais do que um momento para sublinhar os caminhos que separam as opções dos Portugueses, é uma ocasião para realçar o que une todos aqueles para quem a democracia, apesar das suas imperfeições, que, obviamente, devem ser corrigidas, continua a ser o mais adequado dos regimes políticos.

Vozes do PS e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O 25 de Abril não foi, não é, nem deve ser uma data sectária.

Vozes do PS e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Na tríplice qualidade de quem o desejou e por ele se bateu, de quem nele participou ao seu modesto escalão e de quem sempre o procurou manter nos padrões inequívocos da democracia genuína, julgo saber que o espírito do 25 de Abril é suficientemente englobador para não se contentar com proprietários exclusivos nem para, em seu nome, legitimar excomunhões sectárias dos que nele se desejem ver incluídos.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Símbolo de uma profunda fraternidade nacional – a que se viveu nas ruas e nos corações em Abril de 1974 – o dia de hoje deve procurar conciliar o verdadeiro campo da liberdade do espírito, estabelecendo um traço de união entre os que sonharam o regime democrático na prolongada e dura privação dos direitos, os que com esse combate deram a tranquilidade, as carreiras ou a própria vida, os que abnegadamente o implantaram, os que o receberam com alegria ou mesmo com expectativa benevolente e os que nele, em posições diversas e até antagónicas, se têm empenhado com convicção e com firmeza.

Os erros cometidos – e não os podemos omitir – não nos fazem retirar a conclusão de que o prolongamento da ditadura ou o advento

de outra seriam susceptíveis de melhores e mais ajustadas soluções. A panacea dos esquemas de força, que quantas vezes explora a desilusão das políticas sem consistência no terreno económico e social, acaba por nada resolver e tudo complicar, e as maiores «virtudes» das ditaduras são sempre inferiores aos piores «defeitos» das democracias.

Aplausos do PS, do PSD do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Quanta ditadura erigida sobre as ruínas da inflação galopante e do desemprego maciço, na miragem de lhes pôr fim através da «ordem» nos locais de trabalho, nas instituições e nas consciências, não acaba por lançar a economia e os trabalhadores para situações de penúria bem piores, sem dar a estes o menor direito de reclamação e asfixiando por completo o movimento sindical, a liberdade de imprensa e a vida cultural e política das nações?

Vozes do PS e do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Na cerimónia alusiva ao 25 de Abril e que é certamente a última que conta com a sua presença institucionalizada e constitucional a Assembleia da República ficaria de mal consigo própria se não rendesse uma homenagem aos capitães de Abril, que souberam corporizar a esperança democrática do povo português e que os conselheiros da Revolução aqui representam.

Aplausos do PS (de pé), do PSD, do PPM, da ASDI (de pé), da UEDS (de pé) e do Sr. Deputado Sanches Osório.

Face a alguns dos que hoje farisaicamente os escolhem como bodes expiatórios do próprio derrube do regime anterior e da instauração da democracia, quase como se isso tivesse sido um crime, há que dar uma resposta sem ambiguidade e sem cobardia, e essa resposta é simples e directa: a democracia portuguesa não pode tolerar a permanente marginalização e mesmo sistemática erosão dos seus fundadores.

Por maiores que possam ser as diferenças de julgamento e a apreciação de actos concretos, os homens da madrugada do 25 de Abril estão claramente do lado da liberdade e da procura de melhores condições de vida para o povo português, inclusivamente em alguns erros que possam ter praticado e logo corrigidos a 25 de Novembro, e o seu compromisso com os valores democráticos permanece para além das fórmulas institucionalmente previstas pela actual Constituição.

Na verdade, a revisão constitucional é um imperativo da própria consolidação do regime, que o parlamento frustraria se não concluísse em tempo útil. Aprofundar os direitos políticos, económicos, sociais e culturais, clarificar o sistema, mantendo o equilíbrio

de poderes e a natureza semipresidencial do regime, conferir a um órgão jurisdicional a fiscalização da constitucionalidade das leis, integrar as forças armadas no Estado democrático e conferir-lhes uma missão em consonância com a política de defesa do País na Europa democrática, que outros grandes objectivos se poderiam encontrar para fazer da revisão constitucional um marco decisivo da nossa história política e institucional?

A responsabilização plena dos parlamentares e dos governantes perante a opinião pública e o eleitorado, através de uma transparência de funcionamento do sistema institucional, tornará mais rigoroso o confronto dos projectos, mais sólida a escolha das alternativas e mais fecundo o enraizamento dos valores. Os actos eleitorais ganharão, por isso, um sentido mais integral e mais responsável. A revisão constitucional dará início a uma nova fase, mais sedimentada, das instituições representativas, fazendo recair fortes responsabilidades sobre o Presidente da República e esta Assembleia, sobre o Governo e os tribunais e ainda sobre o participantes directos na acção política.

Na base de um desejável consenso, estou certo de que esta sessão legislativa não se saldará por um adiamento da revisão e antes levará a bom termo um trabalho tão auspiciosamente empreendido pela respectiva comissão.

A revisão constitucional de pouco valerá, porém, se ao mesmo tempo não se realizar um esforço de responsabilização política por parte das forças partidárias e das correntes de opinião.

Mais do que uma palavra, a democracia deve significar uma obra. Só assim a entenderão os que trabalham e que desejam ver na realidade final do funcionamento livre do sistema político uma realização concreta, e não uma promessa adiada. Só assim nela confiarão as jovens gerações.

A dispersão funalizada das polémicas e a paixão pela retórica têm que dar lugar a uma análise rigorosa dos problemas nacionais e ao encontrar das metodologias mais eficazes para vencer os obstáculos e as dificuldades.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Todos desejamos mais desenvolvimento, mais participação, mais justiça social, mais liberdade correctamente entendida e por isto mesmo estamos plenamente conscientes de que é necessário obter mais operacionalidade, isto é, mais racionalidade legislativa e mais capacidade de resposta executiva e administrativa. Em outros países, ou em comparação com povos distintos, os Portugueses pensam e trabalham por forma a merecerem a consideração geral. Em Portugal, porém, continua a faltar-nos a iniciativa, a organização o método, a perseverança para uma obra continuada. E este mal não atinge apenas os políticos, que não são melhores nem piores, são iguais aos outros portugueses, este

mal contamina os grandes corpos do Estado e alastra dos trabalhadores aos empresários, numa feudalização ou num individualismo que bloqueiam a renovação e a modernização do País. Ora, a democracia tem de ser também um sistema de organização da sociedade e do Estado, um ordenamento mais exigente, uma responsabilidade acrescida, uma eficácia maior na solução dos problemas concretos. A democracia tem que demonstrar na prática, e não só na teoria, a sua superioridade real como sistema político.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Se nestes 8 anos a ditadura tivesse prosseguido, ainda hoje as famílias portuguesas, os jovens e os elementos das forças armadas viveriam o drama de uma guerra que se prolongava fora do tempo, fora da razão e fora do sentido.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – A variação dos governantes não existiria, as correntes de opinião não teriam consistência, os sindicatos e as comissões de trabalhadores não exerceriam qualquer acção fiscalizadora.

A comunicação social e a criação literária e artística continuariam ameaçadas pela censura.

Os opositores e dissidentes seriam perseguidos, encarcerados ou exilados. A autonomia regional dos Açores e da Madeira e o poder local democrático não estariam consolidados nem através deles se teria realizado o caudal de melhoramentos regionais e locais no que respeita à água, à luz, aos esgotos, às estradas e caminhos, à habitação ou ao desporto.

A segurança social persistiria em ignorar enormes estratos da população trabalhadora. A maior parte do País ver-se-ia ainda excluída da rede de saúde pública e dos cuidados médicos. Os transportes públicos não praticariam tarifas de alcance social.

Quantas pessoas estariam ainda privadas de férias ou dos meios mínimos de subsistência, ou do direito à obtenção de um simples passaporte, ou do acesso às mais elementares necessidades do consumo, ou da simples faculdade de darem a sua opinião sem o receio de por tal facto serem incomodados, vexados, marginalizados ou perseguidos?

Quantos trabalhadores se veriam impedidos de ascenderem a graus mais elevados de formação académica ou até universitária, em virtude da falta de condições nas empresas e nas escolas para a efectivação de tal desejo?

Como não seria mais severa a subida dos preços, sem sequer a possibilidade da pressão sindical!

Como persistiria o clima autoritário e de medo dentro das empresas e da Administração Pública e o obscurantismo, que nos impedia de ver cinema, observar os acontecimentos, esco-

lher sem constrangimento a literatura, os jornais ou as revistas! Como não seriam menos autónomas instituições como a Igreja, as forças armadas ou as forças de segurança, a magistratura ou a diplomacia, os quadros técnicos do Estado ou os próprios jornalistas.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Em que situação de maior controle ou de dependência perante o arbítrio dos poderes públicos e das decisões do crédito não estariam a grande maioria dos industriais, dos comerciantes e dos agricultores?

E quantos presos políticos ou exilados continuariam a ser controlados por um aparelho repressivo e ignóbil e bem mais dispendioso no seu aparato do que qualquer instituição livre da democracia representativa?

Vozes do PS e da UEDS: – Muito bem!

O Orador: – Um regime desses não daria a menor perspectiva de realização pessoal ou de esperança colectiva ao povo português e os saudosistas do seu regresso não têm qualquer autoridade política ou moral para dar lições à democracia portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Muito há ainda por fazer e a atitude própria do pluralismo é a constante insatisfação com a obra realizada, a crítica exaustiva aos erros cometidos, a melhoria constante das metas e dos métodos.

Projectado para democratizar, descolonizar e desenvolver, o 25 de Abril consumou o essencial de um programa democratizador e descolonizador, mas ainda se não saldou por resolver a questão de desenvolvimento. Os índices preocupantes da estagnação agrícola e industrial, o aumento das importações e a quebra das exportações, o agravamento do défice das contas públicas e o elevadíssimo saldo negativo da balança de transacções correntes, a falta de uma política de estímulo ao investimento e o peso das taxas de juro, a constante desvalorização do escudo e o *plafond* da dívida externa, a subida continuada dos preços e os níveis alarmantes do desemprego, todos estes factores de forte incidência económica e social representam anomalias na concretização de um projecto de reforma e de progresso.

O que tem vindo a ocorrer no campo do ensino, dos transportes, da saúde e segurança social, do trabalho, do ambiente e qualidade de vida, do urbanismo e da habitação ou das comunicações não abona, por outro lado, em favor de um programa de desenvolvimento destinado à satisfação das necessidades básicas do povo português. Se se quer dar ao regime democrático uma dimensão concreta e positiva, torna-se imperioso não deixar degradar por

mais tempo uma situação que já atingiu em alguns pontos limites verdadeiramente escandalosos de incapacidade e desleixo.

Piores que os ataques ao 25 de Abril feitos pelos seus adversários, que, aliás, a democracia tolera e não persegue, são a incúria dos seus responsáveis, a ligeireza dos seus hábitos parlamentares, a superficialidade de alguns dos seus governantes ou o negociismo instalado na sua Administração.

A democracia deve ser exigente com os seus agentes políticos, técnicos, militares e administrativos. Se a vida política se transforma numa vertiginosa sucessão de intrigas ou numa actividade meramente formal para deleite da casta que são os respectivos protagonistas, então o sistema democrático, cortado da vida e das aspirações populares, isola-se a si próprio, é incapaz de entender os problemas reais da sociedade, define e acaba por criar as condições adequadas à aparição de soluções autoritárias ou carismáticas, sejam elas quais forem. A pujança e a vitalidade da democracia reclamam que os seus dirigentes – no Governo ou na oposição – pautem a sua conduta por um escrupuloso sentido do dever, pela noção do primado do bem comum, e não do interesse individual ou de grupo, por uma ética de serviço à comunidade e por uma inflexibilidade constante na procura da justiça. A renovação dos hábitos e da mentalidade política nacional exige, naturalmente, a subordinação da política à moral, mas reclama também a colocação dos mais preparados nos lugares próprios, sem discriminações de qualquer espécie.

A qualidade, a eticidade e o grau de formação política dos responsáveis são o fundamento da ordem democrática, e não a improvisação, o proveito próprio, o compadrio ou a incoerência das opiniões, das ideias, dos programas, dos projectos, das atitudes ou das acções.

O País, embora o devore, reclama, não tanto o rodopiar sensacionalista das peripécias politiquieiras, mas uma política com objectivos de longo alcance, em que o momento presente seja valorizado na perspectiva de uma programação a prazo, com contornos definidos, com metas claras, com um elã centrado numa finalidade precisa. A fixação de um objectivo nacional para o sistema democrático e o seu enraizamento na consciência do povo português são a tarefa prioritária dos democratas de todos os quadrantes 8 anos volvidos sobre o 25 de Abril de 1974.

Ao espectáculo, por vezes penoso e confrangedor, dos protestos e contraprotostos, que se arrastam indefinidamente, o sistema político representativo tem que contrapor os resultados efectivos e materizáveis do debate livre, mas nunca da discussão estéril.

A credibilidade geral das instituições democráticas não se compadece com o dilaceramento dos seus titulares em polémicas face às quais a opinião pública não entende o nexos nem o alcance real e, sobretudo, não vislumbra a menor consequência útil.

O espírito do 25 de Abril e a fidelidade aos seus ideais mais generosos e autênticos militam a favor de uma urgente renovação das práticas

políticas, sem a qual, de resto, se não corrigirá o desprestígio das formações partidárias, a erosão dos titulares do poder político e a falta de confiança na arquitectura institucional do regime.

Convicto de que a força da democracia é superior ao balanço negativo das suas insuficiências e de que é por via do seu aprofundamento, e não da sua negação, que se emendam os seus defeitos, julgo ser de sublinhar neste dia e nesta sessão a importância de um consenso nacional em torno do regime e das instituições democráticas e pluralistas. Cada vez mais a democracia renovada tem que ser o quadro do nosso debate responsável, da afirmação das alternativas válidas e da resolução efectiva dos problemas portugueses. Assentemos de uma vez por todas na irreversibilidade do sistema democrático, na necessidade do seu aperfeiçoamento progressivo na saída dialogada, negocial ou consensual para os conflitos, na escolha livre e electiva dos dirigentes, na participação consciente dos cidadãos, no papel fiscalizador de uma opinião pública correctamente formada e não distorcida, e veremos como a democracia é o regime mais adequado para exprimir e consubstanciar a riqueza da nossa tradição humanista e profundamente liberal e a experiência solidária e socializante do nosso comunitarismo e do nosso municipalismo, a vocação europeia e universalista de toda a nossa história de povo autónomo e independente ao longo de 8 séculos. Recusemos os traumatismos e os restauracionismos, não pactuemos com a esterilidade política, olhemo-nos tal como somos e cientes do que queremos ser.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Portugal democrático do 25 de Abril não deve estar a saldo de qualquer abdicação, cepticismo ou comodismo, no plano interno, nem de qualquer hegemonia descaracterizadora, no plano externo. Saibamos responder com coerência e com vontade aos desafios que a nossa geração enfrenta, modernizemos a sociedade que nos foi legada e Portugal será a grande nação que pode e deve ser, a democracia sólida e adulta em que os Portugueses se querem reconhecer, o regime que não oprime nem estupidifica, mas antes liberta e responsabiliza, em suma, as instituições que, solidariamente, por actos, e não por palavras, ajudam a construir um país diferente, uma sociedade mais próspera e mais justa, sem miséria, sem medo, sem vingança e sem ódio, um Portugal melhor para as mulheres e os homens de hoje e para os que vierem depois de nós.

É por aquilo que fomos capazes de realizar, e não por aquilo que fomos capazes de prometer ou de lastimar, que os nossos filhos e a nossa história avaliarão as nossas ideias e a nossa generosidade e decidirão o juízo do futuro sobre as nossas acções. Demos então o nosso esforço nesta hora para que eles digam por nós que o 25 de Abril valeu a pena.

Aplausos do PS (de pé), do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI (de pé) e da UEDS (de pé).

O Sr. Presidente: – Do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.



O Sr. Sousa Tavares (PSD): – Peço licença ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Presidente da Assembleia da República para, antes de iniciar o meu discurso, frisar duas notas. A primeira é que sendo Portugal um país empenhado na realização mundial da paz, na solução de todos os conflitos internacionais pela negociação e pela arbitragem, é com tristeza e preocupação que acabamos de tomar conhecimento do início de actos de beligerância no conflito das Malvinas ou Falklands, o que particularmente nos atinge, na medida em que esse conflito se trava entre duas nações a que nos unem relações de amizade, sendo uma delas, a Inglaterra, nossa aliada desde a nossa crise de independência no final do século XIV.

A segunda nota é a seguinte: foi com indignação e desgosto que ouvimos aqui palavras de insulto dirigidas ao Vaticano, filhas de uma ignorância de origem não democrática e que se encontram certamente deslocadas numa comemoração do 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Governos e das Assembleias Regionais das Regiões Autónomas, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

«Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar».

Este canto da resistência, que numa vigília célebre da noite de passagem do ano de 1970 foi o grito comum de todos os que em nome da mensagem cristã protestavam contra a indiferença colectiva perante a guerra de África, ressoa-nos hoje como uma mensagem de saudade.

Porque o sentimento que sempre nos domina cada vez que o calendário inexorável do tempo marca o fim de mais um ano sobre o 25 de Abril, é uma saudade cada vez maior, cada vez mais intensa do tempo em que a esperança se tornou verdade.

Vivemos a esperança todo o espaço de uma vida. Em cada dia repetimos a frase angustiada de Sena: «Não hei-de morrer sem conhecer a liberdade.» Tal como uma gestação dolorosa, a liberdade crescia em nós como um fruto.

Era uma promessa, uma exigência, uma fidelidade mantida com sofrimento e renúncia. Era uma vida substituída, mas era uma vida em plenitude.

A plenitude do protesto, a plenitude da revolta, dos gestos dolorosos que pareciam inúteis, mas que deixavam, ao longo dos dias, um sulco profundo da consciência intelectual da verdade e da consciência moral do dever difícil.

Porque era difícil assumir a revolta como forma de vida. Era difícil, entre o «negro da terra e o branco do muro», seguir a vereda estreita da fidelidade a um ideal proibido.

Mas nós «vimos, ouvimos e lemos», não pudemos ignorar. E todo o gesto, toda a tentativa frustrada, todo o protesto sufocado, toda a palavra silenciada foi uma longa, exaltante, dolorosa e viva exigência de dar testemunho dessa verdade, que não podíamos ignorar.

É mais difícil às vezes ser herói uma vida do que um dia.

Nunca mais pudemos ignorar «essa gente, cujo rosto, por vezes luminoso e outras vezes tosco, ora nos lembra escravos, ora nos lembra reis».

Nunca mais pudemos ignorar a tocia sombria dos homens que iam de madrugada à caça de outros homens. Nunca mais pudemos ignorar a sede de justiça dos homens que contra nós se revoltaram em África, para poderem assumir a sua própria e essencial dignidade.

Uma voz do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O fruto da liberdade cresceu em nós como um filho no seio da sua mãe. E quando o 25 de Abril o deu à luz, sentimos que essa liberdade que nascia estava ligada a uma responsabilidade que era nossa, que ali se realizava a promessa da vida, ou o manto da morte estendia para sempre a sua sombra sobre a seara da esperança.

Saudámos o 25 de Abril com a exaltação das manhãs de Primavera, com a alegria de tocar o sonho, com a sensação nova de acordar sem medo. Era como a criação de um mundo novo, outras praças, outras ruas, outra face humana do poder, outro canto, já não de resistência escondida, mas um canto de realidade e de triunfo.

Nunca mais o poderemos esquecer ...

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

... e nunca mais poderemos esquecer a gratidão pelos homens que o fizeram.

Oito anos passados, morto o romantismo da revolta, a lei da realidade da vida impôs a dura necessidade de construir a Pátria.

Terminado o ciclo da expansão ultramarina, o homem português, regressado à sua dimensão europeia, tem perante ele um país empobrecido, em que as fontes primordiais da riqueza foram

tradicionalmente substituídas pelo produto da aventura. Terra dura, em que não mana nem leite nem mel, em que só um longo e paciente trabalho a pode transformar no lar de um povo. De um povo que traz consigo uma cultura, uma consciência de unidade nacional, possivelmente a mais antiga da Europa, uma poesia ímpar, uma criação teórica de liberdade afirmada nos momentos decisivos da sua história colectiva.

Em face da terra, o homem. Diminuído intelectualmente pela limitação da escola, inapto para o trabalho pela inexistência de preparação técnica, fisicamente ferido pelas condições generalizadas de miséria e de subalimentação na idade infantil. Uma trágica percentagem de deficientes físicos, a maior proporção de analfabetismo da Europa, uma generalização do trabalhador indiferenciado.

E em face da terra e do homem, o Estado. Um Estado burocratizado, providência sempre e inimigo sempre constituído numa máquina pesada, com uma inveterada tendência para a inércia, uma separação doentia da colectividade, uma indiferença perante os interesses e os direitos individuais dos cidadãos.

É com estas três realidades, a terra que temos, o povo que somos e o Estado que herdámos, que a Revolução de 25 de Abril, pondo fim à aventura ultramarina, absurdamente prolongada para além do tempo histórico, nos colocou perante a necessidade de reconstruir Portugal.

Com a liberdade, a Revolução trouxe, como era inevitável, as ideologias divergentes. E deixou atrás de si o próprio mito, ou seja, o sonho da solução revolucionária permanente.

A redenção totalitária unida à demagogia pôs em sério risco a liberdade democrática. A perversão que Hegel introduziu na palavra «democracia» e que o marxismo recolheu, retirou-lhe o conteúdo de governo do povo para o transmutar em governo autocrático, apoiado na força, utilizado por um grupo organizado de dirigentes usurpando a totalidade do poder político e do poder económico.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – A essa tentação salvífica e messiânica, em cuja fogueira tem ardido a liberdade de inúmeras nações, soube resistir o povo português. E não devemos esquecer que, fosse qual fosse o desvio ideológico do 25 de Abril, as forças armadas souberam respeitar na sua essência a promessa fundamental de garantir ao povo português o direito de votar livremente, e de, através do seu voto, escolher o seu destino político.

Aplausos do PSD, do PPM, da ASDI e de alguns deputados do PS e do CDS.

Atingimos ao fim de anos uma maturidade democrática e uma solidez institucional que não parece termos atingido na

I República. E o esforço colectivo em que nos encontramos empenhados de revisão constitucional tem sido uma busca árdua e honesta para aperfeiçoamento do sistema de poder e simultaneamente de invenção de soluções inteiramente nossas, sejam quais forem as pressões que sobre o processo se hajam exercido. É evidentemente difícil a construção harmoniosa de um edifício político que assente no princípio basilar da representação parlamentar e do Governo legitimado por essa representação, de simultaneamente exacta expressão não conflituante à chefia do Estado, eleito também por sufrágio universal. A divergência é possível e talvez seja, por vezes, inevitável, uma vez que o sistema eleitoral adoptado desenhou um quadro partidário que não proporciona a formação fácil de uma maioria que, por hipótese, coincida com o eleitorado presidencial.

E por isso é necessário que a figura constitucional do chefe de Estado, transcendendo os partidos e situando-se num plano de arbitragem institucional, em face da qual seja efectivamente possível a alternância do poder político, não invada o terreno em que a instituição partidária deve ser privilegiada. Só assim será possível uma construção harmoniosa do futuro e a preservação da autoridade e da majestade institucional da chefia do Estado.

Temos nós, sociais-democratas, procurado com empenho contribuir para a equação perfeita do poder. Da mesma forma como, dominados por uma preocupação de genuidade democrática e aceitando plenamente a exigência do conteúdo social e económico ao lado do valor político no conceito actual de Democracia, procurarmos que essa socialização real da sociedade e da vida, penetrada por um profundo sentido de justiça e por uma responsabilidade colectiva da Nação, pelo destino e realização de cada homem, não se traduza num preconceito de colectivização forçada das forças produtivas.

Perante a situação grave em que sabemos mergulhada a Nação portuguesa, não procuramos demagogicamente esconder que é a insuficiência da produção em face das exigências do consumo colectivo que constitui a base fundamental do desequilíbrio nacional. Sabemos que o desenvolvimento acelerado da produção requer uma formação maciça de capital fixo, não coadunável com a possibilidade nacional de poupança nem com a degradação financeira do Estado.

E por isso impõe-se, para nós, uma escolha segura e firme das opções de desenvolvimento e dos sistemas necessários ao seu financiamento. Recusamos e temos recusado obter esse financiamento através de uma absorção pelo Estado de parte do já reduzido poder de compra da colectividade.

Impõe-se, para isso, que as opções de desenvolvimento incidam, de acordo, aliás, com as necessidades primordiais do consumo, em formas de actividade produtiva em que seja menor a incidência de capital investido, maior o recurso à mão-de-obra e mais

rápida a possibilidade de obtenção de resultados produtivos a curto prazo.

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns deputados do CDS.

Como sociais-democratas, os deputados do PSD não querem nem aceitar que a salvação do Estado resida no aumento do sofrimento do povo.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – E se a reivindicação imponderada e inconsciente, muitas vezes utilizada, aliás, como forma de combate político, tem de ser denunciada como processo de desagregação nacional, não devemos nunca esquecer que o 25 de Abril que aqui comemoramos foi e tem de ser para o nosso povo uma promessa de liberdade e uma esperança de dignificação em toda a extensão do humano, que não pode de forma nenhuma ficar frustrada.

Aplausos do PSD e do PPM.

Ligados a um conceito dinâmico de evolução social e amarrados a uma exigência de liberdade que se traduz na permanente construção do Estado de direito, nós, sociais-democratas, verdadeira charneira da nação, quer sob o aspecto ideológico, quer em termos de composição social, recebemos a herança democrática do 25 de Abril e queremos que ela se transmita às gerações futuras, íntegra na sua pureza e fecunda nas suas virtualidades, como a fonte inspiradora em que se saciam todos aqueles que têm fome e sede de justiça e que, como alicerce de uma democracia sólida, a mensagem revolucionária e libertadora do 25 de Abril não se perca no atoleiro das paixões políticas, das ambições pessoais ou das miragens messiânicas das massas.

Aplausos do PSD (de pé), do CDS (de pé), do PPM (de pé), da ASDI e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Oliveira Dias:



— Sr. Presidente da República, Exmos Convidados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: Desde há 8 anos que o 25 de Abril é dia grande em Portugal. É o Dia da Liberdade; é o dia da alegria da libertação que se exprimiu e se exprime por toda a parte e que, nesta Câmara, se assume e manifesta também, até porque vai mal um povo em que a alegria se afaste do pensamento, do sentir e do falar dos políticos e das assembleias políticas. Na verdade, é essa alegria de ser livre e de viver em liberdade que, em primeiro lugar, nos reúne aqui. E com ela são também motivos directos desta sessão festiva sentimentos de homenagem e de agradecimento.

Agradecimento e homenagem que englobam naturalmente tudo e todos quantos contribuíram para essa libertação que vivemos há oito anos. Agradecimento e homenagem que se dirigem, em primeiro lugar, àqueles que, de alma limpa, nesse dia ousaram jogar o seu destino pela liberdade da Pátria e de todos os Portugueses — e que souberam vencer.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.

Mas homenagem e agradecimento também a todos quantos, ao longo destes oito anos e sobretudo nos meses e nos dias decisivos de 1975, pelo meio dos enganos, das dificuldades e das ameaças, foi na liberdade de todo o povo que apostaram, que se empenharam e que, também eles, souberam vencer.

Aplausos do PSD e do Deputado Jorge Miranda, da ASDI.

De facto, a seguir ao primeiro triunfo dos militares, foram civis e militares que fizeram vencer a liberdade, correspondendo, cada qual à sua maneira própria, à afirmação mais profundamente significativa do programa do movimento — aquela em que os militares se recusaram a tornar-se donos ou tutores do Poder que pelas armas assumiam, para se limitarem, nobremente, a tomá-lo aos que de facto o detinham, para o devolverem ao povo, a fim de que o povo pudesse passar a escolher livremente, como sempre foi e é seu direito, os seus caminhos e os seus objectivos, segundo a vontade da maioria, no respeito por todos, na pluralidade natural, legítima e desejável das propostas, segundo os métodos correctos da sua afirmação e apuramento num regime democrático,

e aceitando com naturalidade e sem rancores o resultado de sucessivas eleições. Com a liberdade, foi a revolução de Abril de 1974 que tornou possível a democracia representativa em Portugal e foi em 25 de Abril de 1975 que se realizaram as primeiras eleições livres em Portugal, depois de 50 anos em que elas estiveram suprimidas.

Estamos aqui porque houve muitos que, antes do dia 25 de Abril de 1974, nesse dia, e desde então para cá, pela liberdade e pela democracia se bateram, como militares quando foi preciso, como civis e como cidadãos, no dia-a-dia de uma esperança que não morreu, mesmo perante fracturas muito fundas entre portugueses e ameaças à sua própria identidade colectiva. Estamos aqui porque houve muitos que por amor à liberdade — à liberdade dos outros que a sua própria, pessoal, bem entendida, começa por reclamar-se dispuseram a lutar, a sofrer e a morrer. Porque houve muitos que sofreram; porque houve bastantes que morreram.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Na alegria de nos afirmarmos cidadãos livres de uma pátria livre, homenagem, pois, a todos, militares e civis, que tornaram possível a liberdade em Portugal. Honra e glória aos que sofreram e aos que morreram.

Aos que estamos livres, a todos os portugueses que somos livres, para além da alegria e da esperança, a responsabilidade de termos nas nossas mãos, o destino da Pátria e do povo, uma parcela importante do destino da Europa e do Mundo — multiplicando pelos milhões que somos, toda a imensa responsabilidade que a vida de um só homem representa. A responsabilidade de confirmar a liberdade como expressão maior do sistema democrático, através do qual, além da sua permanente garantia para todos, se assegura a justiça e não a discriminação, o progresso e não a estagnação ou os complexos de inferioridade, a paz e não a conflitualidade e os antagonismos, como sistema, ou como objectivo. É que não basta florir as ruas, as salas, ou mesmo os sentimentos, não basta agradecer a quem é devida gratidão, para corresponder à data que hoje celebramos. Sobretudo quando a comemoramos aqui, nesta Assembleia, com a honrosa presença do Sr. Presidente da República, ele e também nós, deputados, eleitos para as responsabilidades específicas de um e de outro dos órgãos de soberania, e tendo presente o Governo, não basta festejar a liberdade, não basta homenagear quantos contribuíram para a libertação, não basta a esperança vaga dos idealistas ou dos sonhadores.

O 25 de Abril tem de ser um dia em que se sentem e se afirmam responsabilidades muito profundas, e em que sobre elas é obrigatório reflectir.

Ao contrário do que parece nos dias mais decisivos ou quando eles se evocam, a liberdade e o regime democrático não se

acabam de fazer, não se fazem num dia. Fazem-se ou desfazem-se para os homens ao longo de uma vida inteira, para as instituições e para os povos ao longo dos dias, das vidas, das gerações e dos séculos. Perante a liberdade e as suas exigências, perante o compromisso que nos vincula ao sistema democrático, todos somos e os eleitos pelo povo de uma maneira muito especial — sempre responsáveis.

O povo português quer ser livre, é capaz de ser livre e é maturamente responsável ao assumir a soberania que lhe pertence e, espero, em breve acabará de lhe ser plenamente devolvida, quando a estrutura dos poderes do Estado passe a ser única e puramente definida por mecanismos democráticos, sem sombras, sem tutelas, nem mais situações excepcionais ou especiais.

Mas importa, repito, reflectir acerca do que é isso de ser livre, em termos pessoais e colectivos. O que é que a liberdade significa e requer, que é que nos exige a cada um de nós, em si e na vida de sociedade e da nação, designadamente àqueles que fomos eleitos e que aqui estamos, no Parlamento; que é que nos reclama o presente e o futuro livre do povo português; que relação é que há entre a liberdade e um sistema político que a assegure mas que, com ela e por ela mesma, garanta aos povos, aos homens, às mulheres, às crianças e aos velhos, aos fracos e aos fortes, a justiça concreta, o progresso global e pessoal, a paz activa e positiva que está inscrita, no íntimo das pessoas normais, como causa e consequência permanente e indissociável da verdadeira liberdade. Como vamos assegurar liberdade, justiça, progresso e paz, vividas e verificadas no perfil concreto das situações individuais, porque são estas que exprimem a profundidade dos resultados e são elas que não perdoam, nem à abstracção dos matemáticos, nem à técnica dos propagandistas, nem à demagogia dos políticos menores.

Tudo isto são temas de reflexão que julgo obrigatórios, hoje, 25 de Abril de 1982, perante o povo português e na presença de V. Exas porque, de facto, no Dia da Liberdade, nesta Câmara que é a expressão mais típica do regime de democracia representativa, ou aceitamos os reptos da liberdade que se mantém abertos, ou não seremos dignos de estarmos colocados na primeira linha dos que são responsáveis em absoluto pela sua garantia e por todas as suas consequências. Mesmo em termos relativos, as nossas responsabilidades tornam-se mais exigentes de dia para dia, até porque a liberdade deixou de ser predominantemente um objectivo, para passar, feliz e auspiciosamente, a ser cada vez mais um pressuposto.

A revolução já tem oito anos. Entre muitas outras coisas, isto significa que este ano atingem a maioria civil e política, são eleitores e elegíveis portugueses que eram crianças de 10 anos quando ela se deu. Para muitos mas para estes em particular, os termos de comparação não podem reportar-se pessoalmente aos tempos do regime deposto, da censura e da polícia política, das guerras de África. Os próprios pontos de partida dos seus

raciocínios, a sua experiência e as suas exigências são muito diversas das dos homens que despontaram para a consciência durante ou mesmo antes desse tempo em que não havia liberdade em Portugal. Talvez pensando nesses que chegam à plena capacidade civil e política com a liberdade como pressuposto adquirido, nós possamos entender melhor que não basta já falar dela e senti-la por toda a parte para se ficar deslumbrado. É preciso responder às suas exigências e demonstrar positiva e activamente para que é que ela serve; para que queremos nós a liberdade; porque é que é tão grande o dia 25 de Abril.

Esta reflexão, especialmente oportuna nesta data, não se esgota hoje. Tem de estar para sempre no espírito dos Portugueses, tem de estar sempre nesta Assembleia e tem — seja-me permitido sublinhá-lo com energia — tem de estar presente quanto a esta Assembleia. A Assembleia da República Portuguesa é, de certo, um dos parlamentos mais livres do Mundo e — por definição e por convicção — está aberta a todas as críticas, como está consciente de todas as dificuldades do seu funcionamento que outros porventura ignoram ou minimizam. A Assembleia da República assume integralmente a sua responsabilidade, mas também a sua dignidade, de instituição chave na defesa e manutenção da liberdade, do regime democrático e, portanto, da prossecução de todas as suas virtualidades, em Portugal e para os Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A sua composição diversificada e pluralista, de acordo com a vontade do eleitorado, expressa em votações livres, assegura a abertura do poder legislativo e do executivo que nele se apoia, à regra da alternância. A dignidade e a importância do Parlamento, eleito livremente, não devem ser contestadas — e aqueles que o atacam ou pretendem comprometer têm de saber que é contra o próprio âmago do regime que atentam. De facto e no âmbito das instituições, é esta Assembleia que mais profunda e directamente significa o triunfo dos ideais democráticos do 25 de Abril que hoje celebramos.

A revolução foi, reafirmou-se que era e é o retomar da tradição interrompida de um regime de democracia representativa parlamentar em Portugal. Por isso na história desta Assembleia, como na história do povo português aqui representado, essa data ficou assinalada de uma maneira tão peculiar. Por isso é que nas próprias paredes desta casa deve ficar assinalada a Revolução de Abril, o triunfo da liberdade e a nova era do regime parlamentar em Portugal.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — E é depois de ter ouvido todos os grupos parlamentares e partidos representados nesta Casa que hoje daqui

lanço, nesta data, simultaneamente um apelo e um desafio aos artistas portugueses. A Assembleia da República vai abrir concurso público para que os 5 arcos da parede do átrio do Palácio de São Bento sejam preenchidos por um conjunto de pintura mural em que fique assinalada, para nós e para os que hão-de vir, a memória do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Estou certo de que os pintores portugueses saberão corresponder a este desejo nosso e a este repto e que, assim, quem entrar nesta Casa veja sempre o que para o Parlamento Português foi, é e será esse marco da história portuguesa.

Para que o regime funcione e a Assembleia se prestigie, como é indispensável, importa conseguir melhorar as condições do seu funcionamento. Para isso estão em curso trabalhos de adaptação deste Palácio que, respeitando o monumento, o tornem mais adequado às necessidades de hoje. Penso estarem reunidas as condições necessárias para a elaboração do programa e para a planificação de um edifício suplementar, em terrenos cuja cedência à Assembleia está já prevista, muito próximo deste Palácio, edifício que se afigura indispensável para, neste conjunto formarmos a velha Câmara num parlamento moderno. Assinalo e agradeço a compreensão e o empenho expressos na viabilização e concretização destes projectos por parte do Governo — designadamente do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes e do Ministério dos Assuntos Sociais — e por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Com o mesmo objectivo estão em curso também estudos que hão-de contribuir para a revisão da orgânica dos serviços desta Assembleia e que, além dos contributos de vários partidos, contam com a cooperação dos serviços técnicos da OCDE, bem como do Ministério da Reforma Administrativa. Também a este respeito se assinala a boa receptividade do Governo em relação aos pedidos que lhe foram apresentados e que acolheu ou transmitiu.

São trabalhos que terão de se fasear e concretizar numa interligação de esforços assegurando a necessária conjugação dos vários planos de trabalho com o empenhamento e o interesse de todos os grupos parlamentares, que, aliás, têm acompanhado, participado e colaborado nestas iniciativas.

Não é possível modificar estruturas nem métodos e sistemas de trabalho em prazos curtos. Estou certo, porém, de que o processo está em curso e de que prosseguirá, de modo a assegurar melhorias muito significativas da capacidade de correspondência desta Câmara às suas grandes responsabilidades e a tornar possível a todos os que aqui trabalham, desde os deputados aos funcionários, até aos órgãos de comunicação que diariamente nos acompanham, melhores resultados, sem dispêndio inútil de energia e capacidades que podem ser melhor aproveitadas.

Sr. Presidente da República, Exmos Convidados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: Na alegria, no agradecimento e na homenagem, em liberdade, na reflexão, a trabalhar, com o sentido da sua responsabilidade, a Assembleia da República vive as comemorações desta data.

Com os mesmos sentimentos, com o mesmo espírito, com a composição que o povo lhe dá e lhe der em eleições livres, a Assembleia da República significará sempre que a liberdade se vive e que o regime democrático funciona.

No Portugal livre, a Assembleia da República procura superar as suas dificuldades, assumir cada vez melhor e mais profundamente as peculiares e paradigmáticas responsabilidades que o regime de democracia representativa lhe atribui e lhe confia.

Este é o nosso compromisso. Esta é também a nossa maneira de celebrar o 25 de Abril e de dizer ao povo que nos elegeram que, na liberdade que então abriu, aqui estamos para assegurar a sua defesa, para aprofundar as suas consequências e para definir, segundo a vontade do eleitorado, os quadros legais em que as perspectivas e os anseios se transformem em realidades, no presente e no futuro de Portugal.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDES.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra S. Ex.^a
o Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho

Eanes: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses: Estamos a viver tempos difíceis. Para muitos, tempos de desilusão e de frustração, porque não encontram o resultado das promessas em que acreditaram e que a liberdade e a democracia justificam. De nada servirá pretender ocultar o desânimo e as críticas que, por todas as formas, nos são transmitidas.

Aqueles que, na vontade do povo, encontram e assumem a sua legitimidade têm a obrigação indiscutível de reconhecer os factos tal como eles são. Esta é uma condição elementar de realismo.

Mas é também essencial que todos os responsáveis democráticos assumam a verdade e as dificuldades, sem o disfarce da propaganda nem o da manipulação ideológica.

Só assim o apoio que recebem numa eleição é, como todo o poder em democracia, uma realidade contingente, dependente da capacidade que mostrarem ter para além desse momento eleitoral.

É também obrigação de todos os democratas não perder o sentido das perspectivas política e histórica em que se perfilam as reais dificuldades que se vivem no presente.

Ao contrário dos candidatos a ditadores, os democratas recusam a promessa de absolutos, as críticas demagógicas, a viciação deliberada das realidades históricas. Em democracia somos todos responsáveis. Por isso, são indicadores claros de que é preciso rever atitudes e decisões, os tempos difíceis que vivemos, os sinais de indefinição que se acumulam no nosso futuro, o desencanto e a perda de esperança que já se verificam em diversos comportamentos sociais. Estes indicadores dizem-nos que é preciso afirmar o sentido da negociação e do entendimento, mostram-nos que é urgente refazer a esperança, enfrentando os desafios sem fraquezas, com competência e com honestidade. São estes os objectivos essenciais do 25 de Abril, são estes os valores constantes do 25 de Abril, é esta a mensagem orientadora do 25 de Abril para o nosso futuro. Não se justificaria continuar a comemorar esta data se o seu significado ficasse confinado ao acto, localizado no tempo, do derrube de um regime autoritário, moralmente indefensável, socialmente injusto. O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade

democrática, da solidariedade social. O que hoje comemoramos é a afirmação de uma moral política onde a justiça, em todos os seus domínios, não seja um mero artifício de linguagem que encobre a vontade de opressão e de exploração.

O 25 de Abril prometeu e realizou, pela obra colectiva de todos os portugueses, a institucionalização da democracia política, devolvendo a cada cidadão a liberdade na acção política e a legitimação do poder de cada um, através do seu voto, em sufrágios livres e respeitadas.

É essa a conquista real que continuamos a comemorar, homenageando os homens e as mulheres que a realizaram e que a prolongam no futuro. A democracia que hoje vivemos, fundada em 25 de Abril e legitimada pela vontade dos Portugueses, reflecte-nos a imagem exacta do que somos, com as nossas virtudes e os nossos defeitos, com as nossas limitações e as nossas potencialidades. Não há solução política em democracia que recuse a legitimação do Poder pelo sufrágio livre e universal, que não entenda o exercício do Poder no respeito pela regra da alternância. Nesta mesma perspectiva, não há solução política que não aceite a responsabilidade nacional que os detentores temporários do Poder assumem, ao se comprometerem em não criar situações artificiais ou irreversíveis, com o objectivo de viciarem as condições e os pressupostos da expressão da vontade eleitoral.

Na consciência da importância destas regras do comportamento político está o resultado principal da fase de transição, prevista na Constituição, e que termina agora, depois de cumprido o seu objectivo. Como foi constitucionalmente consignado, a fase de transição permitiu normalizar as relações democráticas, criando todas as condições para que se possa proceder a uma revisão constitucional esclarecida, politicamente informada, que seja um factor real de estabilidade.

Realizaram-se as condições necessárias à normal integração das forças armadas nas instituições democráticas.

Contra o que muitos receavam ou previam, as forças armadas souberam cumprir o seu compromisso com o 25 de Abril, contribuindo de modo significativo para a realização dos seus objectivos essenciais e obedecendo, com rigor e com dignidade, aos valores da ética que responsabilizam os militares nas suas funções nacionais.

O Conselho da Revolução, instituição transitória do nosso sistema de órgãos de soberania, soube cumprir a sua missão constitucional sem nunca criar qualquer condicionalismo que ultrapasse o período de vigência da sua responsabilidade. Recordando o poder efectivo de que dispôs, com uma legitimidade constitucional indiscutível, deve-se sublinhar a moderação que sempre soube ter nas suas decisões e o modo como soube respeitar as indicações da vontade eleitoral. A contribuição do Conselho da Revolução para a normalização da instituição militar e para a estabilização das relações democráticas ainda poderá ser um tema polémico,

sujeito como está aos efeitos das diversas tentativas de utilização que foi objecto este órgão de soberania político-militar.

Uma maior distanciação histórica e uma maior serenidade na apreciação dos seus actos virão provar que a sua difícil e complexa missão foi cumprida no quadro que a Constituição lhe atribuiu.

Durante este período de transição também foi possível reduzir às suas exactas dimensões as propostas políticas radicais, demonstrando-se pela força dos factos, que nem tinham acolhimento eleitoral suficiente, nem eram susceptíveis de realização.

A função dos partidos, como organizações indispensáveis na actividade política em pluralismo, é reconhecida pelos Portugueses, que sabem hoje quais são as suas potencialidades e as suas condições de funcionamento. Competindo-lhes a concepção de programas políticos, a apresentação e defesa de alternativas nos confrontos eleitorais competindo-lhes o exercício do poder e afirmação da oposição em respeito pela legitimidade do voto, são os partidos responsáveis pela criação de condições de expressão política dos cidadãos.

Do rigor com que cumprirem essa sua obrigação depende, em medida essencial, a vitalidade da nossa democracia, porque esta só existe quando os cidadãos se reconhecem na acção e nas decisões dos partidos em que votaram. Os equilíbrios institucionais estabelecidos entre os órgãos de soberania, assentes no princípio da solidariedade institucional, garantem que o Poder só se exercerá com respeito pela expressão da vontade eleitoral em todas as suas manifestações e com todas as consequências que delas decorrem. As organizações representativas de interesses sociais puderam exercer a sua actividade no quadro das condições legais previstas, o que certamente lhes deu a oportunidade de aferirem o realismo das suas propostas, o grau de adesão que souberam motivar e a adequação existente entre os seus princípios orientadores e as vontades que afirmam representar. Neste novo espaço de acção política integram-se como fundamentos estruturais do nosso Estado democrático a afirmação do valor constitucional das autonomias regionais e o reforço das condições políticas da sua plena realização no quadro dos interesses nacionais e em defesa das legítimas aspirações das populações insulares, bem como o processo de descentralização efectiva e participada do Poder.

Em suma, a normalização da vida política, conseguida durante a fase de transição assegura que estão reunidos, no plano formal, todos os valores definidores da democracia e garante que eles serão confirmados e reforçados com a revisão constitucional que se encontra em fase de conclusão. A revisão constitucional, logo que concluída com respeito pelas suas normas legais, será a tradução formal do fim do período de transição. Não representa, em si mesma, uma alteração política essencial, pois nunca esteve na Constituição a razão real dos nossos problemas concretos.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PCP.

Mas é o sinal simbólico situado, repito, no plano formal da maturidade da nossa vida política.

Por isso mesmo se espera encontrar aí a tradução política do caminho consensual, a manifestação de uma vontade política que está consciente das suas possibilidades e a ponderação dos limites que a todas as concepções são impostos pelo facto de sermos uma democracia. A revisão constitucional tem, portanto, os seus parâmetros essenciais perfeitamente balizados, tanto no quadro legal como no quadro político.

Não há, assim, motivo para que se duvide da capacidade da Assembleia da República para cumprir, com rigor e com rapidez, este seu mandato expresso e imperativo de rever a Constituição, para que nenhum obstáculo exista, no plano formal, à afirmação da nossa maturidade política e à evolução natural das suas soluções.

Nem sempre, no entanto, os progressos realizados nas dimensões formais da política encontram uma imediata correspondência nas realidades concretas, na vivência quotidiana, na resolução eficaz das dificuldades. Mas são, sempre, uma condição necessária para que a evolução política se possa processar em perfeita conformidade com o que é normal e límpido em democracia.

O que é normal em democracia é que exista da parte de quem exerce o Poder um esforço determinado para superar diferenças, quando se verifica a continuidade e o agravamento das dificuldades, porque é necessário que não se desperdicem os meios de acção conjunta e a participação interessada dos cidadãos.

Compete, em primeira linha, aos responsáveis partidários apreciar a situação que vivemos e, respeitando os interesses sociais que representam, propor as soluções políticas que consideram adequadas. É desejável que da apreciação das soluções políticas que se apresentam, ou que se admitam como possíveis venham a resultar condições de maior eficácia na nossa acção política.

Tudo se deve fazer nesse sentido, porque é essencial evitar mais perdas de tempo, de meios e de confiança dos Portugueses.

Mas se esse resultado desejável não se confirmar, o que é límpido em democracia é que a clareza das alternativas se apresente quando o agravamento das situações indiscutivelmente o exige. Teremos então de confiar que essa clareza e o rigor das alternativas políticas permitam aos Portugueses, pelos modos constitucionais adequados, expressar a sua vontade. Este quadro de possibilidades que se abre no plano político não pode ser separado da preocupante evolução económica e dos seus efeitos na vida dos Portugueses. Seria ilusório e injusto esperar dos responsáveis políticos a solução instantânea de todos os nossos problemas, sobretudo quando, como acontece no domínio económico, as dificuldades internacionais exercem uma significativa influência.

Contudo, é legítimo e é necessário exigir desses responsáveis a explicação regular do caminho que estamos a seguir, do sentido exacto das medidas propostas e dos esforços que desenvolvem para criar uma base de entendimento alargada sobre essas questões vitais.

As nossas deficiências estruturais não encontraram ainda a resposta determinada, de conjugação de esforços privados e públicos, sem saudosismos nem complexos, que a democracia exige.

A orientação da política económica tem estado, por vezes, condicionada por argumentos de ordem eleitoral, tornando insegura a linha de rumo e subordinando as decisões económicas às particularidades da evolução política geral. Os comportamentos de muitos agentes económicas afastam-se de considerações de longo prazo, optando pela exploração de oportunidades momentâneas ou circunstanciais, invocando a inexistência de um horizonte estável e a falta de apoios indispensáveis.

Neste quadro de carência de motivações, de crise de confiança nas nossas próprias capacidades e de insegurança, perdem-se oportunidades reais, esgotam-se esforços vocacionados para o desenvolvimento, generaliza-se uma atitude de impotência perante as dificuldades e o risco. Esta é, em si mesma, uma atitude preocupante que os indicadores estatísticos confirmam.

Mas é uma situação tanto mais grave quanto se verifica no contexto da negociação da nossa adesão à Comunidade Económica Europeia, objectivo nacional que mereceu um largo consenso político e que tem de ser sustentado por uma vida económica dinâmica e afirmativa.

De facto, o que deveria ser um desafio estimulante para as nossas capacidades e um quadro racionalizador de atitudes e de decisões pode transformar-se num novo motivo de divisão e de dificuldade. A evolução verificada no plano da política social geral não é menos preocupante. As limitações materiais que neste domínio se colocam são condicionantes indesmentíveis. Mas não se pode esquecer que a justiça social e o sentido da solidariedade, valores indiscutíveis em qualquer sociedade moderna, são valores orientadores que se devem respeitar, quaisquer que sejam as limitações que os meios determinem. Não se exigem soluções perfeitas, mas espera-se uma atitude política comprovadamente orientada pela justiça e pela solidariedade social, uma atitude que não confunda a limitação dos meios com a criação de novas desigualdades sociais. Essa atitude de procura da justiça e de respeito pela solidariedade é ainda mais necessária quando se pede aos cidadãos o esforço, o sacrifício e a criatividade que são o capital humano da transformação económica. É nos períodos de dificuldades que os responsáveis políticos melhor revelam as suas verdadeiras capacidades e intenções. Também por isso é nesses momentos que maior atenção devem prestar à dimensão social da sua política, para que não se perca, no desinteresse e na desmobilização, mais do que se poderia vir a ganhar na eventual contenção dos custos.

Em qualquer caso, o êxito destas políticas não se pode separar do sentido mais geral do consenso político, da atitude de diálogo e de entendimento que se souber imprimir ao exercício do Poder. Essa é a indicação da história política da Europa, que não podemos deixar de considerar como indicador precioso dos caminhos que queremos percorrer.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Portugueses: Vivemos, de facto, tempos difíceis.

São tempos que não permitem continuar a repetir muitas das promessas eleitorais, que a realidade se encarrega de reduzir à sua verdadeira dimensão.

São tempos onde o valor e o rigor das atitudes se devem sobrepor à facilidade das palavras.

São tempos que devem exigir uma meditação serena quanto à validade dos processos e das políticas gerais adoptadas.

Em democracia não é aceitável a passividade e o imobilismo, como não pode haver hesitação na exigência de honestidade, de rigor, de competência, de integral dedicação ao respeito da liberdade e do direito de expressão.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDES, de alguns deputados do PSD, do PCP e do Sr. Deputado Luís Coimbra, do PPM.

Hoje, quando vivemos tempos difíceis, poderíamos recordar os êxitos importantes que também obtivemos, prestando a nossa homenagem merecida a todos os que para eles contribuíram.

Desses êxitos fica a certeza de que eles foram conseguidos sempre que houve uma vontade determinada de consenso, de confiança na qualidade dos homens e na sua capacidade de entendimento, de respeito pelos portugueses, aceitando todas as implicações das suas opções políticas. Por isso, devemos recordar que em democracia o caminho da negociação, do entendimento e do debate responsável está sempre aberto.

A democracia portuguesa será continuada e a resposta eficaz às nossas dificuldades será encontrada por todos aqueles que souberem percorrer esse caminho, confiantes que é o único que merecerá o apoio dos Portugueses. Este é o desafio maior que o presente a todos coloca. Também para ele temos resposta, na mesma atitude e na defesa dos mesmos valores que nos permitiram vencer outros desafios.

Estamos certos de que saberemos superar as dificuldades para, no essencial, se responder àquilo que, no seu conjunto, os Portugueses exigem e merecem ver concretizado.

Aplausos do PSD, do PS (de pé), do CDS, do PCP (de pé), do PPM, da ASDI (de pé), da UEDES (de pé) e do MDP/CDE (de pé).

O Sr. Presidente: — Está encerrada a sessão.

25 DE ABRIL DE 1984



DEZ ANOS DE LIBERDADE

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1984

Oradores

Magalhães Mota
Acção Social Democrata Independente

Lopes Cardoso
União da Esquerda para a Democracia Socialista

José Manuel Tengarrinha
Movimento Democrático Português

Azevedo Soares
Partido do Centro Democrático Social

Dias Lourenço
Partido Comunista Português

Fernando Condesso
Partido Social Democrata

José Luís Nunes
Partido Socialista

Tito de Moraes
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: – (...) Está aberta a sessão. Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Magalhães Mota.



O Sr. Magalhães Mota (ASDI): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Não é fácil celebrar uma memória comum.

Porque, para o fazer, é necessária uma afirmação de identidade. Sermos os mesmos, a honrar o mesmo, permanecermos fiéis ao que fomos, queremos continuar. Por isso se diz que comemorar, acaba por ser uma festa de família.

Creio que, até por assim ser, o 25 de Abril não pode ser apenas memória.

É importante lembrar.

Lembrar que antes se emigrava. A salto, para a Europa. E por dentro, que é igualmente duro e dói ainda mais.

Lembrar que a liberdade foi esperança e sonho e sentido de muitas vidas. Lembrar também que foram capitães de Abril que nos deram a liberdade.

Lembrar que falamos de revolução – e não de golpe militar – porque nunca os militares pensaram confiscar em proveito próprio o poder político.

Lembrança pode ser agradecimento renovado.

Até do simbolismo com que no Largo de Camões, uma voz – a do actual Presidente de Honra das Comemorações do X Aniversário da Revolução – se pôde ouvir, porque o capitão Salgueiro Maia lhe cedeu um megafone.

É importante lembrar.

Porque nem hoje – e alguns de nós, pelo menos, o dizemos com mágoa – é consentido falar a esses mesmos militares.

Não se apaga a História. Só os totalitários a julgam poder emendar. Por isso a memória, grata ou buscando ajustes de contas, de desencantos e desilusões, de sonhos teimosamente reconstruídos, de esperanças vivas.

Não creio, retomando o que comecei por dizer, sequer possível celebrar o 25 de Abril como memória comum.

Temos que assumir que o 25 de Abril em que ficámos, com os outros, solidários e universais, foi há 10 anos e que hoje, a sua lembrança, nos divide.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro tem que ser o sentido do que nos reúne.

Festejamos a liberdade.

E não é indiferente que o façamos em época de crise.

Redescobrimos o valor positivo dos direitos do Homem. Sabemos hoje da sua capacidade protectora na vida quotidiana.

Apercebemo-nos de que os direitos e liberdades, ditos formais, são, afinal, profundamente reais, precisamente porque, para além das condições sociais, protegem o Homem.

Sabemos que a liberdade, não é um privilégio, mas uma prerrogativa de existência social dos homens.

Por isso, se não pode fazer encolher a liberdade à medida dos interesses.

Conhece-se o protesto de Tocqueville contra um sistema social em que o despotismo não tivesse necessidade de oprimir a liberdade por os homens perderem até o desejo de ser livres.

Nós queremos festejar a liberdade.

E queremos comemorar futuro.

País com cerca de 1 milénio de história vivida, não queremos desistir.

Nem falhar encontros com a vida, nem perdermo-nos nos caminhos a achar.

Este é o desafio.

Para cada um de nós.

A não permitir que gelemos no que nos pareceu interessante. Ou que façamos, do que somos, profissão. Ou atitudes, em lugar de pessoas.

Cada um de nós tem de ser tão inteiro como a liberdade que nos habita.

Capaz de dizer sim e dizer não.

Esse é o 25 de Abril que será.

Porque da democracia e da liberdade se pode dizer, como no poema, «quem tem uma obra, a obra o tem. Quem traz uma mensagem, há-de lê-la e há-de lê-la diante do Rei. Sufoca mas lê. Arqueja mas lê. E só pode cair por terra quando já a leu».

Aplausos da ASDI, do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso.



O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: A distância que separa a esperança sonhada em 25 de Abril de 1974 e a realidade hoje vivida, distância feita dos nossos erros e dos nossos sucessos, das nossas certezas e das nossas dúvidas, das nossas ilusões e também das nossas decepções, das batalhas que se ganharam e se perderam, é no fundo a exacta medida da nossa capacidade colectiva de enfrentar a vida e construir o futuro.

O 25 de Abril não é, nem poderia ter sido, o que cada um sonhou na manhã de há 10 anos e no entanto o 25 de Abril está vivo no que foi o seu sentido mais autêntico: o da libertação de um povo, passo decisivo na libertação de outros povos.

Está vivo na promessa cumprida dos militares de Abril.

E se o ritual obriga a que lhes prestemos aqui e agora a nossa homenagem, mais importante seria que cada um de nós fosse capaz de, no dia a dia, lhes prestar a única homenagem que deles não desmerece: a homenagem de sermos capazes de respeitar a palavra dada, como, no seu conjunto, o foram capazes os capitães de Abril. Os que quiseram tudo já, os que se recusam a reconhecer que a revolução é uma longa paciência, desesperam e, no seu desespero, vão tecendo balanços catastróficos onde a palavra traição surge ao virar de cada linha.

Os neófitos da democracia, que se não conformam com uma democracia que é – por ser democracia – feita de conflitos e tradições, uma democracia que é também o direito ao erro e que é, sobretudo, a recusa dos que querem fazer a felicidade colectiva sobre os escombros do querer de cada um de nós, descobriram as virtudes do apelo, por cima das instituições, a uma entidade transformada em mito – o Povo.

Os que se calaram perante as prisões, a tortura, a guerra colonial, não poupam hoje as acusações e as críticas ao regime democrático, esquecidos, talvez, que essas acusações e essas críticas contêm em si mesmas uma das mais belas homenagens ao 25 de Abril: o reconhecimento implícito de que o 25 de Abril lhes trouxe a liberdade de poderem formular essas críticas e essas acusações, sem peias nem riscos.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e de alguns deputados do PSD.

Como eu gostaria de ter visto o Sr. Cardeal Patriarca, com a mesma veemência e aplicação com que invectiva o Governo e as leis a que chama iníquas, denunciar, como o fizeram outros que se reclamavam e reclamam dos mesmos valores, os crimes da ditadura.

Não questiono, nem recuso, a S. Ex.^a. o direito à crítica; foi para que também ele o pudesse exercer que, na insignificância da minha capacidade e da minha coragem, com outros lutei pela liberdade. Mas perdoar-me-ão que me não cale se o não vi reivindicar essa mesma liberdade quando ela nos era negada.

Fica-nos a certeza, ao ouvir S. Ex.^a., que a democracia existe e, porque a democracia existe, o 25 de Abril está vivo.

Aplausos da UEDS e do PS.

Os erros inevitáveis cometidos na aprendizagem da democracia são aproveitados para denegrir as instituições.

E, no entanto, as instituições estão vivas e, quer se queira quer não, os cidadãos reconhecem-nas como suas, até quando as criticam, até quando lhes apontam os defeitos; reconhecem-nas como suas, quando participam no seu funcionamento, com um interesse e uma persistência que vão desmentindo o tão decantado desencanto das gentes pelas coisas da República e da democracia. 10 anos depois do 25 de Abril os partidos políticos, e com eles esta Assembleia, tornaram-se os bodes expiatórios de todos os males de que o País padece.

Cada vez com maior frequência se ouve, dos mais opostos sectores do quadrante político, acusar os partidos de defenderem tão-só os seus interesses e a Assembleia da República de mais não ser do que o palco de intermináveis, estéreis e absurdas discussões.

Mas mais grave: aquele que é o garante último das instituições, vem juntar agora a sua voz à voz dos que prosseguem uma campanha continuada de descrédito da instituição parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente da República, ousou dizer-lhe, desta tribuna que não é minha, mas a tribuna dos que me elegeram, que ao fazê-lo prestou V. Ex.^a Sr. Presidente da República, um mau serviço à democracia reconquistada no dia 25 de Abril.

Prestou um mau serviço à democracia, lançando a dúvida sobre o comportamento dos deputados e, por consequência, quer o desejasse ou não, sobre a legitimidade desta Assembleia como expressão que é da vontade popular.

Nós, deputados, estamos aqui porque assim o quiseram aqueles que livremente nos elegeram.

Ao votarmos as leis que votamos, fazêmo-lo no exercício do mandato que nos concederam. Mandato que não sofre outras limitações que não sejam as que a Constituição da República lhe impõe.

Mandato cuja dimensão e significado não podem variar ao sabor das circunstâncias ou das conveniências.

Ao votarmos as leis que votámos, fazêmo-lo assumindo as nossas responsabilidades; todos nós, qualquer que seja o sentido do nosso voto. Aos outros mais se não pede que assumam igualmente as suas. Em democracia, os que nos elegeram serão os juizes do nosso comportamento. Haverá talvez quem pense que, ao dizer o que digo, estou a ser no mínimo descortês para com V. Ex.^a, Sr. Presidente, no mínimo inconveniente, dizendo o que disse num dia que se quer de festa: a festa da liberdade.

Mas porque a cortesia não se confunde com a hipocrisia e porque esta é a festa da liberdade, entendi que, no uso dessa liberdade, devia dizer aquilo que disse.

É que talvez uma das formas de respeitarmos essa liberdade seja o aprendermos a falar, sem rodeios, sem subterfúgios, sem simulações. Também foi para isso que o 25 de Abril se fez.

Aplausos da UEDS, do PS e de alguns deputados do PSD e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República é, sem dúvida, o órgão de soberania mais vulnerável, sendo, no entanto, ou talvez por isso mesmo, o de mais transparente funcionamento. Por ela passa hoje uma das primeiras linhas de defesa do regime democrático.

O seu funcionamento está muito longe de ser perfeito; os deputados longe de corresponderem sempre, senão porventura a maior parte das vezes, ao que deles esperavam os que os elegeram; o sistema eleitoral comporta vícios que cavam o fosso entre eleitos e eleitores. Nenhum de nós ousará, em verdade, negá-lo.

Importa corrigir o que é possível corrigir. É urgente encontrar soluções que potenciem as virtualidades do Parlamento e lhe reduzam os defeitos. Sem dúvida. Mas só por estultícia, ingenuidade ou má fé se pode tomar o todo pela parte, recusar as instituições porque não são perfeitas; no fundo, lançar fora a criança com a água do banho.

Os acusadores acima de todo o partido, os que se pretendem acima de toda a suspeita, o que é que nos propõem em troca?

Terão reflectido nesta coisa simples de que o confronto de ideias e projectos é a própria essência da democracia? Que os consensos possíveis em cada momento terão de nascer desses confrontos e não situar-se acima deles?

Terão compreendido que a Assembleia da República é, no fundo, a expressão possível, ainda que distorcida, do país real? Imagem que reflecte, mesmo que deformada, os seus defeitos e as suas virtudes, não imagem feita à semelhança do que gostaríamos que fosse.

Os espelhos construídos para nos devolverem o perfil de um país idealizado, o eco das virtudes da raça, da piedosa bondade do povo ou da sua omnisciência ignorada; para nos trazerem o reflexo bem comportado de uma ordem imposta ou de um

unanimismo feito na negação das diferenças, conhecêmo-los, Srs. Deputados, por demais.

E os que se esfalfam a sublinhar as imperfeições do sistema, os riscos que inevitavelmente comporta, deveriam dizer-nos, primeiro, claramente, para onde querem ir, para onde nos querem levar.

É que se porventura não sabemos para onde nos pode encaminhar a conflitualidade de interesses assumida pelos partidos e traduzida no funcionamento das instituições, sabemos bem demais para onde nos arrastaria o calar dessa conflitualidade.

Os partidos não são por si sós a democracia, mas não há democracia sem partidos políticos.

Aplausos da UEDS e do PS.

A democracia representativa não basta, mas a democracia de «base», a democracia «participativa», nunca existirá sem ela.

Democracia representativa e democracia participativa não se opõem, completam-se. Uma é o garante da outra, uma serve ao aprofundamento da outra.

Se a democracia de base dá corpo à participação colectiva em torno de interesses imediatamente comuns, os órgãos da democracia representativa são as instâncias onde, do conflito entre interesses díspares, terá de surgir a necessária síntese, a indispensável arbitragem. A democracia de base não é, não se confunde, nem se realiza na oratória ambiguamente paternalista de uns quantos iluminados falando em praças cheias, onde, após o discurso, surja uma resposta popular, emocional e confusa, resultado da maior ou menor capacidade de comunicação dos que assim julgam «falar ao povo». A participação popular realiza-se no dia a dia, e no dia a dia se vem construindo desde o 25 de Abril: nas colectividades, nas autarquias, nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nas organizações recreativas, culturais, desportivas, que por todo o País se fazem e desfazem, mas que por todo o País vivem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os balanços do 25 de Abril não deveriam ser a expressão das ilusões ou desilusões de cada um.

O esforço que devemos aos que o fizeram e ao povo que o transformou numa revolução é um esforço de verdade, de apreciação séria, de análise do que foi, de imaginação e de coragem, para tentarmos criar colectivamente aquilo que será.

Vivemos 10 anos de esperanças e de desilusões, de experiências partilhadas e de conquistas limitadas, mas reais. Conservar essas conquistas é importante, aprofundá-las é talvez mais importante ainda, porque só o seu aprofundamento as irá tornando irreversíveis. Caminhar em frente foi sempre, e é ainda, o papel das forças de esquerda; nessa caminhada fica aos conservadores o papel que é o deles: «conservarem» as conquistas da esquerda, quando esta as aprofunda e ultrapassa.

Se a revolução é uma longa paciência, continuar Abril terá de ser, para quem Abril foi a conquista da liberdade e o abrir de portas de um futuro diferente, o empenhamento num projecto que dê expressão aos anseios mais profundos do nosso povo. As forças socialistas e democráticas podem, se assim o quiserem,

ser as portadoras e protagonistas de um tal projecto. Assim sejamos capazes de o querer.

Aplausos da UEDS e do PS.

O Sr. Presidente: – Em representação do MDP/CDE, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.



O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Voltemos atrás 10 anos. Há 10 anos, isolado, incomunicável, numa pequena cela. Durante o dia, apenas meia dúzia de palavras, com o carcereiro. Era o silêncio total, o completo isolamento. Nada sabia do que se passara lá fora. Todo o dia 25 de Abril foi ainda vivido sob o fascismo, a prisão, a tortura.

Ao princípio da noite, sinais na parede informavam que tinha havido uma revolução. Revolução dos ultras, como há tempo se ouvira, seria a liquidação imediata; revolução democrática que sabíamos preparar-se, possivelmente também. Lembra a ameaça do inspetor da PIDE, na véspera, durante o longo interrogatório: «Se houver alguma coisa, eu próprio irei matar, um a um, os da incomunicabilidade, os mais perigosos».

O dia 26 amanheceu sob a expectativa tensa, a opção mais decisiva: no torpor, na sonolência, na febre.

Súbita, a palavra liberdade, aí, soou falsa: gritada por um oficial, na nossa frente, metralhadora na mão.

Não foi o choque brusco, a viragem imediata no fio da vida e na História. Foi o acordar lento, a memória repetida, do fundo da lembrança mais sentida: familiares mortos e perseguidos, amigos presos, alguns ainda enlouquecidos pelas torturas, outros exilados, outros ainda mortos na guerra; os despedimentos, as privações, as humilhações morais, o horizonte fechado, o desespero sem luz, as opressões seculares – mas também a resistência longínqua do povo, o sofrimento e a luta, a esperança renovada no fundo da noite, finalmente a claridade. Foi assim o lento acordar do fundo da memória.

Mas a luz da manhã não foi imediatamente o nascer do dia. Demorava-se em abrir a porta gradeada. Hesitava-se em dar a liberdade por inteiro e a todos por igual. Foi, já no Portugal democrático, a primeira luta unitária vitoriosa: à Junta de Salvação Nacional dissemos – «ou todos saem ou continuarão todos em Caxias». E quando, quase 2 dias depois, as portas finalmente se abriram, foi o abraço da multidão, que com a sua força nos libertara. Aí houve, desde logo, maior lição do que milhares de páginas lidas: o valor da unidade e o poder do povo desperto,

como as traves mais sólidas em que uma democracia pode assentar. As pessoas que isto viveram não voltaram a ser as mesmas e o País também não voltaria, não poderia voltar a ser o mesmo.

Trajecto acidentado depois, com avanços e retrocessos, esperanças e desilusões, grandezas e desacertos, justezas e erros.

E hoje, 10 anos depois, vemos como estamos longe e como estamos tão perto do 25 de Abril!

Hoje pode ver-se como, para muitos, a política não é uma actividade com o objectivo central do bem de todos, mas campo fértil de ambições e interesses pessoais de alguns, e como alguns partidos, subalternizando o sentido nacional da sua acção, se transformaram em veículos de obtenção de influências e de conseguir rendosos negócios. Pode ver-se como foram iludidos os que deram o seu voto aos que depois contra eles governaram e como tantas vezes se tem feito do governar um jogo permanente de grosseira mistificação ou um cálculo tecnocrático de gabinete sem a perspectiva social que, acima de tudo, o deveria orientar. Pode ver-se como aqueles que nas suas empresas se dispuseram a trabalhar honestamente, valorizando e enriquecendo o País, contrastam com os que vivem

lautamente no submundo já hoje dominante da economia paralela, visando o máximo lucro imediato sem visão do seu futuro como empresários e muito menos do do País, e como a corrupção campeia, já considerada natural, com total impunidade, por se saber que qualquer eventual inquérito administrativo terá o mesmo silêncio que todos os outros, e como a crise moral, a mais grave de todas as crises, vai corroendo inexoravelmente o País.

Pode ver-se como as aspirações de uma sociedade mais justa, com melhoria da situação das camadas desfavorecidas, deram lugar a desigualdades sociais cada vez mais marcadas e a sofrimentos cada vez mais dolorosos de grande parte da população, e como estão longe de alcançar os direitos fundamentais da habitação, da saúde, da educação.

Pode ver-se como, nos últimos tempos, por todo o lado e especialmente na função pública, recrudescem as perseguições e saneamentos por motivo das ideias, numa acção que do fascismo se distingue apenas pelo facto de pretender cobrir-se com uma hipócrita máscara legal, e como, limitando a liberdade, se vêem os mais poderosos órgãos de comunicação social estatizados serem ostensivamente manobrados pelos governantes, abafadas as vozes contrárias, projectada a criação, de um inquietante serviço de informações, bloqueada a vida política, bloqueada a própria democracia, e o medo, que se quisera acima de tudo afastar da nossa terra, de novo aqui se fixa e alastra e, com ele, o obscurantismo, o envilecimento das relações sociais a todos os níveis.

Pode ver-se como a independência nacional cada vez mais se compromete, quer por interesses políticos quer por uma visão messiânica do papel dos investimentos estrangeiros, e como é

humilhante para o País a subserviência dos governantes em face dos Estados Unidos.

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – A democracia aberta em 25 de Abril tinha leis bem diferentes das da selva, pois a protecção dos fracos se deveria sobrepor quer aos interesses egoístas de pequenos grupos privilegiados quer aos de grandes potências estrangeiras, fossem elas quais fossem.

Como soa falso, ridículo até, nestas condições, falar-se em Estado de direito, quando, nem na substância nem sequer em muitos dos seus aspectos formais, ele é respeitado!

Encontramo-nos actualmente no pleno reinado da política politiqueria, da mediocridade, baça e absurda, num País sem rumo, sem sentido, sem nexos, num País que vive do e para o imediato, sem projecto, sem futuro, num País como que suspenso no tempo, adiado, em que pessoas e coisas se agitam sem saber para onde nem porquê, nem sequer como borboletas tontas atraídas por qualquer luz, mas na penumbra incaracterística, cinzenta, movendo-se em gestos lentos, macilentos, soturnos. Vê-se como a pior anarquia não é a do tumulto, do vozear nas ruas, da exaltação apaixonada. A pior é a anarquia organizada, com a falsa aparência de ordem, como a que vivemos agora. É desta que, sobretudo, irrompem os antípodas da liberdade, os arautos de ordens novas, de estados novos.

E não se procurem novos álibis, gastos que foram sendo, sucessivamente, os muitos até agora usados. Um dos principais fora a Constituição; revista, a contento da maioria parlamentar, a degradação económica e social continuou a acelerar-se. Outro fora a existência de poderes políticos paralelos, com as competências que se diziam excessivas do Presidente da República; reduzidas estas, nem por isso o declive da crise se deteve. Outro foi o Conselho da Revolução, nova boceta de Pandora que sobre o indefeso País civil se dizia fazer derramar os maiores males e as maiores perversidades; agora, que foi extinto, a quem vão assacar-se as culpas do agravamento da situação nacional?

Chegou-se a este absurdo: não apenas não mostrar reconhecimento pelos militares que fizeram o 25 de Abril e que sempre disseram e provaram não querer conservar o poder, como até responsabilizá-los pelos males da sociedade democrática que eles geraram. Acto não só absurdo, como um dos mais indignos a que a nossa democracia assistiu, a que a nossa democracia está a assistir. Os militares que fizeram o 25 de Abril e a sua associação foram completamente marginalizados das comemorações oficiais, não foram consultados nem convidados a participar na promoção das comemorações do 10.º aniversário da revolução libertadora que fizeram.

Vozes do PS: – Não apoiado!

O Orador: – Sem o apoio dos militares do 25 de Abril, sem o apoio das organizações populares e do próprio povo, as comemorações oficiais perderam todo o significado autêntico. Não basta o que se fez no passado para justificar o que se faz no presente! Não bastam as belas palavras, os ornamentos retóricos, as intenções altitonantes, para esconder o verdadeiro sentido do que, em concreto, se faz. E esse sentido mostra que a comemoração é incómoda para o Governo.

Vozes do PS e do PSD: – É falso!

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, pedia o favor de não esquecerem a natureza desta sessão.

Vozes do MDP/CDE e do PCP: – Muito bem!

Vozes de protesto do PS, do PSD e do CDS.

O Orador: – Este não se ajusta à dimensão e aos valores de uma revolução que não foi apenas um golpe militar, mas um acto colectivo, em que o povo teve intervenção decisiva ao lado das Forças Armadas e desencadeou um profundo processo de democratização da sociedade portuguesa.

Não quis o Governo, de facto, comemorar o primeiro decénio de um dos maiores actos libertadores da nossa história; fez apenas o que era indispensável para que essa intenção não fosse evidente. Estamos, sem dúvida, longe do 25 de Abril. E, ao mesmo tempo, nunca estivemos tão perto dele. Perto dele pelo apreço cada vez maior em que temos o muito que nos deixou de bom: o fim da guerra e a independência das ex-colónias, a liberdade de expressão e de organização, o direito à greve, a legislação laboral mais favorável aos trabalhadores, a libertação social dos assalariados rurais na zona de intervenção da Reforma Agrária, os avanços consideráveis no plano da solidariedade social e tantos outros benefícios sociais que, apesar dos condicionamentos e restrições, continuam vigentes; e ainda outro, que por ter entrado no nosso quotidiano dele já quase nos não apercebemos: a democratização da vida e das relações entre as pessoas, que introduziu uma alteração profunda e irreversível no viver social.

Tais benefícios só foi possível lançar e manter devido às alterações estruturais registadas na sociedade portuguesa e que, em muitos aspectos fundamentais, continuam a existir.

Por isso, os benefícios do 25 de Abril não podem ser compreendidos isolada e pontualmente, mas como aspectos de um processo profundo de democratização do País. E é isso o mais difícil de sustentar porque faz parte da nossa dinâmica social, é inerente ao

próprio processo social, emerge na conduta dos homens em sociedade, nas suas lutas, nas suas reivindicações, nas suas aspirações, irmana homens de diferentes concepções ideológicas e religiosas, evidencia a essencial convergência de forças sociais aparentemente distantes, demonstra que essa unidade social é base fundamental para a resolução de problemas comuns, revela que, para além das salutares divergências partidárias, é possível o entendimento em questões fundamentais que afectam largas camadas da população e o País em geral.

De nada serve, parafraseando o ministro hitleriano da cultura, puxar da pistola quando se fala em unidade. Ela existe como um

facto social impossível de regulamentar, porque faz parte intrínseca da própria vida dos homens. É um dado essencial para a defesa da democracia e para o indispensável empenhamento colectivo que faça sair o País da crise em que cada vez mais se afunda.

E por isso, também hoje estamos ainda mais próximos do 25 de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Vozes do PCP e do MDP/CDE: – Viva!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: – Como representante do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.



O Sr. Azevedo Soares (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Evocar uma data. Avaliar uma década. Pensar no futuro.

Na história dos povos e das nações sobressaem certas datas, assumem especial significado certos momentos. De todos esses momentos é herdeira a realidade que somos. Esta e não outra. Esta e não aquela com que porventura sonharam quantos inspiraram e se destacaram nesses momentos.

Há 10 anos um regime político incapaz de responder aos desafios da época e desprovido de mecanismos de regeneração, dada a sua natureza não democrática, foi derrubado pelas Forças Armadas Portuguesas, mais propriamente por um numeroso grupo dos seus oficiais, dos mais novos e, talvez por isso, dos mais preocupados quanto ao futuro do País. Avançaram audaciosamente em 16 de Março e, contidos, não recuaram nos seus propósitos, desencadeando um mês depois o movimento que resultou. Foram militares – e apenas eles – que formaram a decisão e assumiram os riscos.

Do seu gesto, que hoje evocamos, o CDS retém a sua matriz fundamental – a instituição de um regime democrático. Com ela se identifica o CDS, como nesse momento e ainda hoje se identifica o País. Mas há que ser mais exigente. A democracia é mesmo o regime da exigência e importa avaliar estes 10 anos pelos seus resultados, para além da democracia e da liberdade.

E o facto é que, 10 anos passados, Portugal é hoje, seguramente, um país mais pobre.

As desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais mantêm-se e, em alguns casos, acentuaram-se; aumentaram brutalmente os impostos e pioraram de uma forma geral os serviços prestados pelo Estado; a crise da habitação não conhece paralelo; o desemprego aumentou 8 vezes; os salários reais, em queda vertiginosa, recuaram já em relação há 10 anos; a agricultura estagnou e não chega para alimentar metade do País; o ensino degradou-se e das nossas universidades não saem homens apetrechados, e educados a pensar; o investimento produtivo diminui e o património industrial torna-se obsoleto; atinge-se a escandalosa e degradante realidade de haver em Portugal quem trabalha e não recebe atempadamente o seu salário; nos centros de decisão internacionais, Portugal pede mas não influencia; enfim, a nossa moeda é fraca e enfraquece.

Neste quadro, e apesar dos aspectos positivos que também se reconhecem, cresce a incerteza dos portugueses e instala-se o desânimo. Surge e alastra a angústia e, sendo cada vez menos apercebido o próprio destino, a energia esgota-se na sobrevivência, no dia que passa.

Um povo que acreditou e acredita nas virtualidades do regime democrático não esperava tais resultados. E muito justamente!

Porquê, então esta realidade?

Percorridos 10 anos, o problema continua a ser essencialmente político.

Numa atitude consciente e programada, mas abusiva, desde cedo se foi gerando a falsa identificação do socialismo com a liberdade. A tal ponto que para muitos o socialismo deixou de ser uma opção entre outras, mas antes um corolário dessa mesma liberdade. Contrariar o socialismo significava combater a liberdade e, por isso, o próprio regime democrático. E, no entanto, nada há de mais falso. Só que as forças políticas que se reclamam do socialismo – democrático ou não, mais ou menos social-democrático – capturaram o Estado e, servindo-se dele, propagandearam, por vezes até ao absurdo, essa mistificação. Transformaram o 25 de Abril num mito e desdobraram-no em tantos mitos quantos os necessários à sua manutenção no poder e à defesa dos seus interesses particulares, materiais e ideológicos.

Distorcido assim o regime, mutilada constitucionalmente a liberdade, reduzidas as escolhas, a história destes últimos 10 anos reduz-se pois e principalmente à história do socialismo e da sua incapacidade para resolver os principais problemas de Portugal. E perante isto, talvez seja legítimo considerar o actual bloco político dominante como o epílogo e o resumo dessa mesma história.

O Partido Socialista e o Partido Social-Democrata governam um Estado imenso do alto da sua imensa maioria. O próprio Primeiro-Ministro, certamente num lapso de desrespeito pelas regras da democracia, compraz-se em pretender fazer acreditar aos portugueses que não há alternativa ao seu Governo.

É certo que, no entender desses partidos, o enfrentar da realidade ainda pode ser adiado através do desvio das atenções e das energias para a luta pela ocupação do último e importante cargo do Estado que lhes escapa.

De pouco ou nada valerá o esforço. A aguda realidade económica e social não consente mais protelamentos e acabará por impor os seus direitos, entre os quais não consta o de se poder governar sem decidir, o de se distribuir riqueza que se não cria. O que a história destes 10 anos e deste governo prova é que o melhor aliado da democracia não é o socialismo mas a liberdade.

Tudo o que foi feito pela liberdade continua a ser um princípio de esperança; tudo o que foi feito em nome e por causa do socialismo provou mal e é um fardo que o País carrega.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Evocar uma data e reflectir no passado faz mais sentido se de tal gesto resultar a preparação do futuro. É o que ao CDS mais importa, pois uma nova década do regime hoje mesmo se inicia. Encaremo-la, apesar de tudo, com esperança e optimismo. Por entre vicissitudes e distorções, o regime democrático mantém-se e, se for respeitado, nele se há-de gerar a alternativa no actual estado de coisas; para ela acreditamos fundamentalmente na capacidade colectiva do povo português, na recuperação das suas energias abafadas, no seu orgulho, no seu sentido de Pátria.

É forçoso, porém, que arredemos do nosso horizonte e do nosso dia os preconceitos ideológicos, a defesa de privilégios injustos e as ilusórias garantias em que se traduzem o paternalismo social e protecționismo do Estado.

Uma nova atitude e um novo espírito deverão demarcar os próximos anos.

É na vontade, no querer, na liberdade, no trabalho de cada um e na solidariedade de todos que há-de assentar o nosso futuro.

Uma sociedade só progride, só se desenvolve se os homens aceitarem a responsabilidade dos seus actos, assumirem com bom senso os riscos das suas acções e virem premiado o seu mérito.

De contrário, tudo se apaga no magma da irresponsabilidade colectiva, desaparecem os estímulos à criatividade e ao trabalho, campeia o egoísmo.

Programas, projectos, promessas – tudo tem sido apresentado aos Portugueses. Hoje, porém, importa essencialmente defender o ideal, afirmar uma vontade e manifestar uma esperança; e importa fazê-lo com a força de quem acredita e a serenidade de quem não desespera.

Tal tarefa só pode ser realizada por uma nova geração, portadora destes ideais e fiel àqueles princípios, não comprometida com o sistema nem prisioneira de interesses pessoais ou de grupo. E competente bastante para delinear e executar uma política de recuperação nacional.

Competir-lhe-á, antes de tudo, reorganizar o poder político, conferindo-lhe autoridade e eficácia, pois só um poder político forte, organizado e coerentemente disposto a seguir uma política concreta e clara pode realizar obra válida.

Hoje ninguém decide nada sobre nada, poucos assumem abertamente a responsabilidade dos seus actos e os próprios Órgãos de Soberania esgotam muito do seu tempo a degladiarem-se e a anularem-se.

Simplificar o funcionamento das instituições, clarificar o modo do seu relacionamento e adoptar mecanismos rápidos e eficazes de decisão são tarefas urgentes.

Por outro lado, a recuperação há-de assentar na força da sociedade, com a aceitação e no respeito das suas próprias regras. Rever as leis – constitucionais, laborais e outras – que constituem entrave a um sadio e progressivo funcionamento dos mecanismos sociais e criar um melhor Estado, racionalizando os sectores públicos administrativo e empresarial, são condições necessárias. Finalmente, urge pôr cobro ao emaranhado de complexas e contraditórias regras económicas, substituindo-o por um conjunto simples, claro e coerente; relativizar a questão da propriedade da terra e criar condições reais ao aparecimento de verdadeiras e fortes empresas agrícolas; reformar o ensino, no sentido de uma maior formação técnica e de uma maior formação humanística, ao mesmo tempo, que permita às novas gerações conjugar a História de Portugal com a era da electrónica, em vez de um ensino como o actual, que abstrai da História portuguesa e que, no plano técnico, se limita a reensinar a utilização dos meios da primeira revolução industrial.

De hoje a 10 anos estaremos de novo a evocar esta data.

Então, o quadro que traçarmos terá de ser diferente e terá sido atirada para o esquecimento da História a bizarra disputa entre históricos do 25 de Abril, clamando uns pelos seus capitães, reclamando outros os seus generais, parecendo esquecer simultaneamente duas coisas: que a História é só uma e que o futuro é sempre o mais importante.

Mas deixemos para trás os mitos, os preconceitos e as amarras e façamos da próxima década a década da liberdade, do trabalho e da esperança.

Então, será com outro espírito, com outro ânimo e, certamente, com outros resultados que assinalaremos o aniversário do 25 de Abril.

Então, sim, haverá alegria e a festa terá todo o seu sentido!

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: – Pelo PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Dias Lourenço.



O Sr. Dias Lourenço (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Desde o seu primeiro ano, e como segundo órgão de soberania, reúne esta Assembleia da República, por sua própria iniciativa e sob a presidência do Sr. Presidente da República, para comemorar o 25 de Abril. É um dia singular na nossa História.

Celebramos o 10.º aniversário da Revolução de Abril numa situação em que avultam motivos de reflexão, de preocupação, mas também poderosas razões de confiança: confiança nos grandes ideais que a inspiraram, confiança na perenidade e solidez das conquistas democráticas alcançadas.

Feitos como o que celebramos hoje marcam uma época. Poucos mereceram evocação tão solene do povo português.

Mas que a solenidade da evocação não ofusque a grandeza real do acontecimento. É que a projecção dos sucessos daquela radiosa madrugada do Abril português de 1974 ultrapassa-nos.

O 25 de Abril representa uma viragem histórica na vida da nossa Pátria, constitui um prodigioso salto em frente na luta secular do nosso povo pela liberdade, transcende, no seu amplo significado, as fronteiras do nosso país – universaliza-se.

A gesta heróica dos capitães de Abril liquidou a mais velha ditadura fascista da Europa, pôs fim ao mais velho império colonial do Mundo.

Esta a sua verdadeira dimensão histórica!

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Obviamente, a Revolução de Abril não foi um acontecimento isolado no tempo e no espaço.

A fulminante vitória do Movimento das Forças Armadas culminou um longo processo de libertação amassado no sofrimento colectivo de gerações inteiras, levedado na luta tenaz das massas populares, temperado no sacrifício, quantas vezes heróico, de milhares de patriotas.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Sofrimento amassado em privações de toda a ordem, na exploração mais brutal, nos salários de miséria, na

fome endémica dos trabalhadores, na espoliação desenfreada das classes, camadas e sectores intermédios da população, no desprezo social e na injustiça pela mole imensa dos que produziam a riqueza em benefício dos inúteis que a dissipavam.

O Sr. Carlos Brito (PCP): – Muito bem!

O Orador: – Luta que, arrostando a bestial repressão fascista, cresceu nas fábricas, nos campos, nas minas, nos cais, nas escolas, nos centros de cultura; luta que amadureceu e deflagrou em rudes batalhas políticas pela liberdade, pela democracia, pela paz, pela independência nacional.

Sacrifício dos que perderam a vida às mãos dos esbirros do fascismo, dos que foram barbaramente torturados nos antros da PIDE, dos que povoaram aos milhares – em muitos casos por décadas – as prisões do Tarrafal, de Peniche, do Aljube, de Caxias, de Angra, dos inúmeros cárceres políticos do continente, das ilhas e das antigas colónias, onde dezenas sucumbiram. Sacrifício também dos que se viram compelidos à clandestinidade e ao exílio. Sofrimentos, lutas, sacrifícios do povo – eis o que está no âmago e fez desabrochar os cravos maravilhosos de Abril.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

Sim, o levantamento militar vitorioso dessa madrugada luminosa de há 10 anos procede da luta prolongada, sempre dura e difícil, de muitos milhares de democratas e antifascistas portugueses e de patriotas de jovens Estados que hoje, donos dos seus próprios destinos, num mar de dificuldades, mas com determinação, constroem, eles também, uma nova vida de independência e de liberdade.

O Sr. Carlos Brito (PCP): – Muito bem!

O Orador: – Mas é aos valorosos capitães de Abril, aos jovens capitães que com audácia meteram ombros à patriótica arrancada do 25 de Abril, que cabe o mérito excepcional da iniciativa histórica.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

O 25 de Abril guarda toda a sua autenticidade como acto libertador que atirou para a vala comum da História um carcomido regime fascista de 48 anos, pôs fim a uma inútil e injusta guerra colonial de 13 anos – que ceifou mais de 10 000 vidas jovens da flor do nosso povo, resgatou Portugal, como Nação, de uma pesada herança colonialista de meio milénio.

O ímpeto revolucionário do Movimento das Forças Armadas fez destruir as muralhas da prisão que era Portugal. Abriu as portas dos cárceres aos opositores do regime, permitiu a inapreciável conquista da liberdade política, das liberdades democráticas essenciais.

E se mais não houvera, só por isso, os audazes capitães de Abril são merecedores da admiração, do respeito, da gratidão ilimitada dos seus compatriotas.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

A Revolução de Abril não podia limitar-se — e não se limitou de facto — a substituir um governo e um regime (ainda que fascistas) por outro governo e outro regime (ainda que democráticos).

A experiência dos primeiros meses encarregou-se de demonstrar a insuficiência destas metas.

É que o 25 de Abril acabou com o regime fascista, mas, compreensivelmente, não extirpou o fascismo em Portugal; extinguiu o regime de exploração colonial, mas não dissipou os sonhos revivalistas do colonialismo português.

Logo no dia seguinte da vitória tornou-se claro que as forças desapossadas do poder político — mas não do poder económico, que maneiram de imediato contra as novas realidades saídas da Revolução — não se conformariam com a derrota, iriam lançar-se, na via da restauração subversiva das antigas posições.

A defesa a todo o custo das conquistas alcançadas tornou-se uma questão vital para a democracia portuguesa.

Desde logo se tornou claro que o programa de democratização do País não poderia avançar na realização plena dos seus grandes objectivos sem alterações profundas no nosso ordenamento político, económico e social.

É nossa convicção que a nacionalização dos sectores básicos da economia abriu possibilidades novas e excepcionais de desenvolver, na linha dos interesses exclusivos da comunidade nacional, as actividades económicas principais do País, assim como a Reforma Agrária — nova e promissora forma de exploração agrícola surgida nas zonas do latifúndio — abriu possibilidades insuspeitadas de incremento da nossa produção agro-pecuária, com a resolução, no plano social, do agudo problema da fome e do desemprego nos vastos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Leis como as do arrendamento rural, dos baldios, da extinção dos foros e colónias, da extinção das coutadas, completaram um quadro jurídico que poderia, com o apoio atento do Estado democrático, garantir a elevação do teor de vida nos campos e a repartição mais justa do produto da terra.

Para os trabalhadores, reformas sociais correspondentes a aspirações profundas, afirmadas em anos de dura luta, o processo da

Revolução de Abril trouxe direitos e liberdades que são hoje um património inalienável das classes trabalhadoras.

A institucionalização destas profundas reformas políticas, económicas e sociais foi um passo de importância decisiva no desenvolvimento e consolidação do nosso processo democrático.

A promulgação da Constituição da República, em 1976, coroou o edifício de um Estado democrático, onde se combinam a democracia política, económica, social e cultural, por isso mesmo susceptível de garantir aos Portugueses um futuro promissor e livre.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Referi no início motivos de preocupação no momento actual.

O povo português vê com apreensão o recrudescimento dos ataques das velhas forças do passado, acobertadas sob novas capas, vê como levantam cabeça e como nos horizontes da nossa Pátria se perfilam de novo ameaças que representam um perigo para o 25 de Abril.

Quando ouvimos empregar palavras como «desmantelar», para significar a destruição de muito do que mais significativo Abril criou, quando vemos dirigentes sindicais prestigiados serem metidos em enxovias só por pretenderem dialogar com o poder; quando assistimos a violentas cargas policiais contra pacíficos trabalhadores sem justificação em quaisquer violações da legalidade democrática ou alterações da ordem pública; quando vemos renascer instrumentos repressivos que pensávamos enterrados para sempre; quando vemos proliferar a corrupção e o nepotismo; quando verificamos novas manifestações concretas de desestabilização institucional; quando observamos que se aprofundam e agravam as desigualdades e injustiças sociais — como a dos salários em atraso —, quando vemos de novo a fome e a miséria de braço dado com o desemprego invadirem os lares dos trabalhadores; quando ouvimos, vemos e observamos tudo isto não podemos deixar de ser tomados por sentimentos da maior preocupação. Referimos ainda motivos de reflexão. De facto, em nosso entender é imperioso reflectir, mas para agir.

Na hora actual a unidade de todos os democratas, de todos os patriotas e antifascistas é um imperativo categórico. Nunca foi tão necessário secundarizar o que nos divide e privilegiar o que nos une! Não somos soldados de uma causa vencida!

Para a imensa maioria dos portugueses, que há 10 anos vibraram com o renascer da democracia e da liberdade, há poderosos motivos de confiança.

Confiança na força, na vontade indomável do nosso povo, na determinação do movimento operário, popular e democrático. Confiança nos destinos de Abril. Estamos aqui a comemorar solenemente o 10.º aniversário do Dia da Liberdade. Isso significa este Órgão de Soberania.

Mas lá fora, nas ruas e praças do País, de norte a sul de Portugal, do continente às ilhas portuguesas do Atlântico, o nosso povo festeja com alegria e confiança a gesta heróica dos capitães de Abril. O 25 de Abril é indestrutível porque mergulha bem fundo no coração do nosso povo e, por isso, repetimos aqui, nesta tribuna, as palavras que hoje brotam das bocas e dos corações de milhões de portugueses:

Fascismo nunca mais!

25 de Abril sempre!

*Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente
António Gonzalez.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PSD, o Sr. Deputado Fernando Condesso.



O Sr. Fernando Condesso (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, Srs. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais, Srs. Convidados: Em 25 de Abril de 1974, militares e povo em geral desceram às ruas e puseram fim ao regime não democrático.

Ano após ano, desde então, o 25 de Abril tem sido comemorado como dia da liberdade, depois também dia da constituição, enfim, dia de Portugal.

Sempre uma data, em que no Parlamento, instituição basilar do regime, na presença dos titulares de todos os órgãos de soberania, se homenageia os heróis, se canta a democracia, se revelam as preocupações de percurso, se reflecte sobre o futuro.

E sempre o contraste atroz entre o canto de um dia de tantas esperanças, que muitos iludiram com ideias de toque mágico — como se fora o fim e solução de todos os males e não apenas um repto para uma caminhada colectiva, para o desenvolvimento, para a igualdade com os outros povos da Europa; contraste entre esse canto falso e o conto das desilusões em face de desvios e preocupações em face da realidade da impotência augurada para reconstruir Portugal de uma assentada.

A muitos dos que, atónitos, não compreendem por que, apesar do fim da ditadura, continuamos empobrecidos, distantes da Europa, país de sacrifícios, povo em sofrimento, é preciso dizer-lhes que a sua incompreensão vem porque lhes mentiram: cantou-se demais. Contou-se de menos.

É que a democracia veio quando Portugal ia afundar-se, com ou sem 25 de Abril, porque era um país de estruturas arcaicas, de economia assimétrica, de projectos megalómanos, com poucos gestores de craveira, com a maioria dos endinheirados medrosos do risco, interdependente de uma Europa que começava a retroceder. É preciso dizer-lhes que o 25 de Abril é uma mentira enquanto profecia da abundância para um Portugal cuja reconstrução exigia décadas, num mundo que empobrecia.

É preciso dizer-lhes que o 25 de Abril foi apenas, em verdade, uma oportunidade, uma oportunidade para, de modo participado, os Portugueses, à volta dos dirigentes que se fossem revelando, poderem começar a transformar politicamente, economicamente, socialmente, o País; no caminho de um regime democrático, isto

é, em que os dirigentes governam por escolha dos governados, para a construção de um objectivo final — o único que a todos poderia congregiar — a construção de uma comunidade de justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Impunha-se criar riqueza, pondo todos a trabalhar mais.

Impunha-se distribuir riqueza, dividindo melhor o fruto do trabalho.

Em vez disso, vieram aos molhos os slogans, as reuniões, as manifestações, menos trabalho, a distribuição rápida de riqueza que não existia senão no papel; tiram-se instrumentos de produção a quem os conhecia e os sabia gerir. E tudo em nome do fim da ditadura, tudo em nome da liberdade, tudo em nome da democracia.

Só que, em verdade, assim, vilipendiava-se a liberdade, desaproveitava-se a democracia.

E fazia-se a alguns ter saudade da ditadura.

Hoje, passam 10 anos.

E já não vale falar nos males do anterior regime porque aqueles que estão ascendendo à maioridade, não entendem que escondamos os nossos erros, enchendo a boca dos males de um regime que os teve mas não conheceram.

O que importa realçar são os nossos erros para que não os repitamos ou para que os corrijamos.

Temos que afastar o inebriamento das palavras e das promessas porque o tempo é de consciencialização das dificuldades e de apelo à solidariedade de todos em face daqueles sobre os quais mais caem essas dificuldades, que perduram e, por vezes, até se acentuam.

Aplausos do PSD e do PS.

Se a ditadura, se a demagogia, se os desvarios revolucionários fecharam portas.

Se os travejamentos jurídicos feitos para servir o País Novo, muitas vezes, bloquearam soluções, aos homens do fim desta década, de sobressaltos, experiências, aprendizagem, crenças, problemas graves, confrontos, acertos e desacertos, cumpre reconhecer que a obra é inacabada, que muito há a corrigir que não importa pôr em causa qualquer passado se a coragem valer caminhos de uma segunda revolução, após o 25 de Abril.

Não a do 11 de Março a dos desvarios, dos excessos, das irresponsabilidades, das arbitrariedades, das prepotências, dos sectarismos, enfim, bloqueamentos; mas a do Abril de abrir portas para as alterações profundas das estruturas que se impõem a todos os níveis.

Aplausos do PSD e do PS.

Assim, mostramos que o processo democrático existe. E a ninguém assiste a desilusão porque o processo democrático, iniciado em 1974, é ainda e sempre inacabado. Acima de tudo, devemos impedir que se encha a boca com democracia, para confundir, para impor, para destruir, para bloquear. Que nos baste a lição destes 10 anos: quando em 25 de Abril militares tomam o poder sem dúvida que querem instaurar um regime democrático. Mas logo alguns deles e outros, em princípios de 1975, vacilam entre a outorga de uma constituição ou eleições para uma assembleia constituinte. E qualquer que seja a solução que viabilizem falam sempre em processo democrático. Há eleições, mas os partidos são comprometidos a pré-vincularem os futuros deputados a uma determinada solução de organização do poder político, enquanto o sistema económico, esse, era completamente subvertido sem consulta eleitoral. E fala-se sempre em processo democrático.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Os constituintes legislam, não se coibindo de, em muitos pontos da parte programática, ultrapassar um natural e ético mandato constituinte, retirando, assim, conteúdo quer à possibilidade futura de autêntico pluralismo ideológico, apesar da consagração de um regime democrático e, portanto, de pluralismo institucional, quer à verdadeira alternância governativa, que, mais que poder ser, pressupõe a liberdade de poder mudar as orientações programáticas. Isto é, bloqueia-se, pela confusão entre constituição e programa de governo. E, ainda hoje, nalguns aspectos se impõe um apelo ao patriotismo de negação de sectarismo para se eliminar resquícios dessa confusão.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do PS.

E, por isso, sem complexos, apesar de termos participado recentemente numa revisão constitucional, nós dizemos que, onde e quando as alterações se impuserem para ajudar a resolver problemas nacionais, estamos prontos para apoiar as modificações.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Hoje, é dia de Portugal. Tem de ser dia de ir à rua até junto dos cidadãos das várias camadas sociais. E ouvi-los. Que significa, hoje, 10 anos depois, para eles, o 25 de Abril? Eles que suportaram pacientemente governos de opressão, que,

de qualquer modo, lhes ia permitindo satisfazer as necessidades mais prementes que então sentiam.

Como reagem? Hoje, em face de tantas promessas e aspirações não realizadas, das dificuldades que sentem, alguns habituados já a outros padrões de consumo que agora voltam a perder.

E o nível de vida a piorar, quando julgavam que a democracia era um nome milagroso que tudo perpetuava.

É o desemprego. É o trabalho sem salário. É a falência eminente da sua empresa. É a casa que não conseguem.

É, enfim, uma mistura de esperanças de Abril por realizar com benesses de Maio que a situação económica e financeira do País não permite realisticamente aguentar.

É a descoberta de que o rei que lhes meteram na barriga em 1975 afinal não era coroadado. É a desilusão.

O 10.º aniversário do 25 de Abril é, por isso, também, o momento de dizer bem alto que a democracia não tem culpa destes males: muitos vêm dos tempos, muitos vêm dos erros de 1975, alguns vêm de incapacidades posteriores. Outros vêm de obrigações para com credores estrangeiros que foram pagando aquilo que queríamos, mas não podíamos pagar, outros ainda são fruto de uma evolução renovadora de um país que tem de ser repensado com vista ao futuro.

Mas um futuro que, em democracia, terá de ser de bem-estar para todos. Porque não há democracia sem justiça social.

Neste momento, importante é que os dirigentes não ponham, eles próprios, em causa a ideia de democracia. Não a pervertam, ambientando-a na intriga, na ambição pessoal ou no sebastianismo, em vez de respeitarem, escrupulosamente, o jogo democrático a todos os níveis, designadamente indo às urnas e vindo ao Parlamento, mas desrespeitando as leis e fazendo nas ruas a agitação dos adeptos ou desiludidos da altura, visando assim derrubar o Governo legitimado.

Importante é que se afaste suspeições dos cidadãos sobre a honestidade e espírito de devoção à causa comum dos responsáveis pela condução das coisas públicas, afastando os incompetentes, seleccionando-se os mais capazes e corajosos, mesmo que não bajuladores, afastando-se os corruptos que existam na administração, na gestão das empresas públicas, nas autarquias ou mesmo em órgãos de poder soberano.

É que não há governo que não trema se faltar algum pão e houver vozes de corrupção.

E não basta ilibar um governo, criando uma alta autoridade, é preciso ilibar todos os que servem pela descoberta e castigo dos que se servem.

É preciso ilibar a democracia, mostrando que ela tem tantos ou mais meios – porque tem mais, basta lembrar o caso Watergate, nos Estados Unidos da América –, para lutar contra a corrupção, o nepotismo, a ilegalidade ou a deslealdade.

Importante é que o Estado revele, na prática do dia a dia, autoridade. Que não admita que as leis, uma vez aprovadas, possam deixar de ser cumpridas.

A democracia é tolerância nas ideias, mas não no cumprimento das suas regras, das suas leis.

Para os prevaricadores, castigo. Só há um meio normal de se resolver os problemas dos infractores: permitir-lhes que cumpram, dignamente, as penas a que sejam condenados.

Importante é que se faça a sempre adiada reforma do aparelho do Estado, com racionalização e articulação de meios e eliminação de todos quantos só servem para boicotar quem legitimamente compete governar.

Importante é que, em face das dificuldades, do desemprego, de salários por receber, da austeridade se difunda a necessidade do espírito de solidariedade entre as pessoas e as famílias.

O Estado sozinho não poderá, de um dia para o outro, tudo resolver. E só apoiando a livre iniciativa dos particulares se poderá criar hoje condições económicas para a superação estável dos problemas.

Importante é que se explique, com verdade, aos Portugueses os caminhos complexos e faseados que se trilharam. Que se explique como, enquanto se age no plano prévio do controle das finanças públicas, não se está perdendo tempo sem preparar a modernidade da nova década na agricultura, nas pescas, no turismo, na indústria, na distribuição e na energia. Que após 10 anos de experiências, com erros e abólios, se estão finalmente fixando, nesses eixos essenciais para a realidade nacional, objectivos claros, em coerência global, rumo à identidade económica de um Portugal que tem de ser viável e próspero.

E diga-se, entretanto, que é condenável, que não é legítimo que os maiores responsáveis por muitas das causas de problemas que vivemos, no desarticular do sistema económico, na subversão da gestão e da ordem nas empresas, reivindicações irrealistas, nacionalizações indigestas, se queiram aproveitar do fruto dos seus actos para arregimentar o descontentamento dos que mais sofrem.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Comemoramos hoje uma grande data e as minhas palavras finais, em nome dos sociais-democratas, são de homenagem: homenagem a quem, mais que todos já cantados, muitos mais anónimos que a História não saberá recordar, vêm fazendo o 25 de Abril e têm lutado, em sítios e de modos diferentes, para que a democracia seja o meio natural de construir um Portugal novo.

Homenagem também aos que têm coragem de ser governantes da Nação em tempo de tamanha dificuldade, com apelo a que a sua acção se traduza, em cada momento, em obras que sejam marco – verdadeiramente marco – de serviço dos interesses nacionais.

Nestes 12 meses que a actual coligação leva de poder, estou crente que terão sido aproveitados para lançar meios para, a prazo, se poder ultrapassar muitos problemas – e são realmente muitos – que hoje afligem os nossos concidadãos.

Que este 10.º aniversário do 25 de Abril sirva de repto para no futuro se fazer mais e melhor.

Portugal será um país grande se todos ousarmos acreditar e trabalhar.

Nós, sociais-democratas, estaremos sempre nas trincheiras da ousadia.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do PS e do CDS.



O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PS, o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: No momento em que inicio estas breves palavras recorro os momentos de real emoção, cívica e patriótica, que vivemos em 25 de Abril de 1974 quando o Movimento das Forças Armadas, interpretando a vontade do povo português, pôs fim a quase meio século de um regime que, para muitos de nós, mais do que uma realidade monstruosa é hoje um monstruoso pesadelo. A todos – sem exclusões nem excepções, porque nunca nem jamais falsificaremos a história – que há 10 anos, arriscando vida e haveres, souberam dar corpo à vontade nacional, é dever de todos nós, representantes do povo, apresentar o nosso agradecimento e prestar a mais comovida homenagem.

Nesta homenagem estão também presentes os portugueses, «indomados e indomáveis», como António Sérgio, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, o general Adalberto Gastão de Sousa Dias, Bento de Jesus Caraça, o general Norton de Matos, Manuel Mendes, o general Humberto Delgado, Carlos Cal Brandão, o coronel Hélder Ribeiro, o Dr. Barradas de Carvalho e Nuno Rodrigues dos Santos, para só falar daqueles que, para sempre, vivos na nossa memória, integraram a imensa e honrosa legião dos capitães de Abril do exército da noite.

Aplausos do PS, do PSD, do MDP/CDE e da ASDI.

Durante a ditadura jamais esmoreceu a luta pela liberdade, com a dobrada intenção de dar testemunho e de instaurar em Portugal um sistema democrático em que coubessem todos os portugueses, incluindo os que, então, estavam do outro lado da barricada. Tendo-se sempre feito uma política de resistência, impunha-se cumprir a justiça e a humanidade superando as dificuldades que lhes opunha o sistema, simultaneamente tão rígido e tão débil, que a mais pequena contrariedade desestabilizava e arruinava. É que o sistema de governo mais perfeito é aquele que produz mais felicidade, mais segurança social e mais estabilidade política, no âmbito de um largo consenso procurado pelos governantes e expresso pelos cidadãos.

Nas derrotas temperamos o espírito, certos de que, na história, só perduram os regimes alicerçados nos princípios da tolerância, da convivência e do respeito mútuo, pois os regimes de força acabam por ser vítimas da violência de que nasceram e da força em que, para subsistir, se apoiaram.

Foi este espírito que dominou no «Programa da Junta de Salvação Nacional», apresentado ao País em 25 de Abril pelo general António de Spínola, hoje marechal, primeiro Presidente da República Portuguesa revolucionária, e foi neste espírito que os Portugueses saudaram a liberdade, reencontrada.

O espírito unido à espada ou, como dizia Jorge de Sena «Não hei-de morrer sem conhecer a Liberdade». Ou ainda, como dizia Homero: «O homem, ao perder a liberdade, perde metade do seu espírito».

A nossa geração conheceu a liberdade mas, importa dizê-lo, soube também, com paciência e sofrimento, construí-la.

Vive-se hoje em Portugal aquele livre regime por que nos batemos durante quase 50 longos anos de lutas, que levámos pesadamente sobre os ombros até ao mais elevado cume da nossa história «e que aí depusemos como um vivo padrão da velha energia lusitana». Em 25 de Abril de 1974 cumpriu-se o acto libertado, dando aos Portugueses a capacidade para assumirem o seu próprio destino, pois não houve vontade que pudesse, prevalecer sobre a vontade expressa pelo voto, em eleições livres, dirigida à eleição de uma assembleia constituinte, depositária suprema da soberania nacional. A ordem democrática foi, é e deve continuar a ser a ordem portuguesa, fundada na soberania do povo, na divisão dos poderes, na liberdade civil, na paz das consciências e dos homens.

O 25 de Abril não era nem podia ser portador de um qualquer programa político que excedesse os limites institucionais então, lapidarmente, definidos: descolonizar, democratizar, institucionalizar.

Da descolonização nasceram os novos países de expressão portuguesa, que são agora, e verdadeiramente e só agora, a imagem viva da presença de Portugal no Mundo, pois aquilo que caracteriza a nossa maneira de ser lusitana é menos o domínio das armas e mais o estender dos braços da fraternidade.

Da descolonização nasceu, enfim, o que é mais importante do que tudo, a paz. Uma paz duradoura que pôs termo a uma guerra entre irmãos, de que todos, portugueses e africanos, éramos, sobretudo, as vítimas.

Da democratização e da institucionalização nasceu a Constituição da República Portuguesa, e com ela a razão do voto sobre a razão da força, o domínio do fanatismo pela tolerância e do ódio pela solidariedade nacional.

Da velha sociedade ficou tão-só o que ainda estava vivo, pois o mundo caminha para a renovação, não só do seu aparelho político e económico mas também da sua estrutura mental.

Passados 10 anos mudaram, pois, de natureza as clivagens sociais e políticas existentes sob a ditadura.

O fascismo foi derrotado em 25 de Abril de 1974 e hoje a única forma coerente de ser antifascista é ser, simplesmente, democrata.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Aqueles que, como nós, tiveram o privilégio de tomar parte na luta pela liberdade e que souberam falar quando deviam falar, enquanto outros que hoje falam estavam calados, não podem deixar de sentir que essa luta alcançou os seus objectivos quando as instituições democráticas se tornaram o incontestável quadro político da vida dos Portugueses.

Hoje é imperioso dever de todos nós prosseguir uma política de larga e completa reconciliação nacional, que fortaleça os laços de fraternidade entre os Portugueses, e o seguinte de que pertencemos a um mesmo povo e a um mesmo país.

Os que ainda defendem as ideias caducas perderam os pontos de apoio. Interessados ou desinteressados são, acima de tudo, fracos. Somos um grande país e uma grande, comunidade nacional. Demos, no passado, novos mundos ao Mundo e, no presente, novas pátrias à sociedade das nações.

Se nunca tivemos como inimigos os povos de África também não temos inimigos entre os portugueses.

Senhores, não sobejam nestas palavras tibiezas nos princípios ou franqueza nas convicções. A reconciliação nacional, que é o mais imperioso dever da hora presente, encontra campo bastante nos princípios definidos no 25 de Abril na proclamação da Junta de Salvação Nacional.

Os homens definem-se menos por donde vêm e mais para onde caminham.

A história nos julgará especialmente pelo que formos capazes de fazer, em conjunto, para bem de Portugal.

Neste mundo convulso em que vivemos, algumas certezas se desenham como consoladoras realidades.

Os povos sabem que não existem direitos sem democracia, liberdade sem pluralismo, solidariedade sem tolerância.

A democracia é hoje a ideia mais jovem e mais moderna do Mundo e também a mais antiga e mais tradicional. Confunde-se com a longa luta dos povos pela sua emancipação, que jamais terminará, como a água dos rios jamais deixa de correr.

Jean Jaurés exprimia a mesma ideia, mas com mais clareza e eloquência, quando afirmava que «é correndo para o mar que os rios são fiéis às origens», pois a emancipação dos povos não surge «num súbito e total raio de luz, mas por uma lenta série de auroras, incertas».

Leon Blum, em trágicas circunstâncias, exprimia ainda a mesma ideia, quando afirmava ser preciso «que alguns guardem a velha casa quando outros vão correr a aventura».

Senhores, quando certas vozes perguntam se o 25 de Abril valeu a pena, consideramos que a pergunta é absurda e a nossa resposta tem a força da evidência:

A liberdade não tem preço e é a única aventura que vale a pena viver!

Deixa-se a outros o cuidado de saber se estão perto ou longe do 25 de Abril. Nós não estamos nem perto nem longe, estamos dentro. Portugal é uma causa livre.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDES, da ASDI e de um deputado do CDS.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Tito de Morais:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: Há 10 anos, talvez à esta mesma hora, encontrava-me num posto fronteiriço da Bélgica com a França discutindo com um funcionário, tentando convencê-lo a deixar-me atravessar este país, donde havia sido expulso por exigência da ditadura, que nem no estrangeiro abrandava a perseguição aos que lutavam pela liberdade.

Dois dias depois chegava a Portugal, que atravessei de Vilar Formoso a Lisboa, juntamente com Ramos da Costa, Fernando Neto e Mário Soares, assistindo ao explodir da maior manifestação de entusiasmo e alegria que me foi dado presenciar, da parte de uma multidão que se ia estendendo ao longo de toda a linha férrea.

Portugal havia sido finalmente libertado pelos «Capitães de Abril»! Fora longo, muito longo, o calvário que se havia vivido, mas a vitória, a grande vitória, estava ali naquele povo que livremente manifestava a sua alegria, o seu entusiasmo e a sua esperança no novo regime democrático que acabava de nascer.

Perdoam-me certamente V.Exas. que tenha iniciado esta intervenção por uma evocação pessoal, que para sempre ficou gravada na minha memória.

Faço-o, porque pretendo neste 10.º aniversário do 25 de Abril prestar a minha homenagem — fazendo-o também em vosso nome, Srs. Deputados — ao grande obreiro da vitória, que foi o povo de Portugal. Para além daqueles, civis e militares, que acabaram por derrubar um regime que dos direitos do homem fazia letra morta, foi a coragem do povo trabalhador, o seu espírito de sacrifício, a sua determinação, patenteada ao longo de dezenas de anos, que permitiu alcançar a vitória final.

Com avanços e recuos, vencendo, uns após outros, os obstáculos que no caminho se nos depararam, temos sabido e podido continuar Abril, fiéis aos princípios que nortearam a revolução.

Obstáculos estes que têm muito a ver com a situação económica que herdámos do fascismo, mas também, com a crise internacional que nos acompanha desde 1974.

Obstáculos difíceis de ultrapassar, porventura, por nos encontrarmos face a problemas da maior transcendência, quando simultaneamente fazemos a «aprendizagem» da democracia, que pressupõe uma solidariedade e um empenho comum na construção da nova vida que desejamos.

Quantas vezes temos assistido ao erro por alguns de nós tantas vezes repetido — porventura na ânsia de bem fazer — de assumirmos em palavras a execução das tarefas alheias, sem devidamente cuidar do terreno que nos é próprio. Num mundo de expressão modular, onde a especialização coordenada é condição de progresso, o mínimo que se pode esperar de cada um, sem prejuízo de evolução, reconversão ou de mudança, é o exercício autónomo da sua especialização, com expreso reconhecimento de igual autonomia para as demais especializações.

Que o engenheiro cuide da engenharia, o professor da pedagogia, o padre do ministério sagrado, o advogado da justiça, o militar da vida castrense, o médico da saúde. Ficarà a política para os políticos, sem prejuízo da expressão modular do ser humano. Construir uma torre, sagrada que seja, com regras políticas ou uma política segundo os cálculos da engenharia, por exemplo, é usar módulos desajustados à construção de um país consciente e livre.

A revolução que os «Militares de Abril» fizeram merece que a saibamos continuar. Ela é única na história, não só pela forma como se desenrolou, pelo espírito humanista que a caracterizou, como pelo exemplo de dignidade e de isenção que as Forças Armadas deram, ao entregar ao povo a condução dos seus próprios destinos.

Revolução que tem a sua imagem na Constituição da República, elaborada e aprovada pela grande maioria dos legítimos representantes do povo, eleitos livremente, pela primeira vez, após quase meio século de menoridade política forçada.

Para continuar Abril, fiéis aos princípios que norteavam a revolução, temos vindo a construir, colocando pedra sobre pedra, este belo edifício que é o Portugal democrático em que vivemos.

Papel fundamental nesta tarefa tem sido o desempenhado pela Assembleia da República. Daqui têm saído as principais leis que nos regem, aqui foram aprovadas as leis que têm vindo a modernizar as estruturas políticas, económicas, sociais e culturais, que procuram imprimir ao nosso país uma dinâmica de progresso capaz de vencer o atraso em que tínhamos mergulhado, banindo para sempre privilégios, exaltando e dignificando os que trabalham. A Assembleia da República, Órgão de Soberania por excelência no regime democrático em que vivemos e por nós criado, zelosa dos poderes que a Constituição lhe confere, vem exercendo com eficiência e responsabilidade a sua função legislativa e política, simultaneamente com a função de fiscalização que lhe compete.

Assembleia que tem sabido manter intactos e defender quando se torna necessário aqueles marcos que caracterizam o ideal de liberdade e de progresso, alicerces da Revolução de Abril, e que alguns, fora das paredes desta Casa, insistem em pôr em causa.

E tudo isto é mérito vosso, tudo isto vos honra, Sras. e Srs. Deputados da Nação.

É tanto mais de realçar o trabalho aqui desenvolvido quanto são bem conhecidas as dificuldades materiais com que nos deparamos. Dispomos de uma orgânica inadequada, de instalações deficientes, de um quadro de auxiliares diminuto e carecido de formação, mas graças ao vosso esforço, à vossa determinação de vencer com Abril e à dedicação dos trabalhadores desta Casa, que a nós se juntaram com um espírito de colaboração que é justo pôr em relevo, tem sido possível superar todas as dificuldades.

Algumas medidas foram entretanto tomadas, que permitiram melhorar as condições de trabalho, dar maior dignidade ao ambiente que nos rodeia, e outras virão a realizar-se, com a vossa colaboração, num futuro que espero próximo.

Aos órgãos da comunicação social, que diariamente referem os nossos trabalhos parlamentares, uma palavra de saudação é devida também neste momento.

A importância do seu trabalho junto da opinião pública, defendendo e prestigiando as instituições democráticas, que têm como

seu mais elevado expoente a Assembleia da República, mesmo e sobretudo quando acompanhado da crítica construtiva, mostra um sentido de responsabilidade profissional que é de louvar.

Afastei-me, Sras. e Srs. do motivo principal que nos fez aqui reunir neste dia de festa; fi-lo por considerar que a vida desta Casa e nesta Casa é parte essencial do património herdado da «Revolução dos Cravos».

Para terminar, desejo agradecer a presença nesta festa do Governo, das autoridades, dos ilustres convidados e de todo o público que a ela veio assistir.

A V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, como primeiro magistrado da Nação, permita-me que lhe enderece, em nome de todos os deputados e em meu próprio nome, os nossos agradecimentos por ter querido honrar-nos com a sua presença nesta sessão solene comemorativa do 10.º aniversário da Revolução de Abril.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra S. Ex.^a
o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho

Eanes : — Srs. Deputados, não esquecerei a natureza desta sessão. Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Representantes de Países Estrangeiros, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Srs. Deputados, Portugueses: Comemoram os Portugueses mais um aniversário do 25 de Abril, hoje com um significado especial.

Perfaz 10 anos a democracia.

Constituindo um marco politicamente significativo na vida e no sentido dos Portugueses, seria um momento adequado para que de novo se falasse do fim do regime autoritário, da democracia renascida, da descolonização efectuada, das profundas modificações operadas na sociedade portuguesa, e se louvasse enfim a paz, a liberdade, a democracia e o reencontro da Nação portuguesa com a comunidade internacional.

Se o fizesse não seria polémico, não chocaria as boas consciências e, provavelmente, não me voltariam a acusar de falta de clareza nas minhas intervenções.

Resisti a essa tentação ao pensar que uma parte significativa da juventude portuguesa não viveu, ou se viveu não sentiu, o regime anterior.

Resisti a essa tentação ao pensar no que vai ser o 25 de Abril de 1984 dos portugueses que se debatem no seu quotidiano com carências acrescidas — a atingir, por vezes, o limiar de uma sobrevivência digna.

Resisti, também, ao pensar nos empresários e nos trabalhadores que, contribuindo com seriedade para a construção do nosso futuro colectivo, se encontram confrontados com aqueles que, de forma expedita e ilegítima, vão enriquecendo rapidamente, sem capacidade para um trabalho sério, sem esforço honesto, sem aceitar o risco que outros têm de suportar.

Resisti, ainda, porque acredito que «a primeira categoria da consciência histórica não é a memória ou a lembrança; é o anúncio, a expectativa, a promessa».

Considerarei assim mais útil, no presente, propor aos Srs. Deputados e aos Portugueses, uma reflexão conjunta, e mesmo uma autocrítica, sobre estes 10 anos da nossa vivência colectiva. Dir-se-á, certamente, que as dificuldades que vivemos em Portugal também são vividas um pouco por todo o mundo.

E com razão se poderá invocar o papel de relevo dos bloqueamentos herdados do regime anterior e dos efeitos da crise internacional na nossa difícil situação.

São verdades que julgo incontrovertidas, mas não deixarão de concordar que elas não correspondem a todos e nem tudo justificam. Estas são verdades que não satisfazem, por exemplo, a nossa juventude, que, vivendo em paz, em liberdade e em democracia — valores inestimáveis, sem dúvida — se confronta hoje com dificuldades múltiplas, designadamente de emprego, não tendo, por isso, mobilizadores horizontes de vida.

Em boa verdade nenhuma razão, por mais objectiva que seja, será por si suficiente para justificar o tempo perdido, as energias dispersas, a falta de rigor, que nos têm afastado do progresso, da modernidade e vêm contribuindo para fragilizar a afirmação da nossa independência.

As comemorações do 25 de Abril, para além do ritual próprio das cerimónias, não se podem esgotar numa solene evocação histórica.

E mesmo as mais sinceras declarações de intenção não podem fazer esquecer o que ainda se não fez e está ao nosso alcance realizar.

No plano político, o recurso exagerado à palavra, ainda que com a dignidade do discurso, pode ser, e é muitas vezes, um sintoma preocupante.

Os discursos não podem, nem devem, substituir o balanço nem o projecto que o País de Abril prometeu ser verdadeiras mutações, para um futuro em tudo consentâneo com os grandes valores culturais do nosso povo e capaz de garantir e consolidar a paz, a liberdade e a justiça para todos.

É hoje inevitável reconhecer aquilo que, há muito, alguns têm defendido, embora sem encontrar eco inteiro na decisão política. A transição para um modelo de desenvolvimento feito com compreensão de todos os mecanismos desta crise persistente, no plano interno e externo, impõe uma acção sistemática sobre o nosso sistema produtivo.

O restabelecimento estrutural do equilíbrio sobre o exterior, a alteração dos meios, métodos e instrumentos de trabalho, a reorganização e o controlo do sistema financeiro, a preparação global, integrada e permanente da nossa juventude e de toda a nossa população activa, a par da defesa de um sector privado apoiado e dinâmico e de um sector público responsável e competitivo, são condições indispensáveis à modernização da nossa economia.

Impõe, complementarmente, a descentralização da decisão política, através de uma relação dinâmica e cooperante entre o poder central e o local, cabendo àquele a definição dos programas globais e dos sectores estratégicos de desenvolvimento.

Srs. Deputados: O problema político essencial na presente situação só tem a ver com as responsabilidades da democracia, os interesses dos Portugueses e a resolução dos seus problemas concretos,

devendo ser alheio aos atritos políticos, lutas pelo poder ou projectos personalizados.

E quando os problemas concretos se agravam continuamente, as eventuais vitórias na luta pelo poder são apenas vitórias pessoais mas nacionalmente inconsequentes.

Reflectir Abril de 1974 é não só rememorar o que se fez e o que se deixou de fazer, mas recordar também o que nessa data ocorreu. O 25 de Abril existiu para que as questões nacionais fossem conhecidas de todos os portugueses, para que a inteira consciência dos factos e dos condicionalismos pudesse levar a comunidade a enfrentar colectivamente os desafios e a chegar assim às respostas adequadas e mobilizadoras.

O 25 de Abril existiu para que a palavra dos dirigentes políticos retratasse a verdade dos factos, delineasse e mostrasse o rigor das decisões e respeitasse sempre a vontade livre de todos os portugueses.

Há 10 anos, o povo sentia que o regime autoritário tinha caído. Nos palácios, alguns havia que se preparavam para continuar a desempenhar o seu papel na cerimónia do poder.

Temos a estrita obrigação democrática de manter bem abertos os palácios para que a legitimidade que recebemos do voto livre dos Portugueses se não degrade em oportunismos de acção que adulterem as regras democráticas e a estabilidade das suas estruturas essenciais.

É sabido que nenhuma ameaça antidemocrática se perfila no nosso horizonte próximo, o que nos confere o tempo necessário para revermos atitudes e posições.

Cabe-nos reconhecer que, por vezes, seguimos caminhos errados, que prometemos o que não sabíamos como cumprir, que nos enganámos nos diagnósticos das situações, que nos iludimos na esperança de que haveria soluções fáceis para os problemas do País.

10 anos é um período muito curto para avaliar as potencialidades de um regime político.

Depois de um regime autoritário que se impôs por meio século, seria difícil que 10 anos fossem suficientes para absorver as suas consequências e os seus bloqueamentos, para colocar o País numa via segura de modernização e progresso.

Mas 10 anos são um tempo longo se for apreciado na perspectiva dos erros cometidos e que são responsabilidade de todos os dirigentes políticos, de onde naturalmente me não excludo.

A nossa democracia entra agora numa fase vital e decisiva, não porque exista qualquer ameaça antidemocrática, mas sim porque já não há espaço para novos erros, já não é possível ceder à inércia do mais cómodo e do mais fácil.

Trata-se de definir e de realizar, clara e firmemente, um projecto que, sendo realista, possa estimular vontades e mobilizar energias. Um projecto que, viabilizando o imediato, tenha igualmente como objectivo o médio e o longo prazo, um projecto que, fazendo-nos aproveitar das experiências alheias, seja realmente nosso no seu carácter, nos seus objectivos e, até certo ponto, nos seus anseios.

Um projecto de esperança mobilizadora de todos os Portugueses, que fortaleça a democracia, realize o bem comum nacional e cumpra a universalidade do nosso destino histórico.

Srs. Deputados, Portugueses: Terminou, com a consoladora certeza de que se não formos nós capazes de realizar esse projecto «o povo encontrará sempre maneira de vir à tona da História».

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente:— Está encerrada a sessão.

PREÂMBULO

25 de ABRIL

A Assembleia Constituinte de 1976, interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da opressão e do colonialismo, através de uma revolução revolucionária e democrática da sociedade portuguesa.

A República garante os direitos e liberdades fundamentais e liberdade de expressão e de imprensa. O povo reúnem-se para elaborar a Constituição que corresponde às aspirações do povo português.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos dos cidadãos, de estabelecer o regime democrático, de assegurar o primado do Direito democrático e de abrir caminho para a sociedade socialista, na perspectiva dos seus valores fundamentais: liberdade, justiça, fraternidade e igualdade.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos dos cidadãos, de estabelecer o regime democrático, de assegurar o primado do Direito democrático e de abrir caminho para a sociedade socialista, na perspectiva dos seus valores fundamentais: liberdade, justiça, fraternidade e igualdade.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos dos cidadãos, de estabelecer o regime democrático, de assegurar o primado do Direito democrático e de abrir caminho para a sociedade socialista, na perspectiva dos seus valores fundamentais: liberdade, justiça, fraternidade e igualdade.



FESTA da LIBERDADE

Desfile - 15,30 h.

M. Pombal - Rossio

25 de ABRIL - Comité Promotor

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1985

Oradores

Vilhena de Carvalho
Acção Social Democrata Independente

César de Oliveira
União da Esquerda para a Democracia Socialista

Raúl Castro
Movimento Democrático Português

Gomes de Pinho
Partido do Centro Democrático Social

Carlos Brito
Partido Comunista Português

António Capucho
Partido Social Democrata

José Luís Nunes
Partido Socialista

Fernando Amaral
Presidente da Assembleia da República

Ramalho Eanes
Presidente da República

O Sr. Presidente: — Com a aquiescência de S. Ex.^a. o Sr. Presidente da República, está aberta a sessão.

Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.



O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: 11 anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, pode reafirmar-se que a gesta dos capitães, na madrugada daquele dia, continua a merecer, na consciência do povo português, a espontânea palavra de saudação, o devido gesto de reconhecimento e as manifestações, tanto oficiais como populares, de júbilo colectivo.

Por isso, o dia de hoje é um dia nacional, em que todos os portugueses se irmanam num sentimento comum, porque comum a todos é a alegria de festejar a liberdade reconquistada e a esperança renascida para uma vida de dignidade, que durante tantos anos nos foi subtraída por um poder autoritário, obscurantista e opressivo.

Espécie de domingo pátrio é este, em que as mãos calejadas descansam, livres para se encontrarem com outras mãos; em que as agruras do quotidiano se esquecem; em que o perfume dos cravos da revolução distante ainda ressuma e inebria e as bandeiras da paz social se desfraldam para que a todos toque e em todos a festa aconteça.

Sensíveis por nós e pelo povo que representamos, aqui nos reunimos com propósitos de expressão própria e como mandatários de quem nos elegeu para, através da presença e da palavra, significarmos como as instituições democráticas rememoram e saúdam todos os resistentes e os revolucionários de ontem, que tornaram possível o Portugal livre e democrático de hoje.

Tem sido, aliás, o 25 de Abril e as ocasiões de o comemorar pretexto de reunião conjunta, neste vetusto hemiciclo, dos titulares dos diversos Órgãos de Soberania, eles próprios se contando entre os principais efeitos históricos da liberdade restaurada e da devolução ao povo do seu poder soberano.

Aqui está um bom motivo de reflexão:

Que a democracia passa essencialmente por esta Casa, ninguém ousará contestá-lo; que o Presidente da República e o Governo e os representantes dos tribunais sempre se têm encontrado com a Assembleia da República nos momentos de júbilo nacional, eis disso mesmo a prova que estamos dando ao povo português.

Mas terá havido sempre recíproca compreensão, solidariedade e intercolaboração institucional entre os diversos Órgãos de Soberania, nos demais momentos, naqueles em que os problemas se agigantam, em desafio constante à acção dos governantes?

Os problemas do País concitam a um esforço colectivo de todos — governantes e governados; concitam a uma dedicação conjunta, até ao sacrifício, para que possam ser superadas as dificuldades acumuladas, de modo a que os ideais de liberdade, de progresso e de justiça social, que aureolaram a primavera de Abril, não venham a estiolar no regaço da desilusão.

Temos perdido, talvez, demasiado tempo a discutir e a arredondar conceitos e a questionar ideologias em vez de, na prática, resolvermos os problemas concretos das pessoas e do País real que somos. Temos sacrificado, porventura em excesso, a estabilidade das funções governativas e parlamentares, necessárias e indispensáveis a um trabalho mais profíquo e socialmente mais útil.

São disso claro exemplo os nove governos constitucionais e as quatro eleições para a Assembleia da República, desde 1976.

Há normas da Constituição de carácter excepcional que, pela sua invocação e aplicação repetida, põem em causa o bem fundado de regras gerais estabelecidas na mesma Constituição.

Referimo-nos, por exemplo, às sucessivas dissoluções da Assembleia da República, cujos custos políticos, sociais e económicos facilmente se intuem, mas se não ousou, ainda, correctamente avaliar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Que temos dado provas de uma intensa vivência democrática, por vezes até à irrequietude, ninguém poderá contestar.

Mas de tantas vezes o cântaro ir à fonte, sabe-se como pode acabar por partir ao menos a asa. E a verdade é que há por aí, não o esqueçamos, muitos *travestis de Leviathãs*, predispostos a dar à manivela da história em sentido contrário ao dos ponteiros do relógio da liberdade, do progresso e da justiça social.

É à defesa desta liberdade que a memória de Abril essencialmente e em primeiro lugar nos obriga.

Só em democracia e em liberdade poderemos dignamente construir o futuro: um futuro em que os direitos sociais, económicos e culturais de todos os cidadãos se encontrem assegurados e garantidos.

A pressa de alcançar a plena satisfação do conteúdo desses direitos não pode, todavia, deixar de ter em conta o ponto de partida, o fim do império colonial e consequências daí advenientes e as dificuldades acrescidas por uma crise que, sendo geral, também nos afecta. Ser descontente pode não ser negativo e não o será quando se não perdeu a confiança nas instituições democráticas, nem o *élan* mobilizador da vontade colectiva para as tarefas do futuro.

Se soubermos temperar a insatisfação com a confiança e se formos capazes de não perder o sentido da medida, colocando embora o melhor como meta, mas só o possível como exigência, então, tal como em 1385, 1640, 1820 e 1910, a crise de que nos queixamos será vencida.

Vencida, mas nunca em escassos anos, ou no mandato normal de um governo, dado o atraso em que nos encontramos em relação aos padrões de vida europeus com os quais nos pretendemos igualar. Aceitemos, porém, os desafios que se nos colocam e entre eles o da próxima integração no seio da Comunidade Económica Europeia. Prioridade das prioridades de sucessivos governos, é justo salientar o mérito do actual, ao conseguir proximamente coroados de êxito os seus persistentes esforços nesta caminhada de modernidade da sociedade portuguesa.

Hoje, como sempre ao longo da nossa história, também a este respeito não faltam os «arautos da desgraça» nem «os velhos do Restelo», nem «os que confundem a árvore com a floresta», incapazes de perspectivar o futuro e de avaliar a importância — quanto a nós sem alternativa — deste grande objectivo nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se é no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e na defesa dos valores da solidariedade social que a

sociedade portuguesa se há-de desenvolver, não se poderá abstrair de que a solidariedade internacional é, também ela, um pressuposto da própria solidariedade interna dos povos com culturas e projectos afins.

Quanto a nós, Portugal só terá a ganhar económica, social e culturalmente se quebrar o seu isolacionismo e partilhar com os demais países europeus os bens e os valores de uma civilização comum.

Com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, o quadro institucional democrático ganhará uma maior solidez, a liberdade e a modernidade enriquecerão o nosso quotidiano e a memória de Abril ganhará, afinal, um futuro ainda por realizar.

Se depositarmos a nossa confiança nas instituições democráticas, de igual modo não esqueçamos que elas assentam na vontade popular e é o povo que há-de, em cada instante, ser o fautor do seu próprio destino.

Hão-de ser, contudo, os jovens os destinatários principais das nossas preocupações. Razão e fonte, também, da nossa esperança.

Se a juventude apoiar e defender, na sua pureza de ideais e costumeira generosidade, a liberdade, a democracia e o progresso social, então Abril renascerá nela em cada hora e o futuro da Pátria a todos, mas sobretudo aos jovens, pertencerá.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD, do CDS, do MDP/CDE e da UEDES.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado César Oliveira.



O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Cumprem-se hoje 11 anos sobre a Revolução de Abril e creio ser este o momento privilegiado e este o lugar certo para uma reflexão, ainda que breve e incompleta, sobre o significado profundo destes anos da nossa história recente e sobre os caminhos que nos conduzirão ao futuro. Não é fácil, no entanto, esta tarefa e proceder a esta reflexão quando a queremos serena e autêntica, no breve tempo de que dispomos.

Recusamos o mero discurso de circunstância construído em torno de frases feitas e lugares-comuns e que é, as mais das vezes, a máscara da impotência. Recusamos a crítica fácil e verrinosa quase sempre fundada no «bota-abaixo» e onde nunca se vislumbram horizontes com alternativas credíveis. Recusamos os longos requisitórios ao percurso destes 11 anos e que se confundem com ardilosos e elaborados ataques à democracia, à liberdade e às instituições. Recusamos, finalmente, o discurso eleitoralista que procura apenas tirar dividendos políticos das dificuldades e dos tempos difíceis que vivemos e que se desenvolve através da insinuação, da manobra política, da simulação calculada e da mistificação quando não recorre às armas da chantagem para satisfazer interesses obscuros ou garantir a sobrevivência dos baronatos. Portugal é hoje, 11 anos depois do 25 de Abril, uma Pátria livre de cidadãos livres. Pátria livre sem carregar aos ombros a opressão e domínio sobre outras pátrias, no limiar de pertencer por inteiro a uma Europa onde a história dos seus povos se confunde com os ideais de liberdade, fraternidade, justiça e democracia que constituíram os valores fundamentais que há 11 anos foram assumidos pelos capitães de Abril.

Pátria livre de cidadãos livres que podem exprimir sem peias, sem obstáculos e sem censura as suas opiniões e desenvolver as acções que bem entendam para concretizar o ideário que preside às suas vidas. Pátria livre onde livremente se publicam testemunhos, memórias e documentos que louvam os tempos da ditadura e que constituem diatribes virulentas contra o 25 de Abril. E neste facto reside, senhoras e senhores, uma das grandes conquistas da Revolução de Abril, quase diria uma sublime vingança, de que todos os democratas, e particularmente todos os socialistas, por certo se orgulham: os que

apenas souberam fazer a guerra têm plena liberdade para atacar e caluniar os que quiseram e souberam fazer a paz; os que só souberam reprimir e censurar circulam livremente e podem, sem receios ou ameaças, exprimir opiniões tiradas dos armários bafientos do autoritarismo e do fascismo e lançar vitupérios sem conta sobre o regime, a Constituição e as instituições democráticas. Se não fora assim, a nossa democracia era apenas e só uma simples caricatura. Largos anos após o golpe militar de 28 de Maio, os grandes vultos da República como os militantes democráticos anónimos, percorriam o caminho do exílio, morriam em terra estranha, condenados ao silêncio, sujeitos a todas as calúnias, deportados em Cabo Verde ou Timor. 11 anos depois do 25 de Abril todos os portugueses cabem livremente em Portugal como resultado natural da superioridade moral dos democratas, como consequência lógica da vitória da democracia sobre a ditadura, da liberdade sobre o autoritarismo, da tolerância sobre o despotismo.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e de alguns deputados do PSD.

A liberdade, a paz e a democracia constituem o cerne do significado mais profundo destes 11 anos que hoje, aqui, na Assembleia da República, se comemoram.

Todavia, não penso que os caminhos do futuro estejam livres de ameaças e que a democracia esteja de tal modo consolidada que possa dispensar a vigilância firme dos democratas e um redobrado empenhamento de todos aqueles que, seja qual for o seu posicionamento, querem a sua consolidação e o seu enraizamento no quotidiano da vida das populações.

Assumem formas diversas as ameaças que impedem sobre a edificação perene da democracia e do 25 de Abril. Ainda muito recentemente, num debate televisivo, pudemos ouvir, espantados, e na boca de um representante do patronato — que certamente não representa todo o patronato português — a apologia do arbítrio, do autoritarismo e do poder discricionário sobre os trabalhadores num discurso eivado de afirmações caluniosas contra o sistema de partidos que constitui o cerne da vida democrática. Obviamente que não pensamos que as posições enunciadas pelo representante da CIP na RTP sejam fruto do acaso ou devidas a uma acção isolada de um patronato que busca reconstituir a situação que perdeu em 25 de Abril. Bem pelo contrário. O discurso inqualificável que ouvimos a este representante de uma parte do patronato português enquadra-se na convergência de duas ofensivas paralelas que ultimamente têm vindo a desenvolver-se em Portugal. Uma, visa a completa descaracterização do regime saído do 25 de Abril; a outra, pretende minar, paciente, sistemática e astuciosamente a própria democracia.

A primeira destas ofensivas insere-se no âmbito de iniciativas político-legislativas e tem como principal objectivo a alteração pro-

funda da legislação laboral e a revisão do sistema económico da Constituição da República. Os Portugueses recordarão, por certo, que são exactamente os mesmos sectores e as mesmas forças políticas que advogavam que sem a extinção do Conselho da Revolução e sem a revisão da Constituição não haveria solução para os problemas do País que exigem agora a alteração profunda da legislação laboral e do sistema económico que emerge da Constituição.

A Constituição foi revista, extinguiu-se o Conselho da Revolução, alterou-se a lei de delimitação dos sectores económicos. Verifica-se agora que, não eram estas as condições essenciais para o rápido desenvolvimento do País, para acelerar os investimentos, para resolver os problemas fundamentais da sociedade portuguesa como foi há 3 anos proclamado. Eram afinal a legislação laboral, o sector público e o modelo económico constitucional os grandes óbices ao desenvolvimento, os obstáculos essenciais. E não deixa de ser curioso assinalar que são exactamente as forças e os sectores que durante mais tempo ocuparam o Poder que de novo agora convergem nesta ofensiva mistificadora. E a mistificação chega ao ponto de fazer associar a revisão da Constituição ao processo de candidaturas para a Presidência da República quando é certo que os poderes de revisão constitucional pertencem exclusivamente aos deputados e nada têm a ver com a Presidência da República. Por isso se não estranha que os sectores que reivindicam agora com veemência alterações à legislação laboral de modo a repor o poder discricionário de um patronato retrógrado e que viveu sempre à sombra do protecționismo da ditadura e que exigem, através da nova revisão constitucional, a descaracterização completa do regime saído da Revolução de Abril, coincidam, em grande parte, com os sectores mais responsáveis pela instabilidade política que se instalou em Portugal.

A segunda ofensiva centra-se no denegrir sistemático das instituições democráticas, do sistema partidário, da própria democracia. Esta ofensiva, a que uma parte da comunicação social dá guarida, certamente esquecida dos tempos da censura prévia e das notas officiosas incontestáveis, veste-se de roupagens e colorações muito diversas e desenvolve-se por intermédio de discursos políticos que muitas vezes nos surgem como aparentemente contraditórios. A par dos apelos a novos «salvadores da Pátria» e ao carisma providencialista individual, procura-se erigir os políticos, os partidos e as instituições democráticas como fonte essencial de todos os problemas, como a origem primeira de todos os malefícios, como os únicos responsáveis pelas dificuldades com que todos nos defrontamos. Temos reconhecido muitas vezes, e nesta mesma tribuna, as insuficiências, os vícios e as consequências de práticas políticas enviesadas, pouco transparentes e mais fundadas na salvaguarda de interesses e de soluções conjunturais do que na clareza de propostas e soluções alicerçadas em projectos políticos globais assumidos com a coragem de quem se norteia por princípios.

Mas uma coisa é a crítica da prática política e da vida partidária para que através dessa crítica e de um esforço de rigor e autenticidade se clarifiquem os projectos políticos e se possam tornar mais transparentes as distintas actuações, e outra coisa bem diferente é o exercício da crítica para minar, sistemática e ardidamente, a democracia, as instituições e a vida partidária.

As instituições que temos, os políticos que existem e os partidos que se defrontam correspondem ao que somos como povo e ao que somos como sociedade. Perante as dificuldades e os problemas que ensombram o dia-a-dia dos Portugueses há, certamente, uma gradação de responsabilidades, mas estamos certos que todos nos acompanharão quando afirmamos que todos, todos os portugueses sem excepção, somos responsáveis pela construção do futuro e que todos temos a nossa quota de responsabilidades na solução dos problemas com que nos debatemos.

A democracia, como disse Winston Churchill, é um sistema com defeitos enormes e com limitações diversas. Todavia, todos os outros sistemas são bem piores que a democracia.

11 anos depois do 25 de Abril e neste ano marcado pela integração plena de Portugal na CEE e por processos eleitorais importantes, julgamos imperioso dar combate às duas ofensivas que, muito sumariamente, acabámos de caracterizar. E combater a mistificação das exigências de alteração da legislação laboral e de revisão da Constituição da República se significa impedir roturas manifestamente desnecessárias, não significa ficar surdo e mudo perante as reformas necessárias quer no plano dos sectores produtivos, na administração pública, no ensino, no desanuviar do futuro sombrio da juventude ou nos sectores onde elas se tornem imprescindíveis. Mas combater aquelas exigências terá de constituir também um combate por uma maior transparência nas práticas políticas, por uma assunção mais autêntica dos princípios, das ideologias e dos projectos. Neste combate árduo e complexo a que são chamados os democratas, e mais particularmente todos os socialistas seja qual for a organização onde militem, avulta o desmontar permanente das ciladas à consolidação da democracia e das instituições que a tornam viva e actuante.

Perante a memória dos que perderam a vida na luta pela liberdade e pela democracia, perante o exemplo de coragem e verticalidade de muitos portugueses que durante décadas e décadas resistiram, sem baixar os braços e de cabeça levantada, perante os desafios que este findar de século a todos nos coloca e na luta contra toda a espécie de autoritarismos e mistificações políticas mais ou menos nebulosas, pela construção de uma Pátria livre e plenamente liberta da sobrevivência de todos os condicionalismos que da noite dos tempos continuam a ensombrar o presente ameaçando o futuro, queremos, neste 25 de Abril de 1985, responder presentes.

Aplausos da UEDS, do PS, do CDS, do MDP/CDE, da ASDI e de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado Raúl Castro.



O Sr. Raúl Castro (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Importa hoje recordar quais os grandes vectores que transformaram o Dia da Liberdade no Dia da Esperança de todo um Povo. No preâmbulo da Constituição da República, aprovada em 1976, salienta-se que:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

E acrescenta-se:

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

E já no Programa do Movimento das Forças Armadas, em 19 de Julho de 1974, se propugnava «uma nova política, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista; Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses».

Política económica e política social estas que se encontram consagradas na Constituição da República, quer preconizando-se o desenvolvimento da propriedade social, quer assegurando-se a eliminação e o impedimento da formação das grandes empresas monopolistas.

Forçoso é, porém, reconhecer que as medidas que definem as linhas de actuação política dos últimos governos, não só não correspondem à justificada expectativa da população em relação ao 25 de Abril, como não se conformam com o próprio quadro institucional e os princípios constitucionais que o definem.

Deve mesmo dizer-se que o sentido da mudança em relação à política posta em prática pelos governos da Aliança Democrática, expresso na deslocação de voto a favor do partido que assumiu esse projecto de mudança, não só acabaria por ser iludido à partida, pela coligação com o mais representativo partido responsável pela política anterior, como viria a ser desmentido pela prática política que o actual Governo vem desenvolvendo, já há cerca de 2 anos. Sucessivos aumentos dos preços de produtos essenciais, o agravamento da inflação e a redução do poder de compra da generalidade dos portugueses, o agravamento da crise da habitação, o aumento do número de desempregados, o insólito e imoral problema dos salários em atraso, a quebra no investimento e na produção nacional, e o galopante aumento da dívida de Estado, relegaram Portugal para a situação de ser um dos países mais pobres e atrasados da Europa, segundo um recente estudo da Organização Internacional do Trabalho.

Pode, por isso, dizer-se que o profundo enraizamento do 25 de Abril na grande maioria dos portugueses continua a ser uma razão de esperança no futuro que tem resistido a tantos golpes nas suas legítimas expectativas.

Veio a criar-se, deste modo, uma situação de incredibilidade na actuação do Governo e da sua maioria parlamentar, que motivou o distanciamento do povo português, que deixou de se reconhecer nestes dois Órgãos de Soberania que se mantêm em exercício já há cerca de 2 anos, numa situação de crescente isolamento.

E aqueles que argumentam com a legitimidade que lhes atribuíam os votos obtidos, não só substituem as responsabilidades que derivam da sua actuação por uma mera razão de autoridade, como esquecem que o direito constitucional de todos os cidadãos tomarem parte na vida política do País e na direcção dos assuntos públicos não é um direito estático, mas dinâmico e quotidiano, que está longe de se esgotar num dado acto eleitoral, como, aliás, evidenciam as diversas modificações do sentido dos votos.

E é por isso que o essencial das medidas legislativas, emanadas do Governo e da sua maioria parlamentar, desfiguram o regime democrático, desde a Lei de Segurança Interna àquela que abriu sectores nacionalizados ao capital privado, ao projecto de lei que põe em causa a liberdade de expressão do pensamento, até à lei

contra a autonomia do poder local e aos anunciados diplomas que diminuem os direitos dos trabalhadores ou atentam contra a Reforma Agrária, e a anunciada revisão da Lei Eleitoral.

Diremos mesmo que o essencial de tais medidas legislativas representa uma antecipada revisão da Constituição realizada de forma ilegal e enviesada.

E chegou-se mesmo ao ponto de se discutir e calendarizar a eliminação da organização económica, consagrada na Constituição, através de uma revisão constitucional a tal destinada, como se se tratasse de um normal procedimento democrático aquilo que se consubstancia num atentado à Constituição e ao regime democrático nela moldado.

E até se tem invocado, à guisa de justificação para tal revisão, a adesão à CEE, argumento, aliás, repudiado pelos próprios constitucionalistas. E em tudo isto tornaram-se patentes não só as contradições e os choques entre os dois partidos que integram o Governo e a sua maioria, como agudiza a sua falta de transparência o próprio facto de, em muitas páginas do *Diário da Assembleia da República*, em anos próximos, se deparar com a crítica frontal, por parte dos mais qualificados dirigentes do partido maioritário no Poder, às medidas legais que agora se apresentam a defender. E até em matérias de Estado, da maior gravidade, como as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, ou a adesão à Comunidade Económica Europeia, o Governo e a sua maioria tem actuado de forma a agravar a sua falta de sentido nacional de responsabilidade e a conseqüente perda da sua credibilidade.

Sem uma actuação previamente programada, dissociando as grandes opções do Plano e o Orçamento, e apresentando-os cerca de 3 meses depois do prazo legal e sem a necessária credibilidade, de forma a merecer até as críticas mais contundentes de deputados da própria maioria, de que até alguns se ausentaram do hemiciclo para não serem compelidos a votar em sentido contrário, o Governo e a maioria defraudaram, mesmo em matéria de tal vulto, os imperativos de Estado que as Grandes Opções do Plano e do Orçamento necessariamente impõem.

Do mesmo modo, a adesão à CEE, que afectará profunda e duradouramente a vida dos Portugueses, tem sido negociada pelo Governo sem um amplo debate nacional sobre as suas conseqüências políticas, económicas, sociais e culturais, e sem a necessária informação à população sobre a natureza da Comunidade e as condições da adesão do nosso País, não obstante tal adesão, tendo

em conta a natureza actual das comunidades europeias e a crise económica e política institucional em que se encontram mergulhadas, inviabilizar qualquer projecto autónomo de desenvolvimento nacional e pôr em causa o relacionamento autónomo e independente de Portugal com todos os países, de tal forma que o País, mais cedo ou mais tarde, virá a julgar severamente os autores deste processo e quem complacentemente lhes dê cobertura.

A adesão à CEE é transformada pelo Governo e pela sua maioria num álibi para a subversão do regime constitucional, numa mera operação ao serviço de interesses pessoais e partidários, como demonstrou o recente debate parlamentar que o Governo e a maioria viriam a considerar meramente político em vez de, embora tardiamente, se destinar à análise e debate das negociadas condições de adesão.

Deve até dizer-se que tal adesão tem sido de tal forma reduzida à dimensão dos gabinetes governamentais que não só o nosso povo a desconhece, como os próprios deputados portugueses dela sabem menos que os parlamentares dos outros países da Comunidade Europeia.

De tudo o que vem de referir-se, resulta que o País vive numa situação de alheamento em relação ao Governo e à actuação concordante desta Assembleia, assumida pela sua maioria, que fez desaparecer o relacionamento verdadeiramente democrático entre os órgãos do Poder e os cidadãos.

Substituídos os valores que devem caracterizar uma gestão política transparente por uma mera luta pelo Poder, em que sobrelevam os interesses partidários e os choques entre as duas forças políticas coligadas, tornou-se evidente o divórcio entre o Poder e a população, que deixou de acreditar naqueles que governam.

Por isso, o MDP/CDE entende que constitui um imperativo nacional pôr fim à subsistência destes dois Órgãos de Soberania, Governo e Assembleia da República, em ordem não só a salvaguardar o regular funcionamento das instituições democráticas, mas o próprio prestígio da democracia portuguesa.

Se o povo é quem mais ordena, neste 25 de Abril, dê-se a palavra ao povo, restituam-se ao nosso povo fundadas razões para uma esperança que não morre numa vida mais livre, mais justa e mais fraterna, que volte a florir a nossa terra de cravos vermelhos de confiança no presente e de fé no futuro.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Gomes de Pinho.



O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Hoje não é para nós apenas um dia de festa. À amargura com que acompanhamos o desaparecimento do Presidente do Brasil, junta-se a angústia com que vivemos a situação portuguesa.

Mais do que meras palavras de circunstância ou evocações históricas, o sentido da responsabilidade exige que o nosso pensamento saia desta Assembleia, percorra o País, e seja solidário neste dia da liberdade, com todos quantos a vêem ameaçada, pela insegurança, pelo desemprego, pela fome, pela miséria e pela injustiça.

Não precisamos de ir muito longe nesta cidade, ou mesmo neste bairro de São Bento, para ter consciência de que um profundo drama social, mais grave do que o regresso dos portugueses de África, se desenha e alarga.

Este drama é a tradução humana das frias mas indesmentíveis estatísticas, a consequência directa da diminuição dos salários reais, do crescimento da inflação, do aumento da taxa de desemprego, da diminuição do investimento e do retrocesso global da nossa economia.

E é, sobretudo, a expressão do egoísmo que a crise gera e que destrói a solidariedade entre os homens em nome de um selvagem «salve-se quem puder».

Não admira que neste quadro a criminalidade aumente, as prisões cheias a abarrotar e sem quaisquer condições de segurança se transformem em focos de degradação humana, o suicídio atinja níveis impensáveis e a violência encontre campo favorável para estender a sua acção, dos atentados políticos à simples vingança pessoal e aos actos de intimidação sobre os responsáveis pela decisão económica.

E, tudo isto, quando o Estado é cada vez mais vasto, intervém cada vez mais; e, por isso mesmo, é também cada vez mais fraco e menos capaz de cumprir as suas tarefas essenciais.

11 anos de socialismo, comunista primeiro, burocrático depois, conduziram também o País à mais grave crise moral da sua história recente.

A corrupção alastra a partir de um sector público demasiado amplo, irracional, burocratizado e distribuído pelos partidos do Poder e pelas famílias dos poderosos.

Estendem-se tentaculares, sinistras influências que despacham, concedem, autorizam, adjudicam, nomeiam, demitem, dão crédito e favores, as mais das vezes em troca de benefícios ilegítimos.

É bom que os que falam tanto em estabilidade e os que tanto amam a democracia tenham consciência de que hoje, em Portugal, a corrupção é um barril de pólvora sobre que assentam, cada vez mais frágeis, as instituições da República.

Aplausos do CDS e do Sr. Deputado do PSD, Portugal da Fonseca.

Ela distorce o sistema económico e fomenta a economia paralela, deforma a consciência cívica nacional destruindo a fronteira entre o bem e o mal, relativiza os comportamentos e tende a transformar um País de homens, onde era frequente que um negócio se fechasse com um aperto de mão, numa massa cinzenta de cúmplices forçados de um aparelho de Estado degradado e degradante, cujo funcionamento é alheio a quaisquer princípios de ética social.

Não admira, pois, que quanto mais Estado existe menos direito e justiça haja.

Estas são, em grande parte, as consequências de um sistema e cuja constituição política continua a impor como meta a sociedade socialista.

E são também os resultados visíveis de uma política que, de forma sistemática, tem vindo a ferir a consciência moral dos Portugueses — permitindo a aprovação de leis iníquas, rejeitando leis indispensáveis e regulamentando por vezes, de levianas e perigosas, matérias tão delicadas como o acesso indiscriminado dos adolescentes aos meios anticoncepcionais.

Risos do PS.

A instituição familiar, base da própria sociedade, foi atacada desde o primeiro dia de constituição deste Governo com a destruição da Secretaria de Estado da Família, e tem sido, aliás, uma das principais vítimas desta política. De facto, como é possível constituir família em Portugal se não há habitação para a maioria dos portugueses e se mesmo aqueles que neste momento ainda têm alguns recursos não podem pagar os pesados encargos dos empréstimos? Como é possível educar os filhos e formar cidadãos com um sistema de ensino em acentuada degradação, que agora atinge a própria infra-estrutura escolar, onde não existem condições mínimas de segurança; em que os alunos não seguem cursos que desejam e onde se sentiriam realizados e através dos quais poderiam ser úteis à sociedade, mas aqueles para que a burocracia os atira; enfim, um sistema onde estão ausentes os valores nacionais essenciais à sobrevivência da nossa própria identidade!

A classe média, dos empresários aos quadros e aos trabalhadores que constituía o pilar da democracia pluralista, tem vindo a desa-

parecer, as expectativas mais razoáveis de promoção social e de acesso à propriedade, subjugada por uma asfixiante e crescente carga fiscal que penaliza quem trabalha, quem poupa e quem investe.

No plano económico e financeiro, como no plano social e moral, a crise aprofunda-se, aproximando-nos do Terceiro Mundo precisamente quando conquistamos o direito a integrar a Europa desenvolvida.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não é a revolução democrática de Abril que é culpada. Mas o socialismo que dela se apropriou, e que a actual Constituição exprime ainda nos seus princípios, nos condicionamentos concretos da iniciativa individual, na limitação efectiva de algumas liberdades fundamentais, como a de informar e ser informado, na inexistência de uma efectiva concorrência entre o sector público privilegiado, protegido e subsidiado que aumenta a despesa e agrava o défice e o sector privado que o tem de sustentar.

De facto, o socialismo existe em Portugal, embora haja cada vez mais socialistas que se esforçam por fazer crer aos Portugueses que nada têm a ver com isso.

Dão uma triste imagem de si, além de que não falam verdade.

O socialismo existe na Constituição, nos programas do partido onde o marxismo continua a ser o ponto de referência e o socialismo a meta. Mas, mais importante e mais grave do que isso, o socialismo existe também na nossa realidade.

Continuamos a ter nacionalizados 98% do sistema bancário; as vinte maiores empresas portuguesas são públicas e grande parte das terras a sul do Tejo continua na posse das UCP e do Estado.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: – E todo este amplo sector público e a Administração Pública que o dirige comandam a economia e distorcem o funcionamento do mercado, vivem à custa dos impostos, alimentam uma nova classe dominante, de burocratas, da qual, aliás, dependemos todos cada vez mais e cuja promoção, salvo raras excepções, se baseia, não no mérito individual, mas na fidelidade ao partido ou aos seus chefes.

O socialismo existe, e tropeçamos com ele diariamente, na carga ideológica do sistema fiscal, no monopólio estatal de televisão, teimosamente mantido, nos privilégios do ensino público face ao ensino privado, no crescimento do Sistema Nacional de Saúde em detrimento dos sistemas convencionados, na falta de eficácia das principais empresas prestadoras de serviços essenciais e na contínua criação de novas empresas e de novos serviços públicos.

O socialismo mais retrógrado existe nas leis do trabalho, que não premeiam o mérito e a competência, mas incentivam a falta de

produtividade, que consideram a greve um direito absoluto, que conduzem ao escândalo social dos salários em atraso, e consideram a empresa como campo privilegiado da luta de classes.

O socialismo existe e exprime-se também como mentalidade, como convicção e como prática na confusão permanente entre partido e Estado, na falta de rigor da gestão dos negócios públicos, na subordinação do interesse nacional a estratégias ideológicas internacionais. Num mal reprimido e primário sentido anti-religioso, numa indisfarçável tendência para o totalitarismo cultural de que são manifestações recentes o Código de Direitos de Autor, e a política discriminatória de subsídios.

Mas o socialismo não apenas se tem mantido. Ele cresce e cresceu com este Governo, quando a banca pública toma conta das empresas privadas, cada vez mais endividadas, por causa da crise, e alarga a sua influência; quando há cada vez menos empresários e cada vez mais desempregados; quando o ideal da promoção individual e do acesso a propriedade se transforma em Portugal cada vez mais numa simples utopia; quando não diminui o número de ricos mas aumenta assustadoramente o número de pobres.

Para tudo isto já não há álibis, como os da crise internacional ou os da interferência do poder militar – e ninguém negará mesmo que, dos governos mais recentes, este, do PS e do PSD, tendo a maior maioria parlamentar, é o que tem contado com maior solidariedade presidencial.

Risos do PS e do PSD.

Este Governo, esta política e quem os personifica são hoje objecto de uma ampla rejeição nacional e não é, pois, crível que se possam suceder a si próprios, ainda que por interposta instituição.

Mas então, Srs. Deputados, não há motivos de esperança?

Eu diria que, paradoxalmente, é quando a crise é mais profunda e quando são compreensíveis por todos nós as suas razões que se alarga a esperança. Hoje, para nós, a esperança é maior que ontem, e amanhã será seguramente maior que hoje. Esperança numa alternativa capaz de mobilizar todos os que acreditam na liberdade, na solidariedade e na justiça.

Todos os que defendem sem necessidades de esconder os programas e os princípios, o primado da pessoa humana e os seus direitos fundamentais e que acreditam que só a economia de mercado possibilita o aproveitamento mais racional dos nossos recursos e o enriquecimento individual e colectivo. Todos os que assumem, sem vergonha, os valores fundamentais da nossa identidade nacional;

Todos os que consideram que só o revigoramento das nossas convicções morais nos poderá transportar de novo para o futuro;

Todos os que estão dispostos a assumir o risco da mudança, contra a estabilidade da estagnação e do medo;

Todos os que entendem os novos desafios da integração europeia, da nova revolução industrial, das crescentes exigências de qualidade de vida, da universalização da circulação das ideias, não como uma simples imposição do exterior, mas ainda e sempre como expressão do nosso espírito criador e como afirmação renovada da nossa independência nacional. É com estes Portugueses e para eles que se fará seguramente a mudança.

O que hoje está em causa e que é preciso mudar, porém, não é a democracia, em que os Portugueses acreditam e que desejam, mas o socialismo que rejeitam. E face aos resultados desastrosos do sistema socialista e da gestão socialista o dilema é simples — ou derrotamos o socialismo ou o socialismo pode derrotar a democracia.

Aplausos do CDS.

Para sobreviver, e tal como o Partido Comunista em 1976 fazia em relação à Constituição, o socialismo precisa da actual Constituição, com a qual se identifica, e que limita significativamente pelo seu conteúdo programático o princípio de alternância democrática.

Rever a Constituição é, pois, essencial para remover o socialismo e para fazer avançar a alternativa democrática.

Rever a Constituição, e já, corresponde hoje, de novo, a uma necessidade de libertação da sociedade portuguesa idêntica à que 11 anos atrás o 25 de Abril representou.

No ano da plena integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, quando se perfila perante o povo português um novo e histórico desafio às suas capacidades de construir o futuro, uma Constituição nacional, capaz de exprimir o essencial da nossa identidade e do nosso querer colectivos, será o impulso mais poderoso para as reformas que todos sentimos que temos de realizar. Fazê-las pelas nossas próprias mãos e com a nossa vontade é a manifestação mais viva da nossa independência. Reafirmá-lo, hoje aqui, é a maior homenagem que podemos prestar a todos os que sonharam com a liberdade, defendem a democracia e acreditam em Portugal.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Carlos Brito.



O Sr. Carlos Brito (PCP):– Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados: O 25 de Abril volta a ser comemorado em todo o País, neste 11.º aniversário, como uma grande jornada de luta por tudo o que de mais importante representou e representa para o povo português.

Comemora-se o derrubamento da ditadura fascista e a conquista das liberdades e da democracia política.

Comemoram-se as transformações sócio-económicas profundas e os direitos e garantias alcançadas pelos trabalhadores e as suas organizações representativas.

Comemora-se o fim da guerra colonial, a condenação do colonialismo e do belicismo e a paz estabelecida com os povos das ex-colónias. Comemora-se a esperança no ressurgimento da Pátria portuguesa e da salvaguarda da independência nacional.

Há por aí, nos meios governamentais oficiais, quem não queira estas comemorações e se sintam incomodado com elas. Houve quem aqui na Assembleia da República se pronunciasse contra esta sessão comemorativa. Há também os que gostariam que as comemorações do 25 de Abril se reduzissem a actos formais, solenes e silenciosos.

Apesar da evolução ruínoza verificada nos últimos 9 anos da vida nacional, o 25 de Abril comemora-se não como uma memória ténue, mas como uma realização viva, como uma promessa a cobrar e uma mensagem a concretizar.

Os atentados contra o espírito e as conquistas do 25 de Abril não impedem que o nosso povo celebre, em clima de luta e de festa, a arrancada libertadora dos capitães de Abril, o que deve ser entendido como uma afirmação de confiança, de que as suas realizações, objectivos e esperanças serão retomados e que existem as bases social e política para que isto aconteça.

A vida mostra com inequívoca clareza que o País se perde porque se perderam os caminhos de Abril.

Não seria nada difícil demonstrar que a situação do País em todas as áreas fundamentais – económica, financeira e social – é pior este ano do que era há 1 ano atrás e que são maiores os perigos que agora pairam sobre o regime democrático e a independência nacional. Não seria mais difícil demonstrar que assim acontecia o ano passado em relação ao anterior e assim sucessi-

vamente, com algumas curtas pausas e retrocessos, no período dos últimos 9 anos.

Esta degradação da situação nacional, que sem exageros temos designado de marcha para o abismo, é o resultado da política dos sucessivos governos desde 1976, cuja linha essencial tem consistido na ofensiva (a princípio disfarçada e mais tarde aberta e brutal) para anular as transformações das estruturas económicas e sociais realizadas com o 25 de Abril (e o processo revolucionário que se lhe seguiu) e depois consagradas na Constituição da República, visando a recuperação para o grande capital dos seus perdidos poderes e privilégios. É hoje uma evidência para quantos queiram examinar a nossa realidade com rigor e desapassionadamente que quanto mais se agrava esta ofensiva mais desastrosos são os resultados. Entretanto o que se ouve da parte das classes mais favorecidas e dos seus representantes governamentais e partidários é que se destrua o que resta de Abril: tudo raso na realidade e na lei, clamam.

É oportuno recordar, 11 anos depois, que os capitães de Abril preconizaram desde a primeira hora em documentos básicos unanimemente aprovados «uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas».

A que é que assistimos hoje em Portugal?

Assistimos a uma política económica posta completamente ao serviço das classes mais favorecidas, a quem tudo se dá e a quem tudo se perdoa. Dão-se-lhes isenções fiscais verdadeiramente majestáticas, créditos vultosíssimos, subsídios de centenas de milhares de contos por unanimidade, às vezes a fundo perdido, dão-se-lhes indemnizações, concessões e transferências, facilidades e opções, uma autêntica cruzada de espoliações de bens e capitais feitas a seu favor. Perdoa-se-lhes a falta de pagamento de salários, a falta de pagamento de impostos, a falta de pagamento à Previdência, a falta de pagamento às alfândegas, a falta de pagamento à banca nacionalizada. Raramente na história nacional se terá assistido a tamanho regabofe.

Os capitães de Abril preconizaram desde a primeira hora «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras».

A que assistimos hoje em Portugal?

Assistimos a uma política social abertamente contrária aos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo a quem tudo se tira e tudo se nega. Tira-se-lhes o poder de compra através da degradação dos salários reais, tira-se-lhes os postos de trabalho e agrava-se o desemprego, tira-se-lhes o próprio salário, permitindo-se que se mantenha e alastre o flagelo dos salários em atraso, exemplo vivo da injustiça social mais hedionda. Nega-se-lhes o direito ao controle de gestão, nega-se-lhes o direito de reclamar junto do Primeiro-Ministro e outras autoridades, procura-se tirar-

-se-lhes as garantias contra os despedimentos, o direito à greve e o próprio direito à contratação colectiva.

Da mesma forma que os trabalhadores, as classes e camadas médias sofrem os efeitos desta política social e em especial da inflação e da carga fiscal. A todos atingem duramente os cortes de verbas na saúde, no ensino, na Segurança Social e a ameaça da nova lei das rendas de habitação. Piores do que todos estão os reformados e pensionistas que vêem os seus magros rendimentos minguar todos os anos em termos reais.

Os capitães de Abril definiram desde a primeira hora uma «estratégia antimonopolista» no desenvolvimento da qual se liquidaram os monopólios e os latifúndios e se realizaram as nacionalizações e a Reforma Agrária. Hoje assistimos não apenas a uma estratégia pró-monopolista, mas a uma impudente política de restauração dos monopólios e dos latifúndios, o que quer dizer o restabelecimento do domínio e do poder económico e político sobre o País de um punhado de famílias como acontecia durante a ditadura fascista.

A vozaria que se levanta de novo pela revisão da Constituição, menos de 3 anos depois da que foi feita em 1982, constitui um álibi para disfarçar o malogro da política de direita seguida nestes últimos 9 anos, mas traduz também a sofreguidão do grande capital e das forças políticas que o representam para consumir, num momento que julgam propício, um golpe mortal contra o 25 de Abril e a sua herança.

A acção permanentemente desestabilizadora dos sectores anti-constitucionais tem como objectivo profundo não quaisquer ajustamentos da Constituição actual mas a reposição das concepções e dos métodos da Constituição de 1933.

A intolerância política e o vezo antidemocrático destes sectores reaparece cada vez mais na vida nacional em manifestações tão inconfundíveis como a proposta de lei de segurança interna, nos planos de severo condicionamento da propaganda política e partidária, na revisão da legislação eleitoral e noutros projectos de carácter inequivocamente totalitários.

A sofreguidão restauracionista está patente também no projecto de adesão à CEE e nos acordos negociados sem que tivessem sido pesadas seriamente as consequências devastadoras do seu impacte nas diferentes áreas da vida económica nacional, que agora começam a estar à vista, e onde apenas se jogou com as vantagens de natureza política para o processo contra-revolucionário em curso. Não é preciso ser exaustivo para mostrar como andam distanciados de Abril os rumos governamentais que nas questões mais importantes seguem na direcção oposta. Não é preciso ser exaustivo também para mostrar como a política das classes mais favorecidas e a de todos aqueles que se submetem ao seu império nada têm a ver com o interesse nacional e visa mesquinhos objectivos de ganhos, de poder e de mando.

Em confronto, basta fazer ressaltar alguns dos objectivos fundamentais do Movimento das Forças Armadas para que se agigante a generosidade social, o sentido do interesse nacional e o fervoroso patriotismo dos bravos capitães de Abril a quem saudamos neste 11.º aniversário do seu cometimento histórico com respeito e reconhecimento.

Aplausos do PCP.

Na mesma oportunidade saudamos todos os antifascistas, todos os democratas, todos os patriotas que durante os longos anos de opressão e tirania contribuíram pela sua luta, pelo seu sacrifício e abnegação para criar as condições que tornaram possível a eclosão do movimento militar e o levantamento popular que se lhe seguiu e garantiu a vitória e o desenvolvimento impetuoso.

A solução dos grandes e graves problemas nacionais não pode ser encontrada, como a experiência demonstra, nem nas receitas americanas dos «magos» do FMI ou dos charlatões da «terceira vaga»; nem nas soluções chamadas «europeias» que visam atrelar o País ao comboio da CEE como a sua última carruagem destinada às cozinhas e às bagagens; nem tão-pouco nas manipulações dos prestidigitadores da direita doméstica que têm um único fito, a reconstituição dos grupos financeiros.

A solução dos grandes e graves problemas nacionais só pode ser encontrada num feito nacional tão grandioso e histórico como o 25 de Abril e nos caminhos exaltantes por ele rasgado aos Portugueses. Isto significa que é necessário um grande esforço, à altura do 25 de Abril e tendo como base as nossas energias, capacidades e recursos, um esforço que sendo essencialmente nacional, não poderá ser isolacionista, antes terá de se realizar no diálogo e cooperação aberta e diversificada com todos os povos do mundo. O êxito deste esforço nacional implica uma política estabilizadora que ponha fim à ofensiva contra as conquistas económico-sociais de Abril, assegure a participação activa e criadora dos trabalhadores, a defesa firme e intransigente da independência nacional.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): – Muito bem!

O Orador: – As suas grandes direcções devem ser, no entender do meu partido, o aumento da produção nacional; o saneamento financeiro do país (empresas, Estado e dívida externa); o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. A concretização destas orientações implica naturalmente medidas institucionais e mudanças políticas.

Os caminhos de Abril não podem ser retomados com um Governo que os repeliu e partiu em direcção oposta.

São, contudo, os caminhos de Abril que se apresentam como capazes de conduzir à superação da crise e à consecução do

desenvolvimento. São os caminhos que a lei fundamental consagrou e que a maioria dos portugueses aprovou nas urnas. São os caminhos que o povo português reclama, saúda e festeja hoje por todo o Portugal. É um dever retomá-los! Serão retomados para bem do nosso povo e do nosso país!

Por isso, aclamamos como os manifestantes que neste momento descem a Avenida da Liberdade: 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PSD, Sr. Deputado António Capucho.



O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: O PSD associa-se à comemoração do 25 de Abril, que hoje nos reúne aqui. E não é certamente por acaso que é nesta Casa que nos encontramos: o ponto de referência essencial de uma democracia autêntica e a existência de um Parlamento plural livremente eleito pelo povo, fonte e detentor originário da soberania. Parlamento em que verdade não é uniformidade, crítica não é ofensa, oposição não é pecado e diversidade, em suma, não é absurdo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pondo termo a uma guerra inconsequente, acabando com uma ditadura violadora dos direitos fundamentais que nos isolava da Europa e do mundo e que mantinha uma sociedade injusta, eivada de desigualdades, o movimento libertador do 25 de Abril restabeleceu a democracia legítima que decorre do sufrágio universal, directo e secreto e devolveu a soberania ao seu detentor único: o povo português.

Manifestamos a nossa gratidão e homenageamos todos aqueles que, directa ou indirectamente, tornaram possível a liberdade.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O PSD orgulha-se de ter assumido, desde o 25 de Abril, um papel determinante na história portuguesa escrita desde então. Apoiámos o 25 de Abril no que ele significou de luta pela liberdade e pela democracia e combatemos sem hesitação todas as tentativas de apropriação ilegítima da revolução dos cravos em benefício de desígnios totalitários.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do PS.

Defendemos os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição de 1976.

Lutámos pela consagração das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e protagonizamos, mormente nos governos respectivos

— sempre de maioria absoluta social-democrata — a expressão concreta daquele princípio fundamental.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estivemos sempre ao lado da institucionalização de um poder local forte e autónomo e neste domínio assumimos responsabilidades crescentes que nos tornaram o primeiro partido nos órgãos das autarquias locais.

Incentivámos, sem intromissões, os esforços dos nossos militantes trabalhadores por conta de outrem no sentido da implantação e reforço do sindicalismo democrático, autónomo e independente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Colaborámos activamente na revisão constitucional de 1982 que, pondo termo à tutela militar, permitiu alcançar a democracia política plena.

Contribuímos, de forma determinante e persistente, tanto na oposição como no Governo, para a adesão à Comunidade Económica Europeia.

Assumimos e partilhámos responsabilidades governativas sempre que o eleitorado nos confiou esse encargo e quando entendemos que a nossa presença representava um imperativo decorrente do interesse nacional.

Enfim, demos a nossa colaboração activa para a construção do Estado democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nestas tarefas participaram e participam muitos sociais-democratas. Mas permitam-me que evoque, entre todos, aquele que sem dúvida mais se distinguiu pelas elevadas qualidades que revelou e que todos souberam reconhecer. Recordamos o seu constante combate pela democracia, pelos direitos do homem, pela justiça social. Recordamos, com muita saudade, a memória para nós muito querida de Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

Saibamos ser dignos dessa herança política, reconhecendo sem complexos as nossas pesadas responsabilidades por tudo o que ficou por fazer e ainda não foi feito, por tudo o que foi mal feito e ainda não foi corrigido.

Mas, como dizia António Sérgio «é preciso falar da História com o olhar no futuro».

A hora que vivemos representa, sem dúvida, a abertura de uma nova página da nossa história. Aderir à CEE é, de facto, fazer história.

Mas, para que essa página assuma glória, é indispensável sabermos vencer os desafios que a tantos níveis se colocam ao nosso país. Nunca um processo de adesão se fará com tão grandes disparidades face aos parceiros europeus.

O êxito da adesão depende de todos nós. Não basta absorver as alterações impostas pelo tratado e pelas instâncias da CEE. Mais importantes serão as mudanças que não nos são exigidas de fora, as transformações económicas e sociais sucessivamente adiadas embora essenciais.

Dispensó-me de as enumerar. O PSD não tem abdicado de as referir e repetir publicamente. Apenas afloro aqui o problema da revisão constitucional porque não nos parece aceitável, a partir de agora, adiar o que não pode esperar. Porque não nos parece possível, neste momento, deixar de reconhecer e enfrentar uma evidência. Porque, finalmente, agora o tempo disponível conta-se por meses – poucos meses – e não por anos.

A estagnação não serve ninguém. É indispensável o movimento, a dinâmica e a reforma.

Não queremos contribuir para transformar este 25 de Abril num conjunto cíclico de discursos, alguns bem mais adequados para o debate de uma moção de censura ao Governo ou num comício eleitoral.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O **Orador**: – Queremos aproveitar esta data como ponto de viragem para um trabalho mais responsável e mais consequente, em ordem a enfrentarmos com êxito o desafio histórico que se coloca ao povo português e à nossa Pátria. Na nossa história, quase milenária, já vencemos desafios maiores.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PS, Sr. Deputado José Luís Nunes.



O Sr. José Luís Nunes (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Ao usar da palavra em nome do Grupo Parlamentar Socialista, decorridos que foram 11 anos da data libertadora do 25 de Abril, não posso nem quero deixar de sublinhar o sentido desta comemoração.

Mais do que comemorar 11 anos de vitória comemoramos hoje 11 anos de democracia e estabilidade institucional que tem permitido a todos os portugueses, na diversidade das suas opções políticas, tomar parte nos trabalhos de reconstrução moral, política e económica do País.

Foi longo e difícil o caminho percorrido mas, olhando as dificuldades passadas e os problemas a superar no futuro, encontramos fortes razões para acreditar na capacidade da democracia, simultaneamente, como regime político e única forma de vida em que vale a pena viver.

A nossa primeira grande tarefa após o 25 de Abril foi reconstruir as bases do diálogo e do consenso nacional.

Uma voz do PS: – Muito bem!

O Orador: – Compreender que o 25 de Abril não pertencia somente à geração que o planeou e executou mas também a todos aqueles que, ao longo da nossa história, o tornaram possível.

Compreender que o 25 de Abril aconteceu não para impor uma qualquer ideologia aos Portugueses, mas para permitir que os Portugueses expressassem, livremente, as suas ideologias.

Cumprir o 25 de Abril foi, assim, libertar o pensamento e a palavra cortando, de um só golpe, o medo e a angústia.

Duas datas marcam este caminho: 25 de Abril de 1975 e 2 de Abril de 1976.

25 de Abril de 1975 é data das primeiras eleições livres em que os Portugueses – cidadãos e não súbditos – manifestaram a sua vontade elegendo a Assembleia Constituinte.

2 de Abril de 1976 é a data em que a Assembleia Constituinte, afirmando «a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos

cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno», aprovou e decretou a Constituição da República.

Pertenço, Senhores a uma geração que viveu a grande crise espiritual do nosso tempo.

Albert Camus definia-a, magistralmente, no seu discurso de recepção do Prémio Nobel em palavras de bronze e de fogo: «Sem nenhuma dúvida todas as gerações se crêem destinadas a refazer o mundo».

A minha geração sabe, todavia, que nunca o conseguirá. Mas a sua tarefa é, talvez, maior: evitar que o mundo se destrua.

Herdeira de uma história na qual se misturam as revoluções fracassadas, as técnicas descontroladas, os deuses mortos e as ideologias esgotadas, na qual poderes medíocres que, hoje, tudo podem destruir, não sabem convencer; na qual a inteligência se humilha até ao ponto de servir o ódio e a opressão. Essa geração teve de, em si mesma e à sua volta, restaurar, partindo das suas amargas inquietações, um pouco do que constitui a dignidade de viver e de morrer.»

Com o 25 de Abril fomos chamados a assumir a coerência histórica de uma luta que só encontra um sentido na democracia.

Trair o 25 Abril seria, tão-só e simplesmente, trair a democracia.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

A nossa segunda grande tarefa foi reconstruir o tecido social rompido pela luta de classes que a ditadura conduzia e exacerbava pois o ditador, qualquer que ele seja, não pode viver sem inimigos, criados pela sua intransigência e razão de ser da sua existência.

A luta de classes não é um mito que importa negar mas uma realidade que urge atenuar.

Foi, na compreensão desta realidade, que julgámos incompatível com um regime livre a existência de sindicatos únicos e a inexistência de mecanismos de concertação social.

A liberdade de associação sindical e a assumpção já traduzida nas instituições, do princípio da concertação social constituem, hoje, duas das mais importantes conquistas do nosso sistema democrático.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Contudo, não há pluralismo nas ideias que consiga sobreviver ao colectivismo económico. Por isso abriu-se um vasto campo à iniciativa económica privada pois certas experiências totalitárias bem demonstram a incompatibilidade do colectivismo com os sistemas democráticos.

Sindicalismo livre, concertação social e liberdade de empresa são, hoje, as características fundamentais do sistema dentro do qual se vêm criando melhores condições de vida para os Portugueses.

Não se confunda, porém, a renovação estrutural que urge continuar com um qualquer retorno ao passado.

Importa ser criador, fazer obra nova e não e tão-só obra diferente. O caminho de um certo «liberalismo», que só subsiste à sombra tutelar do Estado, é um caminho bem conhecido e que os Portugueses recusam.

Uma voz do PS: – Muito bem!

O Orador: – A liberdade implica sempre riscos e não é possível definir os contornos de uma autêntica liberdade económica sem a assumpção dos riscos inerentes.

Até por isso o consenso social, porque é consenso, é responsabilidade de todos, não cabendo ao Estado impô-lo pela lei ou pela força.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – A experiência vivida, no plano nacional e internacional, fundamenta a nossa crença de que a crise económica só poderá ser vencida se soubermos renovar não só nas soluções mas também na forma de equacionar os problemas.

A comodidade da propaganda não pode prevalecer contra as exigências da análise porque, diz a sabedoria popular, os «factos são teimosos».

Decorridos 11 anos podemos dizer que Portugal soube, num mundo em crise, procurar e encontrar o seu próprio caminho.

Hoje, dissipadas algumas ilusões, encontram-se definidas as vias que permitirão desenvolver, economicamente, o País dando aos Portugueses uma vida melhor.

Se desejássemos caracterizar com uma palavra a necessidade mais imperiosa do nosso tempo a palavra seria «modernidade».

Da meditação sobre um Portugal livre e democrático nasceu a ideia de uma viragem para a Europa.

Vivemos de mais um certo nacionalismo provinciano para não ver nele uma das causas dos nossos males.

Viver de costas para a Europa, para o intenso caldear de ideias e experiências que agitou a cena europeia na última década significou tão-só viver de costas para a modernidade e para a renovação.

O reaccionário não vive no mundo do seu tempo mas num mundo já passado que, ideologicamente, recria...

Aplausos do PS e da ASDI.

Portugal viveu quase 50 anos no passado, alheio aos novos costumes e às novas ideias.

Responder ao desafio de modernizar a sociedade portuguesa passava por uma consciente e determinada opção europeia.

Optámos pelo futuro e o futuro, esse, optou por Portugal.

Hoje, a revolução tecnológica é o novo nome do desenvolvimento e da riqueza das nações.

Por isso, a modernização de Portugal não podia passar à margem do espaço europeu.

A nossa adesão à CEE é a maior e mais importante reforma estrutural da nossa economia e das nossas mentalidades.

Seremos confrontados com velhas nações que souberam inovar e recriar, aceitando o repto da modernidade.

Enganam-se os que limitam ao plano económico este imenso esforço renovador, pois a sua dimensão é, essencialmente, espiritual. Despiremos o uniforme das velhas ideias, ousaremos ser críticos, compreenderemos que a velha Estrada de Santiago é um caminho de partida e não, e tão-só, um caminho de chegada.

Ao Portugal «mesquinho e pequenino», que nos quiseram impor, contraporemos uma nação jovem, adulta e renovada, para quem a solidão do homem é tão inútil como a solidão das nações.

Ao dar os primeiros passos no espaço europeu, não esquecemos os novos países de expressão portuguesa que, como nós, aspiram também a uma vivida modernidade.

A cooperação Portugal/África será tanto mais intensa quanto mais Portugal se souber assumir como nação da Europa.

Ao terminar a descolonização não voltámos as costas ao passado, pois assumimos tão-só um novo projecto: ajudar a construir a Europa.

Senhores: pouco falei do 25 de Abril como data historicamente situada.

Procurei, porém, falar-vos dos caminhos então abertos e da forma como os Portugueses quiseram que eles fossem trilhados.

O 25 de Abril é uma das datas mais nobres da nossa história, pois, outorgando a liberdade aos Portugueses, permitiu-nos participar na grandiosa tarefa de forçar o destino construindo o futuro.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Sr. Ministro de Estado, Restantes Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Não é sem forte emoção que tenho a subida honra de invocar V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, neste lugar, neste momento, neste dia. Expressão colectiva de um povo, ponto de referência da sua vontade, símbolo da nossa soberania, haveria fatalmente de sentir e sinto, com especial agrado, a presença de V. Ex.^a Pelo que é, pelo que representa, lhe dirijo as minhas respeitadas saudações por ter acedido, tão gentilmente, ao convite que lhe dirigi; pelo desejo que manifestou de estar aqui connosco, o meu reconhecimento.

Ao Sr. Primeiro-Ministro, quero agradecer, com toda a sinceridade, a simpatia do seu acolhimento e o entusiasmo que teve a gentileza de dispensar ao convite que formulei.

Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Sr. Ministro de Estado, Srs. Ministros, meus ilustres e tão distintos convidados: é com o maior prazer que registo a vossa apetecida comparência.

Para todos a expressão sentida da minha gratidão.

Srs. Deputados: por minha e vossa vontade e na nossa Casa, temos o prazer de receber e constituir os órgãos mais representativos da nossa soberania.

É um momento alto, importante, do maior relevo, para inscrever na história que vamos produzindo no quotidiano da nossa vida pública. Estamos aqui para relembrar, para festejar, para reflectir.

Relembrar um sonho pensado pelos capitães de Abril, cuja vontade foi alavanca para alterar o curso da história.

Festejar a conquista da liberdade que foi paga, tantas vezes, pelo preço duro da tortura, da desilusão, do silêncio e da morte, para que outros tenham a coragem de a defender agora com dedicação, com firmeza, com honestidade.

A reflectir para que a experiência do passado, a vivência do presente, se possam projectar no futuro com o sentido profundo da responsabilidade de um povo que aspira, em haustos de esperança, um futuro melhor.

Futuro, cuja modelação é demasiado importante para que possa ser tarefa apenas dos governos ou dos seus técnicos, mas que tem de ser o resultado da adesão de uma vontade entusiástica e colectiva de uma nação que está fazendo da democracia a verdade do seu destino, num destino irrenunciável.

Pretendo dizer-vos, Srs. Deputados, que a democracia não será para nós um sistema político, mas desejamos que seja, e teimamos que o será, o nosso próprio país, a nossa razão de ser, a nossa filosofia de vida, o sentido profundo dos nossos propósitos.

Havemos de buscar e encontrar os desafios que nos permitam emergir, gradual e trabalhosamente, do plano da crise para o encontro de nós mesmos e da forma própria de estarmos no Mundo. Quando nos projectámos na Europa, aceitámos uma aposta vigorosa que, pela solidariedade dos povos que a integram, do trabalho que realizaremos e da coragem que nos anima, marcará o ritmo acelerado do percurso que haveremos de fazer para a promoção social a que temos direito no concerto das nações.

Quando, na vocação universalista do nosso comportamento histórico, nos viramos para as Américas ou para a África, estamos alimentando o curso do pensamento de séculos que têm dado força e sentido à identidade de um povo que entre os demais se agigantou para escrever com fé, com sangue, com vidas, a maior gesta de todos os tempos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fomos fulcro de uma civilização. Merecemos e temos o respeito do Mundo. Prodigalizámos à história um contributo enorme. Temos, pois, a obrigação de dar testemunho. Testemunho de fidelidade à nossa vocação histórica.

Testemunho de trabalho, de perseverança e de coragem na solução dos problemas que nos absorvem.

Testemunho de convivência, de tolerância, de compreensão e de paz. Que não nos domine um pessimismo sem tino, nem um optimismo sem senso; mas entreguemo-nos à luta infatigável pela justiça.

Contra o pessimismo sem tino, teremos a força da convicção do futuro que desejamos.

Contra o optimismo sem senso, teremos o aguilhão das injustiças que nos são patentes.

Que não nos seduza a simplicidade das posições extremas.

O «tudo ou nada» traz no seu bojo a demagogia e a violência.

O conquistador extremista da direita ou da esquerda define-se por estar sempre contra.

Ele não procura nunca o plano da unidade que se traduz na harmonia dos contrários, mas procura sempre o esmagamento das diferenças...

Srs. Deputados: neste admirável hemiciclo, onde a vossa voz tem constituído um estímulo à consagração da liberdade, à vivência democrática, na lógica conseqüente da data que festejamos, é com a maior satisfação e autêntico júbilo que me sinto orgulhoso de ser deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: – Conheço o trabalho cuidado de muitos de vós. Sinto as preocupações que absorvem a vida parlamentar da maior parte dos meus pares, que num esforço sacrificado, teimoso, firme, imperturbável, vão dando a marca austera de um trabalho responsável, competente, imprescindível.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, da ASDI e da UEDES.

Neles, meus caros companheiros, está o sinete que garante o continuado desejo de um contributo sério para a solução ajustada dos problemas que nos atormentam.

Criticando de forma acerba e cáustica ou moderada e displicente; comentando com acrimónia, algumas vezes, com graça outras tantas, com inteligência muitas e com oportunidade quase sempre; debatendo com paixão, com entusiasmo, sem transigências fáceis; sem radicalismos insuperáveis, o deputado é, quase sempre, nas suas intervenções, a expressão musculada da manifestação de um desejo, de uma ideia, de um pensamento, de uma acção que pretende ver concretizada em acto, na sequência das motivações do seu projecto político, onde ressalta a preocupação frontal da realização da justiça.

Sinto que a sua actividade é empolgante, que os seus objectivos são exigentes, que é aliciante o seu trabalho.

Por isso me orgulho, por mim e por vós, de ser deputado e poder referir, sem reservas, mas como uma exigência íntima, muito minha, tal como há dias, aqui fora proclamado por um meu amigo, o Sr. Deputado António Macedo:

Viva o Parlamento!

É que ele é a expressão mais viva da liberdade que brotou da rica espontaneidade do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Minhas Senhoras e meus Senhores: Desenvolver, promover e defender tolerância, justiça e paz, compreensão, cordialidade e conciliação, solidariedade, comunidade e liberdade, são componentes da nossa vivência democrática. Elas passam por cada um dos Srs. Deputados. Eles têm de continuar Abril, porque Abril passa por aqui.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra S. Ex.^a,
o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Ramalho

Eanes: – Sr. Presidente da Assembleia da República, as minhas primeiras palavras são, naturalmente, de testemunho pelo valor e pela dignidade da instituição parlamentar, na memória desse acto da democracia portuguesa que há 10 anos representou a eleição da Assembleia Constituinte.

Ficou então estabelecida, como regra legitimadora das instituições políticas representativas, a decisão dos Portugueses expressa no sufrágio livre e universal, num quadro de pluralismo político.

Ficou igualmente definida a natureza democrática dos objectivos políticos que, perante os Portugueses, justificara a acção dos militares em 25 de Abril de 1974. Movimento Militar que, desde a primeira hora, tinha como princípio orientador fundamental a devolução à Nação dos valores da liberdade, da democracia e da dignidade.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Chefes dos Estados-Maiors das Forças Armadas, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, Portugueses: O 25 de Abril representou o momento e o tempo inadiáveis da realização de um projecto nacional, de árdua maturação, pelo qual personalidades diversas se bateram e que, em boa verdade, uma geração já antes conscientemente assumira na essencialidade dos seus pressupostos culturais e dos seus objectivos nacionais.

É geração de todos os que se recusaram a ser herdeiros passivos do autoritário Estado Novo.

Nela se integravam todos aqueles que se negavam a ser continuadores de uma minoria restrita, sem legitimidade política nacional, obstinada em confundir os seus desígnios com a sobrevivência e o futuro do País.

A motivação essencial dessa geração tinha as suas raízes na defesa da maneira histórica de ser e de estar no mundo dos Portugueses e na consciência da necessidade de modernização da nossa sociedade traduzida nos valores de liberdade, de solidariedade e de abertura. E foi a generosidade dessa mesma geração que a levou a considerar desejável não desperdiçar as energias da Nação, assegurando esse propósito através de uma transição gradual do regime autoritário de então para um novo quadro de pluralismo e de democracia política, que reduzisse a interferência administrativa e o peso burocrático que limitavam a autonomia dos agentes

económicos e dos parceiros sociais, e que tornasse possíveis regras de justiça na regulação das tensões e dos desequilíbrios sociais e regionais próprios de uma sociedade em mudança.

Tratava-se também de um projecto que, na ordem externa, implicava o renascimento da vocação universalista de Portugal e que passava, necessariamente, pela resolução do problema do Estado dos territórios coloniais num quadro de autodeterminação e de independência.

A coerência desse projecto impunha a abertura de Portugal ao Mundo, mantendo, naturalmente, a nossa inserção no sistema de segurança ocidental e o nosso apoio privilegiado nos países europeus, por razões sociais, económicas e culturais, e como factor adicional a reconstrução dinâmica de relações especiais com as comunidades portuguesas e com os países de expressão oficial portuguesa.

Tratava-se, assim, de um projecto cujo sentido liberalizante e democrático se mostrava realisticamente ajustado ao tempo e à sociedade portuguesa.

Não o soube entender a crispação imobilista e arcaica dos responsáveis políticos do momento. Por desígnio, por inércia, o regime de então foi incapaz de aceitar e de prever outra solução que não fosse a da sua própria continuidade.

Recusou outro tempo de mudança que não fosse o seu próprio, e este, perto do fim, media-se já – todos o sentiam – apenas por dias. O 25 de Abril surge assim como um momento de ruptura política tornado inevitável pelas tentativas frustradas de liberalização do regime anterior.

Essa ruptura é personalizada num punhado de militares que tinham compreendido, também por experiência pessoal de uma guerra já sem sentido, a natureza definitiva dos impasses do mesmo regime. E ganha rosto, igualmente, nos milhares de portugueses que acorrem a confraternizar com os militares nas ruas de Lisboa, nas ruas do País.

Representando, embora, o termo e o abandono definitivos de uma experiência insucedida, esta não deixou de contribuir formativamente para a consciencialização de uma geração que melhor ficou a conhecer a natureza e as expressões do poder autoritário.

A esse insucesso caberá, também, uma parte da responsabilidade pela dinâmica revolucionária que se instalou a partir de 1974.

Contudo, não se perdeu com o 25 de Abril, a orientação essencial do projecto, apesar das inevitáveis perturbações resultantes da explosão compreensível das expectativas sociais, da ressurgência das ideias revolucionárias, da perda de autoridade e capacidade do Estado e da instrumentalização da instituição militar.

E foi na força da adesão do povo português aos propósitos desse projecto que, em boa verdade, se inviabilizaram as hesitações autoritárias e se neutralizaram as ofensivas totalitárias que se sucederam à intervenção militar.

É ainda na sua clara assunção popular que se justificam os resultados da eleição de Abril de 1975, demonstrando que esse projecto correspondia ao consenso dos Portugueses.

Os condicionalismos do nosso acesso ao regime democrático estabelecem que a democracia não é somente uma regra de legitimação das instituições representativas, mas ainda um modelo em que se institucionalizam equilíbrios e conflitos entre forças e interesses distintos e autónomos.

A transição do autoritarismo para um regime de democracia pluralista ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma geração que para o seu projecto encontrou indiscutível apoio popular.

Tratando-se de um projecto-propósito teve mesmo assim capacidade para iniciar e gerir um difícil e complexo processo de descolonização.

É certo que não dispôs de força suficiente para que a política de descolonização se realizasse com a normalidade indispensável à satisfação razoável e equilibrada dos interesses nacionais.

Nem por outro lado, conseguiu assegurar a consecução de um quadro de unidade nacional e de desenvolvimento continuado que propiciasse a estabilidade económica e política nos novos estados. Não se pode, contudo, esquecer que a descolonização, tardiamente realizada, teve lugar num contexto internacional negativo, manifestado, aliás, na escalada e internacionalização dos conflitos da descolonização com uma intensidade imprevista, o que mais paralisou a capacidade de acção de Portugal, limitando o pleno exercício da sua função na transmissão das novas soberanias.

Apesar de todos os erros e anomalias foi também possível minimizar sequelas e impedir que atitudes de impaciência, de resignação ou comportamentos irresponsáveis alterassem a vitalidade dos dados permanentes que motivam e justificam a persistência de uma posição de abertura de Portugal perante os Estados africanos de expressão oficial portuguesa.

E foi até possível alicerçar nesses mesmos dados a vontade de restituir às relações bilaterais um quadro de solidariedade e de desenvolvimento que exprime, no respeito pelas respectivas soberanias, o sentimento de responsabilidade que nos ficou de uma História comum.

É certo que a dimensão principal da posição internacional de Portugal se modificou. Outro tanto se passou, naturalmente, com os novos Estados africanos.

A inserção internacional de um e outros é cada vez mais determinada pelas dinâmicas dos espaços geo-estratégicos em que se integram. A compreensão das novas realidades não é, no entanto, uma razão para diminuir a prioridade atribuída às relações bilaterais. Pelo contrário, esses condicionamentos representam um estímulo adicional para o seu desenvolvimento, em que os interesses nacionais respectivos se articulam com a especificidade própria que resulta das afinidades de língua e de cultura.

Neste sentido, os pressupostos do projecto nacional, a procura de um modelo estável para as relações de Portugal com os novos estados africanos, aliados à alteração da dimensão da política internacional portuguesa, expressa na sua orientação europeia, permitem recuperar a nossa vocação universalista e afirmar o nosso estatuto próprio entre as nações.

A política de adesão às comunidades europeias, que marcou sem interrupção o nosso percurso democrático desde 1976, tem igualmente as suas raízes profundas na visão da geração que tinha como objectivos a modernização da sociedade portuguesa, privilegiadamente através da descolonização e do desenvolvimento compensador das relações com os países industriais, constituindo, assim, uma alternativa para a posição externa de Portugal.

É, pois, uma posição e uma atitude programática a que preside à representação do pedido de adesão comunitária de Portugal, a partir do momento em que o seu estatuto como democracia se impôs perante o conjunto dos países membros.

Não se trata, pois, nem de uma inevitabilidade histórica, nem de uma indispensabilidade de carácter económico.

A própria consolidação da democracia não irá escorar-se nas comunidades europeias, mas sim, com evidentes provas dadas, na vontade e no trabalho dos Portugueses.

Poder-se-á mesmo afirmar que é a solidez dos fundamentos da democracia portuguesa que torna possível, como condição prévia, o nosso acesso às comunidades europeias. Não é menos verdade, porém, que a regra do jogo europeu implica que os regimes democráticos da Europa Ocidental procurem garantir a sua recíproca estabilidade. Errado seria, portanto, reduzir esta regra a uma relação de sentido único.

A política nacional de adesão às comunidades europeias, como de resto os outros passos da política europeia de Portugal, exprimem o seu reconhecimento da necessidade estratégica de afirmar a identidade política e de preservar a estabilidade dos regimes democráticos e liberais europeus.

A política portuguesa de adesão à Europa comunitária exclui, pois, uma posição de passividade, tendo em conta, nomeadamente, o estado actual das comunidades europeias.

O acesso de Portugal, tal como o da Espanha e da Grécia, representam, no seu conjunto, um estímulo positivo e importante na recuperação da dinâmica de um verdadeiro projecto europeu, que dificilmente emerge das disputas menores que têm caracterizado nos últimos anos a decisão comunitária.

Portugal, pela sua parte, deverá levar ao quadro comunitário a sua própria concepção sobre a evolução interna e externa da entidade europeia.

É indispensável que as comunidades europeias voltem a ter, agora com a acrescida representatividade que lhe conferem os três Estados do Sul, a qualidade de portadoras de um projecto claro, sem o que

não mobilizarão a indispensável coesão interna e não conseguirão afirmar a sua identidade e força na comunidade internacional.

A inserção de Portugal nas comunidades europeias comporta riscos e dificuldades, como ressalta das previsões disponíveis sobre os efeitos que terá para os sectores mais atrasados e menos produtivos da economia e para os agentes económicos menos dinâmicos e mais dependentes dos hábitos do proteccionismo interno.

É certo que neste processo enfrentamos factores significativos de incerteza, tanto sobre o modo de adaptação das estruturas administrativas, como sobre os efeitos dos factores comunitários para as estruturas produtivas ou para os sistemas de distribuição.

Mas é também certo e necessário ter confiança no espírito de adaptação e na inteligência inovadora dos agentes responsáveis, dirigentes políticos e económicos, quadros técnicos e profissionais, para se adaptarem, com flexibilidade e dinamismo, às condições de acção transformadas pela adesão comunitária.

Pertence-nos a responsabilidade de saber como transformar os riscos e as incertezas em oportunidade de mudanças positivas e motivadoras.

A nossa história sempre demonstrou que, quando postas à prova as suas qualidades, os Portugueses nunca perderam a determinação e a capacidade de organização e de resposta coesa às crises que marcaram episódios decisivos do seu percurso secular.

É agora oportuno voltar ao exemplo histórico que a expansão marítima representou, para repetir que constituiu «uma espécie de grande projecto nacional, ao qual todos aderem porque todos esperam vir a ganhar com ele. E explica também que a política de expansão ultramarina tenha repercutido tão profundamente sobre tantos aspectos da vida portuguesa e que tenha conseguido ser, num Estado onde todos os planos e projectos foram efémeros e provisórios e nunca excederam o tempo de uma geração, uma actividade permanente que, através de várias formas que o condicionalismo da história permitiu, se inscreveu no programa do Estado durante cinco séculos».

Repito este facto histórico não para fazer comparações, que sempre apareceriam, no mínimo, controversas e prematuras.

Repito-o apenas para reiterar, eu próprio, que os efeitos da adesão, na ordem interna e externa do Estado, marcarão a vida dos Portugueses nas próximas décadas.

Este facto é tanto mais importante quanto levou já dois partidos políticos com assento parlamentar a invocar a próxima assinatura do tratado de adesão para reclamar uma nova revisão constitucional que melhor preparasse o País — no seu entender — para a entrada na Comunidade Económica Europeia.

Na verdade, e além deste importante pormenor, o tempo de negociação — cerca de 8 anos —, as vicissitudes verificadas, os termos do acordo e todas as suas consequências impõem uma clara consciencialização e uma generalizada mobilização, só possíveis

se todos os Portugueses souberem quais os custos e benefícios que a adesão lhes propicia, oferece e exige.

Impõe-se para esse efeito um amplo debate entre governantes e governados, até agora não efectuado, certamente devido aos previsíveis efeitos negativos que traria para o processo negocial.

Só então, depois desse debate, a inserção deixará de ser porventura projecto efémero, para passar a ser uma actividade permanente no âmbito da Nação e nas responsabilidades do Estado.

Srs. Deputados, entendo ser este o momento apropriado para se fazer uma pausa e reflectir sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projecto e de valores que empobrecem o nosso presente e ameaçam o nosso devir democrático. Sintomas de crise que evidenciam grave e preocupante profundidade, porque «quando se chega aos valores, chega-se à essência das coisas, chega-se aos aspectos verdadeiramente estruturais, chega-se ao que mais profundo e de mais intrínseco pode considerar-se».

Pausa e reflexão que nos levam a considerar que estamos, apesar de tudo, perante nova e inadiável oportunidade de nos prepararmos para responder aos problemas de Portugal e dos Portugueses, através de soluções ajustadamente integradas e racionalizadas.

Prepararmo-nos significa, hoje, em primeiro lugar, estabelecer uma orientação que permita realizar os indispensáveis objectivos e programas do nosso desenvolvimento, desde 1974 em manifesta e persistente crise de valores e em vazio de projecto.

Não se pretende, naturalmente, negar a validade das mudanças operadas, nos últimos 11 anos, no quadro político e nas relações externas.

Ninguém de boa fé poderá deixar de reconhecer que a sociedade portuguesa é hoje mais aberta e mais tolerante e que o regime de democracia política tem raízes profundas nos nossos valores culturais e na nossa comunidade actual.

É ainda relativamente evidente que Portugal recuperou as condições políticas para uma inserção digna nas realidades do seu tempo e que pôde preservar, numa transição difícil, a sua identidade e a sua vocação universalista.

A verdade é que, apesar de tudo, o projecto da geração a que pertenco ainda está bem longe da sua plena realização.

Poder-se-á mesmo dizer que o mais difícil que nele havia a realizar — a democratização do regime e a mudança do posicionamento internacional de Portugal — constitui hoje aquisição e vivência normal da sociedade portuguesa.

O mesmo já não se passou com o desenvolvimento que, apesar de, inicialmente, se prever como a tarefa menos difícil, se revelou como o problema mais complexo.

E se é verdade ter sido sucessivamente posto em causa pela alteração das condições externas, não é menos verdade ter faltado capacidade de resposta às questões imperativas que tais variações provocavam nas nossas políticas económicas e sociais.

O prolongamento de um estado de crise, também de valores, e a ausência ou indefinição de um projecto social delapidou recursos, adiou soluções, agravou problemas, desmobilizou vontades e acentuou injustiças.

Não podemos, em boa verdade, deixar de constatar que, nestes curtos – e já longos – anos de democracia a pobreza aumentou, o desemprego não foi sustido, e as desigualdades sociais se agravaram, apesar de, recentemente, alguns indicadores económicos mostrarem tendência mais favorável.

Mesmo que o rendimento *per capita* tivesse aumentado significativamente, a falta de resposta aos três problemas referidos levar-nos-á sempre a questionar que tipo de política de desenvolvimento adoptámos, dado que a maioria dos destinatários dessa política vê continuamente agravadas as suas condições de vida.

É sintomático que estas preocupações venham encontrar eco crescente e alertas preocupantes, não só nos meios de comunicação social como em posições publicamente assumidas por instituições com credibilidade e indiscutível implantação nacional, o que lhes confere irrecusável autoridade.

Temos vindo a assistir a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis, que não podem ser justificadas nem esquecidas.

É socialmente inaceitável que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.

É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.

É inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades e que acabaram por assumir dimensões tão vastas, e áreas tão diversas, desde as que decorrem de um sistema fiscal iníquo até à falta de racionalização dos serviços públicos, não falando já no desrespeito relativamente frequente pelos critérios de competência, rigor e equidade na atribuição de cargos e recursos públicos.

Tudo isto têm os Portugueses suportado, ao longo destes anos, com sobriedade, na esperança sempre frustrada de que as repetidas promessas eleitorais e as cíclicas e gravosas políticas de austeridade fossem pontos de partida ou instrumentos de uma política económica global que, considerando os aspectos económicos, não esquecesse os fenómenos sociais, não esquecesse a melhoria da repartição do rendimento real, a emancipação dos grupos desfavorecidos e a liberdade.

Tudo isto têm os Portugueses suportado com resignação e sacrifício, atitude que nem todos parecem compreender.

Nada justifica que esta situação se tenha mantido e que estes problemas não tenham sido rigorosamente equacionados e, na medida do possível, capazmente resolvidos com prioridade.

Poder-se-á ainda, e apesar de tudo, contar com o consenso, a determinação e a mobilização dos Portugueses num projecto ajustado de modernização e desenvolvimento da sua sociedade e do seu país.

A ele continuam ainda os Portugueses a ligar a expectativa de uma vida melhor, com mais oportunidade da sua realização humana, da sua distinção e solidariedade social.

É, no entanto, estultícia interpretar a moderação dos Portugueses como sinal de desistência ou de passividade.

A sua tolerância é consciente. Impõe, aos que escolheram representá-los, o esforço correspondente e o dever elementar de impedir situações humana e socialmente inadmissíveis.

Impõe-se-lhes mostrar que a democracia é o regime que mais considera o homem na sua dignidade, que, sendo eminentemente individual, é também indissolúvelmente social.

Só assim se evitam significativamente «desregulações sociais e tentações revolucionárias».

A orientação fundamental que deve reger a nossa acção, designadamente na definição e na execução das políticas nacionais prioritárias, está caracterizada no essencial.

Porém, é insuficiente a expressão consensual sobre a necessidade de modernizar a economia e de consolidar o regime da democracia pluralista.

O nosso esforço principal deve incidir na elaboração das estratégias nacionais e dos programas gerais que traduzam a orientação estabelecida num quadro de consenso necessário para assegurar a sua continuidade.

Conhecemos hoje as causas gerais da crise que nos afecta, as suas razões sócio-culturais e económicas. Conhecemos, hoje, a nossa situação e os nossos recursos.

Aceitámos a inserção no quadro económico da Comunidade Económica Europeia. Dispomos, pois, de todos os elementos para uma actuação consistente no quadro dos nossos recursos. Consistência de actuação que exige que se considere a produção, mas também a distribuição e todos os outros aspectos, económicos e não económicos, que condicionam a vida social.

As lições do passado e do presente impõem que se suportem e assumam inevitáveis transformações, as quais, por sua vez, exigem a assumpção consciente das perspectivas de revolução tecnológica e de preparação da sociedade, quer do ponto de vista económico quer, complementarmente, do ponto de vista social.

Um projecto de desenvolvimento, agora inadiável por razões de situação e soberania, não pode mais ser comandado por uma perspectiva unicamente financeira, até porque as políticas financeiras todos o sabemos, são apenas e só um instrumento económico. O projecto de modernização, agora também exigido pela adesão à CEE, deve ser um projecto de devir que explicitamente e contenha a consciência dos fins, dos objectivos, das estratégias principais e de alternativa, das vantagens e custos das opções.

Projecto necessariamente de desenvolvimento mobilizador e orientador para o comportamento futuro e, simultaneamente, capaz de permitir controlar e avaliar os desvios entre a realização e os objectivos, ajuizar das responsabilidades e das competências. Sem estas condições, o sentido e a credibilidade do Estado, e a eficácia da sua acção, ficariam diminuídos.

São estas as condições indispensáveis para que um verdadeiro projecto social mobilize vontades, resolva velhos e novos problemas, apresente soluções claras ao juízo dos cidadãos. Com elas se evitará a eclosão de novas paixões como resposta a sentimentos de uma existência degradada e sem esperança.

Inverter o curso desta crise velha de 11 anos e mobilizar justificadamente a esperança é uma oportunidade ao nosso alcance. Aproveitá-la é uma exigência da justiça, da liberdade e da democracia.

É uma possibilidade presente, que a história justifica, o futuro exige e os Portugueses merecem.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: – Com a aquiescência de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, declaro encerrada esta sessão.



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1986

Oradores

José Manuel Tengarrinha
Movimento Democrático Português

Manuel Monteiro
Partido do Centro Democrático Social

Octávio Pato
Partido Comunista Português

Marques Júnior
Partido Renovador Democrático

José Luís Nunes
Partido Socialista

Carlos Coelho
Partido Social Democrata

Fernando Amaral
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.(...)

Iniciando os nossos trabalhos da forma habitual, tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.



O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: Uma saudação muito especial, antes de tudo, para aqueles que se encontram entre nós por inteiro direito próprio, uma saudação muito especial, antes de tudo, para os capitães de Abril presentes aqui entre nós.

Aplausos gerais.

Juntos aqui estamos, um ano mais, para assinalar o 25 de Abril. Justo conferir a este acto toda a solenidade e brilho, merecedor como ele é da nossa gratidão e da dos que depois de nós vierem. Ano após ano nunca deixou de crescer a atitude exaltante para com a revolução que pôs fim à mais velha ditadura europeia, abriu as cadeias, destruiu os maiores factores de opressão política e social, contribuiu para libertar os povos das colónias, lançou o projecto de uma sociedade onde as camadas mais desfavorecidas seriam protegidas e as injustiças sociais diminuídas. Honra e glória, para sempre, ao povo português, que, pela determinação da sua luta e o pranto do seu luto, preparou o caminho da libertação. Honra e glória aos homens armados desse povo que tornaram possível a libertação, honra e glória para sempre aos capitães de Abril.

Mas que a postura grave e as roupagens solenes, que nesta data, com razão vestimos, não façam do solene uma simples formalidade nem do majestoso uma mera pompa de circunstância. Seria isso guardar o 25 de Abril numa redoma para contemplação e veneração, imobilizando-o no tempo, fossilizando-o. Seria isso secar a força vital que o 25 de Abril encerra, o potencial criador e a dinâmica de transformação que trouxe consigo. Pois esta, como qualquer outra revolução libertadora, deve valer não apenas pelo acto em si, mas pelo processo transformador que desencadeia. E esse processo não é linear nem unívoco. Nenhuma força ou corrente se pode considerar detentora da verdade sobre o 25 de Abril. Que cada um o veja à sua maneira, que cada um interprete, de forma diversa, o curso dos acontecimentos que gerou só

poderá ser sinal da vitalidade que ainda hoje tem e da força com que ainda hoje se projecta o 25 de Abril sobre nós. Assim é e assim desejamos que sempre seja.

Hoje, 1986, doze anos passados, vemos a atitude democrática que esteve na origem do 25 de Abril, simultaneamente como uma fonte de energia e um factor redutor. Por um lado, não se apagaram nem se apagarão tão facilmente os laços anímicos profundos entre os que se ergueram contra o fascismo. Mas, por outro lado, transportar tal atitude do passado para o presente é procurar retomar instrumentos conceptuais e políticos que, por inadequados, são inoperantes. Assim será, por exemplo, tentar sobrevalorizar o conceito de unidade antifascista quando, como hoje, não se vislumbram perigos graves para a democracia.

A unidade democrática é hoje, 1986, um fenómeno muito mais complexo do que a simples transposição, real ou potencial, do plano dos interesses sociais concretos para o plano das opções políticas. Factores de natureza ideológica, como as opções sobre projectos de sociedade, são – e não vemos que possam deixar de ser – fortemente determinantes de convergências ou divergências nos planos social e político. É uma realidade indesmentível da sociedade do nosso tempo.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): – Muito bem!

O Orador: – Mas, também por isso, é mais do que nunca indispensável desenvolver o diálogo como base fundamental do relacionamento democrático. Estaremos em condições de fazê-lo? Muito se tem falado na libertação material do homem após o 25 de Abril, muito pouco, quase nada, na libertação das consciências. Porque ela não está livre de bloqueios e compartimentações, de prejuízos e lastros que impedem o desenvolvimento livre da razão. E são estas prisões graves, cujas portas, em grande parte, Abril ainda não abriu, as «prisões de longa duração» de que nos falava Braudel. Conduzindo a graves limitações na vivência democrática da nossa sociedade.

Quando não se concorda ou discorda de uma ideia por ser boa ou má mas por sair de um ou de outro sector, quando a liberdade de escolha é condicionada por factores que nada têm a ver com a lógica ou a razão, quando os juízos procuram, para se justificar, obscuros e ínvios trajectos, então estamos a assistir, sem dúvida, a uma situação de menoridade da consciência cívica. E todos, em maior ou menor grau, temos responsabilidades nisso.

Uma das mais absurdas questões que os analistas políticos futuros certamente não deixarão de encarar como algo estranho e exótico é a da classificação usada por uns e por outros sobre «partidos democráticos». Será um dos factores que melhor ilustrarão quanto é ainda imaturo o nosso relacionamento, para o qual todos, e nós próprios, temos contribuído. Compreensível à luz dos acontecimen-

tos, inevitavelmente tumultuosos, que marcaram os primeiros anos da nossa democracia, já não o é hoje, doze anos passados sobre o 25 de Abril, vivendo em período de estabilidade democrática.

Por isso nos aparecem ainda como mais aberrantes algumas arrogantes atitudes de *diktat* sobre os que são democratas e os que não são democratas. Tanto mais que tais atitudes estão ao serviço, as mais das vezes, de meros arranjos de circunstância ou de interesses de ocasião.

Não são democratas uns quando, em certa situação, convém marginalizá-los ou delimitá-los para tentar ocupar parte do seu espaço, são democratas outros quando, em certo momento, se tenta um agrupamento mais vasto; há os que um dia são democratas, outro dia não, e até há os que, ao mesmo tempo, são e não são. Convenhamos, meus senhores, que não é negócio muito honrado este. Agravam-se, assim, as crispações, dificulta-se a normalização da vida democrática. Mas talvez tudo isso nem fosse excessivamente grave se, para além dos palcos onde tais esgrimas decorrem, elas não dessem uma imagem de falta de seriedade e isenção, não se projectassem como verdadeiras agressões à consciência do cidadão comum, que recolhe daí uma imagem negativa do relacionamento partidário dos partidos. Em nosso entender – e penitenciando-nos pelo que em nossa parte cabe de pecado na matéria –, o único critério, elementar, objectivo, compreensível é: os que pela sua prática, sim ou não, se integram nos mecanismos institucionais de funcionamento da democracia e cujas propostas, sim ou não, põem em causa os principais fundamentos do poder político democrático, aceitando ou não o critério da maioria em que este deve assentar.

O pluralismo partidário deve ser defendido no seu prestígio para ser eficaz como base do funcionamento da nossa sociedade democrática, tal como o MDP/CDE tem vindo a defender programaticamente. É esse o quadro da liberdade de opções e da possibilidade de organização superior dessas opções, que, segundo o princípio da maioria, deve ser sempre condição central da constituição do poder político. O trajecto que defendemos para a democracia socialista deve, na nossa opinião, passar indispensavelmente por essa escolha livre dos cidadãos e também pelas convergências sociais e políticas, pontuais ou estabilizadas em blocos,

sem que, atendendo à estrutura das sociedades actuais com algum grau de desenvolvimento, seja possível ou legítima a hegemonia de qualquer grupo ou camada social sobre o conjunto da sociedade e, muito menos, o estabelecimento de fronteiras maniqueístas.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): – Muito bem!

O Orador: – Embora todas estas sejam linhas programáticas, velhas de alguns anos – aprovadas no nosso IV Congresso do MDP/CDE –, entendemos ser a Assembleia da República o local indicado para tal debate, como centro institucional da vida política e local privilegiado para o confronto de ideias e projectos políticos, e este, também, é o momento indicado, tendo sido uma das maiores virtudes do 25 de Abril restabelecer o debate frontal e livre e a normalização das relações sociais e políticas.

Tudo isto nos aparece como particularmente importante num momento em que se abrem condições novas no relacionamento partidário e fecundas vias de diálogo, que poderão permitir não necessariamente o entendimento e a concordância, mas, antes de tudo, o conhecimento das posições mútuas alargado a todos, mas a todos os quadrantes políticos. Só recebe o diálogo quem julga defender-se enquistando-se nas posições próprias ou quem faz do diálogo o cumprimento de uma mera formalidade para retirar efeitos exteriores.

As novas e mais favoráveis condições para a expansão do diálogo político, a que ninguém deveria furtar-se, resultam, antes de tudo, de se ter alargado a disposição das partes de dialogarem para se ouvirem, sabendo-se como só se ouve quando se quer ouvir.

Isto é, o desenvolvimento do diálogo aberto, sem preconceitos, independentemente de acordos, para o conhecimento das mútuas posições, abrindo cada vez mais as cadeias em que está em parte aprisionada a nossa consciência democrática. É essa, sem dúvida, uma das melhores homenagens que hoje poderemos prestar à revolução libertadora do 25 de Abril.

Viva o agora e sempre 25 de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PSD, do PS, do PRD e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Manuel Monteiro.



O Sr. Deputado Manuel Monteiro (CDS):

— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Evocar o 25 de Abril de 1974, hoje e aqui, é, antes de mais, um exercício de vontade, de fé e de esperança, no sentido que sempre lhe demos e damos, no espírito que lhe reconhecemos e saudamos.

Como deputado mais jovem do CDS e como presidente da sua organização política de juventude, a Juventude Centrista, não poderia pois eximir-me a tal responsabilidade, ciente de que aos jovens da minha geração, que é a do 25 de Abril, as exigências e os desafios são uma constante. O passado que não renegamos e o presente que não alienamos não são, porém, para nós mais importantes que o futuro por que nos batemos. Crescemos com o 25 de Abril. Não nos revemos, seguramente, nem nos sentimos identificados com o 24 de Abril, mas não nos revemos também com o 24 de Novembro de 1975, pelo que afirmamos que o verdadeiro 25 de Abril se encontra ainda por cumprir e nos cabe a nós, jovens, mais do que nunca, lembrá-lo, evocá-lo, enaltecê-lo, fazê-lo! A liberdade e a democracia, valores que perfilhamos e defendemos, têm sido desvirtuados, cometendo-se à luz da sua grandeza arbítrios e graves erros, que ao País custarão muito a sanar. Vivemos em liberdade. Por ela sempre nos bateremos. Mas a liberdade que preconizamos não tem limites nem barreiras. A liberdade em que acreditamos não é a liberdade do aborto, não é a liberdade dos salários em atraso, não é a liberdade das famílias com fome, não é a liberdade dos jovens sem emprego, não é a liberdade do *numerus clausus*, não é a liberdade da insegurança, não é, afinal, a liberdade da incerteza.

Não queremos uma sociedade onde seja necessário escolher entre o pão e o voto. Não queremos uma sociedade onde o primeiro direito, que é o direito a nascer, e a primeira liberdade, que é a liberdade de dignamente viver, sejam coarctadas por um Estado que, criado para servir o homem, o vai cada vez mais subjugando. Há hoje uma classe política que sabe e sente já não ser ouvida. Não percebe as novas gerações. Continua a distanciar-se do País e está irremediavelmente condenada a ser substituída. Vive agarrada a mitos e sobrevive encostada a leis que não traduzem o sentir do povo, nem correspondem aos seus mais legítimos anseios. Luta

pela manutenção de um Estado parasitário, que pretensamente diz querer nivelar os indivíduos e a sociedade, e empenha-se nas negociações de bastidores, nos arranjos pessoais nas estruturas partidárias, nas lutas estéreis apenas fundamentadas e justificadas, aos olhos da opinião pública, em função de pessoas e não de projectos, ideais, missões, acções.

Não foi para isso que nos disseram ter sido feito o 25 de Abril. Daí que o verdadeiro 25 de Abril de 1974 comece hoje, no Portugal de 1986, com tolerância como imperativo moral, com diálogo como forma de respeitar o pluralismo, com coragem e competência como garante de continuar Portugal.

Como alguém um dia escreveu, «a sociedade é o acordo entre os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram». Nesse sentido e sabendo nós que o 25 de Abril começa hoje, assumimos com ele um compromisso e uma aposta, dignificá-lo-emos com justiça, por ele trabalharemos com verdade.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nação de muitas tradições na Europa e no mundo, Portugal viu finalmente abrirem-se-lhe as portas da Comunidade Económica Europeia. Passo importante que nos deve levar a trabalhar decididamente para que não sejamos considerados como o parceiro mais fraco e para que as decisões que dizem respeito ao nosso destino não sejam tomadas apenas pelos outros. Mas para que tal suceda é fundamental que se quebrem as amarras que nos não deixam progredir e desenvolver, como necessário se torna abandonar a lógica conjuntural, fiel apenas à conquista de votos, preocupada com o sucesso de mais uma ou outra campanha eleitoral. Tal acção, já que sendo meramente conjuntural, é aleatória dos princípios e dos valores que, em primeira instância, o CDS, como partido da democracia cristã portuguesa, defende. A nação portuguesa e o seu povo, os seus problemas, os seus anseios, as suas esperanças merecem-nos o mais alto dos respeitos para que possamos envolver-nos em arranjos de Poder, convictos de que o progresso e o desenvolvimento se alcançam com estabilidade político-governativa e que, para que esta se mantenha, importa que todos saibamos assumir as responsabilidades que os Portugueses, através do voto, nos confiaram.

E porque assim o exigimos, assim o fazemos, declarando nesta data, hoje e aqui, que o País precisa de rever a sua Constituição, por forma a que ela, como lei fundamental, corresponda a um compromisso real e participado de todos os portugueses; que o País precisa de restaurar a confiança na sociedade, estancando o seu processo de desqualificação, moralizando-a, responsabilizando-a, dando-lhe, em suma, objectivos.

Queremos um novo Estado, assente na sua fundamental instituição — a família —, que tantos têm apostado em destruir, conscientes da sua importância e real valor.

Mas queremos também um Estado que, ao cumprir cabalmente as suas funções, tenha em atenção o homem, que, como pessoa humana, tem o direito de, livremente, escolher o seu futuro, dando-lhe condições para que se realize, permitindo-lhe que intervenha e invista nos sindicatos, nas misericórdias, nos campos, nas escolas, nas empresas.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Poder, logo a política, não são para nós um fim em si próprios. Defendemos que aquilo que contém de mais perene não pode ser traduzido numa gestão de pressões contraditórias, abrigo explícita ou implicitamente soluções transitórias, que não raro pioram, porque adiam, ao contrário de melhorar, o antigo estado de coisas. Temos afirmado, e repetimo-lo, que a viabilidade do actual regime, nos anos futuros, dependerá, não tenhamos dúvidas, do grau de satisfação que for capaz de dar às legítimas aspirações dos Portugueses em geral e dos jovens em particular, do grau de resolução que for capaz de dar aos seus problemas, da amplitude dos horizontes de realização individual e colectiva que lhes vier oferecer.

Como diria Louis Pauwels, «há um tempo para tudo, e há mesmo um tempo para que os tempos se tornem a encontrar».

Tenhamos pois tempo para agarrar a verdadeira liberdade e a verdadeira democracia e com elas realizemos as reformas de que o País carece e os Portugueses exigem. Não queremos continuar a ter o amanhã empenhado na dívida, na dúvida e no desenvolvimento adiado.

Queremos mais liberdade, porque queremos mais desenvolvimento e mais futuro. Mas porque também nós dizemos, como Fernando Pessoa, «que a vontade de fundo que nos soergue é o desejar poder querer», o 25 de Abril será por nós amplamente

festejado, e em todas as suas dimensões, quando o martirizado e esquecido povo de Timor, a que presto desta tribuna, em nome do CDS e da Juventude Centrista, a minha solidariedade, vir o seu direito à existência consagrado; quando os milhares de jovens sem emprego tiverem colocação; quando os trabalhadores com salários em atraso receberem os seus ordenados; quando os empresários e agricultores, injustamente espoliados dos bens, forem indemnizados; quando as famílias portuguesas com fome tiverem alimento; quando os Portugueses não tenham necessidade de procurar o seu sustento fora da sua pátria.

Tal será possível quando soubermos, deixando de lado o acessório, unir esforços no essencial, certos de que aquilo que nos une é ou deve ser mais importante do que o que nos separa.

Se o conseguirmos, nada terá sido em vão. Teremos cumprido a nossa principal tarefa e missão e alcançado a nossa meta. Como portugueses temos esse direito, como políticos temos essa obrigação.

Saibamos, de forma decidida e humilde, reconhecer que a modificação do mundo pressupõe a modificação da sua representação. E tenhamos a consciência de que esta, sendo importante, é-o bem menos do que aquela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Evocamos o 25 de Abril num ano que, estando internacionalmente consagrado à paz, a insegurança dos cidadãos e o conflito entre as nações aumentam. A evolução mundial está sujeita a tensões. Saibamos nós, com a experiência que temos de estar no mundo, contribuir para que o bom relacionamento entre os povos e a paz sejam uma realidade.

Queria terminar deixando-lhes uma mensagem de esperança: é que, se o mundo acabasse amanhã, valeria a pena que todos plantássemos uma macieira.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Octávio Pato.



O Sr. Octávio Pato (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Estamos hoje, aqui na Assembleia da República e também em múltiplas iniciativas por todo o país, a comemorar mais um aniversário do 25 de Abril de 1974. E importa sublinhar que, mais do que uma mera celebração de uma qualquer data ou acontecimento passado, esta é a celebração de uma realização histórica do povo português — a conquista da liberdade que vivemos hoje e a construção da democracia que temos hoje, após 48 anos de ditadura fascista.

Em nossa opinião, celebramos não apenas um exaltante e inesquecível acontecimento do nosso passado recente, mas fundamentalmente uma linha de rumo democrática e nacional, que o nosso presente reclama e que o nosso futuro continuará a exigir. Num momento em que grande parte da população portuguesa vive gritantes dificuldades e é atingida por enormes carências e flagrantes injustiças e o País conhece uma grave crise, que não pode ser iludida, julgamos necessário reafirmar que as responsabilidades pelo agravamento da situação nacional, pela frustração de esperanças populares que emergiram em 25 de Abril, não podem ser assacadas nem ao 25 de Abril nem ao regime democrático, porque são fundamentalmente consequência de erros e de orientações inspiradas pela hostilidade às transformações políticas e sócio-económicas criadas com o 25 de Abril. Em inteira coerência com o que de há muito defendemos, entendemos oportuno reafirmar nesta ocasião que a estabilidade democrática é uma condição essencial para a solução dos graves problemas de Portugal e para o progresso e desenvolvimento multiforme do País.

Mas entendemos necessário acentuar que a estabilidade democrática é um conceito e um objectivo que não pode ser confundido com a persistente imposição de políticas desastrosas e comprovadamente fracassadas na prova suprema do seu confronto com a vida nem com soluções governativas inadequadas ao esforço de solução dos problemas nacionais e desajustadas do quadro político efectivamente existente na sociedade portuguesa. Estabilidade democrática tem de significar, acima de tudo, estabilidade da ordem constitucional, estabilidade das novas realidades

e das transformações alcançadas com o 25 de Abril, estabilidade na vida económica e social, estabilidade no funcionamento regular das instituições democráticas, estabilidade dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Para se garantir a estabilidade política, o caminho a percorrer não pode ser o de forjar operações de engenharia eleitoral que distorçam a correcta expressão institucional do sufrágio popular, mas sim o de encontrar as plataformas de consenso e de convergência que permitam soluções governativas estáveis e eficazes, com base no próprio apoio social mobilizado para a execução de uma política democrática.

Para se assegurar a estabilidade social, o caminho a percorrer não pode continuar a ser o do aumento do desemprego e do número de trabalhadores com salários em atraso, o de mover hostilidade sistemática às aspirações e aos direitos dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, dos jovens e dos reformados, mas sim o da resposta eficaz e atempada às suas mais prementes inquietações e reivindicações, num quadro de diálogo efectivo, sincero e construtivo.

Para se garantir a estabilidade económica, o caminho que urge percorrer não pode continuar a ser o da manutenção no centro da política económica da destruição do sector nacionalizado e da Reforma Agrária, com o objectivo de restauração de antigas e novas oligarquias, mas o de respeitar a diversidade das formações económicas existentes e canalizar e orientar a dinâmica própria a cada uma delas no esforço geral para o desenvolvimento nacional.

Para se salvaguardar a estabilidade institucional, o caminho que se impõe percorrer não é o da criação de guerrilhas institucionais entre Órgãos de Soberania, não é o de fundar outro regime e impor outra Constituição, mas sim no seu respeito e no pleno aproveitamento das potencialidades imensas que contém para o florescimento da democracia, para a construção de uma vida melhor e de um futuro mais promissor para os Portugueses.

Para se salvaguardar a paz e a independência nacional, o caminho não é fazer do País um centro de conspiradores ou permitir que aviões dos EUA sobrevoem o território nacional para bombardear outro país, mas sim promover uma política de paz e cooperação com todos os povos e países.

O Sr. António Capucho (PSD): — É falso!

O Orador: — Não ignoramos nem pretendemos escamotear que, nestes doze anos passados sobre o 25 de Abril, se afirmaram divergências profundas e mesmo agudos conflitos entre forças democráticas e entre portugueses que têm ou assumem o 25 de Abril como ponto de referência essencial da sua conduta política e cívica. Importa porém referir que, em alguns momentos cruciais para a sobrevivência do regime democrático, as forças democráticas,

apesar da diversidade das suas opções e orientações, foram capazes de convergir para salvar o País de perigosos retrocessos de cariz autoritário, revanchista e restauracionista.

Pensamos que as forças democráticas devem à democracia, ao 25 de Abril, e ao seu país, muito mais do que a convergência ou entendimento apenas face a perigos iminentes.

Devem ao país e à democracia a capacidade de dialogarem, se entenderem e cooperarem para dar resposta aos gravíssimos problemas que afectam Portugal e amarguram ou entristecem a vida do povo português, para assegurar caminhos firmes de liberdade, bem-estar colectivo, justiça social, tolerância, progresso, desenvolvimento, dignidade, soberania e independência nacionais.

Expressamos a maior gratidão a todos quantos, com justo destaque para os militares do MFA e para o povo que prontamente os secundou no acto histórico do derrube da ditadura fascista, deram uma contribuição imensa e inesquecível para a conquista da liberdade e para o curso do processo de democratização da vida nacional.

O Partido Comunista Português orgulha-se de ter dado uma relevante contribuição para a derrota do fascismo. Orgulha-se de ter

participado, com todas as suas energias, nas tarefas da defesa e consolidação da situação democrática emergente do 25 de Abril e na fundação e construção do regime democrático consagrado na Constituição da República.

E, passados doze anos sobre o 25 de Abril, o Partido Comunista Português tem orgulho em poder reafirmar, na Assembleia da República mas ao mesmo tempo perante o País, a sua plena identificação com a democracia portuguesa, entendida não como um conceito abstracto e nebuloso, onde possam caber as piores perversões antidemocráticas e o revanchismo mais brutal, mas como o concreto regime democrático-constitucional vigente em Portugal, caracterizado por uma indissociável ligação entre a democracia política, económica e social, entre direitos e liberdades de notável amplitude e profundas transformações sócio-económicas, expressão superior do insubstituível património de objectivos, conquistas, ideais e valores do 25 de Abril.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns deputados do PRD.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Marques Júnior.



O Sr. Marques Júnior (PRD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Convidados, minhas Senhoras, meus Senhores: Doze anos depois, o 25 de Abril continua vivo – e bem vivo.

A cerimónia que hoje nos reúne é disso prova expressiva: Presidente da República e deputados, representantes legítimos dos Portugueses, únicos Órgãos de Soberania que emanam directamente da vontade popular, estão todos reunidos para celebrar essa data libertadora.

E para lá de divergências ideológicas, político-partidárias, julgo que todos reconhecemos, embora nem todos porventura com a mesma veemência ou convicção, que a Revolução de 1974 é um marco maior na história do nosso país, raiz e fundamento do nosso regime democrático, que já ninguém ousa pôr em causa.

Mas expressivo é também que por todo o País se multipliquem as manifestações de júbilo e as festas populares que demonstram exuberantemente que o 25 de Abril está profundamente enraizado no coração do nosso povo.

E é natural que assim seja. É natural que só aqueles que têm alma de tiranos, ou de escravos, sejam saudosos de um regime ditatorial que durante 48 anos oprimiu e explorou os Portugueses. Nunca, aliás, será demais lembrá-lo. Sobretudo, porque os jovens que hoje têm vinte ou vinte cinco anos, aquando do 25 de Abril tinham oito ou treze anos, e por isso, em geral, ignoram completamente o que foi o fascismo. E é indispensável que o saibam. Aliás, para se alcançar a importância e o significado do 25 de Abril, para se compreender como tantos de nós o vivemos com paixão e com alegria, até às lágrimas, tem de se saber a situação que anteriormente se vivia.

E essa situação era de tirania, de guerra colonial, de exploração, de polícia política, do partido único, da censura; essa situação era a de violação mais frontal de todos os direitos do homem, das perseguições, das arbitrariedades de toda a ordem, da tortura, até do assassinio; a situação era a de os Portugueses serem prisioneiros ou exilados na sua própria pátria, privados de direitos, liberdades e garantias, «orgulhosamente sós», vivendo sob o jugo

de um regime obsoleto, anacrónico e totalitário, condenado por todos os países democráticos do mundo.

A 25 de Abril de 1974, o movimento das Forças Armadas, culminando e coroando a longa e difícil luta de todos os resistentes e democratas portugueses, derrubou o regime ditatorial e ilegítimo e, de imediato, restituiu aos cidadãos a liberdade e as liberdades. De imediato, abriram-se as portas das prisões políticas, acabou a famigerada PIDE/DGS, extinguíram-se a censura e todas as outras restrições à liberdade de expressão, reconheceu-se o direito dos povos irmãos das colónias à autodeterminação e à independência, consagraram-se os direitos de associação, reunião, greve, formação de partidos políticos, eliminaram-se leis e limitações injustificáveis e injustificadas em vários domínios da sociedade, valorizou-se o trabalho, instituiu-se um salário mínimo nacional, voltaram os exilados e os Portugueses reconquistaram a eminente dignidade da pessoa humana, a guerra deixou de ser o único horizonte para os jovens e para tantos homens deste país, os irmãos, as noivas, os filhos, os pais deixaram de ter de chorar os seus familiares distantes ou mortos, a paz e a liberdade, bens supremos, voltaram às nossas cidades, aos nossos campos, às nossas casas.

Houve, de certo, com o decorrer dos tempos, erros, excessos, desvios. Mas, no cômputo global, e analisado a esta distância, tem de se concluir que, após uma ditadura tão longa e tão brutal, ainda que aparentemente ou externamente temperada pela «brandura dos nossos costumes», nunca houve uma revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna como a do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Que os cravos, e cravos nos canos das espingardas, se tivessem transformado, aqui e em todo o mundo, no símbolo da nossa revolução é, em si mesmo, extremamente significativo. E se a imagem dos cravos sofreu, como é natural, a degradação do uso, se à força de ser utilizada perdeu a força do que é novo, nem por isso o símbolo que eles representam diminui de intensidade, de sentido, eu diria mesmo, de cor e de perfume, florindo sempre jovens em cada mês de Abril.

Por isso, o PRD deseja, antes de tudo, lembrar e saudar todos os «Capitães» do MFA, todos os militares de Abril, desde os mais conhecidos que simbolizamos nos ex-Conselheiros da Revolução aqui presentes...

Aplausos gerais.

... aos mais anónimos, e qualquer que seja hoje a sua posição, com a certeza que a eles lhes devemos, em primeira linha, toda a liberdade e a dignidade reconquistada pela nossa Pátria e pelo nosso povo. E se, infelizmente, algumas vezes esses militares e o seu órgão

representativo, constitucionalmente consagrado, para lá de erros que como todos tenham cometido, foram vítimas de injustiças, até por parte de alguns daqueles que mais obrigação tinham de não os praticar, estamos certos de que o povo português e a história lhes farão, e já estão a fazer, justiça.

O PRD não esquece, porém, que a revolução de 1974 só foi possível porque, ao longo de quase meio século, gerações e gerações de resistentes e de corajosos lutadores pela liberdade deram o melhor do seu esforço, às vezes o seu sangue e até a sua vida, para que a democracia fosse possível. A todos eles, desde os mais conhecidos – simbolizados por muitas e conhecidas personalidades aqui presentes – até aos mais anónimos, o PRD exprime a sua homenagem e a sua gratidão.

Aplausos do PRD, do PSD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Permitam-me ainda que, em nome do meu partido e no meu próprio, acrescente algumas considerações: este dia tem para mim um significado muito especial não só por comemorar e lembrar o passado ainda recente, em que me orgulho de ter sido um dos militares de Abril, mas também pelo facto de, como deputado eleito, poder usar da palavra em nome do grupo parlamentar do PRD neste local – o símbolo privilegiado da democracia.

Que um militar de Abril fale, neste dia e nesta tribuna, na qualidade de deputado eleito por um partido político tem, pois, um significado pessoal, partidário e naturalmente político.

Pessoal por não ser sem emoção comovida que é possível a quem viveu e participou no 25 de Abril estar no Parlamento a recordá-lo e a saudá-lo. Que honra maior depois de ter tido a legitimidade revolucionária, ter agora a legitimidade do sufrágio popular para ser um dos representantes do povo português nesta Casa?

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Partidário, porque a escolha feita pelos meus companheiros de bancada significa uma escolha clara pelos valores e pela esperança de Abril – só, porque a esperança de Abril não foi ainda inteiramente cumprida, e nós queremos que o seja, é que o PRD foi criado e prossegue a sua acção política. Com isto não nos arrogamos, evidentemente, a exclusividade na defesa daqueles valores e daquela esperança – que deve ser património de todos os democratas e de todos os portugueses –, mas afirmamos claramente que, com outros e ao lado de outros, queremos dar o contributo decisivo para que essa esperança se cumpra.

Aplausos do PRD.

Político, na medida em que estar hoje nesta tribuna simboliza, de algum modo, o compromisso de honra dos militares de Abril. Foi ao povo português que devolveram a soberania, tornando-os de novo cidadãos, em vez de súbditos.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Uma das melhores maneiras, senão a melhor, de comemorar hoje o 25 de Abril é resolver os problemas concretos dos cidadãos, vencer as dificuldades e as carências, tantas vezes gravíssimas, de milhares de portugueses que continuam a viver em condições desumanas.

É indispensável assumirmos, em termos de consciência colectiva, esta realidade; é necessário que os políticos estejam à altura deste desafio e das exigências que o 25 de Abril representa.

Nesse espírito e a essa luz, permanecendo actuais os grandes objectivos do 25 de Abril, o PRD pretende ser um elemento dinamizador na sua concretização, tudo fazendo para que a justiça social seja cada vez maior, a liberdade possibilite a igualdade de oportunidades e seja cada vez mais participativa, «a riqueza melhor distribuída, os direitos mais respeitados, os deveres mais assumidos, a cultura mais acessível».

A evolução da conjuntura económica, designadamente a conjuntura internacional, criou, finalmente, condições favoráveis para que se realize o terceiro «D» do programa do MFA – desenvolver –, após os militares de Abril e aqueles que ocuparam posição cimeira ao longo destes anos terem realizado os outros dois «D» desse mesmo programa: descolonizar e democratizar, de entre eles, permito-me destacar o General Ramalho Eanes, o militar de Abril, que, na Presidência da República, eleito e reeleito sempre à primeira volta, foi indiscutivelmente um dos grandes obreiros da consolidação da democracia em Portugal.

Aplausos gerais.

O PRD espera e deseja que todos, inclusive os órgãos de soberania, no respeito mútuo pelas competências específicas, constitucionalmente definidas, colaborem e contribuam para a realização deste objectivo nacional, pela nossa parte, tudo faremos nesse sentido. E se recordamos e saudamos o 25 de Abril assinalando o que ele foi e representou, o que ele é e representa, importa salientar que a sua simbologia, a sua força, a sua esperança se continuam e desenvolvem nos jovens, dignos da juventude em tudo o que ela representa e sempre representou, para os quais vão as minhas últimas palavras – porque hoje, como ontem, o 25 de Abril é, sobretudo, amanhã.

Aplausos do PRD, do PSD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Sr. Deputado José Luís Nunes.



O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Do Preâmbulo da Constituição da República consta que:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

Ao integrar, com estas nobres palavras, no texto constitucional o acto libertador do 25 de Abril, a Assembleia Constituinte consagrou a revolução como um dever, simultaneamente constitucional e constituinte, dos capitães de Abril, que viram, assim, o seu acto reconhecido no mais alto diploma por que se rege Portugal.

Ao mesmo tempo a Constituição da República resumiu os objectivos essenciais do acto revolucionário e consagrou-os no texto constitucional.

«Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo», restituir aos Portugueses «os direitos e liberdades fundamentais».

Assim, comemorar o 25 de Abril é comemorar a paz, a que abriu caminho, as liberdades que restituiu, a democracia que ajudou a implantar, as condições que criou para que os legítimos representantes do povo elaborassem a Constituição.

Comemorar o 25 de Abril é assim também comemorar a Constituição da República.

Esta não foi imposta por um acto revolucionário, mas foi desse acto revolucionário que nasceram condições para que a Assembleia Constituinte a elaborasse e votasse.

Decorridos doze anos é tempo e mais que tempo de fazer o balanço do caminho percorrido e, sobretudo, do que importa percorrer na procura incessante de um Portugal sempre mais livre e mais fraterno.

Portugal é hoje o oposto do que era antes de 25 de Abril de 1974. Ao país da guerra sucedeu o país da paz, ao país da opressão e da ditadura sucedeu o país integrado no concerto das nações e empenhado na construção da Europa. Ao país do medo e da angústia sucedeu o país da segurança e da esperança de viver.

A descolonização trouxe-nos o ideal de contribuir para a criação de novas nações livres, independentes e soberanas.

A libertação do povo e o reconhecimento das liberdades fundamentais reforçou o ideal da democracia, considerada simultaneamente como regime institucional e forma de vida cujos defeitos, próprios de tudo o que é humano, só se corrigem com mais democracia.

Ao olharmos os novos países de expressão portuguesa fruto de uma vocação descolonizadora iniciada com a independência do Brasil e as instituições democráticas consagradas na Constituição da República, e de que V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, é o supremo garante, temos a consciência de que o País se integrou na linha mais portuguesa da sua tradição histórica.

Penso, Sr. Presidente da República, que V. Ex.^a desejou sublinhar esse reatar da tradição ao depor, pouco antes da sua tomada de posse, um ramo de flores no Porto, junto à estátua daquele que foi o rei da descolonização do Brasil e da luta pelas liberdades essenciais: D. Pedro IV, o comandante do exército libertador, o rei-soldado. A esta luz torna-se bem claro o reforço do 25 de Abril à consciência da nossa autêntica identidade nacional.

Só quando um povo se tornou homogéneo e, como tal, se constituiu definitivamente, quando brotou nesse povo a consciência pátria colectiva — e não vive só por mero instinto de viver —, só quando tem um ideal e compreende e sente as suas glórias é que pode irradiar ao mundo o seu pensamento.

As grandes tarefas que se põem hoje aos Portugueses só seriam realizáveis depois do reforço da identidade nacional na base da reconstituição de um ideal colectivo, vivido e participado que o 25 de Abril veio redefinir, nos seus contornos, e reforçar, na sua intencionalidade.

Portugal confronta-se hoje com um conjunto de problemas de cuja solução dependem os contornos políticos, sociais e económicas do País, nos tempos mais próximos.

Importa, em síntese, modernizar, europeizar e democratizar.

Modernizar significa, desde logo, recusar o que é antigo e caduco, integrando o País nas duas grandes revoluções do nosso século: a revolução espiritual e a revolução tecnológica.

A todo o acto revolucionário é anterior um processo de abertura do espírito que, desde o alvorecer da humanidade, se confunde com a luta pela expressão crítica, pelo racionalismo, pela batalha, quanto à alienação em relação à sociedade que nos rodeia.

O mundo atravessa um profundo processo de revolução espiritual, que incide não só sobre a criação de novos valores mas também

sobre uma nova e mais exigente vivência de valores tradicionais. A revolução espiritual do nosso tempo poderia ser caracterizada por uma só palavra: a tolerância.

Contudo, hoje, a tolerância é mais do que um acto nobre das consciências esclarecidas, pois é em si mesma uma forma de estar na vida. O imenso avanço da ciência e das técnicas quebrou todos os dogmatismos e impôs a tolerância como o estado de espírito normal de encarar a realidade.

Sem enterrarmos definitivamente o Portugal do dogmatismo e da intolerância será impossível abrir as portas a uma assumida modernidade.

Os Portugueses decidiram viver o seu desenvolvimento económico e a sua revolução tecnológica no contexto da integração europeia. Trata-se de um gigantesco desafio a todas as energias morais e materiais da Nação.

Todos são chamados a colaborar nesse esforço gigantesco, mas para que todos se sintam comprometidos importa que a integração europeia seja vivida, também, como quadro de resolução dos problemas mais essenciais e sentidos.

Importa, desde logo, resolver os problemas dos jovens, o problema da formação profissional, do primeiro emprego, da habitação, da ajuda à constituição de família.

Importa que a juventude saiba que os seus problemas são conhecidos e, sobretudo, resolvidos.

O 25 de Abril trouxe uma nova forma de encarar as relações de trabalho.

A melhoria das condições do funcionamento das empresas e das garantias, legítimas, dos investidores não pode ser feita à custa da diminuição dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Modernizar é, nesta matéria, redefinir um novo conceito que integre como ponto positivo de estabilidade e desenvolvimento os direitos e garantias dos trabalhadores, que os factos mais do que as leis demonstram ser necessários a um autêntico e participado desenvolvimento económico.

À construção de uma Europa, na qual estamos empenhados, é inerente um reforço da democracia das instituições comunitárias. Reforço ao nível dos Estados membros, reforço ao nível das próprias instituições comunitárias.

A política implica simultaneamente a criação de novas ideias e uma acção coerente do Estado e é esse processo de inovação criadora que está na base das modificações institucionais da CEE que a realidade demonstra serem cada vez mais necessárias.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1974 é uma data histórica pelos caminhos que abriu e pelo que, em si mesmo, realizou.

De tudo procuramos dar um singelo testemunho.

Às gerações de portugueses que pela sua luta «indomável e indomada» souberam criar as condições para a madrugada libertadora do 25 de Abril está a Pátria agradecida e têm-na homenageado nas pessoas dos seus maiores.

Àqueles que fizeram a Revolução do 25 de Abril importa que hoje e sempre prestemos a mais serena e comovida homenagem.

Ao interpretarem «os sentimentos profundos» do povo português derrubando o regime fascista tornaram-se credores do reconhecimento da Nação.

Aos capitães de Abril diremos tão-só uma palavra: senhores! Graças à vossa acção a causa de Portugal é hoje uma «causa livre».

Aplausos gerais.

As tarefas que hoje se põem a Portugal só poderão ser levadas a bom termo em paz, liberdade e democracia, que serão a herança, sempre presente, do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata, Sr. Deputado Carlos Coelho.



O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Importa antes de mais explicitar que aqui não subo na estrita qualidade de vice-presidente do grupo parlamentar do meu partido, mas na de deputado indicado pela maior organização da juventude portuguesa.

Entendeu o PSD que devia caber à Juventude Social-Democrata subir à tribuna neste dia, porquanto, para nós, o 25 de Abril, mais que uma data do passado recente da nossa história, constitui um compromisso para com o futuro.

Creio que Fernando Pessoa teria dito também que «ser descontente é ser jovem».

É, pois, jovem e saudavelmente descontente que me permito dar o nosso contributo na reflexão colectiva que este dia nos impõe. Sartre afirmou em Maio de 1968 que «deveremos abolir todas as hierarquias, a dependência de um homem em relação a outro homem».

Vivia-se a última explosão do movimento utópico, que destes tempos imemoriais foi prosseguido por filósofos, místicos, pensadores. Também o 25 de Abril, mais do que um simples pronunciamento militar ou uma mudança de regime, foi a libertação do imaginário colectivo, a sensação de que tudo era possível, que não existiam nem peias nem limitações ao desejo de paz, desenvolvimento, harmonia, progresso.

Mas, como em todas as utopias, a realidade dos meses subsequentes veio agarrar-nos à terra, destruir os sonhos, mergulhar-nos num quotidiano que após a agitação inicial se foi revelando cada vez mais cinzento, cada vez mais dia a dia.

As crises sucederam-se, os equilíbrios foram sendo feitos a um nível cada vez mais baixo: à crise sucedia-se nova crise.

A sociedade portuguesa enquistou-se, refizeram-se e ampliaram-se mesmo os vícios do corporativismo.

A solidariedade, valor fundamental de qualquer projecto político que tenha por raiz o homem, foi-se diluindo na assistência social que conhecemos, a liberdade no mero exercício do direito de protestar e de votar, a fraternidade numa série de lutas egoístas. No entanto...

No entanto, a chama da utopia, da vontade de mudar, a crença numa sociedade mais humana, mais viva, não se perdeu.

Os arautos da desgraça, os profetas do fim do regime não viram os seus prognósticos (desejos, quiçá) realizados.

Com um vigor surpreendente a democracia resistiu.

As instituições foram crescendo, e dos trôpegos balbuceios e tropeções iniciais evoluíram para um sistema em que do poder autárquico aos governos regionais e ao executivo central se constata hoje uma capacidade técnica e uma maturidade que nada têm a ver com a situação de há dez anos.

No entanto, o País cresceu de forma desequilibrada e injusta.

Privilegiou, ainda, os privilegiados, marginalizou os que marginalizados estavam do sistema ou que a ele tinham acesso meramente simbólico.

A legislação laboral defendeu quem tinha emprego, desertou quem buscava a sua primeira oportunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os jovens pagaram a factura. Hoje, são mais de 350 000 à procura do primeiro emprego.

O sistema de incentivos ao investimento e outros mecanismos de apoio estatal à actividade económica acabaram invariavelmente por privilegiar os centros urbanos litorais em desfavor do interior. Os números oficiais aí estão para o provar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é por tudo isto que sempre defendemos que não basta agir sobre a conjuntura. As reformas que se impõem não podem ser adiadas.

Foi o adiamento das soluções e a recusa de encetar as reformas indispensáveis que precipitou a queda do anterior regime.

Temos de ser capazes de dar resposta aos problemas económicos e sociais do País. E isso é uma responsabilidade colectiva que nenhum de nós pode enjeitar.

Aplausos do PSD.

Há particulares boas condições para o fazer. Um governo coeso e capaz, uma conjuntura económica favorável, a integração na CEE. Seria indesculpável que perdêssemos estas condições por questiúnculas de menor importância.

O verbalismo inconsequente há muito que passou de moda.

Já o apóstolo dizia que «o crente sincero não é o que bate no peito e diz Senhor, Senhor, mas o que pratica as boas obras».

Também nós afirmamos que não está com o 25 de Abril quem traz sempre na boca as conquistas de Abril, mas quem governando constrói progresso e promove justiça social.

Aplausos do PSD e do CDS.

Os jovens que vêm a seguir à minha geração eram ainda crianças em 1974. Para eles as datas fazem já parte do nevoeiro da história; mas as condições sociais em que hoje vivem e o futuro que lhes espera são as referências que ficam para julgar este regime.

Colectivamente temos três grandes desafios a vencer:

A integração europeia;

A regionalização;

A entrada na sociedade da informação.

A integração europeia para nós não é a mera construção de um Mercado Comum. O que se deseja é a construção de um espaço europeu dotado de autonomia tecnológica, de defesa, de política externa.

Queremos uma Europa dinâmica, temperada pela riqueza da sua diversidade cultural, mas unida em torno de um projecto de futuro que não se resume a um conjunto insonso de directivas ou à construção de uma burocracia supranacional a que os mais, bem-humorados chamaram eurocracia.

As recentes crises no Mediterrâneo vieram mostrar à evidência que sem um grande salto qualitativo a Europa resumir-se-á a palco de disputa das superpotências. O segundo desafio é o da regionalização.

Passar das autarquias de infra-estruturas para as autarquias de desenvolvimento. Ora, esta é outra autarquia.

Tem de ter massa crítica, espaço, projecto. Tem de possuir uma alma. O seu desenvolvimento é a única forma de viabilizar este país através da valorização da diferença, dos recursos naturais que num país geograficamente tão pequeno assumem uma diversidade tão assinalável.

O nosso futuro económico não está na produção massificada de bens e serviços. Está nos mercados de qualidade, nas excelências da nossa diferença. Do turismo aos primores agrícolas, da cristalaria aos vinhos de qualidade.

O terceiro desafio é o da sociedade de informação, que representa mais do que a simples evolução da ciência e da tecnologia e que

ao modificar as relações sociais e de produção e ao alterar as fontes de poder, implica com a organização social e com o quadro de valores por que até hoje se aferiam os comportamentos e a moral.

E porque subsiste o perigo de uma sociedade dual entre os que têm o saber e os que o consomem sobreleva a importância da aposta na educação.

Não uma educação clássica que nos dê apenas o «saber fazer». É necessário que a educação responda às necessidades do homem de hoje, o «fazer sabendo», esta capacidade cognoscitiva de perceber o mundo que o rodeia, as nossas relações, os novos processos de decisão. De ser um protagonista, não um espectador.

O mundo é outro, as instituições são fortes se os cidadãos forem fortes. O nosso sistema não o está a fazer.

Por isso, ao fim de doze anos continuamos insatisfeitos, mas continuamos decididos ... a lutar.

São, no fundo, os desafios de um país que se prepara para sofrer o embate europeu e mundial sem ainda ter digerido o embate revolucionário; de um país que acaba de ingressar no Mercado Comum com um mercado burocratizado; de um país com tantas assimetrias regionais quanto as desesperanças deixadas pelas falsas promessas de modernização; de um país, afinal, que, não podendo decidir da sua vulnerabilidade aos tempos actuais e ao ritmo da evolução social e tecnológica em todo o mundo, não pode também adiar ou evitar o confronto com a modernidade, sob pena de se esvair em expectativas frustradas e de se esvaziar na sua independência e no seu orgulho.

E porque este é um desafio que não queremos comprometer, a minha geração diz «presente», aqui e lá fora. Estamos e queremos estar com voz própria e capacidade para intervir, para participar, para ajudar a construir num país sem complexos uma sociedade mais justa, um Portugal mais europeu, um futuro que já começou porque o amanhã é já hoje.

Aplausos do PSD, do CDS e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral:



— Exmo Sr. Presidente da República, Exmo Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Exmo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, meus distintos convidados militares de Abril, Srs. Deputados: Move-me o forte desejo de ser breve.

O meu propósito foi-me facilitado pela feliz oportunidade que tivemos de ouvir cada um dos dignos representantes dos grupos parlamentares.

A sua voz, traduzindo a sensibilidade e visão políticas que as motivações desta sessão lhes suscitaram, constitui, na sua diversidade e no seu conjunto, a expressão e a vontade do Parlamento.

Por isso esta sessão se tornou mais rica, mais viva, mais completa. Ópticas diferentes, perspectivas novas, projectos inovadores, serão dados preciosos para que possamos reflectir e cobrar alento, continuando, com mais firmeza e renovado entusiasmo, o destino que foi sonho e é projecto, assumido por um povo na arraigada certeza dos seus fins.

Penso que esta sessão terá, no seu cerne, não só a vontade de comemorar mas também o de, analisando o presente, projectar o futuro, que desejamos.

Como me não caberá, aqui e agora, falar em nome do Parlamento, julgo que o privilégio que me concedesteis, Srs. Deputados, de usar da palavra se situará, mais precisamente, no plano do testemunho pessoal.

É nesta perspectiva e com esse propósito que alinhei umas poucas considerações, que valerão tão-só como intenção de marcar presença em acto que a todos pertence.

Só por isso ele constituirá parte preciosa do meu património vivencial, foi distinção que não enjeitei, foi gentileza que me apraz registar no agradecimento que sentidamente vos dirijo.

Aos meus distintos convidados, que nos deram a honra da sua presença, desejo manifestar-lhes o meu reconhecimento.

Ao Exmo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça os meus respeitosos cumprimentos.

A V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, e aos membros do Governo, expresso as minhas cordiais saudações.

A V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, reiteramos o respeito e admiração que de forma vincada lhe tributamos, acrescida do natural prazer com que o ouviremos em breve.

Srs. Deputados, há dias, relendo Fernando Pessoa, fixei parte de um admirável poema, o «Quinto Império», que, integrado na mensagem, referia:

Para a obra que há que prometer
Ao nosso esforço alado em si,
Convoco todos sem saber
(E a hora!) aqui!

No espaço desta parcela poética inscrevi meu pensamento.
Por isso a invoquei.

É que os poetas são quase sempre os que rompem o tempo, fazendo o futuro presente como quem aponta caminhos e o norte a perseguir. O 25 de Abril foi alvorada de intenções a dar forma e sentido ao projecto que pretendemos ver realizado.

Naquele dia, que agora recordamos, o povo fez festa!

Vibrou genuína e autenticamente ao reencontrar-se com os seus valores mais queridos, com as suas tradições democráticas a que jamais renunciara, pois eram o seu guia, a sua razão de ser, desde as raízes mais profundas da sua identidade.

É esse reencontro que celebramos e com ele relembramos a coragem e a lucidez de todos quantos o tornaram possível.

Esquecê-los seria nódoa imperecível a marcar a ingratidão injusta e malsã de quem se aproveita dos méritos sem atentar na fonte que os tornaram possíveis.

Infelizes os povos que perdem a memória do seu passado e não sabem honrar os que, desprezando os seus interesses, arriscaram a própria vida pelas causas nobres onde todos nos sentimos justificados. É por esta razão, militares de Abril, que nos sentimos gratificados com a vossa presença.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Acolhendo-me à inspiração do poeta eu me pergunto: que obra foi prometida?

Que esforço temos feito?
Por que vos convoquei a todos? E aqui?

Foi prometido um Portugal cada vez mais livre, mais fraterno e mais justo. Onde cada português se sentisse senhor do seu próprio destino no legítimo exercício dos seus direitos e na clara consciência dos seus deveres;
Onde a solidariedade, a alegria de viver, a confiança no futuro fossem certezas ao alcance de cada um;
Onde a liberdade política não fosse uma mentira porque não existiriam os economicamente escravos;
Onde se não vivessem paredes meias com o desemprego, a fome e a miséria, num aviltamento que fere e esmaga o sentido mais nobre da dignidade humana.

Esta a obra prometida; estes os anseios que senti no despertar de Abril. A revolução se abriu e cresceu como uma aurora de esperança. Pelo seu impulso se tornou possível a Constituição, como já aqui foi dito.

Pela sua projecção estamos aqui para, em liberdade, nos julgarmos pelo que fizemos, pelo que fazemos, pelo que faremos...

Muitos erros se cometeram. Muitas injustiças tiveram lugar.

Omissões gritantes preenchem a nossa experiência. Mas estamos pagando, com corajoso optimismo, os custos dessa maravilhosa e apetecida aventura, porque ela nos trouxe ao campo largo da liberdade, para nele ser possível a construção da paz, da justiça e da segurança com que sonhámos.

Foram derrubados os muros! Estão abertos os caminhos!

Vamos tornar mais curta a longa jornada que nos espera...

Muitos se ficarão, ainda presos, pelas vicissitudes sofridas, moendo o travo amargo da quebra dos seus privilégios, sem se darem conta de que pouco contam na impetuosa e admirável caminhada que o povo então encetou como independente e livre.

Com a força do espírito que a ditou ultrapassaremos o arcaísmo da nossa agricultura; modernizaremos a nossa indústria tradicional e pouco competitiva; aumentaremos a nossa produtividade; diminuiremos o nosso défice; fortaleceremos o nosso poder de compra; deixaremos de ser o segundo país menos desenvolvido da Europa.

E se nos preocupam, tão fortemente, estas premissas do futuro que projectamos e se os dados da nossa economia estão presentes na arquitectura do que pensamos, não deixaremos de exigir que ela seja eminentemente humana!

Eminentemente humana:

Pelo reconhecimento do primado do trabalho sobre o capital;
Da responsabilidade pessoal sobre o aparelho anónimo;
Dos organismos sobre os mecanismos;
Do serviço social sobre o lucro.

Se os factores económicos são essenciais à nossa promoção, não olvidaremos que eles só o serão se estiverem ao serviço da pessoa humana.

Só por ela e para ela, como centro e razão de ser de todas as nossas preocupações, se explica e justifica a ânsia do nosso desenvolvi-

mento. Por isso entendemos, como Josué de Castro, que há que «integrar à economia os factores humanos de forma a fazer do desenvolvimento económico o meio de proporcionar a todos não só os bens de necessidade que lhes fazem falta mas também os bens de dignidade que as suas consciências reclamam».

Com este desejo estamos vencendo pesadas décadas de aspirações amordaçadas, de apodrecida estagnação.

A «voz da boa vontade» está a fazer-se cada vez mais rigorosa, mais corajosa, mais obstinada. Ela ultrapassará os mitos, as ironias sumárias, os silêncios temerosos.

Os homens do futuro, os jovens do nosso tempo – como aqui tivemos ocasião de ouvir –, esperam dela a plenitude consciente do nosso esforço.

Este tem vindo a processar-se de forma tão patenteada, que temos o legítimo direito à esperança.

A paciência terá de moderar a sofreguidão do imediatismo; a serenidade terá de realizar com firmeza; a coragem não permitirá paragens.

A pouco e pouco a ingente tarefa dos responsáveis vai ganhando os seus saldos positivos na construção do futuro, vencendo atropelos, desprezando manipulações, não se quedando na intriga. O que se fez, o que se está a fazer, é a garantia de que se fará cada vez melhor.

Foi com esta certeza que vos convoquei a todos e aqui.

Para tornar mais funda e larga a solidariedade que a todos compromete na satisfação do bem comum.

E, aqui, por ser «centro vital da democracia», por ser sede da liberdade, por ser o eixo privilegiado das preocupações de um povo onde os seus mandatados têm desenvolvido um trabalho que os honra e torna dignos da escolha com que foram distinguidos.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Esse trabalho vai prosseguir para que com o povo e no povo, com os governantes, com V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, posamos cumprir o Portugal de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente : – Tem a palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Mário Soares:

– Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados: Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina. Pelo contrário: deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro de Portugal e nas virtualidades do regime de democracia pluralista que temos vindo colectivamente a construir, desde 1974, em paz e liberdade, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições.

Creio que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia, que – como uma vez já disse e hoje repito – todos os democratas têm o dever irrecusável de prestigiar. A circunstância de o fazermos aqui, em comunhão de todos os Órgãos de Soberania, cuja legitimidade deriva directa ou indirectamente do sufrágio universal, na presença dos grandes corpos do Estado e sob a égide de V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, figura moral e política de indiscutível dignidade e isenção – que respeitosa e saudando em V. Ex.^a todos os Srs. Deputados –, confere a este acto um valor simbólico de inegável significado nacional. Acto que não deve ser polémico, independentemente do desejável pluralismo das interpretações e das motivações, mas antes de convivência cívica e de verdadeira concórdia nacional, sem discriminações, e tendo por único fundamento o respeito mais absoluto pela vontade popular livremente expressa pelos Portugueses.

Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o futuro – um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu direito à diferença, de prosperidade e de paz. Não é de mais, por isso, que saudemos de novo os que o tornaram possível: os militares de Abril e todos aqueles que ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente, se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos.

Aplausos gerais.

Em doze anos de regime democrático demos passos de gigante, mudámos as coisas, a terra e, sobretudo, as mentalidades, com acertos e desacertos inevitáveis, ultrapassando traumatismos e crises diversas, de origem própria e alheia, mas importa reconhecer que o povo português, em todas as circunstâncias, teve sempre a sabedoria, nas suas escolhas, de salvaguardar o essencial. Vivemos hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de incontestável vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com normalidade, e está assegurada a participação plena dos cidadãos e das associações mais diversas em que livremente se agrupam, nos planos político, económico, social e cultural; sociedade que hoje se insere e tem por referência o quadro mais amplo da Comunidade Europeia, em que começamos agora a integrar-nos, sem perda da nossa identidade nacional.

À nossa frente abre-se-nos, assim, um futuro de esperança. Ninguém tem, pois, razão para ser pessimista ou descrente quanto à comunidade nacional. Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na sociedade e no Estado. Nesse aspecto, não aceitamos exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. Temos o dever nacional de não deixar perder a oportunidade que se nos oferece.

Os Portugueses estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem – e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação –, mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos.

Nunca como agora foram tão grandes as expectativas legítimas nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos Portugueses. Consolidado o regime democrático, membros de pleno direito da Comunidade Europeia, vencidos os desequilíbrios financeiros externos, que tanto e tão longamente nos afectaram, necessitamos tão-só de sermos capazes de desenvolver um quadro de estabilidade política e institucional que estimule a concretização de iniciativas, privadas, públicas e cooperativas, integradoras de uma estratégia nacional de desenvolvimento, em termos tanto quanto possível consensuais.

As condições dessa estabilidade pressupõem relações de diálogo permanente, confiado e sereno, a todos os níveis, mas, em especial, e no respeito pelas competências de cada um e pelo princípio da separação dos poderes, entre o Presidente da República, que é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições, a Assembleia da República, expressão da vontade política dos Portugueses na pluralidade das suas opções e garantia da alternância democrática, e, finalmente, o Governo, órgão de condução da política geral do País e órgão superior da

Administração Pública. Esse diálogo é de fundamental importância para assegurar a estabilidade política e institucional, numa democracia moderna e em termos de país desenvolvido que desejamos ser. É condição necessária da estabilidade política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o desafio europeu e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias e a vontade política dos homens puseram ao alcance de Portugal, nestes anos finais do século XX.

Esta cerimónia de hoje é também o símbolo dessa relação e um sinal de estabilidade e de solidariedade entre as instituições representativas, como é próprio de uma democracia consolidada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos num mundo em mudança, marcado por acentuadas incertezas e explosivas desigualdades, mas também por grandes progressos tecnológicos e científicos, a que não podemos ficar alheios, como Nação soberana. Pertencemos hoje à Comunidade Europeia, ela própria sujeita a grandes desafios, em vincada concorrência com outros pólos de desenvolvimento a nível mundial.

A integração na Comunidade Europeia não pode, porém, representar para nós tão-só o acesso a créditos, a apoios e a tecnologias sem que procuremos marcar, com o contributo da nossa cultura, do nosso potencial humano e da nossa vocação universalista o todo em que nos inserimos. A Europa dos cidadãos e das tecnologias, que está em construção, tem de ser também obra nossa, dos nossos criadores, cientistas, políticos, técnicos, empresários, como já é, por direito próprio, dos nossos trabalhadores emigrantes.

Podemos e devemos, a partir de agora, não centrar tão-só as nossas preocupações sobre os problemas conjunturais, que tanto nos absorveram, por justificadas razões, nos últimos anos, e que continuam a ser muito importantes, e inserirmo-nos na problemática do nosso tempo, na perspectiva do interesse nacional, a médio e a longo prazos, operando para tanto as reformas de estrutura que a modernidade exige de nós.

Somos um país amável e tranquilo que desfruta hoje no mundo de invejável prestígio internacional, sem problemas linguísticos, étnicos, religiosos ou regionais e, por isso, com uma grande coesão nacional, que vive em paz e nos melhores termos com os seus vizinhos e aliados, goza de uma situação geo-estratégica ímpar e tem um potencial de recursos humanos e materiais que importa não menosprezar. Partindo destes dados de base, há que procurar definir, por forma tanto quanto possível consensual, os grandes desígnios nacionais e interiorizá-los na consciência pública, para que os cidadãos se sintam plenamente motivados: uma estratégia de desenvolvimento, que tenha por metas o progresso económico, a modernização das estruturas produtivas, a afirmação da iniciativa, a solidariedade social e regional, o aumento do bem-estar, para todos; a valorização da nossa cultura e da língua portuguesa, que será falada no final do século por mais de 200 milhões de seres humanos;

a gestão racional dos nossos recursos humanos e materiais; a reforma do Estado, assegurando a mudança nas suas relações com a sociedade, a empresa e os cidadãos.

Portugal está hoje em condições de superar a médio prazo – mas definitivamente – os factores de atraso, de dependência e de inércia, que tanto nos têm condicionado. Nesse sentido, torna-se urgente fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe, e a criatividade e o pluralismo à imitação e ao seguidismo amorfo. Trata-se de criar um estado de espírito colectivo, especialmente entre as jovens gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional, assumido como tal pelo maior número de portugueses possível.

O espírito de mudança, que caracteriza as dinâmicas sociedades industriais dos países democráticos avançados, e que nos interessa tomar por referência, tem como pólo e motor a importância fundamental atribuída à ciência, à tecnologia e à cultura. Aí também devemos investir em força, a partir de agora, descentralizando iniciativas, libertando e responsabilizando as energias criadoras da sociedade civil, demasiado tuteladas ou dependentes do poder do Estado.

Nesse sentido, políticas de descentralização e de regionalização, evitando todas as formas de clientelismo, são essenciais para assegurar uma dinâmica equilibrada de desenvolvimento e uma maior participação política, a todos os níveis. Os passos que se deram na formação das instituições autonómicas, que em breve celebrarão dez anos, na Madeira e nos Açores, foram essenciais e têm de ser continuados; do mesmo modo aconteceu com a implantação do poder local democrático, que hoje constitui uma pujante realidade, mas que importa desenvolver, designadamente no plano regional, corrigindo assimetrias e desigualdades e valorizando as comunidades mais isoladas.

O Estado, como agente de solidariedade nacional, tem um papel próprio a desempenhar na correcção das desigualdades e na protecção das comunidades e dos grupos sociais mais vulneráveis aos impactes perversos da modernização e do desenvolvimento.

Um grande filósofo contemporâneo enunciou como objectivos essenciais do Estado democrático: «reduzir a infelicidade ao mínimo e elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam. A minha proposta» – escreveu ele –, «é que o sofrimento que se puder evitar deve ser considerado como o problema mais premente da política pública racional, enquanto a promoção da felicidade deve ser deixada à iniciativa de cada um». Reduzir a infelicidade ao mínimo implica, pois, que o Estado democrático seja capaz

de garantir a justiça e a segurança, de rectificar abusos e corrigir anomalias, no quadro de um sistema equitativo de distribuição de poderes, de bens e de oportunidades. Elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam implica, por seu turno, o investimento de recursos públicos em domínios como a educação, a cultura, a saúde, a segurança e a habitação social, sempre com o objectivo de ampliar a gama de escolhas e, portanto, a dimensão de liberdade aberta às pessoas.

Obviamente que o Estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na protecção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projectos inovadores, pela sua qualidade tecnológica, pela sua dimensão cultural ou pelo seu significado estratégico. Mas não tem, quanto a mim, que se substituir à imaginação, ao espírito de empresa e à livre iniciativa dos cidadãos, imprescindíveis para assegurar o progresso e a liberdade.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal está hoje em condições de retomar um papel importante na comunidade internacional, na linha da sua história gloriosa, da sua velha e original cultura, da vocação própria do seu povo e dos seus próprios projectos nacionais. Os Portugueses têm de se convencer disso e afastar de si complexos de inferioridade, face ao estrangeiro, que nada justifica. Há aí espaço para um saudável patriotismo, voltado resolutamente para o futuro, como ensinava Jaime Cortesão, e não apenas para a rememoração de antigas glórias.

Membro de pleno direito da comunidade europeia, Portugal tem de ser capaz e determinado para diferenciar a sua posição estratégica e económica no quadro das especializações comunitárias e ocidentais, ao mesmo tempo que deverá preparar-se activamente para participar na construção europeia, como projecto de crescente autonomia da Comunidade, em relação aos outros pólos mundiais de desenvolvimento industrial e por forma a facilitar a recuperação e uma maior competitividade das economias comunitárias, uma acção internacional coordenada e mais decisiva,

designadamente em relação à África e à América Latina e uma maior capacidade e autonomia de defesa própria.

Como é evidente, o papel de Portugal será tanto mais importante quanto maior for a autonomia da sua intervenção e da sua estratégia própria de desenvolvimento, a valorização da sua identidade nacional e cultural, a especificidade e riqueza da sociedade que for capaz de desenvolver e a capacidade de adaptação e mobilidade dos Portugueses.

Como Estado, Portugal não pode prescindir dos seus deveres em relação às comunidades portuguesas que se dispersam pelas sete partidas do mundo e que são parte integrante da nossa Nação e da nossa cultura. Nem pode demitir-se da promoção e defesa constante da língua portuguesa, em fraterna cooperação com o Brasil, a que nos ligam laços de tão grande afectividade, que importa agora reforçar com acções concretas de intercâmbio efectivo, e com os países africanos de língua portuguesa, de que nos sentimos irmãos, pela história e pela cultura, e com os quais é urgente desenvolver, com pragmatismo, rigor, independência e espírito de criatividade, relações as mais estreitas possíveis.

Portugal e os Portugueses não são estrangeiros em nenhuma parte do mundo. Vencidos os estigmas do ostracismo a que estivemos sujeitos durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o nosso próprio prestígio externo, tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na comunidade internacional, recuperados os valores da liberdade e da tolerância, que identificam a cultura humanista e o universalismo português, sejamos, orgulhosamente, portugueses. O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro, facultando a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade e o gosto de ser português. Temos hoje tudo nas nossas mãos. Moldemos o destino. A liberdade, o desafio, a inovação, a aventura, o risco – saibamos vivê-los solidariamente e em responsabilidade.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

25 DE ABRIL



1974 / 1987
13º Aniversário



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1987

Oradores

José Manuel Tengarrinha
Movimento Democrático Português

Manuel Monteiro
Partido do Centro Democrático Social

Jerónimo de Sousa
Partido Comunista Português

Hermínio Martinho
Partido Renovador Democrático

José Apolinário
Partido Socialista

António Capucho
Partido Social Democrata

Fernando Amaral
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: — Em representação do MDP/CDE, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.



O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): — Exmo Sr. Presidente da República, Exmo Sr. Presidente da Assembleia da República, Exmo Sr. Primeiro-Ministro, Exmos Srs. Deputados, Exmos Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: Seria uma atitude estranha, dificilmente compreensível à luz dos valores mais elementares da democracia, que se pudesse pôr em causa o interesse e a validade da comemoração do 25 de Abril por esta Assembleia. Antes, seria a manifestação de uma incomodidade surda, mole, de algodão em rama, que dificulta mas não impede, mais insinuada do que declarada. Mas logo depois poderia ser a opinião manifestada, a vontade expressa, o desejo porventura até aí oculto e que desejaria fazer vencimento. A nosso ver, bastaria que alguma dúvida se tivesse levantado, expressa ou tácita, para que reforçada ainda mais fosse a necessidade da comemoração por esta Assembleia. E isto porque, antes de tudo, nunca poderemos deixar de ter presente estarem, hoje, aqui reunidos deputados que não foram nomeados pelo Governo, mas têm a sua legitimidade assegurada pelo eleitorado, um presidente da República eleito por vontade dos Portugueses, um governo dependente desta Assembleia da República emanada da vontade popular, os tribunais aqui representados, com competência para administrar a justiça em nome do povo e apenas sujeitos à lei e não às vias administrativas do poder, bem como convidados e assistentes que não receiam represálias ou prisões por se encontrarem aqui a consagrar a liberdade — tudo isto possível hoje, aqui, porque há treze anos houve uma revolução que derrubou a mais velha ditadura da Europa.

Todo o povo português que lá fora comemora, hoje, em alegria, nas ruas e praças deste país, fá-lo com a memória viva do valor do seu contributo para o acto libertador e também do marco decisivo que ele foi, que ele é, para a nossa vida colectiva. E, ao lado, esses homens que interpretaram a aspiração mais profunda do povo, dando a direcção justa ao seu braço armado e firme. Agora e sempre, com o mesmo entusiasmo dos primeiros dias, a mesma juvenil e espontânea emoção, glória aos que estão aqui na primeira fila da nossa atenção e apreço — glória, agora e sempre, aos capitães de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PSD, do PS, do PRD e do PCP.

Só inútil seria se esta fosse encarada como uma comemoração enroupada em pompa e circunstância, empalhada num museu de recordações apenas curiosas.

Só desajustada poderia parecer se o 25 de Abril e os valores que contém, não apenas no domínio da democracia formal, mas igualmente no seu conteúdo de justiça social, não se ajustassem aos rumos do presente.

Só desajustada seria se se tentasse esvaziar a democracia de três dos seus conteúdos fundamentais: capacidade de representação organizada e participada de diferentes correntes de pensamento; capacidade de conter dentro de si o motor da sua própria renovação, e capacidade de enfrentar e resolver situações difíceis sem entrar em ruptura com as regras fundamentais em que assenta.

Em relação ao primeiro, diríamos que é contrária ao espírito essencial da democracia qualquer tentativa redutora das expressões na sociedade e da possibilidade de estas intervirem na sua dinâmica. É o respeito pela diversidade e pela diferença um dos mais fortes esteios da autenticidade da democracia. Um esquema redutor não é garante da estabilidade das instituições e do regime. Pelo contrário, é factor de conflito e instabilidade, porque marginaliza, para além do quadro institucional regular, correntes de opinião e forças sociais que nele devem sempre caber.

Capacidade de se renovar, mas não como forma artificial de buscar remédios de circunstância, nem olhando o exterior pelo óculo do que nós desejaríamos que ele fosse. Sim, através da plena integração na realidade viva, do mergulho nesse presente também sempre renovado — o que é, sabemos, quase sempre incómodo, tantas vezes mesmo doloroso.

E, também, a capacidade de enfrentar as situações que podem ser agudas, mas não são de crise autêntica, a não ser quando, para superá-las, se tenham de pôr em causa as regras e mecanismos que a própria democracia prevê. E não serão postas em causa, seguramente, se se respeitar por inteiro o relacionamento e hierarquia dos órgãos de soberania, a sua vontade, confiando nas soluções que, no âmbito normal das suas atribuições, podem produzir.

E igualmente não serão postas em causa, seguramente, se se respeitar a regra de ouro da democracia: a solidariedade entre as instituições e os órgãos legitimamente constituídos, sobretudo entre aqueles que resultam directamente da expressão da vontade popular. Sem isto estaria a introduzir-se, seguramente, um elemento de insegurança institucional, de desgaste e esvaziamento das instituições e a abrirem-se precedentes que poderiam ser, no futuro, factores graves de perturbação política e social.

O Sr. Seíça Neves (MDP/CDE): — Muito bem!

O Orador: — Não se deve defender, em democracia, que o sistema institucional seja fechado ao exterior, à realidade viva. Mas não temos dúvidas de que são ilegítimas, contrárias à essência do regime representativo, pressões de sectores restritos dessa realidade — o que, ao invés de constituírem um factor de enriqueci-

mento das instituições, serão um factor de bloqueamento do seu funcionamento e até do seu prestígio.

Cada sessão comemorativa do 25 de Abril, ano após ano, tem mostrado que um acontecimento basilar na história de um país nunca deixa de estar vivo quando é fonte permanente de renovação, quando é impulso para uma reflexão sempre inovadora sobre o estado e o dever da sociedade.

Se outras razões não houvesse, esta bastaria para justificar esta comemoração, como as que nos futuros anos se farão neste mesmo local.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Portugal democrático!

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PRD e do PCP.

O Sr. Presidente: – Em representação do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.



O Sr. Manuel Monteiro (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Treze anos são passados sobre o 25 de Abril de 1974, data em que a Portugal, aos Portugueses, e, em particular, à sua juventude, foram traçados novos caminhos e dadas novas e diferentes formas de participar numa sociedade, na assunção do desafio por um novo futuro em que a esperança estivesse presente e a coragem fosse uma constante.

Comemoramos hoje mais uma vez o 25 de Abril de 1974, data em que a liberdade e a democracia surgiram aos Portugueses como motor do progresso, da paz e do desenvolvimento.

Mas comemoramos também o 25 de Abril no momento em que os Portugueses se interrogam sobre o amanhã, conscientes de que o passado recente os não satisfaz e o presente incerto os não satisfaz. O CDS, partido que tem pautado a sua acção pela clareza e pela coerência dos princípios, vem a esta Câmara ciente das responsabilidades que possui para com a Nação e a democracia, numa manifestação de total entrega ao interesse nacional, desfasado e desligado de projectos e de ideias, concebidos e praticados em função de pessoas, de grupos ou facções organizadas.

É nesse sentido que, à semelhança do que múltiplas vezes tem dito, pode com propriedade afirmar e repetir que o verdadeiro 25 de Abril continua por fazer e cumprir e que a liberdade e a democracia se não podem compadecer de mais erros e atropelos, numa marcha que a nossa memória não recorda e o nosso pensamento se recusa a aceitar.

Tal como ontem, também hoje afirmamos que a liberdade por que nos batemos não tem limites, nem barreiras. Tal como ontem, também hoje proclamamos que a liberdade em que cremos não é a liberdade do desrespeito pelas famílias portuguesas, não é a liberdade dos salários em atraso,...

O Sr. José Gama (CDS): – Muito bem!

O Orador: – ...não é a liberdade da luta contra a iniciativa privada, não é a liberdade dos que não querem rever a Constituição, não é a liberdade daqueles que se esquecem da Nação e privilegiam o interesse partidário, não é, afinal, a liberdade que empurra a

juventude para um beco em que a esperança não entra e a sua força e vontade não podem sair.

Que dizer aos jovens portugueses e suas famílias para quem estudar é mais difícil e caro, que dizer aos jovens portugueses para quem trabalhar é mais uma sorte, que dizer aos empresários e agricultores injustamente espoliados dos seus bens para quem investir e produzir continua a ser penoso e duvidoso, que dizer, enfim, a um povo que vê uma classe política, que é por si sustentada, empenhada em arranjos pessoais e em lutas estéreis, que não trabalha decididamente na mira da estabilidade e do entendimento? Que dizer, em suma, a um povo que não compreende por que é que o egoísmo partidário prevalece, não dando lugar àquilo que, outros antes de nós, conscientes da verdadeira tarefa a que estavam obrigados, conseguiram com êxito alcançar?

Se em liberdade e em democracia a pluralidade de ideias e a diversidade de opiniões são legítimas, o uso e o abuso dos mecanismos legais que elas prevêem e possibilitam serão ilegítimos se não puderem propiciar ao povo mínimas garantias de que os seus actos não terão sido em vão e que a sua vontade não sairá defraudada. Mal avisado andaré quem, por descuido ou má informação, tomar opções que não tenham em atenção o interesse nacional, embarcando com isso na estratégia dos que no desespero da sobrevivência pretendem dizer que existem ou permanecem comodamente instalados à sombra do sistema que vão criticando por mera conveniência eleitoral.

Mal situação alcançará quem, por incúria ou egoísmo, não der resposta ao verdadeiro anseio do povo português, que, cansado da instabilidade e incerteza, pede apenas que o País cometa a modesta proeza de ter um governo que seja estável, suportado por uma maioria parlamentar, e que dure por quatro anos.

É que, afinal, o 25 de Abril só poderá finalmente começar a ser cumprido quando deixarmos de viver agarrados a mitos e sobreviver encostados a leis que não correspondem aos anseios dos Portugueses, quando quebrarmos as amarras que nos não deixam progredir e desenvolver, quando, conscientes, lutarmos pelo abandono da lógica conjuntural, fiel apenas à conquista de votos, preocupada com o sucesso de mais uma ou outra campanha eleitoral.

Os Portugueses interrogam-se hoje sobre o futuro, mas, ao contrário do que alguns comentaristas supõem, o seu veredicto poderá indiciar a responsabilização, acrescida de novas formas de governo que passem pela formação conjunta de uma maioria, numa resposta clara para aqueles que têm apenas curado de olhar para si próprios, na ânsia de satisfazerem os seus orgulhos e de tão os legitimarem à sua própria razão.

O CDS, que hoje aqui represento como presidente da sua organização de juventude, a Juventude Centrista, e como seu deputado, tem marcado de forma clara e frontal com a linguagem que os políticos desdenharão, mas que o povo aceita, quer e compreende

a sua posição face à situação do País, propondo eleições gerais em coligação com o PSD para que obtenha a maioria governamental que os Portugueses desejam.

Tem-no feito, quer por considerar ser essa a forma mais correcta de interpretar o sentimento nacional, quer por conhecer e saber que é essa a vontade da larga maioria da juventude portuguesa, consubstanciada, aliás, conjuntamente, pela Juventude Centrista e pela Juventude Social-Democrata em comunicado, onde se recorda que no particular momento em que vivemos, onde se joga parte do futuro de Portugal para as próximas e decisivas décadas, a mais lídima expressão do grito da geração obriga a que se recorra uma vez mais, que antes de tudo o que ora se põe em causa é a construção e a viabilização do nosso próprio futuro, pelo que se espera um grande esforço de responsabilidade e a constituição de uma maioria parlamentar que logre atingir estes objectivos.

A juventude portuguesa para quem todos falam, a quem todos prometem tudo e muitos têm dado nada, não compreenderá nem aceitará, e muito menos agora, que não se trabalhe decididamente na construção do seu futuro, havendo condições para isso, pelo que importa que o País e os Portugueses sejam esclarecidos tão cedo quanto possível sobre a real vontade daqueles que connosco podem, se assim quiserem, levantar Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A melhor forma de comemorar o 25 de Abril é a de, respeitando o passado, recolhendo dele os

ensinamentos correctos, superando e abandonando as ideias gastas e caducas, enfrentar com coragem e optimismo o futuro.

E porque assim o declaramos e exigimos, assim o fazemos, como jovens, como democratas-cristãos, mas, acima de tudo, como portugueses, recordando aqui e agora as palavras de alguém que, referindo-se a Sá Carneiro e Amaro da Costa, disse: «Sá Carneiro e Amaro da Costa viram bem, viram fundo e viram longe». Como de costume, viram também mais cedo do que a maior parte dos que os seguiam. Hoje, quase sete anos após a sua morte, os seus legados políticos permanecem intactos e talvez mais óbvios e mais instantes do que nunca.

Herdeiros somos todos, mas a herança é só uma: e se não a repudiámos em bloco, não a delapidemos em parcelas. Unidos e solidários continuemos a sua obra e prossigamos o seu projecto. O nosso esforço sem Sá Carneiro, sem Amaro da Costa, é por certo mais penoso, sem dúvida mais difícil, porventura mais lento. Mas é por isso mesmo cada vez mais necessário.

Portugal e os Portugueses esperam que os próximos actos políticos façam renascer a esperança.

Com coragem e dignidade saibamos acolher o seu chamamento e assumir a sua firme vontade.

Pela nossa parte, pela juventude e por Portugal, dizemos «presentes». Disse.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: – Em representação do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.



O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Comemoramos hoje o 13.º aniversário da Revolução de Abril. Treze anos é sempre tempo curto na vida de um povo. Mas é tempo suficiente para julgar e fazer prova de um acto que mudou a face da nossa história, que longe de se apagar ou esbater na nossa memória colectiva, por entre dificuldades, incertezas, desencontros e divergências dos portugueses democratas e patriotas, demonstrou, no enfrentamento dos factores adversos, que os seus ideais, a sua vitalidade, são a chama vivificadora que ilumina os caminhos da democracia portuguesa.

E isto é possível porque, ontem como hoje, é o povo português que avaliza, defende e sente Abril. Permitam-me que recorde um facto. Há treze anos atrás, aqui, ao fundo da rua, um grupo de jovens que tinham conquistado o sindicato com o apoio da classe imprimia na noite de 24 para 25 de Abril as palavras de ordem para o Maio ainda proibido: justiça social, liberdade, fim à guerra colonial.

Secundarizavam o medo da polícia política, postada ali na Calçada de Santos, imaginavam as cargas policiais e o jorro identificador da tinta azul dos carros policiais que iria espalhar-se no Rossio no dia 1.º de Maio, preparavam-se para a vindicta dos despedimentos e das prisões em massa dos dias seguintes.

Não sabiam que, tal como eles, nessa mesma noite outros jovens generosos e corajosos punham corajosamente em marcha um movimento que haveria de pôr fim a um dos períodos mais negros da nossa história, fim a um regime carcomido, sustentador de uns poucos em desfavor de um povo inteiro.

Arriscaram muito esses capitães de Abril. E por isso mesmo, e para além de tudo, é com profunda sinceridade que aqui manifestamos e reafirmamos a nossa gratidão aos militares que souberam rasgar as alamedas da liberdade tornando pequeno o Rossio, permitindo aquele Maio dos Maioes inesquecível e, afinal, poder dizer que se diga, ainda hoje dobrados treze anos, que Abril valeu e vale a pena.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, do MDP/CDE e de alguns deputados do PSD.

Mas também por isso, hoje nesta comemoração não podemos arredar as preocupações.

Preocupações que, desde logo, vão precisamente, e em primeiro lugar, para a situação desses capitães de Abril, a quem geralmente nesta data ninguém regateia aplausos que, no entanto, são sistematicamente discriminados. Discriminados pela própria razão de terem feito o 25 de Abril, enquanto alguns que estiveram abertamente contra ele são acarinhados, aplaudidos e promovidos. Chegou-se ao ponto de recusar à Associação 25 de Abril as instalações da Biblioteca Nacional para comemorar o 25 de Abril. Essa discriminação foi ontem mesmo firmemente condenada nesta Assembleia. E isso é positivo, e isso é Abril.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e do MDP/CDE.

E como não poderíamos deixar de sentir uma profunda preocupação quando os grandes interesses económicos e as organizações patronais já se arrogam, melhor dizendo, já se permitem, como se viu nestes dias, dar ordens ao poder político como se não existisse Constituição, e reclamar abertamente a destruição da lei fundamental como se tivéssemos recuado na história e as instituições democráticas fossem, como eram em 24 de Abril, cartório notarial dos monopólios, meros órgãos subservientes da vontade e dos interesses de um punhado de grandes senhores.

Esta escandalosa exibição de sanha ao 25 de Abril tem lugar num momento em que, censurado pela Assembleia da República, o Governo foi demitido. Suscitam, por isso mesmo, particular preocupação as pressões e atitudes arrogantes daqueles que demitidos se reivindicam de uma falsa legitimidade providencial para falarem com ar convencido em nome do povo português e contra a Assembleia da República, Assembleia representativa de todos os portugueses.

Não menos preocupante é a ligeireza com que nestes últimos dias alguns comentaristas, analistas, constitucionalistas, têm advogado a dissolução da Assembleia da República e a cegueira e surdez que revelam em relação à vontade, repetidamente manifestada e cada vez mais clarificada, da maioria das forças aqui representadas no sentido de que seja encontrada uma solução governativa estável no quadro desta Assembleia.

Que as instituições democráticas possam não dar a estas pressões a réplica firme e adequada que a sua gravidade exigiria só pode ser motivo de justa inquietação.

O 25 de Abril, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, foi e é o respeito pela Constituição que consagrou o regime democrático, é a sujeição do poder económico ao poder político.

Devem ser as normas constitucionais a prevalecer e não os interesses deste ou daquele grupo, deste ou daquele interesse partidário ou pessoal.

O 25 de Abril é o respeito pela vontade popular.

No país de Abril, como dizia o saudoso Zeca Afonso na sua balada inesquecível: «O povo é quem mais ordena».

Há-de ser assim! Sentimos, Sr. Presidente, uma profunda confiança no futuro. Nas comemorações populares que decorrem por todo o País ali se encontram os homens e as mulheres que há treze anos atrás lutavam pela justiça social, pela liberdade e pela paz. Lá, nas ruas das cidades, se reencontrarão os democratas e patriotas dos mais diversos quadrantes políticos unidos pelos imorredoiros ideais de Abril, os estratos sociais mais desfavorecidos que com elevada consciência continuam solidários com os objectivos que fizeram ousar o movimento dos capitães.

É tanto que ficou por fazer e cumprir precisamente porque nos últimos anos se teimou em bloquear, adiar e desviar os rumos de Abril. Urge retomá-los.

Retomá-los, defendendo a Constituição da República na procura do aprofundamento e da concretização do projecto de vida e de sociedade que ela encerra.

Retomá-los através de uma política que defenda as liberdades, ponha cobro a discriminações, perseguições, abra os caminhos do progresso e desenvolvimento económico, potencie as nossas capacidades, os nossos recursos, as transformações económicas realizadas no processo democrático. É isto o 25 de Abril: trabalhadores exercendo direitos, empresas públicas vitalizadas, Reforma Agrária, poder local dignificado e respeitado. É tempo de levar à prática essa medida decisiva que é a regionalização (adiada este ano pelos entraves de alguns que, hipocritamente, a proclamam, mas que na prática a recciam). Retomar os caminhos de Abril é atender as justas reclamações e reivindicações de jovens que procuram emprego e têm direito ao sonho e à segurança no futuro.

Uma voz do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Temos o dever de dignificar e assegurar a vivência dos deficientes e dos que se encontram no Outono da vida, de agir a favor dos milhares e milhares de portugueses que lutam pelo direito à habitação, que a saúde se transforme num direito inalienável de

todos os cidadãos, para banir da nossa Pátria, de Abril, as chagas sociais mais dramáticas, do desemprego, dos salários em atraso e da exploração do trabalho de crianças, permitindo que essas sementes indispensáveis do futuro que aí vem tenham tempo de ser meninos. Incompletos seriam tais esforços se não nos batessemos para que possamos ter orgulho na nossa independência nacional e contribuir para a paz do Mundo, para a solidariedade entre os povos e, em especial, para que seja garantido ao povo de Timor Leste o exercício do seu direito à autodeterminação e à independência!

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, do MDP/CDE e do deputado Gomes de Pinho (CDS).

Mas não nos iludamos!

Nunca será possível prosseguir Abril com aqueles que estão contra ele, com os que receiam a unidade e a convergência dos democratas, com os que sonham com o retrocesso da história para beneficiar os ricos e o privilégio em desfavor dos que menos têm. Os rumos de Abril são possíveis com aqueles que o fizeram, com aqueles que o defenderam, a retoma e a concretização dos seus ideais será feita com os trabalhadores e nunca contra eles, que nunca se limitarão ao protesto para exercer a luta que transforma e constrói e Abril lhes reconhece.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Contra ventos e marés foi o tempo e a vida que testaram e comprovaram a justeza do acto revolucionário do 25 de Abril de 1974. Quiseram os capitães e quis o povo tomá-lo nas suas mãos e construir o seu porvir colectivo. Apesar de fustigado e atacado, Abril continua e continuará porque reside no coração e na alma de um povo inteiro, porque tem do seu lado todos aqueles que, perseguindo sonhos milenários do homem, aspiram a um futuro mais justo, mais fraterno, onde prevaleça a liberdade, o progresso e a justiça social. E porque é do futuro que estamos a tratar, Abril vive e viverá!

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: – Em representação do PRD, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Martinho.



O Sr. Hermínio Martinho (PRD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: A Assembleia celebra hoje, uma vez mais com a presença do Sr. Presidente da República e dos representantes de todos os Órgãos de Soberania, a data maior do Portugal contemporâneo – o dia 25 de Abril de 1974.

Símbolo da democracia, espaço de pluralismo, lugar de confronto, sim, mas também de diálogo e de tolerância, o Parlamento confere, por si, um significado particular à comemoração. Significado que se reforça com a presença de V. Ex.^a, Sr. Presidente da República – que é testemunho de fidelidade inquestionada ao espírito libertador de Abril, mas que tomamos igualmente como preito a esta Casa. Tem, aliás, V. Ex.^a, Sr. Presidente, insistido no papel primordial e insubstituível do Parlamento, a que aludiu logo no acto de posse. E mais recentemente, no primeiro aniversário da investidora nas funções presidenciais, V. Ex.^a salientava que «o povo português, quando vota, vota com seriedade e vota para fazer escolhas válidas por quatro anos. Uma das coisas que sempre censurei na nossa vida política passada foi que nenhuma Assembleia pudesse ter chegado ao fim da legislatura». E, continuava V. Ex.^a: «Faço uma leitura da Constituição que privilegia o Parlamento como centro dos grandes debates públicos e centro vital da democracia. É no Parlamento que se derrubam e se formam os governos». Citei.

Seja, porém, qual for o entendimento acerca das relações entre os órgãos de soberania do Estado que exprimem a vontade popular, é como representantes do povo que aqui celebramos aqueles que, por nós todos, Portugueses, para nós, e em nosso nome, nos conquistaram a liberdade. Que aqui – também aqui – exercemos. Neste momento, e antes de mais, para praticarmos o acto mínimo que a dignidade moral requer: exprimir a nossa gratidão.

Prestamos a nossa homenagem, pois, a todos quantos no dia 25 de Abril de 1974 arriscaram a vida para – e a frase não cansa – «restituírem Portugal aos Portugueses». Prestamos homenagem a todos, sem nenhuma discriminação, de passado ou futuro.

O mais não importa, ou do mais só importa o que foi ingratião. Como se no dia 25 de Abril se houvesse praticado um acto militar de serviço, ou cumprido uma obrigação regulamentar, ou até – quem

sabe – cometido uma infracção... A revolução teve dias melhores e dias piores. Mas os que a interpretaram quiseram e souberam cumprir a promessa feita: foram depositários da soberania do povo, entregaram-na a este e aos seus representantes. Oxalá saibamos todos nós cumprir a responsabilidade, bem mais fácil apesar de tudo, em que ficámos investidos.

Lembramos igualmente todos aqueles que, por dias longos e difíceis, combatendo a ditadura, objectivamente prepararam e tornaram possível o 25 de Abril. E homenageamos ainda os que se empenharam em cumprir a promessa que o 25 de Abril representou e representa. Mas não haja enganar: o princípio do novo tempo em Portugal é o dia 25 de Abril de 1974. Não antes, nem depois.

Não graduamos méritos. Reconhecemos a objectividade da história e honramos aqueles que a fizeram.

O 25 de Abril deixou-nos um legado de que ninguém é depositário em particular: um legado de liberdade, de tolerância e de esperança. Um legado de liberdade, hoje tão familiar que já quase dele nos não apercebemos. Mas não esqueçamos: a história prova que a liberdade se perde, ou começa a perder-se insensivelmente nas pequenas coisas, nos pequenos interesses, nas pequenas inconsciências, nos pequenos medos e nas pequenas traições.

Defendamos, pois, a liberdade.

Um legado ainda de tolerância – tolerância difícil, tolerância conquistada, por isso mais valiosa. Mas também a tolerância se degrada e também ela insensivelmente, na arrogância, na distinção entre bons e maus, na calúnia, no favorecimento ou na perseguição, primeiro veladas, depois ostensivas, em nome de verdadeiras ou supostas convicções ou fidelidades.

Preservemos, pois, a tolerância.

Um legado de esperança, por fim, que nunca integralmente se realizará, que atravessa dias de ânimo e de desencanto, mas que constitui a própria condição da nossa sobrevivência colectiva. Que exige que defendamos contra todos os riscos, mesmos os aparentemente mais sedutores, a nossa identidade e a nossa independência, com atenção constante, empenhamento diário e – porque não havemos de dizê-lo – com amor à nossa Pátria. Que requer, não o esqueçamos, que por detrás dos números estão portugueses prósperos ou com fome, saudáveis ou doentes, felizes ou amargurados. Que exige que nós saibamos que cada português desempregado, cada doente sem assistência, cada criança explorada no trabalho ou sem estudo, cada homem ou mulher com fome, cada jovem sem futuro, cada injustiça cometida ou aceite, é uma acusação. Saibamo-lo verdadeiramente, ainda quando não pudermos. E procuremos verdadeiramente ser capazes de poder. Cumpramos, pois, a esperança.

Cumpramos o 25 de Abril.

Aplausos do PRD, do PCP, do MDP/CDE e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: – Em representação do PS, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.



O Sr. José Apolinário (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: O 25 de Abril de 1974 iniciou uma nova era de abertura ao futuro, à inovação e ao desenvolvimento social, económico, cultural e científico do nosso país. Ao falar desta tribuna, em nome do Partido Socialista e como dirigente da Juventude Socialista, quero, como jovem, assinalar a data, chamando à colação a posição dos jovens perante o 25 de Abril e os ideais da liberdade.

O PS aposta aqui numa perspectiva do Dia da Liberdade voltada para o futuro, para os anos 2000, para os jovens que ainda eram crianças aquando da madrugada de Abril.

Que significa para nós, os jovens, o 25 de Abril?

Nós não vivemos a repressão, a falta de liberdade de associação, de manifestação, de opinião e de informação. Nós não vivemos o terror da polícia política, a prisão e a tortura dos presos políticos. Felizmente, também já não nos debatemos com uma guerra colonial, que dilacerava os corações dos Portugueses e massacrava a juventude portuguesa. Essas foram realidades de que não fomos protagonistas, mas que marcaram os jovens, como nós, de há 20 anos.

Hoje, em 1987, somos protagonistas do nosso próprio futuro. O direito de voto aos 18 anos de idade, quando anteriormente se situava nos 21, só foi alcançado com o 25 de Abril e, por seu intermédio, podemos participar nas eleições autárquicas, regionais, para a Assembleia da República e para a Presidência da República. A maioridade aos 18 anos foi outro direito conquistado e adquirido com o 25 de Abril.

Se hoje queremos enriquecer-nos culturalmente e o podemos fazer, é porque a liberdade abriu novos horizontes na cultura, na informação, em suma, nos domínios do conhecimento e do saber. No plano cultural, a liberdade introduziu novas perspectivas, uma intensa circulação de ideias, uma abertura à sociedade e ao Mundo, o reassumir do nosso papel numa Europa que também é uma Europa de cultura. Os jovens portugueses assumiram inteiramente esta abertura cultural, participando vivamente nas diversas movimentações sociais.

Treze anos após o 25 de Abril de 1974 pretendem alguns impedir que os jovens tenham memória. Quem tem hoje 20 anos já não

sabe o que foi o 25 de Abril e o seu significado. Nós, jovens portugueses, queremos afirmar que o discurso sobre o 25 de Abril tem de ser, sobretudo, informativo e formativo. E, como jovem socialista, exprimindo o sentir da generosidade dos jovens portugueses, quero aqui prestar a minha homenagem aos capitães de Abril e a todos aqueles que, independentemente das suas opiniões ideológicas, viveram, e ainda vivem, irmanados no amor à liberdade e, com os seus esforços, a sua dedicação, o seu sacrifício pessoal, fizeram com que a democracia e a liberdade voltassem em Portugal a ser vocábulos de significado pleno.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

É por tudo isto que a nossa participação, enquanto jovens, tem vindo a consolidar um espaço de dignificação dos nossos direitos. Porque ser jovem não é um privilégio, é um direito. Muito especialmente, um direito ao futuro. Mas queremos também dizer que não somos apenas os homens de amanhã; a juventude existe já hoje e quer participar, aqui e agora, na construção do presente.

O PS constata com júbilo que as associações de estudantes, o movimento associativo local e regional, os jovens no mundo sindical e empresarial, os jovens agricultores, os jovens do sector cooperativo, os movimentos de jovens em defesa da ecologia e do meio ambiente e, de forma particular, o desporto, se desenvolvem e crescem com base numa grande participação juvenil. Um vasto movimento cultural e associativo, repleto de novos valores, numa vaga de modernidade que certamente vai transformar e reformular o nosso dia-a-dia, é mais uma prova da nossa afirmação.

Neste quadro, o diálogo entre os jovens permitirá certamente encontrar soluções para os problemas comuns. A constituição do Conselho Nacional de Juventude, nascido da iniciativa e empenho da JS, integrando as organizações nacionais de juventude, foi outro marco na mudança em curso, que esperamos seja alargado de forma sólida e consistente.

A integração de Portugal na CEE abriu mais uma porta na nossa participação para uma Europa mais forte, nomeadamente no Fórum de Juventude da Comunidade, no intercâmbio de jovens europeus, na aproximação e cooperação de jovens universitários, trabalhadores e outros.

A preservação do meio ambiente, num projecto ecológico que dê satisfação ao homem no seu meio, a cooperação com jovens de outros países – em particular procurando aprofundar o diálogo Norte-Sul por via juvenil – o amor dos jovens à paz, que há-de ser conseguido pela força dos jovens, tendo em vista um mundo melhor, são objectivos que a todos nos unem.

Este é o caminho da liberdade que hoje comemoramos.

Por outro lado, os socialistas consideram necessário aumentar a confiança dos jovens nas instituições democráticas. E daqui queremos

transmitir aos jovens portugueses que na Assembleia da República também se trabalha em prol da juventude. Por aqui passaram leis importantes, como a Lei de Bases do Sistema Educativo. Ontem mesmo a Assembleia da República aprovou a lei que atribui subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego, num acto de solidariedade que outros teimam em deturpar. A legislação enquadradora das associações de estudantes, reivindicada pelo movimento associativo estudantil, e a Lei do Serviço Militar Obrigatório, com passos significativos em prol dos jovens portugueses, vão ver a luz do dia. Nos domínios do emprego, da habitação, da justiça, dos tempos livres a acção da Assembleia da República é permanente.

Tudo isto só é possível porque existimos. Porque as instituições democráticas são uma realidade. Porque «a liberdade está a passar por aqui».

Mas nem tudo são rosas no nosso país. O Governo ainda em funções disfrutou de condições únicas para o lançamento de uma política de juventude. Não o fez. Ficou-se pelo acessório, em prejuízo do essencial.

Procura convencer-nos de que tudo está bem, sem que tal signifique a resolução dos problemas dos jovens portugueses.

Nós sabemos que o emprego não cresce, que o desemprego se mantém, que o trabalho infantil alastra e que quem tem emprego é com contratos a prazo. É esta a dura realidade dos jovens portugueses. Nós sabemos que a habitação para jovens é inacessível, que o regime de crédito que o Governo implementou foi prejudicial aos jovens. Talvez por isso o Governo foi obrigado a revê-lo. Mas em matéria de habitação temos uma política sem alicerces, incapaz de segurar uma casa.

Nós sabemos que o ensino se debate com inúmeras dificuldades, mas o Governo não o considerou prioritário, a avaliar pelo Orçamento que aqui nos trouxe. Foi da sua autoria o despacho sobre o Português e as iniciativas sobre as precedências e prescrições. Os estudantes não podem ser os sancionados por um sistema escolar que falha.

Nós sabemos que toda a campanha publicitária visando o consumismo dos jovens não dignifica o jovem, mas apenas o usa. Estamos cansados de ser usados.

Tivemos, pois, um Governo que, dispondo de condições financeiras favoráveis, foi incapaz de dar resposta aos anseios dos jovens.

É possível fazer mais e melhor.

Aceitamos o desafio do futuro, construído em cada dia do presente. Estamos convictos de que a aposta na educação, numa escola que garanta o sucesso escolar, virada para a modernização, para a integração no meio, está ao nosso alcance. O investimento no saber, nos jovens, é o maior garante do futuro de Portugal.

Promover a solidariedade social, apoiando o acesso ao ensino dos estudantes com mais dificuldades, e abrir a universidade aos jovens, eliminando o regime de *numerus clausus*, está ao nosso alcance. Daqui até ao ano 2000 o acesso ao ensino superior tem de ser alargado, no sentido do aumento de conhecimentos do maior número de portugueses, pelo que se justifica o fim do *numerus clausus* numa perspectiva de futuro.

Conhecemos a importância da cultura nas transformações sociais. O binómio detentor/consumidor de informação acentuará cada vez mais o papel da informação. E da gestão da informação restará saber se a cultura, enquanto criação libertadora e criativa, poderá, por via da informação, chegar aos jovens portugueses. Nós, jovens, nós, socialistas, privilegiamos a política cultural, como parte intrínseca da formação do homem, como veículo de revolução de mentalidades e das transformações sociais.

Queremos mais empregos, permitindo a nossa inserção social. Empregos sem prazo, com estabilidade, com segurança. A mobilidade não pode significar o desemprego. O espectro do desemprego não pode ser a arma apontada aos jovens e aos trabalhadores, para nos pressionar a aceitar leis laborais contra a nossa situação de jovens. Queremos uma formação profissional que seja uma ponte para o emprego, e não uma formação profissional para o desemprego.

Queremos que uma política na habitação, na justiça, na cultura, nos tempos livres nos tenha em consideração.

Queremos o progresso, mas não queremos um crescimento económico que não salvguarde a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Queremos uma política de governo para o futuro que reflecta um novo comportamento, de maior abertura, que hoje já marca o relacionamento entre os jovens dos dois sexos, ultrapassando progressivamente a já velha discriminação da mulher.

Queremos um Portugal moderno numa Europa mais solidária, num mundo multipolar.

Estamos vivendo uma época de profundas transformações sociais e políticas. Apenas se deram os primeiros passos e vamos ter de nos adaptar com inteligência e sem dogmatismos às mudanças com que somos confrontados.

Os socialistas aceitam os desafios do futuro. Com esperança. Com confiança.

A liberdade continuará a passar por aqui.

O futuro está nas nossas mãos.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE e de alguns deputados do PRD.

O Sr. Presidente: — Em representação do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.



O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, minhas Senhoras e meus Senhores: O PSD associa-se a esta comemoração solene de mais um aniversário do 25 de Abril, rejeitando liminarmente o aproveitamento desta sessão para fins que nesta data, neste ensejo e neste local nela não deviam caber.

Aplausos do PSD.

Celebrar o 25 de Abril é, em primeiro lugar, rememorar o movimento que restabeleceu a liberdade e a democracia, derrubando um regime iníquo e opressor.

É, também, renovar a nossa homenagem e agradecimento a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para o êxito daquela gesta libertadora.

É, ainda, analisar criticamente o caminho percorrido, assumir a responsabilidade, reconhecer e corrigir os erros e as omissões desse percurso.

É, finalmente, renovar a aposta no Homem e no futuro, nas virtualidades do regime democrático e na inesgotável capacidade do nosso povo. Compreendam e permitam-me V. Exas que, neste ensejo, em que represento os deputados do PSD, eleitos pelo povo — fonte e detentor originário da soberania —, que centre as breves considerações que aqui pretendo deixar no papel determinante assumido pelo meu partido e pelos militantes sociais-democratas, desde o 25 de Abril, na construção do Estado democrático e na consolidação da democracia política, económica, social e cultural.

Permitam-me que recorde: o nosso combate activo e frontal a todas as tentativas totalitárias e golpistas de apropriação ilegítima do movimento libertador, em benefício de desígnios que os Portugueses inequivocamente rejeitam; a defesa que desenvolvemos na consagração constitucional das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, autonomia que protagonizámos desde o início e sempre com larguíssimo apoio popular, autonomia que permitiu um inegável surto de desenvolvimento e de progresso nos arquipélagos atlânticos;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ...o nosso empenho na institucionalização de um poder local forte, autónomo e responsável, bem como o inegável contributo dos milhares de sociais-democratas que nas autarquias prosseguem a defesa dos interesses locais das populações em que estão profundamente enraizados; o labor dos trabalhadores sociais -democratas, em estrito respeito pelos princípios da independência sindical face aos poderes políticos, partidários e económicos, na luta contra a unicidade imposta e na construção de uma central sindical livre e democrática;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ...a extraordinária acção da juventude social-democrata no domínio do associativismo juvenil, em geral, e estudantil, em particular, da sensibilização política e cívica das gerações mais novas e na formação dos quadros de amanhã;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ...o trabalho desenvolvido por todos os nossos companheiros que nos órgãos de soberania têm cumprido empenhadamente os compromissos assumidos pelo PSD perante os eleitores;...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito mal!

O Orador: — ...por fim, permitam-me que recorde muito especialmente e com grande saudade aqueles que, não estando já entre nós, assumiram especiais responsabilidades políticas no partido e no Estado, granjeando, pelo seu trabalho e pelo seu exemplo, entre amigos e também entre adversários, indelével respeito e admiração: Carlos Mota Pinto, Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Sá Carneiro.

Vou terminar: é meu costume dizer o estritamente necessário e porventura útil, preferindo às palavras os actos. De resto, a acção, o movimento e a reforma são valores especialmente caros aos sociais-democratas.

Termino exprimindo esta simples vontade, que é determinação colectiva de todos os sociais-democratas: o 25 de Abril recomeça hoje porque merece ser renovado todos os dias.

Com um objectivo essencial: o de prosseguirmos, com redobrado empenhamento, os caminhos da consolidação do Estado democrático, do desenvolvimento e do progresso, tendo em vista proporcionar a todos os portugueses, especialmente aos mais desfavorecidos, uma vida progressivamente melhor numa sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

Para que o 25 de Abril perdure como símbolo do orgulho de sermos Portugal, quase milenário na sua história, mas com um futuro de grande esperança pela frente.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Fernando Amaral:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, meus ilustres convidados, Srs. Deputados: Há dias, de um nosso conceituado jornal, respiguei parte de um escrito de um lapidário da nossa língua que a trata com a leveza poética e o carinho espontâneo que ressaltam da evidência de um burilar delicado.

Nele se dizia:

As palavras são como as máquinas. Chegam a uma altura que têm de ser substituídas. Fizeram o seu percurso, cumpriram a sua história. Rodaram nos eixos da rotina, gastaram-se a tempo e fora de tempo. Perderam o sentido côncavo e maleável para acolher novas realidades.

Assim escreveu o distinto jornalista Padre António Rego.

Mas se no renovar da língua, no refrescar da língua, muitas das suas folhas caíram, foi, tão-só, para que ela resultasse mais fortalecida e pujante pelo nascimento e apropriação de muitas outras que, no respeito da sua matriz, fazem dela o mais vigoroso e imprescindível veículo da expressão da nossa cultura.

Mas há palavras que são tronco. Há palavras que são raízes. Há palavras que são cerne da existência de um povo porque transportam ideias que são o sustentáculo da sua sobrevivência e garantem a perenidade do seu futuro.

Foram razão da sua origem, foram alimento do seu passado, são a justificação do seu presente e serão a força do seu futuro.

Estas não caem, não secam, não perdem sentido, e porque são raízes ou tronco colhem ou transportam a seiva, sempre renovada, que é força, energia e vida de uma vontade, de um querer, que tem assomos de infinito na consciência projectada de um crescimento sem termo.

Elas poderão, pela violência, ser agrilhoadas, proscritas, introduzidos no «lagar doloroso do silêncio». Poderão ser dilaceradas, esfarpeladas, proibidas..., que sempre ressurgirão como um grito, como uma chama, em explosão de alegria, rompendo barreiras, vencendo ostracismos.

É que elas traduzem as ideias que dão vida ao pensamento e orientam a inteligência nos caminhos da lucidez ao serviço do

homem, da definição da identidade dos povos, na garantia da sobrevivência da própria Humanidade.

Elas são a energia vital da emancipação e fazem parte do património indissolúvel de cada homem como atributo da sua própria dignidade. De entre muitas outras, permiti, Srs. Deputados, que proclame as que justificam, aqui e agora, a nossa presença, com todo o peso das nossas convicções, dos nossos sentimentos, dos nossos desejos, projectos e sonhos: independência, liberdade, justiça, solidariedade, democracia.

Independência, que fora projecto conseguido nos campos de São Mamede. Aí se começou a escrever o primeiro dia de Portugal com a juventude e audácia que dá razão às exigências mais profundas de um querer ser que foi, é e será eternamente. Por ela fomos e somos um Povo que, rompendo a história, se consagrou no respeito que os outros lhe tributam e se afirmou por um testemunho tão vivo que merece a admiração reiterada do Mundo.

Liberdade, que é desejo infrene de realização total. E porque nunca inteiramente conseguida, sempre será renovada na luta permanente de uma aventura aliciante de alargar os seus limites, aprofundar o seu sentido, elevar cada vez mais alto a nobreza do seu pulsar. E se em nome dela se têm cometido condenáveis atropelos, sobram-nos exigências para a depurar de tudo quanto possa manchar a sua beleza. O seu fascínio mobilizador é componente das nossas exigências profundas.

Justiça, que é grito instantâneo de gerações em busca de uma sociedade mais harmoniosa, onde cada qual, pelo reconhecimento dos seus direitos, se não sinta postergado para a valeta do desprezo ou da marginalização, sofrendo a agressão dos privilégios que aos outros são concedidos enquanto lhe são recusados os seus próprios direitos. Solidariedade, que é força anímica a congregar homens responsáveis e livres na satisfação do bem comum. Homens que se doam, numa disponibilidade inteira, sem reservas, sem cálculo, servindo a justiça com amor e a verdade com coragem.

Democracia, que é a identificação do nosso destino na sua expressão pluralista, onde o confronto das forças sociais e políticas, alicerçadas na independência, reafirmando a liberdade, na funda preocupação pela justiça, vai despertando solidariedades que, ganhando o presente, realizam o futuro. Futuro que tem sido e é um desafio assumido à nossa vontade política, à nossa capacidade de imaginação, ao nosso sentido de organização, para definirmos programas e realizarmos reformas que correspondam aos avanços desejados pelo nosso povo na conquista do espaço a que tem direito.

E não nos faltará coragem para os executar.

Muitos são os problemas que respeitam a esse desafio. Muitos e complexos, mas cuja solução constitui um imperativo, que não pode nem deve ser iludido. É que no seu centro está o homem na plenitude da sua dignidade, já que ele «é o fundamento, a causa e a finalidade de todas as instituições sociais».

É por isso que nos reunimos aqui. Não para cumprir um ritual, não para fazer tão-só solenidade, não apenas para lembrar ou para comemorar.

Estamos aqui para acicatar vontades, despertar consciências, assumir compromissos, que são as exigências do nosso próprio destino.

Ao nosso distinto poeta, que no belo recorte dos seus poemas cantava a angústia sofrida de um destino não cumprido quando perguntava:

E agora Portugal o que será de ti
se não formos capazes de chegar aqui.

Eu quero responder-lhe que já chegámos. Chegámos aqui para nos lançarmos na nova aventura, vencendo a bruma da descoberta de outros caminhos.

Chegámos aqui, que é nova meta de partida. Aqui, onde os tenores da política fortalecem a liberdade, onde denunciam injustiças, onde despertam solidariedades, onde exercitam democracia.

Com dificuldades, possivelmente com erros, mas sempre com o entusiasmo de quem voluntariamente se decide à procura da justiça na solução dos problemas que as realidades nos vão impondo.

E se a dialéctica política, que o pluralismo de opiniões exige, na liberdade de que nos orgulhamos, é porta aberta à crítica dos erros que se cometam ou das soluções não conseguidas, na óptica de quem a faz, devemos confessar que ela é tão salutar como necessária.

O direito de propor e apor, de concordar e contestar, de aceitar ou recusar é exigência da liberdade, é direito inalienável da pessoa e dos órgãos que tem especial responsabilidade na condução do processo político, cujo desenvolvimento constitui o torturado drama da busca de resultados que satisfaçam os desejos do povo que somos. E porque a liberdade de crítica é um estímulo à eficácia, sempre a aceitamos como um dado necessário à visão ajustada das soluções que se procuram, das omissões que se constatarem ou dos erros que se cometam.

Aceitamo-la, defendêmo-la, desejamo-la, como expressão, das mais vivas, da liberdade que é o nosso próprio destino.

Mas se a defendemos, se a desejamos, não é, porém, sem alguma mágoa que a recebemos quando ela se traduz num ataque à Assembleia da República, como instituição soberana, quando vem daqueles que, sem responsabilidades directas na condução do processo político, pretendem encobrir com ela as suas próprias frustrações ou os seus insucessos, anatematizando a Assembleia da República de forma gratuita e abusiva.

Aplausos do PS, do PRD, do PCP, do CDS e do MDP/CDE.

É que a intolerância e o sectarismo podem manifestar-se a coberto da liberdade, mas não fazem parte dela, nem se inserem na democracia que respiramos.

Esta é feita de diálogo, de compreensão, de tolerância, de ajustamentos, de transigências, de equilíbrios no domínio dos interesses e das ideias e de firmeza, sim, na execução das soluções encontradas. Se a democracia é tolerância nas ideias, ela é exigente e firme no cumprimento das suas regras. Estas não se compadecem com a demagogia fácil das acusações que, ultrapassando os órgãos e as pessoas, se dirigem, afinal, ao próprio regime de liberdade e ao sistema político da democracia.

Razão tem o nosso deputado e invocado poeta quando inscrevia na beleza do seu dizer:

País de Abril tem gente que não sabe
ler os avisos secretos do poema.
Por isso é que o poema aprende a voz
dos ventos para falar aos homens do
País de Abril.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Por isso há que falar de Abril, e reflectir Abril, para que o sintamos na força aliciante da sua mensagem.

Por isso chegámos aqui, pelo impulso esclarecido da vontade generosa dos militares de Abril, para continuarmos, com o testemunho da sua coragem, a luta empolgante de concretizar seu sonho.

Aplausos do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Sonho que se fez promessa e vida de todos nós, de todos os portugueses. Reflectir Abril, como o horizonte que buscamos, é sentir o apelo instantâneo da justiça, é assumir com alegria o compromisso solidário de fazer da liberdade o motor do dinamismo do nosso processo democrático.

E se ele nos dá a vontade do êxito, a vossa presença, meus ilustres convidados, concede-lhe o supremo aval a garantir a sua certeza. E vós, que sois portadores da autoridade democrática que a vivência da nossa arquitectura do Estado ditou e cuja presença sempre apetecida é para nós reconfortante, permiti que me refira apenas a alguns, que, pelo especial relevo das suas funções, são traves mestras do pensamento político e fiança certa do cumpri-

mento dos normativos que dão expressão aos projectos que as realidades suscitam:

O Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a encarnação do direito, promotor da justiça, pelo cumprimento e defesa das leis;

O Sr. Primeiro-Ministro e membros do seu Governo, que, consubstanciando o poder executivo, merecem o nosso venerado respeito;

E S. Ex.^a o Presidente da República, que nos concede o privilégio do seu precioso e insubstituível concurso no desnudar da verdade da nossa realidade política.

«Unir os Portugueses, servir Portugal» é a divisa que mobiliza os seus méritos e que também nós tomamos como bandeira no abrir de espaços onde floresçam os consensos possíveis.

Com V. Ex.^a, Sr. Presidente, é a república que está presente, é a liberdade que se testemunha, é a independência que se afirma, é

a unidade do Estado que se consagra, é o regular funcionamento das instituições que se manifesta.

É por todas estas razões e muitas outras que a magreza do tempo me não permite explanar que, Srs. Deputados e meus queridos companheiros, nos sentimos plenamente gratificados e confiantes no futuro que se vai talhando para o nosso país, para o nosso povo, nas perspectivas que Abril abriu. E não apenas por nós, deputados, cujo mandato, é certo, tem o peso específico da essencialidade política, mas com todos os outros, desconhecidos, anónimos, que entraram na política não para fazer carreira, mas como quem adere a uma religião. É que também, graças a eles, militantes de esquerda e de direita ou de quaisquer outros espaços, a política conserva a sua nobreza, a sua tensão dramática, a sua atracção. Por eles, com eles, com todos os portugueses, vamos realizar Abril para cumprir Portugal.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Por direito próprio, tem a palavra S. Ex.^a o Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Mário

Soares: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Embaixadores e Srs. Convidados, Srs. Deputados: Comemorar o 25 de Abril deve constituir sempre um acto de reafirmação criadora nos ideais e valores que, neste dia inaugural, ergueram um povo e a sua esperança, durante tantos anos aviltados, outorgando-lhe a liberdade e, assim, conferindo um sentido radicalmente novo ao nosso destino colectivo.

Esses momentos irrepetíveis, que não se esbatem na nossa memória, foram fixados para sempre pela arte da grande Vieira da Silva em cartazes que correram mundo, proclamando «a poesia está na rua», síntese admirável de um acontecimento histórico imperecível: o advento da liberdade a um povo dela privado há quase 50 anos.

Vistas a esta luz, as comemorações do 25 de Abril serão sempre – e antes de mais – o reencontro do povo com a sua identidade e de Portugal com a sua história multissecular.

A minha presença nesta sessão solene tem singelamente um único significado: prestar uma homenagem sentida e grata aos homens generosos que, com coragem e risco, tornaram possível o 25 de Abril – e entre eles destacam-se, por direito próprio, os militares de Abril – e também a todos os que, durante décadas de combate desigual, mantiveram viva na noite, tantas vezes do desânimo, a chama da liberdade, tantos deles caídos antes da madrugada libertadora que hoje aqui celebramos.

O melhor modo de a todos honrarmos é mantermo-nos fiéis à democracia e a Portugal, indissociáveis, actualizando as esperanças que a revolução trouxe. É, por isso, esta uma ocasião propícia para uma reflexão serena e exigente sobre o que somos e o que queremos ser.

Como Presidente da República não escondo que me considero – e com muita honra – um homem do 25 de Abril, um homem do regime democrático saído do 25 de Abril, que restituiu a cidadania plena aos Portugueses e lhes conferiu a maioria cívica. Sei que há ainda quem procure pôr em causa a legitimidade do movimento libertador e tente, por forma insidiosa, fazer a apologia de um passado condenado pela consciência nacional e universal. A democracia, porém, hoje não se discute – é como o ar que se respira. Não

há, pois, tolerância que justifique deixar sem resposta – no plano dos ideais – os contumazes inimigos da liberdade.

Em 1974 Portugal era um país oprimido, parado no tempo, em guerra, bloqueado no seu desenvolvimento, isolado internacionalmente, condenado pela consciência universal, sem horizontes nem saídas. Éramos, infelizmente, uma terra de súbditos e não de cidadãos. Hoje somos um Estado de direito democrático, uma sociedade aberta, livre, pluralista, pertencendo de pleno direito à Comunidade Europeia, um dos pólos mais avançados da terra no desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Somos, além disso, um país pacífico, de cidadãos livres e participantes, com uma voz respeitada no Mundo e uma presença activa na cena internacional. Cometeram-se erros – é certo, há equívocos que porventura persistem; mantêm-se carências e dificuldades que ainda nos diminuem, como Nação –, é verdade, mas a importância dos passos dados no sentido do progresso não pode ser esquecida nem é justo que seja depreciada. Somos hoje, como cidadãos participantes da vida política, a todos os níveis, senhores do nosso próprio destino. O futuro está nas nossas mãos. Os desafios que o novo tempo nos propõe serão ganhos. Temos inúmeras realizações e sinais promissores que disso são a garantia. Não vos falo, claro, da circunstância. Por mais que ela vos e me preocupe, não seria o momento indicado. Falo-vos numa perspectiva temporal alargada, contemplando o médio prazo, como é próprio desta data.

Obviamente que temos de saber vencer o atraso, assegurando uma estratégia de desenvolvimento que garanta o emprego – sobretudo aos jovens – e mais altos padrões de vida para todos. É importante, além disso, lutar contra a ignorância, o fanatismo, mudar rotinas, velhos vícios mentais. Temos que saber educar as novas gerações para a democracia e na democracia, despertando-as para o que é novo e progressista, afastando-as do pessimismo, da indiferença cívica, do espesso conservadorismo das sociedades bloqueadas. Portugal é hoje um país de futuro – devemos todos estar conscientes disso –, com uma comunidade científica e cultural em plena maturidade e singularmente promissora, como ainda há poucas semanas ficou demonstrado, com surpresa para alguns, nesse grande país que é o Brasil, nossa Pátria irmã.

O desafio que se nos põe é o da modernidade científica e tecnológica, da criatividade cultural, do desenvolvimento económico com dimensão e solidariedade social, do enraizamento da democracia a todos os níveis.

Neste sentido, os desígnios que nos devem mobilizar as vontades e as energias assumem um carácter consensual – e mesmo nacional –, para além das divergências políticas naturais e dos confrontos de opinião, que são sempre salutares, por mais agudos que sejam, numa sociedade aberta e pluralista.

As sociedades modernas, culturalmente diversas, respeitadoras dos direitos individuais e das diferenças, traduzem a sua vitalidade na

capacidade que revelam de tornar os seus membros sujeitos do seu próprio destino e da sua própria felicidade individual. Os cidadãos, para o serem completamente, têm que ser participantes activos e responsáveis pela vida da comunidade e solidários, ao mesmo tempo, com as nobres causas de além-fronteiras. É este um dado novo – e importante – do nosso tempo, marcado pelas transformações científicas e tecnológicas, com especial menção para as da comunicação e da informática.

Portugal é hoje membro do grupo dos países mais prósperos e progressivos da Terra. Tem o seu quadro institucional democrático fixado e isso não anda para trás, sejam quais forem as pressões em sentido contrário. Teremos por isso de saber acertar o passo com a nova noção de cidadania e confiar, em todas as circunstâncias, nas virtualidades do sistema democrático, fundado no compromisso razoável, no diálogo e na concertação social.

É missão fundamental dos responsáveis políticos não frustrar as esperanças das nações e saber fazer coincidir o pulsar anímico dos povos com o sentido exaltante dos tempos actuais.

A nossa vocação universalista, que sempre nos singularizou ao longo dos séculos, confere-nos uma especial responsabilidade

num mundo que não tem alternativa para além da paz, construída, também ela, no diálogo, paciente e realista, e no respeito pelos grandes princípios do direito internacional que presidem à Organização das Nações Unidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Celebrar os 13 anos da revolução de Abril não pode deixar de constituir um acto sereno e determinado de aposta no futuro, nas virtualidades da democracia que temos vindo a construir ao longo dos anos, nas nossas próprias capacidades como povo, na criatividade dos nossos homens de cultura e de ciência, na energia e bom senso da nossa juventude. Mais do que afirmarmos o que nos divide – o que é legítimo, mas não é para o dia de hoje –, importa, creio, neste dia, acentuarmos o muito que nos une: o sermos portugueses, herdeiros de uma história e de uma cultura ímpares, e decididos a construir, cada dia, o Portugal de todos os portugueses – pacífico, tolerante e livre – que o 25 de Abril anunciou.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1988

Oradores

Corregedor da Fonseca
Intervenção Democrática

Maria Santos
Partido Ecologista Os Verdes

Basílio Horta
Partido do Centro Democrático Social

Hermínio Martinho
Partido Renovador Democrático

Maia Nunes de Almeida
Partido Comunista Português

Jorge Sampaio
Partido Socialista

Correia Afonso
Partido Social Democrata

Victor Crespo
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante da ID, Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.



O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):

— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Conselho de Estado, Sras. e Srs. Convidados: Festejar o 25 de Abril é exaltar a liberdade, a democracia, a cultura.

O 25 de Abril devolveu ao País a sua dignidade perdida em meio século de obscurantismo, de opressão, de silêncio.

Festejar o 25 de Abril é recordar a luta constante, de gerações e gerações do povo oprimido, contra o autoritarismo, contra o subdesenvolvimento, contra os mentores da ordem fascista que impuseram o regime ditatorial derrubado na madrugada libertadora pelos capitães de Abril, determinados em proporcionar ao País condições para a existência de uma vida mais digna, através da instauração da democracia, que se pretendia plena de justiça social, capaz de corresponder aos legítimos anseios do povo português. Hoje, nesta solene sessão, na Assembleia da República e em todo o País, os defensores da democracia e do 25 de Abril comemoram a passagem de mais um ano sobre a data histórica. Isso, porém, só se torna possível pela acção então desenvolvida pelos capitães de Abril, alguns dos quais aqui presentes, por direito próprio e inalienável, nesta Câmara.

Neste momento quero saudar os representantes dessa plêiade de militares que tão dignamente souberam iniciar o processo histórico de conduzir Portugal para os caminhos da liberdade e da democracia.

Aplausos da ID, do PSD, do PS, do PCP e do PRD.

Ao saudá-los desta tribuna, não posso deixar de lamentar o facto de aos militares de Abril estar a ser dado um tratamento inadmissível, surpreendentemente discriminados por aqueles que, sem nunca terem lutado pela democracia, beneficiando contudo da democracia instaurada, teimam em não aceitar os valores profundamente humanistas defendidos pelos militares de Abril, a quem injustamente marginalizam.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Ao festejarmos o 25 de Abril e ao reflectirmos sobre o seu significado para o fortalecimento da democracia em Portugal, não nos devemos circunscrever apenas a uma cerimónia, onde são proferidas meras palavras de circunstância.

Consideramos que, neste acto cívico, é oportuna uma reflexão sobre o desvirtuamento dos valores de Abril e sobre os caminhos, caminhos difíceis, caminhos perigosos, que a nossa democracia está a ser obrigada a trilhar.

A Assembleia da República é o local apropriado para essa reflexão, onde não se podem escamotear as situações, pelo que desde já expressamos a nossa preocupação pela aplicação no País de métodos autoritários, que julgávamos já ultrapassados e que estão a dificultar o normal funcionamento das instituições democráticas e a criar novas e mais acrescidas dificuldades a cada vez mais alargados estratos da população, em especial às classes mais desfavorecidas.

Neste momento, alguns Srs. Deputados do PSD abandonam a Sala.

Situação que se tem agravado ultimamente, e que está a provocar uma crescente e injusta instabilidade no seio das famílias.

Quando o País se libertou do jugo fascista e colonial, houve a esperança de que, finalmente, não se iria sobrecarregar a sociedade portuguesa com actos arbitrários e antidemocráticos, substituídos, enfim, pela justiça social, perseguida desde há decénios pelo povo resistente à ditadura.

A realidade, porém, é diferente da ambicionada. Se, por um lado, vivemos numa democracia formal, acontece que a muitos cidadãos — que defendem e acreditam nas potencialidades do 25 de Abril — estão a ser criadas situações graves, que em circunstância alguma se podem considerar como democráticas. São vítimas de arbitrariedades às quais se torna imperioso pôr termo.

Quando não há condições de vida satisfatórias; quando se vive em bairros de lata, em autênticos tugúrios; quando centenas de milhares de cidadãos não conseguem arranjar emprego; quando centenas de milhares de pessoas dispõem de empregos precários, sem segurança; quando o ensino é selectivo e inúmeras famílias não podem pagar os estudos aos seus filhos; quando o direito à saúde existe apenas para quem a pode pagar; quando os jovens não têm perspectiva de futuro — não se pode dizer que vivemos numa democracia plena.

Esta é a dura, é a triste, é a irrecusável realidade.

Com o 25 de Abril abriram-se perspectivas notáveis para o desenvolvimento do País. Mas a aplicação de políticas em que os valores fundamentais propugnados pelos capitães de Abril passaram a ser relegados para segundo plano, em detrimento de valores supér-

fluos, começou a impedir o aprofundamento da democracia, começaram a cavar-se profundas e indesejáveis distorções na nossa sociedade.

O povo português confia no 25 de Abril, mas sente que, se não se invertem certas situações, a democracia portuguesa correrá riscos desnecessários. Assim, a imensa participação popular nos festejos que assinalam mais um aniversário sobre o derrube do fascismo revela uma manifesta preocupação de defesa do regime democrático. É neste quadro que os Portugueses comemoram o 25 de Abril.

Festejar o 25 de Abril é realçar o diálogo e a tolerância para a resolução dos problemas e rejeitar o autoritarismo, fruto de espíritos menos preparados culturalmente para aceitar as regras democráticas.

Festejar o 25 de Abril é fomentar a estabilidade contra a instabilidade social provocada por políticas que provoquem insegurança nos cidadãos.

Festejar o 25 de Abril é defender valores essenciais para o reforço da democracia, como a liberdade de expressão de pensamento, a liberdade de os cidadãos informarem e serem informados com rigor, criando-se, para isso, condições adequadas e não colocando os meios de comunicação social apenas ao serviço do Poder.

Festejar o 25 de Abril é promover os nossos valores culturais.

Festejar o 25 de Abril é alertar contra aqueles que pretendem servir-se da democracia como um mero trampolim para a prática de políticas restauracionistas a favor dos grandes grupos de pressão económica, em detrimento dos interesses da população em geral.

Festejar o 25 de Abril é respeitar o poder local, é promover a regionalização, como um dos principais instrumentos para a consolidação da democracia, e não o de impedir a prossecução de iniciativas que sirvam aqueles patrióticos objectivos.

Festejar o 25 de Abril é impedir a prática de actos corruptos e de se favorecer o clientelismo político.

Festejar o 25 de Abril é proporcionar aos desempregados, aos reformados e aos pensionistas condições dignas de sobrevivência. Festejar o 25 de Abril é acentuar a necessidade de saltarmos as fronteiras do subdesenvolvimento.

Festejar o 25 de Abril é prestigiar as instituições democráticas, com a Assembleia da República, Órgão de Soberania que por todos tem de ser respeitado, nomeadamente por quem tem a responsabilidade de concorrer decisivamente para que se mantenha o necessário equilíbrio entre as instituições democráticas; porque tentar desprestigiar e desrespeitar a Assembleia da República demonstra claramente que ou não se sabe ou não se quer viver em democracia.

Finalmente, festejar o 25 de Abril é festejar a paz.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: O 25 de Abril coloca-se acima de toda e qualquer maioria circunstancial, pelo que se torna inaceitável que o regime democrático venha alguma vez a ser posto em causa por força da utilização de actos abusivos, por parte dessas maiorias, que afrontem as liberdades, os direitos e as garantias constitucionais.

A característica da democracia participativa que a Constituição veio a consagrar vai no sentido de que a intervenção dos cidadãos na vida política não se esgota no acto eleitoral, passando pela participação activa dos cidadãos na definição e na elaboração das leis essenciais por que se rege o nosso regime democrático.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Apesar de todas as vicissitudes, apesar de o esforço dos capitães de Abril ter sido, em grande parte, frustrado acreditamos nas potencialidades generosas do povo português, que saberá, em todas as circunstâncias, opor a sua firme disposição na defesa dos ideais de Abril, na defesa do nosso regime democrático.

Aplausos da ID, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a representante de Os Verdes, Sr.^a Deputada Maria Santos.



A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: Srs. Capitães de Abril, contem como foi!

Contem, para que se saiba como o sonho rompeu a janela e ganhou a realidade...

Contem a história bem contada, para que se saiba dos anseios a correr nas ruas, das mãos que se davam e dos olhares que se ofereciam...

Contem, para que não haja fronteiras entre o passado e o futuro.

Contem aos jovens de hoje o que outros jovens em Abril descobriram e, para isso, não tenham medo e busquem as palavras do poeta:

*De súbito a cidade parece banhada de alegria
estamos juntos meu Amor
possessos da mesma ira justiceira
Damos as mãos como dois jovens namorados
e sorrimos felizes
à doce primavera acontecida
no magoado coração da pátria.*

Contem! Mas não deixem que outros ponham corrosão nas palavras e nos conceitos, na esperança e na realidade. Não deixem que outros adulterem a nossa memória.

Digam dos homens e das mulheres que vieram de «longe, de muito longe» e se reencontraram em torno de um projecto social que recuperou a dignidade do povo português.

Digam-lhes que foi apenas o começo!

*Porque Abril foi para nós
uma porta, uma viragem:
um momento que ganhámos.
Não o fim de uma viagem.*

Digam aos jovens de hoje que outros jovens ontem descobriram que era possível ajudar a construir uma sociedade. Que foi bom saber do Portugal pleno e verdadeiro que existia para além dos muros e das grades...

Sr. Presidente da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Estamos aqui presentes para comemorar a maturidade da sociedade portuguesa, que se afirma na vitalidade da sua democracia.

É temos especiais razões para estarmos felizes, porque é Portugal que está de parabéns, pela extraordinária capacidade criadora das comunidades humanas que o habitam e lhe deram um rosto e uma voz.

É Portugal são as suas populações, mais a sua cultura, que foi quem o construiu e lhe deu sentido.

Começemos pelo Gerês, desçamos o rio Minho, olhemos para Trás-os-Montes, galguemos o Douro, sintamos as Beiras, ganhemos a Estrela, banhemo-nos no Mondego até ao mar, dancemos sobre as serras calcárias da Estremadura até ao Tejo, planemos sobre o Alentejo e, quando chegarmos à Serra Algarvia, por sobre as praias cosmopolitas, miremos uma ponta das nossas raízes, árabes e africanas, tantas vezes esquecidas ... e tragam notícias das ilhas. Portugal somos todos nós, com a «nossa memória e as asas do futuro que queremos para ele».

Dela nos chega a experiência de que as transformações profundas não se instituem por decreto e que a Revolução somos nós e que ou existe em nós ou não existe.

Democracia é isso mesmo!

É construir no dia-a-dia esse processo que anima o indivíduo, de uma forma cada vez mais crescente, a participar nas «coisas públicas».

É identificarmo-nos com uma dinâmica social renovadora que motive a convivência livre e solidária e que envolva os cidadãos nas questões que dizem respeito à sua vida.

É a exigência de uma política que deve surgir de baixo para cima, onde cada um de nós participe nas decisões e esteja presente em todos os aspectos do pulsar comunitário.

É dar o nosso contributo para que a evolução social que se busca, constrói e reconstrói — a partir dos princípios da diversificação, do policentrismo e do pluralismo — se fortaleça em Portugal.

É, no dizer de um grande historiador:

«Assentar o desenvolvimento de Portugal e dos portugueses na identidade cultural que os séculos cimentaram [...] E não existirá a democracia, não viveremos democraticamente se não pudermos escolher, entre as lógicas económicas, aquela que à democracia conduz, em que a democracia se alicerça».

É só existirá verdadeira modernização quando esta assentar na tradição dos mais autênticos valores da nossa cultura. Não uma tradição negativa, imobilista, mas como soma do conhecimento e da experiência acumulados por sucessivas gerações. A desejada inovação terá de assentar na feição específica da nossa cultura. Daí que para nós o conceito de desenvolvimento seja inseparável do de identidade nacional.

Sr. Presidente da República: A liberdade não se ensina, mas é predisposta pela educação. E a liberdade, como todas as coisas humanas, não funciona validamente senão sobre um fundo de hábitos socialmente adquiridos. E é precisamente aqui que uma pedagogização cívica pode ajudar o esforço do cidadão português a conhecer a vida pública e nela participar.

Por isso, os que pretendem servir a democracia e sistematicamente inibem o cidadão a retomar o controle da sua vida social, económica, política e cultural contradizem-se plenamente.

É que hoje a tendência é para isolar o indivíduo, anular os grupos sociais, esbater a sua capacidade de reivindicação, favorecer a apatia social, o que leva necessariamente à adulteração dos mecanismos de aprofundamento da vivência democrática.

Esta tentativa crescente de destruir a sua faculdade de interrogar, de promover a insegurança, de buscar a submissão, de alimentar a indiferença, afirma-se já hoje na sociedade portuguesa, através de projectos centralistas, autoritários e mesmo megalómanos.

Mas, quer queiram, quer não, têm contra eles os que lutaram por Abril, os que festejam Abril, os que constroem Abril.

Sr. Presidente da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Nós, os ecologistas do Partido Os Verdes, continuamos a preferir a inquietação fértil às certezas dogmáticas, a alimentar a nossa razão e a nossa vontade na vida quotidiana e no sonho. Disse um poeta:

*E se tivermos que escolher,
somos partidários
das vozes vivas da rua [...]
Preferimos os caminhos às fronteiras [...]
Preferimos um sorriso a um bombardeiro [...]
E a Revolução aos pesadelos [...]
Mais do que tudo, somos partidários de Viver.*

Sr. Presidente da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Saudamos o 25 de Abril!

Nós saudamos esse dia! Saudamos o dia em que os militares de Abril deram luz ao amanhecer, para que nós pudéssemos fazer o dia. É isso que teimamos em cumprir.

Teimamos em que este país seja livre na sua totalidade e no mais pequeno dos seus recantos.

Teimamos em que a Revolução há-de ser cumprida!

É esta a melhor homenagem que devemos prestar a Portugal: tornar o 25 de Abril vivo e actuante, insubstituível no processo libertador do cidadão português, na sua organização social e no poder político. É este Portugal que queremos vivo, e não outro!

E, porque é hoje que o amanhã começa, é este o tempo de buscar um desenvolvimento diferenciado, é este o tempo de voltarmos a nós próprios e de descobrirmos as raízes determinantes e definidoras do nosso carácter colectivo, das nossas condicionantes históricas e geográficas, enfim, das nossas extravasantes potencialidades humanas.

É este o tempo de dar resposta a um anseio perfeitamente caracterizado, de uma sociedade que reencontra em si própria as potencialidades do futuro desejado.

*O Portugal futuro é um país
aonde o puro pássaro é possível*

e as profundas crianças desenharão a giz [...]

*Mas desenhem elas o que desenharem
é essa a forma do meu país.*

Portugal será e lá serei feliz. [...]

Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Basílio Horta.



O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Convidados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Comemorar o 25 de Abril é consagrar, hoje, ainda e sempre, a liberdade.

É celebrar o reencontro de um povo, há cerca de 50 anos privado da liberdade, com o seu advento, numa formidável explosão de alegria, que invadiu primeiro o coração dos súbditos transformados em cidadãos e extravasou depois para as ruas e para as praças de todo o País.

É recordar a «poesia na rua», retratada pela grande Vieira da Silva no deslumbramento do homem que se sente renascer numa pátria ímpar, onde só teriam lugar a fraternidade e a paz.

É homenagear os homens generosos que, com coragem e risco, mas também com a simplicidade das flores com que calaram as espingardas — e essas flores podiam ter várias cores, e não apenas o vermelho e o laranja, que hoje, em exclusivo, ornamentam esta Assembleia —, ...

Risos

...tornaram possível, assim, com essa simplicidade, o 25 de Abril. Uns tinham dedicado toda a sua vida à causa da liberdade, mantendo intacta a chama da esperança no negrume das prisões ou nas noites intermináveis do desterro. Outros travam nesse dia a sua primeira batalha ou escolhem aí definitivamente o seu caminho, e fazem-no com o entusiasmo e com a fé de quem pertence às gerações que se crêem destinadas, no dizer de Albert Camus, a refazer o Mundo.

O CDS, meu partido de sempre e de que fui um dos mais humildes fundadores, criou raízes nestes admiráveis momentos. Assumiu-se na diferença ideológica e programática e conseguiu, com indelével coragem e não pequenos sacrifícios, provar que em democracia o socialismo jamais poderia ser o único aliado da liberdade.

Quando a liberdade é tão natural como o ar que se respira, comemorar Abril é também recordar saudosamente todos os que depois da Revolução lutaram, sofreram e alguns até morreram

para que hoje assim possa efectivamente ser. E aí, na primeira linha desses novos mártires da liberdade, estão militantes do meu partido, estão militantes do CDS, para quem a figura ímpar de Adelino Amaro da Costa constitui um inesquecível exemplo e a sua acção um imperecível legado político e humano.

Estivesse ele fisicamente entre nós e não imputaria ao 25 de Abril a culpa do 11 de Março. E, se agora, neste clima de amnistia geral que sempre caracteriza as grandes comemorações, referimos os erros e os excessos do período pós-revolucionário simbolizados no 11 de Março, é porque se nos afigura importante reflectir sobre a forma como a pureza dos princípios éticos, a generosidade das intenções políticas e a correcção dos objectivos económicos e sociais podem, por incultura, sempre por ambição desmedida e sempre por mau entendimento do funcionamento das instituições democráticas, transformar-se em ameaça totalitária e em permanente crise económica e social.

Assim, ao lado da geração que fez a Revolução do 25 de Abril surgiu uma outra que assumiu a pesada responsabilidade, nos partidos, na Administração e no Governo, de, mantendo intacta a liberdade, corrigir os erros que outros cometeram. E conseguiram-no sem demagogia nem populismos fáceis, a maior parte das vezes no silêncio dos gabinetes, longe dos holofotes da televisão, rodeados das maiores dificuldades internas e externas, lutando contra incompreensões e interesses instalados, tornando possível, através da seriedade e competência da sua conduta, que melhores tempos viessem e outros acabassem por colher os frutos do seu discreto, mas corajoso e eficaz, trabalho.

V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, que foi Primeiro-Ministro em governos constitucionais, sabe, por experiência própria, que assim foi e como é injusto hoje, no tempo de todas as facilidades, que possa haver alguém que, não tendo vivido esses momentos, nem se tendo comprometido em nenhuma dessas decisivas batalhas, se atribua o papel de julgador severo dos que antes abriram o caminho, apontaram o destino e tornaram possível o desfile triunfal: seria uma injustiça, para não dizer uma ingratidão.

Vozes do CDS, do PS, do PCP e do PRD: — Muito bem!

O Orador: — O CDS, que se honra de ter assumido responsabilidades políticas em vários governos da República, dirige a essas mulheres e homens, que souberam comprometer-se quando o compromisso era difícil mas indispensável à democracia e ao País, a essas mulheres e a esses homens que se repartem pelos partidos democráticos representados nesta Assembleia, uma palavra de apreço e de reconhecimento.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1988 é comemorado quando pela primeira vez o eleitorado optou por uma maioria

parlamentar e de governo de um só partido. Com efeito, desde 19 de Julho de 1987 que o PSD dispõe nesta Assembleia de uma maioria absoluta e, conseqüentemente, o País é governado por um executivo da inteira e exclusiva responsabilidade política daquele partido. O CDS, no integral acatamento da vontade popular, desde o primeiro momento que manifestou absoluto respeito pela maioria gerada em eleições livres e pelo governo monopartidário que com base nela foi constituído. E tomou esta atitude não apenas no cumprimento das mais elementares regras democráticas, mas com a convicção de quem sempre entendeu que os impasses e bloqueios da sociedade portuguesa só seriam ultrapassáveis com a formação de maiorias capazes de gerar e garantir a estabilidade política, a eficácia governativa e a coerência ideológica e programática. Porém, se o princípio da maioria corresponde ao funcionamento normal dos regimes democráticos, estes são bem mais exigentes e em defesa da liberdade postulam outros princípios, quiçá mais importantes, nos quais fundam o seu próprio ordenamento constitucional.

Um desses princípios, implícito no conceito de Estado de direito democrático, consagra a separação de poderes. E o inerente respeito pela competência dos diversos órgãos de soberania. Não são assim admissíveis num regime democrático as acções ou iniciativas que visem, na prática, transformar a Assembleia da República num órgão dependente ou hierarquizado. O Governo depende desta Assembleia e a ela e só a ela compete a fiscalização política dos actos do executivo. Não é o contrário que acontece. É este o regime constitucional em que vivemos.

A maioria que conjunturalmente existe na Assembleia da República não se pode confundir com o próprio órgão de soberania e será um péssimo serviço prestado às instituições e ao regime democrático se essa maioria aceitar uma pública e sistemática subordinação a directivas ou ordens, para já não falar em reprimendas, oriundas de um outro órgão de soberania ou de simples instâncias partidárias.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – É o espírito e a lei da Constituição que são violados. É a própria dignidade dos deputados e da Assembleia da República que é posta em causa perante o País.

Vozes do PSD: – Não apoiado!

O Orador: – A todos nós, deputados, mas muito especialmente à maioria, compete não abdicar das suas competências, não pactuar com os que teimam em desvalorizar o Parlamento, numa palavra, assumir em plenitude as funções constitucionais do órgão de soberania para que todos fomos eleitos pelo povo.

Vozes do PSD: – É o que temos feito!

O Orador: – Então, se têm feito, por que dizem não apoiado?

Aplausos do CDS, do PS, do PCP e do PRD.

O Orador: – Um outro princípio implícito no Estado de direito democrático exprime-se na protecção das minorias e no respeito pelo direito das oposições.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Ter a maioria não pode significar ter sempre razão e, por isso, ser tentado a limitar ou mesmo a dispensar o debate político. Tal procedimento seria caminhar perigosamente para a uniformidade, desvirtuando o pluralismo, e, assim, atacar o cerne da liberdade.

A crítica não pode ser vista como uma ofensa e a oposição como um pecado cometido contra o País. Quem assim entende ou demonstra falta de cultura democrática ou de confiança em si próprio.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Por tudo isto, o CDS não pode aceitar recentes iniciativas ditadas exclusivamente pela maioria que visam limitar drasticamente ou mesmo eliminar direitos que desde sempre foram reconhecidos às oposições.

Tolhidas gravemente na sua capacidade de intervenção, as oposições tendem a ser consideradas apêndices incómodos que o Poder tolera, mas não considera. O novo Regimento e a nova Lei Orgânica da Assembleia da República que se perspectivam são disto prova evidente.

A nível extraparlamentar o mesmo errado conceito é o prevalente. A ausência de debate político, dificuldades crescentes no acesso à televisão estatal, discriminação na escolha para provimento dos lugares públicos, constituem práticas correntes incompatíveis com um clima de pacificação, de tolerância e de solidariedade que, catorze anos volvidos sobre o 25 de Abril, desejaríamos ver implantado na sociedade portuguesa.

Aplausos do PS.

O Orador: – O CDS, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e fundamentalmente, Srs. Deputados da maioria, exprime sinceros votos para que esse clima de diálogo, de tolerância e de generosidade possa ainda ser construído.

Só assim será possível enfrentar com êxito os desafios que a próxima década colocará a Portugal e aos Portugueses.

A revisão constitucional, as mudanças estruturais na sociedade, no Estado e na economia não se concretizarão num ambiente de conflito permanente, perfeitamente escusado no Portugal de hoje. A maioria e o Governo desfrutam de condições ímpares para unir os Portugueses num esforço comum visando o desenvolvimento, a modernidade e o progresso. Será uma grande responsabilidade nacional perder esta oportunidade e desbaratar tempo e energia em tentativas hegemónicas colocadas ao serviço de simples projectos de poder. Sr. Presidente da República, permita-me V. Ex.^a que as últimas palavras desta intervenção lhe sejam dirigidas.

V. Ex.^a não foi o candidato do meu partido, mas é hoje o nosso Presidente.

Em V. Ex.^a, que personifica a independência nacional e a unidade do Estado, o CDS reconhece, no democrata de sempre, o

guardião da liberdade e o garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Assim tem sido e o CDS está seguro e tranquilo de que com V. Ex.^a assim continuará a ser.

Não consentirá certamente V. Ex.^a que a liberdade autêntica que hoje comemoramos se transforme numa liberdade formal que dispense comemorações.

Fazemos sinceros votos para que o exemplo de diálogo, de consenso, de participação e de tolerância que tem sido apanágio do seu mandato acabe por ser seguido. Então, celebraremos de forma diferente o 25 de Abril e o discurso do CDS será naturalmente outro.

Aplausos do CDS, do PS e do PRD.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Hermínio Martinho.



O Sr. Hermínio Martinho (PRD): – Sr. Presidente, da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: A comemoração que hoje aqui nos reúne nem por repetida de há uma dúzia de anos para cá perde força e significado – porque não perde força nem significado essa data maior da nossa história contemporânea e das maiores do nosso multissecular percurso como povo que é o 25 de Abril.

Que, embora de (ou com) perspectivas diferentes, todos o celebremos nesta Casa, com a muito honrosa presença e intervenção de V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, e ainda com a presença também de representantes de outros Órgãos de Soberania e das mais variadas instâncias da sociedade portuguesa, é sinal inequívoco de que a revolução libertadora e democrática de 1974 é hoje um património fundamental, e pacificamente aceite, do nosso País e do nosso povo. Povo que, aliás, e também uma vez mais, espontaneamente, das formas mais diversas, o festeja nas ruas, como só faz nos grandes momentos de júbilo colectivo: há catorze anos, exactamente, caiu um regime ditatorial, colonialista e caduco que durante quase meio século, tendo por suportes a polícia política e a censura, perseguiu, oprimiu e explorou, «orgulhosamente só» no concerto das nações civilizadas e democráticas, violando sistematicamente os mais elementares direitos do homem.

Este «pesadelo» acabou a 25 de Abril de 1974 – e acabou, nunca será de mais recordá-lo e acentuá-lo (até porque alguns, e com especiais responsabilidades, o parecem ter esquecido, se não nas suas palavras, pelo menos nos seus actos...), acabou graças aos generosos «capitães de Abril». Por isso, o PRD saúda, e entende que todos devemos saudar, todos os homens do Movimento das Forças Armadas que tornaram possível o derrube da ditadura e a construção da democracia, saúda, e entende que todos os devemos saudar, desde os anónimos construtores desse grande dia aos que nele tiveram posição de relevo ou liderança, quaisquer que tenham sido os caminhos que depois seguiram, e que simbolizamos nos capitães de Abril aqui presentes.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e de alguns deputados do PSD.

Não esqueçamos, nem esqueceremos jamais, o que Portugal e todos nós lhes devemos! E sentimo-nos na especial obrigação moral de o pôr em destaque, quando muitos militares de Abril têm sido vítimas, desde há bastante tempo, não só e apenas de reiteradas faltas de gratidão e atenção, mas até de formas de tratamento, quando não persecutório ou discriminatório, pelo menos, e sem prejuízo de valores que ninguém mais do que eles defende, incompatíveis com o estatuto de dignidade que é necessariamente o seu. Valores de dignidade, liberdade e humanidade por que lutaram, valores também de fidelidade à democracia e à palavra dada. Assim, os «capitães de Abril» derrubaram a ditadura, abriram as portas à democracia, que sem eles não teria sido possível, ajudaram a construir e consolidar o regime democrático, não quiseram o Poder para eles, não se autopromoveram para sempre – e bem o podiam ter feito –, regressaram aos quartéis, submetendo-se democraticamente ao poder político.

Só que, quer parte desse poder político, quer uma certa hierarquia que parece não lhes perdoar terem feito o 25 de Abril, em vez de, também ao nível militar, lhes fazerem a justiça que lhes é devida, procederam de tal modo que hoje vemos fora das Forças Armadas parte significativa daqueles que mais se distinguiram na Revolução de 1974. O PRD, que apareceu também para combater a situação de injustiça e «apodrecimento» dos valores morais e democráticos a que se chegou, e de que foi sinal flagrante a forma como terminou com o Conselho que constitucionalmente era o representante legítimo e o «legatário» institucional dos valores do 25 de Abril, o PRD homenageia, pois, todos os que o fizeram e todos aqueles que, no duro combate e resistência à ditadura, o prepararam e tornaram possível.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Hoje, institucional e politicamente, a Democracia (primeiro D que a Revolução de 1974 quis consagrar) é um facto, uma realidade consolidada e fora de questão, embora não se possa nunca esquecer que democracia é também respeito pelas minorias, espírito de servir os outros, capacidade de diálogo para encontrar consensos favoráveis ao interesse nacional.

Também a Descolonização, o segundo D do 25 de Abril, chegou a bom porto, com a única, embora terrível; excepção do caso de Timor, que nunca será de mais lembrar – como nunca será de mais pugnar, por todos os meios ao alcance do nosso país, para tentar pôr-lhe termo.

Aplausos do PRD e de alguns deputados do PS.

A descolonização chegou a bom porto, embora, e principalmente pelo tempo perdido pelo regime anterior, não pudessem deixar de existir algumas sequelas.

O importante, no entanto e neste momento, é que haja, de facto, vontade política para levar às últimas consequências o melhor do seu espírito, concretizando um reciprocamente mais proveitoso e mais fraterno relacionamento com todos os países de língua oficial portuguesa.

Resta o terceiro D, o do Desenvolvimento, que continua longe de cumprir – e que é, exactamente, de entre todos, aquele cuja realização menos dependia da vontade e da acção dos militares de Abril. Pois bem: não restam hoje dúvidas a nenhum português de que nunca como hoje houve condições para concretizar esse terceiro D, para fazer de Portugal um País desenvolvido e moderno que deixe de ser o «parente pobre» dos outros países europeus, antes se situando progressivamente ao seu nível.

O anterior e o actual governos gozaram e gozam de condições absolutamente excepcionais, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer mesmo do ponto de vista político, para fazer cumprir este terceiro D – o do Desenvolvimento. Isto mesmo foi

confirmado pelo Sr. Primeiro-Ministro quando, após a recente cimeira de Bruxelas, afirmou ao País não haver mais desculpas para os Portugueses verem os seus níveis de vida equiparados aos dos outros países da CEE. Os Portugueses desejam e merecem isto mesmo e, se o actual Governo o não vier a conseguir, decerto não lhe perdoarão. Infelizmente, não nos parece que o esteja a conseguir tanto quanto seria possível e desejável.

Até porque, para o conseguir, é necessário, é indispensável, manter inteira fidelidade ao espírito do 25 de Abril, ao espírito democrático da tolerância, do diálogo, da defesa dos mais desfavorecidos, da justiça e do progresso.

Mas, amanhã e sempre, é nossa firme convicção que o espírito do 25 de Abril e os seus generosos ideais vão triunfar.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.



O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida.

O Sr. Maia Nunes de Almeida (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Digamos Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores, Srs. Deputados: Dobrados que são hoje catorze anos sobre a Revolução de 25 de Abril, podemos reafirmar que esse feito dos valorosos capitães continua e continuará a ser um exaltante e inesquecível acontecimento do nosso passado recente e fundamentalmente uma linha de rumo democrático e nacional, que o nosso presente reclama e que o nosso futuro exige.

Os catorze anos passados não nos fazem esquecer a homenagem devida e justa aos capitães de Abril, que na sua gesta heróica liquidaram a mais velha ditadura da Europa, pondo fim ao mais velho império colonial do Mundo.

Nesta homenagem queremos também, manifestar a nossa preocupação solidária a todos os que são discriminados precisamente por que fizeram Abril, lutaram por ele e com ele se continuam a identificar.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

Não esquecemos também os milhares de compatriotas que com sacrifícios extremos, dando muitas vezes a sua própria vida, lutaram tenazmente pela liberdade e a democracia, ao longo da ditadura fascista de quase meio século, contribuindo para que Abril chegasse. Ao comemorarmos Abril, façamos também um ponto da situação, não tanto no sentido de recriminar o passado e as suas sequelas, mas para saber deles recolher os necessários ensinamentos que permitam preparar um melhor futuro para os Portugueses.

Não o devemos fazer com um sentido de miragem, qual oásis distante. Mas com espírito de trabalho no presente, dando particular atenção às reclamações e aspirações da nossa juventude, para que possamos encontrar as necessárias soluções para os problemas do futuro. O futuro que é já hoje, e não apenas o amanhã.

Comemorar Abril não pode nem deve ser um acto voluntarista, ignorando os reais problemas que se colocam à sociedade portuguesa, as entorses a que vem sendo sujeito o regime democrático constitucional e a necessidade de lhe ser dada a devida resposta e, bem assim, os desafios com que estamos confrontados.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Falar de Abril neste XIV aniversário é indissociável da referência ao texto constitucional, que acaba de perfazer doze anos e que alguns querem alterar tão drasticamente que é impossível não falar de destruição. Importa dizer, hoje, por isso mesmo, que o texto constitucional, primeiro da hierarquia das leis, veio corporizar e dar forma às linhas mestras que nortearam a acção dos capitães de Abril e do povo na sequência da revolução dos cravos.

A Constituição de Abril veio falar de coisas humanas, como liberdade, justiça, progresso, cultura, ensino, casas, ecologia, saúde, vida e futuro. E são esses valores e ideais que hoje aqui celebramos, tantos deles por cumprir e materializar e outros de que vemos afastada a vontade política de concretização.

Comemoramos a liberdade política e o funcionamento democrático das instituições, desde logo desta Assembleia da República enquanto representação máxima da vontade popular, contra aqueles que delas apenas têm uma visão retórica, imbuídos que estão de um espírito de auto-suficiência, narcisismo e prepotência, procurando inverter equilíbrios institucionais entre os Órgãos de Soberania.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Comemoramos as liberdades e os direitos dos trabalhadores, e desde logo o direito à sua participação, intervenção, organização e actuação em defesa de interesses legítimos, de que o direito à greve e à segurança no emprego são expressões máximas, contra aqueles que nos trabalhadores apenas vêem a força da mão-de-obra, quais máquinas de uma engrenagem, passíveis de toda e qualquer programação, tenha ela o nome de requisição civil, processo disciplinar, insegurança no emprego ou mesmo despedimento, de que seria exemplo significativo a consagração legal do propósito que pretenda aniquilar direitos fundamentais de quem trabalha.

Comemoramos a subordinação do poder económico ao poder político democrático, no quadro de uma economia diversificada ao serviço do povo e do País, dizendo não àqueles que da economia só vêem o lucro, que entendem o sector público como inimigo a abater, que defendem conceitos serôdios de organização capitalista, ainda que rebaptizada de popular.

Comemoramos a consagração de uma nova ordem democrática nos campos de Portugal, com direito a uma vida digna para os agricultores e rendeiros.

Comemoramos a reforma agrária enquanto grande realização dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo e reclamamos que sejam criadas condições para que a nossa agricultura se possa desenvolver, acabando com a cruzada contra os trabalhadores e impedindo que seja replantado no País o latifúndio, trave mestra

do regime da ditadura, responsável pelo atraso secular da nossa agricultura.

Comemoramos uma nova imagem de Portugal no Mundo, a amizade com os povos e países antes colonizados, a defesa da paz como factor determinante do progresso da Humanidade. E fazê-lo num quadro universalista, dando plena actualidade ao espírito de aventura e humanista dos navegadores de Quinhentos, que tornaram possível uma maior aproximação dos diferentes povos do Mundo.

Foi também esse o espírito de Abril que, ao abrir de par em par as portas do futuro, restituiu a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade, a honra e o gosto de ser Português.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Aos jovens de hoje, para quem Abril não pode ser apenas mais uma data histórica, antes deve significar o rumo das suas aspirações e anseios das coisas concretas, como ensino, cultura, trabalho, tempos livres.

Abril, que foi afirmação de juventude – desde logo nos principais agentes que o tornaram possível: os jovens capitães –, tem de continuar a ser juventude, progresso vida, futuro!

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Para que Portugal possa caminhar

na senda do futuro, vencer o desafio do desenvolvimento e do progresso social, é necessária a afirmação de um espírito de unidade e convergência na acção dos democratas que possa dar real conteúdo e sentido aos ideais de Abril.

É o desafio que nos é lançado e a que temos obrigação de responder afirmativamente. Só assim será possível retomarmos em conjunto os caminhos da transformação da sociedade portuguesa que, também em conjunto, há catorze anos iniciámos!

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Quem olha para a vida no sentido do futuro tem a percepção funda de que, para além de tudo, Abril foi e é um acto que deu e dá expressão ao sonho milenário do homem na sua ânsia de liberdade, emancipação e procura da felicidade colectiva.

E, perante a memória dos muitos portugueses que perderam a vida na luta pela liberdade e pela democracia, perante o exemplo da coragem, sacrifício e verticalidade dos que ao longo de anos resistiram à ditadura, perante os desafios do futuro de paz, progresso e justiça no aprofundamento da democracia política, económica e social para a construção de uma pátria livre, queremos, no limiar do 15.º ano de Abril, responder com fundada esperança no devir colectivo – 25 de Abril sempre!

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PS, Sr. Deputado Jorge Sampaio.



O Sr. Jorge Sampaio (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.as e Srs. Convidados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: É aos jovens que não viveram o 25 de Abril que o PS quer dirigir em especial esta intervenção. Aqueles que o não sonharam nem viveram, porque é a eles que nos compete transmitir o que ele representa.

No fundo, é a eles que o 25 de Abril se destina: quer o que aqui comemoramos hoje, quer o que vivemos há catorze anos. Em conjunto, somos a geração política a quem compete fazer a transição entre o autoritarismo e liberdade, intolerância e pluralismo, entre atraso e desenvolvimento, arbitrariedade e justiça, entre a lei do mais forte e a solidariedade social, entre coacção e democracia. A nossa tarefa está longe de estar concluída.

É impossível transmitir-lhes, a esses jovens, o que foi esse dia: a euforia, a emoção, os abraços esfusiantes e os projectos exaltados que trocámos intensamente, cruzando a cidade e o País de ponta a ponta, envoltos no fio da história que se construía perante os nossos olhos e que representava para muitos um sonho fielmente sonhado ao longo de anos. É por isso e por muito mais que jamais esqueceremos os capitães de Abril, a quem prestamos comovida homenagem. Não é uma frase de retórica, mas um sentimento profundo.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e de alguns deputados do PSD.

Mas é nossa obrigação transmitir aos jovens o que representa o 25 de Abril, porque, ao fazê-lo, fazemos a pedagogia da própria democracia, e esse é, sem dúvida, o nosso dever.

As comemorações do 25 de Abril não podem ser comemorações simbólicas, têm de ser comemorações cívicas, onde fique bem claro que acima das nossas divergências políticas há valores fundamentais que nenhum de nós pode violar, e são esses que devemos transmitir geração após geração.

Por isso, nesta data saudamos, em particular, o Sr. Presidente da República, como símbolo e garante desses valores.

Aplausos gerais.

A evolução acelerada da sociedade industrial pôs tantas vezes em causa as mundivisões das grandes ideologias, tornou ultrapassados e desaconselháveis alguns dos paradigmas políticos do pós-guerra. Mas, na vertigem das transformações do mundo contemporâneo, é necessário distinguir com firmeza entre o que é a evolução normal de doutrinas e políticas e aquilo que é capitulação em princípios e valores essenciais.

As comemorações do 25 de Abril têm de ser, em nome da juventude a quem temos de legar, além do mais, um património cívico, as comemorações da nossa intransigência na defesa e aprofundamento da democracia política, económica e social, na defesa do direito à diferença e à livre expressão dessa diferença, na defesa da solidariedade e justiça sociais como valores que devem nortear a forma de governar um país.

Este é o dia em que ultrapassamos o que nos divide para recordarmos e festejarmos uma data que simboliza os princípios intratáveis onde nunca nos poderemos dividir, sem com isso pôr em causa os fundamentos e a estabilidade do regime democrático.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – É importante que as novas gerações tenham consciência de que em democracia também há limites àquilo que se pode pôr em causa, sem ameaçar a própria democracia e as liberdades políticas, sem comprometer o que o 25 de Abril permitiu no que respeita ao combate à intolerância e à injustiça.

A democracia não se esgota no processo de representação dos cidadãos. Defendê-la aqui, dia a dia, é dever de todo o deputado e é regra de todas as democracias.

Vinculados ao sufrágio popular que nos mandata, defendemos políticas distintas e até diversas concepções do homem e da sociedade. Divergimos, confrontamo-nos; este conflito, porém, é símbolo de vitalidade e regra da própria democracia, e não sinal da sua debilidade ou obstáculo à acção política. E há, infelizmente, ainda quem não o tenha compreendido.

Pensamos ser esta uma oportunidade também para olharmos para nós em face do país plural que representamos.

Durante décadas, o Parlamento foi apenas uma instituição que servia para tentar salvar as aparências à ditadura. O País ignorou-o e viveu durante meio século na indiferença do que aqui se disse ou fez. Pouco importava, aliás. Os cidadãos não se sentiam, nem estavam, aqui representados, o arbítrio e o autoritarismo do Governo não encontravam aqui qualquer oposição.

Mas, num regime democrático, a vitalidade, a eficácia e a projecção pública do que aqui se diz e faz são a garantia que os eleitores têm de que ele cumpre as suas missões essenciais: representar, legislar e fiscalizar. É, por isso, um dever inalienável de todos nós prestigiar esta Casa e lutar com determinação contra

todas as tentativas para a denegrir e menosprezar, porque com isso reforçamos e aprofundamos a democracia, que conquistámos a 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

E estamos, lamentavelmente, em risco de perder, com o que se perspectiva para a nova Lei Orgânica e para as alterações ao Regimento, a oportunidade de melhorarmos as nossas condições de trabalho no quadro plural que é a nossa essência e de nos aproximarmos com profundidade e eficácia do país real.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – O confronto político que aqui se trava traduz a diversidade dos mandatos políticos que nos vinculam. E é aqui que esse confronto se deve publicamente travar, sob pena de os eleitores, os grupos sociais e os agentes económicos irem procurar na sociedade outras expressões não institucionais para exprimir a diversidade de perspectivas políticas. Por isso, as suas regras não podem ser violadas, as condições de exercício do direito de oposição não podem ser coarctadas, porque então é a democracia e a estabilidade social que ficam ameaçadas.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – O 25 de Abril foi o ponto de partida para a construção de um Portugal moderno, progressivamente livre dos bloqueios estruturais que durante décadas o impediram de acompanhar o desenvolvimento da restante Europa. Nestes catorze anos, e tantas vezes em condições adversas, muito se fez já. Alteraram-se estruturas políticas, mobilizaram-se forças sociais, reestruturaram-se alguns sectores da economia, alargou-se o acesso ao ensino e à cultura, melhoraram-se as condições de acesso à Segurança Social, à habitação e à saúde. Todos temos a consciência do muito que ainda falta fazer e mesmo dos reajustamentos necessários ao sucesso da integração europeia. Mas talvez por isso seja necessário fazer um balanço de percurso, perspectivar a sociedade que estamos a construir e que será o legado final do nosso esforço de transição da ditadura à plena democracia. É agora, no momento decisivo da integração europeia, que a tarefa de modernização que assumimos a 25 de Abril deve ser levada a cabo com maior rigor, porque é também agora que ela comporta mais riscos. Queremos a modernização de Portugal, foi por isso que lutámos durante anos. Mas não a queremos a qualquer preço. A modernização não pode ter como único objectivo criar riqueza. Não queremos uma sociedade de abundância baseada na injustiça e no arbítrio. Não queremos uma sociedade de abundância que

viva e se construa ignorando os que dela não desfrutam, ignorando as assimetrias que é necessário ultrapassar, ignorando que só a redistribuição da riqueza garante a justiça e a solidariedade sociais.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Não ficámos parados no tempo. Por muito grata que nos seja – e é – a memória do que foram essas lutas pela liberdade e pela democracia e do que foi e é o 25 de Abril – memória que sempre em nós revive –, não ficámos apegados a soluções que não têm correspondência em muitos dos modernos problemas com que a sociedade e os cidadãos se confrontam.

As soluções podem ter mudado, mas os objectivos para a sociedade portuguesa são os mesmos. Queremos legar aos jovens que não viveram o 25 de Abril um país em que o sucesso não seja um valor superior à solidariedade, em que o lucro não viole a qualidade dos produtos, das habitações, das cidades, do meio ambiente, em que a concorrência possa ser estímulo. Mas o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos seus direitos, pela ética nos meios a que se recorre, têm de ser valores que se sobrepõem a uma sucessocracia pretensamente neutral, que infelizmente começa a alastrar, sem princípios e sem fronteiras.

Aplausos do PS, do PRD e de alguns deputados do PCP.

O Orador: – Queremos um país em que o Estado deixe ampla liberdade à iniciativa individual e colectiva, mas que não abdique nunca do papel regulador que lhe compete no combate à injustiça e às desigualdades sociais, na definição de grandes objectivos estratégicos que visem corrigir as assimetrias de desenvolvimento entre as regiões e as chocantes disparidades de riqueza entre os grupos sociais.

O sucesso dos indicadores macro-económicos só é efectivo e motivo de confiança dos cidadãos no desenvolvimento quando se traduz na diminuição das disparidades que no quotidiano negam a igualdade de direitos e de oportunidades que consagramos desde 1976 na Constituição.

A revisão constitucional é o momento de fazer o balanço sobre o passado e contratar os grandes consensos nacionais que garantam mais desenvolvimento, mais justiça social o um quadro democrático mais exigente. Procuraremos com serenidade o diálogo possível, sem abdicar, todavia, de princípios e valores essenciais, sem os quais consideramos descaracterizada a democracia.

No limiar do ano 2000, o Mundo conhece novos desafios de desenvolvimento e mesmo novos equilíbrios de poderes e novas relações entre as potências. Por vezes, no gigantismo das grandes linhas de evolução para este fim de século, o homem aparece

miniaturizado como valor e como objectivo essencial e único verdadeiramente válido de todas as políticas.

O futuro que desejamos tem de saber pesar lucidamente o custo do progresso na dignidade e na qualidade do quotidiano dos cidadãos. Por isso, o poder político, a quem cabe definir uma estratégia nacional para o desenvolvimento, não pode nunca abdicar dos valores essenciais que lhe compete salvaguardar a troco de um desenvolvimento a qualquer custo.

Devemos garantir que a democracia que soubemos construir corresponda ao desenvolvimento de uma sociedade capaz de se vitalizar pela sua diversidade, de se mobilizar em torno de um novo ciclo de projecção da cultura e da língua portuguesas, onde se sinta a política como uma actividade nobre, em que não apenas os políticos, mas todos os cidadãos, se devem empenhar como a única garantia da aproximação entre eleitores e eleitos, de fiel representação da dinâmica da sociedade, de fiscalização efectiva do exercício do Poder.

Às novas gerações não legaremos apenas um Portugal democrático, mas também o projecto de uma nova Europa. Estamos a viver anos decisivos, Portugal e a Europa vão conhecer grandes e profundas mudanças, é um caminho novo, rico na diversidade que comporta, difícil na variedade dos problemas que há que vencer, possível porque todos o desejamos, estimulante porque é o virar de uma página na história da civilização europeia. Este não pode ser o projecto de um governo, seja ele qual for, mas sim o de todos os portugueses.

Por isso, a tarefa de mobilização da vontade, da iniciativa, da ciência e da cultura nacionais para a construção de um Portugal moderno e de uma nova Europa é algo que todos temos de estimular. É a esta tarefa permanente de rigor e de esperança que dedicaremos a vitalidade do nosso empenhamento.

Só temos o homem e a democracia como limites.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PSD, Sr. Deputado Correia Afonso.



O Sr. Correia Afonso (PSD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Passados catorze anos, comemoramos hoje, mais uma vez, o 25 de Abril. Recordamos o dia em que se pôs termo a um regime iníquo e opressor, violador dos mais elementares direitos humanos. Festejamos a data em que o povo reconquistou a liberdade e a dignidade em que retomou nas suas mãos o seu próprio destino. Vencido o obscurantismo, estilhaçado o bloqueio social, desfeitos os privilégios e a marginalização cultural, ganhámos todos o direito e a responsabilidade de construirmos uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

É portanto, com patriotismo e com orgulho que os sociais-democratas celebram o 25 de Abril e que recusam a sua apropriação por qualquer grupo, partido ou classe.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O 25 de Abril foi um elemento grande de todo o povo português, e não apenas de alguns. Foi um grito de libertação e de esperança, como já o tinham sido antes os grandes movimentos populares de 1383, 1640, 1820 e 1910.

O 25 de Abril foi principalmente uma mensagem de paz e solidariedade.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados: O 25 de Abril está cumprido. Está cumprido porque vivemos em liberdade. Está cumprido porque construímos a democracia. Está cumprido porque agora podemos decidir o nosso destino colectivo. Está cumprido porque retomámos a esperança.

A liberdade, a democracia e a esperança, que foram os grandes objectivos do 25 de Abril estão conseguidos.

Vencida a ditadura, cumprido o 25 de Abril, acabou o medo.

Deixou de ter sentido a bandeira do antifascismo, que alguns, poucos, incapazes de se habituar à democracia, ainda desfraldam.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Começou o primado do bem comum.

Honra aos militares e ao povo de Portugal, que, com a sua luta, coragem, generosidade e apego à liberdade, tiveram direito ao seu 25 de Abril.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Ao exaltar desta tribuna o 25 de Abril e o que ele representa, entre muitos nomes ilustres, um deve ser recordado: falo de Francisco Sá Carneiro, fundador do PSD, um dos grandes construtores da liberdade e da democracia em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS.

Mas comemorar o 25 de Abril exige também sinceridade e reflexão. Sinceridade, para dizer claramente que o 25 de Abril se completou com o 25 de Novembro.

Reflexão, para poder escolher frontalmente o nosso destino.

O PSD, ao associar-se à comemoração do 25 de Abril, sente especial responsabilidade na construção de um futuro melhor para os Portugueses.

O 25 de Abril está cumprido!

Deu-nos um Estado de direito democrático, em que o povo é o verdadeiro detentor da soberania, em que o Presidente da República é eleito directamente, em que os representantes para a Assembleia da República, que queremos prestigiada, e para o exercício do poder local são escolhidos em liberdade e em que o Governo depende do Parlamento.

Os partidos políticos estão implantados e o povo português habituou-se a exprimir através deles o seu querer e o seu sentir. A solidariedade e a justiça social são uma constante das nossas preocupações.

Temos, portanto, uma democracia institucionalizada, onde se pratica a tolerância política, o pluralismo, o respeito pelos direitos humanos. Provámos ser capazes de praticar e viver essa democracia.

Cabe-nos agora a todos nós, Portugueses, construir um futuro melhor. A democracia pode e deve ser um regime gerador de segurança e estabilidade.

Mas o fortalecimento da democracia passa pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Importa valorizar o homem, melhorar a sua qualidade de vida, facultar-lhe igualdade de oportunidades onde quer que ele se encontre.

Muito já se fez!

Consolidou-se o poder local democrático, mais próximo das populações e mais capaz de ir ao encontro de muitas das suas carências.

Implantaram-se as autonomias nas Regiões dos Açores e da Madeira, como processo de descentralização que corresponde às legítimas aspirações das populações e permite corrigir distorções resultantes da insularidade.

Aderimos à CEE e, dessa forma, foi posto aos Portugueses o maior desafio desde o século XVII, que é integrar uma Europa cuja construção deverá assentar na diversidade cultural dos componentes, com respeito pela identidade nacional.

Muito já se fez!

Mas muito há ainda a fazer!

Há que construir o país do bem-estar, onde apeteça viver, onde se seja mais feliz.

Há que acelerar a mudança iniciada e preparar Portugal para a meta colocada em 1992, quando terminar a maior parte dos períodos de transição e se abrir o grande espaço comum europeu, com 320 milhões de habitantes, sem barreiras à livre circulação das pessoas, das mercadorias, dos serviços e dos capitais.

Há que aprender as lições do passado e tirar rapidamente delas as devidas consequências para assegurar o futuro.

Urge pôr termo à estatização e à colectivização e libertar a sociedade civil.

Impõe-se dar corpo ao princípio da privatização naquilo que não encontre na razão social justificação para manter-se no sector público.

Cumprir valorizar a terra e a sua função social, para protecção das classes mais desprotegidas ligadas ao mundo rural e para aumento da produtividade agrícola.

É inevitável a flexibilidade do mundo laboral, para terminar com a precariedade do contrato de trabalho e aumentar o número dos empregos e a protecção aos trabalhadores.

Risos do PS e do PCP.

Finalmente, e como grande tarefa, há que rever a constituição e redefinir o Estado, democrático e pluralista, aproximando-o do querer colectivo.

A Constituição é um instrumento de liberdade, mas não pode ser um texto imutável que não traduza a vontade popular.

A Constituição deverá continuar a ser a magna carta dos direitos, liberdades e garantias individuais, mas terá de exprimir também a normalidade democrática portuguesa e um consenso sobre as instituições e sobre a forma de funcionamento do Estado e da sociedade. Os Portugueses querem e esperam a revisão constitucional e não perdoarão àqueles que a inviabilizarem.

Muito já foi feito!

Mas muito há ainda a fazer!

Trata-se da construção de um futuro colectivo e é, portanto, uma obra em que todos os portugueses deverão participar. Mesmo a oposição.

Risos do PS e do PCP.

Em democracia, a oposição é legítima, necessária e até desejável, se não se limitar à obstrução e quiser contribuir com as suas críticas para corrigir os passos da maioria.

Mas é preciso saber ser minoria e habituar-se a respeitar as maiorias. De quem é a responsabilidade de governação? O povo é soberano e é ele que escolhe as maiorias e as minorias.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Não se pode é ser simultaneamente grande democrata aqui na Assembleia e andar lá fora a fomentar a agitação e o desrespeito das leis.

Aplausos do PSD.

Não parece que toda a oposição, pela sua prática, tenha sempre grande autoridade para nos dar, a nós, Portugueses, lições de democracia.

Protestos do PS, do PCP e do PRD.

A maioria tem como código de ética respeitar a vontade popular dentro e fora do Parlamento. E assim continuará.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O 25 de Abril está cumprido e trouxe-nos muito.

Agora seremos nós a construir o futuro que quisermos e pudermos. Estamos numa era de mudança, em que é necessário proceder a transformações que traduzam a nossa vontade de liberdade e o nosso sentimento de solidariedade.

Devemos ter consciência de que somos uma grande comunidade, presente nos cinco continentes, que demos novas pátrias ao Mundo. Podemos e devemos celebrar o 25 de Abril com optimismo.

O 25 de Abril restituiu-nos a liberdade, a dignidade e a democracia. Cabe-nos agora a nós, com o património do 25 de Abril, iniciar a grande missão de construir o futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Victor Crespo:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores: Comemoramos hoje o 14.º aniversário do 25 de Abril. Foi há um instante na vida do País, mas não numa perspectiva humana. Entraram já na vida activa, mesmo na política, portugueses que não tiveram um conhecimento real desse momento alto da nossa história contemporânea. E, por maioria de razão, de tudo quanto lhe esteve na origem.

Estamos já em condições para celebrar esta data com uma visão racionalizada. E de a transmitir, educativamente, às novas gerações. Abril franqueou todas as portas a um regime democrático. Resolveu o problema colonial. Permitiu que, em liberdade, escolhêssemos e definíssemos um projecto nacional de desenvolvimento e modernização, que irá ditar o que seremos, a nossa posição no Mundo, no terceiro milénio, que se aproxima.

Podemos afirmar que estão decididos os grandes objectivos de tal projecto-esperança. Somos um país integrado na Europa comunitária e apostados ao seu sistema de valores. Estamos determinados a atingir rapidamente os níveis de desenvolvimento dos países mais prósperos. Estamos em condições de galgar etapas de modernização, no respeito, e para cumprimento, da vontade dos Portugueses. Fizemos uma revolução política no quadro da evolução das sociedades democráticas modernas.

É reconfortante verificar que assim foi, que nos juntámos à tendência dominante de caminhar para a democratização.

É que se sente, por todo o lado, uma vitalização do pensamento político em torno dos princípios do pluralismo e das concepções democráticas.

Mas teria sido vantajoso que tivéssemos preparado uma nova atitude cultural, feita sem ofensa das nossas características endógenas, garante da identidade nacional e do nosso património comum.

Essa evolução cultural está em curso, lentamente, é certo, mas importa que continue e que aprofunde os caminhos já percorridos, que são de esperança.

Os Portugueses têm demonstrado, pela sua riqueza intrínseca, pela sua grande capacidade de adaptação, inteligência e génio inventivo, que são capazes de adquirir a preparação adequada para enfrentar quaisquer desafios do futuro.

Assim, soubemos adaptar-nos ao início da integração nas Comunidades e absorver, de forma imperceptível, os aspectos negativos do «choque da integração».

Esta qualidade precisa de estar presente na programação da política global de desenvolvimento da sociedade portuguesa, que passa pelos aspectos económicos, mas também, e necessariamente, pelas suas vertentes sociais e de comportamento.

Não surpreende que, neste contexto, me debruce, por um momento, pelo ângulo da «cultura» política, particularmente numa época em que o seu campo se vai alargando, passando a esfera económica mais tradicional, extravasando para outros terrenos da actividade humana, mesmo aqueles que, no passado, estavam confinados ao foro privado.

Excelências, nenhuma dúvida subsiste quanto ao enraizamento profundo dos ideais democráticos na sociedade portuguesa.

Mas, há que reconhecer — embora o fenómeno não seja apenas nosso — que, nos seus reflexos culturais, o exercício da actividade política carece de ser dignificado e aumentada a sua responsabilidade perante o todo nacional.

É que um contexto político que o País não compreendesse em toda a sua extensão, ou que a ele não aderisse com entusiasmo, seria motivo de preocupação.

Os sistemas, para se arraigarem, têm de ser objecto de um entendimento racional. Assim também nos sistemas políticos representativos. Uma dispersão no funcionamento das instituições democráticas que dissipasse energias em questões marginais conduziria a uma anemia do Estado, não consentindo que todos os esforços convergissem, com determinação e empenho, para as tarefas de realização do bem comum. Permitiria ainda que fossem suscitadas, de quando em vez, questões de legitimidade fora das conformadas com a realidade democrática.

Uma fragilização e desmoralização da actividade política enfraquece o empenhamento de cada um na procura de melhores soluções para o desenvolvimento. É por tudo isto que vejo com preocupação algumas formas de encerrar a actividade política que vão no sentido de a não prestigiar.

Aparecem, aqui e além, críticas, aproveitamentos ou remoques menos legítimos e razoáveis. É-me penoso, confesso, muitas vezes, ter de calar uma expressão de desagrado, insurgir-me, perante tais comportamentos quando consciente de que, pelos condicionamentos culturais existentes, tal atitude teria consequências perversas, levando a efeitos precisamente contrários aos que pretenderia.

Importa ir fazendo a pedagogia mais adequada com vista a um entendimento e à procura das soluções políticas mais consentâneas e correctas. Pedagogia que esta Casa pode e tem o dever de fomentar. Os parlamentos têm entre as suas funções mais destacadas a pedagogia e a difusão clara dos pontos de vista das diferentes correntes de pensamento, que importa fazer passar, de forma correcta, à

opinião pública, porque a vitalidade de todas as liberdades depende da existência de um parlamento respeitado.

É também por isso que quero reafirmar que o trabalho do Parlamento e dos parlamentares não se reduz à actividade do Plenário, que tem, aliás, um modo de fazer e ritual próprios. Muito longe disso!

A ele terão de juntar-se os trabalhos de preparação e estudo, as actividades das comissões, por onde passam muitas das decisões mais significativas e importantes que têm lugar na Câmara, a que acrescem as audições e petições dos mais diversos sectores da sociedade e o trabalho sempre renovado entre os eleitos e os eleitores. Cabe-nos a nós tudo fazer para que a vida parlamentar, na sua globalidade, seja bem percebida.

Conseguindo-o, ajudamos a prestigiar a Assembleia e dignificamos a democracia. E, assim, melhor damos conteúdo ao grande momento que foi a Revolução de Abril.

Conseguindo-o, estimulamos a realização palpável e a execução no terreno das perspectivas generosas que a animaram.

Com um só objectivo:

O de ajudar a conduzir o País a um estágio de desenvolvimento moderno e de prosperidade de que todos possamos orgulhar-nos e cada um usufruir.

Excelências, ao longo dos últimos catorze anos muitas foram as mudanças que se operaram na sociedade portuguesa.

Muito já se fez. Há sempre mais a fazer.

A Revolução de Abril encontrou o País com taxas de desenvolvimento das mais baixas da Europa, uma economia pobre, baixos índices de investimento e, mais tarde, excessivas taxas de desemprego e inflação.

E nos indicadores sociais tínhamos vinte anos de atraso em relação à Europa.

Estamos agora determinados a viver tempos de construção de um destino comum, para ser vivido com dignidade.

O desenvolvimento é também um direito fundamental dos homens. Sejam então capazes de levar por diante o projecto-esperança que todos anime e mobilize; o projecto que, sendo nosso e não esquecendo a tradição, seja capaz de estar aberto à inovação e à imaginação criadora; um projecto que, fortalecendo a democracia e realizando o bem comum, se desenvolva em paz e liberdade.

Só assim seremos dignos das promessas de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Mário

Soares: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Exmas Autoridades Cívicas e Militares, ilustres Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: A mais grata afirmação que se pode fazer, neste dia em que se cumprem catorze anos sobre o reencontro de Portugal com a liberdade, é a de que o 25 de Abril não é uma efeméride do passado, que careça de ser ressuscitada ritualmente em cada aniversário, mas antes um ideal que se mantém vivo e actuante na consciência dos Portugueses e a que a grande maioria continua indelevelmente fiel.

É sempre com muita alegria que assinalamos uma data que hoje pertence ao património histórico português e que guardamos preciosamente na memória e no coração. Saudar os que a tornaram possível — e em especial os militares de Abril — é, assim, um acto de elementar justiça. Mas, mais do que celebrar a data, retoricamente, importa voltar os olhos para o futuro e mobilizar os Portugueses — e em especial os jovens — para os grandes desafios que o novo tempo nos apresenta e aos quais temos de responder, sem demora, com criatividade, ousadia, a participação de todos e os consensos possíveis.

Nestes catorze anos, apesar de erros, desvios, vicissitudes diversas — e mesmo de alguns inevitáveis ressentimentos —, conseguimos criar os pressupostos sem os quais o desenvolvimento de Portugal e o bem-estar dos Portugueses, em especial dos mais humildes, ficaria irremediavelmente comprometido. O primeiro e mais importante desses pressupostos, a democracia pluralista, é hoje, felizmente, um valor indiscutível, enraizado e irreversível — uma realidade vivida quotidianamente por todos os portugueses.

Durante este tempo dotámos o País de instituições democráticas que, embora possam e devam ser aperfeiçoadas, têm funcionado regularmente e consubstanciam um Estado de direito moderno. Graças, em grande parte, à pujante realidade do poder local, mudámos as condições de vida das populações, alterámos a paisagem física e humana de Portugal, criámos outros hábitos, necessidades e exigências. A autonomia regional permitiu uma nova forma de participação das populações insulares no todo nacional. Com a institucionalização da concertação social, o movimento sindical e as

associações patronais dialogam como verdadeiros parceiros sociais, em pé de igualdade. Assim se procura consolidar os factores de coesão social e de solidariedade. Nasceu — e, sobretudo tem vindo a desenvolver-se — uma nova consciência da cidadania, que se reconhece nos valores do diálogo, da participação, da tolerância, do respeito pelos outros. Estamos a reencontrar, enfim, o orgulho de sermos portugueses e a certeza de que Portugal é um país de futuro e que esse futuro depende em primeira linha, do nosso querer colectivo.

Estão, pois, reunidas as condições indispensáveis para que possamos ultrapassar a fase de transição para o desenvolvimento e para que vivamos, em todos os planos da vida económica, social e cultural, as exigências plenas da modernidade. É esse o sentido do irrecusável desafio da construção da República moderna aberta, participada e que desejamos esteja ao serviço dos cidadãos, sem discriminações.

Com uma história e uma cultura multisseculares, que forjaram uma identidade nacional de uma riqueza incomparável — aliás amplamente reconhecida na ordem externa —, Portugal, fiel à mais lídima lição do seu passado e à sua vocação universalista, é hoje um país aberto aos novos ventos que sopram no Mundo e essencialmente voltado para o futuro.

Membro da Comunidade Europeia há pouco mais de dois anos, Portugal e os Portugueses têm vindo a enfrentar com sucesso os desafios da competitividade a que estão sujeitos, devendo preparar-se, daqui até 1992, ano em que, em consequência do Acto Único, será criado o grande mercado europeu, para transformações sem paralelo na nossa história moderna. É imperioso, para tanto, que se modernize a agricultura e se reestremem e desenvolvam as indústrias, investindo a fundo na educação e na formação profissional.

O desafio de 1992 representa uma prioridade vital, de que todos os portugueses deverão estar conscientes. Importa, assim, suprir, com decisão, os factores estruturais da tradicional vulnerabilidade da nossa economia — entre os quais se contam a dependência, quase sem defesa, perante oscilações exteriores, a fragilidade tecnológica e uma gestão antiquada e insuficiente —, tornando a economia portuguesa competitiva, eficaz e mesmo agressiva em termos externos.

Não podemos, todavia, perder de vista que o indispensável desenvolvimento tem de ter uma verdadeira dimensão social — condição imprescindível de sucesso —, cultivando os valores da participação, da concertação e do diálogo, os únicos que em democracia são susceptíveis de evitar bloqueios, conflitos e divisões graves, que tudo podem comprometer, do mesmo passo que deve basear-se na solidariedade para com os portugueses mais pobres e menos preparados profissionalmente, que são os que mais poderão vir a sentir os inevitáveis efeitos perversos das transformações em curso.

É essa, aliás, a preocupação expressa pelo Papa João Paulo II na sua carta-encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, ao afirmar que «a solidariedade é o caminho para o desenvolvimento» e que «a solidariedade ajuda-nos a ver o outro – pessoa, povo ou nação – não como instrumento qualquer, de que se exploram, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, abandonando-o quando já não serve, mas, sim, como nosso semelhante».

Trata-se, pois, de um imperativo moral, político e social que deve nortear a nossa acção, não esquecendo, outros sim, neste nosso tempo, em que certa riqueza volta a exhibir-se por forma chocante, que o desenvolvimento tem de ser realizado ao serviço de todos, ninguém devendo ser excluído dos seus benefícios.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Nisso consiste a solidariedade nacional. Por forma a cumprir os generosos objectivos da Revolução dos Cravos, graças aos quais o espírito do 25 de Abril continua vivo e actual no nosso quotidiano de portugueses, livres e responsáveis.

Tudo tenho feito, como Presidente da República, para assegurar um clima de estabilidade institucional, de convivência cívica e de confiança entre os Portugueses, que reputo indispensável para que nos possamos concentrar no esforço essencial de desenvolvimento e de progresso. Com discrição, sem interferir nas competências próprias dos outros Órgãos de Soberania – e no respeito que lhes é devido –, mas sem transigir quanto aos princípios, garante como sou da constitucionalidade e do regular funcionamento das instituições democráticas.

Assim continuarei a proceder, empenhadamente e numa linha de coerência, em relação ao que sempre tenho afirmado quanto à função presidencial, pois é minha convicção de que necessitamos, mais do que nunca, de criar um ambiente de consenso quanto ao fundamental, evitando polémicas e divisões estereis, numa hora que, nacional e internacionalmente, tanto nos responsabiliza como povo e como nação.

Julgo que o processo de revisão constitucional, que está em marcha nesta Assembleia – e de cuja importância todos os Srs. Deputados estão conscientes –, deverá constituir um momento privilegiado para que esse ambiente de consenso quanto ao essencial se manifeste e afirme, fazendo da Constituição um traço de união entre os Portugueses, e não um pretexto para querelas ultrapassadas, contribuindo para a consolidação do Estado de direito democrático e assegurando a vitalidade, as iniciativas e a coesão da sociedade e, bem assim, o reforço dos direitos dos cidadãos, designadamente no seu conteúdo económico, social e cultural.

Aplausos gerais.

A Assembleia da República, na sua diversidade e pluralismo, sede legítima da representação nacional, é o local próprio para estabelecer um tal diálogo, que necessariamente terá de ser fecundo, construtivo e consensual para facilitar a revisão da nossa lei fundamental, tendo como objectivo o aperfeiçoamento das instituições e um melhor funcionamento de uma sociedade que se quer democrática, moderna e europeia.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: A República moderna que estamos a construir desde o 25 de Abril assenta na liberdade, no desenvolvimento, na igualdade de direitos e oportunidades, na justiça social, no direito à diferença, no reconhecimento da qualidade e do mérito e na solidariedade para com os mais pobres e esquecidos.

O poder político, que, em democracia, só pode resultar do voto popular, é sempre partilhado, participado e, obviamente, transitório. Sendo assim – como é –, o diálogo, a tolerância, a concertação e a corresponsabilização são os seus instrumentos naturais e privilegiados. A legitimidade da maioria e o respeito pelas minorias são o verso e o reverso de uma mesma regra essencial.

Aplausos gerais.

Visando a modernização da sociedade e o bem-estar dos cidadãos, a nossa República está aberta às novas ideias, à dinâmica dos novos grupos sociais e culturais, à livre iniciativa e à criatividade. A comunidade científica, os homens de cultura e de arte, as universidades e a juventude têm de participar activamente da vida da República como sujeitos e agentes activos, e não como meros destinatários das transformações.

No mundo contemporâneo não há países condenados ao atraso e à pobreza por falta de recursos naturais. Existem, sim, países que se desenvolvem e avançam porque sabem aproveitar e rentabilizar a inteligência, o trabalho e a capacidade dos seus filhos – e os seus recursos, naturalmente – e outros países que se não desenvolvem só porque não são capazes de o fazer.

Portugal vive hoje uma hora feliz de inovação científica e tecnológica, de criação cultural e artística que tem sido justamente celebrada por inúmeros observadores estrangeiros e que não tem paralelo no passado recente. É o resultado da liberdade trazida pelo 25 de Abril, bem como do impulso dado a uma sociedade até há pouco parada pelo choque europeu. Assim, o desenvolvimento por que lutamos tem ainda de saber aproveitar esta situação excepcional, investindo cada vez mais na educação, na formação profissional, na ciência e na cultura, por forma que melhor possamos potencializar as excepcionais qualidades e energias do povo português.

Urge que saibamos integrar-nos, como nação, no tempo novo e de esperança que o mundo vive, suspenso dos acordos de paz que os

supergrandes negociam, nestes anos de viragem para o novo milénio. Apesar das contradições, dos conflitos regionais e da miséria atroz, de que sofrem tantos povos, a causa da paz – que é a do bom senso – caminha no mundo e a esperança em dias melhores é-nos de novo permitida. Uma esperança com horizontes ilimitados de progresso baseado num sério e conclusivo diálogo norte/sul. Urge, pois, que saibamos decifrar os novos sinais do tempo e que participemos activamente na defesa das grandes causas, as únicas capazes de mobilizar hoje a Humanidade: a paz, a preservação do ambiente, o equilíbrio paisagístico e urbano, a humanização da vida quotidiana, a defesa do património artístico e histórico, a qualidade de vida.

Creio, sinceramente, que Portugal, fiel à sua vocação humanista e ao universalismo da sua cultura, saberá estar, neste tempo decisivo, à

altura do seu destino nacional e do importante papel que lhe cabe no mundo moderno.

Tenhamos confiança no futuro – e na liberdade – com que nos reencontrámos em 25 de Abril de 1974, nesse dia – como disse, na sua voz inconfundível, Sophia de Mello Breyner:

*Inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
e livres habitamos a substância do tempo*

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

DIA DA LIBERDADE



25
DE ABRIL

1974•1989

vamos continuar



1974-1989

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1989

Oradores

Victor Crespo
Presidente da Assembleia da República

Carmen Pereira
Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente da Assembleia da República Victor Crespo:



— Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Excelências, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: O XV aniversário da Revolução de Abril, que hoje celebramos, assume características próprias. Enaltecer hoje e sempre esta data é um dever de cidadania.

O 25 de Abril abriu as portas escancaradas, para uma vivência democrática. O que não admite ser esquecido. Lembrar este momento alto da nossa história constitui, para os Portugueses, mais do que um dever: é uma exigência consciente.

A Revolução de Abril foi um acto de democratização. Foi a expressão do desejo profundo, da vontade enraizada da Nação, de que todos os homens têm direito a dispor dos seus próprios destinos, a usufruir, por igual e em paz, dos frutos do desenvolvimento e o acesso aos bens prodigalizados pelo engenho humano. Foi o grito da consciência e da forma de estar na vida dos Portugueses; foi o grito dos Portugueses à liberdade, à justiça e à solidariedade.

Queremos para cada ser humano as condições de realização pessoal, sem sujeições, no respeito pela sua cultura profunda, sem peias ou enquadramentos artificiais.

Sras. e Srs.: Passados quinze anos, continua a ser justamente merecida uma palavra de reconhecimento e de louvor aos que assumiram a iniciativa de tomar nas suas mãos a tarefa de varrer, para sempre, um regime sem alma. Entre eles, queremos particularmente realçar os Militares, que souberam realizar os anseios da Nação e que, com dignidade, quiseram integrar-se nos lugares que lhe cabem no regime democrático.

Aplausos gerais.

As comemorações do dia da Liberdade têm este ano, na Assembleia da República, uma forma diferente: para lhe dar uma frescura acrescida, para fugirmos à rotina que, inevitavelmente, iria dessensibilizando o seu significado; para evitar formas ritualizadas e vazias. A Revolução de Abril pôs fim às guerras coloniais. Ressurgiram os países de língua oficial portuguesa do continente africano: livres, para trilharem os caminhos que desejam; para afirmarem a sua identidade; livres ainda, para a procura dos seus destinos.

Estamos na véspera de ver enterrados os restos do colonialismo em toda a África. E temos a esperança que a discriminação racial e o *apartheid* se encontrem no seu estertor final.

Este ano, e pela primeira vez, temos o prazer e a grande honra de associar às nossas comemorações a presença e a voz altamente qualificada de um representante dos países de expressão oficial portuguesa. Estados e Povos que têm a sua história, também ela, ligada à gesta lusitana e cuja independência está indelutavelmente associada às raízes da Revolução portuguesa de 1974.

A distinta Presidente Carmen Pereira é o mais alto responsável da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, país com quem mantemos e cultivamos excelentes relações de cooperação e amizade, que ainda muito recentemente alcançaram, ao nível do Estado, pública consagração.

A Guiné-Bissau preside ao Grupo dos Cinco, pelo que, e com toda a propriedade, podemos também afirmar que temos igualmente connosco os presidentes das Assembleias representativas dos países que se exprimem na língua oficial portuguesa.

A Assembleia da República, ao cumprimentar V. Ex.^a, deseja fazer uma saudação fraterna ao povo da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo que lhe pedimos que seja intérprete do nosso sentimento de amizade junto dos Povos e Estados de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique...

Aplausos gerais.

..., assim como da nossa vontade de incrementar com eles as mais estreitas relações.

A esta lista gostaria de poder acrescentar Timor-Leste. Empenhamo-nos para que seja possível dar ao povo de Timor a capacidade de se autodeterminar, de afirmar a sua identidade e de fazer a escolha dos seus destinos.

E com que alegria sabemos que este é, também, o entendimento dos países de língua oficial portuguesa.

Consciente de que é nos Parlamentos que se manifesta a expressão representativa de todo o País, a Assembleia da República, em consonância com o Sr. Presidente da República e com o Governo, está empenhada numa solução para Timor, de acordo com o Direito, as Normas Internacionais, e as decisões relevantes das Nações Unidas, e no respeito pelos direitos humanos.

Continuamos a trabalhar na possibilidade de uma delegação parlamentar se deslocar a Timor-Leste na convicção, e nas condições, de que uma tal iniciativa contribua para a resolução do problema.

Na raiz cultural comum, traduzida pela língua em que todos nos exprimimos, não podemos deixar de evocar também o Brasil, a grande Nação da América do Sul, a quem estamos ligados por longos e velhos laços de amizade e respeito.

Existem agora todas as condições para que uma Comunidade dos povos de expressão portuguesa vá tomando forma.

As boas relações políticas que hoje existem, o conhecimento aprofundado de uns e outros, os interesses recíprocos dentro do respeito mútuo, vão-nos inevitavelmente aproximando, com realismo, inteligência e determinação.

O desenvolvimento das relações de amizade e colaboração em todos os campos conduzirão a formas cada vez mais organizadas de contactos.

As potencialidades e virtualidades deste grande espaço cultural arrastam o estreitar da colaboração económica e social, a permuta de quadros e de especialistas, de experiências, técnicas e tecnologias, factores que, como sempre, são causas de engrandecimento. É neste contexto que a Assembleia da República deseja promover um intercâmbio regular com os países de expressão oficial portuguesa.

Sras, e Srs. Deputados, Excelências: Todos temos presente que o 25 de Abril, em liberdade, criou a democracia pluralista, que está consolidada.

Apeou mitos e esborou falsos ídolos.

Constituímos um verdadeiro Estado Democrático, sustentado no imperativo da lei.

E agora, pelas várias partidas do Mundo, os caminhos da democratização impõem-se com uma força imparável. Não parece mais possível manter situações artificiais, voluntaristas, impostas, que não recolham a adesão da maioria dos cidadãos.

Foram ou vão caindo as teses dos que queriam fazer «homens novos», impor o progresso somente alicerçado na força das ideologias, ou no exclusivo primado das soluções e esquemas tecnocráticos ou pseudo-científicos.

Os que assim pensavam esqueciam-se que o Homem e as sociedades são bem mais complexos. Para os galvanizar não se podem desprezar ou distorcer os desejos e o querer dos indivíduos. O mesmo é dizer, privá-los da liberdade das suas vontades e dos seus quadros fundamentais de valores.

Esquecer a dimensão total do Homem, mesmo sob o pretexto de lhe trazer a felicidade, cedo ou tarde acabará por se mostrar empreitada vã.

As sociedades modernas são compostas de uma variedade de interesses e concepções diversas quanto à forma de encarar a solução dos seus problemas. São, pela sua própria natureza, pluralistas.

A instituição onde se pode e deve exprimir essa pluralidade de interesses e anseios é o Parlamento, sede da Representação Nacional.

É aí que se retratam as forças políticas significativas do País. Aí se exprimem, ora convergentes ora divergentes. É um lugar de diálogo, diálogo feito de vozes e sensibilidades diferentes, mas que, no entanto, tendem a conciliar-se quando estão em jogo questões de interesse fundamental.

Assim tem acontecido, entre nós, nos grandes quadros, designadamente na política relativa à colaboração de expressão portuguesa.

Assim também tem de ser no caminho do desenvolvimento dentro da Europa Comunitária.

Importa neste momento eticamente afirmar, que a conciliação é um fim a atingir por ser preferível à criação de tensões desnecessárias, sendo certo que nunca podem ser anuladas integralmente todas as divergências.

Na ética da conciliação não podem ficar de lado a dimensão do interesse colectivo e o respeito supremo da vontade do Povo.

Cabe também ao Parlamento, uma vez arejadas e discutidas as diferenças, colaborar na pedagogia das soluções encontradas.

É que viver em democracia é compreender o calor dos debates, necessário à expressão das diversas convicções. Porém, se do trabalho do Parlamento ficasse apenas o enunciado das diferenças, ter-se-ia dele uma ideia redutora e falseada.

A discussão é salutar; é o primeiro momento na construção das soluções.

Mas são estas o que importa reter e dar público conhecimento. Porque são elas que vão ditar os caminhos da sociedade.

Sras e Srs.: Abril trouxe consigo a possibilidade do desenvolvimento e da integração nas Comunidades.

Celebramos este aniversário no meio de um processo de Revisão Constitucional, que tem como objectivo primeiro, adequar a Lei Fundamental do País às necessidades do presente e, acima de tudo, às exigências do futuro. Não pode haver progresso quando se está tolhido por obstáculos insanáveis.

Impunha-se que a Constituição não fosse, ela própria, entrave ao desenvolvimento do Portugal Comunitário. Desenvolvimento que é o grande desafio de hoje, exige uma modernização que nos coloque a um nível semelhante ao dos demais países europeus.

Galgar as disparidades substanciais que ainda persistem vai impor determinação e apego, o abandono de rotinas, alguns sacrifícios e obriga a uma educação para o futuro.

É um grande desafio. Está ao nosso alcance.

O Povo Português conta com um passado em que soube responder às grandes exigências. Sejam mais uma vez iguais a nós próprios. O desafio de hoje nem sequer tem comparação com outros, como os Descobrimientos, cujos quinhentos anos agora também comemoramos.

Mas aproveitemos os exemplos do passado para transportar para os dias de hoje a força de vontade, a clarividência, uma inteligente e consciente audácia, a capacidade de conjuntamente architectar e dar forma a um projecto.

Isto é possível, hoje, em Democracia.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Vai dirigir-se à Câmara a Sr.^a Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Sr.^a D. Carmen Pereira.



A Sr.^a Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau Carmen Pereira:

– S. Ex.^a Sr. Presidente da República Portuguesa, S. Ex.^a Sr. Presidente da Assembleia da República, S. Ex.^a Sr. Primeiro-Ministro, S. Ex.^a Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: É com elevada honra e prazer que tomo hoje a palavra nesta Assembleia da República, símbolo da democracia reconquistada com o 25 de Abril, para em nome da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau vos transmitir a mensagem de amizade e de solidariedade do povo guineense e quero ainda aproveitar para agradecer a amabilidade do convite que me foi dirigido.

Que me seja permitido aproveitar o ensejo, para apresentar a S. Ex.^a o Sr. Dr. Mário Soares, Presidente da República Portuguesa, os melhores votos e as saudações amigas de S. Ex.^a, o General João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau.

A nossa presença nas comemorações do 15.^o Aniversário da Revolução dos Cravos, oferece uma ocasião particular para prestar uma singela e profunda homenagem ao povo português, nosso aliado de todos os combates e de todos os sacrifícios.

Dizia Amílcar Cabral, líder imortal do povo guineense e grande amigo de Portugal que:

O nosso inimigo, não é o Povo Português, para nós, combatentes da liberdade das colónias portuguesas, este inimigo é o colonialismo português... Isto não é culpa do povo português que, em certo momento da história, soube mostrar o seu valor, a sua coragem, a sua capacidade e que, hoje mesmo, possui filhos capazes, filhos justos, filhos que querem também reconquistar as liberdades e a felicidade do seu Povo.

A liberdade dos nossos povos reencontrada, aliada à utilização da mesma língua, permite-nos hoje, mergulhar as raízes no passado, que apesar de algumas vezes marcado por contradições e conflitos, nos é comum, e aí buscar o húmus que alimente e fortaleça os laços de amizade que nos unem traduzindo-os numa cooperação bilateral exemplar e mutuamente vantajosa.

Significa isto que o relacionamento entre os nossos países deverá assumir uma nova dimensão e obedecer à vontade política já manifesta de promovermos uma cooperação que corresponda ao grau de afinidade forjada ao longo de séculos de convívio comum.

Como exemplo disso lembramos as recentes comemorações do 4.^o centenário da Cidade de Cacheu, marco histórico do primeiro encontro e de interpenetração das culturas guineense e portuguesa. É igualmente prova dessa vontade a visita ao nosso país de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro de Portugal, Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva, durante a qual foram assinados vários acordos que cobrem diversas áreas de grande importância para os nossos países, com particular realce, para o arranjo monetário e que testemunham da mudança qualitativa que se operou na nossa cooperação bilateral.

Esperamos que com a nova filosofia de cooperação que se instaurou entre os nossos países, Portugal irá contribuir, de forma relevante, na presente conjuntura, para o desenvolvimento sócio-económico da Guiné-Bissau.

Sr. Presidente, Excelências, Srs. Deputados: A cooperação entre os nossos países não se pode realizar à revelia da actual conjuntura económica internacional.

Com efeito, a economia dos países em desenvolvimento, sobretudo dos menos avançados, caso da Guiné-Bissau, vem sendo afectada, pelos efeitos nocivos da actual ordem económica internacional.

Esta conjuntura internacional desfavorável, caracterizada por factores tais como a deterioração contínua dos termos de troca; o peso crescente do endividamento e a diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento, aliada a uma estratégia de desenvolvimento inadequada, na década do pós-independência, conduziram à degradação crescente da nossa economia.

Perante esta difícil situação, o nosso governo iniciou a implementação de um programa de ajustamento estrutural com o objectivo de minorar o impacto negativo dos referidos factores, corrigir os desequilíbrios macro-económicos e criar assim as condições que conduzam ao crescimento auto-sustentado da economia.

Esta política tem vindo a dar resultados positivos, particularmente no que respeita ao aumento da produção e das exportações, o abastecimento do mercado interno, o aumento do produto interno bruto e a redução do défice da balança de pagamentos.

Srs. Presidentes, minhas Senhoras, meus Senhores: É com viva satisfação que constatamos o surgimento de um consenso universal quanto aos efeitos positivos das mudanças qualitativas que se operam actualmente nas relações internacionais.

A racionalidade, o bom senso e as aspirações profundas do Homem a uma vida de paz, justiça e progresso não são certamente estranhos a estas tendências que transmitem um cunho peculiar a este fim de milénio.

O amplo e exaltante clamor de alegria que tem feito eco aos progressos que se vêm registando no campo do desarmamento, da

resolução dos conflitos regionais e, de um modo geral, no clima político mundial, é a expressão clara da esperança que anima os Homens e Mulheres de todas as latitudes e fundamenta a consciência e a firmeza dos esforços colectivos tendentes a definir um mundo melhor.

O culminar em Dezembro último do processo negocial entre Angola, Cuba e a África do Sul, sob a mediação dos Estados Unidos da América, com a assinatura dos acordos de Nova Iorque sobre o Sudoeste Africano foi, neste contexto, unanimemente aplaudido pela comunidade das Nações como ilustração eloquente do prevalecimento da razão e do diálogo sobre os radicalismos e as intransigências de outrora.

Foi assim que a Humanidade também saudou o desencadeamento, em 1 de Abril deste ano, do processo de implementação do plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

Embora acontecimentos preocupantes tenham desde então ensombrado de certo modo o cenário político daquela região, suscitando interrogações sobre as possibilidades reais de salvaguarda dos frágeis equilíbrios conseguidos através dos vários compromissos que balizaram as negociações quadripartidas ao longo do ano de 1988, continuamos confiantes no êxito final das justas reivindicações do povo namíbio à autodeterminação e independência.

Na linha do papel que vem desempenhando, estamos convictos que a ONU – eixo fundamental em torno do qual se articula o plano sobre a Namíbia, aliás concebido e adoptado sob os seus auspícios – saberá velar, utilizando para o efeito todos os meios políticos e jurídicos ao seu alcance, pelo cumprimento integral das medidas que visam assegurar a transição pacífica daquele território para a independência.

Não poderíamos deixar de salientar neste contexto a acção de primeira ordem desempenhada neste processo pela República Popular de Angola e saudar a sua coragem, lucidez e compreensão clara dos grandes desafios colocados à África Austral, ao continente africano e ao mundo.

O empenho e a abnegação do povo angolano irmão não terão sido vãos, porquanto permitem hoje vislumbrar novas e animadoras perspectivas de paz naquela região.

Gostaríamos também de manifestar a nossa firme solidariedade ao povo irmão de Moçambique no seu esforço de Reconstrução Nacional e no seu combate aos actos de desestabilização e destruição levados a cabo pelos bandidos armados apoiados pelo regime racista de Pretória.

Estamos convictos de que a eliminação definitiva do *apartheid* a que, em última instância, cabe a responsabilidade da situação de guerra, tensão e instabilidade que reina no cone sul do continente africano será brevemente uma realidade e que vencerão na África do Sul as forças da liberdade, democracia e justiça social.

Pairando ainda sobre ele uma cortina de silêncio Timor Leste continua afastado da corrente positiva de diálogo e concertação que levou, nos últimos anos, a progressos substanciais na via da afirmação dos direitos dos povos a dispor livre e soberanamente do seu destino.

Das vozes que se têm levantado em condenação à violação dos direitos mais elementares do povo daquele território, figura a do Portugal democrático empenhado a assumir a plenitude das suas responsabilidades de potência administrante legal de Timor Leste.

Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa, reunidos em Bissau na Cimeira de 1988, manifestaram o seu apreço pela firme posição de Portugal em relação a este território, encorajando-o a prosseguir na busca de soluções que garantam a salvaguarda dos interesses legítimos e a integridade do povo de Timor Leste.

Saudamos esta atitude de Portugal que honra e dignifica este país amigo e a que este aerópago – a Assembleia da República – tem servido de palco privilegiado.

Srs. Deputados, por ocasião da cimeira de Bissau deixámos inequivocamente expressa a vontade dos nossos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe em estreitar as relações com o povo português que aqui tão dignamente representais.

Permitam-me que expresse o meu reconhecimento pelo modo como há bem pouco tempo vós, os representantes do povo amigo de Portugal, destes a vossa confirmação a um acordo assinado entre os governos de Portugal, e do meu país, prova do apoio unânime de todas as forças políticas em aprofundar o relacionamento entre os nossos povos.

Sr. Presidente da Assembleia da República, neste lugar, onde estão reunidos os eleitos das forças políticas que representam todo o povo português, queremos em nome do povo guineense, render uma profunda homenagem ao povo português que compreendendo a evolução irreversível da História, decidiu percorrer com os nossos povos, um novo caminho de paz, liberdade e amizade.

Que seja longa e firme a amizade entre os nossos povos.

Aplausos gerais de pé.

O Sr. Presidente: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Mário Soares — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sra. Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Embaixadores, Srs. Deputados, Sr. Cardeal Patriarca, Eminência: Comemoramos hoje o XV Aniversário do 25 de Abril, com a plena consciência e o legítimo orgulho de pertencermos a uma Pátria de homens livres; de vivermos num país que se rege pelos princípios da democracia pluralista e da eminente dignidade da pessoa humana; de constituirmos uma Nação prestigiada e respeitada no mundo; de sermos um Povo colectivamente empenhado na construção de um futuro melhor, que desejamos seja de progresso e bem-estar em que a solidariedade e a justiça social, a cooperação internacional e a paz permitam, a todos, beneficiar das espantosas descobertas científicas e das inovações tecnológicas que estão a transformar profundamente a vida, à escala do planeta, nesta etapa final do século XX. A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático, dirijo, como Presidente da República, uma saudação calorosa e sentida.

Aplausos gerais.

A todos eles é devida homenagem: aos jovens e corajosos «capitães de Abril», que derrubaram a mais velha ditadura da Europa;

Aplausos gerais de pé.

Aos resistentes, que nunca vacilaram perante a repressão e sempre acreditaram no restabelecimento da Democracia; ao Povo anónimo, que nunca aceitou a ditadura e que durante tantos anos sofreu a opressão, na sombra e no silêncio, mas sempre inconformado, e que na Primavera de 1974, veio espontaneamente para a rua aclamar, de cravos na mão, a liberdade reconquistada; a todos aqueles, enfim, que ao longo destes quinze anos, que hoje se completam, contribuíram para a construção e consolidação da sociedade democrática, aberta, tolerante e pluralista, em que hoje vivemos. Uma palavra de solidariedade e de respeito é devida, igualmente, aos nossos irmãos africanos — aqui representados, simbolicamente,

pela Ilustre Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, país que preside, neste momento, ao grupo dos cinco — que, na sua luta contra o colonialismo, sempre souberam distinguir o regime ditatorial, que combatiam, do povo português, que sempre consideraram aliado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril terá sido, porventura, das derradeiras revoluções europeias de um ciclo iniciado há duzentos anos com a grande Revolução Francesa. Também ele foi feito em nome da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do inalienável direito dos homens a tornarem-se cidadãos e a decidirem sobre o seu destino colectivo, como Nação. Também ele conheceu desvios ao espírito original e sofreu os impulsos contraditórios da tentação restauracionista e da tentação totalitária. Finalmente, porém, foi o ideal democrático pluralista que prevaleceu — e venceu — na fidelidade ao espírito inicial do 25 de Abril. Quinze anos constituem um período curto numa História multi-secular como é a nossa. Mas se é verdade que a História — como ensinou alguém — «é um processo em constante movimento com o horizonte em expansão, caracterizado pela novidade e pela criação incessante», haveremos de reconhecer que o 25 de Abril foi fértil em movimento, inovação e criatividade, e imprimiu já as suas marcas indeléveis, que não-de perdurar no futuro, rasgando novos e fecundos horizontes a Portugal e aos portugueses. O balanço, necessariamente sintético, que podemos fazer, com objectividade, destes quinze anos tão intensos de vida democrática é, sem contestação possível, amplamente positivo: a democratização da sociedade portuguesa e a consolidação das suas instituições políticas; a descolonização dos territórios africanos e o advento de cinco novas nações de língua oficial portuguesa; o fim do isolamento internacional e a reconquista do prestígio de Portugal no Mundo; o processo de adesão à Comunidade Europeia; a constituição e consolidação do poder local democrático e das autonomias regionais; o desenvolvimento progressivo da cooperação com os novos países africanos de língua portuguesa, baseada na igualdade, no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens; a emergência de uma vida cultural intensa, original, criativa e como tal reconhecida no estrangeiro; a afirmação de uma comunidade científica muito activa e consciente das responsabilidades que lhe cabem na modernização e transformação que o progresso do País exige: enfim, o aparecimento de uma juventude reivindicativa do papel que lhe compete como principal protagonista da mudança em que a sociedade portuguesa está empenhada.

Aplausos gerais.

Não se trata, naturalmente, de fazer um balanço exaustivo nem, muito menos, idílico. Mas tão só de afirmar, com objectividade, repito, uma linha de rumo, indiscutível, apesar dos acertos e

desacertos inevitáveis de uma tão complexa caminhada. Basta percorrer Portugal de lés a lés, com olhos abertos, para compreender até que ponto a face do País se transformou profundamente com o 25 de Abril, e para melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos, hoje, um tempo de renovadas esperanças e de estimulantes apostas. Temos razões para confiar no futuro. Contudo, a democracia, que nos rasgou os horizontes, é um regime de transparência e de verdade. Não devemos, por isso mesmo ignorar a outra face da realidade nem escamotear os problemas concretos que continuam a preocupar-nos e que precisamos de saber enfrentar e resolver, com urgência e determinação. É verdade que subsistem, em Portugal – como todos os responsáveis políticos reconhecem – enormes desigualdades e ainda significativas manchas de pobreza. É essencial, portanto, que nos punhamos de acordo quanto a um projecto nacional para erradicar, em prazo razoável, umas e outras.

Aplausos gerais.

É verdade que, tal como em muitas outras zonas do globo, conhecemos as ameaças de um desenvolvimento urbano e industrial não controlado, da perigosa degradação do meio ambiente em que vivemos nas grandes cidades e da exploração, por vezes irracional, de alguns dos nossos recursos vitais. Uma estratégia nacional de desenvolvimento – como tantas vezes tenho referido – deve levar em conta as exigências ecológicas e ser inspirada por uma preocupação clara de justiça social.

É verdade, também, que a economia portuguesa sofre ainda de uma grande vulnerabilidade estrutural, longe de estar vencida, e que pode pôr em causa o êxito da nossa plena integração no processo de internacionalização em curso, a nível europeu e a nível mundial. Ainda há poucos anos tivemos de impor pesados sacrifícios para corrigir desequilíbrios económicos insustentáveis. Será agora, nos próximos anos, que o desafio essencial da modernização económica terá de ser ganho. Importa, por isso, por-mo-nos de acordo – agentes económicos e Estado – por forma a defender da melhor maneira os interesses portugueses, contribuindo nomeadamente para a formação de grupos económicos nacionais, sólidos e competitivos.

É verdade, finalmente, que ainda não conseguimos vencer, apesar dos esforços desenvolvidos, a decisiva batalha da educação, da investigação científica e da cultura, *lato sensu*, que constitui, em todas as sociedades democráticas modernas, o caminho privilegiado de acesso à liberdade, à emancipação e à autonomia dos indivíduos e dos povos.

A constatação realista de tais factos – ou de outros, menos agradáveis – não deve, porém, desencorajar-nos nem justificar atitudes de descrença, de resignação ou de pessimismo.

Temos hoje, em Portugal, condições, capacidades e recursos para vencer os desafios do progresso e do desenvolvimento. A qualidade humana dos portugueses é, reconhecidamente, excelente. Somos uma Nação livre e responsável, um Estado de Direito, dotado de instituições democráticas que, quando postas à prova, têm funcionado. A democracia é uma construção permanente e o poder político democrático é sempre, por definição, limitado. Temos, por isso, com serenidade, de saber confiar em nós próprios e no futuro da nossa Pátria, de cuja vocação e destino nos devemos sentir orgulhosos.

Para tanto, precisamos de aprofundar a nossa vivência democrática – designadamente através da defesa de uma comunicação social livre e responsável – e de enraizar...

Aplausos gerais.

... na sociedade portuguesa uma cultura de diálogo, de tolerância e de concertação, que amplie e consolide, com a flexibilidade necessária, as áreas de consenso, sempre que esteja em causa a prossecução e realização de grandes objectivos nacionais.

Aplausos gerais.

Assim, importa incentivar e aperfeiçoar, por todos os meios, as condições que assegurem uma participação crescente e alargada dos cidadãos na vida política, social e cultural, tornando-os cada vez mais conscientes da necessidade de exercerem um controlo democrático efectivo sobre as grandes transformações que se estão a operar, em todos os domínios da vida colectiva, à escala nacional e à escala europeia.

Temos de saber retirar os maiores benefícios – e evitar, quanto possível, os aspectos negativos, que são previsíveis – do grande movimento internacional em que estamos activamente a participar no quadro da Comunidade Europeia. Reside aqui um desafio imenso em relação ao qual é urgente consciencializar os portugueses. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Liberdade, igualdade, segurança, prosperidade, concórdia nacional e bem-estar, são princípios e objectivos que só poderemos salvaguardar e alcançar no quadro de uma democracia desenvolvida – política, económica, social e cultural – na qual todos se sintam cidadãos, sujeitos e participantes, não apenas no plano nacional, consolidando os alicerces da República moderna em que Portugal tem por meta transformar-se, mas também à escala internacional, contribuindo activa e empenhadamente para a construção da Europa Comunitária que se prepara para a grande viragem de 1993, com a aplicação efectiva do Acto Único Europeu.

É uma meta que tem de ser atingida com pleno êxito e para a qual temos, diante de nós, um curto prazo de preparação. Não devemos,

por isso, perder tempo nem desperdiçar energias. O objectivo é claro e pode ser resumido numa simples frase: um Portugal seguro da sua identidade, activo e competitivo numa Europa Unida.

Parafrazeando um grande estadista americano – o Presidente Kennedy – diria aos portugueses: não perguntem o que o vosso país pode fazer por vós, perguntem o que todos vós podeis fazer pelo vosso país; não perguntem o que a Europa vai fazer por nós, perguntem o que nós, cidadãos portugueses e europeus, poderemos fazer por Portugal integrado numa Europa, capaz de se tornar, cada vez mais, a vanguarda da liberdade, do progresso e do bem-estar.

Aplausos gerais.

Não desejo significar com isto, que o Estado deva abdicar das suas obrigações inalienáveis. Bem pelo contrário: deve estar atento, activo e interveniente na definição dos grandes objectivos do desenvolvimento, na selecção e aproveitamento dos novos instrumentos postos à nossa disposição pela Comunidade, na identificação, estímulo e reforço dos agentes da mudança, na viabilização interna das condições de aceleração do processo de abertura da economia e da sociedade para o exterior.

Significa, isso sim, que, a par da reorganização do Estado e das responsabilidades que lhe incumbem, e à sociedade civil, às suas organizações, associações e aos seus agentes, que compete, igualmente, dar os impulsos vitais no sentido do progresso e da mudança, com imaginação, criatividade e capacidade de iniciativa, em suma, com o espírito aberto à inovação, à transformação gradual e às profundas reformas necessárias.

É preciso, entretanto, que nos entendamos sobre a Europa que estamos a construir. O Acto único Europeu não reclama apenas dos seus signatários a definição e a dinamização de estratégias

económicas. A Europa sem barreiras do grande Mercado único não pode circunscrever-se à liberdade de comprar e de vender, de investir e de consumir. Tem de ir mais longe: tem de ser também uma Europa política e uma Europa social – a Europa dos cidadãos e um espaço de solidariedade – capaz de encontrar, na diversidade e interpenetração das suas diferentes culturas, a coesão e a força que hão-de projectar no mundo a sua unidade. É nessa Europa do futuro que o Portugal de Abril está vitalmente empenhado, no reforço da sua identidade própria e procurando, ao mesmo tempo, estreitar os laços que cada vez mais o ligam a uma vasta comunidade linguística, dispersa pelos cinco continentes, da qual fazem parte o Brasil e os novos países africanos de expressão portuguesa – também eles interessados em que a aposta europeia seja vencida por Portugal e possa vir a beneficiar o seu desenvolvimento e a sua inserção nos processos de transformação social, económica, tecnológica e política que o Mundo está a viver, rumo ao século XXI.

É esse capital precioso, que se traduz numa multiplicidade de relações e numa pluralidade de interesses que importa tornar compatíveis, que faz de Portugal – Nação multissecular pioneira na descoberta do vasto Mundo – um interlocutor hoje indispensável, respeitado e prestigiado, na cena internacional.

Também isso ficámos a dever ao 25 de Abril, que hoje comemoramos, voltados essencialmente para o futuro e confiantes de que teremos a capacidade e a vontade política necessárias para não perder a grande e histórica oportunidade que de novo nos bate à porta, como Nação.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

dia da
liberdade
liberdade
liberdade
liberdade
liberdade



1974 · 1990

25 de abril

desfile · marquês de pombal - rossio · 15 horas

© 1990

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1990

Oradores

Herculano Pombo
Partido Ecologista Os Verdes

Narana Coissoró
Partido do Centro Democrático Social

Marques Júnior
Partido Renovador Democrático

Octávio Teixeira
Partido Comunista Português

Jaime Gama
Partido Socialista

Montalvão Machado
Partido Social Democrata

Victor Crespo
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o representante de Os Verdes, Sr. Deputado Herculano Pombo.



O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes):

– Exmo Sr. Presidente da República, Exmo Sr. Presidente da Assembleia da República, Exmo Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Hoje é dia de falar de Abril.

Falar do Abril que ouvimos, dos velhos medos daquela noite, entre todas a mais longa, em que «as horas ficaram acesas e o tempo, com um corcel por dentro, foi desbridando o basalto das trevas».

Falar da cantiga morena, que na rádio acordava a mais clara das madrugadas; de como se acendeu cedo a querida Liberdade nesta terra outra vez de fraternidade; de como surgiu um amigo em cada esquina das cidades e da louca esfusante alegria, pintando em cada rosto a igualdade.

Falar das armas e dos capitães assinalados que, cansados da guerra, corajosamente puseram nas ruas a última e a melhor das batalhas, aquela que o povo não quis perder.

E falar do povo, que é quem mais ordena e que naquela manhã de Abril pôde colher finalmente os cravos no silêncio semeados, verdes da esperança que os acalentou, vermelhos do sangue que os regou; um povo de cara outra vez lavada nas águas mil daquele Abril e nas lágrimas com que se foi salgando o mar que o trouxe de volta a casa, cumprindo finalmente o fado de dar novos mundos ao mundo.

Falar da dignidade recuperada, das independências partilhadas, da democracia pedra a pedra construída, do poder autárquico consolidado, da Constituição, fruto maduro de Abril.

Mas falemos também do 25 de Abril por haver – do sofrimento dos Timorenses, a quem a distância não deve roubar as flores da liberdade; da solidariedade social por cumprir, das assimetrias renitentes que persistem em retalhar o País, da regionalização que tarda e da pátria ainda madrastra para os que continuam a ter que emigrar; do analfabetismo que nos hipoteca o futuro, das escolas de porta estreita e janelas fechadas à realidade; das crianças que nunca serão meninos e a quem as máquinas da ganância mutilam o riso e a esperança, quando não as próprias mãos; dos velhos a quem expulsámos do mundo que construíram, mundo que lhes compramos a troco de magra pensão.

E falemos do 25 de Abril esquecido, daquela velha azinheira que já não sabia a idade, à sombra da qual fizemos juras que quebrá-

mos, e das outras, muitas, azinheiras, sobreiros, carvalhos e oliveiras agora queimados, arrancados, cientificamente substituídos pela irracional rapidez do lucro; e daquela gaivota, asas de vento, coração de mar, que voava, voava, e já não voa, asas grudadas por um qualquer derrame de hidrocarbonetos, o coração envenenado por uma qualquer descarga de cloro; e dos rios a quem o povo deu nomes de Tejo, Alviela, Ave, Lis, Almonda, e tantos outros que navegámos sentados nos bancos da escola e que jazem agora fétidos pesadelos, paraísos mortos onde os nossos filhos já não chapinham frescas gargalhadas; e daquela outra irracionalidade, entre todas a mais velha, de querer conquistar à natureza e ao desenvolvimento novos e mais largos espaços para neles semear os embriões da guerra, como acontece em Alcochete ou em Mértola.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República: Falar de Abril é falar do Abril todo, do que tivemos e fomos, do que temos e somos e do que está por inventar, dormindo sereno no regaço da nossa criatividade, e que quando dele falamos também vai, pouco a pouco, despertando.

E, hoje, é desse Abril que mais preciso é falar, para que não adormeçam as consciências e os procedimentos, sobretudo os daqueles que, nascidos já em democracia, esperam de nós que o Abril que lhes damos, mais do que um feriado, uma cerimónia ou um discurso, seja um testemunho que agarrem com as próprias mãos, assumindo a sagrada responsabilidade de manter aceso o fogo da democracia.

Falemos, pois, não só já de liberdade, fraternidade, igualdade, mas também de solidariedade com o futuro, de desenvolvimento repartido e equilibrado, do direito à felicidade e da legitimidade do prazer, do respeito pelas diferenças e do gozo das diversidades, da paz, como natural forma de viver e de todas as utopias que formos capazes de sonhar.

Porque é a falar que a gente se entende e aproxima, porque é a falar que as histórias se contam e o futuro se diz e porque hoje era o dia apazado para falar de Abril, falámos.

E o pouco que dissemos, mais o que a seguir se dirá, há-de servir para contar o primeiro Abril aos que o não viram, lembrando aqueles que o fizeram.

E palavra puxa palavra, atrás de um sonho outro sonho há-de vir, em este conto contando sempre lhe acrescentaremos mais um ponto, sem nunca se acabar a história, que o mais dela, e talvez o melhor, está ainda por fazer e contar.

Por isso, hoje cheira outra vez a cravos e as suas pétalas vivas são de novo uma festa. Daqueles que murcharem se aproveitarão as sementes para que Abril floresça em todas as primaveras do futuro. Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PSD, do PS, do PCP, do PRD e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Narana Coissoró.



O Sr. Narana Coissoró (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Sei que é um exercício académico, mas, dada a sua relevância para a data que comemoramos, não resisto à tentação de formular uma questão que muitos de nós trazemos em pensamento nestes últimos 100 dias que, desde a vitória eleitoral do Solidariedade na Polónia, vêm abalando a Europa do Centro e do Leste.

A questão é esta: como seria a revolução de 1974 em Portugal, no contexto europeu em que nos encontramos hoje?

Ninguém duvida que os militares, enquanto reais sustentáculos de todos os situacionismos políticos vividos após a revolução liberal, eram os únicos capazes de derrubar o regime então vigente.

É óbvio que todas as tentativas de mudar, por dentro, o Estado corporativo e autoritário construído por Salazar estavam votadas ao fracasso, principalmente num contexto de avanço generalizado dos autoritarismos de sinal contrário, como o que então se vivia. O que aconteceu com o destino das várias alas liberais e com a última eleição presidencial indirecta, a par do imobilismo revelado na revisão constitucional de 1971, foram disso testemunhos mais do que eloquentes.

Por isso, decorridos 16 anos, o feito de 1974 é ainda merecedor da homenagem que aqui viemos prestar-lhe, dada a sua permanente razão de ser.

Todavia, as sequelas a que os Portugueses tiveram de assistir seriam totalmente diferentes. Não haveria a tentação totalitária por parte dos comunistas para exercitarem aqui a tomada do poder por métodos leninistas, nem como o Dr. Mário Soares há dias opinou no *Diário de Lisboa*, com o orgulho de um socialista de raiz, haveria o triunfo dos mencheviques portugueses. A transição para a democracia portuguesa seria, em grandes traços, aquela que, decorridos dois ou três anos, veio a implantar-se com a formação de quatro grandes partidos pertencentes à tradição política europeia – um partido democrata-cristão, um partido liberal, um partido socialista ou social-democrata e um partido comunista, dividindo entre si, sem simulações de designação esquerdizantes, o espaço eleitoral. Não teria acontecido o 11 de Março, com as «conquistas irreversíveis do PREC», nem

logicamente o 25 de Novembro, e a Constituição da República de 1976 seria basicamente o que é o texto saído depois da segunda revisão constitucional.

Entretanto, se é admissível que no primeiro quinquénio fosse natural a instabilidade política própria da transição pacífica do monopartidarismo antidemocrático para o pluripartidarismo em plenitude de liberdades, o desenvolvimento económico teria sido linear e sem grandes sobressaltos. Uma economia dominada pelo devastador sector público empresarial, acompanhada da redução persecutória do empresariado privado, não teria perturbado a democratização económica de Portugal com as consequências e com os custos elevados que estamos ainda a pagar.

Mas, se é assim, também é justo que perguntemos com que espécie de problemas nos confrontamos, ainda hoje, ao comemorar o feito de Abril. Aceitando, como se aceita, que o mecanismo social que alimenta a modernização de um país reside essencialmente numa sociedade de mercado aberto, entendido como um espaço de livres escolhas em que cada indivíduo se move ou se movimenta em função dos seus interesses próprios, a excessiva partidarização do Estado, seja no domínio político, seja na gestão das alavancas do poder económico, combinada com a própria crise do sindicalismo, corresponderá ao modelo ambicionado do exercício do poder democrático inaugurado em 1974?

Em Portugal, nos últimos anos, assiste-se à proliferação dos chamados efeitos perversos ou viciosos do sistema consagrado constitucionalmente, que receberam dos analistas designações tais como: o presidencialismo do Primeiro-Ministro; o autoritarismo na condução dos negócios públicos; a subestimação do papel do Parlamento na formação dos consensos imprescindíveis para a nossa participação na Comunidade Económica Europeia; o excessivo secretismo que rodeia as grandes decisões que influenciarão, a muito curto prazo, o nosso quotidiano; a invasão clientelista do aparelho administrativo; o domínio por técnicas sofisticadas da informação audio-visual; o abuso do conceito de estabilidade governativa para condicionar o eleitorado para um projecto partidocrático do poder, em vez de aproveitá-la para grandes debates sobre temas de interesse nacional; a substituição da descentralização pelo reforço de tutelas sobre o poder local; o combate militante contra a regionalização administrativa do País; a política económica e de fomento inteiramente subordinada aos fins eleitoralistas e outras manifestações do género que todos temos presente, reclamam uma revolução pacífica de mentalidades e conceitos democráticos que tornam necessário repensar a abertura trazida pelo 25 de Abril.

A democracia que almejamos requer normas e vias para a transparência do financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais, a clara definição ideológica e de princípios orientadores de cada formação que concorre ao voto popular, o incentivo

para a participação dos cidadãos na vida colectiva, através do reforço do associativismo e revigoramento do poder local, o repúdio da concepção patrimonialista e burocrática do Estado.

Tornou-se hoje corrente a afirmação de que a modernidade e o crescimento económico não são uma e a mesma coisa. Modernizar o aparelho económico requer novos instrumentos, porque os índices de sucesso de qualquer projecto se elevam quando se atribui às organizações não governamentais uma responsabilidade mais efectiva na distribuição dos fundos, dirigindo elas próprias as poupanças através de interesses descentralizados, afinados com as necessidades e aspirações locais. É urgente evitar que uma visão tecnocrática conduza àquilo que se costuma chamar uma «sociedade a duas velocidades», com uns, poucos, a aproveitarem-se da conjuntura e a grande maioria a empobrecer com o agravamento das iniquidades. A questão social, que deve ser o domínio preferencial do Estado, não se faz com cartas-anúncios de aumentos ilusórios de pensões nas vésperas das eleições nem com tempos de antena nos meios de comunicação social.

Ainda temos muito para caminhar em direcção à democracia política, económica, social e cultural que queremos construir e, enquanto ela não for sentida, participada, vivida, por todos os portugueses, a comemoração do 25 de Abril não será uma liturgia

sem convicção, mas um permanente alerta para todos aqueles que, como nós, deputados desta Assembleia da República, têm o dever de denunciar as omissões e os desvios e também – é preciso dizê-lo – congratular-se com o progresso que temos vindo a realizar e que hoje nos colocam num patamar bem mais alto de qualidade de vida e esperança no futuro, comparado com o estádio em que nos encontrávamos há 16 anos atrás.

Que esta comemoração seja, pois, uma expressão consciente da liberdade crítica e uma manifestação de confiança na nossa capacidade criadora e democrática.

É com esta convicção nesta capacidade que devemos abordar o tema candente e actual das relações com as Comunidades Económicas Europeias.

A integração e o acompanhamento do desenvolvimento da CEE representa para nós, Portugueses, o resultado da opção deliberada que tomámos e não a receita para suprir as debilidades, que continuam a manifestar-se, aqui e ali, na nossa vida colectiva.

Capazes de fazer Abril e de sobre ele construir a liberdade, seremos também capazes de afirmar, na construção da nova arquitectura europeia, a identidade de Portugal, país a quem se deve o essencial da história moderna deste velho continente.

Aplausos do CDS e do PS.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Marques Júnior.



O Sr. **Marques Júnior** (PRD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Comemorar, hoje, o 25 de Abril, 16 anos depois, é afirmar que os seus objectivos fundamentais estão vivos e bem vivos.

Prova-o esta cerimónia, muito mais do que solene ou protocolar, em que aqui nos reunimos não só para recordar e assinalar o Dia da Liberdade mas também, decerto, para manifestar o propósito de, na diversidade das nossas ideias e ideologias, unir esforços na construção do nosso futuro colectivo de cidadãos de um país livre e democrático. E, mais, de dar o nosso contributo, pequeno ele seja, para um futuro melhor da Europa e do mundo. Contributo que é dado com orgulho, mas também com humildade, que tem as suas raízes na Revolução de 1974, uma das mais belas, ou mesmo a mais bela, generosa e fraterna da nossa história, com enorme repercussão e mesmo notória influência muito para além das nossas fronteiras.

O 25 de Abril, símbolo da democracia e dos anseios de progresso e desenvolvimento, e até da nossa capacidade de sonho, não é, nem pode ser, uma fronteira entre vencedores e vencidos, como alguns gostariam que fosse, mas apenas uma fronteira entre a ditadura e a liberdade, entre o passado e o futuro.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (Indep.): – Muito bem!

O **Orador**: – Sim, porque o 25 de Abril, ao derrubar uma ditadura velha de quase 50 anos, ao pôr fim ao regime fascista e colonialista, à guerra que matou, amputou ou, de qualquer modo, «feriu» profundamente dezenas ou centenas de milhares de jovens de Portugal e dos outros países nossos irmãos, hoje independentes, ao criar um sistema democrático e pluralista, respeitador dos direitos do homem e do direito internacional, em cuja comunidade nos reintegramos inteiramente e de pleno direito, após décadas de atropelos e desmandos vergonhosos que nos mantiveram – para citar o velho ditador – «orgulhosamente sós», o 25 de Abril tem de ser considerado como a ponte que se abriu para a construção do futuro. A esta luz não deve ser confundido ou, sequer, relacionado

com outras datas que podem constituir referências da evolução do processo democrático, mas na circunstância são usadas apenas como tentativa de descaracterizar o próprio 25 de Abril.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (Indep.): – Muito bem!

O **Orador**: – Entramos num novo ciclo em que, à imagem do que se está a passar no mundo com o desaparecimento das tensões Este-Oeste, que marcaram a última década, a conciliação é a norma em que os homens querem viver. Este novo sentido das relações humanas não nos podem deixar indiferentes perante o apelo que vozes nacionais e internacionais, altamente autorizadas no mundo da política e da cultura, fazem ouvir para que o espírito da conciliação arrume definitivamente os resíduos da turbulência revolucionária que, tendo decorrido no enquadramento ultrapassado, são hoje reconhecidos como anacrónicos pelos seus próprios autores.

A Sra. **Natália Correia** (PRD): – Muito bem!

O **Orador**: – Na mesma perspectiva, não penso que seja correcto e adequado o constante acentuar de erros ou excessos, naturais num processo de profunda transformação da sociedade, sem antes sublinhar serem eles inevitáveis numa revolução e constituírem, mesmo, ainda uma consequência dos erros, ou mesmo dos crimes, de um passado opressor que fez um povo viver privado da sua cidadania durante quase meio século.

De resto, normalmente, aquela acentuação e confusão de valores provém dos que, nada tendo feito pela liberdade, assumem a má consciência dos que foram, efectivamente, o suporte da ditadura. É como se desejassem um 25 de Abril que não existiu, porque, de facto, nunca desejaram o 25 de Abril que existiu, porque nunca desejaram a liberdade.

Outros, ainda, têm tentado fazer do 25 de Abril apenas uma data histórica, uma simples efeméride carregada de algum significado romântico, com o objectivo de procurar diminuir o seu real significado e a sua autêntica dimensão.

O 25 de Abril, como salientaram os militares do Movimento das Forças Armadas, no dia em que chegaram ao fim as suas funções constitucionais, foi «historicamente, o momento da libertação de energias morais, materiais, políticas e humanas que, estando longe de atingirem a sua maturação, se articulam lentamente num processo dinâmico, e por isso mesmo contraditório, que apontam irresistivelmente para a organização de uma sociedade livre, justa e fraterna e para a construção de um país verdadeiramente independente».

Quer isto dizer que, sendo antes de tudo, fundamentalmente, liberdade e libertação, o 25 de Abril representa também o

momento decisivo de arranque de uma dinâmica de modernização e transformação progressiva da sociedade portuguesa.

Comemorar o 25 de Abril deve ser também a oportunidade para uma reflexão que nos permita avaliar em que medida a liberdade inteira é uma realidade do nosso quotidiano e as transformações democráticas têm contribuído, de forma inequívoca, tanto quanto seria possível, para melhorar as condições e qualidade de vida da generalidade dos portugueses. Temos, neste aspecto, uma responsabilidade especial: a de demonstrar que a democracia é o sistema ou a referência que permite viver um presente com a esperança num futuro cada vez melhor.

Deste modo, se no Portugal democrático os direitos do homem estão, no essencial, assegurados – e esta é a primeira e decisiva vitória da Revolução de 1974 – a justiça social e a solidariedade não podem ser simples palavras, valores que todos dizem defender, para descanso das suas consciências, mas que não passam de letra morta, quando devem ser realidades vivas, e bem vivas.

Não é suficiente estar na Constituição que os cidadãos, por exemplo, têm direito à saúde e à habitação, é necessário que haja assistência médica adequada e casas para todos. Não basta que haja liberdades civis e políticas, é necessário que todos os portugueses tenham condições de vida minimamente dignas para poderem usufruir, no concreto, da sua liberdade. Enfim, é preciso que não haja, na prática, portugueses de primeira e de segunda, mas que todos sejam Portugueses com igualdade de oportunidades e com a mesma dignidade de cidadãos de um país livre.

E é também nesta perspectiva de futuro que encaramos as transformações que, um pouco por todo o mundo, vão no sentido da libertação do homem como condição necessária para a construção de uma sociedade mais livre. E é mesmo emocionante para nós, cidadãos de Abril, voltar a ver, noutros países, os cravos nos canos das espingardas ou nas mãos de crianças.

Ora, se o 25 de Abril teve efectiva influência na transição democrática de outros países, como a Grécia e, sobretudo, a Espanha, porventura, a mais longa distância, o Brasil ou até, lá no outro extremo do mundo, nas Filipinas – como há dias referiu o Sr. Presidente da República, num oportuno colóquio sobre «O 25 de Abril Revisitado pela Imprensa Estrangeira», promovido pelo jornal *Diário de Lisboa* – ele é data maior dos nossos oito séculos de história e, também, indiscutivelmente uma data do maior significado ao nível da história contemporânea na Europa e no mundo. Todavia, persiste uma situação dolorosa para todos nós, que é o caso de Timor Leste. Gostaria de, desta tribuna e neste dia, lançar um grito de apelo a todo o mundo para que se encontre uma solução digna para o caso de Timor

Leste, onde uma cultura está a ser destruída e um povo está a ser objecto de um verdadeiro genocídio.

Aplausos gerais.

Enquanto o povo maubere não for livre, a Revolução Portuguesa está incompleta e Abril não está cumprido.

A Revolução portuguesa correspondeu, em muitos casos, aos sonhos de idealismo e utopia que, em muitos países eram objecto de reflexão e debate. Portugal foi não só uma referência como, em muitos casos, o sonho que podia tornar-se realidade. Foi uma Revolução diferente, capaz de despertar, no subconsciente colectivo de muitos a perspectiva de uma sociedade ideal.

Passaram-se 16 anos e depois de muitas vicissitudes construímos um Portugal democrático, aberto ao mundo, em que sobressai a consciência do que é Portugal e do que é ser português.

Não construímos, no entanto, essa sociedade ideal. A um crescimento económico, erigido como valor em si mesmo, não tem correspondido nem um desenvolvimento socialmente equilibrado nem uma melhor distribuição da riqueza nacional. Muitas vezes, parece que o poder do dinheiro é que vale, degradando-se a solidariedade, o espírito, às vezes – dir-se-ia mesmo – o patriotismo. Mas nós, os que exercemos funções políticas, temos a grande responsabilidade, não só por razões de cidadania, mas por exigência de um compromisso que livremente assumimos perante os Portugueses, de manter viva a solidariedade entre todos e de fazer da justiça social um objectivo vivo da nossa sociedade, de defender valores morais e cívicos inquestionáveis.

O 25 de Abril não deve ser exclusivo de ninguém, mas também ninguém se deve excluir do 25 de Abril. Ele deve ser o ponto de encontro de todos os portugueses e já hoje, fundamentalmente, é esse ponto de encontro.

Ultrapassado o calor das querelas tantas vezes estereis e de injustiças tantas vezes flagrantes e até inconcebíveis, penso que todos hoje me podem acompanhar na evocação e homenagem que, no final desta intervenção, aqui quero prestar a todos, em especial aos mais anónimos que, generosa e fraternamente, fizeram a Revolução dos Cravos, que ontem como hoje continua a ser amanhã, continua a ser futuro, continua a ser esperança, continua a ser símbolo de um Portugal democrático, de um povo livre, para que os cravos floresçam sempre que seja Abril.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes, dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro e de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Octávio Teixeira.



O Sr. Octávio Teixeira (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.as e Srs. Convidados, Srs. Deputados: O PCP regozija-se com a dimensão e o dinamismo que este ano caracterizam as comemorações da Revolução de 25 de Abril de 1974, que reflectem bem as alterações positivas decorrentes dos resultados das eleições autárquicas de 17 de Dezembro passado.

Risos do PSD.

São a manifestação pública e popular de que Abril continua vivo na sociedade portuguesa e no coração do povo português, por muito que isso custe aos que, sem êxito, pretendem silenciá-lo.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Os grandes valores da Revolução criaram profundas raízes na sociedade portuguesa, projectam-se como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal e resistem aos que pretendem reescrever Abril e instrumentalizá-lo no seu discurso.

Protestos do PSD.

Essa perenidade é a melhor homenagem que o País presta, com plena justiça, aos capitães de Abril.

Foi muito e valioso o que conseguimos ao longo destes anos.

A Revolução de Abril instaurou as liberdades democráticas fundamentais e os direitos básicos dos cidadãos e das organizações de trabalhadores e abriu as portas à consolidação da democracia política, assente na conjugação da imprescindível democracia representativa com o aprofundamento da democracia participativa.

Por isso, não se cumpre Abril com autoritarismos na vida cívica ou no mundo laboral, com a manipulação da comunicação social e a instrumentalização dos órgãos que devem garantir a sua independência.

Protestos do PSD.

Abril é liberdade, pluralismo, diálogo institucional, transparência na gestão da coisa pública, respeito integral pelos direitos individuais e colectivos.

Protestos do PSD.

A Revolução de Abril pôs fim à guerra colonial, contribuiu directamente para a independência dos povos submetidos ao colonialismo português e criou condições históricas para o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com esses povos. E isso é motivo de orgulho para Portugal e para os Portugueses e deve marcar o caminho do novo estilo de relacionamento com os países africanos, assente nos valores da solidariedade activa e do respeito pelas suas liberdades e autonomias soberanas.

Entretanto, não podemos deixar de, mais uma vez, lembrar o mártir povo de Timor Leste, de condenar a Indonésia pelas violações dos direitos humanos e do direito à autodeterminação e à independência e de manifestar a nossa determinação de continuar a lutar para que se faça mais, de forma que também em Timor o povo possa ser senhor soberano do seu destino.

A Revolução de Abril criou condições objectivas para um dinamismo económico e social, conforme a situação, os interesses e as necessidades do povo e de Portugal. Mas, decorridos 16 anos, é forçoso reconhecer que, no âmbito económico e social, pouco se têm materializado as perspectivas abertas e os objectivos proclamados pela Revolução de Abril. Mais do que isso, transformações económicas e sociais conquistadas com Abril têm sido esvaziadas e adulteradas, eliminadas até, impedindo-se, assim, que as esperanças que a Revolução abriu tenham plena concretização.

Porém, os objectivos económicos e sociais do 25 Abril mantêm toda a actualidade no momento em que a inserção em espaços mais amplos coloca à economia portuguesa novos desafios e riscos, em que se assiste à restauração de grandes grupos económicos privados que tendem a sobrepor o poder económico ao poder político democrático e quando a realidade nos mostra que, a par das manifestações ostentatórias do novo-riquismo de uma minoria, se regista o agravamento das injustiças e desigualdades sociais que atingem a maioria dos portugueses, em especial os trabalhadores.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Inversamente ao que alguns pensam e praticam, ninguém dispõe da verdade única e das receitas milagrosas que permitam resolver, de um dia para o outro, as enormes debilidades estruturais da economia portuguesa e preparar o País para

enfrentar, com êxito, os riscos que se perfilam no horizonte de 1993. Acresce que as profundas alterações que se projectam na evolução da Europa, no âmbito da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeias, e das Comunidades, no âmbito das próximas conferências intergovernamentais, não se compadecem com atitudes de arrogante sobranceira e de irresponsável auto-suficiência. Pelo contrário e como o PCP já propôs nesta Assembleia, exigem que, no nosso País, se realize um profundo debate, com efectiva participação democrática, de forma a definir uma estratégia nacional de inserção no desenvolvimento da Europa e as formas e condições da evolução das Comunidades. De qualquer modo, a amplitude e complexidade das ondas de choque que, inevitavelmente, se sentirão na economia e sociedade portuguesas, a tão breve prazo, exigem de todas as forças patrióticas e democráticas uma atitude responsável de humildade e cooperação ao serviço do interesse nacional.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Para nós, comunistas, o desenvolvimento da economia portuguesa e a salvaguarda da soberania nacional não são possíveis com a repetição do historicamente ruinoso processo de venda de bens nacionais, levado a cabo após 1820, durante o liberalismo, transferindo o património nacional para as mãos de um pequeno núcleo de grandes fortunas e, fundamentalmente, sujeitando ao domínio de grandes empresas estrangeiras centros essenciais da decisão económica nacional. Pelo contrário, no quadro de uma economia mista, em que interagem e se complementam formações económicas diversificadas, e face à realidade objectiva da organização económica e do sistema produtivo do País, o interesse nacional exige que o sector empresarial do Estado, reestruturado e dinamizado, tenha uma participação insubstituível na modernização e desenvolvimento económico, conforme aos interesses nacionais.

Mas o desenvolvimento a que os Portugueses aspiram não se reduz ao conceito estreito do crescimento económico, antes integra, necessariamente, as vertentes regional e social. Importa, por isso – e o PCP defende-o – que a política nacional de desenvolvimento combata os desequilíbrios regionais, o que só é possível com o avanço acelerado do processo de regionalização de todo o espaço nacional e não, como a experiência demonstra, com uma política de crescente centralização e concentração de competências ao nível do poder central. E, fundamentalmente, a estratégia nacional de desenvolvimento deve ter como centro e finalidade os Portugueses, o seu bem-estar e o seu desenvolvimento harmonioso e multifacetado, o que exige, designadamente, a correcção das crescentes desigualdades na repartição funcional do rendimento, maior equilíbrio e estabilidade nas relações de trabalho e mais participação dos trabalhadores na gestão do sistema produtivo, a eliminação da chaga do trabalho infantil e das bolsas de pobreza e a crescente satisfação das necessidades básicas do povo português, em especial no que diz respeito à habitação e à segurança social condignas, ao acesso à educação e aos cuidados de saúde, dando satisfação às aspirações populares e concretizando objectivos da Revolução de Abril.

No dealbar do 17.º ano de Abril, neste tempo já longo da vida dos homens mas curto no curso da história, podemos afirmar que os valores e as realizações da Revolução libertadora continuam a ter a pujança e a modernidade bastantes para se projectarem no nosso devir colectivo. E o PCP, profundamente identificado com as grandes aspirações de liberdade, progresso e justiça social, consagradas na Revolução de Abril, continuará a pugnar para que esses valores se concretizem na sua plenitude, em benefício de Portugal e dos Portugueses.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, de Os Verdes e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PS, Sr. Deputado Jaime Gama.



O Sr. Jaime Gama (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores, Sras, e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Ao saudar, em nome do Partido Socialista, as altas entidades presentes, neste dia, na Assembleia da República, não poderia deixar de dirigir-me de forma especial ao Presidente da República – que, no vértice dos Órgãos de Soberania, simboliza o poder democrático do Estado – e aos representantes das Forças Armadas, instituição nacional substancialmente ligada à recuperação das liberdades públicas pelos Portugueses.

Aplausos do PS e de alguns deputados do PSD.

Como parlamentar, invoco igualmente todos aqueles que pugnaram pela democracia quando ela era expectativa difícil e longínqua, os que não a chegaram a viver, os que a materializaram sem dela nada receber, quantos nela têm, nos diversos quadrantes, assumido árduas responsabilidades, os que nunca desistem na tarefa inacabada de torná-la mais perfeita, todos aqueles, em suma, que, com a sua participação, a sua crítica e o seu serviço, lhe reforçam a legitimidade e a enobrecem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em Portugal e no mundo, três ideias centrais marcam a viragem do século: a democracia, a Europa e a confiança.

A democracia.

Como em nenhuma outra época, presenciamos por toda a parte a erosão e a queda dos poderes autoritários e dos totalitarismos e assistimos à implantação progressiva de sistemas políticos baseados na lei e no direito, respeitadores das liberdades civis e políticas, da tolerância e do pluralismo. Economias estatizadas, burocratizadas e centralizadas dão lugar a economias sociais de mercado e reconhecem a inevitabilidade e os méritos da internacionalização. Ideologias sectárias e poderes pessoais colapsam ante os efeitos generalizados da revolução democrática.

Como em Portugal, na Grécia e em Espanha, em meados dos anos 70, sucessivamente a América Latina e parte da Ásia viriam a viver profundíssimas transformações políticas de sentido pluralista, que, bem recentemente, irradiaram na Europa Central e

do Leste e começaram a produzir efeitos na África Austral. A consciência da inviolabilidade dos direitos humanos acabou por fazer ruir despotismos e discriminações à escala planetária, demonstrando como era adequado, no contexto recuado da época, dar início a esse movimento no nosso País e procurar circunscrevê-lo depois em moldes de correcção, coerência e credibilidade, como se conseguiu e, hoje, felizmente, perdura.

A Europa.

Em paralelo com a revolução democrática, vivemos a construção e a afirmação da Europa.

Os problemas do nosso tempo são tão complexos e de tal extensão – como os provocados pela civilização técnico-científica, pelo áudio-visual e a cultura de massas, pela degradação planetária do ambiente, pelos riscos de confrontação e catástrofe – que só soluções transnacionais, respeitadoras do controlo democrático, lhes poderão dar respostas adequadas.

Sem uniformização, assente na vitalidade e diversidade das culturas nacionais, confederativa mais do que federal, a Europa que renasce, ultrapassando as suas mais profundas divisões, é, na verdade, a segunda grande revolução do século. É nela que sempre estivemos e queremos permanecer, sem enjeitar a projecção da nossa língua e o traço universal das nossas solidariedades. Porque ela é, indiscutivelmente, o ponto exacto para potenciar o nosso ressurgimento, enquanto nação moderna, estimulamos a instituição do mercado único, da Carta Social, do sistema monetário e da união económica e monetária e reconhecemos as vantagens da união política, alargada aos domínios da política externa e da segurança. Só o reforço das Comunidades Europeias dará sentido ao novo papel do Conselho da Europa, ao diálogo com a Europa Central e do Leste, à reformulação dos conceitos de segurança colectiva no velho continente, à unificação alemã, à revitalização da União Europeia Ocidental, à adopção de uma nova estratégia por parte da Aliança Atlântica, ao relacionamento apropriado da cooperação com o Terceiro Mundo, a mais equilibradas relações comerciais com o Japão e os Estados Unidos da América. Portugal pode e deve estar na dianteira da revolução da Europa. A confiança.

Pela primeira vez, na história contemporânea, negociações sérias e profundas estão em vias de obter significativas limitações e reduções de armamentos, eliminando as tensões e o risco de confrontação entre potências e criando um autêntico dividendo de paz para povos e nações. A um universo de antagonismo cego, começa a suceder um mundo mais atento às práticas do diálogo e às virtudes da cooperação e da solidariedade.

Neste novo contexto de estabilidade, a confiança é possível. Acima das crispções com que usualmente os titulares do poder e os respectivos candidatos, isto é, os governos e as oposições, tematizam a sua, aliás saudável e normal, competição, há o dado geral e em

si mesmo justificado do conjunto do País, o qual constitui sempre a última e única instância de justificação de qualquer representação política e institucional e a nossa verdadeira razão de ser em conjunto nesta cerimónia.

Meditando no significado da revolução da democracia e da revolução da Europa, entenderemos melhor a revolução do optimismo que nos caracteriza, hoje, como portugueses. É já possível admitir que o nosso autêntico passado enquanto país está no nosso futuro – e não o nosso futuro no nosso passado – e que a esperança, que é de todos, tem um sentido para todos. Ciosos como poucos da nossa identidade, do nosso ambiente, do nosso património, das nossas tradições, da nossa língua e da nossa cultura, congregamo-

-nos naquilo que de genericamente dinâmico e criador é feito pela nossa ciência e tecnologia, nas nossas escolas, nas empresas, nas explorações agrícolas, nas mais variadas regiões do País, por homens e mulheres de todas as proveniências e opções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia, a Europa e, sobretudo, o discernimento e a tenacidade dos Portugueses reforçam-nos a convicção serena e tranquila de que podemos e temos o dever de iniciar, sem anátemas recíprocos ou exclusões anacrónicas, um novo ciclo de confiança, certeza e optimismo para Portugal.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do CDS e de Os verdes.



O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PSD, Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): – Sr.

Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados e Srs. Deputados: Gostaria de começar por dizer que não vou atacar ninguém, porque, desde cedo, me habituei a cumprir aquilo a que me comprometo.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Posto isto, direi que nunca é demais celebrar o 25 de Abril.

Nesta Casa, sede da democracia portuguesa, não podemos, nunca, esquecer o que foi e o que representou, e representa, essa data. Lembrá-la é uma obrigação de todos nós, como obrigação é de todos os portugueses amantes da liberdade e da democracia.

Para os homens da minha idade, para aqueles que passaram grande parte da sua vida sempre na esperança de que, de um momento para o outro, o povo português pudesse gritar bem alto que já era senhor de si próprio e da sua liberdade, lembrar o 25 de Abril é recordar um marco histórico da nossa vida.

Democrata desde sempre, filho de um velho democrata que nunca perdeu essa esperança e que, infelizmente e pelas leis da vida, não chegou a vê-la concretizada, desde muito cedo que comecei a ouvir, em casa de meus pais e nos seus círculos de amigos, que a ditadura opressiva estava por uns dias. Chegavam notícias de revoluções que estavam para rebentar, ouvia-se com ansiedade o que de bom e livre vinha lá de fora, liam-se à sucapa livros e jornais proibidos pela censura, faziam-se encontros dos quais sempre ficava a ideia de que o sonho estava prestes a transformar-se em realidade.

Numa palavra, mantinha-se bem vivo o querer de um povo que se sentia com o direito à liberdade e à democracia.

Mas os anos iam passando e a ditadura permanecendo. E, esquecida do mundo, das transformações que esse mundo já vinha então sofrendo, a ditadura continuava: prisões, deportações, restrições de toda a ordem. A liberdade nunca mais chegava, o homem continuava preso à opressão de um regime odiado e a polícia política continuava a ser a dona e senhora da nossa vida. É certo que, de vez em quando, havia umas pequeninas válvulas

de escape. Eram como que um pedaço de pão para quem tinha fome de um pão inteiro. Mas sempre era alguma coisa, sempre era tomar o gosto desse pequenino pedaço de pão livre.

Uma dessas válvulas era o que se passava nos julgamentos políticos a que, por ironia, se dizia que eram tribunais plenários. É este um dos aspectos que aqui vou deixar-vos, apesar de conhecido de muitos.

Nos ditos tribunais plenários, ao abrigo de uma toga de advogado, honrosa e honrada, tudo se aproveitava para, embora no pouco tempo concedido, se dizer aquilo que se não podia referir em qualquer outro lugar. Enquanto não nos retiravam a palavra, ou não nos prendiam até, era um consolo, embora momentâneo, falar mal da polícia política, falar mal do regime ditatorial e falar bem da democracia e da liberdade. Normalmente, retiravam-nos a palavra a meio, mas algo ficava.

E não resisto à tentação – perdoar-me-ão, apesar da solenidade do dia – de contar-lhes aqui duas histórias, que dizem bem do que eram esses ditos tribunais plenários.

As testemunhas de acusação eram, praticamente, sempre as mesmas: o chefe de brigada da PIDE e dois agentes, que, normalmente, só sabiam dizer que os réus tinham prestado declarações de forma livre e espontânea e que tinham confessado tudo. Porque sabiam que nós não acreditávamos nisso, chegavam a fazê-lo de forma cínica, com um sorriso de superioridade que, aliás, neles não era de espantar.

Um dia – defendia eu um comunista, porque também eu defendi comunistas, nessa altura – atrevi-me a perguntar ao chefe de brigada o que é que ele entendia por comunismo. O presidente do tribunal, porque sabia de antemão que o PIDE não sabia responder, proibiu-me logo a pergunta. Levantou-se alguma celeuma e eu, creio que com alguma legitimidade, continuava a dizer que a pergunta era pertinente – ninguém podia ter instruído um processo no qual se imputavam ideias comunistas a um réu sem que soubesse o que eram essas ideias e o que era esse comunismo. Mas não lucrei nada com isso. Com grande satisfação do PIDE, o presidente do tribunal continuou a impedir a pergunta. Mas nem todos os juizes que estiveram nesses tribunais plenários eram como o foi esse presidente. Um dos vogais juizes, no final do interrogatório do PIDE, dispara-lhe a pergunta: «O que entende por comunismo?» – a pergunta que eu fizera. O presidente do tribunal entrou em histeria, mas o juiz, muito calmo, disse-lhe: «O Sr. Presidente, a mim, juiz, não pode proibir a pergunta». E fê-la, num momento de euforia da bancada da defesa, como bem devem calcular, e onde, para além de mim, estavam outros advogados. É claro que o PIDE não respondeu, porque não fazia a menor ideia do que fosse o comunismo.

Uma outra história, esta de teor algo diferente: um dia, num desses julgamentos, respondiam 46 réus (normalmente, a polícia política

agrupava muitos). Entre eles, réus, o velho democrata que, em vida, se chamou Artur Santos Silva. Na bancada da defesa um outro democrata ilustre, o velho Bento de Melo, que, com o seu monóculo faiscante, ia reduzindo a pó um PIDE que, como é evidente, era testemunha. Estava a ser um verdadeiro massacre. O presidente do tribunal lança a bóia de salvação ao PIDE e retira a palavra ao Bento de Melo. Mas o Bento de Melo não era homem de se calar à primeira. Daí, até à ordem de prisão, foi um instante. Sim, porque, nessa altura – é preciso não esquecer-se – ,até os advogados estavam sujeitos a ser presos em pleno julgamento. Bento de Melo, histórico, capaz de tudo, absolutamente de cabeça perdida, começa por subir para a cadeira e, daí, para cima da mesa da bancada da defesa, gritando: «Prender-me a mim, que envergo uma toga honrada e que não quero outra coisa que não seja a verdade, é o cúmulo das prepotências.» O presidente do tribunal grita para o pobre comandante da GNR, dizendo: «Prenda-o, prenda-o, prenda-o!» Mas a verdade é que, para além de alguns gestos, este pobre comandante da GNR nada fazia porque, em sua consciência, não queria prender ninguém. E é então que, no meio de todo aquele burburinho, o velho Artur Santos Silva, que era réu, como disse, mas esquecido de que o era, levanta-se do seu lugar e, fazendo menção de sair, afirma bem alto: «Isto é uma vergonha, estou enojado, vou-me embora.»

Risos gerais.

Aplausos do PSD, do PS e do PRD.

Ele, que era réu, ia-se embora, sem mais nem menos. Gargalhada geral, que serviu, e bem, para que Bento de Melo acabasse por não ter sido preso; gargalhada geral que foi como que um escape vitorioso da liberdade contra a opressão.

Poderão ser, e são, pequenas histórias, cujo pitoresco até não deixa de ter um significado que, aqui e hoje, mal não fica. A história não é mais do que um conjunto de pequenas histórias. É que são histórias da opressão da liberdade. É que, ao contá-las, vem ao de cima a luta que se travou e que tão dura foi.

Os mais novos, porque não viveram a época, é possível que apenas lhe achem alguma graça. Os mais velhos – e estou aqui a ver alguns que comigo estiveram nesses tribunais plenários – esses recordá-las-ão com o preciso significado que elas têm.

Era este o clima que se vivia no País. Um grito permanente de revolta que nunca mais acabava de sair da garganta, uma opressão que nunca mais acabava.

Até que chegou o 25 de Abril! O regime estava podre e tinha de chegar um 25 de Abril. Data que não é propriedade exclusiva de nenhuma força política mas, antes, de todas. Alguém querer apropriar-se dela só para si é coisa de lesa-democracia.

Com o 25 de Abril, acabou-se o medo e renasceu a liberdade.

Foi uma revolução de todo um povo, da iniciativa de alguns bons militares, militares diferentes dos que tinham implantado a ditadura.

Por isso, não houve sequer sangue, já que não houve opositores à revolução. Todo o Portugal a queria, todo um povo a festejou.

Nesta data, nesse 25 de Abril, vi realizada a esperança de toda uma vida. Por isso lhe venho dando o pouco que sei e que posso. Como todos vós, como todo um povo, com a certeza de que o 25 de Abril é irreversível.

E será com muita saudade, mesmo muita, que aqui relembrarei nomes de velhos democratas que passaram por esta Casa e que dedicaram as suas vidas à conquista da liberdade e da democracia – Nuno Rodrigues dos Santos, António Macedo, Artur Santos Silva, Olívio França, Strecht Monteiro, Francisco Sá Carneiro, Teófilo Carvalho dos Santos e tantos outros que, porventura, esqueci.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e de Os Verdes.

Obrigado a eles, obrigado a todos vós, obrigado a todo o nosso povo. E, por fim, uma palavra de muita confiança nos jovens deste País, já que é para eles que estamos a construir um Portugal melhor.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e de Os Verdes.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Victor Crespo:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores: Há 16 anos caía na Europa uma velha ditadura, renascia a liberdade perdida, ganhava sentido a dignidade do homem e o povo detinha nas mãos o seu destino. Desabrochou o pluralismo das opções políticas. Passámos a ser um país europeu firmado no humanismo. Um Estado de direito crente na fraternidade entre os homens. Celebrar, hoje, o 25 de Abril é dar-lhe uma nova força e sentido de necessidade, é aprofundar um estado de espírito e assumir a procura das respostas políticas Para o mundo em mudança. Relembrar Abril é também continuá-lo!

É, acima de tudo, olhar para o futuro, reflectir sobre as decisões que correspondam aos desafios, dar continuidade à esperança e aos anseios que nele colocámos, reabrir as mentes e os corações para maiores cometimentos e ligar o passado ao futuro na consciência do presente.

Ao celebrar e recordar o 25 de Abril, importa exprimir o sentimento de viva gratidão para com aqueles que iniciaram a ruptura — os militares, a quem neste momento saúdo — e assinalar o reconhecimento e gratidão a quantos por ela se bateram e aos que a continuaram e lhe foram dando corpo e forma.

É também o momento próprio para dirigir uma palavra de estímulo à juventude, a quem pertence o futuro.

Outros, na Europa e no resto do mundo, vivem, depois de Portugal, a um ritmo crescente, a alegria da liberdade, no pluralismo e no respeito pelos valores que servimos nesta década e meia. Merecemos bem esta hora de esperança e os caminhos que se abrem para uma existência colectiva de paz e de justiça social.

Não temos a pretensão de termos sido pioneiros no atear da fogueira libertadora ou de constituirmos exemplo, mas não podemos ignorar que fomos os primeiros nos processos de democratização contemporâneos.

Entre as democracias nascentes neste findar de século, somos os que adquirimos maior experiência; vivemos mais longa e intensamente a procura dos caminhos certos; ensaiámos soluções; cometemos e corrigimos erros, o que constitui um acervo que bem pode projectar-se para além de nós, já que avançamos e progredimos na consolidação do Estado democrático e na concretização

das suas potencialidades de desenvolvimento material e social, isto é, no caminho para a modernidade.

Encontramo-nos no limiar da década de 90, que será substancialmente diferente dos tempos passados.

Os anos 80 tiveram a primazia do discurso económico; a década de 90 será a do discurso político; e o século XXI o do império da solidariedade.

Temos pela frente a exigência de toda a criatividade para conseguir processos, construir soluções para problemas novos e recomeçar, apetrechados com ideias que revolucionem esquemas e modos de agir.

Estão em causa as condições de sobrevivência, necessárias para realizar o futuro. Preencher a visão do seu universo: homem, paz e solidariedade.

Nos anos 80 fizemos a integração de Portugal no quadro europeu, caracterizado pela livre iniciativa, o mercado aberto e a coesão económica e social. Hoje, a Comunidade Europeia vive um processo de fortalecimento e cooperação política, científica e cultural, estando em vésperas de se ver alargada. Hoje, a Comunidade está mais ajustada para se afirmar no processo de mundialização da economia.

Falta ainda construir um sistema económico coerente, mas dele nos aproximamos. E o tempo trará uma economia global, de mercado, dinâmica e livre, em que o ambiente seja efectivamente preservado, o que implica alguma cedência de autonomia por cada país, mas ficará sempre espaço suficiente para o fortalecimento das economias nacionais.

Neste contexto, é necessário recorrer a novos esquemas e conceitos. Teremos menos Estado, mas caber-lhe-á sempre a tarefa essencial de: ser factor de estabilidade, propiciador de objectivos a médio e distante prazo; velar pela igualdade de oportunidades; combater a corrupção.

As gerações futuras não nos perdoariam que a Europa comunitária não gerasse as políticas capazes de um desenvolvimento enriquecedor nas relações Leste-Oeste, sem esquecer que os programas e soluções, até há pouco evidentes e carregados de exigência, terão de ser repensados.

Vivemos um mundo diferente que requer mutações de sistemas e mentalidades.

A defesa e a política externas sempre foram, tradicionalmente, os bastiões identificadores da soberania nacional. Porém, na Europa de amanhã, seremos confrontados com ajustamentos de equilíbrios e interpenetrações alargadas.

Trabalharemos para a paz que dê garantia de uma eficaz segurança e para que as tensões se vão debilitando.

O que impõe concertações nacionais e regionais, onde cada nação sinta que lhe é conferido o seu justo lugar, livre de opressões e onde se enterrem os restos de colonialismo que ainda permanecem.

Neste diluir de fronteiras do mundo, subsistem os interesses culturais próprios de cada povo, os seus valores espirituais, que terão de ser salvaguardados.

Deles são garante o pluralismo e a soberania popular, que conferem a estabilidade necessária para o progresso e a sua aceleração.

«A Europa far-se-á por realizações concretas que comecem por gerar uma solidariedade de facto». Estas palavras de Robert Schuman mantêm perfeita actualidade na arquitectura do século XXI.

Tudo carece ser repensado em termos de convivência e de construção de um Estado diferente, na exaltação do que é culturalmente intrínseco, tecendo um equilibrado mosaico de modos de viver que confirmam a cada país e nação a sua autonomia e características reais, o que é indissociável do homem.

Torna-se, assim, indispensável proporcionar a cada cidadão uma maior instrução, formação, aprendizagem e educação, enriquecer a sua cultura, fornecer condições para usufruir os seus direitos, viver em solidariedade e preencher a sua dimensão ética e moral.

Os homens fazem a diferença!

Com a predominância da acção política, a visão a longo termo, as interacções mundiais e o respeito pela dimensão humana fazem com que ganhem todo o relevo as soluções de uma consensualidade mobilizadora da comunidade nacional.

Para atingir aqueles objectivos é determinante o papel dos parlamentos, sede da representação nacional, ponto de encontro de

ideias e de debate, local onde se concebem e repensam as grandes opções geradoras dos quadros legislativos estruturantes.

Os problemas que teremos de encarar serão essencialmente políticos, ideológicos, filosóficos e até mesmo de ordem comportamental. Por tudo isso, terá lugar na década de 90 o ressurgimento da vida parlamentar, que – temos de reconhecê-lo – passou por algum apagamento enquanto imperavam as soluções a curto prazo, pressionadas por um imediatismo pragmático.

Ressurgimento que já começa a ser perceptível. É no seio das assembleias parlamentares que assistimos à consagração do pluralismo, onde ele não existia, e à legitimação de novos regimes e ordenamentos.

Neste dia da liberdade, não poderia esquecer os povos irmãos que formam a comunidade da língua portuguesa – comunidade que devemos realizar com a maior eficácia – e desejar a paz onde ainda fazem eco os gritos da guerra.

Excelências, festejar o dia de hoje é respeitar o povo, desejar a liberdade, a paz, a justiça social e a solidariedade.

Compreender a pluralidade das visões do futuro, agora também ele, para além de nós próprios, numa dimensão europeia e universal.

Vivemos momentos reconfortantes. Oxalá nos sobre clarividência para não desprezá-los.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Por direito próprio, vai usar da palavra S. Exa. o Sr. Presidente da República.



Aplausos gerais.

O Sr. Presidente da República Mário

Soares: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sras., e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Comemoramos hoje o 16.º aniversário do 25 de Abril. Dezasseis anos foi exactamente o tempo de duração da nossa I República, mesmo assim entrecortada por duas ditaduras, pelas incursões monárquicas e a monarquia do Norte, por mais de uma dezena de pronunciamentos e de golpes de Estado e por inúmeros actos de violência. Em 1926, a I República não teve defensores, como em Abril de 1974 a ditadura os não encontrou no momento decisivo.

Dezasseis anos passados sobre o 25 de Abril, podemos orgulhar-nos da democracia que fomos capazes de construir, da solidez das instituições que temos – e que funcionam com regularidade e na mais absoluta paz civil – das perspectivas de futuro que abrimos para a nossa Pátria, inserida como hoje se encontra num dos maiores pólos de desenvolvimento mundial.

Não cometemos alguns dos erros da I República: não nos deixámos diminuir em conflitos estéreis entre o Estado e a Igreja; criámos as condições para que os militares não se envolvessem na política, conseguimos implantar um regime de liberdade sem discriminações nem constrangimentos para ninguém, onde cabem todos os portugueses, sejam quais forem as suas opiniões ou crenças; e estamos, com firmeza que não exclui a tolerância, a dinamizar uma sociedade moderna, plural e pluripartidária, num ambiente de fecunda concórdia nacional.

Não anulámos a conflitualidade, que é normal e mesmo salutar em qualquer sociedade, assumimo-la, dirimindo democraticamente os conflitos através do voto, da alternância política e pelos mecanismos de auto-regulação próprios do pluralismo, no respeito pelos direitos das minorias. Em circunstâncias nem sempre fáceis, fizemos um percurso democrático que, não sendo linear, atesta, todavia, a maturidade política do povo português.

Tendo aceite como um facto inelutável e característico do nosso tempo a descolonização – a que procedemos com atraso e em situação de verdadeira emergência – soubemos, entretanto, salvar o valor essencial do relacionamento fraterno com as nações africanas que falam a nossa língua, com as quais (e com o nosso tão querido Brasil) estamos a construir, perseverantemente, uma verdadeira comunidade de língua, de culturas e de afecto. Hoje, todos sentimos que se aproxima a hora de voltar a África, no respeito das independências adquiridas, e, por isso mesmo, em muito melhores condições do que as existentes ao tempo em que de lá saímos.

O mundo, entretanto, mudou – e continua em acelerada mutação, neste final de século e de milénio. Portugal, aberto ao mundo e à modernidade, não só está também a mudar, e acaso, pela primeira vez, ao ritmo do tempo que vivemos, como é, ele próprio, factor de mudança, integrado como está na Comunidade dos Doze – verdadeiro epicentro da nova construção europeia que se esboça.

Num seminário organizado recentemente – o 25 de Abril revisitado pelos *media* internacionais, que o viveram e relataram – foi posto em destaque, com impressionante unanimidade, o carácter precursor da Revolução dos Cravos. Precursor, por ser a primeira revolução democrática que ocorreu na Europa após a II Grande Guerra, por ter influenciado, de forma decisiva, a «transição democrática» que ocorreu em Espanha, dois anos depois, e por ter contribuído ainda (com a Espanha, naturalmente) para a democratização da América Latina, hoje quase completa.

Antes do 25 de Abril, muitos autores defendiam a ideia de que o pluralismo democrático era um luxo só acessível aos países ricos e desenvolvidos; hoje, tendo em conta a experiência portuguesa, assiste-se em todo o mundo a uma verdadeira «subversão democrática», reconhecendo-se a democracia como uma aspiração universal, das Filipinas aos países da Europa do Leste, do Paquistão à Namíbia ou à África do Sul.

Portugal tem, pois, motivos suficientes para celebrar o 25 de Abril, com alegria e legítimo orgulho, como uma das datas de maior significado na sua história contemporânea. Na verdade, o 25 de Abril não só representou, para nós, a liberdade e a paz, como contribuiu poderosamente para a libertação dos povos sujeitos à dominação colonial portuguesa. Livres, os Estados africanos podem hoje, por sua própria decisão e vontade, relacionar-se livremente com Portugal, como está a acontecer numa cooperação mutuamente vantajosa, baseada no respeito mútuo e que entronca nas nossas raízes históricas comuns.

Por outro lado, foi o 25 de Abril, ainda, que abriu a Portugal as portas do desenvolvimento e permitiu que nos inseríssemos tem-

pestivamente na Comunidade Europeia, à porta da qual batem vários países europeus, sem poderem por enquanto entrar. Assim, podemos afirmar, com boa consciência, que os cravos de Abril não murcharam – nem os deixaremos murchar!...

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes, dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Raul Castro e de alguns deputados do PSD.

... porque estão na origem da grande viragem de Portugal para o desenvolvimento e para o progresso, na liberdade. Não foi uma revolução fracassada, como alguns terão sugerido, só por não termos caminhado para utopias que o andar dos anos mostrou serem puras miragens de falsa propaganda.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e do CDS.

Pelo contrário, foi uma Revolução que realizou os seus grandes objectivos e, por isso, teve pleno êxito, na medida em que continua a ser um motivo de inspiração e uma referência democrática não só para nós como para outros povos, que a vêem como um exemplo de que vale a pena ousar e que as transformações democráticas são possíveis, benéficas e exequíveis, mesmo em países pobres, antes submetidos a longas ditaduras.

Contudo, se temos boas razões para estar satisfeitos – e não ter complexos – quando olhamos para trás, num dia como este, e medimos melhor todo o imenso caminho percorrido, as dificuldades vencidas e os perigos ultrapassados, nestes 16 anos de vida democrática, não devemos deixar de ser rigorosos e exigentes com nós próprios, considerando que é necessário fazer muito mais e melhor, no que respeita ao aprofundamento da democracia que temos não só no plano institucional e político como nos domínios económico, social – com uma mais equitativa repartição da riqueza, por forma a reduzir as tão chocantes desigualdades ainda existentes – e, sobretudo, no plano cultural.

É necessário estimular a comunidade nacional no sentido de uma maior participação na vida pública, satisfazendo as suas aspirações legítimas e avançando nas reformas do Estado que facilitem a vida dos cidadãos.

É por isso que tenho sempre defendido que as comemorações do 25 de Abril, Dia da Liberdade, deveriam ter um carácter fundamentalmente prospectivo – e não passadista – voltando-se resolutamente para a invenção do futuro. É gratificante – e representa um acto de

justiça – homenagear os capitães de Abril, aos quais devemos a liberdade, ...

Aplausos gerais.

... bem como todos os resistentes, que, pela sua acção tenaz contra a ditadura, de algum modo prepararam esse dia libertador.

Aplausos gerais.

É importante reconstituir os factos e não deixar que os mais novos ignorem o que foi o 25 de Abril e o que representou para todos os que tiveram a imensa alegria de o viver. No entanto, o essencial é a antecipação do futuro – é a preparação para os grandes combates que nos esperam, na fidelidade ao 25 de Abril e ao seu desenvolvimento – para que os nobres ideais da liberdade, da solidariedade e da participação a todos os níveis possam continuar a enraizar-se na sociedade portuguesa, contribuindo para a tornar mais justa, melhor e, sobretudo, mais humana. É o que, julgo, mais interessará à juventude, porque se trata de um convite para um combate generoso e irrecusável em que necessariamente haverá de participar.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Temos várias metas diante de nós, como nação, antes e depois de 1993. Não devemos permitir que nos escapem. O futuro tem as portas abertas para Portugal, de par em par. Não podemos perder as oportunidades que se nos oferecem. Precisamos de ter a coragem de cortar com velhos hábitos obsoletos, de sacudir a facilidade e o egoísmo, de não transigir com interesses inconfessáveis e, sobretudo, de ousar, inovando e vendo em grande, para o futuro – libertando-nos do que é particular e mesquinho – com o orgulho da nossa condição de portugueses, de homens livres e na fidelidade às nossas raízes e aos melhores momentos da nossa história.

Melhoremos o nível de vida da gente portuguesa, pensando sobretudo nos mais carenciados, e procuremos, amorosamente, valorizar Portugal. Ousemos participar activamente na construção da Europa com o contributo da nossa própria criatividade.

A chamamento dos nossos irmãos africanos, valorizemos a nossa presença em África, empenhando-nos nas tarefas da paz e de reconstrução, em solidariedade. Saibamos ocupar o nosso lugar no mundo, com o prestígio da nossa autoridade democrática e o saber de experiências feitas do humanismo português.

Para tanto, sejamos capazes de afirmar a nossa disponibilidade em relação ao que é novo, generoso e humano. Dêmos lugar aos jovens,

reconhecendo a educação, a ciência, as artes e a cultura como prioridades nacionais absolutas. Combatamos em favor das causas justas – em defesa do ambiente, da nossa identidade cultural, da qualidade de vida e da segurança dos cidadãos – e, sobretudo, afirmemos em acções concretas o valor da solidariedade. Se assim fizermos, como creio, seremos dignos do 25 de Abril, dessa

madrugada radiosa que mudou a história de Portugal e o destino pessoal de cada um de nós.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** – Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

dia da
liberdade



Desfile Marquês de Pombal-Rossio
15H00

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1991

Oradores

Narana Coissoró
Partido do Centro Democrático Social

Carlos Lilaia
Partido Renovador Democrático

Jerónimo de Sousa
Partido Comunista Português

Edite Estrela
Partido Socialista

Duarte Lima
Partido Social Democrata

Victor Crespo
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão. Tem a palavra o representante do CDS.



O Sr. Narana Coissoró (CDS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr. Provedor de Justiça, Altos Dignatários do Estado, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados: No dia 25 de Abril de 1974, que hoje solenemente comemoramos, tratou-se, fundamentalmente, de recusar a legitimidade de um regime que não dava voz e participação ao pluralismo dos projectos e vontades dos cidadãos na decisão do processo político, designadamente no que respeitava ao conceito estratégico nacional secular: a função de Portugal no ultramar e o destino deste ultramar em face das exigências da segunda metade do século XX.

Mas pode ter-se por certo que a nenhuma das forças que moldaram o processo revolucionário, nem sequer a qualquer dos intervenientes que pessoalmente assumiram as responsabilidades e o protagonismo histórico da mudança irreversível efectuada, foi possível antever a alteração acelerada que viria a dar-se na estrutura da Europa e do Mundo, mudança que entrou em ritmo vertiginoso nos últimos três anos.

O ideal europeu de 1974 andava distante do largo passo dado mais tarde no Acto Único do Luxemburgo e das mutações decorrentes da imprevista queda do Muro de Berlim, da dissolução em curso do Pacto de Varsóvia, da crise do Império Soviético.

A ninguém podia ter ocorrido o conflito do Golfo, nem o ressurgimento da liderança da Organização das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança, a intervenção directora dos Estados Unidos da América na acção da coligação militar que organizaram.

Nas Jornadas do 25 de Abril, baseadas num grande ideal democrático e na condenação e recusa do regime da Constituição de 1933, a ninguém poderia ter ocorrido a questão actual da unidade política europeia em discussão ou a problemática grave de uma defesa armada europeia.

O futuro democrático que se quis é valorativamente o mesmo, mas as circunstâncias, em 1991, são radicalmente diferentes, especialmente naquilo que respeita aos desafios internacionais,

que hoje já não coincidem com os que enquadravam a conjuntura portuguesa em 1974.

Será exacto dizer, como tantas vezes se escuta, que o processo internacional em curso, no qual participamos, quer no que respeita à unidade política da Europa quer no que respeita à definição de um braço armado das Comunidades, não toca na soberania, não afecta a área de decisão soberana de Portugal?

Somos frequentemente aconselhados a não mitificar o valor da soberania, mas não conhecemos melhor forma de mostrar que se está a ser vítima dessa mitificação do que tentar fazer valer o conceito de que ela não está em causa, quando é dificilmente concebível que uma questão de unidade política, seja esta o que for, e de braço armado de uma unidade política, seja qual for a definição desse braço armado, possa ter resposta que não afecte o conceito e o conteúdo da soberania tal como é classicamente entendida.

Julgamos que, neste fim de século, é o alargamento da democracia que se anuncia aos europeus do Atlântico aos Urais, mas é também a redefinição da soberania que está em causa para os grandes e pequenos países da pequena Europa.

Por muito que a semântica política possa ser usada abusivamente nesta área, estas questões da unidade política da Europa, da defesa da Europa, da segurança do Atlântico, portanto da NATO, da UEO, da CEE, da CSCE, tocam profundamente no conceito estratégico nacional, na função de Portugal no Mundo, na maneira de ser português, de ser cidadão, de ser europeu.

É por isto que, neste dia, 17º aniversário do 25 de Abril, parece apropriado lembrar que o povo e os seus representantes, de acordo com o ideal proclamado e implantado em 1974, não podem alhear-se ou ser afastados das decisões e das responsabilidades pelas consequências delas, que afectam o futuro das gerações.

Entendemos, assim, que este é o dia certo, o lugar exacto e a cerimónia apropriada para uma chamada de atenção: o processo que diz respeito à unidade política europeia, à segurança da CEE, à segurança da CSCE, não pode ser conduzido, como até agora, com tão escassa participação da Assembleia da República, com a acção discreta da burocracia e o protagonismo ostensivo do aparelho governativo.

O 25 de Abril não consente que, na definição dos futuros do País, não estejam presentes todos os Órgãos de Soberania, respaldados pelos cidadãos completamente informados, decididos e concordantes. Só assim a exigência da democracia participativa, que animou o 25 de Abril, será cumprida. Uma vez mais, a nossa revolução continuará a ser a matriz da revolução democrática global que abraça o Mundo nesta Primavera de 1991.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PRD.



O Sr. Carlos Lilaia (PRD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Conselheiros de Estado, Sras. e Srs. Convidados: O jovem que nasceu com o 25 de Abril faz hoje 17 anos, está prestes a atingir a maioridade cívica e a ter a possibilidade de, pela primeira vez, concretizar as suas opções políticas.

Um longo caminho teve de percorrer e todas as crises de crescimento teve de ultrapassar.

Nasceu, cresceu, afirmou a sua personalidade com a democracia. Foi pensando nesse jovem, foi para esse jovem que um punhado de homens, cidadãos e portugueses anónimos se empenharam em derrubar a longa noite da ditadura.

É esse jovem, são esses milhares de jovens portugueses que quero hoje, em nome do Partido Renovador Democrático, homenagear. É esse, no fundo, o maior reconhecimento que posso manifestar aos capitães de Abril, aqui representados.

Uma nova geração, um novo futuro. Uma nova geração com ideias diferentes: muito mais que um ideal de democracia e de crescimento, há uma ideia de democracia mais verdadeira, de desenvolvimento partilhado.

Não é mais fácil por isso – pelo contrário. Antes, a ditadura servia de referência para unir forças em torno de um objectivo comum. Hoje, os jovens sentem a indiferença e dependem mais de si próprios, numa sociedade que privilegia o egoísmo consumista em detrimento dos valores da solidariedade humana.

Ontem, do que se tratava era de conquistar a democracia quando a ditadura frontalmente se assumia. Hoje, não se trata de a conquistar, mas, simplesmente, de a exercer. Frequentemente, a situação dos jovens é irónica: têm liberdade, mas, na prática, não a suficiente para exercer e usufruir os direitos económicos, sociais, culturais e políticos que a Constituição lhes reconheceu.

Ontem, o que importava à nossa geração era conquistar as liberdades e os direitos, que o resto se seguiria. Hoje, tudo se seguiu! O País evoluiu muito: para a generalidade da população a vida melhorou, o crescimento económico é patente e as injustiças sociais são, porventura, menores.

Mas assim é para aqueles que viveram o anterior regime. Para os jovens que não o viveram dizer que houve melhorias não faz muito sentido.

Que sentido faz o insucesso escolar que grassa nas nossas escolas? Que sentido tem o abandono do ensino de milhares de jovens, ainda antes de completarem a escolaridade obrigatória?

Que sentido têm o trabalho infantil, o abandono e a vadiagem? Que sentido têm a angústia do acesso à universidade e as dificuldades de obtenção de uma formação profissional que seja credível e que garanta a inserção no mercado de trabalho?

Que sentido tem a impossível posse (para não falar da aquisição) de uma casa que seja o lar de uma nova família?

Que sentido faz um Estado e uma Administração que, em vez de apoiar, só empatam e frustram expectativas?

Finalmente, que sentido faz a frustração que derrota os nossos jovens, eternizando o fado nacional?

Nenhum sentido faz, apesar de muitos deles já se terem escravizado a formas de alienação que lhes enfraquecem o físico e lhes toldam o espírito.

O pior são as drogas, os cultos alheios às nossas tradições e referências culturais e religiosas e, também, o extremismo social e político. A muitos dos que não se tornaram reféns dos *ghetos* a que os conduziram, o sarcasmo e a incredulidade marca-lhes a personalidade e a vontade.

É preciso reflectir sobre tudo isto; é preciso reflectir sobre o nosso papel como políticos e homens de Estado.

O que é preciso? Um modelo próprio de democracia e de desenvolvimento económico e social; um modelo de democracia que permita afirmarmo-nos como um povo unido e culturalmente identificado; um modelo de funcionamento democrático que permita o surgimento e a afirmação de ideias e de projectos novos e de formas institucionais novas de fazer a política que sejam percorridas de um novo sistema político baseado na responsabilidade pessoal dos políticos perante o eleitorado; um modelo de desenvolvimento económico que retome o objectivo de uma economia auto-suficiente e auto-sustentada, sem deixar de ser uma economia aberta e competitiva, e, finalmente, um modelo de desenvolvimento social partilhado e solidário, sem deixar de promover a diferença e a afirmação pessoal.

Estes 17 anos marcam o fim da primeira fase, a da construção dos pilares de uma sociedade democrática e desenvolvida. Mas anunciam, também, uma nova crise de crescimento, talvez a mais importante, porque se trata de dar um enorme salto qualitativo.

Não se trata apenas de usar todas as nossas capacidades, no sentido de dar resposta às necessidades próprias de desenvolvimento do País. Trata-se, também, concomitantemente, de encontrar forças para contribuirmos com a nossa quota-parte na construção do mercado único e na consolidação da Europa comunitária,

privilegiando a Europa das regiões e a Europa dos cidadãos. São desafios já suficientemente grandes e perigosos para nos abançarmos fervorosamente no reforço da Europa política e numa maior transferência de soberania.

A posição do PRD a este respeito tem sido clara. A integração de Portugal nas Comunidades Europeias não é condição *sine qua non* do nosso desenvolvimento. Embora a integração possa dar um impulso importante, ela poderá, também, acentuar problemas estruturais – o aumento da dependência externa e o abandono do escopo da auto-suficiência «mínima» – e criar outros novos, nomeadamente no plano social e do conhecimento científico.

Por outro lado, se é verdade que a inserção no maior espaço económico do mundo com tendência a assumir-se como potência política e militar mundial poderá valorizar e prestigiar Portugal, inclusive nas suas relações bilaterais, não é menos verdade que as vantagens poderão resumir-se apenas a isso, já que assistiremos também ao cerceamento da nossa capacidade de definir e implementar políticas internas e externas autónomas e à redução do papel do Estado Português ao plano interno e, mesmo neste caso, com grandes limitações.

A construção da Europa não pode, pois, ser a única nem a principal opção histórica de Portugal. É preciso, primeiro, reconstruir o mundo português, defender a nossa nacionalidade.

Esta opção é o culminar de um processo histórico de 800 anos, que reservou a Portugal o papel de revelar os mundos ao Mundo e, agora, o de os unir.

Portugal nunca deixará de ser «ocidente», mas são as matrizes e os valores culturais que constituem a base essencial das opções fundamentais de um povo. O mais importante não é a opção ideológica, mas a expressão única que cada povo faz dessa opção: a sua identidade nacional!

Para cumprirmos esses objectivos é preciso um novo fôlego, é preciso que os objectivos e o esforço nacional não sejam comprometidos pela instabilidade política, económica e social, que a irresponsabilidade dos agentes sempre promove.

Orgulhamo-nos do 25 de Abril e dos resultados alcançados, mas não podemos pedir aos jovens que usem as nossas referências. Há que lhes dar uma verdadeira oportunidade. Não serve de nada deixar-lhes o horizonte da Europa se não formos capazes de deixar-lhes Portugal. Se assim o fizermos, então, sim, eles conseguirão erguer um mundo melhor e, como nós, também sentirão orgulho da revolução dos capitães de Abril.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do PCP.



O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados: Neste momento de comemoração e regozijo, de palavras certas e homenagens proferidas e feitas tantas vezes, já desponta e se inicia hoje a caminhada para os 18 anos de Abril.

Temos dele esta perspectiva de futuro!

De futuro porque a liberdade que foi e é intrínseca ao acto libertador dos capitães de Abril constitui hoje um alicerce das sociedades modernas.

De futuro porque, comemorando a liberdade, não abdicamos de valorizar, de ambicionar e de perseguir os caminhos de concretização dos seus objectivos de justiça social, de progresso e de desenvolvimento para a nossa pátria, que pretendemos pacífica, soberana e independente.

E, no entanto, não esquecemos que, dobrados que foram estes 17 anos, um terço da população portuguesa já nasceu depois de Abril, que cerca de metade das portuguesas e portugueses tinham menos de 10 anos quando se encerrou e venceu um ciclo negro e repressivo da nossa história.

Para o bem e para o mal, a nossa juventude nasceu e cresceu em democracia, juventude que não discute a liberdade, porque nunca lhe sentiu a falta, mas que anseia pela outra dimensão concreta de Abril, adiada, inacabada e sustida por aqueles que nunca se conformaram e sempre procuraram recuperar as parcelas do domínio e do privilégio perdido.

E nós, porque fomos uma geração inconformista, se apelo podemos hoje fazer à juventude é o de que também o seja, já que viver Abril também é recusar o conformismo.

Aplausos do PCP.

E perseguir os seus objectivos é lutar por uma política que defenda as liberdades, ponha cobro às discriminações e exclusões sociais, que rasgue os caminhos do desenvolvimento económico, potencie as nossas capacidades, os nossos recursos, as transformações económicas realizadas no processo democrático.

Abril é, necessariamente, trabalhadores exercendo direitos, empresas públicas vitalizadas, agricultura apoiada e modernizada, poder local dignificado e regionalização concretizada.

Retomar os seus caminhos é garantir à juventude uma escola de igualdade, de qualidade e de democracia, dar combate à precariedade do emprego e permitir o acesso a uma habitação condigna. Foi e é reclamação de Abril o dever de dignificar e assegurar a vivência dos deficientes e dos que se encontram no último quartel da sua vida, de agir para que as mulheres assumam por inteiro, sem discriminações profissionais e sociais, o seu papel na sociedade, que a saúde se transforme num direito inalienável de todos os cidadãos.

Dar dimensão a Abril é contar com os trabalhadores, com a sua participação e intervenção criativa e transformadora, é fortalecer e respeitar a liberdade sindical, o direito à segurança no emprego, às férias, a salários e a horários justos.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Mas Abril, pela sua dimensão solidária, é também não esquecer as margens da vida, é recusar e dar combate às manchas de pobreza, às desigualdades e exclusões e ao individualismo feroz, é recusar e dar combate a que, em nome da sacralização do lucro, se desregulamente e fragilize o estatuto social e o direito laboral.

Absolver as causas, promover as montras e a polarização da riqueza e verter simultaneamente lágrimas sobre as injustiças pode dar votos, mas não é, decerto, um acto de Abril.

Mas Abril ainda foi e é um acto moderno e avançado porque, num tempo em que as distâncias se vencem, os homens se procuram, em que o diálogo e o entendimento são mais que exigências da realidade, ele reforçou a nossa identidade de europeus e portugueses para protagonizar um papel de uma pátria de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação. Face à construção do mercado único, devemos ser ambiciosos como ambicioso foi Abril no desenvolvimento da criatividade e da cultura portuguesa na perspectiva de sermos nós mesmos numa identidade cultural forte e livremente consentida. Incompletos seriam tais esforços se não nos batéssemos para assegurar a nossa independência nacional e contribuir para a paz no mundo, para que a solidariedade e o entendimento entre os povos rasgue alamedas novas no devir da humanidade.

Neste momento solene de comemoração de Abril, permita-me, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados, que releve e sublinhe a nossa manifestação de solidariedade com o povo maubere, jugulado no seu direito à autodeterminação e independência e vítima do genocídio. Constitui condição de Abril e da democracia tudo fazer para que o povo de Timor Leste tenha direito à vida, à liberdade, ao seu chão, e seja senhor do seu próprio destino.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falando do futuro parece que falámos pouco dos capitães de Abril. Mas não. Eles mesmo quando chegaram ao fim das suas funções constitucionais ambicionavam o futuro quando afirmaram que Abril foi historicamente o momento da libertação de energias morais, materiais, políticas e humanas que, estando longe de atingirem a sua maturação, se articulam lentamente num processo dinâmico e por isso mesmo contraditório, que apontam irreversivelmente para a organização de uma sociedade livre, justa e fraterna e para a construção de um país verdadeiramente independente. Da aplicação da justiça tinham eles uma visão tolerante na certeza de que os regimes democráticos se reforçam mais com actos de clemência, do que com medidas repressivas.

O prosseguimento e concretização de tais objectivos seria decerto a melhor homenagem que lhes poderíamos fazer hoje, sem esquecer nunca o seu rasgo e o seu risco em 25 de Abril de 1974.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta época fascinante de aproximação do século XXI novas realidades emergiram, tomaram corpo e se impuseram nos dias actuais às forças da democracia. Abril, as suas transformações e realizações não poderiam ficar imutáveis. O desgaste do tempo e a não correspondência do poder

político à natureza e dimensão das conquistas podem diluir-lhe as páginas mais exaltantes. As investidas e persistência das forças e instituições derrotadas do velho estado de coisas podem enfraquecer a barreira popular e institucional e ocasionalmente quebrar o ímpeto revolucionário e participativo dos dias vitoriosos. Pode, conjuntamente, impedir-se que sejam os ideais de Abril e o sonho a comandar a vida e ser a vida comandada pelo mercado e pelo lucro desmedido.

Pode tudo isto acontecer! Mas, apesar dos reveses, das coisas não cumpridas, inacabadas ou mutiladas, nós temos uma profunda confiança que Abril, transportando os seus ideais, os seus valores mais generosos, mais nobres e humanistas, que fizeram ousar os jovens capitães, há-de ser projectado para o futuro que aí vem. Não como relíquia, mas como aspiração viva e permanente, ancorado que está no coração e na alma do povo português, dos trabalhadores e dos democratas.

Nós, comunistas, não regatearemos esforços para que viva Abril, para que Portugal seja melhor.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e dos deputados independentes João Corregeador da Fonseca e Raul Castro.



O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a. Deputada Edite Estrela.

A Sr.^a. Edite Estrela (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Conselheiros de Estado, Exmas Autoridades, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero prestar uma homenagem sincera ao Sr. Presidente da República, que, há pouco mais de um mês, nos termos constitucionais, nesta Câmara e perante todos nós, foi de novo empossado no mais alto cargo da Nação.

Aplausos gerais.

A Oradora: – Saúdo-o enquanto garantia institucional da legalidade e do pluralismo, mas também como verdadeiro símbolo do 25 de Abril. No cidadão Mário Soares quero também saudar o homem que viveu Abril e sofreu a ditadura. No Presidente da República saúdo todo o povo português que ateou a «chama que nenhum vento apaga». No Chefe Supremo das Forças Armadas cumprimento os capitães de Abril, cuja acção foi decisiva para que Portugal despertasse do sono letárgico de tantos anos.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e do deputado independente Jorge Lemos.

A Oradora: – Para todos os que trouxeram «Abril a voar dentro do peito», a nossa gratidão. Deles rezará a história, não dos ingratos e indiferentes.

A Assembleia da República – sede da representação nacional, onde se debatem ideias e produzem as leis – é o lugar certo para festejar Abril. Aqui, comungando os ideais de paz, liberdade e progresso, os Órgãos de Soberania, emergentes do regime democrático, testemunham a grande coesão nacional em torno deste legado fecundo que pode e deve ser aprofundado e desenvolvido. Viver em comum este momento é partilhar a alegria daquela madrugada, é viver a utopia feliz e encontrar a distância que não compromete a festa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Comemorar é um modo de manter vivo um acontecimento. Mas o 25 de Abril não pode ser

«pura festa». Celebrar Abril não pode transformar-se num acto de rotina, mera contemplação estática das glórias do passado. A alegria da festa não pode impedir a reflexão nem toldar a lucidez. Acto fundador do regime democrático, o 25 de Abril é o símbolo da libertação de vários povos, de muitas pátrias e culturas. A revolução de Abril, à semelhança da revolução liberal, que tornou o Brasil independente, devolveu a liberdade aos Portugueses, mas abriu também caminho para a liberdade de outros povos, hoje nações soberanas, em busca da paz e da democracia.

Com os países africanos de língua oficial portuguesa e com o Brasil constituímos uma comunidade linguística de mais de 170 milhões de falantes. A língua é um dos grandes valores do património histórico das nações. Obra dos povos que a falam, dos escritores que a reciam, da história que a enriquece no contacto com os outros, a língua é, sem dúvida, o grande cimento de coesão entre os povos. Com essas nações irmãs temos o dever de aprofundar os laços histórico-culturais e afectivos que nos unem e encontrar novas formas de cooperação e relacionamento a todos os níveis, pela via do diálogo e no respeito mútuo.

País pequeno geograficamente, mas grande pela língua e cultura, Portugal tornou-se, por vontade do povo, pátria da cultura e, em Abril, reencontrou a sua tradição humanista e vocação universal. Abril foi o ponto de chegada da nossa saga de dor e luta, aportando em liberdade. Por isso, o que Abril representa não pode ser reduzido a um acto de memória, a um ritual evocativo, ainda que solene. Tem de ser memória do passado e afirmação do futuro.

O que nesse dia aconteceu foi o início de um novo ciclo da vida nacional. Mudou a cultura política e o tempo histórico. Seguiram-se-lhe dias que abalaram o nosso mundo e deixaram marcas indeléveis em todos nós. O 25 de Abril é património do nosso imaginário colectivo. Foi ruptura com o passado e reencontro com o melhor da nossa história. As coordenadas temporais do mundo ocidental remetem para um minúsculo e decisivo ponto, necessário hiato entre um antes e um depois. Passado e futuro de que o presente é a inevitável transição.

Para nós, Portugueses, o 25 de Abril é, hoje, a grande referência. A revolução dos cravos é a linha que separa a pré-história política e cultural da história portuguesa. Antes, era a guerra colonial, o isolamento cultural, o «orgulhosamente sós». Depois, o povo, sujeito do seu destino, escancarou as portas ao mundo, ao futuro, à modernidade, à poesia.

No dia 25 de Abril de 1974, a poesia veio para a rua. Natália Correia viu sair «o sol perfeitamente Abril». António Ramos Rosa quis «a espécie viva sobre as membranas da terra». José Manuel Mendes distribuiu «orvalhadas rosas/bagos de coral». «A nossa revolução ainda não acabou/nem tão cedo acaba», adverte José Gomes Ferreira. E porque «o poema é liberdade», afirma Sophia de Mello Breyner, de que Manuel Alegre foi o arauto, dizemos

nós, é ocasião para lembrar aqueles a quem Abril ainda não chegou. Intramuros e além-fronteiras, é necessário levar Abril aos excluídos da democracia.

À generalidade dos direitos consagrados, acresce actualmente a exigência dos direitos particulares: de raças, de minorias, de pequenos grupos, de regiões ou localidades. Aprofundar a democracia é defender a mais minoria das minorias. É olhar diferente, com respeito, os que são diferentes. Aprofundar a democracia é também «minimizar o sofrimento evitável», nas palavras de Popper. O sofrimento dos Timorenses a quem tarda o reconhecimento do direito à autodeterminação. Sofrimento de tantos outros que acontecimentos recentes nos têm revelado.

Ninguém verdadeiramente amante da liberdade pode estar em festa, insensível a tantos dramas. Os sobressaltos, as legítimas aspirações à paz, à democracia, à liberdade, que de todo o lado irrompem, prenunciam a abertura de um novo ciclo da história do homem. Todas as grandes reivindicações do passado: do direito ao voto ao voto universal, o estabelecimento da democracia política, a consagração do direito da igualdade de oportunidades e do direito à diferença, à saúde, ao ensino, à habitação, a recusa da guerra e o desejo de paz são, hoje, exigências da humanidade. No entanto, os alquimistas da modernidade não descobriram ainda o elixir da paz e da liberdade eternas. Não há pedra filosofal que valha aos Timorenses e a muitos outros excluídos da democracia.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados: No plano interno, temos de encontrar a melhor forma de aperfeiçoar o projecto democrático, de aprofundar a democracia na organização social e nas mentalidades. Nem tudo está bem no Portugal de Abril. Temos de descobrir as

melhores vias para acabar com a pobreza, com o analfabetismo literal e regressivo, com as desigualdades económicas, sociais e culturais, com a discriminação da mulher, e não podemos tolerar que haja crianças maltratadas, velhos sem abrigo e jovens sem emprego, para que não seja eufemismo dizermo-nos homens livres, cultos e prósperos, de mesa farta em casa boa.

Portugal mudou, é um facto. Mas precisa de mudar muito mais. A democracia tornou-se uma segunda natureza, um modo de vida, um ambiente, uma cultura. Já não é somente uma escolha, o menos mau dos regimes políticos. Tem no *homo democraticus* o seu principal defensor. Ao comemorarmos os 17 anos do 25 Abril, é a oportunidade de, na presença dos pais, invocar os filhos de Abril. As crianças de Portugal. «Mas as crianças, senhor, por que lhes dais tanta dor? Por que padecem assim?», pergunta Augusto Gil. E com razão. De facto, muitos são os problemas que as crianças enfrentam no mundo contemporâneo e que urge resolver. Acabar com o trabalho infantil, garantir à criança o direito à saúde e à escolaridade é um imperativo nacional.

Todos nós, mulheres e homens de Abril, temos o dever histórico de construir para os nossos filhos, se não o melhor dos mundos, pelo menos um mundo melhor: um mundo mais solidário e justo, mais humano e agradável. Só assim «a cor da liberdade» será «verde, verde e vermelha», como a queria Jorge de Sena.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca, José Magalhães, Jorge Lemos e Raúl Castro.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Duarte Lima.



O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD):

– Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Provedor de Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Ao celebrarmos, hoje, o 17.º aniversário do 25 de Abril ultrapassámos o limiar simbólico da duração da I República, sobressaltada pela instabilidade política e por conflitos institucionais, por crises sociais e económicas, cujo desfecho, passados 16 anos, culminou na instauração da ditadura e do autoritarismo.

Este facto é digno de registo, desde logo porque nunca faltaram arautos a vaticinar a nossa incapacidade congénita de adaptação à democracia e aos horizontes da liberdade generosamente rasgados pelos militares de Abril, a quem hoje, uma vez mais, a minha bandada saúda com respeito.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca, José Magalhães, Jorge Lemos e Raúl Castro.

Mas é igualmente digno de registo porque ao longo das inúmeras vicissitudes e atribulações por que passou o regime democrático nestes 17 anos não faleceu o ânimo às principais forças políticas democráticas para introduzirem algumas reformas e melhorias no funcionamento do sistema político que permitiram ultrapassar os diversos bloqueamentos institucionais com os quais a sociedade portuguesa se viu confrontada. Essa capacidade de aperfeiçoamento do nosso sistema político, visando a construção daquilo a que o Sr. Presidente da República chamou de uma «República moderna», deve ser um dos grandes objectivos a ter presente nos próximos anos, em particular na próxima legislatura.

Para isso, devemos assumir com desassombro e frontalidade o imperativo de corrigir aquilo que no funcionamento geral do sistema político português é ainda objecto justificado de críticas, porque desajustado dos objectivos que deve servir. O fim último da política é o homem, não o homem abstracto que povoa as páginas de alguns manuais, mas o homem concreto de que fala

com tanta insistência João Paulo II, o homem que ama, sofre e que trabalha, ser em relação com outros seres que aspira à liberdade e à realização integral da sua personalidade.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – É ao seu serviço que deve estar organizado o funcionamento do sistema político, e não submetido aos interesses sempre transitórios das diversas forças políticas que o gerem. Por isso, a celebração do 25 de Abril é o momento adequado para colocarmos a nós próprios a questão: que desafios exige de nós o futuro para consolidarmos a República moderna de que fala, com propriedade, S. Ex.ª o Sr. Presidente da República?

Vamos assumir consequentemente que é um imperativo modernizar o nosso sistema eleitoral concebido numa situação político-partidária em que tudo e todos tinham medo de tudo e de todos e cuja arquitectura transforma a estabilidade governativa em excepção e não em regra, como se verificou com a vertigem traduzida na existência de 16 governos em 13 anos?

Vamos assegurar uma relação mais autêntica entre os que elegeem e os que são eleitos ou vamos continuar a privilegiar a relação em circuito fechado entre estes e os aparelhos partidários em que se integram?

Vamos potenciar a cidadania activa, alargando o espaço de participação política ao conglomerado de forças sociais que hoje estruturam uma sociedade moderna ou vamos continuar a privilegiar a exclusividade até aqui reservada aos partidos políticos?

Vamos modernizar o funcionamento do Parlamento, adequando-o a dar resposta aos desafios dos novos tempos, ou vamos mantê-lo com uma organização e uma estrutura que teve a sua época, mas que hoje começa a estar claramente desactualizada?

Temos como certo que o principal desafio com que os Portugueses vão ser confrontados nos próximos anos vai ser o de continuar a assegurar a estabilidade política e governativa, porque foi ela a pedra de toque que garantiu o surto de progresso e crescimento económico sustentado que percorre o País e que prestigiados observadores internacionais qualificam como o «sucesso português».

Aplausos do PSD.

Garantir o desenvolvimento de Portugal – um dos principais objectivos do 25 de Abril, que nos orgulhamos do estar a cumprir – pressupõe a criação de riqueza nacional, base indispensável para corrigir desigualdades entre as regiões e os cidadãos.

Mas não há criação de riqueza sem referenciais políticos de confiança e estes só existem se houver estabilidade governativa.

Esta é uma regra pacífica nos países de democracia consolidada, embora tenha em Portugal a marca da excepionalidade, que só

a vontade determinada dos Portugueses nas últimas eleições legislativas conseguiu garantir.

Não pretendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apropriar-nos partidariamente da ideia da estabilidade. Defendemo-la porque ela é determinante para o futuro do País e para a consolidação da democracia, independentemente do partido que dela beneficia.

Aplausos do PSD.

Por isso, saudamos a nobreza democrática do Primeiro-Ministro de Portugal, que ousou aconselhar, com desassombro, os Portugueses a darem, nas próximas eleições legislativas, a maioria, que garanta a estabilidade a uma força política, mesmo que não seja aquela a cujos destinos ele preside.

Aplausos do PSD.

Era um desafio e, era um conselho que mereceria ser seguido por outros líderes partidários, uma vez que hoje é inquestionável que é na estabilidade que assenta a base da recuperação do País, como referiu, em Março, o Vice-Presidente da Comissão Europeia Christophersen, cujas palavras não resisto a citar: «Temos assistido a uma evolução impressionante em Portugal e Espanha, nos últimos quatro a cinco anos, com taxas muito elevadas de crescimento. Se essa evolução continuar a um tal ritmo, ao fim de uma geração, verificarão que o País se transformou radicalmente. Aliás, isso já pode ser observado.

Enquanto a maior parte dos países comunitários evidencia tendência para a estagnação, Portugal faz parte do reduzido número de Estados que deverão assinalar um franco crescimento este ano.»

É pena, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que alguns políticos se recusem a ver esta realidade, por meras razões partidárias, e façam gala em desvalorizar, em Portugal e no estrangeiro, o contributo que todos os portugueses deram para a recuperação do País.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Nós orgulhamo-nos desse esforço e, quando valorizamos a ideia da estabilidade, fazemo-lo, fundamentalmente, pelo respeito que nos merece o contributo que os nossos concidadãos estão a dar, quer no País, quer nas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, para que o nome de Portugal seja cada vez mais respeitado na comunidade internacional.

Aplausos do PSD.

Se, por infortúnio, Portugal regressasse aos tempos da instabilidade política, ao ciclo curto governativo, seria o esforço dos Portugueses que estaríamos a malbaratar.

Graças à estabilidade de que disfrutámos nos últimos quatro anos foi possível também afirmar externamente o nome de Portugal. Não apenas no sucesso que constituiu a nossa integração na Comunidade Europeia – ainda na passada semana referido pelo Primeiro-Ministro luxemburguês –, mas igualmente no novo e promissor relacionamento que foi possível estabelecer com os países africanos de língua oficial portuguesa, bem expresso no papel

relevantíssimo que o nosso país tem assumido na mediação para a paz em Angola, ao lado dos Estados Unidos, da União Soviética e das Nações Unidas, no sentido de contribuir para o reencontro fraterno de um povo generoso há tantos anos martirizado por um conflito ao qual urge pôr termo. No momento em que decorre, próximo de Lisboa, mais uma ronda decisiva de negociações, estou certo de que a Assembleia da República se associa num voto sincero para que se estabeleça rapidamente um acordo sólido entre ambas as partes.

Aplausos do PSD.

Construir em Portugal uma «República moderna», nesta viragem do milénio, implica enraizar e fortalecer as nossas instituições democráticas, particularmente garantindo que os executivos cumpram, na plenitude da legislatura, um «contrato de maioria». Como há muito escreveu Mendés France, há dias oportunamente lembrado por José Augusto Seabra, é importante que, «quando a Assembleia for renovada por ocasião das eleições gerais, seja constituído um governo à sua imagem e que esse governo dure, em princípio, tanto tempo quanto a própria Assembleia».

São palavras de um homem que marcou neste século a história do pensamento político do seu país e da Europa, recorrentemente invocado como um mentor importante do pensamento socialista europeu e para quem o «contrato de legislatura» era um pressuposto fundamental para o fortalecimento da democracia.

De facto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só assim podem os cidadãos responsabilizar com rigor e verdade aqueles que governam. Em Portugal, esse contrato de legislatura está prestes a ser cumprido pela primeira vez neste século em regime democrático. As árvores, diz o povo, medem-se pelos frutos e aos Portugueses caberá julgar, pelos resultados, se devemos ou não prosseguir neste caminho.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Victor Crespo:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores: Com a habitual solenidade, celebramos mais uma vez o 25 de Abril. Importa ao País e a nós próprios que recordemos as datas grandes do nosso percurso histórico e, em particular, as mais felizes. É essencial não deixar esbater a memória. É essencial que se mantenha vivo o reconhecimento aos capitães de Abril, a quem endereço, em nome pessoal e da Assembleia da República, os sentimentos da nossa gratidão.

Aplausos gerais.

É essencial ainda recordar com o maior respeito todos aqueles que, ao longo dos tempos, se empenharam para devolver a Portugal a dignidade de uma nação livre e respeitada. Aberta à democracia.

Verdade é, minhas senhoras e meus senhores, que só em democracia é possível realizar o progresso e a modernidade. Só a democracia arrancou Portugal do ciclo fechado e do subdesenvolvimento.

Só com o pluralismo político foi possível consolidar o Estado democrático e de direito, o florescimento de uma verdadeira economia de mercado, o reforço do poder local, a criação das autonomias regionais e a busca empenhada da justiça social.

Há duas décadas fomos pioneiros. Somos exemplo. Por isso, nos exigimos um empenhamento na pedagogia do significado dos acontecimentos daquela data.

Basta recordar que, nestes últimos 17 anos, nasceram cerca de 3 milhões de portugueses e, dentro em breve, a sua vontade será decisiva para as opções que hão-de enfrentar os desafios da modernidade.

Nas próximas eleições legislativas exercerão já o seu direito de voto muitos milhares de jovens que, sendo crianças de tenra idade em 1974, não podem ter um conhecimento vivido da ditadura e das suas perversidades.

É uma coincidência feliz verificar que, quando a democracia atinge os seus 18 anos, os jovens chegados à maioridade iniciarão o exercício dos seus deveres políticos, na plenitude de uma estabilidade democrática.

Coincidência tanto mais feliz quanto é certo que, pela primeira vez, uma legislatura completa o período constitucional de quatro anos. Espero que assim continue a acontecer. A bem do prestígio das instituições democráticas e da sua eficácia.

A modernização e o desenvolvimento do País, que temos sabido realizar, são consequência, em grande parte, da estabilidade política disfrutada nos últimos anos e, também, da solidariedade institucional entre os diferentes Órgãos de Soberania, que marcou de forma significativa esta V Legislatura.

Vivemos o retorno de Portugal à sua vocação europeia, sem descurar os laços tradicionais que cabocámos ao longo de séculos.

Na Europa, Portugal encontrará resposta às suas aspirações, sem prejuízo de privilegiar as suas relações com os países de língua oficial portuguesa e com aqueles outros com quem temos afinidades especiais.

Responder aos desafios que o presente nos impõe e preparar os caminhos para o século XXI é a palavra de ordem, que vai pôr à prova a nossa capacidade de realização e de imaginação criadora.

Consegui-lo não se compadece com a inacção, com a displicência ou com o descuido. Exige, pelo contrário, uma atenção séria e constante às realidades e uma aturada e inteligente avaliação das vagas de fundo da sociedade em transformação.

As sociedades que despontam trazem no seu ventre novas exigências, cuja dimensão ética não pode ser descorada. Não se conformam com o quadro doutrinário da primeira parte deste século. Mesmo alguns referenciais do tempo presente carecem de reavaliação.

Desenhar, nestas condições, um quadro preciso do futuro seria sempre uma temeridade. Impõe-se, porém, que estejamos de mentes abertas para despertar as energias e renovar o pensamento e a acção, com uma vontade firme e uma determinação colectiva, animadas pela inovação, pelo progresso e pela justiça.

Encontramo-nos no portal de uma sociedade de criatividade, que se vai construindo pedra a pedra. Criatividade que aposta no homem e na plenitude do seu engenho, que liberta a sociedade civil, acicatando-a para uma competência que melhore a qualidade de vida e preserve o ambiente.

O homem, o ambiente e o desenvolvimento têm de marchar de mãos dadas.

Assim a ciência vencerá a ignorância!

É com satisfação que lembro que fomos o primeiro Estado da Europa a consagrar, na Constituição da República, o direito do homem ao ambiente.

Nos caminhos que temos à nossa frente, a educação, a formação profissional, a ciência e a tecnologia desempenham um papel cada vez maior, sendo a inovação e o rigor os principais motores do desenvolvimento neste fim de século.

Mas não podemos enveredar por um percurso qualquer. O desenvolvimento tem uma dimensão cultural e ética, que se traduzem no respeito exigente pela solidariedade e coesão sociais.

Da forma e da sabedoria como nos empenharmos na sua defesa dependerá o Portugal do século XXI.

Por outro lado, impõe-se que a informação, toda a informação, quer enquanto transmissão do conhecimento, quer enquanto apelo ao saber e conhecer, seja correcta, precisa e acessível.

Que esclareça e eduque.

Que não ensombre a análise concreta das realidades sociais.

Que ajude a rasgar caminhos sólidos, afastando miragens e ilusões.

Que fomente um clima propiciador da paz e solidariedade sociais.

Que, em síntese, satisfaça a sua função de alimento essencial da sociedade deste fim de século.

Quero fazer uma referência muito especial de fraternidade ao povo de Timor Leste, que continua privado dos seus direitos mais elementares.

Apraz-me realçar que a defesa da liberdade do povo maubere tem contado com o empenhamento constante do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, no quadro de uma efectiva solidariedade institucional.

Aplausos gerais.

Nas próximas comemorações do Dia da Liberdade teremos como pano de fundo:

1.º A nossa presidência na CEE na ocasião em que se constrói uma nova Europa e se dão passos determinantes para a união política e para a união económica e monetária;

2.º Um mundo mais respeitador dos valores democráticos e da dignidade dos homens, mas também mais interdependente;

3.º O reforço da comunidade dos países de língua portuguesa, estendido aos povos e nações que nos sejam culturalmente afins.

Seja-me permitido, neste momento, saudar a democratização em curso nos PALOP, designadamente as eleições livres em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em cujos actos estiveram presentes representações de deputados da Assembleia da República. Enaltecer ainda o esforço da mediação portuguesa na procura de soluções políticas que tragam, finalmente, a paz aos povos martirizados de Angola e Moçambique, salientando os progressos já conseguidos nas negociações, que nos enchem de satisfação.

Aplausos do PSD, do PS e do deputado independente Jorge Lemos.

É neste quadro de fundadas esperanças no nosso futuro colectivo que se vai desenvolver a actividade da próxima legislatura, a que auguro um trabalho profundo, exigente, pronto a prestigiar a nossa vida política.

O que faz com que as próximas eleições legislativas assumam a maior importância, a impor a cada um o dever cívico de nelas participar.

Participação que dará mais alento e empenho ao trabalho dos deputados, reafirmando a vitalidade da Assembleia da República, para que continuemos a ser dignos da esperança e da liberdade que renasceram em 25 de Abril.

Aplausos gerais.



O Sr. Presidente: – Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República Mário

Soares: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores e Encarregados de Missão, Sras. e Srs. Convidados: Festejamos hoje o 17.^o aniversário do 25 de Abril, nos termos consagrados e segundo a forma habitual. Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza. Temo que esta celebração ritual, cada ano repetida, longe de despertar na juventude interesse e curiosidade por um maior conhecimento e pelo estudo do que foi realmente – e do que ainda hoje representa – essa manhã heróica da nossa libertação como nação, contribua, por assim dizer, para banalizar a revolução, tornando-a desinteressante e incompreensível aos olhos dos mais jovens.

E, entretanto, para aqueles que viveram o 25 de Abril – e que, portanto, conheceram a dolorosa experiência da ditadura, que amordaçou Portugal durante quase meio século –, se há data viva, que deixou nos nossos corações um vinco inapagável de emoção e que tem um significado nacional iniludível de ruptura com uma situação totalmente bloqueada, é precisamente o dia que hoje comemoramos. Como, porém, encontrar a fórmula mágica para comunicar esse sentimento às jovens gerações, quando já se formaram na democracia e nunca conheceram a opressão? Eis um primeiro ponto que mereceria, com vista ao futuro, alguma reflexão dos Srs. Deputados, até porque no próximo ano estaremos a iniciar, nos termos constitucionais, uma nova legislatura.

Não gostaria de me repetir relativamente ao que vos disse, em anos passados, nesta mesma Sala e perante, com raríssimas exceções, o mesmo auditório. É nessa repetição que consiste precisamente a criação do rito desprovido de novidade e, por assim dizer, a banalização rotineira de um evento político que foi, em si mesmo, altamente inovador e que, em sentido literal, abriu a todos os portugueses as portas do futuro, modificando profundamente a sua maneira de estar na vida e o seu destino pessoal. Teremos todos consciência de que foi assim?

Sucede que o 25 de Abril, para além disso, foi uma revolução pioneira e com enorme repercussão, não só na Europa, iniciando a

série das revoluções democráticas, a ocidente e depois a oriente, com uma década e meia de intervalo, mas também na América Latina, noutras áreas do mundo, como as Filipinas, e, agora, em África. Sublinho, com legítimo orgulho lusófono, que os primeiros países africanos a fazer, sem violência, uma efectiva transição democrática, com a realização de eleições inteiramente livres, o abandono do partido único e da economia colectivista, foram Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, constituindo altos exemplos para todo o continente africano.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do CDS e do deputado independente Jorge Lemos.

De resto, como pressuposto essencial dos processos de paz em curso em Angola e Moçambique – que faço votos se concretizem o mais rapidamente possível – estão a abertura desses dois, tão martirizados, países ao pluralismo democrático, à economia de mercado e a própria marcação de eleições livres, em datas próximas.

Assistimos assim a uma evolução promissora em todos os países africanos lusófonos – sem excluir a Guiné-Bissau, onde já se anunciou, igualmente, a promessa de um processo democrático –, que terá consequências inevitáveis em todo o continente e a que, naturalmente, não é estranha a forma feliz como, apesar de tudo, se realizou, com indiscutível sucesso, o processo democrático português. Na verdade, com o 25 de Abril – sem efusão de sangue e quase sem violência – abriu-se um novo ciclo na história contemporânea de Portugal, caracterizado pelo aprofundamento democrático, pela descolonização, pelo desenvolvimento e pela modernização das estruturas retrógradas, culminando com a integração de Portugal na Comunidade Europeia. Com a perspectiva que hoje temos, resulta óbvio que cada um dos objectivos referidos estava intimamente relacionado com os outros, não tendo sido possível alcançar qualquer deles sem a concomitante realização dos outros.

O processo não foi linear, como se sabe; foi mesmo muito complexo e está longe de se poder considerar concluído.

A plena integração na Comunidade Europeia e a modernização da sociedade e do Estado, em curso, estão ainda no início, como resulta evidente para qualquer observador atento.

Por outro lado, o processo comportou desvios, a seu tempo denunciados e corrigidos, inevitáveis imperfeições e mesmo, como aconteceu com as independências africanas ou com Timor, dramáticos desenvolvimentos, alguns dificilmente reparáveis. Contudo, não deixa de ser consolador verificar, para os que viveram e vivem Abril, que o correr dos anos tem vindo a confirmar, sucessivamente, as opções portuguesas referendadas pelo nosso povo nos anos iniciais da revolução.

É essa linha evolutiva, gradualista, humanamente generosa e livre que teve em conta os indispensáveis equilíbrios sociais e políticos e o bem-estar de todos, que deveremos ser capazes de explicar às novas gerações, defendendo-as contra as tendências egoístas do tecnocratismo individualista e despertando-as para o idealismo social das grandes causas – as carências e os problemas tremendos que continuam por resolver, não obstante o caminho percorrido, desde os bloqueios iniciais até à actual situação de abertura.

Integrados hoje no grupo dos países mais desenvolvidos e de maior bem-estar, embora tenhamos a consciência clara de que, entre eles, somos dos mais pobres e carenciados, temos ao nosso alcance, em aberto, condições excelentes de rápido desenvolvimento e de progresso, se soubermos trabalhar e ser lúcidos. Por outro lado, ninguém melhor do que nós poderá compreender a importância e a urgente necessidade de prosseguir, com realismo e eficácia, o diálogo Norte/Sul, como um imperativo de sobrevivência humana.

Dado o conhecimento que temos de África, sabemos que urge chamar a atenção mundial para a defesa das grandes causas que suscitam o idealismo das pessoas bem formadas, como a luta contra as discriminações raciais e sociais, contra a fome, a ignorância, a doença e o fanatismo. Nesta ordem de preocupações, a defesa do meio ambiente é outra exigência que devemos aprender a ter sempre presente.

Recentes acontecimentos internacionais, de pesadas consequências e com toda a incerteza que comportam, vieram chamar a atenção para a criação necessária de uma nova ordem internacional. Todo o prestígio à ONU, claramente; mas a uma ONU remodelada, dotada de eficácia, reflectindo a nova relação de forças internacionais, num mundo que deixou de ser bipolar e donde desapareceu a cortina de ferro, mas que recusa o hegemomismo.

Num tal contexto, a Europa – e emprego aqui a palavra no seu sentido geográfico corrente – está chamada a desempenhar um papel essencial nos novos equilíbrios que se esboçam a nível mundial. E na Europa, obviamente, o seu núcleo mais dinâmico e atractivo – a Comunidade Europeia –, com a condição de ser capaz de acelerar a construção da sua unidade, dotando-se de instituições supranacionais e dos controlos democráticos que a podem exprimir por forma efectiva e dar-lhe sentido.

Portugal, empenhado como está em recuperar do atraso que o separa da quase totalidade dos seus parceiros comunitários, não pode, entretanto, demitir-se de ter uma voz activa e uma acção esclarecida – iniciativas – nas construções que se esboçam quer a

nível europeu quer mundial. Somos obviamente um país pequeno, mas sem qualquer razão para termos complexos. Temos prestígio e autoridade resultantes precisamente da maneira como soubemos gerir, atempadamente e por nós mesmos, o nosso próprio processo democrático, iniciado com o 25 de Abril, e como nos temos vindo a relacionar, por forma para muitos surpreendente, com os países africanos lusófonos e com o Brasil. Formamos com eles uma comunidade de língua e de afecto, num cruzamento singular de culturas, que começa a ser reconhecido no mundo e tem um peso demográfico de indiscutível significado.

Para tanto, é fundamental que saibamos ter uma participação efectiva no plano internacional, no quadro das alianças e organizações internacionais em que nos inserimos, definindo com clareza os nossos objectivos e prioridades, por forma tanto quanto possível consensual, e dotando-nos dos meios necessários. Sei que não é fácil e que muitos serão tentados a opor ao meu apregoado optimismo cepticismo, ironia e descrença. Não ignoro as dificuldades: a aparente sensatez dos velhos do Restelo sempre desconfiou das Índias por descobrir. É mais cómodo cruzar os braços. E, entretanto, quem pensaria, em 1974 ou 1975, que estaríamos hoje na posição em que nos encontramos como nação, desembaraçados dos conflitos que nos tolhiam os passos, com o percurso de progresso que, apesar de tudo, conseguimos realizar, reafirmada a unidade nacional, num clima de convivência cívica de tolerância e de convergência interpartidária quanto aos grandes desígnios nacionais, absolutamente invejáveis, tendo em conta o que vai pelo mundo?

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do CDS e do deputado independente Jorge Lemos.

É a consciência do caminho percorrido desde o 25 de Abril, que nos deve animar e fortalecer em ordem a prosseguir uma grande ambição nacional. Não devemos ser modestos nos objectivos que fixamos para Portugal. Devemos, isso sim, ser exigentes e rigorosos.

Foi o sopro da liberdade que irrompeu na sociedade portuguesa com o 25 de Abril que nos criou as condições de progresso e nos transformou numa comunidade participativa, aberta sobre o futuro. Vemos para que essa liberdade se alargue e aprofunde a todos os níveis; que o pluralismo, de que hoje se fala tanto no mundo, seja entre nós sempre a regra; que a livre crítica anime as nossas escolas e universidades, os nossos centros de cultura e de ciência. Saibamos criar uma verdadeira sociedade de cidadãos, sem subserviência nem medo.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Uma sociedade de livre iniciativa, com certeza, mas impregnada por preocupações de justiça social,...

Aplausos gerais.

... baseada na lei e no direito, com um máximo de igualdade de oportunidades, sobretudo para os mais jovens, onde todas as formas de poder resultem, como ensinava Sérgio, do autogoverno democrático,

estejam repartidas e descentralizadas e sejam uma verdadeira emanção da vontade popular. Porque o povo – como se aprendeu a cantar em Abril –, em democracia, *«é sempre quem mais ordena»*.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

25 ABRIL



Associação
25 de Abril

1974-1994

Roman

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1994

Oradores

Manuel Sérgio
Partido da Solidariedade Nacional

Isabel Castro
Partido Ecologista Os Verdes

António Lobo Xavier
Centro Democrático Social – Partido Popular

Carlos Carvalhas
Partido Comunista Português

António Guterres
Partido Socialista

Pedro Passos Coelho
Partido Social Democrata

Barbosa de Melo
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Para uma intervenção, na qualidade de representante do PSN, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.



O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Excelentíssimos Convidados, Militares de Abril, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Para evocar, em 1994, o 25 de Abril começo com Miguel Torga. «O difícil para cada português não é sê-lo; é compreender-se. Nunca soubemos olhar-nos a frio no espelho da vida. A paixão tolda-nos a vista. Daí a espécie de obscura inocência com que actuamos na História».

De facto, a nossa medida sempre foi — e é — um sentimentalismo exacerbado. O português não procura a verdade, quer ter certezas. Ora, toda a certeza decorre de um estatuto originário: o império da paixão, dado que não há certeza que não possa transformar-se numa apologia do despotismo.

Por isso, os primeiros dois anos após o 25 de Abril, embora o pluralismo partidário, a reorganização da acção sindical, a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os povos do Mundo, a liberdade de expressão, de reunião, de informação, a descolonização, eleições plenamente democráticas e uma Constituição donde emergiam nítidos os Direitos do Homem, os primeiros dois anos após o 25 de Abril mais legitimaram o déspota do que interrogaram os fundamentos do poder.

Esta, aliás, é uma das lições a extrair do 25 de Abril: em Portugal, se é verdade que os ideais democráticos estão a deitar fundas raízes no coração de grande parte dos portugueses, ainda é evidente uma alergia às ideologias e aos partidos políticos que pretendem corporizá-las. É para o homem providencial, uma espécie de superego que normaliza as condutas e desresponsabiliza os cidadãos, que vai muita da nossa admiração imediata e vibrante. A História é menos carismática do que sistémica e, como tal, o

ditador, qualquer que ele seja e as formas de que se revista, não tem lugar num trabalho de construção colectiva, visto que não cabem os proprietários da verdade na criação progressiva e simultânea da democracia política e da democracia sócio-cultural. É preciso unir indissolivelmente liberdade, justiça e cultura, para que a nossa democracia, de formal, se transforme numa democracia real, onde tenham possibilidades de expressão e de concretização dos seus justos anseios os idosos, os jovens e as minorias, todos eles a dobrar o cabo das tormentas de sacrifícios sem conta.

Esta é a hora do 25 de Abril, porque o 25 de Abril está por cumprir-se! Há, em Portugal, o culto excessivo da efeméride. Celebrar o 25 de Abril bem é, conquanto não se descambe na funesta ilusão de que, para existir, basta ter História!

Compreende o Partido de Solidariedade Nacional o alcance transcendente, de forte cunho pedagógico, das comemorações dos 20 anos da Revolução dos Cravos. Aproveita mesmo a oportunidade para saudar, na figura do Sr. Presidente da República, todos os democratas portugueses que, durante mais de 40 anos, em luta árdua contra a ditadura, foram exemplo inescurecível de heroísmo, de sofrimento, de audácia, de epopeia, de fé. Poderíamos até cantar, aqui e agora, com a alma em festa de quem é livre, a última quadra da *Trova do Vento que Passa*, de Manuel Alegre: *Mesmo na noite mais triste/em tempo de servidão/há sempre alguém que resiste/há sempre alguém que diz não*.

Mas, para o PSN, acima do mais, importa recordar o passado na medida em que soubermos aproveitar as suas lições, quero eu dizer, na medida em que soubermos estabelecer e restabelecer na pátria portuguesa os verdadeiros valores humanos e, portanto, uma vasta e profunda revolução moral nos ensine a conjugar o realismo político, a tolerância, a coragem, a solidariedade e a esperança.

Afinal, um povo com nove séculos de História há-de possuir na sua multidimensional experiência as virtualidades necessárias para extrair do seu inesgotável tesouro coisas velhas e coisas novas, que importa cotejar com as experiências alheias, sem que haja necessidade de negar as próprias.

Há 20 anos, o Movimento das Forças Armadas compôs, de armas encimadas por cravos da cor da utopia e do sonho, um hino de exaltação nacional. Que todos nós, os que não tivemos de ganhar o dia 25 de Abril de 1974, saibamos, de ora em diante, merecê-lo!

Aplausos gerais.



O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, como representante do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Castro.

A Sra. Isabel Castro (Os Verdes): – Exce-

lentíssimo Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Srs. Capitães de Abril, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados: Hoje é dia de falar de Abril, não só como festa, evocação saudosa, mas como aventura colectiva há 20 anos iniciada por um povo em busca de si próprio, da sua identidade e do sentido da construção do seu futuro.

Abril é a aventura que jovens cansados da guerra tornaram possível – os capitães – que, com mãos de paz, colheram e, generosos, repartiram as flores da liberdade que outros, durante décadas de inconformismo, tinham na Terra semeado.

Abril é a alegria imensa que invadiu as praças, a poesia que tomou as ruas, a comoção de todo um povo que nelas convergiu e em liberdade se reencontrou, soltando das gargantas roucas as palavras de há tanto sonhadas.

Mas Abril também representa o passado, que se recusou e se não pode hoje tornar abstracto ou absolver, do tempo do poder autoritário – violento, absurdo, castrador – dos chefes carismáticos que não toleravam a diferença, que fardavam jovens e faziam-nos desfilar em dias, ditos, de raça; esse tempo absurdo em que, nas escolas, crianças cresciam, por sexos, separadas.

O tempo em que o tempo tinha parado no país do subdesenvolvimento, do obscurantismo, do isolamento, em que a cultura era proibida, os intelectuais considerados inimigos e o lápis azul da censura uma presença constante.

O tempo do arbítrio e de todos os medos, em que houve lugar a tribunais plenários; o tempo das paredes com ouvidos em que existir era ser suspeito; o tempo dos muros, das grades, da tortura e da morte, da humilhação de outros povos que, com brutalidade, noutras latitudes se tentava perpetuar; o tempo do tempo em que os jovens não tinham escolha e eram condenados à opção da guerra ou do exílio.

Este foi o tempo que Abril tornou passado e o poder libertário rompeu, rasgando novos horizontes e dando asas ao sonho da liberdade assumida, da igualdade consagrada, da tomada de

palavra pelas mulheres, da alteração da moral sexual e familiar, do poder que ao nível das Comunidades se organizou, dos alcançados direitos, liberdades e garantias da pessoa humana enquanto ser social e cultural e da terra repartida. O tempo em que democracia foi não só sinónimo de livre escolha, mas de intervenção criadora e de participação plural, viva e responsável na vida pública e da assunção plena não só do direito à liberdade, mas do direito de, em liberdade, construir o futuro, no qual, pela primeira vez, o ambiente foi também como direito fundamental consagrado, embora muito timidamente no modo de agir corporizado.

Sr. Presidente, Srs. Capitães de Abril, Sras. e Srs. Convidados: Vinte anos depois de Abril, falar do futuro é falar da democracia por reinventar, de ser capaz de devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que sobre si se fecham, surdas, incapazes de interpretar os sinais de descontentamento que elas próprias geram, de buscar espaços alternativos de organização social e de participação e de neles envolver cidadãos que, recusando a apatia e o conformismo, se não submetam à lógica da derrota, de compreender a urgência de promover um desenvolvimento ecologicamente equilibrado que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer o futuro, um desenvolvimento alternativo pensado para um tempo novo e por diferentes valores e valias pautado, portador de uma nova ética nas relações da Humanidade e desta com a natureza. Por essa razão, trata-se de uma democracia mais humana e igualmente participada por mulheres e homens; de uma democracia mais solidária, porque não geradora de exclusão e de agressão ambiental; de uma democracia mais democrática, porque mais autenticamente vivida e partilhada; de uma democracia que recuse a exclusão e o *apartheid* social, que não consinta a intolerância, o racismo e a xenofobia, que não aceite que imigrantes possam viver marginalizados ou clandestinos, que não permita que direitos, liberdades e garantias possam ser impunemente violados; de uma democracia que não admita que o segredo de Estado se transforme no Estado do segredo, que recuse a padronização e o amorfismo da cultura e na inquietação e diversidade se afirme; de uma democracia que, como fortaleza, se não feche e que, aberta ao mundo, se mantenha e em cooperação e solidariedade cresça e se afirme, que não permita que Timor seja uma causa perdida, que nunca pare de surpreender, que em Abril se redescubra; de uma democracia para uma sociedade que, pelo sonho, se deve deixar ir, lembrando, como dizia a velha canção, que «o sonho é uma constante da vida» e que «sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança».

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PS, do PCP e do Deputado independente Raúl Castro.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.



O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP):

– Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Convidados, Srs. Deputados: Comemoramos hoje, com as maiores galas da nossa praxe, a passagem do vigésimo aniversário do 25 de Abril e fazêmo-lo aqui, na Assembleia da República, com a consciência de que, para além das crises sentidas e das reformas desejadas, para além da detracção e do «pensamento decadentista», é sobretudo nesta Casa que se legitima uma especial reflexão sobre a democracia portuguesa ou sobre o futuro de Portugal.

A preparação da nossa liturgia, já antiga, foi, mais uma vez, castigada com aquela quase desesperante preocupação de evitar o desdouro que o tempo e a ritualidade das festividades oficiais emprestam quase sempre à celebração das mais relevantes datas da nossa História.

Desta vez, além do mais, a comunicação social precedeu-nos, fazendo um enorme esforço de esclarecimento e debate e gerando profusas controvérsias, indignações, recordações, justificações, revelações e enganos.

Reconheça-se que a polémica nunca tinha chegado tão longe e que a regra tem sido, estritamente quanto ao juízo sobre a importância da Revolução, a da quase unanimidade das opiniões expressas. Este ano não foi assim e alguns reflectem mesmo sobre a possibilidade de ter ocorrido uma mudança brusca da consciência colectiva, quando a experiência ensina que estas mudanças só lentamente vão atravessando as gerações.

Sosseguem os tutores da memória colectiva. Em 1994, o País não mudou especialmente o seu juízo sobre o processo de construção da democracia portuguesa, se descontarmos o impacto que algumas revelações ou confirmações produziram na mente dos observadores ou dos actores políticos mais eruditos. Aconteceu simplesmente que houve condições para que se defrontassem publicamente e sem restrições os entusiastas, os cépticos e os adversários do 25 de Abril, sendo que a participação destes últimos constituiu uma indisfarçável novidade.

Para nós, de facto, a evocação deste aniversário do 25 de Abril trouxe alguns diferentes processos comunicativos – uns, mais felizes, outros, menos conseguidos –, mas todos são consequência

do estádio actual de um dos maiores sucessos destes últimos 20 anos. Refiro-me, como é óbvio, à liberdade de expressão e, especialmente, ao seu mais eficaz instrumento, o pluralismo dos meios de comunicação social.

Alguns ficaram chocados por assistirem à possibilidade de escutar as justificações e mesmo as convicções de alguns responsáveis do antigo regime. Ultrapassando a legitimidade da sua indignação individual, julgaram entrever um temível processo em que a comunicação social seria o agente capaz de produzir o que chamam de branqueamento da História. Mas essa indignação assume, por vezes, um inconfessável desejo de tutela da consciência, a qual querem poupar ao que consideram alienação. Alguns destes indignados, mesmo quando são – e são muitas vezes – inconfundíveis defensores da liberdade, esquecem que, na sua crítica da comunicação social ou na formatação alternativa que meticulosamente sugerem para os programas televisivos a que assistimos, revelam ou deixam transparecer uma sombra de transigência com alguma censura. Ora, o facto é que, existindo – como existe – a liberdade de intervenção política, de contradição, de esclarecimento, estando a sociedade portuguesa em óbvias condições de reacção e de sentido crítico, não choca mais a difusão da justificação dos culpados do que as célebres proibições da apresentação de imagens de arquivo sobre o antigo regime, ditadas pelos cuidadosos gestores do PREC para a eliminação científica de qualquer saudosismo menos ortodoxo. Alguém julga, ainda, em Portugal, que a História muda o seu curso com o simples virar das faces dos retratos para a parede?

Se se pode ver algum sinal neste novo ambiente, esse é seguramente o de que o tempo e o povo concorrem, inexoravelmente, para desvalorizar os créditos mais antigos dos políticos. O povo respeita o passado, mas não vive de memórias e nenhum político construa a sua carreira na convicção de que são suficientes – ainda que heróicos e sublimes (e são muitas vezes heróicos e sublimes) – os seus sofrimentos com exílios ou prisões. Aliás, valha a verdade, alguns dos que hoje mais se indignam chegaram a metamorfosear-se de vítimas em culpados, de tal modo procuraram estabelecer um regime restritivo em matéria de liberdade, de escolhas e de futuro.

O ambiente mudou, talvez, só porque os cidadãos já se não bastam com a autoridade das vítimas nem exigem a contrição em silêncio dos culpados. Preocupa-os porventura menos o conhecimento exacto da autoria e da responsabilidade do 24 e do 25 de Abril do que o conhecimento do futuro que lhe preparam e do novo País que os políticos vão antecipando. Talvez por isso mesmo vejam o lado positivo da Revolução menos no seu papel instantâneo de *conditio sine qua non* do estádio actual da democracia e mais no processo de construção de um novo destino para Portugal. Talvez por isso, também, quase todos nós, nesta data, ao longo dos anos,

fomos fazendo aqui sobretudo discursos de futuro. Com certeza, é por isso ainda, que, se a avareza do tempo desta cerimónia consentisse longas reflexões históricas, eu escolheria seguramente o tema da importância determinante das figuras civis que a História privilegiará, como Mário Soares, Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Há ainda, porventura, um motivo suplementar para que, desta vez, a nossa liturgia exija um especial cuidado. Não é tanto a magia das duas décadas completas, mas especialmente a consciência – sentida, em primeiro lugar, pelo Sr. Presidente da República –, de que há já uma geração com discernimento político e capacidade eleitoral, para a qual o 25 de Abril corre o risco de significar apenas o que resulta das reconstituições dos programas de televisão ou dos manuais escolares.

Os políticos não podem legar a essa geração uma História escrita pelo seu próprio punho, sobretudo porque, como se tem visto, não estamos ainda de acordo sobre a versão do passado.

Não sei a que liras essa geração, que é ainda a minha, irá estar mais atenta. Decerto que ouvirá a nota exaltada das vítimas do anterior regime; decerto ouvirá dedilhar a corda paternalista dos que resumem tudo numa história de divulgação; decerto que ouvirá ainda o som dos prudentes compromissos, em que se reconhecem erros e acertos, para tudo se fechar num balanço positivo.

Suponho que a minha geração concluirá, por entre as reais angústias de educação e de emprego, que a Revolução não foi original, como prometiam os revolucionários, nem no sistema político que gerou nem no modelo económico que se foi instalando. Aos defensores do antigo regime e aos homens de Abril, essa geração lembrará, como Adenauer, que a História muitas vezes parece uma soma de coisas que poderiam ter sido evitadas. Dispensar, pois, a juventude a quem me dirijo, especialmente, de mais palavras sobre a Revolução traída, sobre a Revolução falhada ou sobre a Revolução triunfante. Nem, de resto, a adesão a qualquer

dos mitos assentaria bem em quem, no 25 de Abril de 1974, não tinha pensamento para ser culpado nem idade para ser vítima e pouparei ainda mais palavras sobre a experiência que constituiu o mais injusto dos infortúnios, a de ser perseguida por alguns dos libertadores.

A esses jovens, a quem se dedica particularmente esta comemoração, preferiria lembrar que, o que de mais importante se passou nos últimos 20 anos, foi, em primeiro lugar, a súbita ruptura com um destino traçado para o País. No fim do regime, a «nação peregrina em terra alheia» não dispunha de convicção para prosseguir a guerra nem o poder possuía criatividade ou aceitação para divulgar um propósito que não fosse o da resistência sem sentido, de tão indiferente que foi perante o povo e de tão soberbo que julgava negligenciável a conquista de apoios.

E o País demorou, sofrendo, às vezes à deriva, até encontrar outra vocação. Esse novo destino, essa nova vocação traduzida na construção e na relação de pertença a uma União Europeia

– apesar de ser um destino e uma vocação mais partilhada e universal –, tem de ser explicado, debatido, preparado e compreendido sob pena de se correr o risco de termos simplesmente deixado África, para não sermos colonialistas, e entrado na Europa para sermos colonizados ou dependentes.

Para que se não cometa em democracia o erro que foi fatal ao autoritarismo, devemos julgar indispensável o apoio e a mobilização desta juventude para a nova peregrinação. Mas nada lhe peçamos sem a consultar, sem que os políticos digam frontalmente o que pensam e o que querem, sem secretismos ou ambiguidades, ou estaremos aqui amanhã a lamentar a incompreensão e a protestar as nossas boas intenções como aqueles que hoje exibem, à procura de um público perdido, as vagas recordações da resistência.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, como representante do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.



O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Convidados: No vigésimo aniversário do 25 de Abril, as nossas primeiras palavras são de saudação para os heróicos capitães de Abril, a quem prestamos sentida homenagem, que, naquela inesquecível madrugada, abriram decisivamente o caminho da liberdade e da democracia e que merecidamente ganharam um lugar no coração dos portugueses e das portuguesas amantes da paz e da liberdade.

Passados 20 anos, renovamos também aqui a nossa sentida homenagem e profunda gratidão a todos os patriotas, a todos os democratas, a todos os anti-fascistas, a todos os homens e mulheres que, ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, empenharam as suas forças e energias, muitos sacrificando até as suas próprias vidas, para que fosse posto fim a um ciclo negro e repressivo da nossa História.

Evocamos hoje o levantamento militar de 25 de Abril e o imediato e poderoso levantamento popular que tornou pequenas as praças e as ruas do nosso País e que encheu aquele Maio dos Maios, o 1.º de Maio em liberdade, em que o povo mostrou que queria tomar nas mãos o seu destino, partindo depois da sua iniciativa as grandes conquistas democráticas.

Voltados para o futuro e, dirigindo-nos à juventude, lembramos – pois há quem queira ter memória curta – que a PIDE existiu, que esta tenebrosa polícia política perseguiu, prendeu, torturou e matou ao serviço de uma ditadura fascista que alguns pudicamente apelidam de «antigo regime» ou de «regime derrubado».

É preciso que isto se lembre quando assistimos no nosso país à mistificação histórica do que foi quer o antes quer o depois do 25 de Abril e, na Europa, ao ressurgimento dos nacionalismos, do fascismo, do racismo e da xenofobia.

É preciso que se diga, não só a pensar nas novas gerações, mas também na nossa responsabilidade de tudo fazer e para que a mentira não passe por verdade, que a paz e o fim da guerra colonial, porque de guerra colonial se tratou, se inscrevem entre as mais justas, necessárias e importantes realizações da Revolução

de Abril, que a recusa ou o adiamento da concretização do direito à independência significaria a continuação da guerra, do sacrifício da juventude, do povo português e dos povos das colónias e que as principais responsabilidades pelos dramas e sofrimentos posteriores às independências têm de ser assacados ao regime fascista e à guerra que foi movida contra os novos Estados independentes e as suas opções soberanas.

Com toda a firmeza combateremos as tentativas de reescrever a História e as campanhas de palavras e imagens que procuram resumir o 25 de Abril a um alucinante vendaval de conflitos, agitação e confrontos e insistiremos em que a Revolução de Abril foi sobretudo um tempo de participação popular, de liberdade e de democracia conquistadas e exercidas, de dignificação humana, de generosidade, de solidariedade, de grandeza e beleza nas pequenas e grandes transformações da vida, de pujante afirmação de elevados valores éticos e cívicos.

Salientaremos que os confrontos e conflitos verificados tiveram causas e que a maior foi a resistência e a oposição violenta aos rumos emancipadores do 25 de Abril.

A Revolução foi sonho e esperança, foi festa e liberdade, grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais, foi a institucionalização do poder local democrático e a consagração de importantes direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Mas, mais do que uma discussão sobre o passado, o 25 de Abril é sobretudo uma afirmação do presente e uma referência essencial na luta para um futuro melhor. Por isso, comemorar Abril nos dias de hoje é combater o autoritarismo, a governamentalização do Estado e a sua desresponsabilização em áreas fundamentais como a saúde, o ensino e a habitação, é combater a degradação da democracia, a concentração da riqueza e a reconstituição das oligarquias financeiras, as exclusões sociais e a pobreza, é garantir às mulheres uma efectiva participação em igualdade e à juventude um emprego e uma escola de qualidade e democrática, é apoiar os deficientes e melhorar a vida dos reformados, pensionistas e idosos.

Comemorar Abril, nos dias de hoje, é não esquecer os povos irmãos das ex-colónias, manifestar a nossa solidariedade activa com o povo maubere e lutar por um Portugal de progresso e de justiça numa Europa de paz e de cooperação.

E, numa época de regressão social, de desemprego crescente, de liquidação de direitos dos trabalhadores, de ruína da nossa agricultura e das nossas pescas e de ameaças à soberania nacional, é ainda nos valores e ideais de Abril que se pode encontrar um renovado impulso na luta por uma nova política e por um novo rumo na integração europeia.

Por isso, reafirmamos que, 20 anos depois, a passagem do tempo deve trazer não a desvalorização da Revolução de Abril mas a condenação da ofensiva da política de direita que liquidou muitas das suas conquistas e destruiu boa parte das suas realizações.

Vinte anos depois, os portugueses não perderam a sua capacidade de indignação, de revolta e de luta e, para frustração de alguns, mesmo que se digam jovens, quando muitas vezes já não o são por mentalidade e por afirmação, a Revolução dos Cravos continua no coração do povo e os valores de Abril permanecem como referências essenciais para uma nova política ao serviço dos portugueses e de Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva o Portugal democrático, livre e independente!

Aplausos do PCP, de alguns Deputados do PS, de Os Verdes e do Deputado independente Raúl Castro.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.



O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros dos Órgãos de Soberania, Sras. e Srs. Convidados e, permitam-me que destaque com particular respeito e afecto, Srs. Capitães de Abril aqui presentes:...

Aplausos do PS.

... Decidi intervir neste debate quando senti a obrigação de exprimir, em nome de todos os socialistas, o nosso orgulho, como portugueses, em pertencer ao Portugal de Abril, impulso motivado não tanto pelas caricaturas do antigo regime e da Revolução que nos têm servido ultimamente nem sequer por aquilo que de Abril tem dito os que contra Abril sempre estiveram; impulso que me veio, sobretudo, pela forma envergonhada com que de Abril têm falado muitos daqueles que, na política ou fora dela, foram dos principais beneficiários da Revolução de Abril.

Aplausos do PS e do Deputado independente Raúl Castro.

Como se Abril tivesse sido o preço que todos pagámos pela liberdade. A liberdade não tem preço, os direitos humanos não se compram, não se vendem nem podem ignorar-se. E, por isso, mesmo que Abril tivesse sido o preço da liberdade, teria valido a pena pagá-lo.

Só que Abril não foi o preço da liberdade, mas a vitória da liberdade e da paz. Muitos dos que me estão a ver e a ouvir, neste momento, poderiam não estar vivos se com Abril a guerra não tivesse terminado.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Fernando Amaral.

A paz é outro valor que não tem preço e só quem está em guerra, só quem vive em guerra, a pode apreciar devidamente. Todos gostaríamos que a descolonização pudesse ter corrido melhor, mas não era fácil, não era possível. Feita tarde demais, após 13 anos de guerra, num período em que aqui, em Portugal, tivemos de lutar para que a liberdade se não perdesse.

Mas, até nesta matéria, os saudosistas do antigo regime não têm qualquer autoridade. Mesmo que quisessem hoje agarrar-se ao princípio, para nós inaceitável, de uma pátria pluricontinental e indivisível que a Revolução teria traído, já não o podem fazer. Afinal, sabemos-lo agora, a ditadura, no desespero do seu estertor, também tinha começado a negociar a independência das colónias. Liberdade e paz, mas também criação de condições para uma economia moderna e desenvolvida no quadro de uma sociedade mais justa e culturalmente aberta e plural. A este respeito, temos assistido a uma completa mistificação, a ponto de um dos mais altos responsáveis do País ter afirmado, recentemente, que a economia portuguesa estaria muito melhor se não fosse o 25 de Abril. É uma afirmação insólita e sem fundamento.

Em primeiro lugar, porque a economia portuguesa estava a entrar em profunda crise desde finais de 1973. Depois, porque um sistema corporativo é incompatível com a flexibilidade necessária para se ser competitivo nos tempos de hoje. Também porque, com uma guerra colonial em rápido agravamento e, com o progressivo acesso dos movimentos de libertação a armas mais sofisticadas, exigindo um brutal aumento das despesas militares, teria sido inevitavelmente asfixiado, mais tarde ou mais cedo, o crescimento económico. Finalmente, porque a ditadura nos impedia a participação de pleno direito na integração europeia. Ficaríamos obrigados pelos acordos já assinados a abrir as nossas fronteiras à concorrência internacional, mas não teríamos tido acesso ao apoio maciço dos fundos comunitários.

Houve também quem chegasse a afirmar que, em matéria económica, o 25 de Abril só tinha acontecido em 1985. Vejamos os números: de 1974 a 1985, absorvendo as consequências de dois aumentos brutais do preço do petróleo, com a perda do império colonial e a necessidade de acolher os retornados, sem fundos comunitários, antes, com duas ingerências do Fundo Monetário Internacional, com os efeitos de um processo revolucionário e de diversos períodos de instabilidade política, mesmo assim — repito —, de 1974 a 1985 — e espantem-se os Srs. Deputados —, a economia portuguesa cresceu em média anual significativamente mais do que o conjunto da Comunidade Europeia.

É fácil falar hoje dos erros e dos excessos da revolução. Com certeza que os houve e conheci-os bem. Ao lado daquele que é hoje o Presidente da República, Mário Soares, e de muitos outros, tive ocasião de lutar em 1974 e em 1975...

Risos do PSD.

... para combater esses erros e excessos e para evitar que a democracia portuguesa soçobrasse e não me recordo da presença,

nessa luta, de alguns dos que hoje mais criticam os erros e os excessos da Revolução ou a esse propósito se riem.

Aplausos do PS.

Mais erros e excessos teve a Revolução Francesa e ela não deixa de ser o título de orgulho para toda uma nação e a referência de valores para dois séculos de vida democrática no mundo.

Nós, socialistas, orgulhamo-nos do 25 de Abril e que tenha sido um exemplo de transformação democrática, sem derramamento de sangue, que se propagou à Europa do Sul – à Grécia e à Espanha – e foi mais tarde seguido um pouco por toda a parte na América Latina, agora, na Europa Oriental, infelizmente, nem sempre com o mesmo êxito.

E quando olhamos para o Leste, para o que se passa em tantos países, mais se nos enraíza o orgulho pelo 25 de Abril português e pelo admirável bom senso e sentido de tolerância de que o nosso povo soube dar provas.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente da República, minhas Senhoras e meus Senhores: não basta quedarmo-nos na contemplação do passado. Vivemos num mundo em profundas transformações e há hoje, inegavelmente, um pouco por toda a parte, um divórcio crescente entre governantes e governados, entre instituições e a opinião pública.

A democracia representativa, submetida à pressão dos meios de comunicação social, à rapidez com que circula a informação e aos impulsos desejáveis de cidadania e de participação, enfrenta um evidente desafio nas sociedades modernas. Enfrenta-o também em Portugal onde são claros muitos indícios de um certo mal-estar na sociedade civil.

A resposta mais fácil é a dos que, sucumbindo à demagogia e ao populismo, apostam no descrédito das instituições para a obtenção de vantagens imediatas no plano partidário ou pessoal. É um mau caminho. Politicamente perigoso, eticamente condenável e democraticamente inaceitável. Mas também o imobilismo e a auto-satisfação não fazem sentido.

Uma boa maneira de celebrarmos o 25 de Abril em conjunto, nesta Câmara, será realizando, em 1994, uma revisão constitucional que estabeleça um equilíbrio reforçado entre o funcionamento pleno da democracia representativa e a participação directa dos cidadãos, valorizando a sua capacidade política eleitoral e alargado a área de influência das suas escolhas sobre as decisões públicas.

Uma revisão constitucional que não vejo como uma negociação partidária à procura de mais vantagens para cada um, mas como

um esforço comum de quem está consciente das necessidades de aperfeiçoamento e reforma do nosso sistema político, dando conteúdo a um novo impulso democrático.

Para além das questões vitais da descentralização, da transparência, do combate à corrupção, hoje matérias de simples lei ordinária, considero quatro eixos fundamentais para a necessária reforma do sistema político, se possível consensual, a consagrar em sede de revisão constitucional.

A primeira tem a ver com a personalização das escolhas dos cidadãos na Lei Eleitoral para a Assembleia da República e com a acrescida responsabilização dos eleitos perante os eleitores.

Não abdicamos do princípio da proporcionalidade, mas estamos disponíveis para a instituição de círculos de candidatura uninominais, desde que a compensação proporcional possa ser feita em círculos regionais ou num círculo nacional. Desta forma, cada zona do País poderá passar a saber quem é a sua Deputada ou o seu Deputado.

A segunda consiste na abolição do monopólio partidário na apresentação de listas para os órgãos políticos a todos os níveis. Não há democracia sem partidos e não alinharei em qualquer campanha que vise desacreditar os partidos políticos. Contudo, os partidos não devem basear a sua influência em privilégios constitucionais mas na validade das suas propostas e na qualidade dos seus membros.

Aos cidadãos independentes deve ser dada a faculdade de apresentar candidaturas a todos os órgãos de poder, desde o Parlamento Europeu à Assembleia da República, desde as assembleias regionais às câmaras e assembleias municipais. O sistema político deve acolher e não temer nem impedir a iniciativa dos cidadãos.

Em terceiro lugar, revitalizar o nosso sistema democrático passa, sem dúvida, por diversificar as formas de expressão da vontade popular. Com efeito, temas há que, cada vez mais, pela sua natureza transversal em relação aos partidos, merecem ser colocados à decisão da colectividade de modo directo, quer a nível local, quer nacional.

Para tanto – e estamos dispostos a isso –, a próxima revisão constitucional deve alargar o elenco das questões que podem ser colocadas ao eleitorado, quer por via das consultas directas a nível local, quer por via do referendo nacional.

Continuo contrário à adopção de mecanismos plebiscitários de alteração do regime constitucional. Mas temos de reconhecer que a Constituição envolve hoje o referendo num espartilho tão apertado de restrições que ele se torna praticamente inviável para todas as matérias substanciais.

De igual modo, a próxima revisão constitucional não poderá deixar de sublinhar, tal como já pretendemos em 1992, e agora fizemos consagrar parcialmente na lei, as indeclináveis responsabilidades da Assembleia da República na futura revisão do Tratado da União Europeia e nos processos comunitários de decisão.

Neste contexto, o processo de revisão do Tratado da União Europeia, a ocorrer após 1996, constituirá um bom momento para que a Assembleia da República promova um fórum alargado de debate e acompanhamento das grandes decisões a tomar para o futuro da União, nele promovendo a participação activa da sociedade civil, com especial destaque para as organizações sindicais e patronais, profissionais e culturais.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Aperfeiçoar o sistema político será, sem dúvida, a melhor forma de exprimir a nossa gratidão para com todos aqueles que contribuíram para a Revolução de Abril.

Gratidão para com os militares, os capitães de Abril, que nessa madrugada tiveram a coragem de pôr fim à ditadura. Mas gratidão também, é bom nunca esquecê-lo, para com os que,

lutando durante décadas, sacrificando interesses, a liberdade e a própria vida, abriram o caminho para essa madrugada.

O futuro do regime democrático será tanto mais positivo quanto mais se souber enraizar nos valores que deram sentido a essa luta. Adquiridos o direito à paz, à liberdade e ao desenvolvimento, importa que reafirmemos, com redobrado vigor, o direito à memória. Memória que é o penhor da identidade do nosso regime; memória que é a base indispensável da nossa cultura democrática. No lamentável episódio da atribuição a dois membros da polícia política da ditadura da pensão recusada a Salgueiro Maia, se o que fere é a injustiça gritante, a inversão de valores, o que preocupa e o que nos tem de preocupar a todos é a falta de cultura democrática que o tornou possível.

Aplausos do PS, de pé, do PSN e do Deputado independente Raúl Castro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.



O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, que muito nos honram com a sua presença, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Evocar uma data histórica importante, como é a do 25 de Abril, comporta sempre um duplo risco, aqui já bem comprovado.

Por um lado, o de deixar as comemorações demasiado marcadas pela preocupação política de actualidade, como se a História não passasse de um simples pretexto, como qualquer outro, para disfarçar, na solenidade de palavras evocativas, algumas meras intenções políticas que se jogam no presente mais imediato.

Por outro lado, o de procurar, ainda que involuntariamente, reescrever a História, do antes e do depois, numa atitude, por vezes, pouco serena, à medida das ambições perdidas e não realizadas ou exorcizando fantasmas que nada dizem aos mais novos nem ao futuro. Sobretudo quando o tempo, ele mesmo, mal ganhou ainda distância suficiente para ser escrito ou interpretado, e quando muitos dos seus protagonistas são ainda parte activa do palco da História que ainda hoje vivemos e construímos.

Queremos destacar aqui o respeito por aqueles, de entre os mais importantes, que guardam sábia e prudente discrição sobre o passado, evitando ser historiadores de si próprios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Escapam assim, enquanto agentes percursores da mudança, à quase fatalidade de se verem preteridos pelos protagonistas que se lhes seguiram, na ausência de sentimentos que a História quase sempre acaba por reservar.

Perdoar-se-á, pois, que, mais do que entre preitos de gratidão, sem dúvida merecidos, a evocação do 25 de Abril se transporte para lá do olhar sobre o passado, para se colocar no horizonte da realidade que se deseja para o futuro.

De facto, o que importa aqui não é tanto a luta da memória contra o esquecimento, mas antes o redescobrir pontos de partida para novas ideias e acções. As datas, com o tempo, acabam por se con-

fundir e por perder significado. Os ideais, no entanto, mesmo mudando, continuam a ser portadores de mudança.

E é isso, também, que aqui está hoje em causa. Compreender que os ideais não merecem por serem enunciado abstracto ou referência histórica, mas por respeitarem à pessoa concreta de cada dia, em face dos seus problemas e dificuldades práticas, das suas esperanças e ambições, do tempo e do mundo em que vive e não do que já foi ou já passou.

Não vem, por isso, a despropósito lembrar a juventude nesta evocação do 25 de Abril. Porque, afastada qualquer tentação paternalista, são os jovens, realmente, os grandes animadores de novos ideais e os portadores de maior novidade e mudança.

Sem obrigação pela memória, embora curiosos pelas lições da história, os mais jovens não se destinam ao papel passivo de educandos de feitos passados nem se condenam a ser meros herdeiros do futuro sem direitos a decidi-lo. Interessa, portanto, atender ao seu presente e aos seus problemas.

Aos mais jovens preocupará, sem dúvida, encontrar respostas para problemas tão concretos como os da educação ou os do emprego. Apesar de tudo, ficamos igualmente inconformados com a persistente falta de qualidade das escolas e do ensino, como com o consequente fenómeno de exclusão educativa, que ainda hoje as taxas de abandono escolar traduzem e que a deficiente preparação para a vida activa agrava.

E ficamos apreensivos, certamente, por reconhecer as crescentes dificuldades na obtenção de saídas profissionais, muitas vezes até para os mais qualificados. Sobretudo, atendendo a que às mais optimistas perspectivas de recuperação económica não corresponde, infelizmente, idêntico optimismo de oportunidades geradoras de emprego.

É certo que estas não são dificuldades exclusivas do nosso país. Mas não será, certamente, no exterior que encontraremos todas as razões que a justificam. Há aqui, pois, uma responsabilidade que sobre todos nós pesa na solução de problemas que também são nossos.

Mesmo olhando aos méritos, que a muitos pertencem diferentemente, por hoje nos encontrarmos num caminho de desenvolvimento que afasta o pessimismo doentio de outros tempos, há claramente algo de não cumprido na promessa — mais do que nos acontecimentos — que nos trouxeram de 1974 até aqui.

Seja, pois, ao nível da educação e do emprego, ou seja ainda ao nível da habitação, da droga ou da degradação da qualidade de vida nos centros urbanos, para não citar outros, há ainda desafios enormes, mas necessariamente tangíveis, que devem hoje ser enfrentados.

Não se pense, porém, que eles traduzem, para a minha geração, desprendimento por valores ou excesso de pragmatismo na satisfação de necessidades mais individuais. Antes pelo contrário.

Até o valor da liberdade, já para não falar de outros, só faz sentido se, para além do plano das liberdades políticas e sociais, que sabemos adquiridas, ele se apresentar como um verdadeiro conjunto de direitos que cumpre concretizar e realizar. E é assim que, se a liberdade respeita à dignidade do próprio homem, é também na sua valorização enquanto indivíduo e no respeito pelo seu direito à felicidade e pela própria vida que se deve aferir, então, a sua condição de liberdade.

Disto têm hoje os jovens boa consciência. Reivindicam, com certeza, com mais exigência a satisfação de direitos que decorrem de valores bem assimilados e, ao mesmo tempo, não se alheiam, certamente, de ajudar a forjar novos valores para enfrentar o mundo em que vivemos.

Um mundo com uma preocupante pressão demográfica, que divide cada vez mais os poucos muito desenvolvidos dos crescentemente muito pobres, envergonhando uma das maiores maravilhas deste século no Ocidente – a que se dedicaram, praticamente, as últimas décadas e a que, parece, se aguarda encomendar as próximas –, que é a ciência económica; um mundo, também, em que as drásticas agressões ao ambiente convivem, sem solução prática sensível, a par com discursos exacerbados de alguns que, em nome do ambiente, parecem querer opor-se a novas mudanças e conservar, imutável, a natureza e a sociedade; um mundo que, de repente, parece, por tanto lado, afastar-se de um caminho de paz e de segurança e onde até os sistemas democráticos

oferecem vulnerabilidades que semeiam descrédito e ditam afastamento dos cidadãos relativamente ao sistema político.

Convém, por tudo isto, manter optimismo moderado. Como moderados devem ser os ímpetus de pompa e de celebração pela celebração, evitando ritualizar um cortejo político que pode bem ajudar a afastar-nos das preocupações e aspirações da maioria dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens. E que pode, também, impedir-nos de aprender com as lições passadas o suficiente para não perdermos tanto tempo como já o fizemos.

Realmente, foi quase preciso aguardar pela queda do Muro de Berlim para ver a nossa referência constitucional razoavelmente aberta à modernidade que já muitos tinham iniciado. Esperemos agora, com expectativa justificada – até pelo teor da intervenção aqui proferida pelo líder do Partido Socialista –, que a próxima revisão do Texto Fundamental não seja uma oportunidade adiada para encontrar melhores soluções políticas.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Mas há boas razões para manter intactos os ideais que hoje aqui nos reúnem. É na nobreza do ideal e na inquietação criadora em que ele se forja que encontramos motivo para merecer melhor a confiança que quisermos reclamar para o futuro.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Barbosa de Melo:

— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Eminência, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros, Srs. Convidados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A Sessão Solene Comemorativa do 20.º Aniversário do 25 de Abril inscreve-se numa já longa tradição parlamentar. É este um espaço essencialmente pluralista e, por isso, um lugar onde é natural ouvir reflexões de tonalidade diferente sobre esse acontecimento político e social que teve as maiores repercussões na história contemporânea de Portugal.

Os discursos dos representantes dos partidos parlamentares, que acabámos de ouvir, exprimem, nesta oportunidade, os diversos pontos de vista hoje relevantes para a Assembleia da República. Está aí cumprido, assim, o papel próprio do Parlamento. Por isso, limitar-me-ei a brevíssimas considerações sobre o sentido da evocação do 25 de Abril nesta solene cerimónia.

A acção político-militar do Movimento das Forças Armadas, desencadeada em 25 de Abril, tinha dois grandes objectivos, na intenção expressa pelos seus líderes: por um lado, o desmantelamento do regime político vigente e a eliminação «do nosso sistema de vida de todas as ilegitimidades que o abuso do Poder tinha legalizado» e, por outro lado, a «restituição ao povo português das liberdades cívicas» e do inalienável direito de «escolher livremente a sua forma de vida social e política». E estou a citar passos das proclamações oficiais difundidas nos dias 25 e 26 de Abril de 1974. O primeiro desses objectivos — o efeito de negação, digamos assim — foi rapidamente alcançado. E foi-o em situação de consenso social generalizado: no vasto arco das doutrinas, opções e sensibilidades políticas então existentes, poucos — muito poucos, mesmo — foram os que não reconheceram de imediato a decrepitude do regime derrubado, a sua aberrante desconformidade com as exigências da dignidade humana e a sua incapacidade para resolver os graves problemas do País, nomeadamente o de uma guerra colonial sem sentido e sem fim.

O segundo objectivo — o efeito de afirmação —, esse, foi mais difícil de realizar. Para chegar a instituições políticas suficientemente democráticas, o povo português precisou de vencer vários desvios e imprevistos, e teve de esperar até à concretização da Revisão Constitucional de 1982. Mas também este objectivo acabou por se

atingir em paz e através do consenso democrático — ainda que um consenso laboriosamente construído ao longo do tempo.

Por conseguinte, podemos congratular-nos hoje com a realização dos dois grandes objectivos que conscientemente motivaram o Movimento das Forças Armadas para intervir, em 1974, na vida política. Os seus dirigentes fizeram um bom «uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados», como dizia também um desses textos.

Os objectivos que a si se propuseram os «Capitães de Abril» continuam a ser firmemente saudados pela esmagadora maioria dos portugueses de todos os estratos sociais e de todas as parcelas territoriais. O derrube do regime opressivo, autoritário e arcaico não perdeu, seguramente, o consenso generalizado e a gratidão do povo português.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

A igual dignidade social de todos, sem distinções em razão do sexo, da raça, do território de origem ou das convicções políticas ou ideológicas; o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; a existência de instituições democráticas — eleições livres, partidos políticos, sindicatos livres, direito à greve, etc., etc. —, em suma, as regras basilares da liberdade e da democracia, hoje consagradas na Constituição da República e nas leis, são tidas pelo povo português como uma aquisição histórica e como um feito excepcional dos «Capitães de Abril». As muitas pessoas, simples ou ilustres, que entusiasticamente se lançaram na longa e exaltante reconstrução da Pátria apenas prosseguiram a obra iniciada por esses soldados generosos.

É sobretudo com este espírito — como resulta das intervenções ouvidas — que a Assembleia da República, reivindicando a sua natureza de assembleia representativa de todos os cidadãos, evoca hoje, em Sessão Solene, o 20.º Aniversário do 25 de Abril. E, para lembrar, em particular à juventude, que a democracia e o inerente respeito pela dignidade humana são tarefas colectivas sempre inacabadas. Sem o empenho e a generosidade das pessoas e das gerações os cravos da liberdade podem murchar...

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Excelências: Em nome da Assembleia da República e em meu nome pessoal, agradeço a subida honra que V. Ex.as nos quiseram dar aceitando o convite para esta Sessão Solene. A Vossa presença nesta Sala veio aumentar a grandeza e o brilho da comemoração parlamentar do 20.º Aniversário do 25 de Abril.

Agradeço, por fim, aos órgãos de comunicação social, em particular às rádios e televisões, o seu cuidado em levar este acto a todos os portugueses, incluindo os que vivem fora de Portugal.

Muito obrigado a todos!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Por direito próprio, vai usar da palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Mário Soares: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Cardeal-Patriarca, Eminência, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Marechais de Abril, Srs. Capitães de Abril, Srs. Embaixadores, Caro Michel Rocard, minhas Senhoras e meus Senhores: A celebração do 20.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril, que restituiu a Portugal e aos portugueses a dignidade e restaurou o regime democrático pluralista deve ser realizada com verdadeiro sentido de futuro e em íntima comunhão com a juventude já nascida depois de 1974 — as gerações de Abril.

Esta é, quanto a mim, a mais sólida garantia de que as celebrações não terão um carácter passadista mas, pelo contrário, constituem a plena demonstração de que o espírito do 25 de Abril está vivo e a mensagem fundamental de liberdade, de progresso e de modernidade que encerra contém potencialidades que nos permitem enfrentar positivamente as grandes incertezas deste nosso tempo tão complexo.

Esta sessão que realizamos na Assembleia da República — sede da representação nacional e do pluralismo democrático, que respeitadamente saúdo — significa um testemunho colectivo de fidelidade aos grandes e generosos ideais do 25 de Abril que importa saber renovar e aprofundar de acordo com as transformações históricas, que temos vivido, e com as legítimas e cada vez mais exigentes aspirações do nosso povo.

A quase unanimidade que hoje se expressa em torno do 25 de Abril e dos princípios democráticos — e que esta sessão, indiscutivelmente, traduziu — constitui motivo de orgulho para os que viveram o nosso tão complexo processo de transição para a democracia e a mais eloquente condenação do regime autoritário, ditatorial, que governou Portugal durante quase cinquenta anos, a que a Revolução dos Cravos, com generosidade, pôs fim.

Olhando para a frente, importa, acima de tudo, aproveitar o consenso nacional criado em torno do 25 de Abril para mobilizar o País e, particularmente, a juventude, para os grandes combates que o futuro exigirá de todos.

A valorização da gente portuguesa continua a ser o primeiro e o mais decisivo desses combates. Devemos, por isso, apostar na educação, na ciência, na cultura, na formação profissional e não

apenas na retórica dos discursos ou das piedosas intenções: investindo a fundo, com meios substanciais, no ensino, na investigação e na formação do maior número de portugueses, sabendo que é o investimento mais produtivo e a verdadeira condição sem a qual todo o progresso é ilusório ou precário.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Fernando Amaral.

A solidariedade para com os mais fracos, os mais desprotegidos e os mais pobres, designadamente as crianças, os idosos, os doentes e os deficientes, tem de ser outro dos grandes desígnios nacionais. Não há desenvolvimento sustentado com exclusão social, marginalização dos imigrantes, enormes bolsas de pobreza e acentuadas assimetrias regionais. Em Portugal — reconhecemo-lo com tristeza — continuam a existir situações gravíssimas que urge reparar e carências que nos envergonham e que, por isso, requerem uma intervenção urgente e decidida.

A defesa das grandes causas e o aprofundamento da consciência cívica devem nortear a nossa acção colectiva. A paz, a defesa do ambiente, a preservação do património natural e construído, a luta pela qualidade de vida são imperativos do tempo que vivemos. A democracia tem de ser defendida dos perigos que a atrofiam — da passividade, do conformismo, da indiferença. Precisamos de mais pluralismo, de maior participação dos cidadãos, de maior transparência na vida pública, de dar voz à sociedade civil. Os problemas só podem resolver-se com democracia, maior co-responsabilização, maior informação e esclarecimento dos cidadãos, a todos os níveis, do processo das decisões políticas, económicas, sociais e culturais.

O humanismo universalista que sempre caracterizou o génio português deve ser potenciado nas nossas relações com os outros povos e países, designadamente com os nossos parceiros da União Europeia. A Comunidade que estamos a caminho de construir com o Brasil e com os países africanos lusófonos deve ser fortalecida por uma política activa de afirmação da língua portuguesa no mundo e de intercâmbio cultural, na efectiva solidariedade entre os sete países que se exprimem no idioma de Camões, de Machado de Assis, de Craveirinha, de Pepetela e de Baltazar Lopes.

A Europa atravessa um período de perplexidade e de hesitações. Só com uma vontade política esclarecida e com um projecto europeu claro é possível avançar no sentido de conferir uma voz activa no mundo ao velho continente europeu. Temos de ser capazes de dar um conteúdo efectivo, transformador e original à União Europeia que não pode ser apenas um espaço de livre comércio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os critérios imediatistas e tecnocráticos que até agora têm prevalecido, os pequenos cálculos assentes nos egoísmos

nacionais, a falta de visão sobre o grande projecto europeu só nos têm diminuído, em relação às expectativas criadas, tanto aos nossos próprios olhos de europeus, como aos olhos do resto do mundo, que tanto espera da Europa.

Aplausos do PS.

Fiéis à ideia inicial dos pais fundadores, devemos ser capazes de mobilizar os povos da União Europeia para as grandes tarefas da paz, da solidariedade, do diálogo Norte/Sul, do desenvolvimento cultural e científico, e para a resolução dos problemas resultantes do desemprego, da crise do Estado providência, da difusão e consumo da droga, de epidemias, como a sida. Só com uma nova mentalidade é possível construir a Europa dos cidadãos, da cultura, da ciência, do ambiente e da paz, prevenindo os perigos do racismo, dos nacionalismos agressivos, da intolerância e do regresso ao autoritarismo.

Sr. Presidente da Assembleia da República e Srs. Deputados: Durante os vinte anos que nos separam do dia inolvidável do nosso reencontro com a liberdade, o mundo mudou tanto e tão vertiginosamente como se tivessem passado muitas décadas, senão séculos. Caíram impérios, ruíram concepções que tinha hegemonizado, desde o princípio do século, a inteligência europeia, a crise económica arrasta-se sem resolução, o desemprego por toda a Europa aumenta, tornando-se uma ameaça terrível à estabilidade de velhas nações, as agressões ao planeta e à espécie humana tornaram-se mais evidentes aos olhos de todos.

A ciência e a tecnologia avançaram espantosamente, operando prodígios que mudaram os nossos quotidianos e a nossa relação com os outros. O mundo é um só. A informação é instantânea. As ciências da vida põem-nos problemas éticos jamais pressentidos. O renascimento de um novo humanismo que aproveite as conquistas modernas a favor do homem – de todos os homens – é a grande questão do nosso tempo.

O 25 de Abril foi, em muitos sentidos, uma revolução pioneira. Esse facto tem sido reconhecido por historiadores e analistas internacionais de grande prestígio.

Conseguimos instaurar uma democracia pluralista, vencer os radicalismos de sinal contrário, entrar na Comunidade Europeia,

dar a Portugal uma voz respeitada no mundo. O que se fez nestas duas décadas foi imenso. Recebemos um País amordaçado, isolado, com uma guerra colonial em três frentes, que se perpetuava sem saída nem glória, um País com um imenso atraso, a todos os níveis, sem sociedade civil autónoma. Instituições como a censura e a odiosa polícia política fomentavam o medo, a subserviência e a denúncia. O pensamento era policiado e muitas vezes silenciado.

Fomos capazes, não obstante os acidentes de percurso, de construir um Estado de direito, de dar voz à sociedade e iniciativa aos cidadãos, de modernizar, até certo ponto, as estruturas económicas e sociais, de consolidar o poder local, de assegurar a autonomia aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, de abrir a cultura e a ciência em diálogo com o que de mais avançado se faz no mundo, de criar uma nova consciência de cidadania.

Aprendemos com os erros da I República e do liberalismo, não os repetindo. Herdeiros de uma tradição, que é porventura a mais genuína da nossa história, sabemos que Portugal progride sempre que retomamos essa inspiração de liberdade, de tolerância e a visão do humanismo universalista. Sempre que a negamos, tudo anda para trás. Os grandes ideais libertadores da Revolução dos Cravos continuam válidos, desafiando a nossa capacidade de os realizar inteiramente ao serviço de todos os portugueses.

Nesta data de alegria e de júbilo, ponhamos de lado, por um momento, o que legitimamente nos divide, em termos político-partidário, e lembremos esse dia em que o País acordou de novo para a esperança e para a liberdade. É nosso dever ser dignos desse momento único que tivemos a felicidade de viver nas nossas vidas. Honremos os Capitães de Abril.

Saibamos ainda transmitir essa mensagem de liberdade criadora às gerações mais novas, com confiança em nós próprios, nos jovens, no seu inconformismo, idealismo e vontade de transformar o mundo e de mudar a vida.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Corrida da LIBERDADE 25 de Abril



dia 25 de Abril
às 9,00 horas

Federação Portuguesa das Colectividades Cultura e Recreio
Secretariado das Colectividades Cultura e Recreio — Lisboa

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1995

Oradores

André Martins
Partido Ecologista Os Verdes

Narana Coissoró
Centro Democrático Social – Partido Popular

Carlos Carvalhas
Partido Comunista Português

António Guterres
Partido Socialista

Fernando Nogueira
Partido Social Democrata

Barbosa de Melo
Presidente da Assembleia da República

Mário Soares
Presidente da República

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.



O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados, Capitães de Abril: Vinte e um anos depois da gloriosa madrugada do dia 25 de Abril de 1974, é tempo de continuar a falar de Abril, porque Abril foi — e é — tempo de esperança renovada, foi — e queremos que continue a ser — tempo de mudança; é tempo de continuar a falar de Abril, para que as palavras solidariedade, alegria, felicidade e bem-estar não sejam apenas expressões de retórica empoadada; é tempo de continuar a falar de Abril, obviamente não só em sessões evocativas, porque, sobretudo, é necessário viver, alargar e partilhar o espírito do 25 de Abril.

Como acontece com o majestoso desabrochar das flores em cada Primavera, apesar das sérias ameaças das alterações climáticas, importa que em cada dia, na memória colectiva do nosso povo, frutifique o simbólico da imagem dos cravos vermelhos que brotaram dos canos das espingardas em 25 de Abril de 1974.

Era o partir de correntes, o quebrar de grilhetas, o cair de mordagens, era o fazer-se dia depois de uma noite longa com cerca de 50 anos, era o grito da liberdade reprimida, o apelo à paz, à cooperação entre os povos e ao fim da guerra colonial.

Foi tempo de afirmar a vontade de querer participar na construção de um país novo, em democracia, pelo desenvolvimento.

Foi tempo de esperança que, hoje, 25 de Abril de 1995, importa redescobrir, para que a solidariedade e a justiça social não continuem a ser imperativos adiados; para que a igualdade de direito ao ensino e à educação não tenha de estar a ser permanentemente reclamada, gerando situações de instabilidade e contrariando as melhores condições de aproveitamento, que deveriam ser, em si, um objectivo fundamental; para que o acesso a serviços de saúde com qualidade seja tendencialmente gratuito e não se obrigue a pagar cada vez mais por serviços desumanizados; para que nos direitos de cidadania sejam amplamente reconhecidos, contra a repressão, a segregação e a

marginalização, o direito à manifestação e ao protesto, o direito à indignação e até à desobediência civil, e o direito à diferença, à não violência e à informação.

E se em matéria de direitos, liberdades e garantias se tem ignorado, demasiadas vezes, o espírito e até a letra da Constituição da República no que se refere à democratização do sistema político-institucional, uma visão estreita do sistema democrático tem impedido a criação de condições a uma maior participação dos cidadãos na vida democrática, que passa, sem qualquer dúvida, pela atribuição de mais competência às freguesias e pela criação das regiões administrativas, formas óbvias e sérias para aproximar os cidadãos dos poderes de decisão e dos eleitos.

Numa democracia com tantas fragilidades, os últimos 10 anos, marcados por uma política neoliberal, registam factos indesmentíveis de atrofamento no desenvolvimento harmonioso do País e de crescente dependência externa.

Como se sabe, esta é, claramente, uma situação contrária ao espírito e à letra do 25 de Abril.

Verificamos hoje que a política seguida nos últimos 10 anos fomentou o despovoamento de vastas regiões do centro e do interior do País e, ao mesmo tempo, incentivou a fixação de pessoas e de actividades económicas numa estreita faixa do litoral, onde se vive cada vez pior e sem perspectivas de futuro.

Assim, em vez de desenvolvimento regional, que poderia ser conseguido com a descentralização e a criação das regiões administrativas, optou-se por uma política de crescimento económico a qualquer preço, que não aproveita recursos endógenos disponíveis.

Desperdiçaram-se recursos naturais indispensáveis a qualquer política de desenvolvimento sustentável, como sejam os recursos hídricos. Se não fosse a ameaça do plano hidrológico espanhol, ainda hoje o Governo do PSD não teria dado qualquer passo para conhecer os recursos hídricos que o nosso país possui.

A poluição do ar e, sobretudo, do solo e dos nossos rios, não pára de aumentar a níveis in comportáveis a médio prazo. Apesar de serem anunciados todos os dias mais «pacotes» com milhões de contos, a tecnologia industrial em Portugal continua generalizadamente antiquada, mantém-se poluente e sem capacidade para competir no mercado, o que agrava ainda mais a estabilidade do emprego em Portugal.

Na agricultura, o Governo, não respeitando a especificidade portuguesa no sector, preferiu uma situação de dependência relativamente ao exterior. Atribui aos agricultores subsídios para que não produzam, ajudando, assim, o escoamento dos excessos de produção agrícola de outros países, mesmo que os produtos sejam de qualidade inferior aos portugueses.

Nas pescas, a situação ficou agora ainda mais clara com a incapacidade de Portugal impor, na União Europeia, a defesa dos interesses nacionais.

Progressivamente, Portugal tornou-se um país em que o Governo administra muitos milhões, mas em que, ao mesmo tempo, aumenta a dependência em relação ao estrangeiro e onde o desenvolvimento permanece adiado.

Hoje, quando comemoramos Abril, é preciso assumir a responsabilidade de dizer «basta». É necessário encontrar novos caminhos, que passam, obviamente, por uma política alternativa e diferente e por um Governo capaz de concretizá-la.

Por Abril – e em nome de todos quantos transformaram o sonho em realidade e esperança em Portugal –, importa falar também, hoje e aqui, de solidariedade para com todos os povos oprimidos

do Mundo e, particularmente, da solidariedade activa para com o povo de Timor Leste, que aspira pelo legítimo direito à autodeterminação.

Por fim, 21 anos depois do dia 25 de Abril, em que um valoroso grupo de jovens capitães se empenhou no derrube de um regime autoritário e caduco, deixo uma palavra de esperança e de alegria para os jovens portugueses que comemoram este dia em liberdade, para que o espírito de Abril se cumpra.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.



O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Altos Dignatários do Estado, Srs. Deputados, Srs. e Sras. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: O 25 de Abril de 1995, que hoje aqui solenemente comemoramos, deve ser para nós, Deputados do CDS-PP eleitos em 1991, além de um momento de reflexão sobre estes quatro anos que marcam o fim de um ciclo, uma oportunidade para fazer o registo da contribuição trazida pelo nosso partido. Só assim poderemos demonstrar aos portugueses se soubemos desempenhar utilmente as nossas funções, entre as quais avulta a de manter vivos os ideais que a revolução de Abril proclamou e o modo como soubemos contribuir para a sua realização.

O quadriénio foi dominado pelas obrigações decorrentes da nossa participação na actualmente denominada União Europeia, que, como era previsível, produziu, em todos os sectores da actividade nacional, profundas transformações, a tal ponto que bem se pode afirmar que o Portugal que temos hoje é muito diferente daquele que os militares de Abril encontraram em 1974 e, certamente, daquele que muitos anteviam em figurino ou figurinos, já que os revoltosos tinham uma formação e uma expectativa diferente, por falta de uma homogeneidade ideológica, o que grandemente contribuiu para que, nestes últimos 20 anos, as diferentes opções fossem possíveis e exequíveis.

Derrotado o «sovietismo», 14 anos antes da queda do Muro de Berlim e metido o socialismo na gaveta logo no primeiro Governo Constitucional, os grandes fundadores da Nova República — Mário Soares e Salgado Zenha, Francisco Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, de um lado, e Álvaro Cunhal, colocado na trincheira contrária, de onde ainda se eleva a sua voz — souberam forjar para Portugal um Estado de direito democrático e pluralista, apegado firmemente aos valores do humanismo e da liberdade e ancorado na defesa intransigente da dignidade do homem e do cidadão, que serve de exemplo a muitos Estados recém-libertados de jogos totalitários.

As sucessivas revisões constitucionais, eliminando o primitivo cariz marxista do texto de 1976, aprofundaram a democracia política representativa, restabeleceram as virtudes da iniciativa privada e do funcionamento de mercado e reestruturaram o poder local, tornando a Constituição da República numa autêntica carta de normas fundamentais da Nação e não num programa carregado de princípios político-ideológicos vinculativos para qualquer governo, mesmo que eleito por uma maioria adversa a tais directrizes.

Como é próprio da democracia, ninguém pode considerar que a nossa Lei Magna é uma obra perfeita e final. Neste preciso momento, estamos em pleno debate sobre matérias estruturantes do regime instituído, tais como: a da alteração da lei dos partidos políticos, para garantir-lhes maior democraticidade interna — uma exigência derivada do facto de eles serem primordialmente sustentados pelo erário público — e uma maior clarificação dos respectivos financiamentos; a da modificação do sistema eleitoral, a fim de garantir uma relação estreita entre o eleito e os eleitores; a do modo de tornar transparente o exercício de cargos públicos e políticos, combatendo a corrupção, o nepotismo, o clientelismo, o tráfico de influências e tentando evitar a confusão entre o aparelho do partido detentor do poder político e o próprio aparelho do Estado, que dá lugar à confusão entre a política e os negócios; a da dignificação do exercício das funções políticas, dotando os seus agentes de um estatuto próprio que restabeleça a sua dignidade e respeitabilidade aos olhos das populações; a da maior participação dos cidadãos, através da sua auscultação directa, nas grandes questões nacionais com recurso ao referendo; a da maior participação dos agentes económicos e sociais na formação das grandes opções governativas; a do diálogo com organizações não governamentais; a da atenção às vozes representativas e respeitadas em vários domínios da cultura, ciência e arte na elaboração de leis; a do reforço dos direitos de cidadania, através de consagração de princípios e instrumentos como os da administração aberta e da acção popular.

São estes os actuais problemas de regime que a própria dinâmica da democracia agendou como temas de premente resolução, se quisermos preservar e melhorar a democracia representativa sem sermos submersos na chamada «democracia de opinião», que toma as sondagens como bússola de orientação política e as pressões da comunicação social como bom vento para a navegação da nau do Estado.

O Partido Popular foi, sem dúvida, o precursor da reivindicação das exigências que acabo de enumerar, nesta nova fase ou nova geração da democracia representativa, exigências estas que foram publicamente apresentadas pela direcção do Dr. Manuel Monteiro saída do Congresso de 1992.

O meu partido bateu-se pelo referendo à ratificação do Tratado de Maastricht, mas foi derrotado pelos votos combinados do PS e

do PSD, com o argumento do Sr. Primeiro-Ministro de que «o País não podia ser imprevisível».

O mal-estar que hoje desponta na indústria, na agricultura, nas pescas, no pequeno comércio, enfim, nos sectores produtivos da nossa vida económica, poderia certamente ter sido evitado se a opção pelo Tratado da União Europeia tivesse sido devidamente explicada e se a própria população tivesse participado na sua aceitação. Em vez disso, temeu-se pela perda dos fundos estruturais e todo o articulado foi negociado com rigorosa confidencialidade e secretismo, considerando-se até que a oposição era a facção antinacional e adversária da largada das naus para a nova Índia e nem sequer lhe faltou o epíteto de «velhos do Restelo».

Quantas das condições que o Governo foi obrigado a aceitar em troca de alguns pratos de ecus poderiam ser melhor negociadas? O recente caso das pescas é exemplar e mostra bem como somos arrastados e prejudicados pelos interesses e erros alheios, sem que a nossa voz, mesmo que contrária, tenha qualquer impacto nas soluções que nos são impostas.

O Partido Popular sofreu — e sofre — duros ataques, os seus dirigentes foram caluniados e apelidados, nesta Sala, de «ignorantes» (quando não de radicais ou marginais) sobre o processo de convergência e coesão europeias. Mas, hoje, é a maioria dos portugueses — e até mesmo muitas vezes dentro das próprias hostes do partido dominante — que vem dar-nos razão, criticando o excesso de optimismo e a autoglorificação que se seguiu à presidência portuguesa da Comunidade Europeia. Do activo desta legislatura ficam apenas as auto-estradas, as obras e os grandes projectos de betão.

Não se trata de fazer hoje o discurso sobre o «Estado da Nação», mas não podemos deixar de lamentar que tanto dinheiro, que entrou em Portugal como nunca tinha acontecido antes, não tenha servido para fazer o autêntico desenvolvimento social, cultural, científico e profissional nos últimos cinco anos.

São as «dores de parto» da modernização de Portugal, dir-nos-ão os mesmos a quem cabia informar os portugueses dos inevitáveis sacrifícios exigidos pela competitividade derivada da abertura do mercado à concorrência internacional antes de encheram as ruas e as paredes com cartazes da «democracia de sucesso».

Chegada a hora do acerto de contas, os responsáveis, sabiamente, retiram-se para evitar o veredicto popular de Outubro. O País atravessa tempos de desassossego: a liberdade do cidadão diminui onde cresce a insegurança; os tribunais são apoucados, quando proliferam empresas de cobrança de dívidas por meios ilícitos e

violentos e os delinquentes andam à solta; a iniciativa privada esmorece quando não tem condições para constituir ou manter os seus pequenos e médios empreendimentos; os planos de combate à pobreza, como foi o caso do de Setúbal, dão-nos a exacta medida da competência do Governo, que, hoje, se vê de novo a braços com a revolta de novos desempregados na mesmíssima região. Nem o Governo nem o actual Presidente do PSD têm a coragem de esclarecer os portugueses sobre os graves problemas que nos atormentam, nem de desfazer a ambiguidade e os equívocos semeados nos últimos 10 anos de duas maiorias absolutas.

São os equívocos e as ambiguidades daqueles que quiseram Maastricht a qualquer preço — o PS e PSD — que agora desencadeiam, com vigor insuspeitado, campanhas sistemáticas de mútua acusação.

Desde a última semana estamos submergidos na vertigem da palavra «desenvolvimento», mais das vezes brandida de forma inconsequente e irrealista. A «democracia de sucesso», depois de atingir o seu paroxismo verbal, está agora a transmutar-se em «democracia do desenvolvimento», perdendo com este taticismo porque, na realidade, não se passa disso — a generosidade da sua inspiração de Abril de 1974 para dramatizar artificialmente a vida política em Abril de 1995.

Não vamos hoje, aqui, acusar aqueles que pretendem marginalizar-nos, chamando-nos radicais ou que, através de técnicas de engenharia eleitoral, querem fabricar Deputados nas secretarias para nos criarem dificuldades nas eleições, nem falar daqueles que sobre nós se enganam quando dizem que somos anti-europeus só porque defendemos os legítimos interesses dos agricultores, dos pescadores, dos comerciantes, dos industriais portugueses, em suma dos excluídos e dos deserdados da democracia de sucesso, ou dos que nos caluniam como anti-políticos para, no dia seguinte, abraçarem com desusado vigor e entusiasmo as nossas propostas, como sucedeu há poucos dias relativamente ao chamado «pacote» da transparência da classe política. Nunca tivemos medo das acusações e das calúnias. Sobre todos aqueles que se enganaram a nosso respeito tivemos sempre a vantagem do patriotismo, da generosidade, da inteligência e da solidariedade próprias dos humanistas cristãos que somos. Esta sempre foi a nossa maneira de sempre de fazer política e por isso estamos presentes nesta festa do 25 de Abril!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.



O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados: Há 21 anos, no dia 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas e o povo, de onde emanavam, juntaram as suas vontades e as suas forças e, num dos momentos mais luminosos da nossa História, romperam as grilhetas com que o fascismo prendia a Nação, para construir um País renovado, de liberdade, de justiça e de esperança.

Um ano depois, há 20 anos, as mesmas vontades e a mesma força emanada do povo e do Movimento das Forças Armadas chamaram o povo português a eleger com o seu voto a Assembleia Constituinte, mandatada para aprovar a Constituição e para nela inscrever o sentido de progresso cívico e social e as conquistas que constituíam o património rico da revolução de Abril.

Por esses actos, o País deve, antes de tudo, a homenagem que mais uma vez prestamos, simbolizada nos que, neste momento, se sentam nas galerias da Assembleia da República, aos corajosos capitães de Abril, à sua audácia, generosidade e civismo, que têm sido esquecidos e marginalizados pelos que nunca se conformaram com a Revolução dos Cravos, mas que nunca serão esquecidos pelos que amam a liberdade e a justiça acima de tudo.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e do Deputado independente Manuel Sérgio.

O 25 de Abril, como processo histórico concreto, aqui o afirmamos com clareza, é indissociável nestes seus dois momentos: primeiro, o acto revolucionário e popular, de ruptura com o passado de opressão, de construção de um novo Portugal; depois, a consolidação institucional das transformações operadas com a luta popular e a sua consagração, com a força de uma «escritura», chancelada pelo voto do povo e pelo mandato que conferiu aos Deputados constituintes.

A Constituição da República aprovada pela Assembleia Constituinte correspondeu, de forma inegavelmente expressiva, a esse objectivo. Nela se encontraram e fixaram traços significativos

e marcantes da democracia política, económica, social e cultural, que a revolução do 25 de Abril construiu e conquistou.

Por isso, ao longo destes anos, ao mesmo tempo que nas instituições, nas praças e nas ruas de Portugal — nas praças e nas ruas que o povo conquistou — celebrávamos o 25 de Abril, evocando a revolução popular, lutávamos também com o povo de Abril, nas mesmas instituições e nas mesmas ruas e praças, em defesa das conquistas da revolução, consagradas na Constituição elaborada pelos constituintes de há 20 anos.

Em todo este tempo, no decurso dessas lutas, muitas e significativas foram as conquistas da revolução que os seus inimigos conseguiram destruir. A cada golpe sobre esse património de transformações, o País de Abril ficava mais pobre e a democracia mais espartilhada. Rudes golpes foram desferidos contra a democracia económica: hoje, os velhos senhores refazem, à custa do património público, num processo de mão baixa, opaco e clientelar, os seus impérios, ameaçando com o seu reconquistado poder as próprias instituições políticas fruto do voto popular.

Rudes golpes caíram igualmente sobre a democracia social: fragilizou-se, até à exploração cruel, a posição dos trabalhadores nas relações de trabalho. A política dos «pacotes» laborais reduziu drasticamente os direitos dos trabalhadores e, enquanto se fizeram fortunas meteóricas e se assistiu à insolente exibição da riqueza polarizada à custa de recursos públicos e de actividades especulativas e parasitárias, alastraram o desemprego, o trabalho precário, os salários em atraso, a miséria e a exclusão social.

Também o exercício das liberdades e a democracia política sofreram sérios retrocessos ao longo destes anos, até ao ponto — que, hoje e aqui, não pode ficar sem clara e frontal denúncia — de se ver agora uma espécie de nova polícia de informações políticas, o SIS, actuar contra o exercício de liberdades fundamentais, contra os trabalhadores, os estudantes e os agricultores que, lesados pelas políticas do Governo, se manifestam, legitimamente, condenando essas políticas e lutando pela sua substituição.

Comemoramos hoje o 25 de Abril aqui, na Assembleia da República, e fazêmo-lo com a mesma alegria e confiança com que, juntamente com o povo de Abril, vamos comemorá-lo durante todo o dia nas praças e nas ruas do nosso país.

Mas comemoramo-lo hoje mais pobres.

O património do 25 de Abril tem vindo a ser liquidado pelas mãos dos seus inimigos, quase sempre disfarçados de devotos democratas. Por isso, quando ouvimos alguns dizerem que, este ano, vão comemorar o 25 de Abril, depois de não o terem feito ao longo destes anos, quando constatamos que esses foram dos que sempre, em todas as batalhas decisivas, estiveram contra muitas das transformações democráticas, património do 25 de Abril, fica-nos uma dúvida, seguramente legítima: se, realmente, querem comemorar mesmo o 25 de Abril ou aproveitar o seu prestígio em ano

eleitoral, ou se não pretendem antes celebrar tudo o que fizeram ao longo destes anos, para apagar a sua memória e para liquidar o essencial dos seus ideais e dos seus valores. Fazem-no por saberem que ele continua profundamente ancorado no coração do povo português.

Aplausos do PCP.

Mas o tempo não é de balanço. Olhamos para o nosso passado próximo para nele robustecermos a nossa vontade de lutar pelos valores de Abril. O tempo de hoje é o de lançar novas sementes, para serem fecundadas nas lutas e na determinação popular, que se reforça e alarga, mas também no voto popular que se aproxima. Novas sementes para uma mudança profunda da política nacional, para reconduzi-la às esperanças e aos ideais que nortearam o 25 de Abril.

É preciso hoje dizer, particularmente à juventude, que essas esperanças e ideais do 25 de Abril são hoje o que autenticamente exprimem a modernidade de Portugal, como o País que se quer de novo apostado na democracia, na liberdade, na justiça, na solidariedade, no desenvolvimento e na afirmação da soberania e da independência nacionais.

É preciso dizer que a negação dessa modernidade está numa política que promoveu o aumento da pobreza, da exclusão social, do flagelo da toxic dependência e da insegurança; numa política que acentuou as diferenças regionais (toda a zona interior, desde Trás-os-Montes até ao Alentejo, está hoje mais longe da média europeia); numa política que tem feito regredir a nossa indústria e que ameaça de ruína a nossa agricultura e pescas; numa política que introduziu o negocismo e o elitismo na saúde e no ensino e que põe em perigo o sistema de segurança social; numa política que fez da corrupção e do clientelismo práticas correntes que imprimiram os fundamentos da vida social; numa política sem dignidade no plano externo, de capitulações constantes, como são exemplos recentes os casos das pescas e da Renault, que atingem os interesses nacionais e os interesses dos trabalhadores.

Em síntese, numa política que esquece a solidariedade que é devida aos que dela carecem.

Assim, comemoramos o 25 de Abril com a determinação de concretizar uma profunda mudança de política, que valorize e

dignifique o mundo do trabalho; que dê espaço de afirmação à juventude e apoie os seus projectos de vida; que faça à terceira idade a justiça de uma vida útil e digna; que combata as discriminações que atingem a mulher e apoie o seu papel na sociedade e na família; que exclua a exclusão; que faça assentar o progresso do País nos sectores produtivos, incluindo o fortalecimento e a modernização da indústria, da agricultura e das pescas; que assuma o papel de Portugal no mundo como uma Nação soberana, capaz de entender e aproveitar a crescente interdependência, mas sem perder a sua identidade e a sua autonomia de decisão, a sua capacidade de defender e prosseguir com firmeza os interesses próprios; que realize uma indispensável moralização da vida política, hoje inquinada por uma prática de Governo e de direcção superior da Administração Pública, marcada por escândalos, por opacidades, por tráfico de influência, por casos de indignidade e também de inaceitável impunidade.

E manifestamos aqui o nosso combate de ontem e de hoje pela transparência da vida política, com a coerência de sempre, expressa, inclusivamente, em votação, e sem precisarmos de provar a ninguém o que pensamos sobre esta matéria, combate e debate que passa também pela moralização do financiamento dos partidos, acabando com o imoral e injustificado financiamento pelas empresas.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente, estas comemorações do 25 de Abril são, para nós, um momento de luta e um momento de renovar a esperança para os trabalhadores e para as trabalhadoras, para as portuguesas e portugueses, para a juventude. É um momento para se reafirmar que o povo pode viver melhor numa sociedade mais justa. Há um outro caminho que as «portas de Abril abriam», que é necessário retomar e impulsionar, o de um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação, o de um Portugal de desenvolvimento e de democracia, o de um Portugal livre, independente e soberano.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP, de pé.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.



O Sr. António Guterres (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Procurador-Geral da República, Sras. e Srs. Convidados, Capitães de Abril, Caras e Caros Colegas Deputados: Como português e como português de Abril que me orgulho de ser, quero começar a minha intervenção saudando os Capitães de Abril, aqui presentes, a cujo acto heróico de há 21 anos devemos o podermos realizar esta sessão.

Aplausos do PS e do PCP.

Permitam-me que o faça, com particular emoção e afecto, nas figuras do Presidente da Associação 25 de Abril e da Sra. D. Natércia Salgueiro Maia, que aqui representa a memória daquele que foi, seguramente, um dos mais dignos símbolos da pureza dos ideais de Abril.

Aplausos do PS, do PCP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Passaram 21 anos sobre a Revolução dos Cravos, mas passaram também 20 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte. E se foi a Revolução dos Cravos que abriu o caminho à democracia, derrubando a ditadura, foi a Assembleia Constituinte e a Constituição da República que fundaram o Estado democrático em que hoje vivemos.

Esta é uma questão que não pode ser esquecida no dia de hoje, no 20.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, até porque a única legitimidade plenamente democrática é aquela que decorre da livre expressão da vontade popular, através de eleições por sufrágio universal.

Muitas foram as vozes críticas que se fizeram ouvir sobre a Constituição de 1976. Ela teve, seguramente, alguns aspectos datados, que se prendiam com a vida e com a política do seu tempo, que, aliás, duas revisões puderam e souberam aperfeiçoar. Mas a Constituição de 1976 é a pedra angular da nossa democracia. Ela insere-se naquilo que de melhor têm as tradições da revolução

americana e da revolução francesa. A Constituição de 1976 é o documento em que, porventura, de forma mais corajosa, foi possível transpor os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade que unem todos nós. Por isso, ela é razão de honra para todos os democratas portugueses e, em particular, para os constituintes.

Aplausos do PS.

Por isso, aqui quero saudar também, com particular respeito, os nossos constituintes de 1975 e quero fazê-lo homenageando a figura do seu presidente, o Professor Henrique de Barros, que ainda ontem foi justamente condecorado pela Câmara Municipal de Lisboa com a Medalha de Ouro da cidade, que lhe foi entregue pelo seu presidente, Jorge Sampaio, também aqui presente.

Aplausos do PS.

Comemorar Abril tem de ser para cada um de nós, fundamentalmente, continuar Abril, continuar os trabalhos dos constituintes de 1975. E temos de fazê-lo para que seja possível aos portugueses renovarem a esperança em si próprios e no futuro do nosso país.

Queria referir-me, muito brevemente, a três problemas políticos que estão por resolver e que, em minha opinião, ainda dificultam a renovação dessa esperança: o respeito e a gratidão que devem merecer-nos os militares de Abril; a reforma do sistema político, indispensável para reconciliar governantes e governados; a exigência de uma nova cultura de responsabilidade e de rigor no exercício da vida política.

Sobre os militares de Abril, temos de reconhecer, com verdade, que nem sempre o regime político saído da revolução os soube tratar com o respeito e a gratidão que nos merecem. Não ouçam, nestas palavras, qualquer crítica ao actual Governo, pois trata-se de uma responsabilidade que, de alguma forma, por acção ou omissão, todos devemos assumir para corrigir no futuro. E não está em causa conferir aos militares de Abril qualquer privilégio ou qualquer direito que não decorra da mesma cidadania que partilham connosco, mas sim, apenas, o sabermos, em todas as condições, testemunhar-lhes o respeito e a gratidão que a coragem e a abnegação que puseram nessa madrugada de há 21 anos, de todos nós, seguramente, merecem.

Aplausos do PS.

Quanto à reforma do sistema político, na intervenção que aqui produzi, há um ano, tive ocasião de chamar a atenção para a urgência de reformas do sistema político que permitam uma plena reconciliação entre governantes e governados.

Chamo, brevemente, a atenção para quatro tópicos: a criação de círculos de um só Deputado, que permitam criar uma relação directa entre eleitores e eleitos, no quadro da proporcionalidade; o direito dos cidadãos eleitores para apresentarem listas a todos os actos eleitorais, acabando com um privilégio e um monopólio partidários que, hoje, já não têm justificação; um novo equilíbrio entre democracia representativa e participação dos cidadãos, conferindo a estes direito de iniciativa no referendo, nas propostas de lei à Assembleia da República ou no recurso ao Tribunal Constitucional; regras claras de transparência e de rigor que permitam separar, mais facilmente, os sérios e os desonestos, o trigo do joio, e ajudar-nos, a todos, a combater o tráfico de influências, o compadrio e a corrupção.

Estas ideias vão fazendo o seu caminho e são bem-vindos todos os contributos na sua direcção, venham eles de onde vierem.

Quero apenas deixar aqui, hoje, um apelo aos Srs. Deputados: não permitam que se misture o que não pode nem deve ser misturado. A reforma do sistema político, a transparência da vida política são valores em si, são uma necessidade do País e não podem ser uma qualquer moeda de troca. E não o podem ser, sobretudo invocando direitos ou regalias de titulares de cargos políticos, tenha isso a ver com os seus vencimentos ou com quaisquer outros aspectos, porque dessa forma se perderá a pureza renovadora que queremos pôr na reforma do sistema político.

Aplausos do PS.

Uma nova cultura de exigência e de responsabilidade no exercício de funções públicas é indispensável para todos, no Governo ou na oposição, nas magistraturas ou nos altos cargos do Estado, assumindo a responsabilidade por tudo aquilo que fazemos e por tudo

aquilo que é feito sob a nossa autoridade. Essa é uma condição indispensável para que a mesma cultura de exigência e de responsabilidade seja partilhada por todas as portuguesas e portugueses, para que todas e todos entendam que a cidadania comporta direitos mas também deveres e, sobretudo, responsabilidades para com aqueles que, estando à nossa volta, ainda estão excluídos por razões económicas ou sociais do exercício pleno dessa mesma cidadania.

Só assim, assumindo as nossas responsabilidades, poderemos restabelecer a confiança do País e dar os motivos de esperança de que os nossos concidadãos tanto necessitam, quando estão, e bem, preocupados com o desemprego, com a droga, com a pobreza, com os problemas da saúde ou da educação, com as dificuldades que encontram no exercício da actividade agrícola, das pescas ou da indústria. É preciso uma nova confiança e uma nova esperança e isso depende, essencialmente, da forma como todos soubermos exercer as nossas responsabilidades.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Sr. Presidente da República, permita-me que as minhas últimas palavras sejam para si, que tão dignamente preside, hoje, às comemorações do aniversário do 25 de Abril, como sempre soube fazer nestes 10 anos. Para lhe dizer, talvez mais propriamente, para dizer ao cidadão Mário Soares, que representa, como nenhum outro, o espírito do Estado democrático e a pureza dos ideais de Abril, que contamos consigo, em todas as condições, e contaremos consigo, em particular, para, ao nosso lado, de hoje a um ano, comemorar, uma vez mais, a Revolução dos Cravos.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Nogueira.



O Sr. Fernando Nogueira (PSD): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados: Para que Abril possa ser um festejo de louvor à liberdade é urgente que nele saibamos celebrar o futuro. Mas, se é verdade que nenhum futuro se constrói sem a força assumida da sua própria História, também não é menos verdade que não se pode construir o tempo que há-de vir através de uma história falseada nos dados e construída na mentira.

Não cairemos no erro de lembrar, aqui e agora, excessos de que ainda hoje todos guardamos uma forte impressão, mas também não deixaremos que os seus autores fiquem com a ilusão de que tudo está esquecido. Podemos ter perdoado, e perdoamos, mas não perdemos a memória, justamente em nome de Abril.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – O que nos distingue desses é precisamente a vontade de construir o tempo novo, a recusa de viver no passado ou em função do passado. O que nos distingue desses é a convicção de que é sobretudo neste tempo novo que há-de ganhar-se o sentido da celebração, para que esta não seja só memória, património real ou fictício de cada vez menos, mas, principalmente, presente e futuro, enquanto projecto de esperança verdadeira, património cada vez mais de todos.

Sobre o passado lembraremos, porque é devido, a coragem do risco assumido pelos militares de Abril. De entre eles, aqueles que são bem conhecidos de todos, mas também outros que sempre recusaram as luzes da ribalta e foram anonimamente «fiéis à ideia tida e à palavra dada». A esses, o nosso obrigado.

Aplausos do PSD e do Deputado do PS Raúl Rêgo.

Falemos, então, de futuro. E o futuro está nos jovens que, sem trazerem Abril no seu tempo, dele esperam mais do que a liberdade que já sentem ter.

A celebração não pode, pois, ser apenas romaria. A celebração tem de ser, hoje, conquista. Uma conquista que aposta, sem dúvidas,

na democracia, numa democracia de cidadãos, onde a individualidade tenha sentido próprio e a solidariedade seja também pressuposto da afirmação do homem enquanto pessoa total. De uma democracia de escolhas livres, de responsabilidade e de transparência, mas também de uma democracia de valores e de convicções pelos quais valha a pena lutar na construção plural de um futuro melhor.

Uma conquista que aposte no desenvolvimento, num desenvolvimento humanizado e, por isso, sustentado, mas assumido como o primeiro dos desafios e como campo novo onde floresçam outras ideias e onde a própria ideologia possa recriar espaços de renovação, estimulando, outra vez, a aproximação entre o político e o social, restituindo à política a nobreza da sua função enquanto instrumento ao serviço da vida e aos políticos uma imagem de seriedade e de missão, sem a qual se nega o próprio ideal de Abril. Por isso, não é aceitável que políticos com velhas práticas façam desta última relevante questão um mero jogo de sombras, onde o faz de conta tem mais força do que a vontade de fazer.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Se queremos continuar a celebrar Abril com dignidade, demonstremos, então, sem reservas e com honestidade intelectual, que queremos, realmente, convergir esforços para que a credibilidade das nossas funções seja reforçada. Isso depende de nós e apenas de nós. Essa é a nossa obrigação.

Como é ainda nosso dever lembrar e sobretudo exercitar o princípio de que, em democracia, liberdade exige responsabilidade e aquela sem esta é frágil, senão efémera, bem como ter sempre presente que a liberdade, para além de um direito, é um respeito e é na capacidade de respeitar a liberdade do outro que fundamentamos o direito à nossa própria liberdade.

Por isso, que Abril, hoje, na complexidade das sociedades actuais, seja também a afirmação dos direitos do respeito, como os que derivam da defesa do ambiente, da dignidade do homem face ao progresso tecnológico, da importância da diferença do reconhecimento do direito à autonomia de cada um.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Se a liberdade e a democracia são frutos do trabalho de quase todos, já quanto ao desenvolvimento, tem cabido ao Partido Social Democrata a principal responsabilidade de construir o progresso e de ganhar o futuro.

Aplausos do PSD.

E, hoje, celebrar Abril é também reconhecê-lo!

Sabemos do caminho que falta percorrer e temos consciência de que para vários portugueses Abril não foi ainda festa. Mas a determinação e, muitas vezes, a coragem e a verdade com que sempre

enfrentamos os problemas e respondemos às dificuldades dão-nos a força moral e política para sermos nós a chamar o futuro à celebração do dia de hoje.

A sociedade que o PSD construiu é uma sociedade mais exigente, tão exigente que não há Governo que lhe possa satisfazer, a um tempo, todas as aspirações. Há, porém, políticos que, na ânsia de agradar, chegam a prometer mais do que a própria sociedade exige. Esses políticos não cumprem Abril, desacreditam Abril, porque prometem o que não podem dar e quem distribui, irresponsavelmente, utopias irrealizáveis, semeia desilusões e desenganos, cria frustrações, alimenta a conflitualidade.

Vozes do PSD: – Muito bem!

O Orador: – Por nossa parte, sabemos onde estão os desvios do progresso, sabemos que é preciso dar sonho aos jovens e segurança aos menos jovens e sabemos que é preciso deixar respirar a classe média. Sabemos que urge dar sentido à vida das populações suburbanas, que procuram, hoje, mais conforto do que propriamente aumento de rendimentos materiais.

Humanizar as cidades, reanimar o mundo rural, continuar a garantir o poder de compra dos reformados, inserir os jovens no mercado de trabalho são tarefas que se oferecem como imperativo de consciência e que constituem a forma mais digna de celebrar Abril. É por isso que iremos lutar, baseados na nossa experiência e alicerçados no realismo que caracteriza a acção política do PSD. Não prometemos milagres, Srs. Deputados, mas garantimos acção, competência, dedicação e trabalho, assim como assumimos o compromisso de saber ouvir e dialogar antes de decidir, mas decidiremos, porque essa é a nossa tarefa.

Porque rejeitamos a demagogia, vemos no cidadão o parceiro, companheiro crítico de uma marcha de progresso penosa e dura mas que saberemos concluir com êxito. Diante de uma realidade exigente, não disfarçamos, fazendo o jogo da fantasia, não substituímos verdades cruéis por mentiras piedosas. À porta do futuro, afirmamos compromissos, mas recusamo-nos a vender ilusões!

Aplausos do PSD.

Apresentaremos, a seu tempo, as nossas propostas, com humildade e sem triunfalismos, com a serenidade de quem sabe que até hoje ninguém fez melhor do que nós e com a convicção de quem sente que, no futuro, ninguém fará mais e melhor do que nós.

Protestos do PS.

Quando os tempos não são fáceis – e os tempos, hoje, são, em toda a parte, bem difíceis –, surgem à tona, como por encanto, os traços mais impressionantes que marcam a nossa atitude perante o mundo e a vida.

Diante das dificuldades, alguns, sem pudor e sem limites, tudo prometem, embora saibam que pouco podem dar. Outros, usando as dificuldades alheias, tudo criticam, como se o absoluto fosse realizável no tempo de um discurso e com a facilidade de uma palavra. Quando as dificuldades debilitam o ânimo dos cidadãos e os tornam mais inseguros e vulneráveis, logo isso serve de estímulo a alguns políticos e de alimento às mais desenfreadas demagogias. E, quando assim é, Srs. Deputados, então, esta é uma forma de negar Abril.

Diante de nós, ergue-se hoje um mundo novo, complexo e, tantas vezes, contraditório. Ao lado dos fabulosos progressos humanos, sociais, científicos e tecnológicos, jorram chagas que nos interpelam sem remissão.

Num espaço cada vez mais global, também os problemas tendem a universalizar-se e falar hoje, no mundo inteiro, de fome, droga, exclusão, desemprego ou criminalidade exige de todos, mais do que a mera denúncia, um esforço autêntico na procura das soluções.

Também assim em Portugal, onde, todavia, a dimensão dos problemas próprios nos não retira a convicção do êxito da sua superação, não apenas por via da acção política de alguns de nós mas também, por maioria de razão, por força da inteligência, do trabalho e da resistência das portuguesas e dos portugueses, materializando no seu quotidiano o verdadeiro sentido da cidadania. Cidadania que Abril despertou mas que o progresso social e o desenvolvimento vieram materializar primeiro e consolidar depois.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Celebrar Abril é saber viver com ideais. E é por ideais que vale a pena lutar hoje, chamando os jovens ao seu papel de descoberta e ao seu desempenho na luta por novos valores, chamando-os à construção do futuro, à recriação dos sonhos e ao desafio formidável da sua realização.

Quanto caminho nós andámos?! Como são diferentes, hoje, as nossas expectativas?! E, todavia, quanto caminho temos ainda de percorrer, neste trajecto, em busca da nossa realização enquanto pessoas e enquanto povo. É por isso que o PSD celebra Abril com sentido de futuro. É por isso que o PSD diz: Abril, sim! Portugal, sempre!

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Barbosa de Melo:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores, Representante de Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca, Srs. Convidados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Em nome da Assembleia da República e em meu nome pessoal, cumpro-me agradecer, e faço-o com muito gosto, a presença nesta sessão solene de S. Exas. os titulares, representantes e membros dos órgãos de soberania, do corpo diplomático, das altas autoridades civis, militares e religiosas, dos representantes da Associação 25 de Abril e dos cidadãos anónimos que, usando do seu direito, tomaram lugar nas galerias.

Permita-me, Sr. Presidente da República, que hoje saúde, de modo especial, a vinda de V. Exa. ao Parlamento, não só pela honra que nos dá a participação institucional do Chefe de Estado neste acto mas também, e não menos, por termos connosco Mário Soares, o indómito combatente pela liberdade, pelos direitos do homem e pela democracia e um político que simboliza, de modo exemplar, a «longa marcha» na reconquista das liberdades que os portugueses festivamente celebram em 25 de Abril. Bem haja!

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Para a generalidade dos portugueses, 25 de Abril é, sem sombra de dúvida, um dia fasto na História de Portugal: nesse dia, em 1974, o Movimento das Forças Armadas pôs fim ao decrépito e opressivo regime político tecido por Salazar e dirigido, então, por Marcelo Caetano, criando os pressupostos para uma profunda e saudável transformação democrática; nesse dia, em 1975, pela primeira vez, ao fim de meio século de opressão política, os cidadãos portugueses, maiores de 18 anos, puderam eleger democraticamente os Deputados à Assembleia Constituinte, à qual caberia, segundo a promessa contida no Programa do Movimento das Forças Armadas, a elaboração de uma nova Constituição para Portugal; nesse dia, em 1976, pela primeira vez, depois da queda da I República, o povo escolheu, em eleições gerais e livres, os Deputados à sua assembleia parlamentar, agora denominada Assembleia da República. No corrente ano de 1995, quando se cumpre o 20.º aniversário da eleição da Assembleia Constituinte, é justo lembrar nesta sessão

solene, em especial, o dia 25 de Abril de 1975 e prestar homenagem aos Deputados que, apesar de dificuldades e turbulências, souberam cumprir o mandato que nesse dia receberam do povo português.

Aplausos do PSD, do PS, de alguns Deputados do PCP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

A verdade é que a Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976, garantiu, desde logo, as exigências democráticas mínimas e pôde ir evoluindo, depois, no sentido de se adaptar mais completamente à nossa maneira de ser e às nossas tradições de liberdade, sem sobressaltos e sempre de acordo com as regras por ela própria fixadas. Se a progressiva institucionalização da democracia foi pacífica e consensual, ao contrário do que é regra noutros países, isso deve-se também à Assembleia Constituinte e à qualidade cívica, cultural e técnica de que deram provas os seus Deputados. É bom recordar isto no Ano Internacional da Tolerância.

Honra, pois, aos constituintes eleitos há precisamente 20 anos e honra também aos eleitores que ousaram dizer, então, o que queriam e o que não queriam, sem se deixarem confundir e manietar pelos muitos enredos e boatos lançados pelos adversários das eleições na cena política portuguesa.

Qualquer observador imparcial tem de reconhecer a formidável energia histórica que o processo democrático, desencadeado a 25 de Abril de 1974, pôs em movimento e fez frutificar em Portugal.

O Estado da liberdade, onde as exigências, os desafios e os riscos se sucedem em cadeia infindável, está a revelar-se muito mais forte e realizador do que o Estado da opressão ou da ditadura.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Não só conquistámos a liberdade e a dignidade humana na esfera política como também conseguimos avanços importantíssimos na realização da justiça social, na formação e educação das camadas mais jovens, na saúde para todos e, em geral, no bem-estar social. A democracia política tem vindo, assim, a crescer, ao ritmo das possibilidades reais, a democracia social, cultural e económica, retomando, efectivamente, a pessoa humana, passo a passo, o seu lugar de fundamento, fim, limite e sujeito de «todas as instituições em que se expressa e realiza a vida social», para citar o Papa João XXIII.

Na concretização dessa obra de emancipação colectiva, seria incorrecto não salientar, por um lado, o papel do poder local e do poder regional, ambos reconhecidos e consagrados na Constituição de 1976, e, por outro, o contributo e apoio da Europa comunitária, à qual soubemos e pudemos aderir em 1985.

Aplausos do PS.

O Estado e a sua Administração já não foram, sintomaticamente, os únicos protagonistas na evolução cultural e económica que a comunidade nacional experimentou neste período.

Um dos grandes desafios com que, por todo o lado, se deparam os teóricos da ciência política e os políticos aflora justamente aí: qual o papel do Estado e das suas instituições – da «mão pública» – e o papel da sociedade civil e das suas instituições – a «mão privada» – no processo social?

O Estado, em geral, não poderá deixar de ser, decerto, o garante último da segurança, da ordem pública e da justiça social e de ser o animador e congregador, por excelência, das iniciativas privadas favoráveis ao bem comum. Mas como definir hoje o que é de natureza pública e o que é de natureza privada?

Uma coisa tenho como certa: o alheamento do Estado – a «desregulação», como é moda dizer-se – é inaceitável no que concerne aos problemas angustiantes do nosso tempo, tais como a protecção da intimidade e vida privada, a eliminação das situações de clandestinidade e a recuperação da exclusão social,...

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

... o combate à criminalidade organizada, a protecção do ambiente e a preservação do património cultural, o controlo e disciplina das intervenções humanas no domínio da genética, o combate ao desemprego ocasional e, sobretudo, ao desemprego estrutural, a garantia do pagamento de justo salário a quem trabalha, etc.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

O princípio da concorrência, necessário e legítimo em muitos domínios de actividade, não pode ser absolutizado no sistema social. De outro modo, os mais fracos, justos ou sensíveis, senão a própria humanidade, serão implacavelmente esmagados pela ambição de uns tantos poderosos, ousados ou sem escrúpulos...

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Mas estou optimista: a liberdade para todos e a racionalidade crítica, próprias do regime democrático, irão iluminando e orientando no bom sentido as nossas decisões colectivas. Pior, bem pior, seria se as tivéssemos de confiar ao monopólio do saber apreçoado pelos detentores do poder político e administrativo, como aconteceu durante cinco décadas e nos ia tolhendo de vez.

Vozes:– Muito bem!

O Orador: – Honra também, pois, a todos quantos, militares e civis, se empenharam, ao longo destas décadas, em restituir a liberdade e a democracia a Portugal.

O Diário da Assembleia Constituinte encontra-se, há muito, esgotado, nem sempre sendo fácil consultar os exemplares guardados nas bibliotecas. É importante tornar acessível às gerações actuais esse admirável registo da vida nacional no período de 2 de Junho de 1975 a 2 de Abril de 1976, onde se arquivam ideias e convicções, apresentadas sob o fogo imediato da crítica democrática, e também testemunhos historicamente notáveis dos representantes que o povo livremente escolheu para intérpretes do seu querer e saber nessas primeiras eleições livres.

Por isso, promovi a sua reimpressão integral, para, também desta maneira, honrar o 20.º Aniversário da Assembleia Constituinte e oferecer aos Srs. Deputados, e a outros interessados, a possibilidade de melhor conhecerem a gesta constituinte.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Sr. Presidente da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Portugueses: Saudemos o 25 de Abril, saudemos Portugal.

Aplausos gerais, de pé.



O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra, por direito próprio, o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República Mário Soares: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Deputados, Capitães de Abril, Sras. e Srs. Diplomatas, minhas Senhoras e meus Senhores: Passam hoje, como tem sido assinalado, 20 anos sobre o dia histórico em que, em Portugal, se realizaram as primeiras eleições livres do último meio século, nas quais foi eleita a Assembleia Constituinte, que haveria de elaborar a Lei Fundamental que institucionalizou o regime democrático da II República.

Nos complexos e contraditórios tempos pós-Revolução, esse acto de afirmação da vontade livre dos portugueses representou uma opção inequívoca em favor da liberdade, da democracia pluralista, da participação cívica e da justiça social. Foi ainda uma lição de fidelidade à Revolução de Abril de 1974 e à consagração popular que recebeu em 1 de Maio do mesmo ano, bem como um acto de responsabilidade política, de bom senso e de maturidade, como então foi reconhecido praticamente em todo o Mundo.

Ao evocarmos esse marco, que tantas consequências haveria de ter nos destinos de Portugal, fazêmo-lo para reafirmar, solenemente, o nosso total empenhamento na defesa da liberdade e no aperfeiçoamento da nossa democracia pluralista.

Desde esse dia já distante, mas que permanece na memória de todos os que o viveram, o mundo mudou radicalmente, assim como Portugal. A História acelerou-se, ruíram impérios, descobriram-se novas tecnologias, tornaram-se obsoletos velhos conceitos, modelos e dogmas, surgiram novos desafios e exaltantes perspectivas, mas velhos e novos perigos continuam a pesar sobre os nossos horizontes. Sabemos hoje que não há receitas milagrosas para os problemas humanos e que a complexidade, a mobilidade da vida e a imprevisibilidade da História se coadunam mal com categorias rígidas de pensamento ou com explicações demasiado deterministas. Os parâmetros essenciais que limitavam as nossas escolhas tornaram-se mais flexíveis e menos estritos. Por isso, temos de ser mais exigentes, inconformados e criativos, sem o que a democracia corre o risco do amorfismo ou da descaracterização.

Desde o começo dos anos 90, que sucederam ao período eufórico de revolução democrática, da viragem da década, o horizonte internacional tornou-se particularmente confuso, para não dizer

sombrio. Regressaram perigos que julgávamos, há muito, definitivamente erradicados: o racismo, o nacionalismo agressivo, os fundamentalismos religiosos, a criminalidade organizada a nível internacional, o economicismo egoísta, sem dimensão social e sem alma, a guerra, no interior mesmo das fronteiras geográficas da Europa.

Fenómenos repetidos de corrupção, uma certa promiscuidade entre o mundo dos negócios e da política e entre interesses públicos e privados, a falta de ética no exercício dos cargos públicos têm minado, em alguns países europeus, a confiança que deve existir entre os cidadãos, as instituições e os responsáveis que, legitimamente, os representam.

Temos, urgentemente, de regressar à honradez republicana e à disciplina das virtudes cívicas no cumprimento das funções políticas, que devem ser das mais nobres e dignificadas na vida colectiva.

Aplausos do PS e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Historicamente, não simpatizo nada com a figura do Catão, mas importa reconhecer que o regime democrático corre alguns perigos, nestes nossos tempos de democracia mediática. Temos de ser capazes de restituir ao exercício da actividade política a nobreza e dignidade que lhe são inerentes, quando posta ao serviço do bem comum, assente no desinteresse pessoal, na devoção cívica e isenta e num lúcido e amplo apelo patriótico.

Vinte anos após as primeiras eleições livres, vivemos um tempo histórico que não é nada fácil e, por isso, nos impõe, de novo, especiais responsabilidades. Os espectaculares avanços da ciência e das técnicas, as novas exigências e expectativas criadas são apenas sinais de uma mutação mais geral e mais profunda de índole cultural e mesmo civilizacional, que está a transformar radical e vertiginosamente a imagem que temos de nós próprios, da Europa e do mundo. Essas mutações, que, em tantos casos, melhoraram as condições concretas da vida ou as estão a transformar, não são, todavia, isentas de efeitos perversos, sobretudo se a perda de valores que nos são próprios nos impedir de ajuizar, com realismo, as suas consequências, nos insensibilizar para a situação social dos marginalizados do progresso e dos pobres ou nos reduzir o impulso de renovação e solidariedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos de saber construir um novo humanismo, alicerçado no respeito pela pessoa e pela liberdade, fiel à tolerância, à curiosidade pelo que é diferente e à abertura ao novo, que seja capaz, neste nosso tempo, tão complexo, de responder às interrogações, às angústias, aos problemas e às expectativas que enfrentamos.

Entre tantas questões, assumem especial acuidade as novas condições da vida democrática que estão a forjar-se sob os nossos olhos. É uma evidência que as sociedades democráticas modernas estão sujeitas a novos impactos, exigências, preocupações e dificuldades. A difusão instantânea da informação, a globalização dos problemas e a multiplicação das comunicações exigem novos métodos de análise e tratamento da realidade política. A democracia de opinião, a democracia electrónica e a democracia mediática, que são categorias diversas para designar a mesma complexa realidade, condicionam o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos e a relação entre eleitores e eleitos, numa palavra, a própria essência da democracia representativa, a que permanecemos fiéis.

Como se pode conciliar, nas nossas sociedades, a necessidade de transparência com o respeito pela privacidade? Como se pode evitar que o esclarecimento útil das condições de vida dos mais desfavorecidos ou doentes se transforme numa exploração ou exibição gratuita que não tenha em conta a dignidade dos seres humanos?

Vozes do PSD e do PS: – Muito bem!

O Orador: – Que fazer para que a manifestação de respeitáveis sentimentos humanos se não transforme num espectáculo abusivo, ferindo os direitos essenciais à intimidade e à reserva?

Vozes do PSD e do PS: – Muito bem!

O Orador: – Como fazer para que o direito de todos ao acesso dos bens materiais e culturais se não traduza numa degradante perda de qualidade e numa intolerável massificação, em que os melhores soçobram? Como harmonizar a liberdade imprescindível com a segurança, hoje tão necessária? Como impedir que o essencial apareça como equivalente ao acessório, numa espécie de sucessão desgastante de modas superficiais, de que nada fica? Como evitar que o dinheiro – e o sucesso fácil que o dinheiro tantas vezes proporciona – seja o único critério de escolha e de acção, criando um clima social intolerável de «salve-se quem puder!» e de pura «selva», em que só conta o poder do mais forte?

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

São algumas das questões que se situam no centro do debate que hoje começam a preocupar as democracias modernas, reflectindo um mal-estar e uma incomodidade que não devemos, por mais tempo, ignorar e que importa combater.

A democracia é o regime da participação consciente dos cidadãos, do exercício do espírito crítico e da autonomia do pensamento livre, da racionalidade plena, da abertura às razões dos que discordam, argumentando com fundamento, contra a manipulação dos sentimentos, a exploração dos baixos instintos e a demagogia das fáceis ilusões.

Inserido de pleno direito numa União Europeia que vive horas de alguma indefinição e ambiguidade e que carece, de toda a evidência, de uma maior afirmação, no plano mundial e europeu, Portugal deve dar o seu contributo original a este tipo de reflexão, que tem de se fazer e está em curso, saber o que quer e dizê-lo com firmeza, numa acção concertada com os outros países europeus, que urge concretizar.

A experiência tão rica que acumulámos, nos 21 anos que levamos de democracia, tem de ser repensada criticamente, valorizada aos olhos dos nossos parceiros europeus e aprofundada com maior espírito de cidadania, de participação e de respeito pelos outros, abrindo as nossas instituições à energia criadora dos mais jovens, que são também, necessária e felizmente, os mais idealistas, inconformados e inovadores. Não permitamos que os melhores, os mais dotados dos nossos jovens, se desgostem da política ou desesperem de aí poderem actuar com independência moral e patriotismo!

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Celebremos, pois, o 25 de Abril com a vontade política de passar o testemunho às gerações mais novas, abrindo-lhes as portas das nossas instituições e incentivando-as à acção de renovação da Pátria e da República.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados: Esta é a última vez que comemoro, como Presidente da República, o dia da liberdade. É com emoção que o faço nesta Casa, a Assembleia da República, a que me sinto tão ligado como constituinte e como parlamentar que tanto me orgulho de ter sido, e tendo em conta que se trata da sede legítima da representação nacional, na pluralidade das suas opções partidárias.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do Deputado independente Manuel Sérgio.

Sou, confessadamente, um homem do 25 de Abril. Pertença a uma geração de portugueses para quem esse dia singular foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma luta intransigente pela liberdade, que sempre mantiveram, década após década. Muitos ficaram pelo caminho. Neste

momento, penso neles, homens e mulheres, patriotas abnegados de todas as condições sociais. E agradeço aos militares de Abril, terem-nos libertado da ditadura.

Aplausos gerais.

Invocando o 25 de Abril, mas a pensar no futuro, dirijo-me a todos os portugueses – através de vós, Srs. Deputados, seus legí-

timos representantes –, incitando-os a que continuem e aprofundem o combate por um Portugal mais livre, mais solidário e mais justo. Não há nada mais nobre nem mais gratificante do que lutar por um ideal, desinteressadamente.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, está encerrada a sessão.



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1996

Oradores

Heloísa Apolónia
Partido Ecologista Os Verdes

Luísa Mesquita
Partido Comunista Português

Gonçalo Ribeiro da Costa
Centro Democrático Social – Partido Popular

Pacheco Pereira
Partido Social Democrata

Manuel Alegre
Partido Socialista

Almeida Santos
Presidente da Assembleia da República

Jorge Sampaio
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro aberta a sessão comemorativa do 22.º aniversário do 25 de Abril. A palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, à Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.



A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes):

– Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados, Srs. Capitães de Abril: Das armas de guerra os capitães de Abril fizeram símbolos de paz. Abril foi a alegria da madrugada de liberdade, o fim de 48 anos de ditadura que os portugueses viveram, mas que nunca legitimaram. Foi o riso aberto e sem preconceitos. Abril permitiu aos portugueses acreditar num Portugal onde os valores de liberdade, de democracia, de justiça social, de solidariedade seriam uma realidade. Comemorar Abril passa por não deixar apagar a memória de um passado que representou uma das páginas mais cinzentas da história de Portugal, de censura, de perseguição e repressão política, de tortura, da guerra colonial, dela é fundamental retirar ensinamentos para o presente e para o futuro. Comemorar Abril é transmitir aos jovens, que nasceram e cresceram em liberdade, o quotidiano de outros que com ela sonhavam, e que no dia 25 de Abril de 1974 a conquistaram. Comemorar Abril é um acto diário de consolidação, de aprofundamento dos valores de liberdade, de democracia, de igualdade e de desenvolvimento.

Abril não pode parar de se construir e de se recriar! E é a consciência e a convicção nestes valores que continua a agitar e a movimentar os portugueses, passados 22 anos. Por isso, não assistimos passivos e indignamo-nos, quando à voz da razão, na manifestação legítima dos nossos direitos e interesses, nos respondem com a violência e a força do bastão. Por isso não aceitamos sistemas de informação que atentam contra a privacidade dos cidadãos.

Negamos os actos que desvirtuam os ideais da liberdade. O espírito de Abril é de construção. É com este espírito que devemos continuar a intervir e a moldar a nossa sociedade: garantindo o direito à educação para todos nos seus diversos níveis, uma educação com qualidade, que contribua para a formação do cidadão criativo, crítico e participativo; garantindo um ambiente saudável, a uti-

lização racional dos recursos naturais, um desenvolvimento ecologicamente equilibrado; garantindo o direito ao trabalho e ao bem estar social, à segurança no presente e no futuro; garantindo que todas as crianças conheçam o tempo de ser criança; garantindo que os idosos que fizeram este país, usufruam de lazer e bem-estar; garantindo que homens e mulheres em igualdade sejam parte activa de uma sociedade pluralista e participada; garantindo a humanização do nosso quotidiano, o respeito pela diversidade, pela multiculturalidade.

O espírito de Abril foi também de emancipação, a emergência de uma nova consciência, potencializou a mudança de mentalidades, uma nova relação entre os Homens e do Homem com a Natureza. É neste sentido que nós, Verdes, que também somos frutos de Abril, nascemos da liberdade, é neste sentido que agimos e nos empenhamos, no contributo construtivo e inovador que pretendemos dar à sociedade portuguesa.

Só em liberdade é que se pode expandir esta consciência ecológica que se deve também a uma nova forma de estar na vida e é hoje uma das grandes riquezas da nossa sociedade e um contributo essencial para o desenvolvimento sustentável no nosso país.

O espírito de Abril foi naturalmente também de participação. De participação e de envolvimento das populações na construção de uma sociedade, que não se constrói à margem dos cidadãos, mas sempre com os cidadãos, com a sua capacidade de intervenção com a sua determinação de dizer basta, de exigir mudança. É preciso hoje, como ontem e amanhã, saber interpretar e corresponder ao desejo de mudança que a população reclama.

E não podíamos deixar passar este dia, sem trazer novamente a este Plenário, um 25 de Abril por haver. O drama de um povo que luta há anos pela sua autodeterminação, pela defesa dos direitos humanos, pela independência do seu país; que sofre a invasão de uma ditadura, que sofre a repressão política e humana. É preciso actuar firmemente por Timor-Leste livre e independente.

Também com Abril se criaram condições para uma nova relação de Portugal com os outros povos no mundo, em particular com os países de língua oficial portuguesa. É preciso intensificar relações de cooperação, na defesa de uma cultura que é rica nas suas diferenças e próxima na sua história.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados, Capitães de Abril: A normal evolução e dinâmica da sociedade justifica o aperfeiçoamento da Constituição da República Portuguesa, hoje na ordem do dia. Uma Constituição da República democrática que em 1976, deu corpo e sentido ao regime que Abril conquistou e onde, no interesse do país e dos portugueses, e de nada mais, importa reforçar os direitos dos cidadãos e consagrar novos direitos exigidos

pela dinâmica da sociedade — é no sentido da garantia de seus direitos que o Grupo Parlamentar de Os Verdes apresentou o seu projecto de revisão constitucional.

Uma Constituição democrática que importa fazer cumprir e dela fazer de facto lei fundamental, em todos os aspectos — da progressiva gratuitidade de todos os graus de ensino, do direito a um ambiente sadio, até à regionalização. Este é, no ponto de vista dos ecologistas e do Partido Ecologista Os Verdes, um aspecto de grande importância, e por isso também demos um contributo com a apresentação de um projecto de lei. Uma regionalização que se reclama há 20 anos, entendida como um processo de descentralização política e administrativa que ao aproximar os centros de decisão dos cidadãos, favorece o aprofundamento da vida democrática, potencia um melhor aproveitamento dos recursos endógenos e cria as condições para uma melhor repartição e distribuição do rendimento nacional. É preciso regionalizar. Não se

encontrem mais pretextos para não avançar com as regiões administrativas e consolide-se, na sua totalidade, o poder autárquico em Portugal, que ao nível dos municípios e freguesias foi consolidado com Abril.

Atravessamos, pois, uma oportunidade de dar um passo no aprofundamento da democracia portuguesa. Acreditamos nesse aprofundamento, nessa maturidade e, por isso, continuamos a sustentar a nossa convicção na vida quotidiana, interrogando-a, descobrindo-lhe novos valores. A nossa convicção é que este país tem de ser livre na sua totalidade, a cada passo, a cada dia, a convicção de tornar o 25 de Abril vivo e actuante, a convicção em acreditar e agir pela igualdade, pela fraternidade, pela solidariedade, pela justiça, pelo pluralismo, pela democracia.

Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — A palavra à Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.



A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados: «Era uma vez um país/ Onde entre o mar e a guerra/ Vivia o mais infeliz dos povos à beira-terra.» «Mas há sempre uma candeia/ Dentro da própria desgraça/ Há sempre alguém que semeia/ Canções ao vento que passa.»

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

Disseram-no poetas, disseram-no vozes anónimas, cantaram-no homens e mulheres, repetimo-lo hoje e aqui, 22 anos depois dos jovens Capitães de Abril, conscientes da natureza do regime que oprimia e reprimia os portugueses e que simultaneamente prolongava uma guerra injusta, inútil e sem sentido, terem decidido em 25 de Abril de 1974 abrir as portas da Liberdade e da Democracia. Voltava-se uma página escura e hedionda da história de todos nós. Uma página que não pode ser branqueada, não pode ser rasgada porque nela se inscreveu, não raras vezes com sangue, um regime ditatorial, fascista e colonialista. Uma página que é indispensável recordar para que o conhecimento de um passado de autoritarismo, de verdade única, de desrespeito pelo ser humano, de perseguições e prisões políticas, de ameaças permanentes, de repressão instituída, de aniquilamento da oposição, de censura, de medo, de obscurantismo e de isolamento internacional, constitua um acto de intervenção pedagógica permanente, capaz de afastar, do tempo e do espaço do nosso quotidiano presente e futuro, hipotéticas ou manifestas pulsões saudosistas.

E «as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as cerra».

No entanto, a liberdade pela qual tantos lutaram, sofreram e morreram não resolve, por si, todos os problemas sociais. Esse valor supremo que Abril trouxe das entranhas mais profundas do povo, fazendo-o irromper nas instituições, nas praças e nas ruas de um país, finalmente liberto das grillhetas, tem sido tão generoso que, em seu falso e abusivo nome, duros golpes têm sido desferidos sobre as conquistas de Abril, empobrecendo o património de transformações sociais que a revolução dos cravos consagrava.

A liberdade foi e é a proposta mais grandiosa que Abril depositou nas mãos dos homens e das mulheres do seu país. Por isso, intervir e lutar pela consolidação da jovem democracia e simultaneamente denunciar injustiças, desvios e abusos é um dever e um direito de quem permanece de corpo inteiro fiel a Abril. E é dessa intervenção e participação quotidianas, responsáveis e empenhadas de todos os seres livres que resulta o autêntico e verdadeiro regime democrático.

Isto significa também que a democracia não se esgota, nem se completa num tempo, mas se constrói na e pela pluralidade e diversidade de todos aqueles que, atentos, críticos e exigentes lhes acrescentam o tijolo ausente ou lhe retiram aquele outro, porque questionador do seu fortalecimento. E porque a democracia é um processo e não um produto, muito há ainda por fazer.

Comemoramos hoje a morte e a vida, o *terminus* e o princípio, mas somos ainda um País onde o mar acaba e a terra continua à espera. Os jovens que fomos na madrugada de Abril, somos os homens e as mulheres deste país que mutado, mantém ainda, adiadas, muitas injustiças, muitas desigualdades, muitas ausências de oportunidade, muitas exclusões, geradoras de conflitos e violências que se desarquivam da memória dos homens quando a sociedade os avilta.

Estes 22 anos são a página da História que nos compete escrever e que os nossos filhos não irão rasgar, nem branquear. Os jovens de hoje, crianças de Abril, vivem em liberdade e democracia, obviamente quadros de referência distanciados e diferentes daqueles outros que contextualizaram, durante quase 50 anos, o quotidiano dos portugueses. Para os jovens de 1996 os valores que explicam a génese de Abril de 1974 são dados adquiridos e a sua repetência simplista, quando não praticada nas instituições, quando não vivida no dia a dia, ecoa como redundância sem sentido, nem valor.

Para consolidar Abril é imprescindível dar dele testemunho, fundamentalmente a todos aqueles que do tempo passado e recente não podem ter memória própria. Para comemorar Abril é imprescindível cumpri-lo da forma implícita e explícita. Para continuar Abril é preciso defender os valores conquistados e inviabilizar cúmplices atitudes de liquidação. É preciso saber ouvir anseios que se contaminam, cada vez mais, de inseguranças e angústias, alimentadas pelo espectro do desemprego, pelo emprego precário, pela ausência do salário, pelo receio da velhice, pela frustração da juventude, pelo medo de viver.

Para estar com Abril é preciso e urgente não ameaçar o futuro. É preciso e urgente encontrar soluções que façam da educação não só uma efémera paixão mas, fundamentalmente, um espaço de prazer e descoberta e não de expectativas frustradas e de amanhã sem futuro; que garantam uma verdadeira saúde pública que não exclua precisamente aqueles que dela mais estão carenciados, que equacionem potencialidades, vontades, necessidades, recursos

naturais e humanos capazes de assegurar a mobilização social e política de todos os portugueses, neste limiar do século XXI, sem exclusões sumárias, porque é viável, possível e urgente uma sociedade mais justa e mais digna.

E da generosidade que Abril nos trouxe ao inconformismo que saudavelmente nos acompanha, saibamos recusar cristalizações para que os valores da liberdade e da democracia constituam referências dominantes na solução dos problemas concretos. E porque da *praxis* diária emerge, indiscutivelmente, o pulsar dialéctico do ser e do estar, nós comemoramos hoje o presente enquanto futuro do que importante aconteceu no passado histórico e recente de Abril de 1974.

É exactamente neste espaço da Assembleia da República, órgão legislador, fiscalizador e de debate político, algumas vezes hostilizado e desvalorizado nas suas formas de controlo democrático, que se colocam hoje importantes matérias de aprofundamento da democraticidade do sistema político. Também aqui é preciso continuar Abril, produzindo textos legislativos que garantam mais democracia e mais progresso, que visem sempre o aperfeiçoamento da Lei Fundamental do País, dos seus princípios basilares, dos seus valores intrínsecos e não a sua subversão. Também aqui é necessários defender quotidianamente os ideais democráticos da Revolução de Abril, enquadrando-os nos novos desafios que a viragem do século naturalmente sugere.

Aqui, cumprir Abril é defender a Constituição da República Portuguesa e todo o património de democracia política, social,

económica e cultural que ela consagra, garantindo princípios e valores tão importantes como a pluralidade e a representação proporcional que nenhum processo de revisão pode questionar. Aqui, cumprir Abril, tantas vezes protelado, tantas vezes para calendas enviado, é também defender a democracia participativa, potenciando o desenvolvimento das regiões apostando na capacidade de intervenção dos municípios e das populações na procura da construção de novas entidades, capazes de assumir atribuições e competências fundamentais para a modernização de um país que se deseja mais descentralizado e mais desburocratizado. Aqui continuar Abril é avançar decididamente para a criação das regiões consagradas no texto constitucional há mais de 20 anos reforçando a democracia, o desenvolvimento, a solidariedade e a coesão nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É indispensável comemorar Abril com transparência e coerência, nos caminhos do progresso e da justiça sociais, que permitam renovar a esperança de todos os portugueses e portuguesas, que acreditam na construção de um país mais justo e mais fraterno, onde o desenvolvimento individual se possa conciliar simultaneamente com elevados níveis de satisfação e solidariedade colectivas.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: – A palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa.



O Sr. Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP): – Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Judicial, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Comemoramos hoje e aqui, o dia em que meia dúzia de homens, arriscando muito, arriscando mesmo quase tudo, devolveram aos portugueses a vontade e a alegria de recomeçar a andar pelos seus pés e de decidir qual o caminho a seguir e isso por sua conta e risco. Liberdade de acertar e de errar mas, acima de tudo – e é esse tudo que importa – liberdade.

Como deveríamos ter comemorado, no dia 1 de Dezembro e aqui, a manhã em que outra meia dúzia de homens, arriscando também muito, arriscando também mesmo quase tudo, igualmente devolveram aos portugueses um país e uma bandeira, uma realidade e um sonho, uma pátria e um destino. Destino glorioso ou obscuro ninguém sabe, porque é sempre demasiado cedo para saber mas e acima de tudo – e é esse tudo que importa – um destino. Como deveríamos estar a comemorar, no dia 10 de Junho e aqui, a saga de um povo que partiu à aventura e que um pouco por todo o mundo construiu o seu lar e o seu túmulo, naquela inconsciente grandeza de quem em todo o lado está em sua casa. Sr. Presidente, das grandezas e também, das misérias do passado, recente ou longínquo, há que retirar as lições possíveis e avançar. E porque não chegámos, ainda, ao fim da história, temos muito caminho pela frente. E o caminho faz-se caminhando. Todos nós, os que aqui estamos, somos, ou teremos de ser, guardiões do passado, porque o passado é uma dimensão fundamental ao equilíbrio de uma Nação forte. Mas essencialmente somos, ou teremos de ser, construtores de futuro. Todos nós, os que aqui estamos e, pelo menos, enquanto aqui estivermos, compartilhamos a pesada responsabilidade de criar um presente, e de inventar um futuro para Portugal e para os portugueses. Todos nós, os que aqui estamos, temos toda uma juventude que espera de nós não as palavras que reconstroem um mundo que já foi, mas os gestos que criarão um mundo que há-de vir.

E é assim que todos nós, os que aqui estamos, seremos julgados. E seremos julgados não pela nossa memória, mas pela nossa imaginação; Não pelas nossas intenções mas pelas nossas acções; Não pela nossa indignação, mas pela nossa fé; Não nos pedem lembranças; pedem-nos obras. Não nos pedem lamúrias, exigem-nos garra. Não nos pedem exorcismos, exigem-nos pão.

Não voltarei, por isso, a falar do passado. É, isso sim, do futuro que vos quero falar.

Sr. Presidente, não basta implantar um regime sobre os escombros de um regime apodrecido. Há, também, que zelar por esse regime e velar para que ele se possa manter vivo, salvaguardando as condições necessárias a uma verdadeira solidez. Caso contrário e isso mais cedo do que se possa pensar, é sobre os seus escombros – também apodrecidos – que um outro regime se virá a erguer.

Uma democracia que adormece, acorda ditadura. Uma democracia onde o poder começa a correr em circuito fechado está prestes a ser atacada pela gangrena. Uma democracia, onde se consolidam privilégios e ritos próprios a uma casta dominante, assume já os contornos de uma oligarquia. E arrasta, consigo, primeiro o alheamento, logo o desprezo e em breve a oposição activa de quase todos. Uma democracia que degenerou em oligarquia é um descampado de onde o povo há muito desertou, terra-de-ninguém aberta a todas as ambições, a todos os cálculos, a todas as aventuras. Sr. Presidente, um sistema político é o aparelho circulatório de qualquer regime político. Há que manter permanente atenção aos seus pontos de bloqueio. E, quando se mostre necessário, é imperioso agir a tempo. O nosso sistema político está em crise. Uma dupla crise que se manifesta em numerosos pontos de bloqueio. Desde logo, a crise da representatividade organiza-se em torno de três bloqueios de base.

Em primeiro lugar, o bloqueio constitucional: a Constituição, demasiado datada, permite a uma minoria – apenas um terço dos deputados eleitos – impedir que a evolução da realidade política acompanhe as mutações sociológicas dos últimos anos.

Em segundo lugar, o bloqueio da representatividade, impedindo cidadãos independentes de concorrer a todas as eleições, com exclusão das presidenciais, o sistema eleitoral transfere demasiado poder das mãos dos cidadãos eleitores para as mãos dos directórios partidários. É a classe política, a última e verdadeira detentora do poder político, cada vez mais em regime de delegação permanente. Ganhe quem ganhar, ganham sempre todos: é a versão política do famoso cambão dos concursos de construção civil e obras públicas. Só que, aqui, o defraudado não é o dono da obra, mas o povo eleitor. Em terceiro lugar, o bloqueio da soberania essencial. O código comercial obriga a que decisões cruciais para a vida das sociedades que por ele se regem, não possam ser tomadas pelo conselho de administração, mas obriguem a reunir a assembleia geral de accionistas. Como admitir que em matéria bem mais

grave, em que se encontra em causa a vida já não de uma simples sociedade comercial, mas a de uma nação, a Constituição não exija que a decisão ultrapasse o conselho de administração – neste caso o Governo, – e tenha de ser tomada em assembleia geral extraordinária dos accionistas – neste caso o referendo pelo colégio de eleitores, esse, sim, detentor do poder essencial?

Em quarto lugar, o bloqueio institucional. Em vez de se erguer como uma árvore, o Estado espalha-se como erva daninha. Em vez de se erguer estruturado sobre as suas poucas mas essenciais funções, espalhou-se por tudo quanto são funções que de direito próprio e pelo mais elementar bom-senso, deveriam pertencer à sociedade civil. O Estado lembra hoje, mas pelas más razões, uma ilustração das mil e uma noites: um eunuco pesado, impotente e bronco. De útil a inútil, de inútil a prejudicial, eis um bom epitáfio para o Estado tal qual hoje o conhecemos.

A crise de confiança, essa, organiza-se em torno de uma infinidade de micro-bloqueios mas comungando todos de uma matriz comum: serviços péssimos que custam uma fortuna; um sistema de segurança pública que parece ter sido gizado, implementado e gerido por uma comissão de anarquistas fundamentalistas; um sistema judicial que teria derrotado a imaginação e o pessimismo de Kafka; um sistema penal que se diria nascido de um programa de ocupação de tempos livres na penitenciária de Coimbra; um sistema público de ensino em geometria variável concebido para a obtenção de um resultado invariável: ter como *input* uma criança adaptada de seis anos e, como *output*, um adulto inadaptado de 23 anos; um sistema público de saúde onde a única realidade garantida é a confusão geral: urgências que são permanências,

calotes às farmácias, subutilização ou sobreutilização de equipamentos, hospitais velhos que não fecham, hospitais novos que não abrem; um sistema público de segurança social que reúne consenso num único ponto, em relação aos utentes, o da sua estrutural insegurança.

É aliás, um sistema que cada vez mais parece ter um único objectivo: o da segurança – mas do emprego – de dezenas de milhar de funcionários.

E ainda uma administração pública que se entretém a organizar provas de *rallye-paper* para cidadãos indefesos; umas forças armadas sobredimensionadas em recursos humanos, subdimensionadas em recursos logísticos e globalmente desadaptadas às novas realidades geoestratégicas; um sistema fiscal desequilibrado na sua estrutura, espoliador nos seus objectivos e parcial na selecção desses objectivos. E tantas e tantas ineficiências e insuficiências pelas quais ninguém se responsabiliza ou, sequer, pensa seriamente em corrigir, vão destruindo, de forma lenta, surda, mas implacável e segura, a confiança do povo num regime que prometeu bem mais do que devia e cumpriu muito menos do que aquilo que podia.

É desse fosso que separa o País prometido do país cumprido que poderão nascer todos os perigos. A todos nós, os que aqui estamos, cabe a responsabilidade de o fechar. De pouco vale comemorar a data do nascimento de um regime se, no dia a dia, o deixamos indefeso e entregue a si próprio.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — A palavra, para uma intervenção em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado Pacheco Pereira.



O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: A comemoração do 25 de Abril é hoje um acto inscrito nos deveres cívicos da nossa sociedade e das suas instituições. Para muitos portugueses, — entre os quais me encontro —, foi o dia que mais mudou as suas vidas, e essa lembrança marcará as gerações que lhe foram coevas.

Para todos os Portugueses, foi um dia que alterou o sentido da sua história, permitiu-lhes serem senhores de si próprios, do seu destino, do que querem e do que não querem. Devolveu a liberdade e com ela a responsabilidade e a autoridade, de sermos nós mesmos. Se há na história portuguesa revolução, o 25 de Abril foi uma verdadeira revolução. Exactamente por ter sido uma revolução que permitiu a democracia política em Portugal, é que o 25 de Abril não tem dono, ou se o tem, é Portugal e os Portugueses.

Aplausos do PSD e do PS.

Todos aqueles que o quiseram com dono, ou que se comportem como se fossem seus donos, seus herdeiros, ou seus legítimos intérpretes, referem-se a um outro «25 de Abril», a um «25 de Abril» que dividiu os Portugueses no passado e os dividiria no presente. Foi exactamente porque não quisemos tornar programática a nossa democracia ou adjectivável o nosso regime, que os acontecimentos do pós-25 de Abril foram no sentido da democracia política, ou dito de outro modo, da vontade soberana dos portugueses. A democracia é um regime político que não contém em si mesmo um projecto, um sentido, uma direcção pré-definida, um programa. Não é conservadora nem revolucionária, nem popular, nem elitista, nem social, nem liberal, nem socialista, nem «avançada». É democracia ou não é. O que é essencial na democracia são os procedimentos, logo as regras do exercício da soberania popular e do direito, e, se se quiser, a sua vivência. É um regime político que ou é de todos os dias, exercido na prática dos cidadãos, de governantes e governados, ou perde sentido e estiola.

Na democracia portuguesa, a alternância verificou-se, não como regra abstracta de obrigação, mas pela vontade popular, mostrando a plenitude e maturidade da nossa democracia. Maturidade que sempre afirmamos, mesmo quando outros tratavam a nossa democracia como menor ou diminuída pela circunstância de haver uma maioria de governo. É exactamente porque, mesmo tendo sido em desfavor do nosso partido, nos congratulamos com o funcionamento normal do regime democrático na sua regra da alternância, que nos preocupamos agora com os crescentes sinais de risco para a saúde da nossa democracia, daquilo que são sucessivos actos de uma governação sem norte, já demasiado cansada apesar de ser recente.

Numa antiga e conhecida pintura existente no Palácio Público em Siena, está representado, numa sala de reuniões para que os governantes da cidade a vissem todos os dias, um tema dominante na civilização ocidental a que pertencemos: o enorme fresco representa de um lado o «bom governo», do outro, o «mau governo». De um lado a vida pacífica e estável de um mundo onde se constrói e onde se colhe, onde há justiça e tolerância; do outro, sob a égide do Demónio, os campos estão abandonados, as casas em ruínas, e a turbulência reina na agitação das ruas e dos corpos (o Demónio explica-se porque estamos no século XIV).

Risos do PSD.

Temos pois que trazer de novo aqui a mesma pintura, talvez pintá-la aqui ao lado nalguma parede que esteja livre porque o «mau governo», se não nega a democracia, corrompe-lhe a base de sustentação popular, agrava a distância entre governantes e governados e, se se quiser, para fazer jus ao dia e à sua comemoração, um «mau governo» é contra o 25 de Abril.

Mas, se somos críticos da governação corrente, sómo-lo ainda mais no terreno que devia ser intocado das questões institucionais e de regime e em particular na relação entre questões de fundo do nosso regime democrático, como seja a revisão constitucional e o processo de regionalização.

E aqui o caminho que se está a seguir é muito perigoso.

Na verdade, se há matéria na vida política portuguesa que mais justifique a consulta popular é a regionalização.

Aplausos do PSD.

Pode-se sobre outras questões discutir da oportunidade ou legitimidade de usar o referendo. Mas para a regionalização não só não há nenhuma razão para que não seja referendada, como há uma clara adequação entre a decisão política a tomar e a consulta popular. Ora, o referendo exige previamente a revisão constitucional, e a revisão exige um entendimento institucional entre partidos. Não

temos nenhum problema em colaborar com outro ou com outros partidos numa revisão constitucional que abra com celeridade o caminho ao referendo nacional sobre a regionalização e permita, se essa for a vontade dos portugueses, regionalizar. Mas não podemos aceitar em circunstância alguma que no início de um processo de revisão constitucional se lhe retire todo o seu sentido útil.

Ao proceder-se assim, aliás à revelia das contínuas proclamações de «diálogo», deixa-se em aberto a suspeita de que se tem pequena confiança na popularidade das suas soluções ou então de que se pretende ter as mãos livres para escolher um modelo de regionalização que melhor convém a um partido político, aos seus equilíbrios internos, aos lugares que se pretendem distribuir e aos candidatos putativos à presidência das regiões.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril não é para nós a ocasião de proclamações retóricas – e por isso mesmo distantes e distanciadas – sobre a liberdade e a democracia. Nem é uma espécie de cerimónia religiosa feita por civis cheia de «pompas solenes». É o exercício pela própria vivência democrática, na verificação pela controvérsia das posições das nossas preocupações correntes. E por isso não podemos deixar de aqui manifestar a nossa preocupação pelos caminhos do presente e do futuro.

E se houver insistência nesta corrida cega para o abismo, haverá quem seja responsável pelo surto de conflitos que inevitavelmente surgirá na sociedade portuguesa. É que estes conflitos só podem ser evitados ou minimizados se ao processo de regionalização for

reconhecida uma legitimidade reforçada que virá da consulta popular em todas as fases.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente da República, em nome da função suprapartidária que exerce e da obrigação de, sendo primeiro entre os pares, cuidar da paz e da estabilidade entre os portugueses, não deixe de dar sobre esta matéria uma palavra de moderação sobre as consequências previsíveis da intransigência na questão da regionalização.

Aplausos do PSD.

E, se tal for necessário, não deixe de fazer um aviso público aos Portugueses, claro e inequívoco, dos riscos de um exercício solitário, teimoso e, no fundo, obscuro nos métodos e nas intenções, de quem quer caminhar por um caminho que não conhece, a toda a velocidade, sem consultar os Portugueses. Recorde-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que fizemos idêntico alerta sobre as consequências instabilizadoras da amnistia aos crimes de terrorismo. Não nos quiseram ouvir e aconteceu o que se sabe. Nenhum problema foi resolvido e regressou o clima de ameaças e intimidações.

Não gostaríamos de também aqui ter razão.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS, batendo com as mãos nas bancadas.

O Sr. Presidente: — Segue-se no uso da palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Manuel Alegre.



O Sr. Manuel Alegre (PS):— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Sendo esta a primeira sessão comemorativa do 25 de Abril, em que, na qualidade de Chefe de Estado, participa o Presidente Jorge Sampaio, quero começar por saudá-lo, como companheiro de geração e democrata de sempre, que «já era de Abril antes de Abril o ser» e que, tal como Mário Soares, e ao contrário dos vaticínios negros que aqui foram feitos, será garantia de que esta democracia nem apodrecerá nem dará lugar a uma nova ditadura.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

«Liberdade feita dia» — assim chamou Eduardo Lourenço ao dia da liberdade. Vinte e dois anos depois, o 25 de Abril tornou-se, por assim dizer, o dia a dia. É a liberdade de cada dia. Mesmo para aqueles que não sabem o que foi o 25 de Abril. Ou para aqueles que não gostam dele e o caluniam. Ou para os que, sem o pôr frontalmente em causa, tudo fazem para que pouco a pouco seja esquecido, minimizado ou deturpado.

Por isso, todos aqueles que fazem de conta que hoje é um dia como os outros estão, sem o saber, a comemorar o 25 de Abril. Todos aqueles que hoje disserem mal da revolução dos cravos estão, sem querer, a prestar uma homenagem ao 25 de Abril. Porque foi o 25 de Abril que restituiu a todos os portugueses, mesmo àqueles que são contra ele, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e, sobretudo, a liberdade de discordar sem medo.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Isso, goste-se ou não, deve-se aos capitães de Abril, a quem quero agradecer e saudar fraternalmente.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes e do Deputado do PSD Mota Amaral, de pé.

E mesmo que o imaginário abrilista não esteja na moda, mesmo que os valores dominantes não sejam propriamente os da revolução de Abril, mesmo aí se manifesta a sua superioridade. Porque sendo uma revolução vencedora, não substituiu uma propaganda por outra propaganda, nem uma cultura oficial por outra cultura oficial, nem uma mitologia por outra mitologia.

Outros regimes criaram os seus monumentos, os seus mitos, os seus símbolos. A revolução liberal, a revolução republicana, o Estado Novo, a quem ninguém me ouvirá chamar regime anterior, porque foi, como se sabe, uma ditadura de tipo fascista,...

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

... copiada do modelo mussoliniano, simpatizante do regime nazi, com muitas taras e tiques próprios desses regimes totalitários, desde a polícia política e do campo de concentração do Tarrafal à própria saudação fascista, que, quando entrei na escola, era obrigatória.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O 25 de Abril, apesar de ser a matriz fundadora do regime democrático, não só não construiu a sua própria mitologia, como ao sol da sua liberdade tem sido possível falsear a História, branquear o passado e promover, contra a cultura da memória, a cultura do esquecimento.

Mas mesmo aí, até mesmo quando parece que está a perder, é o 25 de Abril que está a tornar-se vencedor.

Porque havia em Portugal um pensamento único — e hoje não. Havia o dogma — e hoje não. Havia um sistema construído para impor uma visão única, uma verdade única ou, se preferirem, uma mentira institucionalizada — e hoje não. Hoje não é possível. Por isso, mesmo que por vezes pareça que os velhos fantasmas estão a renascer, mesmo que por vezes se consiga falsificar a História, mesmo que por vezes se tenha chegado ao ponto de ofender um herói do 25 de Abril, é sempre possível repor a verdade e é sempre possível reparar a injustiça, como fez o Governo ao conceder à viúva de Salgueiro Maia a pensão vitalícia, que lhe tinha sido recusada e atribuída a dois agentes da PIDE.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Antes do 25 de Abril não se podia discutir. Agora pode. Antes do 25 de Abril não se podia responder à mentira. Agora pode. Essa é a força do 25 de Abril. Essa é a diferença do 25 de Abril. Essa é a superioridade moral do 25 de Abril. E por isso essa é a vitória do 25 de Abril, mesmo quando momentaneamente parece que está a ser derrotado. Não está. Porque o 25 de Abril é liberdade.

Liberdade de dele próprio discordar. Mas também liberdade de o celebrar e afirmar sem inibições nem complexos. E também sem sectarismos nem apropriações abusivas.

Porque se o 25 de Abril é incompatível com um pensamento único, também o é com qualquer tentativa de privatização ou apropriação exclusivista. É inútil reescrever a História ao sabor das conveniências tácticas do momento ou de meras jogadas politiquês. O PS não entra nesse jogo. Por uma questão de princípio. Porque não precisa. E porque nas horas decisivas, com Mário Soares à frente, esteve sempre onde era preciso estar.

Aplausos do PS.

Por isso, mais do que com as nossas cores partidárias, celebramos este dia com cravos vermelhos e com as cores de Portugal, que também gostaríamos de ver juntas aqui nesta tribuna.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Não se pode exigir que as novas gerações vivam o 25 de Abril como aqueles que sofreram a ditadura e a ela se opuseram. Para os que nasceram depois, o 25 de Abril já faz, de certo modo, parte deles, é quase como ar que respiram. Talvez não sintam a necessidade de o comemorar como as mulheres e os homens da minha geração, para quem o 25 de Abril continua a ser e será sempre o dia mais belo das nossas vidas.

Aplausos do PS.

Mas passados 22 anos, é tempo de o 25 de Abril deixar de ser uma revolução envergonhada da sua própria vitória. É tempo de os abrilistas responderem sem complexos aos revisionistas da História e aos detractores de Abril.

É sobretudo necessário tirar o 25 de Abril de uma espécie de clandestinidade a que durante um certo tempo foi constrangido. É também por aí que passa a reabilitação da política e a reconstrução da esperança.

Claro que os tempos são outros e outros os valores. Caiu o muro, ruíram os modelos, anunciou-se o fim da História, substituiu-se a teologia da revolução pela teologia do mercado. A poesia já não está nas ruas, como nesse tempo, em que, como costuma também dizer Sophia de Mello Breyner, *as pessoas não se empurravam umas às outras*.

Este é um tempo de empurrão. No sentido literal e em sentido metafórico. O dom de si, que alguns, como Che Guevara, levaram ao extremo, deu lugar à competição feroz. Fala-se muito de solidariedade. Mas nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, na política, no jornalismo, na vida, anda quase toda a gente a empurrar toda a gente.

Essa é que é talvez a maior derrota do 25 de Abril, que não foi só uma festa de liberdade, foi também uma promessa de fraternidade. Por isso, não numa perspectiva passadista, mas com os olhos postos no futuro, seria importante recuperar e reinventar um pouco do espírito dessa revolução precursora e pioneira.

Revolução precursora, porque como gostava de dizer Francisco Salgado Zenha, «foi o primeiro de um conjunto de factos políticos que anunciaram uma nova era».

Revolução pioneira, porque apesar de todos os desvios e tentações, mostrou ao mundo que era possível passar de uma ditadura para a democracia sem cair numa nova ditadura. Foi essa experiência triunfante que abriu caminho às transições democráticas na Espanha e na Grécia, no Brasil e em outros países da América Latina. E mais tarde serviu ainda de exemplo e inspiração a países africanos e do leste europeu.

O 25 de Abril tornou Portugal muito maior do que o seu pequeno espaço físico. Libertou o povo português, permitiu o nascimento de novas pátrias de língua oficial portuguesa, tornou-se centro de atenção, de estudo e reflexão sobre o processo de transição para a democracia. Ao contrário do que afirmam os seus adversários, o 25 de Abril não diminuiu Portugal; acrescentou Portugal. Acrescentou Portugal da sua liberdade e da sua dignidade. Acrescentou Portugal da emergência de novas nações com as quais se estabeleceram novos laços de cooperação e fraternidade. Essa dimensão universalista não pode ser esquecida. E por isso não podemos aceitar que Portugal volte a ser aquele «país quietinho», de que falava Teixeira de Pascoaes. E por isso é preciso recuperar um certo espírito do 25 de Abril, que não foi só precursor e pioneiro do que aconteceu mas do que ainda não aconteceu. Não no sentido de voltar às utopias irrealizáveis, embora eu pense, como um grande revolucionário que conheci, que, às vezes, «devemos ser realistas, isto é, exigir o impossível». Mas o que ainda não aconteceu foi ousar o possível. E ousar o possível é não aceitar, sob o pretexto da chamada mundialização, uma ordem económica única, um pensamento único, um sentido único.

Porque isso é também uma forma de colonialismo e totalitarismo. O colonialismo imposto pela lógica do mais forte. Segundo Edward Goldsmith, fundador da revista *The Ecologist*, «este novo colonialismo das empresas multinacionais corre o risco de tornar-se o mais impudico e brutal que jamais se viu».

Mas há também o risco de que a divinização do mercado se substitua à absolutização e totalitarismo da burocracia do Estado. Há hoje «zonas gigantes à escala do planeta de planificação privada, centralizada e burocrática no seio de uma economia dita de mercado». O sistema soviético criou o Goulag político, o ultra-liberalismo está a criar um Goulag económico. São várias as vias para o Big Brother.

Aplausos do PS.

A crise actual, resultado da falência de um sistema e da crise estrutural de outro, exige uma nova lógica na economia, outra dimensão na política, outra perspectiva global que tenha o homem como razão de ser.

Ousar o possível é ousar esse novo humanismo.

Ousar o possível é fazer ouvir a nossa voz, como ultimamente, por intermédio do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, tem acontecido, para que a uma visão monetarista se contraponha a perspectiva de uma Europa mais social, mais democrática e mais participada. Como disseram cidadãos franceses nas ruas de Paris, «o que está em causa é um modelo de civilização». É saber se caminhamos para uma Europa humanista ou para uma Europa ultra-financeira, por cima dos direitos sociais que são conquistas da civilização.

Ousar o possível é não esquecer o outro lado de nós mesmos: o Brasil, a África, Timor, a parte do mundo que fala português e as comunidades espalhadas pelo globo. Por isso me congratulo com as novas iniciativas e uma nova atitude relativamente a Timor e felicito o Primeiro-Ministro pela viragem que significa o sucesso da sua viagem ao Brasil. É uma forma concreta de retomar o espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PS.

Outros são os tempos. Nestes últimos anos a revolução tecnológica abriu novos horizontes. E o sistema económico dominante modificou a tradicional unidade entre o trabalhador e o local de trabalho, a relação do homem com a cidade, as próprias relações de família e das pessoas entre si. Culturas, costumes, tradições, laços foram destruídos. Outros o serão, se entretanto a lógica dominante não for invertida. Ora isso é o que ainda não aconteceu. E é o que inevitavelmente terá de acontecer, sob pena de o desemprego estrutural, a exclusão e a acumulação das tensões poder conduzir a situações explosivas, de saída imprevisível.

A renovação e o aperfeiçoamento do regime democrático exigem reformas. Nessa perspectiva, o PS está aberto a um diálogo sério com todas as forças políticas. Sem chantagens, nem ultimatoss, nem a desvalorização da democracia representativa que sempre defendemos. As eleições legislativas não são eleições de segunda.

Aplausos do PS.

Mas a crise da chamada «melancolia democrática», traduzida pela indiferença e a descrença perante a política, não se resolverá apenas com reformas institucionais e eleitorais, por muito necessárias que sejam. Só se resolverá voltando a dar à política uma dimensão humanista e uma perspectiva de transformação do mundo e da sociedade em que vivemos.

Era esse o projecto do 25 de Abril. E por isso digo que ele foi precursor não só do que aconteceu mas do que ainda não aconteceu. Por isso, aqui e na Europa, os socialistas têm a pesada responsabilidade de dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto da colonização da Europa pelo ultraliberalismo. Aqui e na Europa é pela esquerda que tem de se dar corpo à esperança e de voltar a fazer da política, não apenas a gestão do que está, mas um instrumento de mudança e transformação da sociedade e da vida.

Por muito difícil que seja. Por muito estreita que seja a margem de decisão. Por muito pequeno que seja o nosso país em relação aos grandes do mundo.

O que o 25 de Abril nos ensinou é que há uma outra dimensão das coisas. E que a alma de um país pode ser maior que o seu tamanho. Eu sei que António Guterres sabe isso. E sei que lutará para que assim seja.

Porque é esse o tamanho que precisamos de voltar a ter: o tamanho, como dizia Natália Correia, da nossa «alma transportuguesa».

Que é, ao fim e ao cabo, o tamanho e o espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Almeida Santos:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Representantes Diplomáticos, Excelências, Sr. Representante de Sua Eminência o Cardeal Patriarca, Exmas. Autoridades Cívicas e Militares, Sras. e Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Quero, antes de mais, agradecer a vossa presença e o significado dela nesta cerimónia comemorativa do 25 de Abril de 1974.

Um agradecimento especial é devido aos «capitães de Abril», aqui presentes e representados, que, por amor à liberdade, aceitaram o risco da própria vida para libertarem Portugal.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Particularmente significativa é a presença neste acto do Presidente da República. Não só porque, no simbolismo que nisso há, é a República toda ela que se junta à miniatura da Nação que nesta Casa somos, no momento de concelebrar uma das datas mais marcantes da nossa história colectiva.

Mas também porque Vossa Excelência foi um «cidadão de Abril», antes e depois de Abril. Esteve entre os protagonistas da flagelação cívica continuada que foi empurrando o anterior regime, naturalmente fascista, do meu caro Manuel Alegre, para o declínio final. E também entre os que, após Abril, por entre esperanças e decepções, ajudaram a estruturar o Regime Democrático e o Estado de Direito de que hoje, justificadamente, nos orgulhamos. Vejo daqui, muitos outros, a todos quero referir e simbolizar num agradecimento, que é devido, ao grande campeão da democracia, Mário Soares.

Aplausos do PS.

Se com toda a justificação incluímos nos dias fastos da nossa memória aquele em que Portugal se autonomizou como Estado-Nação, ou aquele em que de novo se libertou da dominação de um outro Estado, a igual título devemos celebrar o dia em que os portugueses se emanciparam de uma ditadura odiosa e opressiva. Porque não existe memória do sofrimento alheio, e não podemos pressupô-la nos que nasceram ou atingiram a plena cidadania num Portugal já livre, é profiláctico lembrar «o que foi esse holocausto

civil de todo um Povo abafado na sua espontaneidade, embrutecido no seu pensamento, amolecido na sua vontade, silenciado na sua voz, acovardado na sua coragem pela mais longa ditadura da Europa dos Direitos do Homem.

Os poderes do Estado concentrados num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa comédia; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num *diktat*; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano.

É profiláctico lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé de cabra em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um *cassetête* em cada grito; um mandato de captura em cada capricho; uma ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência».

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Acabo de ler passos da caracterização do anterior regime — naturalmente fascista, Manuel Alegre —, que aqui fiz na cerimónia comemorativa do sexto aniversário do 25 de Abril. Nada tenho a corrigir nesta comemoração do vigésimo segundo. O tempo só apaga a memória do que se não sofreu.

Mas assinalo uma diferença: se nesse então a indignação era mais próxima, a compensação da liberdade reconquistada era seguramente mais débil. Viriam a fortalecer a revisões da Constituição de Abril que estruturaram a Democracia Aberta e Plural e o Estado de Direito que agora somos. Viria a subordinação do poder militar ao poder civil. Viria a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e a comunhão com outros no projecto de criação de um Mercado Único Europeu, logo complementado pelo projecto, agora *in itinere*, de uma União Europeia.

Éramos um percurso, somos um ponto de chegada. Éramos um país recém amputado da sua extensão ultramarina e ainda não compensado pela sua integração europeia.

Somos, então, enquanto País, uma reestruturação perfeita, e enquanto regime, uma revolução acabada?

A resposta é não!

A insatisfação é própria dos homens, logo dos povos. Para além disso, ocorre que o projecto europeu é um desafio indefinidamente renovado, e que a revolução de Abril, enquanto ideia, isto é, enquanto projecto e regime, está em grande medida por fazer.

Esgotámos um desígnio, temos agora outro: o de, integrados na Europa dos cidadãos europeus, iniciarmos uma nova etapa civilizacional, escalão porventura intermédio entre um universo de Nações organizadas em Estados, e outro tendencialmente unificado, com cada vez mais numerosos centros de poder de jurisdição universal.

Na sequência de inovações tecnológicas que mudaram o mundo, envelheceu a convicção de que já tinham sido inventadas todas as ideias capazes de promover a felicidade dos homens.

Sabemos hoje que temos de reinventá-las. De repente, tudo está de novo em causa: os equilíbrios demográficos e ecológicos, o Estado, a representação política, a cidadania, os sistemas jurídicos, os modelos de desenvolvimento e de segurança social, os valores, entre eles a própria liberdade.

Daí que não existam mais as revoluções já feitas. Do futuro hão-de ser as revoluções que se vão fazendo. Já por diversas vezes tive a oportunidade de chamar a atenção para sintomas de rebelião social que estão aí, entre nós como nas demais democracias, a exigir formas crescentes de participação cívica, política e de correcção da democracia representativa através de experiências de democracia directa, e a exigí-las de forma cada vez mais impositiva, desrespeitosa e até brigona.

Estamos lembrados da luxúria libertária com que vivemos a embriaguez de sermos livres após meio século de mal disfarçado cativo. Corrigidos os naturais excessos, nem por isso ficámos imunes à tentação das recaídas.

É bom que aproveitemos a memória das coisas e a comemoração do que de bom houve nelas para colocarmos a nós mesmos a questão de saber se temos conseguido difundir e defender as liberdades conquistadas, inclusive salvaguardando-as dos riscos inerentes ao seu próprio exercício.

As respostas que encontro não me satisfazem. Se, por um lado, temos consentido numa talvez perigosa exautoração do Estado, concretizada na emergência de poderes difusos de difícil enquadramento democrático, e de incontrolados poderes de facto, por outro, continuamos a tolerar, aparentemente resignados, manchas de discriminação, de ignorância e de pobreza impeditivas do normal acesso às liberdades mais irrecusáveis.

Está, de facto, por fazer o 25 de Abril dos marginalizados, dos excluídos e dos injustiçados. Teremos direito ao conforto de considerar livre — como cidadão ou como ser humano — o que desconhece o sentido dos direitos que formalmente tem, ou o que, em estado de necessidade, alimentar ou qualquer outra, não pode resistir à tentação de aceder ao que lhe falta, deixando manipular a sua vontade?

Estamos assim a celebrar uma obra inacabada. E eu não sei o que mais mal pode fazer às instituições democráticas: se uma liberdade que coabite com formas de injustiça social que impeçam o acesso a ela, a gerar rebelião cívica; se uma liberdade tão da fronteira da anarquia que corra o risco de concitar de novo os demónios do autoritarismo.

É um dado histórico que os cidadãos que mais convictamente defendem o indivíduo e a sua liberdade, contra o Estado e os seus constrangimentos, podem ser os mesmos que, ao sentirem-se

inseguros, com igual convicção clamam por ordem e aceitam a tutela de um ditador que lha prometa.

Já se disse que, em situações de crise de autoridade, «é a liberdade que oprime e a lei que liberta».

Que fazer, então? Creio eu que abrir o sistema à participação política dos cidadãos até antes da fronteira-limite da necessária salvaguarda da autoridade do Estado. Até que a participação torne dispensável a revolta. Inculcar em cada cidadão um sentido de liberdade responsável que implique a aceitação voluntária de constrangimentos cívicos, e até de sofrimento, em nome da dignidade e da felicidade de todos; convencer os que, disso conscientes ou não, voltam a dizer do Estado — e cada vez mais dizem do Estado — o que estultamente disseram todos os arautos da sua dispensa; convencê-los de que a liberdade total não existe, e que a liberdade fácil é, ela também, do reino da utopia; e sobretudo combater a cultura de anti-poder que parece assenhorear-se do cidadão, subitamente convicto de que pode ser, ou voltar a ser, uma autarquia individual.

Apesar de tudo, é consolador que possamos enfrentar as angústias do presente, e fazer as «revoluções» do futuro, integrados num espaço comunitário que a si mesmo se integra, se auto-defende, e progressivamente se federa.

Sei que esta afirmação é polémica. Para vos ser franco, não usa seduzir-me a comodidade das afirmações que o não são. Não cuido agora de saber se é bom ou mau, para a República, que a Europa se federe. Não posso é desconhecer a larga medida em que se federou já. A cidadania europeia; o Parlamento Europeu, eleito e representativo dos cidadãos eleitores de todo o espaço comunitário; um Comissariado não representativo dos Estados-membros; decisões por simples maioria em número crescente; o primado das normas jurídicas da União Europeia sobre os normativos nacionais; políticas já comuns e a expectativa de outras; a previsão de um sistema de segurança comum; a convenção de um sistema monetário integrado e de uma moeda única. Hudamo-nos, se isso nos conforta. Mas não neguemos que a terra se move.

De resto, um pouco de familiaridade com a evolução das coisas, convence-nos de que o espírito federador que parece presidir aos destinos da Europa, tende a assenhorear-se do futuro do Mundo.

Nem tudo, nisso, serão rosas. Não tenho a menor dúvida a esse respeito. Não o serão, sobretudo, para um país de que só a História é grande, e mal preparado para a era da livre competição de todos com todos. Mas mais dolorosos seriam os espinhos se, tudo tendo em qualquer caso de ser assim, tivéssemos de enfrentar o futuro desenquadrados do espaço geográfico, civilizacional e político em que nos integramos.

Por graça de Abril, passámos de orgulhosamente sós a solidariamente acompanhados.

No dia de hoje, é justo que nos lembremos de que este mesmo conforto só foi possível porque aconteceu Abril.

Uma das artes que cultivamos com esmero é a de cuidar do acessório, descuidando por vezes o principal. Depois de termos arredondado o Mundo, descansámos. Ensarilhámos as armas do nosso estrutural universalismo e demos em preocupar-nos com coisas mais miúdas. O nosso empenhamento na construção da União Europeia foi talvez o primeiro regresso a um sentido de grandeza. Temos, no torno, mais uma revisão da Constituição. Verifico, com satisfação, que vai marcar presença nela a preocupação de ultrapassar inveteradas rotinas. Acontece isso, nomeadamente, com aflorações de medidas de abertura à participação cívica dos cidadãos e a formas arrojadas de descentralização e partilha do poder. Medidas que, precisamente, dispensam a rebelião cívica difusa que tende à conquista das correspondentes prerrogativas. Saúdo o espírito prospectivo que as anima. E exorto os arquitectos do futuro a seguirem por aí, libertando-se de fantasmas de pensamento, de comportamento e de espírito. Sempre sem esquecer, como decorre, a outra vertente dos novos pontos de equilíbrio político-social: a salvaguarda da autoridade necessária para que a liberdade não corra o risco de matar a liberdade. Após Abril, em plena fase de improvisação jurídico-constitucional, e de experimentalismo anarco-populista, estivemos à beira de nisso consentir. Foram tempos terrivelmente difíceis. Que as dificuldades então experimentadas e ultrapassadas sirvam de estágio para enfrentar as de agora, e sobretudo as que, reforçadas, nos reserva o futuro. Tudo isto para significar que, para mim, o principal é uma boa revisão da Constituição que, salvaguardando o essencial do mais

puro espírito de Abril, o compagine com as exigências inclináveis de um Mundo novo e diferente como é o de hoje e será o de amanhã.

Em face disso, tudo o mais parece acessório. Mesmo quando, a outro nível, pode parecer principal. Uma revisão que actualize Abril – ou seja a Liberdade, a Justiça Social, a Democracia e o Estado de Direito – há-de ter, entre outros méritos, o de salvarguardar o respeito devido à própria Constituição, antes e depois de revista. Antes porque ainda o não foi. Depois por tê-lo sido, reaproximando-se do novo ponto em que se situa a vida.

O que não podemos é dispensar-nos de cumpri-la porque ainda não foi revista, na perspectiva de que em determinado aspecto possa vir a sê-lo. Nem deixar de revê-la, onde se justificar que seja revista, fundados no facto de termos, antes da revisão, acabado de cumpri-la.

A vida é movimento. As constituições devem acompanhar a vida. Mas, enquanto não mudam, tudo se há-de passar como se a vida coubesse perfeita dentro delas.

Aplausos do PS.

Recordemos, pois, que Abril não foi apenas uma data mas o ponto de partida de uma caminhada. «Não um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descance». Que Abril é, não um dia, mas todos os dias. Mais do que uma cronologia, uma vontade. A vontade de sermos livres num Mundo livre.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Vai usar da palavra, por direito próprio, o Sr. Presidente da República.

Aplausos gerais.



O Sr. Presidente da República Jorge Sampaio: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes dos demais Tribunais Superiores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores e demais Representantes Diplomáticos, Exm.º Representante do Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Eminência, Altas Autoridades Cíveis e Militares, Srs. Oficiais que integraram o Movimento das Forças Armadas, a quem respeitosamente saúdo, minhas Senhoras e meus Senhores: Quero, em primeiro lugar, saudar os militares – oficiais, sargentos e praças – que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Eles gravaram uma página da História de Portugal. Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial, caracterizado pela opressão das polícias políticas, pela ausência de um estado de direito democrático, pela violação persistente de direitos fundamentais e pela recusa do direito à autodeterminação dos povos.

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade.

Mas, devo lembrar aqui, também, todos aqueles que sofreram e lutaram durante décadas para que um dia como o do 25 de Abril fosse possível. Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e de resistência.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

A ditadura militar, primeiro, e o Estado Novo, depois, em nenhum momento se puderam vangloriar de ter eliminado a resistência, de ter morto a esperança.

A Liberdade e a Democracia Representativa são hoje valores fundamentais do nosso regime político. Todos nos reconhecemos nesses valores, como o prova o amplo consenso sobre a natureza do regime alcançado, há precisamente 20 anos, e mantido até hoje, felizmente, em todas as revisões constitucionais. Esse foi um factor decisivo, na implantação da democracia, para a estabilidade política e para a consolidação do sistema partidário.

Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril permitiu o pleno desenvolvimento da cidadania. Deu a todos os portugueses a liberdade de poder interpretar, sem imposição de dogmas, a evolução da sociedade. A liberdade de escolha democrática devemo-la ao 25 de Abril.

No fundo, o que se comemora hoje é a liberdade para optar, para poder debater e decidir sobre o nosso destino colectivo. É, em suma, a liberdade de escolher. Nada pode separar mais a democracia da ditadura do que a liberdade de poder escolher o caminho para onde queremos conduzir os nossos destinos individuais e o destino colectivo de Portugal.

E se esse dia foi um acto de revolta contra um regime iníquo, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um acto de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.

Aplausos do PS.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram. Somos continuamente confrontados com a máxima «é preciso adaptarmo-nos», como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível.

O 25 de Abril abriu novos horizontes ao futuro de Portugal. Permitiu olhar para a frente com confiança. É importante reafirmar que o destino de Portugal depende de nós. Depende de todos os portugueses.

Mas para decidirmos o que nos interessa, precisamos de iluminar bem o contexto da nossa decisão.

Tradicionalmente, o recurso à experiência histórica bastava para nos garantir um adequado enquadramento das grandes questões e das grandes opções.

Mas no mundo de hoje, a unificação geográfica e as revoluções científicas e industriais levam-nos cada vez mais a olhar para o futuro como uma construção, como uma corporização das percepções e decisões do presente, e cada vez menos como uma fatalidade.

Por isso, sem um esforço prospectivo de reflexão sobre o futuro, olhando para além da conjuntura, não seremos capazes de interpretar o presente, não teremos meios, sequer, para avaliar a esperança, no dizer do grande António Vieira.

É por isso preciso medir o futuro. Mas, o futuro decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte, porventura a mais decisiva, resulta das visões e das aspirações dos principais agentes e actores da sociedade em que vivemos. São eles que nas circunstâncias das sociedades contemporâneas constroem o sentido da nossa identidade.

É que, para além da cultura e do património, a identidade depende hoje da capacidade colectiva de construir um desígnio, de construir uma ideia de futuro.

No mundo contemporâneo não há identidade sem projecto.

É este o desafio que nos está lançado. A nossa identidade já não se pode definir e celebrar apenas pela história, tem de se alicerçar no consenso sobre o futuro de Portugal. Por isso, a construção da nossa identidade depende da qualidade da informação e da qualificação da cidadania.

A necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é a característica técnica do nosso tempo. O nível de coesão de uma sociedade depende hoje de uma elevada actividade de comunicação interna. É esta a complexidade das sociedades modernas. E, por isso, é este o desafio que está colocado à coesão nacional. A coesão nacional é tanto menor quanto menor for a mobilidade social, quanto menor for o nível de articulação do planeamento e da subsidiariedade entre os diversos patamares da administração.

Mas, a capacidade de reforçarmos a nossa identidade pela construção de um desígnio nacional, em que consensualmente os portugueses se revejam, precisa que o conhecimento de Portugal e a capacidade de representar e interpretar a realidade não se encontre limitada. A investigação científica, a educação, a formação e a qualificação dos portugueses são, por isso, uma prioridade sabida. Só a aposta na qualificação das pessoas pode garantir que os cidadãos dispõem da informação necessária a escolhas cada vez mais complexas. Só assim reconquistaremos permanentemente a liberdade. Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: O 25 de Abril garantiu, por outro lado, uma nova inserção internacional de Portugal. A adesão às Comunidades Europeias foi o corolário natural do fim de um período de autarcia, baseado na construção ideológica de um Império Colonial pluricontinental.

A implantação do regime democrático permitiu a Portugal ser membro de pleno direito da União Europeia, condição sem a qual

teria sido impensável garantir a modernização do País, tão grande era o atraso herdado do anterior regime.

A União Europeia tem perante si, na viragem do século de resolver o problema da intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, da expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias. Portugal deve participar activamente no debate dessas reformas identificando os seus objectivos prioritários e estabelecendo em torno deles os consensos nacionais de forma a garantir uma política externa firme e determinada.

Igualmente, as alterações operadas no sistema político português abriram o caminho para um novo relacionamento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, assente no pleno respeito pela soberania dos povos e na partilha de um passado histórico e cultural comum.

Alicerçadas numa vivência de cinco séculos, as nossas relações com aqueles países avultam como um autêntico desígnio nacional, constituindo uma consensual prioridade da política externa portuguesa.

Neste quadro, o aprofundamento dos laços de solidariedade e afectividade, que nos unem aos Estados Lusófonos, e a dinamização das acções de cooperação multilateral assumem o carácter de imperativo nacional e de importante vector para o reforço da nossa capacidade de afirmação externa.

Distinta de outros relacionamentos pela sua especificidade própria, a cooperação que temos desenvolvido, fundamentada numa solidariedade efectiva e na sua dimensão ética e cultural, projectou Portugal como interlocutor privilegiado e desejado. É um capital de credibilidade que importa preservar e potenciar, na óptica dos interesses mútuos associados às políticas de cooperação, nomeadamente no domínio das relações entre os países do Norte e os países do Sul.

Entre outros aspectos, exactamente por estarmos no dia de hoje, gostaria de recordar, pelo carácter simbólico de que se reveste, a cooperação que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver, no cumprimento das suas missões em apoio da política externa do Estado e em conformidade com os objectivos da política nacional.

Aplausos do PS e do PSD.

Essa política tem alcançado resultados notáveis em acções de cooperação técnico-militar com países lusófonos, abrindo portas a outras formas de cooperação, quer do Estado quer da sociedade civil.

A cooperação militar, desejada pelos países africanos lusófonos, tem de ser assumida por nós sem complexos, com naturalidade e ela é, em muitos aspectos, um instrumento da maior relevância na política externa portuguesa.

Essa cooperação abrange áreas que vão desde a formação de pessoal ao apoio da reorganização das forças armadas dos países africanos, a ações de intercâmbio no domínio da saúde e da formação de um número significativo de jovens em Portugal, nos estabelecimentos de ensino e em outras unidades das Forças Armadas.

Estamos, assim, a contribuir: para fomentar a consolidação da ideia da Instituição Militar como elemento estruturante dos Estados e das Nações e suporte do exercício das instituições democráticas; e a contribuir, também, para a valorização do factor humano daqueles países. Qualquer um destes aspectos é vital para a consolidação e estabilização das jovens democracias pluripartidárias da África Lusófona.

Noutro plano, Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, no quadro dos esforços do Secretário-Geral da ONU, com as iniciativas também agora em curso, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste.

O empenhamento de Portugal nesta matéria é, aliás, feito em coerência com dois valores essenciais que estiveram na própria génese do 25 de Abril e são hoje valores de referência da actuação internacional do Estado português: a defesa do direito dos povos à autodeterminação e a defesa dos direitos humanos.

Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril marcou também uma importante viragem nas opções estratégicas do País. Hoje é, de novo, chegado o momento de pensar estrategicamente o futuro de Portugal, avaliando com rigor alguns factores que o condicionam a curto prazo.

A escassa dimensão da retoma económica, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o aumento da pressão concorrencial externa e a abertura da Conferência Intergovernamental e a pendência de *dossiers* tão sensíveis como o alargamento, a terceira fase da União Económica e Monetária e a definição das perspectivas financeiras depois de 1999 são matérias que aconselham a identificação rigorosa das linhas de orientação que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, a necessidade imperiosa de formular as bases de uma concertação estratégica.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na condução das políticas e, sobretudo, pedagogia na explicação das suas consequências.

As reformas necessárias não podem ser feitas ignorando os impactos sociais negativos que conjunturalmente provocam, porque assim se geram factores de conflitualidade que acabarão também eles por constituir obstáculos adicionais à mudança. Mas também é impossível olhar apenas ao curto prazo, porque a intervenção, como sabemos, dispersa e avulsa se acaso impede o agravamento de tensões adia, porventura irremediavelmente, as opções de fundo. É sobre elas que se deverá acordar uma concertação estratégica, como disse.

É necessário, assim, que os agentes políticos e os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios que se colocam ao País. A resistência à necessidade de concertação estratégica tem como única consequência introduzir um obstáculo adicional ao processo de mudança.

Exige-se, hoje, uma atitude de ajustamento positivo, de determinação, de confiança. Penso que para garantir esse desafio Portugal necessita de preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta e, por outro, de assegurar em paralelo condições para o controlo social e político das consequências de um mercado concorrencial aberto.

Não acredito na possibilidade de garantir uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

A capacidade de construir o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado depende, em grande medida: da definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real no âmbito da União Europeia; da articulação entre as políticas de emprego, formação e educação, fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança; e da relação importantíssima entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

Hoje é necessário uma valorização digna do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança.

Não é possível pensar no futuro, permitam-me que volte a este ponto, sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. Não basta uma reforma no sistema de educação formal e até de a estabilizar, é preciso aceitar que os sistemas de formação profissional estão a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante ao mercado de emprego.

Mas é errado pensar que esta capacidade de adaptação é apenas um problema dos trabalhadores. A formação de um corpo empresarial bem preparado é decisiva para a sustentação do emprego numa economia aberta e para o desenvolvimento essencial de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada pelo Estado.

Aplausos do PS.

Tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados. Tudo farei para criar um clima de confiança na capacidade dos portugueses em realizar com êxito essas reformas. Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e com esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como factor de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril deu lugar, após eleições livres, à Constituição de 1976, de que se comemoram os 20 anos de vigência.

A Constituição consagrou, desde então, a possibilidade de criação de regiões administrativas. No espírito dos constituintes estava presente a necessidade de contrariar uma grave tradição centralista e de utilizar a descentralização administrativa como um instrumento de planeamento e um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo assimetrias e desfasamentos, que nos últimos 20 anos só se agravaram, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

Durante 20 anos não foi possível encontrar vontade política para levar por diante uma iniciativa legislativa que cumprisse esse preceito constitucional, que se manteve, e dotasse Portugal desse instrumento de gestão, planeamento e racionalização de recursos num patamar intermédio entre o Poder Central e o Poder Local consagrados na Constituição da República.

O debate, importa reconhecê-lo, centrou-se sempre mais na discussão dos inconvenientes de um modelo de descentralização político-administrativo que não corresponde ao normativo constitucional, o qual se limita a consagrar uma componente administrativa da descentralização. E, esse facto, descentrou a discussão da reflexão sobre a necessidade de encontrar esse, ou outro, instrumento de planeamento e gestão de recursos que articule operacionalmente áreas geográficas intermunicipais.

Creio, Sras. e Srs. Deputados, que o debate sobre o processo de descentralização, que leve à criação de regiões administrativas no continente deverá ser encarado com toda a naturalidade.

O facto de vários líderes de partidos com assento parlamentar se terem manifestado em apoio à necessidade dessa reforma, já constitucionalmente consagrada, só deve favorecer a desdramatização do debate e contribuir para que ele se centre na questão de fundo — as vantagens e os inconvenientes de se adoptar essa metodologia de descentralização — e menos, se me permitem, nas questões de método e de calendário.

Aplausos do PS.

O que importa sobre a descentralização administrativa do País, conhecida por regionalização, é a discussão sobre o fundo da questão, sobre o que ela representa para o futuro de Portugal e dos portugueses.

É sobre a questão de fundo que importa esclarecer os cidadãos da República. Tantas vezes, em torno desta discussão, avultam ideias feitas fruto de uma escassa pedagogia da reforma que se deseja levar a cabo. O debate de fundo, nos termos em que actualmente está colocado, parece só agora ter começado. Em boa verdade, tratando-se de uma reforma da Administração só através dele se pode contribuir para a desejável aproximação entre o Estado e os cidadãos.

Numa matéria desta relevância, entendo, como tenho feito, dever continuar a advogar, e fi-lo desde o dia em que nesta Casa fui empossado, a vantagem de se construir um consenso o mais amplo possível.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sras. e Srs. Deputados: Sobre a questão de fundo, felizmente, a minha opinião é conhecida. Quanto ao demais, está o Presidente da República obrigado a fazer cumprir a Constituição que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar.

Aplausos do PS e do PSD.

Mas, também, está o Presidente da República obrigado a interpretar as condições de garantia da coesão nacional, por isso tenho atribuído tão alto significado, como disse, à necessidade de um amplo debate e de um consenso o mais amplo possível.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Minhas Senhoras e meus Senhores, Sras. e Srs. Deputados: Procurei, nos últimos dias, num conjunto de gestos simbólicos, expressar a necessidade de fortalecer um clima de confiança na capacidade de realização do povo português.

Não me esqueço, nunca me esquecerei, dos problemas que afectam Portugal. Dedico-lhes, naturalmente, a maior atenção.

Mas entendo dever contribuir para criar um clima de confiança no País, lutando contra conformismos deterministas e derrotismos injustificados. O País não se encontra num impasse.

Quis homenagear o 25 de Abril através de um conjunto de visitas onde fiz jus à capacidade de dedicação e de realização dos portugueses, à capacidade para ultrapassar obstáculos e para atingir níveis de realização e de exigência.

O 25 de Abril representou o restaurar da esperança e da confiança na capacidades dos portugueses, sem as tutelas autoritárias

que se substituíam à escolha livre e democrática pelo ditame de um poder ilegítimo.

Creio que a melhor forma de dar confiança aos portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes, simbolicamente, um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos.

Portugal é hoje um país moderno. Deve reforçar a sua identidade baseada no reconhecimento de um desígnio que oriente o nosso futuro.

Tenho confiança no futuro de Portugal.

Viva Portugal.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Está encerrada a sessão.



Associação
25 DE ABRIL

1997



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1997

Oradores

Isabel Castro
Partido Ecologista Os Verdes

João Amaral
Partido Comunista Português

Maria José Nogueira Pinto
Centro Democrático Social – Partido Popular

Pacheco Pereira
Partido Social Democrata

Medeiros Ferreira
Partido Socialista

Almeida Santos
Presidente da Assembleia da República

Jorge Sampaio
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro aberta esta sessão comemorativa do Movimento Libertador de 25 de Abril.(...) Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.



A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): – Exmo.

Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados: Foi num dia aparentemente igual a tantos outros que em 25 de Abril aconteceu, fazendo nascer um tempo historicamente novo.

Dizê-lo hoje, 23 anos passados, é, em nome do direito à memória, lembrar que foram precisos muitos anos para lá chegar, ao dia feito de muitos dias. Dias arrastados, lentos, cansados de violência, de fome e de guerra. Dias de insubmissão, resistência e luta. Dias convergindo num outro dia, por mil caminhos cruzados e por tanta e tanta gente, ao longo de gerações, diversamente moldado.

Abril como o dia de que é preciso falar sem decepcionar as palavras, sem permitir que a espada vil da mentira lhes roube a pureza, a luz, a brancura e a alegria inicial. Dia em que a madrugada «revirou a noite, revelou o dia». Noite da ditadura a abrir-se em luz, em explosão de festa e de alegria. «Vencido o medo, dobrado o assombro».

No dia do sonho feito esperança, por intermédio daqueles a quem a história deu a missão libertadora de resgatar Portugal: os capitães de Abril, que, aqui presentes, hoje, vivamente, não quero nem posso deixar de saudar.

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

Um Abril como o tempo que pôs fim à ditadura, ao tempo do pensamento vigiado e único, ao tempo do terror, do exílio, da censura, da guerra, «dos caminhos de ir lento, sem regresso».

Um Abril como o tempo do «nunca mais». Um Abril, em Abril, como o tempo do outro lado. O começo. O descobrimento. O futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É precisamente desse Abril, enquanto presente e sobretudo enquanto futuro, que hoje importa falar. Um Abril que nunca por nunca queremos ver transformado numa mera sessão comemorativa, num ritual evocativo esvaziado

de conteúdo, em saudade como tristeza que fique em nós, porque aquilo de que gostámos se foi embora.

Um Abril que hoje, porventura mais do que nunca (quando inquietantes perigos o ameaçam), importa preservar e fazer quotidianamente viver, não só através dos seus ritos mas, sobretudo, dos seus valores, da sua marca libertadora, do sonho que tem implícito, do direito à felicidade que ousou reclamar, em nome de todos nós! Se o 25 de Abril é formalmente sinónimo de liberdade feita acção, na palavra conquistada, no modo de viver em conjunto, no processo de construção colectiva, no sistema de pluralidades em que todos na sua diversidade são necessários, na complexa teia de que a sociedade na sua diversidade é feita;

Se o 25 de Abril é formalmente sinónimo de democracia que se baseia no conjunto de direitos e liberdades públicas e se legitima enquanto tal, como organização da sociedade e do Estado, na busca do bem-estar, da paz, do desenvolvimento, como forma de assegurar a todos uma igualdade de oportunidades e uma existência digna, através de uma responsabilidade partilhada;

A verdade é que o autêntico significado do 25 de Abril, enquanto liberdade, enquanto democracia, enquanto poder partilhado, só deixará de ser uma vulgar referência simbólica, um conceito cristalizado, uma meia verdade, uma realidade por construir, quando se afirmar plenamente como espaço de exercício da liberdade, como destino, como escolha, como vivência individual e colectiva, como sentido da própria vida. Como diz Sophia de Mello Breyner: «Nesta hora limpa da verdade é preciso dizer a verdade toda/ Mesmo aquela que é impopular neste dia que se invoca o povo/ Pois é preciso que o povo regresse do seu longo exílio/ E lhe seja proposta uma verdade inteira e não meia verdade». «Meia verdade é como habitar meio quarto/ Ganhar meio salário/ Como só ter direito/ A metade da vida».

E é em nome da vida que o seu sentido tem de ser encontrado, quando a escola, em vez de se afunilar nas oportunidades e nas mentes, se alargar no acesso mas também no gosto pela experimentação, no estímulo pela crítica, no respeito pelo outro, na ligação à vida.

E é em nome da vida que o seu sentido se encontrará, quando o trabalho, ao invés de se tornar um factor de alienação e um direito em vias de extinção, se entender como condição para a plena realização individual das pessoas e um instrumento do desenvolvimento e do equilíbrio social e ambiental.

E é em nome da vida que o seu sentido se encontrará, quando, à ortodoxia dos mercados e à sua implacável lógica desumanizadora, se contrapuser o primado das pessoas e dos seus direitos.

E é em nome da vida que o seu sentido se buscará, quando, ao egoísmo, à indiferença e ao silêncio acomodado, perante fenómenos como a exclusão e a intolerância, se contrapuser bem alto a solidariedade, a indignação e a responsabilidade partilhada.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Falar de Abril enquanto projecto, hoje, é falar de uma proposta para um tempo novo, um projecto inevitavelmente comprometido com o futuro, que tem de ser sinónimo de desenvolvimento e, obviamente, que implica também falar de ambiente e da sua revolução adiada.

É uma resposta que tarda, face a uma grave crise ecológica visível na desumanização das cidades, nos atentados à paisagem, na irracionalidade do desperdício e no absurdo da escassez, na especulação imobiliária, na pilhagem dos recursos, na contaminação das águas, na desertificação, no abandono dos campos, na destruição das espécies, na perda de diversidade, na eucaliptização indiscriminada, na poluição do olhar...

Trata-se de uma realidade incontornável que exige não frouxas nem lineares medidas que na paroquial lógica dos mercados nunca vão encontrar-se mas que nos propõe, isso sim, a rediscussão do próprio sentido da evolução da sociedade, num planeta onde a interdependência é cada vez maior e a revolução global que se coloca à humanidade é inseparável do próprio desenvolvimento, do conceito de solidariedade, da resolução das desigualdades entre povos e regiões, da própria democracia tal como tem sido concebida e do modo como os cidadãos participam desse processo.

Afinal, trata-se hoje de pôr em causa, num tempo historicamente novo, um modelo de sociedade durante décadas imposto como

único, aceite como dogma. Um modelo que era suposto ser sinónimo de bem-estar, de equilíbrio, de riqueza, de uma nova geração de direitos e que, ao contrário, se revelou obsoleto, caduco, gerador de mais pobreza, mais desigualdade, mais poluição. Uma questão que nos coloca hoje num momento em que a sociedade se interroga sobre o modo como vive, como produz, como consome, perante a necessidade de compreender que é urgente e forçoso encontrar, num tempo e num espaço em que nada nos pode ser indiferente ou distante e num tempo em que tudo nos é próximo e cada gesto não é mais um gesto isolado, a nova ética de responsabilidade, a compreensão de que há valores que não são passíveis de troca, uma informação partilhada, uma visão de prevenção e de longo prazo que não cede ao fascínio do imediatismo, um diferente código de conduta na relação dos homens com a natureza, na utilização dos recursos que garanta uma utilização sustentada mas também uma partilha socialmente justa.

Um tempo historicamente novo, com novos desafios, que reclama ele próprio um novo conceito de solidariedade, capaz de respeitar os direitos das gerações vindouras.

Um tempo de hoje, que em Abril se revê, como tempo de viragem, como tempo de sonho transformado em viagem.

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.



O Sr. João Amaral (PCP):— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Convidados, Capitães de Abril, Sras. e Srs. Deputados: Reúnem-se hoje, aqui, Órgãos de Soberania e as mais altas instâncias do Estado, nesta sede da «assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses», para celebrar o 23.º Aniversário do 25 de Abril. Somos aqui convocados pela vontade de um povo que ama a liberdade e a reconquistou, nessa jornada inesquecível, com a valorosa acção do Movimento das Forças Armadas, do MFA. No lugar de honra dos nossos corações estão os capitães desse Abril da liberdade, aqui representados na tribuna pela Associação 25 de Abril, que saúdo com emoção e com renovada fraternidade.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Esta é uma Casa de liberdade, esta é a vossa casa também!
O 25 de Abril deve ser comemorado aqui, na sede da representação nacional, porque, sendo a matriz conformadora do regime democrático, ele tem de ser a primeira referência de todos os órgãos de soberania, de todas as instâncias do Estado e de toda a Administração Pública, sem excepção.
Também as Forças Armadas comemoram de forma especial a data da liberdade, porque, tendo delas emergido a acção militar de força que derrubou o regime fascista, o 25 de Abril deve ser para elas motivo de legítimo orgulho e de referência permanente do dever cumprido para com o povo português e para com Portugal. Mas é com as comemorações populares que o 25 de Abril ganha todo o seu significado. Aquele povo que tomou no seu coração a Revolução, logo nas primeiras horas, ainda os tanques percorriam as ruas de Lisboa, comandados pelo saudoso e tão injustiçado capitão Salgueiro Maia. Aquele povo que encheu as praças de todo o País no 1.º de Maio mais carregado de esperança e confiança de toda a nossa História.
Este ano, as comemorações populares vão ter um momento particularmente alto aqui, em Lisboa. Num dos seus sítios mais

nobres e centrais, a cidade vai abrir à vista de todos um monumento ao 25 de Abril, a sua homenagem à Revolução. Era um sonho de muitos portugueses, e particularmente de muitos lisboetas, terem na capital do País uma evocação significativa da Revolução. Bem haja a Câmara Municipal de Lisboa, que deu corpo ao monumento que hoje à tarde é inaugurado.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e dos Deputados do PSD Mota Amaral e Silva Marques.

Mas os portugueses que hoje comemoram os 23 anos da Revolução não vão limitar-se à festa. Vão olhar à sua volta e fazer o balanço da situação em que vivem e das perspectivas que se abrem para o seu futuro. Vão querer saber onde está a justiça social a que têm direito. Vão querer saber por que está adiado o desenvolvimento equilibrado do País, por que é que a riqueza está cada vez mais concentrada, por que razão o trabalho tem cada vez menos valor social, por que razão quem trabalha está cada vez mais desprotegido e sujeito à prepotência. Vão querer saber como é que um país pode ir desmantelando insensatamente a sua agricultura, as pescas, a indústria mineira, como é que um país pode progredir, deixando cada vez mais à sua sorte os sectores produtivos da economia. Vão querer saber como é que se defende a independência nacional, quando é cada vez maior a sujeição económica do País.

Foi o 25 de Abril que traçou os grandes desígnios nacionais, vertidos depois para a Constituição da República.

Grande desígnio nacional assumido com o 25 de Abril é a democracia, a liberdade e o pluralismo; é a justiça social; é a democracia económica, com a subordinação do poder económico ao poder político; é a democracia na empresa, com a garantia dos direitos dos trabalhadores; é a democracia cultural e a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ensino; é a descentralização do Estado; é a garantia da unidade do Estado e da independência nacional.

Não faz parte dos desígnios nacionais ter um exército de dois milhões de trabalhadores em regime de trabalho precário ou manter no desemprego perto de meio milhão de portugueses. Também não faz parte dos desígnios nacionais deixar a indústria têxtil portuguesa à mercê de uma concorrência internacional mortífera, aceitando uma imposição pela Comissão Europeia no sentido do desarmamento alfandegário antes dos prazos acordados e definidos para a nossa indústria proceder à sua preparação e reestruturação.

Nem faz parte dos desígnios nacionais vender de forma sistemática o valioso património acumulado por gerações de empresas estatais ou com participação estatal, permitindo a reconstituição do desmesurado poder de um punhado de grupos económicos, onde

avultam alguns dos grupos que foram o sustentáculo do regime fascista e, simultaneamente, abrindo o progressivo domínio de importantes sectores da economia portuguesa a empresas estrangeiras e multinacionais.

De igual modo, não faz parte dos desígnios nacionais a aceitação da imposição a Portugal pela União Europeia de acordos comerciais com terceiros países que conduzem ao enfraquecimento impiedoso de um sector industrial tão importante para o nosso País como o conserveiro e, simultaneamente, ao enfraquecimento do sector pesqueiro que serve essa indústria.

Os portugueses do Portugal de Abril não podem aceitar de braços cruzados a quebra de um compromisso como o da fixação do horário máximo das 40 horas, histórica aspiração do movimento sindical e dos trabalhadores portugueses, hoje a ser frustrada por um capcioso manobrismo na aplicação da lei pelas autoridades do Estado e pela aceitação de uma espécie de *diktat* neocorporativo feito por um patronato retrógrado e por quem se molda aos seus interesses. Desta tribuna aproveito para saudar os trabalhadores que há 20 semanas consecutivas lutam pelas 40 horas, usando os direitos que Abril consagrou!

Os portugueses não entendem também que um projecto nacional como o da regionalização, cujo edifício legislativo devia estar agora em conclusão, tendo em vista as eleições dos órgãos respectivos já na data das próximas eleições municipais, tenha sido mais uma vez adiado e metido numa monumental embrulhada cheia de alçapões que o podem comprometer.

De igual modo, também os jovens não podem aceitar que, perante um quadro de degradação do sistema de ensino e de crescentes dificuldades no acesso ao posto de trabalho, que só conseguem em inaceitáveis condições de precariedade, em vez de se travar com eles a batalha pela educação e pelo emprego, se afunile toda a política para a juventude na aplicação das injustas e inaceitáveis propinas. Não é desígnio nacional que se compatibilize com os ideais de progresso e independência nacional do 25 de Abril sujeitar o desenvolvimento do País e o bem-estar dos cidadãos aos ditames espartilhantes do Tratado de Maastricht e a uma moeda única que não só vai retirar a Portugal instrumentos decisivos de política económica como vai subordinar o País às orientações e interesses dos poderosos países do centro da Europa.

Por que querem a todo o custo impedir que o País discuta com profundidade esta opção decisiva para o seu futuro? Por que impedem o debate aprofundado e a decisão soberana que só o referendo sobre a moeda única podem propiciar? A resposta é simples: porque sabem que o debate iria provar que a moeda única é uma opção contra o desenvolvimento do País, contra os interesses do nosso povo e contra a independência e soberania nacionais. Porque o debate iria provar que a moeda única pode

ser um desígnio dos grandes grupos transnacionais e dos países poderosos, mas não é, a título algum, um desígnio nacional.

Como o não é desfazer de supetão a ligação profunda que com o serviço militar unia o povo português e as suas Forças Armadas na defesa militar da República.

Como não o é fazer acordos partidários para descaracterizar a Constituição da República, em princípios tão essenciais como o da unidade do Estado e o da representação proporcional na constituição da Assembleia da República e dos órgãos de poder local.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – É por tudo isto que esta comemoração do 25 de Abril não é nem pode ser a jornada do conformismo. Não vamos, nem vão os portugueses que hoje comemoram o 25 de Abril, ficar a carpir o que não foi feito e as promessas não cumpridas, nem vamos ficar amarrados à tristeza profunda pelo que já foi destruído. O exemplo do 25 de Abril é o de espírito anticonformista, de rebeldia e de responsabilidade. Estamos aqui, PCP, a proclamar que vamos continuar a luta pelos ideais de democracia, progresso, solidariedade e independência nacional do 25 de Abril.

Estamos aqui a formular propostas: uma nova política de desenvolvimento, sem espartilhos; a promoção dos direitos de quem trabalha; a regionalização; políticas de ensino, saúde, segurança social e habitação, em que o Estado assuma as suas responsabilidades; dar à juventude as oportunidades e as garantias que o nosso futuro colectivo reclama; proteger a terceira idade, com a dignidade que ela merece; defender a independência nacional. Estamos aqui, em suma, a dignificar a política, pondo-a onde deve estar, ou seja, ao serviço dos cidadãos.

Não somos dos que viram nos acontecimentos da última década a vitória sem retorno do capitalismo selvagem e das injustiças, nem somos dos que interpretam a mundialização das economias como o decretar da desregulamentação neoliberal e da liquidação das conquistas do movimento dos trabalhadores.

Por nossa parte, mantemos viva toda a esperança que o 25 de Abril trouxe a Portugal.

Apelamos a todos, homens e mulheres que conosco mantêm viva essa esperança, para que se afirme uma clara rejeição da resignação, uma renovada vontade de intervenção e uma firme determinação de fazer ouvir a sua voz. Afirmamos com clareza: é preciso uma viragem à esquerda, uma viragem para o lado dos ideais da Revolução que hoje comemoramos.

Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social – Partido Popular, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto.



A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Subo hoje a esta tribuna representando o CDS-PP, 23 anos depois do acontecimento que ficou na História e na memória como o «25 de Abril».

Subo a esta tribuna em nome do futuro, de um futuro à medida de uma nação e um povo que fizeram, em rasgos de vontade, tantas vezes contra a natureza e a ordem das coisas, a sua História: iniciada pela teimosia do Rei Fundador e dos barões portugalenses, consolidada pelo Rei da Boa Memória e pelo Povo de Lisboa, prosseguida na aventura da navegação e conquista, nessas manhãs luminosas do princípio dos novos mundos, de África, da América e também do velho Oriente, a acabar tragicamente no rei menino desaparecido nas brumas de Alcácer-Quibir, com a perda da liberdade do Reino em 1580 e de novo reconquistada por vontade própria.

Depois, a perda relativa do poder das armas obrigou-nos a desenvolver a argúcia diplomática: na Restauração, com D. João V e Pombal, com D. João VI, levando a legitimidade da Coroa para o Brasil, com as expedições e campanhas dos «Africanos», de Serpa Pinto a Paiva Couceiro e Mouzinho, nos finais do século XIX.

Estas aventuras, viagens e conquistas significaram também três ciclos de fortunas: da Índia, do Brasil, de África. Mas deixámo-las em parte onde as fizemos: nas pedras das fortalezas, dos templos e das cidades; nas armadas que patrulhavam e defendiam as rotas marítimas; mas sobretudo no sangue, na luta, no medo, na coragem de milhões de portugueses que, do século XV ao século XX, das praças de Marrocos aos rios de Moçambique, missionários no Japão, soldados na Índia, bandeirantes no Brasil, comerciantes em África, deixaram ossos e filhos nos quatro cantos do mundo.

A nossa História, lida sem devoções acrílicas mas também sem o derrotismo demolidor dos desenraizados, mostra o equilíbrio entre o recurso ao poder militar e a ponderação do jogo diplomático dos Estados, na defesa dos interesses nacionais, e também a criação única de uma nova cultura, a luso-tropical, que racionaliza e consolida a fixação do europeu nos trópicos, misturando-

-se, dando e recebendo, fazendo seu o lugar a que chega, mas integrando-se nele, passando a ser outro.

Este passado que aqui convoco deve ser hoje lembrado, sobretudo, por aqueles que hoje, no final do milénio, são chamados a fazer a História, porque a História só é feita se houver a coragem de passar o testemunho.

As lições da História importam, não só como casuística de exemplos a repetir ou erros a evitar, mas, sobretudo, porque as coisas passadas e os factos vividos vão estruturando, para os povos como para as pessoas, a identidade e a personalidade, aquilo que os distingue entre outros povos e outras pessoas.

O século XX viu emergir no pós-guerra, como força nova, apoiada pelas potências americana e soviética, o movimento anticolonial. Os «ventos da História» sopraram com força, a partir da independência da Índia e de Bandung; ingleses, franceses, holandeses, espanhóis e belgas foram cedendo, por conveniência ou por desgaste, os seus impérios.

Portugal, que tinha uma História diferente nessa relação, e, por isso, muito mais a perder, não quis reconhecer esses ventos da História ou, reconhecendo-os, não quis ceder-lhes, mas estes, na conjuntura agravada por um poder político que não acreditava em si próprio, foram mais fortes.

O 25 de Abril abriu a porta a um processo de descolonização ideologicamente orientada, que não salvaguardou os legítimos interesses de ninguém: nem dos que tiveram de partir, nem dos que quiseram ficar.

Não pretendemos daqui fazer um processo de intenções da convicção de muitos que então assim procederam, respeitamo-los, mas também exigimos hoje, nesta distância histórica, o respeito pelos que então procuraram mudar o sentido das coisas.

E tal como procedemos à descolonização rápida, do mesmo modo, em 11 de Março de 1975, se decretou a estatização forçada da economia nacional, declarando-se o País «a caminho do socialismo», 10 anos antes de este iniciar a sua queda final na União Soviética.

A luta contra este estado de coisas foi luta dos partidos – do PS, do PSD e do CDS –, dos militares moderados, mas, sobretudo, do povo português, que a partir do Norte deu o exemplo de resistência, tornando possível, no 25 de Novembro, parar a via totalitária da revolução.

Assim, o processo da conquista das liberdades públicas, aberto pelo 25 de Abril, foi complexo, conheceu retrocessos e só viria a concretizar-se a partir de 25 de Novembro.

Também a Constituição de 1976, ao consagrar, com a única oposição do CDS, um modelo absurdo de uma sociedade aberta a caminho do socialismo marxista, criou uma problemática legal complexa, para a solução da qual se consumiram anos de negociações e polémica institucional.

Do mesmo modo, a opção europeia, surgida inicialmente como um recurso das forças políticas democráticas contra os riscos da militarização do poder e das soluções revolucionárias e terceiro mundistas, assumiu uma urgência que impediu uma maior e melhor ponderação de outros factores, no estudo dos *dossiers* económicos e sociais.

Assim, os efeitos do período revolucionário consumiram grande parte do esforço político e institucional na polémica de remediar as suas sequelas, salvando-lhe os princípios e mudando-lhes as consequências, esforço que não pôde ser encaminhado, como devia, para a concepção e execução de um novo projecto nacional.

É por tudo isto que, 23 anos depois, é urgente que se alinhem sem pejo razões e desrazões, que se clarifiquem todos os combates e combatentes e todos sejam respeitados. Para que se crie, na reconciliação geracional e no lançar das pontes que são os elos dos ciclos históricos que a maioria dos aqui presentes e de quantos ficaram entre as duas margens viveram e protagonizaram, um novo projecto nacional capaz de congregar todos os portugueses, próprio, específico, na demarcação do novo espaço que nos cabe e de uma identidade renovada.

Por tudo isto e na perspectiva do futuro, convoco também a grande «tribo lusa» espalhada pelo mundo, unida ainda, e apesar de tanta indiferença de governantes e políticos, pelas raízes e destino comuns. Refiro-me aos emigrantes que, nas décadas da penúria, partiram em busca de melhor sorte e sempre foram, ao longo dos anos e

mesmo das gerações, enviando a alma e as remessas para esta terra. E convoco também aqui, hoje, como não podia deixar de ser, as novas nações e povos irmãos negros, mestiços, crioulos e asiáticos, que estarão também, decerto, presentes nesse futuro. Um futuro onde um novo Portugal se cumprirá se formos capazes, com sentido nacional e lucidez política, de fazer o que falta, há muito adiado: conseguir para os mais novos, sobretudo para eles, o equilíbrio justo entre expectativas, esforço e oportunidades; reformar, em nome da solidariedade e equidade, os sistemas sociais; reforçar as famílias portuguesas e consolidar a classe média; tornar real, e não meramente programática, a igualdade de oportunidades; qualificar, num mundo massificado, o nosso factor humano; prevenir os efeitos dramáticos da coabitação em parte inultrapassável, com bolsas permanentes de desemprego; travar, racionalmente, um efectivo combate contra a droga e todas as formas de dependência; reintroduzir o sentido de responsabilidade nas relações entre cidadão e Estado; reforçar a cidadania em todas as suas expressões; iniciar corajosamente os grandes debates nacionais, dentro e fora dos centros de poder; tornar participadas, e portanto solidárias, as grandes decisões nacionais; e, sobretudo, manter a nação portuguesa unida, soberana e independente, condição *sine qua non* para que todos estes projectos se cumpram, no limiar do novo milénio.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.



O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Altos Dignitários do Estado, Srs. Convidados, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: Comemora-se hoje mais um aniversário do 25 de Abril, momento fundador da nossa democracia política. Comemoramos um 25 de Abril que não tem propriedade. Nem à esquerda, nem à direita. Não é propriedade de quem o fez e muito menos de quem o usa para efeitos de legitimação política, retirando-lhe assim o seu significado nacional. Porque só há duas alternativas: ou o 25 de Abril fundou a democracia e é pertença da cidadania de todos os portugueses ou transformou-se numa data sectária ou num instrumento de culpabilização histórica e política. Culpabilização que não deve ser feita para trás, para o 24 de Abril, nem para a frente, para o 26 de Abril.

Por nós falamos. O PSD é, na sua génese e na acção, um directo resultado desse acto de liberdade do povo e da nação e, em consequência, é, tanto quanto os outros partidos da democracia e tanto quanto a própria democracia, um sinal do 25 de Abril, parte indissociável do que comemoramos. Porque, comemorando o 25 de Abril, comemoramos as instituições que lhe dão corpo — a democracia parlamentar e representativa, consubstanciada no Parlamento e nos partidos políticos.

É por isso que a comemoração deve ter lugar essencialmente aqui, na instituição parlamentar que representa aquilo que é a essência da democracia: a liberdade de sermos diferentes que nasce do direito de sermos iguais. A nobreza do pluralismo democrático, o fundamental, claro, lúdimo direito de cada um ter opinião, é aqui que se traduz. É que não temos a mesma opinião, a mesma visão da sociedade. Esta instituição, tantas vezes mal amada, não se baseia na unidade mas na pluralidade, não se baseia, fundamentalmente, no consenso.

E é exactamente porque o 25 de Abril é assim que só evitamos que esta comemoração seja um ritual sem sentido se a actualizarmos para as nossas preocupações do presente e se dissermos agora o que nos divide.

Três preocupações são para nós imperativas. Todas elas estão interligadas: primeira, a inconsciência face aos problemas que

iremos defrontar no fim do século; segunda, o excessivo tacticismo da nossa vida política; terceira, a crise da autoridade do Estado. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se pode ser cego em relação aos problemas que Portugal vai defrontar no fim deste século. Nessa data, o País encerrará uma página no seu processo de integração na Europa, e encerrá-la-á, esperamos todos, com sucesso. Mas defrontará novos problemas, alguns dos quais inéditos na nossa História dos últimos 200 anos, e não é líquido que nos estejamos a preparar para os defrontar.

Uma economia que sempre viveu protegida, uma sociedade em mutação rápida, sujeita a tensões consideráveis, uma vida política que está muitas vezes presa aos esquemas e aos problemas do passado, tudo isto constituirão fontes de dificuldade acrescida.

Existe hoje um divórcio entre os problemas e a sua percepção pública, um divórcio entre o que precisávamos de estar a fazer e aquilo que fazemos. Esse divórcio alarga-se porque, sendo este o tempo de políticas difíceis, está a tornar-se o tempo em que a facilidade se torna comum.

Ora, este divórcio é ou deveria ser, pela sua própria natureza, o primeiro factor de preocupação da política democrática e dos políticos.

São por isso preocupantes os sinais de que, em vésperas de uma mutação qualitativa na vida de Portugal, com a plena integração na União Europeia, fazendo novos desafios e grandes exigências, muito da nossa vida política permaneça dominada por preocupações de puro tacticismo, subordinado mais à imediatividade mediática do que a uma visão estratégica dos problemas nacionais. A redução da acção política apenas à garantia de que se ocupa espaço no jornal do dia seguinte, a política esvaziada de conteúdo de cartas abertas, as voltas e reviravoltas tácticas destinadas a gerar «novidade» — logo, notícias — estão intimamente associadas a uma profunda falta de consistência na acção política e à consolidação da ideia de que a política em democracia é um mero jogo que não depende de ideias, princípios, valores e convicções.

Este carácter superficial da vida política é gerado e agravado essencialmente pelo vazio do poder, pela incapacidade de decidir, pelo medo de assumir as responsabilidades, gerando uma apatia social difusa, que parece uma acalmia, mas é apenas o prenúncio de tempestade.

É o caso gravíssimo da clara quebra da autoridade do Estado.

Há uma frase lapidar de um grande poeta português, Mário Cesariny de Vasconcelos, escrita contra a censura e o regime autoritário do Estado Novo. Foi uma frase inserida num documento político escrito por um poeta, que, num assomo de rara lucidez, os censores compreenderam na sua perigosidade, e censuraram. Essa frase é simples: «Todo o homem é teatro de uma inexpugnável autoridade».

Há nesta frase uma dupla subversão: a da afirmação da individualidade e a da afirmação da liberdade. Mas o que há nela de poderoso é que Cesariny utilizou uma palavra estranha, de má fama entre os que têm da liberdade uma ideia superficial – a palavra «autoridade». Aliás, a mesma que era uma palavra-chave do discurso do regime autoritário de Salazar.

Mas é esta «autoridade» do poema que materializa a liberdade. Não há liberdade sem autoridade, sem autoridade sobre nós próprios, para sermos livres face à coacção, sem autoridade sobre o que é nosso pelo amor, pela amizade, pela solidariedade e pela posse do nosso espaço e das nossas coisas. A autoridade numa democracia é penhor de que a minha casa é protegida, de que meu nome me pertence, de que a minha palavra e o meu voto são livres, de que possa escolher a parte que me cabe do nosso destino colectivo, segundo o que penso e desejo.

Mas não há liberdade individual se essa autoridade não se estender naturalmente à sociedade e ao Estado, se também no Estado não houver uma parte desta «inexpugnável autoridade», que nos defende essencialmente do medo.

A preocupação com aquilo que consideramos ser a autoridade do Estado, ou seja, a capacidade de no Estado democrático se respeitar a ordem e a segurança de todos, vem de que a existência desta autoridade é uma das fontes da própria legitimação do Estado em democracia.

Por isso, a farda de um polícia numa rua protege-nos, mas a farda de um polícia numa manifestação ilegal ameaça-nos.

Mas mais. Mais do que a afronta a um Estado e a uma ordem que devia ser respeitada como emanção da democracia, mais me ameaça o silêncio e a complacência face à violação da lei por quem é o seu garante, o que é um acto de completa perversão da legitimidade de quem governa. No Estado e na democracia não há meia ordem, ou há ordem ou não há, e não houve. É assim que em democracia se perde a razão e é assim que se pode perder a democracia.

A democracia representativa assenta numa delegação de autoridade, de todos nós a quem nos representa e governa, e nessa delegação de autoridade está inclusa uma obrigação de a exercer. E isto por uma razão muito simples: para que o voto popular seja eficaz e ninguém mande mais, por interesse próprio – nem grupos, nem corporações, nem sindicatos, nem poder económico – do que o povo que a todos nós ordena.

A crise de autoridade do Estado põe em causa o primado da política e da soberania popular, torna o Estado menos democrático e a representação mais fraca, favorece os grupos de pressão e a demagogia, põe em causa a democracia e põe em causa o 25 de Abril. Viva a democracia!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: – Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.



O Sr. Medeiros Ferreira (PS): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Convidados, Caros Colegas Deputados: Começo esta intervenção por saudar os militares que derrubaram a ditadura e promoveram as condições para o estabelecimento de um regime democrático constitucional em Portugal e o fizeram enfrentando todos os riscos, até o de prejudicarem as suas próprias carreiras militares.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Bem hajam também por terem cumprido a promessa de regresso a quartéis e de o terem feito voluntariamente!

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Quando escrevi na comunicação enviada ao reprimido Congresso da Oposição Democrática reunida em Aveiro em 1973 que «a actual situação de Portugal aponta três ordens de soluções que convém trilhar simultaneamente: trata-se de descolonizar, de socializar e de desenvolver. Tais metas devem ser alcançadas através de uma profunda democratização da sociedade portuguesa», não imaginava que o futuro Movimento das Forças Armadas iria sintetizar o seu programa na conhecida fórmula dos três D's: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Mas já referia nessa mesma «tese» (como se dizia na altura) que «numa época em que se aproxima a reestruturação do espaço europeu com possibilidades combinatórias várias, desde a manutenção dos Estados nacionais a uma intensa regionalização ligada a poderes transnacionais, até à coexistência de Estados nacionais com poderes regionais mais avançados, a existência de um Exército forte (...) será um factor importantíssimo para que Portugal se faça respeitar e seja considerado como um Estado soberano». Estávamos em 1973. A luta pela liberdade e pela democracia política pluralista e representativa, travada antes e logo depois do 25 de Abril, não é

uma luta do passado. Muito pelo contrário, ela é mais necessária do que nunca.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Os inimigos da liberdade possuem hoje instrumentos de acção muito mais poderosos e sofisticados do que no tempo da ditadura. Não há comparação possível entre algumas campanhas de descrédito lançadas sobre o actual regime democrático constitucional, com os toscos panfletos difamatórios da antiga Legião Portuguesa ou com as óbvias *Notas do Dia* da Emissora Nacional, do *Diário da Manhã* ou da TV a preto e branco, emitidas contra os valores da liberdade e da democracia.

Só o profundo consenso nacional estabelecido à volta das liberdades políticas e do regime democrático impede que muitas atitudes cínicas tomadas contra a actividade política, em geral, e contra as instituições constitucionais, em particular, tenham efeitos ainda mais nefastos sobre os órgãos de soberania – e agora falo dos eleitos e fiscalizados.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Mota Amaral.

Mas o regime democrático representativo saído do 25 de Abril e da Constituição de 1976 revista não pode continuar na defensiva como que alheado dos perigos que o espreitam.

A robustez de que o regime democrático dá provas não nos deve convidar ao repouso.

Estão perigosamente iludidos os que consideram ser irreversível o regime democrático e impensável um regresso a regimes autoritários. Não é este o quadro para ensaiar qualquer digressão histórica sobre as características do regime ditatorial ou sobre as formas de opressão e de repressão utilizadas contra os seus adversários durante dezenas de anos. Para além das prisões, das condenações no político Tribunal Plenário, das medidas de segurança, talvez valha a pena recordar que as informações da PIDE obstaram à entrada de muitos quadros democráticos na função pública, nas Universidades, nas Forças Armadas e noutros corpos do Estado. E ainda hoje esses efeitos se fazem sentir.

Aplausos do PS.

Mas passemos à frente.

Ontem, foi inaugurada uma exposição sobre «O Arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo» onde, segundo o relato feito pelo jornal *Expresso* do último sábado: «Após a entrada simbólica na sede da PIDE, desenrola-se o primeiro núcleo da exposição, que incide sobre as organizações policiais da 1.ª República (...) É uma documentação vastíssima sobre as actividades dos principais

adversários e inimigos da República: os bolchevistas, os anarquistas, os monárquicos».

Queremos aqui tornar claro que não haverá qualquer hipótese de relativismo histórico que nos impeça de condenar absolutamente a acção da polícia política da ditadura derrubada na data que hoje se comemora!

Aplausos do PS, do PCP e de alguns Deputados do PSD.

Ao que parece, essa exposição procura mostrar «as actividades de vigilância que a lei permitia, e as que a lei não permitia», no dizer da responsável da exposição.

Também aqui será necessário comentar que essas leis nunca foram aceites pelos combatentes da liberdade durante a ditadura. A repressão legal numa ditadura é mais um escárnio lançado sobre os cidadãos livres!

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Aliás, não há comparação possível entre leis sobre segurança elaboradas por um regime democrático – no qual vigora um código geral de direitos, liberdades e garantias – e a acção neste domínio por parte de um regime político ditatorial ou policial.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Seria o mesmo que as medidas agora tomadas para a criação de um espaço judicial comum na União Europeia acabassem por ser utilizadas por regimes autoritários que substituísem os actuais. Seria uma verdadeira armadilha para os defensores dos direitos humanos, que somos todos nós.

Nesse caso, o espírito democrático criador de um espaço de liberdade, de circulação e de segurança seria substituído por uma nova forma de Santa Aliança repressiva. Não há um só defensor da União Europeia que tal queira!

Talvez que o regime democrático português esteja hoje demasiado confiante na segurança que lhe empresta a sua participação na União Europeia, e estou particularmente à vontade para falar nesse domínio. A fortaleza do regime democrático encontra-se no querer do povo português. O regime democrático não foi induzido do exterior e é internamente que se defende.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – O regime democrático português necessita de se revigorar mediante uma panóplia de políticas que abrangem, sobretudo, os domínios sociais, culturais, educacionais, assim

como os da justiça, da saúde, da segurança e do emprego. Muito se tem feito ultimamente no campo económico e financeiro, no combate à exclusão social e ao desemprego, mas muito ainda há que fazer para resolver estes e outros problemas, como os derivados da insegurança, do racismo e da xenofobia.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – O bom governo é tão importante como as boas leis e o Partido Socialista está em condições para agir nestes dois campos. O que é certo é viver Portugal um bom momento económico e financeiro, conforme certificam todos os organismos internacionais pertinentes.

Esta Assembleia encontra-se em laboriosos trabalhos de parto para mais uma revisão constitucional. Gostaríamos de garantir que esta revisão será a última por largos anos e que dará resposta às necessidades de flexibilização e de adaptação da Lei Fundamental aos novos tempos. Mas não podemos passar a vida a rever a Constituição.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Temos consciência das dificuldades práticas para emprestar ao regime democrático representativo uma maior dimensão participativa. A igualdade perante a lei não deve ser confinada à sua aplicação, mas, antes, deve subir até às esferas da própria elaboração e aprovação desta.

A auscultação da vontade popular deve ser promovida – para além das eleições gerais que sempre hão-de constituir os alicerces da democracia e a fonte de legitimidade dos órgãos de soberania – através de formas mais instantâneas sobre assuntos mais concretos, permitidas agora pelos avanços tecnológicos e que podem ajudar a tomar decisões mais próximas dos interesses das populações, nomeadamente nas questões municipais e regionais. O recurso ao referendo deve ser pautado pela necessidade de emprestar clareza e fundamento às grandes opções políticas e aos temas de sociedade, sem que o seu uso sirva para arruinar as traves-mestras da democracia representativa e sem obrigar esta a derivar para os chamados «governos de assembleia» que foram sempre governos de radicalismo e sectarismo político e social. A regionalização, pelo seu lado, não pode ser encarada como uma fragmentação do País e um processo pelo qual as regiões mais ricas cativariam os próprios recursos fiscais e financeiros, impedindo a sua criteriosa redistribuição por todo o território nacional. Não podemos pretender a solidariedade europeia através do fundo de coesão e dos fundos estruturais e depois negar internamente esse mesmo esforço de coesão inter-regional.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Somos contra o egoísmo regionalista e a arrogância centralista.

Pelo contrário, a regionalização deve ser encarada como uma reforma do Estado tendente não só a uma maior descentralização administrativa como também a facilitar um desenvolvimento mais harmonioso de todo o território nacional. E não se pode dissociar o processo de regionalização do papel integrador dos partidos políticos a nível nacional – será um novo papel para esses partidos. Pelo seu lado, o Partido Socialista assume resolutamente esse papel nacional na regionalização administrativa do continente, como já o faz em relação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O Partido Socialista defenderá sempre o interesse geral e a coesão nacional.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Não é só o Estado que se deve adaptar às novas realidades, os partidos políticos de dimensão nacional também. Seria positivo que todos os partidos estivessem preparados para as novas funções integradoras decorrentes da regionalização.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Convidados, Caros Colegas Deputados: Vou con-

cluir, voltando à origem do regime democrático que aqui nos reúne.

O 25 de Abril de 1974 iniciou o processo que iria levar ao fim os regimes ditatoriais europeus e exerceu certamente influência na democratização da América Latina e na libertação de muitos países africanos. Saudamos especialmente a República de Moçambique e a República de Angola por terem conseguido dar lugar à paz e sentimo-nos solidários com o seu desenvolvimento e progresso, assim como nos sentimos solidários com as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé. E não desistiremos de promover a causa da liberdade para o povo de Timor.

Aplausos gerais.

Como disse a 22 de Setembro de 1976, num governo presidido por Mário Soares, quando era Presidente da República o General Ramalho Eanes, quando Portugal aderiu ao Conselho da Europa graças ao 25 de Abril e à Constituição: «Estamos aqui, para afirmar a toda a Europa democrática aqui representada: vale a pena travar o bom combate. A Liberdade, tal como nós a concebemos, é incontestavelmente a grande ideia que conduz a humanidade na rota da perfeição».

Viva a democracia. Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do Deputado do PSD Mota Amaral e de alguns Deputados do PCP.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Almeida Santos:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Conselho Nacional da República Eslovaca, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Sr. Presidente da República, quis V. Ex.^a, uma vez mais, manter a tradição da presença dos Presidentes da República nas sessões parlamentares comemorativas do Movimento Libertador de 25 de Abril de 1974. Por feliz coincidência, todos os Presidentes da República posteriores àquela data memorável foram homens de Abril, no sentido de terem ajudado a preparar ou a detonar a alvorada libertadora que uma vez mais evocamos.

Como militares ou como resistentes, tem sido essa uma constante que ilustra o significado que o povo português, hoje como no referendo sem votação do 1.º de Maio de 1974, continua a emprestar ao acto de ruptura constitucional com a longa noite da ditadura e da opressão. Decerto em obediência a um raciocínio simples: os melhores guardiões da pureza do espírito de Abril são os que o tornaram possível.

Ilustres Autoridades e Srs. Convidados: Quero agradecer também a vossa presença e o brilho que emprestam a esta cerimónia.

E parto já para uma saudação muito carinhosa aos valorosos Capitães de Abril, aqui ilustremente representados, que, sem saberem que dificuldades iam deparar-se-lhes — e que eram presumíveis —, enfrentaram o «Minotauro» semi-secular que nos oprimia, dispostos a morrer para que pudéssemos ser livres. Quem arrisca a vida pela liberdade dedica a esta a maior prova de amor.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Viria a ser mais fácil do que imaginavam. O medo, em 25 de Abril, funcionou ao invés. De guardador da vinha, passou a guardar, contra o usurpador, o dono dela.

Porquê assim, depois de tanta tentativa frustrada? Exactamente porque, durante o longo cativeiro, quase tão longo como o filipino, a alma portuguesa resistiu. Foram muitos os humilhados e perseguidos. Muitos os que padeceram nas masmorras da PIDE, ou pagaram com a vida a teima em serem livres.

Visitei há pouco, uma vez mais, o campo de extermínio do Tarrafal. A expressão mais aguda de crueldade gratuita, da orla da insanidade mental, que a pirâmide constituída pelo ditador, os ditadorzinhos e os ditadorzecos, se julgou autorizada a infligir a simples cidadãos, muitos deles jovens sonhadores, armados só com a «bazuca» dos seus ideais, com o propósito selvagem de que as condições naturais e prisionais se encarregassem de convertê-los ou matá-los. Registam as crónicas que raros foram os que abjuraram mas muitos os que morreram. E quem visita as câmaras de tortura, onde a absoluta escuridão provocava a cegueira e a exiguidade do espaço, o calor tórrido e a humidade atabafante conduziam a extremos de desidratação e até à loucura, acaba por concluir que as fogueiras da Inquisição, também chamadas a castigar heresias, eram afinal menos desumanas porque mais expeditas.

A pergunta que salta é esta: porquê a crueldade desnecessária? Não bastavam os sólidos muros de betão, com os seus fossos, o seu arame farpado, e o mar imenso a rodear a ilha, para isolar de toda a contaminação ideológica os pobres encurralados neles?

A resposta é só uma: os monstros frios que nos governavam, quais deuses irados, tinham sede de sofrimento e de dor. A explicação da função preventiva, pelo medo, não basta. É que, longe de publicitarem o espólio macabro do seu delírio, ocultavam-no cuidadosamente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em pleno Tarrafal, interroguei-me sobre como tem sido possível que portugueses de recta intenção — quero crer — passem ao lado de tanta crueldade na tentativa de branquearem os responsáveis por ela.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

A verdade é que começa a ser frequente a evocação do maior culpado como governante sério e homem de bem. Talvez porque beneficie da insondável contradição que há em, apesar disso, presumir de piedoso e temente a Deus. Que contas daria ele ao Pai do Céu? Devemos ser tolerantes. Democracia é tolerância. Mas não temos, necessariamente, de ser passa-culpas nem parvos. Efemérides como a que hoje celebramos servem precisamente para delimitar a fronteira onde a tolerância acaba e a conivência começa.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e do Deputado do PSD Mota Amaral.

Mais de duas décadas volvidas, que significado tem hoje comemorar o 25 de Abril? Não se tratará de mais um acesso de saudosismo piegas?

Seguramente não! Se o 25 de Abril foi o nosso reencontro com a liberdade por longo tempo recusada, recordá-lo há-de ser um acto de balanço do que fizemos dessa preciosa conquista. Estivemos à altura da sua preservação? Do seu aprofundamento? Se a resposta é sim, felicitemo-nos! Se é não, teremos então de preocupar-nos!

Há-de reconhecer-se que os caminhos da liberdade, após Abril, não foram lineares. Esquecidos de que o excesso de liberdade pode matar a liberdade, não conseguimos travar os impulsos da longa espera em sermos livres. Vivemos essa nova condição com a embriaguez de uma aurora. E quando nos demos conta de que tínhamos ido longe demais, estávamos à beira da mais perigosa anarquia, que é a que precede as guerras entre irmãos.

Houve, para isso, razões conhecidas. Alguns mitos confortáveis do passado – nomeadamente os relacionados com a situação colonial – prolongaram por cerca de três meses, no espírito de alguns responsáveis, a esperança em soluções que a história havia condenado, por igual período adiando a paz.

A resistência a este facto, potenciada pela ansiedade com que os nossos soldados aguardavam o fim da guerra – que de antemão se sabia não conduzir a nada –, provocou um clima generalizado de indisciplina e até insubordinação, que num ápice contaminou a opinião pública civil. Sabemos ao que isso conduziu.

Corrigido o erro, e admitida a negociação directa com os movimentos que nos guerreavam, sobreveio naturalmente a paz.

Mas tinha ficado entre nós a semente da discórdia. Foi preciso canalizá-la primeiro e neutralizá-la depois. Através de incidentes de percurso que são conhecidos, acabámos por lançar as bases do moderno Estado de direito que hoje somos. Não foi fácil. Mas, precisamente por isso, foi exaltante.

Porque evoco eu a fase tormentosa desse processo? Precisamente porque entendo que, o ter sido difícil o parto, tornou mais precioso o resultado dele. A liberdade não nos caiu do céu. Foi forjada na terra, por homens que cometeram erros e aprenderam com eles. Que aprenderam, desde logo, que a liberdade tem de acautelarse de si mesma. Já alguém disse que «no limite, a liberdade faz do homem livre um fora de lei».

Por isso, neste dia da liberdade, é oportuna uma reflexão sobre ela. Porque foi, no passado, tão difícil? Porque é, no presente, tão vulnerável?

São muitas as explicações. Desde logo a de que, muitas vezes, como lembrou Tocqueville, «é o progresso que gera as revoltas». A capacidade de rebeldia pressupõe, com efeito, as formas de emancipação que traz o progresso. Ou já esquecemos que, mais de milénio e meio depois de Cristo, ainda se incluía a pobreza na ordem natural das coisas, sem reacção contra ela? Sabedor disso, Salazar disse um dia que «um povo que tenha a coragem de ser

pobre, é invencível». Pelas forças do progresso, queria ele dizer, porque foi sempre o progresso o seu principal inimigo.

Por outro lado, semeámos e exaltámos tanto, e durante tanto tempo, o espírito de desobediência contra o autoritarismo – pudera não! – que não pode espantar-nos a extensão desse espírito até aos domínios da autoridade legítima.

É também sabido que, com o acentuar da liberdade cultural e com a horizontalização dos conhecimentos, tornada possível pelas auto-estradas da informação, as mais elementares revelações da autoridade do Estado passaram a ficar à mercê da contestação da sociedade civil, cada vez mais reivindicativa e mais brigona, e com os cidadãos cada vez mais ansiosos por participarem politicamente, por agora ao nível das decisões que lhes dizem mais directamente respeito.

Para além disso, fica o ramalhete das crises de desadequação das respostas do passado às vertiginosas mutações operadas no tecido político, económico, ético e social do presente.

Assim como não deve aplicar-se remendo novo em pano velho, também não devem dar-se respostas velhas a problemas novos. Desta contra face do seu bem conhecido aviso esqueceram-se, lamentavelmente, as Escrituras.

Mas a nova situação é iniludível. De repente, damo-nos conta de que as instituições, as práticas e os valores envelheceram. E de que categorias e referências que tínhamos por axiomáticas e até sagradas entraram em processo de obsolescência e banalização. O Estado – todos os Estados democráticos, sem excepção –, enquanto garante da liberdade dos cidadãos, viram posta em causa a sua autoridade. A lei, que começou por ser a expressão da vontade de deuses, vê-se crescentemente dessacralizada e desobedecida. E já fomos lembrados de que «entre o forte e o fraco é a liberdade que oprime e a lei que liberta». A ordem dissolve-se em insegurança. O emprego escasseia às mãos das novas tecnologias. O liberalismo económico produz discriminando, indiferente às clamorosas injustiças da distribuição. Cresce, globalmente, o número de marginalizados e excluídos. Um vertiginoso processo de globalização deixa em desequilíbrio e em processo de apagamento as unidades políticas tradicionais. Regressam os fantasmas do racismo e da xenofobia. A demografia explode. Os equilíbrios naturais claudicam. Os próprios valores, em geral, perdem respeitabilidade e altura ética. E este «tornado» é indiferente a eventuais equilíbrios em pequenos espaços.

Acontece até que o nosso País, que seria ridículo qualificar de oásis (embora já o tenha sido!), está longe, felizmente, do alto da desgraça. Os mais insuspeitos indicadores dão a economia a crescer acima da média europeia, a inflação a descer confortavelmente, o desemprego a estacionar, a criminalidade relativamente controlada, a moeda estável, o Estado de direito firme nos seus pergaminhos e o rendimento mínimo garantido é, desde já, o

mais decisivo e eficaz combate contra a pobreza e a exclusão social na história de todos os governos portugueses, pelo reflexo contra a criminalidade, a insegurança e o flagelo da droga.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Mas nem por isso é menos perigoso alimentar ilusões. Num mundo em que tudo imparavelmente interdepende e se globaliza, deixou de haver excepções e refúgios duradouros. Todos – continentes, países, regiões e cidadãos – somos prisioneiros dos traumas da nossa própria civilização. E, pior do que isso, da generalizada inconsciência da gravidade de que se revestem. Mas a que vem este aviso premonitório a propósito do dia da liberdade?

Vem como chamada de atenção para o facto de que são hoje outros, e diferentes do que eram à data da revolução de Abril, os inimigos da liberdade. Tão outros e tão diferentes que, aplicar aos de hoje as receitas de então, equivaleria a tentar curar um cancro com papas de linhaça.

Em 25 de Abril de 1974, pôde um punhado de bravos militares devolver-nos a liberdade, que é o supremo bem. Mas fê-lo no quadro de uma ordem militar que, já nesse então, de algum modo, pertencia ao passado. A sua bravura foi, na oportunidade, o antídoto adequado ao derrube do regime policial. Hoje, perante os novos inimigos da liberdade, a sua bravura seria pouco menos do que inútil. Contra eles, seria reforçativa, ou pouco menos, uma sublevação armada.

É claro que o problema não se põe. Os capitães de Abril foram a resposta adequada porque a velha ordem militar sufragava – contrariada e não –, havia décadas, o poder despótico. Hoje, as Forças Armadas Portuguesas garantem o novo regime democrático e o novo Estado de direito, suportes institucionais das liberdades que a Constituição consagra. É esta, hoje, a sua principal missão, a sua honra e a sua glória!

Os inimigos só não serão outros na exacta medida em que deixámos de substituir as perversões autoritárias que nos empenhámos em destruir. Esquecidos, afinal, de que «só destruímos aquilo que substituímos».

Nesta linha de precaução, destruir sem substituir é encomendar a prazo o que julgávamos ter destruído.

Penso concretamente no autoritarismo que destruímos, sem a imediata preocupação de o substituímos pela autoridade legitimada democraticamente. Viemos a corrigir essa falta. Põe-se agora a questão de saber se lográmos fazê-lo a tempo e na dose bastante. Isto é: se não deixamos ir até longe demais a não preservação da autoridade legítima e se, assim procedendo, não soltámos perigosamente os demónios da desobediência e da rebelião civil, com risco de, pondo em causa a ordem, pormos de novo em causa a liberdade.

Quais são, então, os novos inimigos da liberdade? Já implicitamente o disse. São, para tudo dizer numa frase redonda, as injustiças sociais e os sentimentos de desobediência e rebelião civil que despertam.

Os novos inimigos, contra os quais temos de direccionar estratégias inovadoras, são a pobreza, a exclusão social, a ignorância, o desemprego, a droga, os conflitos étnicos, a desumanização das cidades, a desertificação do mundo rural, a angústia ecológica, o amoralismo dos comportamentos, enfim, a insegurança como ponto de encontro de tudo isso.

São estes os inimigos da democracia – porque a fragilizam – e da liberdade – porque lhe contrapõem, espero que sem êxito, o valor ordem. Tenho-o dito muitas vezes: no dia em que a ordem for colectivamente mais valiosa e desejada do que a liberdade, os mesmos que se bateram por esta reclamarão aquela. Confundirão, é claro, ordem com compulsão. Mas foi esta, não esqueçamos isso, a mais frequente via de acesso dos ditadores aos cadeirais do poder. Já vamos nos cortes de estrada; na ocupação de lugares; na bravata reivindicativa; nas milícias privadas; em assomos de perseguição étnica; em actos de crueldade que, nem por serem pontuais, deixam de ser preocupantes; no vale tudo de uma sociedade em que a competição sem regras resiste ao freio dos valores. Ou travamos os factores causais de tudo isso ou, à aceleração das causas, corresponderá fatalmente a explosão dos efeitos.

Perante este exacerbado exercício de poderes de facto, o Estado português, em decorrência de fenómenos civilizacionais, que não domina, e de constrangimentos de integração europeia, que se não empenha em dominar, vai perdendo capacidade de intervenção. As alavancas da economia cada vez mais lhe escapam; em breve lhe escapará a regulação monetária e cambial; fatias de poder libertam-se ao nível da cúpula, pela via da integração, e ao nível da base, pela via autonómica e descentralizadora; áreas suculentas do seu sistema jurídico têm novo dono; a lei, como instrumento da sua vontade, perde esplendor e acatamento; os suportes tradicionais dos valores que impregnavam o próprio direito entraram em quebra ou em recuo. Governar é hoje, em todas as democracias, um exercício difícil. Quase um número de circo. Exige-se dos governantes o que não está muitas vezes ao seu alcance. Exige-se deles, por vezes, uma coisa e a sua contrária: a liberdade até ao abuso e a ordem até à posição de sentido; a igualdade social e a liberdade de competir; a autoridade legitimada pelo voto e a autoridade religitimada pela opinião.

São, pois, estes os novos inimigos contra os quais são irrecuperáveis a ordem militar, a velha ordem económica, a velha ordem política, a velha ordem social, a ordem cultural e a ordem ética do passado. Do que se precisa é de um novo pacto social global abençoado pelo fantasma de Rousseau.

Sei até que ponto isto cheira a utopia. E não desconheço que o pensamento utópico chega até nós maculado de insucesso. Mas nunca a utopia de um Mundo Novo e de um Homem-Outro foi tentada sob o acicate da ameaça de alternativas catastróficas. Entre a retoma do sonho e a psico-dependência do optimismo e da ambiguidade, recusemos os custos desta dependência. Recusemos o *prêt a penser*. Rebelemo-nos contra os titãs da informação global que nos impingem formas acrílicas de pensar o mundo.

Pôr tudo em causa. Repensar tudo como se nunca o tivéssemos feito. E sobretudo recusar os narcóticos informativos e discursivos que preenchem o nosso quotidiano, como se os verdadeiros problemas do País e do mundo fossem a crise dos árbitros, o montante das propinas, as tricas dos partidos ou a cor das gravatas de um ilustre magistrado.

Nada está, em definitivo, perdido. Todas as grandes mutações civilizacionais se fizeram com dor. E nunca o homem dispôs de meios – técnicos e outros – tão aptos a revolucionar o *statu quo*. O homem já foi capaz de uma Renascença. Por que não de outra? Emerge uma sociedade civil ávida de intervenção e de poder? Responsabilizemo-la, em vez de desconhecê-la e muito menos de amordaçá-la.

Está visto que a competição, só por si, não é capaz de dirigir o planeta? Reinventemos um novo modelo económico que produza sem destruir e distribua sem marginalizar.

Está aí, sob os nossos olhos, uma nova civilização global? Instituíamos centros de decisão planetária para os problemas que deixaram de ter respostas nacionais.

A soberania clássica adapta-se mal à liberalização das trocas, à abolição das fronteiras, à internacionalização das decisões,

à mundialização dos fenómenos? Retiremos desse facto as consequências que comporta. Não temos, necessariamente, de viver com o passado às costas!

Novas formas de cidadania são exigência indeclinável da vida moderna? Construamo-las contra o racismo, os conflitos étnicos, a exclusão social, o fundamentalismo religioso, o isolamento do indivíduo, a degradação da pessoa humana.

O egoísmo alastra como nova peste? Enraizemos no ser humano um novo sentido de partilha de um património e um destino comuns, ultrapassando a lógica da sobrevivência e da agressividade. A liberdade não assegura, só por si, o mínimo de igualdade sem o qual a própria liberdade perde significado e sentido? Reequilibremos esses dois valores por apelo a novas formas de regulação político-social, com o Estado (não há outro remédio!) em posição de arbitragem.

Os valores patriarcais entraram em decadência? Enraizemos no ser humano, desde a educação pré-escolar, os novos valores do civismo, dos direitos e dos deveres universais.

A democracia tecnicizou-se? Reconduzamo-la à sua matriz cívica e ética.

Há leis a mais? Revoguem-se!

Há autoridade a menos? Reforce-se!

A informação anarquiza? Reconheçamos-lhe um estatuto de poder responsável.

A esperança é possível. Mas é preciso fazer por ela. A celebração do dia da liberdade é um bom dia para balanço. Do que já fizemos. Do que deixámos de fazer. Do que é preciso que se faça.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Jorge

Sampaio: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Ilustres Convidados, Autoridades Cívicas e Militares, minhas Senhoras e meus Senhores, Portugueses: Festejamos a Liberdade no dia que tem o seu nome e no lugar onde ela se expressa e exerce diariamente, constituindo o seu grande símbolo institucional – a Assembleia da República.

Neste dia, lembramos aquele outro dia de há 23 anos, quando Portugal reassumiu o seu destino e o povo voltou a ser sujeito da soberania nacional. Essa foi a data fundadora do novo regime democrático português, que nos orgulhamos de servir e que queremos aperfeiçoar.

Saúdo, em testemunho de homenagem e gratidão, os que tornaram possível e fizeram a Revolução – os militares de Abril, heróis da Liberdade, e todos aqueles que, durante décadas, resistiram e lutaram pela democracia, não aceitando a ditadura como inevitável ou invencível.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

As grandes datas da História contêm uma energia simbólica que se actualiza e renova quando as celebramos. O 25 de Abril é portador de uma extraordinária memória de emoção colectiva e representa um daqueles momentos raros em que a História se dá a conhecer, sintetizando-se num acontecimento, que marca, no tempo, o antes e o depois. Lembremos esse dia, não apenas como passado, mas como um dia que continua presente, porque soube antecipar e influenciar o futuro.

É esse 25 de Abril de renovação, de dinamismo e de abertura à modernidade que queremos e devemos celebrar, dirigindo à juventude, sobretudo àqueles que já nasceram depois de 1974, a sua mensagem criadora de liberdade, de rebeldia e de esperança. Por isso mesmo, gostaria de sugerir que, daqui a 2 anos, quando o 25 de Abril fizer 25 anos, em 1999, na passagem para o novo século, tivéssemos imaginação para assinalar a data com um programa virado para o futuro, no qual seria posto em evidência o que a instauração da democracia representou para a modernização

do País, a sua abertura ao mundo, a sua transformação cultural e a criação de uma mentalidade contemporânea, inovadora, criativa e capaz de iniciativa.

Na sua concepção e realização, este programa poderá juntar os jovens, os artistas, os cientistas, os professores, as Escolas, as Universidades e envolver as associações da sociedade civil, os centros de novas tecnologias e de criação cultural. Tornar-se-ia, assim, numa manifestação de confiança na nossa capacidade para enfrentar o século XXI, num testemunho do poder realizador da liberdade individual e colectiva, numa afirmação, afinal, dos valores universais da democracia.

Neste tempo que é o nosso, caracterizado como nunca pela consciência que temos da complexidade de tudo, da aceleração da vida, da instabilidade dos modelos e da incerteza, precisamos saber agir, simultaneamente, com flexibilidade e com firmeza. Isto é, com expectativa e abertura à novidade e à mudança, mas também com fidelidade a princípios fundamentais e determinação na sua defesa. O fim das certezas definitivas não significa que não tenhamos convicções, nem que renunciemos a lutar por elas. A política não pode confundir-se com uma mera tática de conquista ou de conservação do poder. Precisa, mais do que nunca, de ideias e de causas claramente assumidas, de ideais e de objectivos, mesmo que saibamos que são contingentes, como tudo o que pertence à vida dos homens e ao que eles concebem e realizam. As mudanças tão radicais dos últimos anos transformaram a sociedade e a cultura, a economia e a política. Hoje, o mundo é outro. A própria imagem que tínhamos de nós foi alterada. É preciso responder com novas ideias, novos valores e novas formas de acção a novíssimas questões. Não devemos ter receio de mostrar que não sabemos nem podemos tudo e que não temos respostas feitas e fáceis. Procuremos, pois, com a vontade de encontrar e encontremos com o desejo de procurar ainda. Não tenhamos a tentação de substituir a busca que é feita com consciência, imaginação, competência e rigor pelo pensamento pronto-a-usar, que pode provocar alguns efeitos sensacionalistas, mas pouco serve para o que verdadeiramente conta no futuro.

O regime democrático que nasceu com o 25 de Abril, nos 23 anos em que se consolidou e desenvolveu, teve de responder a muitos problemas complexos, alguns específicos e próprios da situação portuguesa, outros enfrentados por todos os países. Tivemos de vencer dificuldades e contradições, tornear obstáculos, afastar riscos.

Essa experiência histórica representa um património muito valioso. O código genético da nossa democracia tem as marcas da adaptabilidade e do auto-aperfeiçoamento, mas é também portador de referências e valores sólidos que são fundamentais. Os primeiros desses valores são, naturalmente, a liberdade e a tolerância. As referências capitais são o impulso solidário e a vontade modernizadora e de abertura.

Neste dia, é bom que lembremos os nossos direitos democráticos, mas também os nossos deveres para com a democracia, a nossa responsabilidade na sua vitalidade e aperfeiçoamento. É necessário lutar contra as rotinas que geram o imobilismo e contra as formas de instalação que provocam o comodismo, a passividade ou a indiferença. Sabemos que a democracia tem de ser praticada e participada, com uma atitude activa. Mas é preciso, num tempo em que tudo mudou, inventar novas formas de participação, de intervenção e de mobilização, pelas quais a cidadania se exerce, vencendo a tentação do egoísmo que fecha os indivíduos e os grupos nos seus interesses imediatos.

Por isso, é fundamental que encontremos novos meios de aproximação da política aos cidadãos e de abertura à sociedade e aos movimentos que a percorrem e lhe dão dinamismo. Esta procura cabe, em primeira linha, aos partidos políticos, que têm de ser prestigiados e tidos como os grandes instrumentos de intervenção política na vida colectiva.

Todos sabemos que não é fácil, nas condições de hoje, desempenhar esta função. A própria natureza do poder e do seu exercício alterou-se completamente. O poder está, actualmente, multiplicado, despersonalizado, disperso, mundializado, mediatizado e os seus efeitos produzem-se a partir de dispositivos móveis e mutáveis, cuja substância, em tantos casos, conhecemos mal e não controlamos. Vivemos num mundo de signos, de objectos de consumo, de fluxos de informação, de técnicas, de imagens, em que os laços sociais tradicionais se fragmentaram e fragilizaram, no qual o conceito de realidade se alterou e em que culturas ancestrais se desagregaram. À razão una e universal, sucedeu uma pluralidade de nacionalidades diferenciadas, específicas e locais. Nas nossas sociedades desenvolvidas, a produção e a difusão de informações e de imagens ocupam o lugar que, no passado recente, era o dos bens materiais.

Face a esta situação tão complexa, desconhecida e incerta, os partidos políticos podem ter a tentação de se fecharem sobre si mesmos. Mas esse risco corre-o também a própria sociedade e os indivíduos, como, infelizmente, se tem visto com a emergência de fenómenos de racismo, xenofobia, nacionalismo agressivo, populismo e com o recurso a formas violentas de afirmação identitária e a meios ilegais de autoprotecção e autodefesa.

Temos de prevenir esses perigos, de que, também entre nós, têm aparecido alguns preocupantes sinais. A exclusão tem de ser combatida, decididamente, nas suas causas, que são culturais, económicas e sociais, mas também nos seus efeitos.

Devemos ter consciência de que a identidade individual ou colectiva se afirma, não no medo que paralisa e gera a intolerância, mas no reconhecimento praticado de que a nossa dignidade é inseparável da dignidade daqueles que são nossos semelhantes, quaisquer que sejam as diferenças em relação a nós, às quais, aliás, têm pleno direito.

As grandes áreas urbanas, por exemplo, são, actualmente, universos complexíssimos, submetidos a tensões permanentes e a rupturas bruscas e nas quais tantas vezes a falta de raízes, a erosão dos valores, a crise das referências, a solidão interior e as condições duríssimas de vida são marcas dramáticas que criam uma espécie de anonimato moral e afectivo.

Fenómenos como a droga e a criminalidade, que lhe está associada, não podem ser combatidos eficazmente sem serem analisados deste ponto de vista.

Por isso mesmo, é comum dizer-se que o futuro das nossas sociedades se decidirá, em larga medida, na capacidade que demonstrarmos na luta contra estes flagelos e na necessária rehumanização da vida nos grandes aglomerados urbanos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia é o regime em que os princípios e os valores se afirmam e em nome dos quais se age e reage com legalidade, razoabilidade e eficácia. A democracia, porque é aberta, antidogmática e plural, é o regime que está mais apto a acolher o desconhecido, a mudança, a novidade, a diferença.

É preciso dar à política — às ideias, às propostas, ao debate — o lugar que nenhuma técnica de imagem ou de *marketing* pode ocupar. É preciso que a acção política seja rigorosa nos seus critérios e transparente na sua ética. Problemas como os do financiamento da vida política não podem ser iludidos nem adiados por mais tempo. Têm de ser assumidos mediante o estabelecimento de regras claras, que evitem a suspeita ou a desconfiança, pois, como sabemos, as regras que existem têm graves lacunas, são ineficazes e estão inadequadas à situação actual. Isto é fundamental para a saúde da democracia e constitui, como sabem, uma antiga e constante preocupação minha. Ao voltar a referi-la de novo, hoje, aqui, gostaria que os Srs. Deputados, a quem cumpre legislar sobre esta matéria, a tomassem como um apelo que vos faço.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É necessário que o Estado exerça a sua autoridade democrática, legitimada pelo voto livre dos eleitores. É necessário que se reforce a relação de confiança entre o Estado e a sociedade dos cidadãos, entre os eleitores e os eleitos. É necessário que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos. A democracia é o regime de tolerância mas não da permissividade ou do demissionismo. É o regime da liberdade mas não da insegurança. É o regime da negociação, do diálogo, da concertação e, se possível, do consenso, mas também — não o esqueçamos — da decisão, da iniciativa, das reformas, da autoridade democrática.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do PS.

É o regime da descentralização mas também o da coesão nacional. É o regime da justiça em que a justiça deve funcionar com prontidão e eficácia. É o regime da lei e não o do arbítrio ou do abuso. Não há autoridade democrática sem lei, nem lei sem autoridade democrática.

É imperioso, face às transformações tão profundas ocorridas nos últimos anos, que o Estado esteja apto a desempenhar as novas funções a que é chamado, mas, sobretudo, que conceba e organize de forma nova e mais eficaz as suas funções de sempre. Seria injusto não reconhecer o trabalho de modernização que, em muitos sectores de Administração, se tem vindo a fazer, nas últimas duas décadas, com dedicação e competência. Mas não seria lúcido ficarmos por esse reconhecimento. Importa também dizer que é preciso fazer mais, melhor e, sobretudo, com maior rapidez.

Entenda-se — é bom lembrá-lo — que a lógica primeira do Estado é a defesa do interesse geral e do bem comum e não a da satisfação de corporativismos ou a da cedência a grupos de pressão particulares, que contradigam essa lógica geral.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos a comemorar os 20 anos das primeiras eleições autárquicas que instauraram o poder local democrático. Trata-se de uma grande conquista do 25 de Abril, que mudou Portugal para melhor. Ao assinalar a data, quero, desta tribuna, prestar homenagem aos autarcas de todos os partidos e de todos os concelhos e freguesias do País.

Aplausos gerais.

O trabalho realizado ao serviço das populações honra o nosso regime democrático. As próximas eleições constituirão, estou certo, uma reafirmação da vitalidade do nosso poder local e da sua capacidade de renovação.

Neste final de século e com a experiência que acumulámos nas últimas décadas, país aberto e plural que partilha com os seus parceiros europeus problemas e expectativas comuns, a democracia portuguesa encontrará, com o contributo de todos, os caminhos da modernização e do seu aperfeiçoamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Reencontrada a liberdade em 25 de Abril de 1974, fechado o ciclo do Império, institucionalizada a democracia, a integração de Portugal na Europa representou a grande opção de fundo e a decisão de maiores consequências para o nosso futuro colectivo. Sabemos, hoje, que foi feita na hora certa.

Estamos na Europa não apenas porque somos europeus, pela geografia, pela história e pela cultura. Estamos na Europa porque

temos uma ideia de Europa, um projecto europeu pelo qual nos batemos e ao qual estamos associados.

O momento actual é determinante para o futuro desse projecto. Nos próximos meses, decidir-se-ão as questões essenciais que condicionarão o processo de unificação da Europa e que têm a ver com a moeda única, a revisão do Tratado da União Europeia, os critérios de alargamento da União. Num tempo seguinte, terão de ser concebidas e definidas as Perspectivas Financeiras pós 1999, as reformas das políticas comuns e a redefinição das estruturas institucionais no âmbito da Defesa e da Segurança europeias. Nenhum destes objectivos é politicamente dissociável dos restantes e, em conjunto, representam um autêntico programa de refundação da Europa comunitária.

Os membros actuais da União Europeia subscreveram um contrato que traduziu uma certa concepção e foi fruto de determinadas circunstâncias, as quais, entretanto, se têm vindo a alterar. Não conhecemos, ainda, qual será com toda a exactidão a Europa do futuro, mesmo do futuro mais próximo. Sabemos, todavia, que ela será muito diferente do que tem sido até agora.

À construção dessa Europa, Portugal tem o direito e o dever de prestar o seu contributo próprio e até original. Temos, neste momento, uma oportunidade, talvez irrepetível, de ocupar uma posição no núcleo central dessa construção e desse projecto.

Não podemos malbaratar essa oportunidade. Ela é decisiva para superar atrasos acumulados, durante décadas, e para vencer duradouramente alguns riscos de isolamento e de marginalização, que a nossa posição no extremo ocidental do continente poderia criar.

O nosso principal desafio é, pois, o desafio europeu e muitos dos outros que temos estão ligados a ele. Em conjunto com os nossos parceiros, temos de saber estar à altura da nova situação decorrente do fim da guerra fria e que permite unificar as democracias europeias num espaço de prosperidade e de paz. Sem concessões quanto aos nossos interesses vitais, estamos empenhados nessa tarefa comum de consolidação das novas democracias, de garantir a segurança regional, de contribuir para a paz no mundo.

Essa Europa, qualquer que seja o modelo em que vier a configurar-se, não poderá construir-se contra uma parte dela. O projecto europeu terá de ser, mais do que tem sido, um grande projecto político, social e cultural, fundado em valores e em princípios, com um dinamismo e uma ousadia capazes de mobilizar os cidadãos europeus. Para isso, terá de assentar na solidariedade e na coesão entre os seus membros. Os temas de solidariedade na Europa e em cada país que a constitui estão indissolivelmente ligados e são as grandes questões que temos de enfrentar e que se vêm arrastando há demasiado tempo. Só a resposta da solidariedade e a luta contra as várias formas de exclusão são meios eficazes de combater o dualismo social que ameaça as nossas sociedades e que, a prazo, poria em causa o nosso próprio desenvolvimento.

Depois da experiência dos últimos anos, sabemos hoje que o crescimento económico só é verdadeiramente sustentado se for acompanhado pela luta firme contra as desigualdades sociais, quer as que se perpetuam, quer as que surgiram de novo.

Aplausos do PS.

Sem a defesa e o desenvolvimento dos direitos sociais não há Europa do futuro.

Os direitos sociais não têm, por isso, lugar num segundo tempo, depois dos direitos políticos. Uns e outros condicionam-se reciprocamente, uns dependem dos outros. Não podemos cair num erro simétrico daquele que dava o primado aos direitos sociais sobre os direitos políticos e cujas consequências conhecemos. Nem substituamos o antigo determinismo histórico por um novo determinismo económico.

Não há automatismos sociais nem determinismos económicos e tecnológicos que resolvam, por si, os problemas da exclusão, do desemprego, da precariedade. Eles são problemas políticos e têm de ser encarados como tal, pois a sua superação depende da nossa vontade de lhes fazer frente, mesmo, como todos realisticamente sabemos, se as soluções não são fáceis de encontrar.

É por isso que as questões da regulação do mercado de trabalho e as reformas dos sistemas de protecção social constituem desafios centrais dos nossos dias. Essas questões exigem decisões de fundo que, embora feitas com a participação dos parceiros sociais, só podem ser assumidas por aqueles que dispõem de autoridade institucional e legitimidade política, as quais, nas sociedades democráticas, são concedidas pelo sufrágio universal e só por ele.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

A igualdade de oportunidades, que é e deve continuar a ser, também, um dos temas fundamentais das nossas sociedades, só pode ser assegurada pelo acesso à escola e à formação ao longo da vida. A aposta na educação, na investigação científica e na cultura é uma exigência capital e do seu sucesso depende, em larga medida, o nosso futuro como país e a vitalidade da nossa democracia, que também se mede pela capacidade de responder aos anseios das pessoas, encontrando soluções para os seus problemas, as suas angústias, as suas expectativas.

Se sabemos, porém, que ninguém fará por nós o que não fizermos a tempo, temos ainda consciência de que esses nossos grandes desafios são também grandes desafios da Europa. É nela e com ela que podem ser enfrentados com êxito.

Minhas Senhoras e meus Senhores: País europeu, Portugal integra também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O nosso lugar na Europa só sai reforçado, aliás, com a institucionalização

da comunidade lusófona e os países irmãos que falam o português esperam muito do nosso papel na União Europeia. Ainda recentemente, tive oportunidade de confirmar isso mesmo, em Luanda, onde estive presente na cerimónia de posse do novo Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional, para transmitir ao povo martirizado de Angola a mensagem fraterna e os votos de paz do povo português.

No mundo actual, os países, se valem pela sua dimensão e pelo seu peso económico, valem, também, pelas causas que defendem na cena internacional, pelas iniciativas de política externa que tomam, pela determinação que revelam, pelas propostas que fazem, pela participação que asseguram nas organizações internacionais, pelos conjuntos que integram, pela presença e pela acção que exercem nos teatros em que a paz se joga. A eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas mostra isso mesmo. A sensibilização crescente da opinião internacional para a questão de Timor Leste, com a atribuição dos Prémios Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta, é também prova disso.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Nos planos internacional, europeu e nacional, Portugal precisa de Forças Armadas prestigiadas, eficazes, disciplinadas e modernas.

Aplausos do PSD.

A presença militar portuguesa na Bósnia e em Angola é, desse ponto de vista, demonstrativa. Os assuntos que às Forças Armadas respeitam, não podem, assim, ser considerados de tipo corporativo ou apenas do seu foro interno. São assuntos que têm a ver com a soberania da nação, com os seus interesses estratégicos, com o seu lugar na Europa e no mundo, com a paz e a segurança. Interessam a todos os portugueses e devem ser encarados como tal pela sociedade civil.

As novas e tão importantes missões que, interna e externamente, as Forças Armadas são chamadas a desempenhar exigem a sua evolução. O quadro estratégico que a determina não está completamente definido, tanto mais que, como sabemos, a incerteza domina o actual sistema de relações internacionais e que a perspectiva europeia de segurança e defesa está longe de ter estabilizado.

Não é, por isso, fácil traçar o sentido e os parâmetros dessa evolução, que ocorre forçosamente numa situação instável de mudança. Só o empenhamento de todos – Estado, sociedade civil e instituição militar – permitirá às Forças Armadas Portuguesas fazerem as reformas e as adaptações necessárias, de modo a que possam desempenhar o papel insubstituível que a nação espera e necessita.

As Forças Armadas Portuguesas, que tão patrioticamente e com tanto valor têm desempenhado missões que prestigiam o País, têm direito ao nosso reconhecimento e louvor.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PCP.

É com muita honra que, como seu Comandante Supremo, lhos testemunho, neste dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses: Os desafios que temos pela frente não são fáceis. Exigem dedicação, trabalho, persistência. De cada um de nós e de todos em conjunto, depende que os ganhemos, para bem dos portugueses, sem que ninguém seja excluído.

A liberdade que, há 23 anos, encheu as ruas de alegria dá-nos forças para inventar um futuro melhor, cumprindo os ideais generosos do 25 de Abril.

Não temos direito de recuar perante os desafios nem de desanimar face às dificuldades. Os cravos que usamos, neste dia, em homenagem e evocação do primeiro dia em que os usámos, são o símbolo da esperança que se renova e acrescenta porque, afinal, vivemos em Liberdade.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Está encerrada a sessão.



Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

1998

Oradores

Heloísa Apolónia
Partido Ecologista Os Verdes

Odete Santos
Partido Comunista Português

Luís Queiró
Centro Democrático Social – Partido Popular

Mota Amaral
Partido Social Democrata

Alberto Costa
Partido Socialista

Almeida Santos
Presidente da Assembleia da República

Jorge Sampaio
Presidente da República

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, declaro aberta a sessão solene comemorativa do 24.º aniversário do 25 de Abril. (...)

Dando início às intervenções programadas, tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.



A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): – Sr.

Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

«Perante o estado de negação da liberdade e de injustiça que tínhamos atingido, perante as nulas esperanças em melhores dias, havia que mudar o regime (...), para, dando liberdade e democracia, garantir ao povo a escolha do destino colectivo». «Nunca tinha visto o povo a manifestar-se assim». «Estava lá fora o Poder no Povo e este estava na rua». «O Povo na rua não roubou, não estragou, não insubordinou; colaborou e avançou na Revolução». Um testemunho de Salgueiro Maia sobre o dia 25 de Abril de 1974, dia em que foi derrubado o regime fascista. O regime desligado das pessoas e da realidade, o regime do poder de poucos e da miséria dos outros todos, o regime da opressão, da tortura, da violência, da censura, da perseguição política ficara para trás, porém, deixando marcas que o tempo não apaga, que ficam presentes por toda a vida e que se propagam de geração em geração numa repulsa e num desejo profundo de nunca ter de viver essa realidade.

É, por isso, fundamental que fiquem os testemunhos daqueles que viveram o terror do fascismo, para que ninguém consiga branqueá-lo nem aligeirar uma das páginas mais negras da História. Foi Abril que permitiu acreditar – a coragem, a consciência cívica, a luta pelas causas justas de homens e mulheres, essas, fizeram Abril. A esses homens e mulheres devemos hoje a conquista de valores e de direitos que nos regem, que consideramos tão intrínsecos à vivência colectiva e à vida de cada um de nós que até custa a crer como outrora não era assim. A democracia, a liberdade, resultaram da Revolução de Abril e a todos quantos a fizeram, em particular aos Capitães de Abril o devemos.

Hoje, às gerações que já cresceram e nasceram em democracia e liberdade cabe aprofundar esses valores e cumprir Abril. Aprofundar a democracia e cumprir Abril não é manobrar, como

quem não quer a coisa, comportamentos e condicionar pensamentos e atitudes dos cidadãos, como se pretendia fazer com a revisão do sistema eleitoral; não é enfraquecer valores fundamentais, como se fez na revisão constitucional; não é afastar dos cidadãos os centros de decisão da política que se repercute na vida de cada um de nós, com a prossecução de uma política totalmente virada para a moeda única; nem tão-pouco é desprestigiar e negar a democracia representativa, como se fez com o processo da interrupção voluntária da gravidez.

Aprofundar a democracia e cumprir Abril é dar espaço à criatividade de cada pessoa e à autonomia do pensamento; é garantir o pluralismo; é intensificar a participação de todos e garantir a real participação das mulheres na vida política; é prestigiar todos os centros e espaços da democracia em Portugal.

Aprofundar a democracia e cumprir Abril é intervir, séria e responsabilmente, sobre os problemas que afectam os cidadãos, conhecê-los e dar-lhes resposta adequada; é respeitar totalmente e garantir que todas as crianças conheçam o tempo e o direito de se ser criança; é garantir uma maternidade consciente, feliz e desejada e, para isso, atribuir o direito de opção; é proporcionar educação para todos com qualidade e garantir igualdade de oportunidades; é garantir o espaço para o desenvolvimento físico e psíquico dos cidadãos; é democratizar o acesso à cultura; é garantir o direito à segurança no presente e no futuro, proporcionando o direito ao trabalho e ao bem-estar social; é pugnar por uma mais justa distribuição da riqueza; é agir pelo efectivo direito à saúde; é respeitar as diferenças, construindo e ordenando o espaço de modo a proporcionar mobilidade para todos os cidadãos, humanizando os espaços; é enriquecer com a multiculturalidade; é respeitar os mais idosos que no passado fizeram o nosso presente; é garantir o pleno desenvolvimento social, não permitindo que este seja ultrapassado pelo economicismo desenfreado.

Aprofundar a democracia e cumprir Abril é também respeitar o património comum, fundamental à sobrevivência e à qualidade de vida das pessoas e, para isso, promover a utilização racional dos recursos naturais, não desperdiçar nomeadamente os recursos renováveis, valorizar o património natural, optar por soluções e medidas ambientais que salvaguardem a saúde pública e proporcionar o equilíbrio e a harmonia, promovendo um desenvolvimento sustentável, para o que é fundamental combater as assimetrias regionais, nomeadamente através da regionalização, aproximando os centros de decisão aos cidadãos, que democraticamente devem eleger todos os seus representantes, e promovendo políticas de desenvolvimento regional. É em liberdade que se expande a consciência ecológica, uma nova consciência de relação do Homem com a natureza, que tem necessariamente por base um direito à informação e ao conhecimento que inspire ao respeito, à intervenção e à mobilização. Por isso, falar de Abril é também, já noutra escala, falar da neces-

cidade de uma revolução global, da solidariedade entre povos e da necessária cooperação entre Estados, para a preservação do planeta e da humanidade. Isto, especialmente, quando fenómenos de dramática intensidade, agravados pela acção do Homem, baseada no lucro e no economicismo, começam a destruir o planeta. Porque falar de Abril é falar de construção, aqui fica o apelo para a garantia da preservação do futuro.

Falar de Abril é, necessariamente, falar do Abril que está por fazer noutras partes do mundo, onde cidadãos do mundo, oprimidos, vítimas da ditadura, coarctados de liberdade e de democracia, lutam na sua coragem e com todas as forças contra todas as limitações. É preciso firmeza: o mundo precisa de um Timor-Leste livre e independente, o mundo precisa do respeito total dos direitos humanos.

Minhas Senhoras e meus Senhores: Comemorar o 25 de Abril é cumprir Abril em cada dia. A revolução eternizada pelo poder da canção, pelo poder do conto e da poesia, designadamente da poesia popular, que me vou permitir citar, de António Bernardino: *E Abril então correu/Partiu grades, cadeados/Partiu correntes, algemas/Partiu muros e telhados/E correu louco de amor/Lançou cravos encarnados/E gritava liberdade/Como um louco embriagado/Correu vales, correu montes/Para respirar ar novo/E nunca mais morrerá/Enquanto existir o povo.*

Viva o 25 de Abril!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: – Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.



A Sr.ª Odete Santos (PCP):— Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Chegara um tempo em que a vida era uma ordem, como diria Carlos Drumond de Andrade. Um tempo de partir em liberdade. Um tempo para cumprir a História, a inevitável história do futuro. Abril estava na rua, já sem peias. Na madrugada que conheceu surpresas, esperanças e certezas, o posto de comando do Movimento das Forças Armadas devolvia ao povo a alegria usurpada, liberdades espezinhadadas. Inventando o amor com carácter de urgência, na profecia de Daniel Filipe: «O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e da restituição ao povo português das liberdades cívicas de que tem sido privado». E conhecemos então os Capitães de Abril, os homens que daqui saudamos com veemente comoção,...

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

... que jamais serão esquecidos, que não deixaremos esquecer. Que fazem parte da memória colectiva de todos os que lutaram contra o fascismo, de todos os que guardam a memória viva ou aprendida de quase meio século de tristeza. Mas uma saudação especial, uma muita particular e terna homenagem, embargada mesmo com lágrimas furtivas, pode ser ouvida nas ruas e praças onde o povo festeja os 24 anos de Abril.

Uma saudação no feminino: das mulheres que souberam que não voltariam ao cais a acenar amargas despedidas aos homens forçados a partir para a guerra colonial; das mulheres que souberam que mais nenhuma se teria de deslocar, em segredo, com a dor amoradaçada, ao local onde receberiam um caixão ou um companheiro estropiado; das mulheres de Abril que conheceram especiais humilhações nas masmorras da PIDE; das mulheres que sempre se empenharam na luta que desaguardaria em Abril; das mulheres

que reforçaram a luta no estertor do fascismo, que fizeram greves desafiando a repressão.

Uma saudação no feminino, porque se houve o reencontro do povo com a liberdade, a verdade é que o 25 de Abril e os seus Capitães criaram as condições para um verdadeiro encontro das mulheres com a liberdade.

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

Por isso, e como diz Maria Velho da Costa, elas encheram a rua de cravos, elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua, elas estenderam a roupa a cantar «com as armas que temos na mão», elas souberam que era possível viver aqui sem a necessidade de demandar Paris, sem que a Pátria fosse um lugar de exílio. E elas logo souberam que era a Abril que deviam o direito à dignidade, o reconhecimento da valia do trabalho. Porque foi de Abril que nasceu a afirmação de que a trabalho igual, salário igual, e o salário mínimo nacional que, de uma maneira especial, reparou a exploração no trabalho do sexo feminino.

Foi ainda em Abril que caíram as barreiras que aos homens reservavam o acesso a determinadas profissões. E Abril também abriu o direito à felicidade na família, postergado o labéu de ilegitimidade de relações familiares nascidas do afecto, eliminadas hierarquias humilhantes que condicionavam o amor.

Abril foi, e é, a semente da esperança que desabrocha no cravo vermelho com que as mulheres enchem as ruas. E nada pode remover a esperança. Mas elas, as mulheres portuguesas, sentem hoje os efeitos das políticas neo-liberais. Por isso, lutam pelo acesso ao emprego contra práticas discriminatórias, mantidas em empresas e em tristemente célebre instituição bancária, a coberto da inércia do Estado, demitido da sua função fiscalizadora; lutam contra a usurpação do seu direito à maternidade; lutam para que «ser mãe» deixe de ser uma frase proibida. Contra os despedimentos que de uma forma especial as afectam; contra o desemprego que as espera à porta da universidade, aberta por Abril, onde provam a sua competência e aptidão; contra a flexibilização do horário semanal de trabalho, pela estabilidade do horário de trabalho nas 40 horas semanais; contra a usurpação dos tempos de lazer, porque elas sabem, de uma forma especial, a importância da disponibilidade de espaços de ternura; contra a precarização, contra as ameaças de empobrecimento do trabalho, lutam elas, as mulheres do nosso país, cuja taxa de actividade faz inveja à dos outros países do sul da Europa – e que, justamente, as torna em protagonistas na batalha pelo desenvolvimento. E porque, simultaneamente, toda a sua vida se empenha também nas tarefas indispensáveis à estabilidade familiar, substituindo as mais das vezes o Estado nas obrigações de que este se demite, lutam contra o aumento da idade de reforma.

Elas sabem que a injusta repartição de riquezas, contra a qual se fez Abril, as transforma, hoje, aos olhos de alguns, de aliadas na construção da democracia política, económica e cultural, em concorrentes na efectivação de direitos. Elas sofrem os efeitos brutais da desumanização resultante das políticas neo-liberais. Elas são vítimas de violência, mas sabem que nada disto tem a ver com Abril e sabem que a democracia, inseparável do seu direito à igualdade, impõe o reconhecimento da sua liberdade individual: o direito à sua autodeterminação; o direito a não sofrer do Estado a suprema violência da ameaça com penas de prisão obsoletas; o direito a não ser objecto de uma política criminal assente na discriminação do sexo feminino.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O 25 de Abril – o dia da liberdade – comemora-se em vésperas de um referendo sobre a liberdade de consciência da mulher, o referendo sobre o aborto.

O PCP sempre manifestou objecção à discussão de questões do foro íntimo da mulher na praça pública, pelo profundo respeito que tais problemas nos merecem.

Neste 25 de Abril de 1998, num dia de especial significado para as liberdades das mulheres portuguesas, queremos no entanto reafirmar que indo realizar-se o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, o PCP estará na linha de combate pelo «sim» à despenalização, porque nós, desde sempre, lutámos pelo direito à dignidade das mulheres. Contra todas as campanhas de culpabilização das mulheres, empenhar-nos-emos pelo reconhecimento dos direitos humanos plenos do sexo feminino, pela

destruição da mais bárbara barreira à liberdade individual da mulher,...

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

... como partido que tem no seu património o trabalho e luta de muitas mulheres, e que na vida do povo e de milhares de mulheres anónimas formou e continua a formar esse património. São esses milhares de mulheres anónimas que hoje saúdam a liberdade, que sabem que muito de Abril não está cumprido. Elas registaram do Programa do MFA a garantia de uma nova política social, tendo em todos os domínios, como objectivo, a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. E isto diz-lhes respeito e não está cumprido, como lhe diz respeito e se encontra no cerne de Abril a efectiva garantia do direito à liberdade.

E porque comemoram este 25 de Abril, arrostando a exigência referendária para revogação de uma lei injusta contra a sua liberdade individual, as mulheres assinalam hoje, de uma forma especial, o dia da conquista de todas as liberdades. Abril chega todos os anos: com a criança pondo um cravo na metralhadora; com a criança que se espantou, porque condenada a entrar no caminho ignóbil da exploração dos trabalhadores, se tornou protagonista como futuro de Abril.

Abril chega todos os anos. E é um Abril jovem, como jovens eram todos os que, nesse dia 25 de 1974, trouxemos «alento aos quartéis e à rua», inundando as ruas de cravos.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: – Em representação do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Queiró.



O Sr. Luís Queiró (CDS-PP): – Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Ilustres Convidados, Srs. Deputados: A transformação radical que o levantamento militar de há 24 anos desencadeou em Portugal encontra hoje um paralelo inegável na transformação decorrente do processo da nossa integração europeia e no passo decisivo que nos encontramos à beira de consagrar – a entrada portuguesa na União Monetária.

Seja qual for a opinião de cada português sobre a adopção para o nosso país de uma moeda única europeia, a irreversibilidade dessa decisão e as suas consequências na nossa ordem económica e política conferem-lhe o significado profundo de um marco primordial no processo de definição do futuro da Pátria portuguesa. Podemos bem dizer que estamos a comemorar uma revolução à beira de outra revolução. Não é, pois, possível fazermos hoje uma mera invocação do passado. O passado e o futuro reúnem-se hoje para fazer História, e a História dificilmente olhará para estas últimas três décadas sem associar o fim do ciclo do Império com a incorporação do nosso destino num outro espaço e numa outra ordem, o espaço de uma crescente coordenação das nações europeias e a ordem de uma democracia amadurecida e virada para o desenvolvimento.

Comemorar o 25 de Abril, hoje, implica portanto uma reflexão que não envolva apenas a nossa memória mas também a necessidade imperiosa, para utilizar uma fórmula conhecida, de cumprir o terceiro D, o D do desenvolvimento. E isso é tanto mais assim quanto as novas gerações, aquelas que saíram e saem agora da escola para a vida e vão moldar a realidade portuguesa no século que está a surgir, somente têm dessa memória o que lhes é emprestado pela retórica da geração que as antecedeu. Essa geração a que pertencemos, e que viveu todos os acontecimentos, tanto guarda as recordações da pureza das promessas iniciais e da esperança que acordaram, como conserva as lições que os combates pela liberdade e pela democracia nos ensinaram.

Mas arriscamo-nos a que as formulações festivas em que com o tempo condensámos esse património não sejam para os portugueses de amanhã um pano de fundo suficientemente atractivo para enquadrar as exigências que já hoje comportam as mutações

que anunciam o futuro. É por isso que, para nós, a celebração do 25 de Abril se deve virar para o dia de amanhã e para a realização da promessa do desenvolvimento, centrando os nossos olhares sobre as enormes consequências que a nossa irreversível entrada na moeda única europeia fará sentir.

O grande desafio com que nos defrontamos hoje é a Europa em que nos inserimos. Em nenhuma outra época da História recente assistimos de forma tão rápida a tantas mutações e a tão renovados desafios à nossa capacidade de adaptação. Hoje, mais do que nunca, impõe-se-nos dar uma resposta à questão da moeda única, do aprofundamento da União Europeia e ao seu alargamento para o leste europeu.

No nosso entender, a União pode criar as condições de um desenvolvimento sadio e equilibrado do comércio internacional na área económica em que nos inserimos, permitindo um enriquecimento mútuo dos Estados, em vez de implicar a ruína de uns para melhor favorecer a fortuna de outros.

Pensamos que a Europa pode criar um contexto favorável à modernização dos nossos sistemas sociais, sem renúncia à exigência fundamental da solidariedade. Entendemos que a Europa pode ser construída sem que isso implique retirar aos povos e às pátrias a margem de autonomia que lhes permita dominar o seu destino. Com efeito, a União Europeia, tal como nós a concebemos, só pode ser construída se se apoiar na adesão dos povos, no consenso social e político, na abertura e transparência dos processos, no respeito de todos os países integrantes.

Reafirmamos a nossa convicção de que, se for reforçada a coesão interna do País e a força das nossas instituições e da nossa economia, teremos a ganhar numa Europa de cidadania partilhada. A construção de uma maior comunidade de destinos não é uma demissão do nosso destino colectivo como povo, embora nada nesta matéria seja garantido, a não ser a vontade de assegurar que a nossa identidade de portugueses se integra como tal na União à qual aceitamos pertencer. É pela via do esforço persistente de aperfeiçoamento da nossa sociedade, da modernização da nossa economia e das nossas instituições e do aprofundamento da nossa democracia, que poderemos afrontar, sem medo, o desafio da integração na União Europeia.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados:

Não deixa de ser simbólico que neste Sábado se celebre o 24.º aniversário do 25 de Abril e que, no próximo Sábado, dia 2 de Maio, seja tomada a decisão final e definitiva sobre a nossa integração na União Monetária. De um Sábado para o outro passaremos da Revolução de Abril para a revolução europeia. A primeira cortou as nossas amarras ao passado. A segunda amarra-nos a cumprir um futuro.

Fomos daqueles que mais dúvidas e perplexidades manifestaram no caminho até aqui trilhado, fosse no método ou na vontade

política de envolver democraticamente os portugueses nas decisões irreversíveis tomadas. É certo que nessas dúvidas e nessas perplexidades não estivemos sozinhos. Todos os quadrantes da nossa sociedade, mesmo os mais euro-optimistas, partilharam connosco, uns mais, outros menos, idênticas incertezas.

Recordo, por exemplo, as dúvidas que nesta Assembleia expunha, em Janeiro de 1994, o então Deputado da oposição, hoje Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, quando afirmava: *são conhecidas algumas críticas do PS que desde o início sempre fizemos, em relação a várias das cláusulas de convergência no que diz respeito à União Monetária, tendo nós a esperança de que, mais tarde ou mais cedo, o Governo venha a concordar com essas críticas e a definir uma estratégia negocial que permita a sua revisão, sob pena de (...) as margens de manobra para a política económica em Portugal virem a ficar fortemente condicionadas na fase final desta década.*

Esta caminhada para a moeda única, todos o sabemos, não foi isenta de atritos, de dificuldades e para muitos até de pequenas tragédias. É a esses, sobretudo a esses, os agricultores que foram compelidos a abandonar hábitos seculares de vida, os pescadores que largaram a faina e abateram os seus barcos, os trabalhadores que não beneficiaram dos aumentos salariais a que legitimamente aspiravam ou que então tiveram de se readaptar profissionalmente, os empresários que suportaram o custo da reconversão das suas empresas, é a todos esses que devemos o nosso agradecimento

por terem, generosamente, contribuído para a convergência nominal que irá permitir ao País dar o passo do Euro.

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados:

Estamos conscientes de que, no quadro da União, Portugal se defrontará doravante com novos problemas para os quais terá de encontrar novas soluções. As novas soluções que propomos aos portugueses passam pela abertura sem restrições à modernidade e à reforma profunda de instituições e sistemas anquilosados. Passam ainda por uma completa alteração da filosofia que tem presidido à organização da Administração do Estado, através da desconcentração administrativa e da descentralização das competências de decisão, em suma, através de uma profundíssima reforma administrativa, que reforce a coesão nacional e o desenvolvimento integrado de todas as parcelas do nosso país.

Esta reforma administrativa – esta sim, a verdadeira reforma do século, antes que o século acabe – terá de ser acompanhada por um conjunto de outras reformas mobilizadoras de uma estratégia de ambição e afirmação nacionais.

Se o País souber e quiser levar a cabo o conjunto de alterações corajosas e exigentes que se impõem, não duvidamos que poderemos contemplar com optimismo o horizonte do próximo século.

Aplausos de alguns Deputados do CDS-PP e de alguns do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: – Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado, e Vice-Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral.



O Sr. Mota Amaral (PSD):– Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Altas Entidades presentes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Na Casa da Representação Nacional, uma vez mais se celebra solenemente a Revolução do 25 de Abril.

A ocasião é de festa e disso dão testemunho a presença de tantos e tão ilustres convidados, as galas que ornamentam o velho Palácio de São Bento, a música, as flores, os inesquecíveis cravos de Abril. Mais significativa é, porém, a alegria profunda que todos, neste dia, especialmente, partilhamos, por podermos saborear, hoje e sempre, a Liberdade.

É a este tema fundamental que convém voltar, uma vez e outra, sem cansaço. Assim se garante a perene juventude das comemorações do 25 de Abril, sem deixar que se reduzam à simples evocação, cada vez mais nostálgica, à medida que o tempo vai passando, da grande madrugada libertadora.

Vinte e quatro anos depois, os próprios Capitães de Abril – cujos representantes saúdo, comovido e grato, em nome do Partido Social Democrata e dos mais de dois milhões de eleitores, por força de cujo voto livre os Deputados do PSD aqui têm lugar cativo – estão mais velhos e já com cabelos brancos... Como, aliás, todos os que viveram essa jornada histórica e para a sua génese contribuíram, na primeira linha do combate antifascista ou noutras formas de intervenção cívica, menos heróicas decerto, mas nem por isso talvez menos eficazes, visando também a restauração da democracia em Portugal.

De resto, a Revolução do 25 de Abril não se esgotou na acção militar, organizada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, de derrube do regime ditatorial e deposição do seus chefes. A pulsão libertadora do acto revolucionário, como um vendaval impetuoso, percorreu o País de lés a lés: aboliu logo a censura à imprensa; franqueou as grades da prisão aos presos políticos; trouxe o povo para a rua em grandiosas e espontâneas manifestações de júbilo e reivindicação; abriu caminho à organização dos partidos políticos

e dos sindicatos, tudo culminando, com naturais incidentes de percurso pelo meio, nas primeiras eleições de sufrágio realmente livre e universal, na nossa História de mais de oito séculos.

Aplausos do PSD e do PS.

O 25 de Abril passou a ser assim um marco na nossa História, um marco nas nossas vidas: há um antes e um depois dessa data mágica e quase mítica!...

Tão importante como o próprio pronunciamento militar foi, um ano após, também a 25 de Abril, a eleição da Assembleia Constituinte, verdadeiro acto confirmador, pelo voto popular, da legitimidade revolucionária do novo regime democrático. E melhor maneira não podia haver, para consagrar definitivamente o Dia da Liberdade, do que mandar entrar em vigor também a 25 de Abril, já em 1976, a nova Constituição, fruto do generoso labor dos Deputados constituintes, convertidos por isso – *malgré eux!*... – em patriarcas fundadores da jovem democracia portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS e de alguns Deputados do PCP.

Nesse mesmo dia, foi eleita, para a I Legislatura, a Assembleia da República, sob cuja responsabilidade se formou depois o I Governo Constitucional.

Entretanto, o espírito libertador do 25 de Abril tinha já propiciado as condições para a independência das antigas colónias. Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, uma a seguir à outra, no termo vitorioso das lutas de libertação dos respectivos povos, constituíram-se em Estados livres e independentes. Fica só por resolver o problema do martirizado povo de Timor-Leste, cujo inalienável direito à autodeterminação deve ser sempre, com vigor, reafirmado e há-de um dia, certamente, mais cedo do que mais tarde, consumir-se.

Aplausos gerais.

Noutro âmbito e num enquadramento de diferente natureza, mas com o mesmo sentido emancipador, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira foi levada a efeito, de baixo para cima e de dentro para fora, por expressa vontade do povo, uma alteração revolucionária do respectivo estatuto político-administrativo, configurado na autonomia constitucional.

Aplausos do PSD e do PS.

Lá como cá, nas ilhas portuguesas do Atlântico e no território continental da República, a Liberdade conquistada em 25 de Abril traduziu-se em benefícios para todos, desencadeando um

grande surto de progresso. Das liberdades cívicas, garantia essencial dos direitos da pessoa humana perante o Estado, derivaram inúmeras liberdades concretas, nos domínios económico, social e cultural.

Ao contrário do que profetizavam os últimos abencerragens do regime deposto pela Revolução do 25 de Abril, a perda do império colonial, longe de precipitar Portugal na miséria e no caos, permitiu-lhe retomar a sua identidade europeia e os caminhos do desenvolvimento. Em consequência, o nosso País apresenta-se, agora, com novas aptidões e energias, pronto para participar eficazmente num grande projecto de livre cooperação, mobilizador dos recursos insondáveis dos países que falam e se entendem na bela língua portuguesa.

Aplausos do PSD e do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, minhas Senhoras e meus Senhores:

Os portugueses e as portuguesas são hoje cidadãos e cidadãs livres de um país livre. No contexto internacional vigente, em termos estritamente políticos, aguentamos qualquer confronto. Não há democracia mais avançada do que a nossa, em termos económicos, sociais e culturais temos muito a progredir. No entanto, e ainda assim, em comparação com o que se passa, infelizmente, com milhões e milhões de seres humanos, bem nos podemos considerar privilegiados!

A questão da liberdade tem de manter-se, porém, sempre viva. Boa parte da população portuguesa nasceu e cresceu já em plena democracia de Abril. Os mais novos tendem por isso a pensar que sempre foi assim, e não foi; que vai ser sempre assim, e pode não ser...

Bem seguros estamos nós de que a democracia pluralista se encontra consolidada em Portugal e se reforça até com a nossa participação na União Europeia, que está passando a ser, de algum modo, e cada vez mais, o nosso país também.

Mas não convém ignorar os perigos que para a liberdade representam, desde logo para a liberdade daqueles que tais males sofrem, fenómenos que estão aí, diante de nós: o crescimento alarmante do desemprego estrutural, derivado da revolução tecnológica; a desenfreada concentração do poder económico, agravando, em termos nunca vistos, as desigualdades sociais, numa dimensão planetária; a pressão sobre as fronteiras dos países ricos por parte de multidões famintas, expulsas dos seus países de origem pela miséria, agravada tantas vezes pela corrupção dos respectivos governantes; a persistência dos fundamentalismos, dos ódios raciais, do terrorismo, dos genocídios; a destruição acelerada dos recursos naturais, provocando desastres ecológicos sucessivos, com efeitos devastadores; o aumento do número dos excluídos,

dos marginalizados, dos desesperados, dos infelizes, corroídos pela pobreza material e moral, pela droga, pelo egoísmo, pela solidão. A lição da História, sobretudo da trágica história do nosso século, não nos consente optimismos superficiais. A fome e o desespero são maus conselheiros! E não faltam nunca pregadores de quimeras e os seus odientos sequazes... Ora, nem sempre se percebe bem quando e como começa a deriva autoritária, mas todos sabemos bem, infelizmente, como acaba.

Vozes do PSD e do PS: – Muito bem!

O Orador: – Não há-de ser, porém, decerto, o feroz individualismo dominante, em consonância com a moda neo-liberal, a rasgar caminhos para o futuro, que todos almejamos, de liberdade, de justiça, de solidariedade, de paz. Perante o egoísmo relativista, que anula e destrói, afinal, a liberdade, impõe-se reafirmar os valores da dignidade de cada pessoa humana e do bem comum. Daí deverão derivar-se consequências práticas, na imposição de justas responsabilidades e no respeito da autoridade legítima.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, minhas Senhoras e meus Senhores:

Na celebração parlamentar do Dia da Liberdade, são apropriados um pensamento e uma referência aos nossos concidadãos que dela se encontram privados. Em Portugal não há, graças ao 25 de Abril, presos políticos. Só a prática de crimes de direito comum determina, cumpridos os requisitos legais do processo, com todas as garantias de defesa, a condenação de uma pessoa em pena de prisão. Depara-se-nos, porém, nestes domínios, um estranho paradoxo: sendo baixa, embora lamentavelmente em subida, a criminalidade no nosso país, é Portugal, na Europa, um dos que tem mais alta densidade de população prisional.

O Conselho da Europa denunciou já este estado de coisas, que não abona a nossa praxe generalizada de respeito dos direitos humanos, por isso mesmo desprestigiando o nome de Portugal. Impõe-se repensar com urgência as medidas de agravamento das penas de prisão e de endurecimento da aplicação respectiva, as quais foram adoptadas em tempos recentes como resposta a um discurso simplista, marcado por preocupações meramente securitárias.

Aplausos do PSD e do PS.

Ora, a prisão castiga o crime mas não recupera o condenado. Por outro lado, o Estado democrático deve ser zeloso da liberdade dos cidadãos; incumbe-lhe por isso promover os meios adequados para a eficaz reinserção social dos presos.

O Sr. Presidente da República chamou já a atenção para os problemas, também nos aspectos sanitários, derivados da sobrelotação dos estabelecimentos prisionais. O seu apelo humanista não pode

ficar privado de eco! O Governo tem de assumir, em tal domínio, as suas responsabilidades.

O tempo não está propício a uma amnistia generalizada, a apagar culpas, a destruir crimes. Mas é urgente introduzir regimes susceptíveis de aplicação individualizada, que incentivem o esforço de auto-recuperação dos reclusos e a reconstrução da sua vida em sociedade. Tenha-se em linha de conta que uma percentagem muito elevada da população prisional é vítima do terrível flagelo da droga: do que os toxicod dependentes antes de mais precisam é de tratamento, físico e psicológico, para se libertarem dos estupefacientes e das hediondas formas de exploração de que são vítimas por parte dos grandes traficantes.

Esta questão passa a revestir especial acuidade quando se está generalizando um entendimento segundo o qual as regras sobre aplicação das penas não estão, afinal, cobertas pela garantia constitucional de irretroactividade da lei penal... Assim, muitos reclusos, condenados ao abrigo da legislação anterior, estão vendo, de repente, modificadas, para pior, as suas legítimas expectativas de retorno à liberdade. A Assembleia da República, como representante directo e máximo do povo português, não pode retardar uma tomada de posição sobre este assunto!

Mas para além dos nossos concidadãos presos, o Dia da Liberdade também se presta a lembrar os pobres e os excluídos do crescimento, desequilibrado e até injusto, que se tem verificado. Não é só o persistente atraso das regiões do interior e periféricas, onde a agricultura está em sério risco de colapso. Nas zonas urbanas e industriais, também há muito sofrimento: habitação deficiente, transportes lentos e penosos, escolas inseguras... E ao mesmo tempo que se anunciam aumentos salariais de 3%, e menos, num ano, divulgam-se valorizações do capital de 30%, e mais, num só trimestre... É chocante!

Todos esses problemas vêm de trás, é tempo de lhes dar resolução, unindo esforços para levar a cabo, no nosso país, em todas as suas facetas, um desenvolvimento de sentido humano. Não se devem reduzir a governação e o juízo sobre a sua eficácia e o seu merecimento ao conseguir de metas quantitativas. Mais do que riqueza, o desenvolvimento é sobretudo qualidade de vida – e nela é que reside afinal o conteúdo concreto da Liberdade. Porque se não há paz sem liberdade, mas também não há liberdade sem justiça, não há liberdade sem solidariedade.

Aplausos do PSD e do PS.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.



O Sr. Alberto Costa (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr. Marechal Costa Gomes e Srs. Capitães de Abril, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Aproximamo-nos do final do século. Portugal prepara-se para entrar no próximo milénio como uma sociedade aberta, afirmativa, realizadora, virada à Europa e ao mundo, onde as oportunidades oferecidas às novas gerações não têm comparação com os horizontes fechados de há pouco mais de duas décadas.

O 25 de Abril foi, neste século, o dia que mais mudou a vida dos portugueses. A ditadura nesse dia derrubada não foi um intervalo entre duas democracias.

Os que governaram até há 24 anos, apoiados na polícia política, na censura prévia, no partido único, na perseguição, nos tribunais plenários, nas prisões e nos campos de concentração, na interdição das profissões e na expulsão das escolas, na fraude, na tortura e no assassinato, arrancaram metade do nosso século à liberdade dos portugueses.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Foi desse longo sequestro cívico que nos libertou o 25 de Abril. Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da maioria nacional que nesta Assembleia representa, presto homenagem aos militares de Abril.

Aplausos, de pé, do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

O seu acto revolucionário permitiu a construção do Portugal democrático que hoje nos orgulhamos de ser.

Presto homenagem também a todos os homens e mulheres, de todos os quadrantes políticos, que do primeiro ao último dia da ditadura, em condições sempre de grande adversidade, se bateram para que o 25 de Abril fosse possível, para que pudéssemos estar aqui hoje a celebrar a liberdade.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Derrubar a ditadura, dar voz aos portugueses, edificar o Estado democrático, integrar Portugal na Europa e abri-lo ao mundo, fazer da Constituição um elemento de união e estabilidade constituiu uma ambiciosa agenda histórica, que está cumprida.

Agora, um novo programa de responsabilidades está à nossa frente. O Estado democrático de direito deve qualificar-se e modernizar-se como um Estado social estimulante e inteligente, promotor de inserção e de coesão comunitária onde o mercado falha.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um Estado social sem temor reverencial diante do mercado. Um Estado tão determinado a preservar o mercado como a garantir a igualdade de oportunidades de realização do potencial de cada criança, jovem, homem e mulher.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

É esse o rumo quando se institui um rendimento mínimo de inserção e quando se investe no pré-escolar.

Aplausos do PS.

Nas condições do mundo actual, a paz, a democracia, o desenvolvimento económico, a coesão económica e social, a segurança, a liberdade, o emprego, o ambiente, o controlo dos poderes fácticos pelo poder democrático, a influência efectiva da vontade sobre os processos que se desenvolvem à escala global só podem ser eficazmente promovidas através da valorização da Europa. Um patriotismo que reservasse para o Estado português o papel tradicional de um «herói local» seria, na hora da globalização, um patriotismo paroquial, que o tornaria incapaz de responder a qualquer dos desafios e das aspirações maiores dos cidadãos do nosso tempo.

Um Estado democrático proficiente e relevante só pode ser hoje um Estado mais europeu. Por isso, quando Portugal se qualifica para ingressar no núcleo fundador do euro, temos mais Europa e temos também mais Portugal.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Pelo acto patriótico do 25 de Abril chegámos a uma Pátria constitucional de liberdade e cidadania de que a Nação fora exilada pela ditadura fascista.

Na nossa casa constitucional cabem hoje todos os portugueses que vivem espalhados pelo mundo, com quem partilhamos a pertença

a uma Pátria democrática, que daqui saudamos, e cabem também os que, não sendo originariamente portugueses, provenientes dos cinco continentes, acolhemos a viver e a trabalhar nesta casa europeia de onde queremos proscribir a xenofobia e o racismo e desenvolvidos os caminhos da inserção e da participação.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Além de construtor da união europeia, Portugal deve qualificar-se também como um promotor da lusofonia, que não seja só espaço de memória e economia, mas que seja também espaço de direito, economia, liberdade, segurança e cidadania.

Foi o 25 de Abril que pôs termo à política da guerra colonial e da negação do direito dos povos à autodeterminação. Uma política lusófona baseada na independência, na igualdade e na promoção dos valores do Estado democrático de direito é filha legítima do 25 de Abril.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Quando se investe na criação e consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, promove-se Portugal, promove-se liberdade e promove-se cidadania.

O 25 de Abril é o dia para saudar o povo de Timor Leste, a sua luta e reafirmar o compromisso nacional de tudo fazer para levar a comunidade internacional a garantir o seu direito à autodeterminação como uma dimensão incontornável da presença e da responsabilidade de Portugal na cena mundial.

Aplausos do PS, do PSD e de alguns Deputados do PCP.

Empenhamento que também assumimos lembrando e saudando nesta hora as gentes de Macau, cujos direitos, liberdades e garantias constituem também uma responsabilidade portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD e de alguns Deputados do PCP.

Num mundo em que o sentido do tempo se alterou, o Estado democrático deve ser hoje, mais do que no passado, um Estado responsável perante as gerações futuras.

A defesa do ambiente, a redução da inflação, da dívida e do défice público, a reforma da segurança social não podem ser reduzidos a objectivos pressionados por exigências externas ou por imperativos de convergência; devem ser assumidos como compromissos decorrentes de uma consciência mais rigorosa dos nossos deveres para com as gerações seguintes, de outro modo injustamente sacrificadas aos efeitos dos nossos comportamentos de hoje.

Os direitos das crianças, dos jovens, assalariados, contribuintes, doentes, reformados e pensionistas de amanhã, os direitos de todos, homens e mulheres que vierem amanhã a ser habitantes deste território e deste planeta, devem integrar já hoje o nosso sentido da responsabilidade cívica.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Depois da luta histórica pela democracia e pela estabilização constitucional do regime, vivemos agora um ciclo de promoção da qualidade da democracia, de enriquecimento dos seus recursos e procedimentos.

As novas formas de iniciativa e de participação cívica tornadas possíveis pela última revisão constitucional, representarão, vão representar já proximamente com os primeiros referendos da vida democrática, momentos muito relevantes para esse ciclo orientado para a qualidade da democracia.

Aplausos do PS e do PSD.

Mas essa qualidade requer também que, desde já, se radique nos agentes políticos uma deontologia democrática onde os instrumentos de participação directa não possam ser manejados em termos que envolvam desprestígio e descrédito do Parlamento eleito pelos portugueses.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Para denegrir e diminuir os políticos eleitos e o Parlamento, cinquenta anos já chegaram.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

A qualidade da gestão democrática, os valores da proximidade e da participação, que a própria construção europeia tem reclamado, têm um relevante instrumento na instituição, entre o nível nacional e o nível municipal, de regiões com órgãos democraticamente responsabilizáveis em vez da orgânica de nomeação central que há décadas integra a experiência de planeamento.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Elas permitem escolher decisões mais informadas e mais próximas dos destinatários e assim corrigir assimetrias e desigualdades que representam também ofensas persistentes a um desígnio de igualdade de oportunidades de vida entre todos os portugueses.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Tal como o défice democrático empobrece a dimensão europeia, o défice democrático empobrece também a dimensão regional. No quadro europeu, o défice democrático regional não aumenta – diminui o capital democrático nacional e a capacidade de desenvolvimento do País. Mais Portugal não é menos democracia; é mais democracia nas regiões.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Uma palavra especial deve ser dirigida nesta Assembleia, no dia de hoje, às Forças Armadas que, em 25 de Abril, ao recusarem continuar a obedecer a governantes ilegítimos, cumpriram o seu dever perante o povo português, restituindo-lhe o direito de escolher.

No momento em que se preparam para uma profunda reconversão, saudamos os portugueses que nelas servem e prestigiam o Estado de direito democrático, dentro e fora do território nacional, dando continuidade ao espírito de vinculação ao princípio democrático que esteve presente na revolução dos cravos.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – Quando, à luz das novas realidades internacionais, o País é chamado a reequacionar o regime legal do serviço militar obrigatório, seria uma grave omissão não prestar aqui uma homenagem, nesta celebração do 25 de Abril, ao papel histórico desempenhado por essa instituição.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD.

Ficáramos, aliás, mais pobres, do ponto de vista da comunidade nacional, se no quadro da reavaliação em curso não levássemos em devida conta o contributo para a coesão e reforço do tecido cívico que resulta de um período da vida dos cidadãos ser dedicado ao serviço dos valores assumidos pela colectividade, nomeadamente nos domínios da solidariedade, da cooperação, de protecção civil, ambiental e patrimonial.

Numa sociedade democrática madura não são só os direitos mas também os deveres e responsabilidades que têm de ser promovidos. Prestaríamos um mau serviço às novas gerações se lhes transmitíssemos uma ideia diminuída do espírito de dever.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Orador: – A maioria que os portugueses trouxeram a esta Assembleia e ao Governo quer honrar e está a honrar o 25 de Abril, impulsionando e dando cumprimento a uma nova agenda democrática, qualificando o Portugal nascido em Abril como um Estado social inteligente, responsável, amigo do ambiente e das gerações futuras, promotor de mais coesão, qualidade, responsabilidade, e iniciativa no exercício da democracia, no plano local, regional, nacional, europeu, lusófono e internacional. Com os militares de Abril, o Partido Socialista bateu-se no passado por democracia para Portugal. É nosso dever e nossa determinação batermo-nos hoje e continuarmos a bater-nos amanhã por melhor democracia para melhor Portugal.

Aplausos do PS, de pé, e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia da República Almeida Santos:



— Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs. Deputados da Assembleia da República, Srs. Ministros da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Conselheiros de Estado, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Excelências, Exmas. Autoridades Cívicas e Militares, Ilustres Convidados, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima: Os que já tinham memória no dia 25 de Abril de 1974 não esquecem a embriaguez desse reencontro de Portugal com a liberdade, de Portugal consigo mesmo. Mas essa recordação é seguramente mais impressiva para os que sofreram a longa noite que precedeu essa aurora.

Os que se bateram por ela, esses então, revivem-na de envolta com um sentimento de libertação e de orgulho. V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, foi um deles. Mas dão-nos também a honra de estar connosco muitos outros. O país oprimido não foi nunca um país resignado!

Por isso, não é sem sentido que o actual Presidente da República e os seus antecessores no cargo, aqui presentes — a quem calorosamente saúdo — tenham sido eleitos pelo povo português de entre personalidades a quem a liberdade se deve.

Aplausos do PS, do PSD e de alguns Deputados do PCP.

Mas se a resistência manteve viva a chama do inconformismo, foi necessário um acto de força para provocar a ruptura constitucional tão longamente desejada e tão brutalmente reprimida!

Tanto, que os protagonistas desse acto libertador tiveram de sair da própria instituição com a qual a ditadura mais contou para perpetuar o seu domínio. Um grupo de jovens militares repetiram, de armas na mão, o «não» que a resistência cívica havia convertido em grito de alma. *Revoltado...* — escreveu Camus — ..., *é o homem que diz não*. Não ao poder pessoal; não à polícia política; não à prisão arbitrária; não à perseguição pelo crime de ter convicções; não à guerra sem causa; não ao isolamento e à condenação universal; não ao espezinhamento dos direitos fundamentais; não à expropriação da dignidade pessoal; não ao medo! Uma causa mais próxima: não a uma iminente derrota militar na frente da Guiné.

Temos a honra de ter aqui connosco alguns desses bravos militares que, em 25 de Abril, deram à liberdade a maior prova de amor, aceitando morrer por ela. Saúdo calorosamente todos os presentes. Aos ausentes, saúdo-os na pessoa do Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, com um abraço de velha estima.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

É dos livros que o colapso de um modelo político totalitário não torna fácil uma evolução reformadora. Libertados os espíritos, após décadas de contenção repressiva, explodem sentimentos que ultrapassam os reformadores.

É quase um lugar comum de todas as revoluções daí que, se a revolução de Abril foi a revolução dos cravos, nem tudo, a seguir a ela, foram rosas. Como sempre, foram mais os chamados do que os escolhidos e como sempre, também, não viriam a ser os iniciadores do movimento os que no imediato mais viriam a colher o aprazimento dele.

Mais tarde, sim. A liberdade é hoje o mais socializado de todos os direitos. Falta, no entanto, socializar — no sentido de distribuir equitativamente por todos — condições económicas e sociais de acesso ao seu exercício.

Tenho, no entanto, para mim que ter o espírito de Abril podido triunfar sobre os constrangimentos que se lhe depararam na caminhada para o Estado de direito que hoje somos, fica como o melhor certificado da sua identificação com a constituição material inscrita na alma e no coração dos portugueses.

É bom que este nosso encontro recordatório, no cenário em que, mais do que em nenhum outro, a liberdade se preserva, se venha institucionalizando como «um costume do coração».

Já não se concebe sem ele a memória desse dia memorável. A memória do confronto final entre o velho e o novo, entre uma visão passadista e uma visão prospectiva do mundo e da vida. Triunfaram os olhos de águia. E foi bom assim. Já então e depois disso, foram tantas, tão rápidas e tão profundas as mudanças operadas no tecido político e social dos povos, que reclamar-se hoje alguém de uma mentalidade conservadora é uma aberração política.

Sinto às vezes que alguns dos cidadãos que hoje têm menos de 40 anos chegam a julgar antiquados, e até fantasistas, os que evocam o tempo da opressão e do ódio. Ainda que mais raramente, tenderão até a admitir, perante os constrangimentos do mundo moderno, que os problemas sociais que nos afligem se resolveriam melhor por regresso a formas autoritárias de decisão e poder.

Como se iludem!... Por isso é bom lembrar o mal que foi e o bem que é. Pensando nisso, dei por mim tentado a considerar — esperando que os astros me perdoem!... — que o Sr. Rosa Casaco, concedendo uma entrevista em que reconheceu que uma brigada da PIDE, por ele chefiada, assassinou o General Delgado,

só porque era politicamente incómodo, prestou um relevante serviço à verdade, à História, à liberdade e à democracia.

Não porque se não soubesse já o que confirmou, mas porque nem todos o sabiam. A PIDE havia tentado desculpabilizar-se – e ao ditador que com ela directamente despachava –, lançando suspeitas sobre a própria oposição. Essas suspeitas ficaram para sempre no ar e os mais fanáticos defensores da ditadura agarravam-se desesperadamente a ela.

Os que do tempo do ódio não podem ter memória, ou os que desse crime horrendo não tinham mais do que vaga notícia, ao lerem na imprensa a inesperada confissão, terão seguramente dito: Afinal, era verdade! A PIDE existiu mesmo! E matava!... Os velhotes, afinal, tinham razão! Safa!...

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Por isso, quando vi essa indignação substituída por protestos contra o sistema de segurança, por ter deixado entrar e sair de Portugal o audacioso confitente, como se do mais cordato cidadão se tratasse, fiz em vão esforços para me indignar.

Demais sei eu que Portugal deixou de ter fronteiras terrestres. Que tem agora as da Europa, que, progressivamente, deixa também de tê-las. Que um passaporte falso é hoje tão fácil de obter como um maço de cigarros. E que, com mais barba ou menos barba e, em última análise, mais nariz ou menos nariz – que tudo isso está hoje ao alcance do freguês... – a identidade física é apenas uma de entre várias à escolha de qualquer facínora.

E sabem os senhores? Sempre que no mais depravado dos homens permaneça um resquício de consciência moral, receber de bandeja a outra face pode representar a mais cruel das penas. O Sr. Rosa Casaco recebe-a ao ter agora asseguradas as garantias de legalidade e justiça de dois Estados de direito, o espanhol e o português, que tanto porfiou em recusar-nos.

Por isso é bom lembrar o mal que finda e o bem que começa. Se deixarmos perder a memória do nosso passado histórico, das suas glórias e dos seus fracassos, onde iremos procurar um sucedâneo igualmente valioso da consciência da nossa unidade e da nossa solidariedade como espaço político autónomo?

Lembrar o mal que finda é útil para que as novas gerações aprendam que a liberdade e a democracia, em que já nasceram, tiveram uma antítese de opressão e de dor.

Recordar o bem que começa, no próprio acto de começar, é consciencializar a necessidade de preservar esse bem, é reviver e convalidar a exaltação e a unanimidade com que o seu advento foi saudado, é combater a tentação de ensarilhar as armas dos antigos combates e de deixar fenecer as convicções que as unificaram de entusiasmo e de indignação.

A democracia e a liberdade, bens supremos para os quais ainda se não descobriram sucedâneos, não foram nunca conquistadas para sempre. Houve que redescobri-las e reencontrá-las. E quem não fechar os olhos ao que acontece, prescrutando as tendências que se desenham e os resultados para que tendem, dificilmente foge à conclusão de que estamos no limiar da mais surpreendente e radical descontinuidade que a história regista e que deixou de figurar entre os atributos da nossa civilização – a capacidade de prever o futuro. Daí que se confrontem nos painéis mentais as duas visões de sempre: a optimista e a pessimista. Visão optimista: sempre há-de haver soluções para os problemas que nos afligem.

A nossa capacidade de domínio dos fenómenos é cada vez maior; a inteligência colectiva – natural e artificial – aumenta e reforça-se com novos instrumentos sensoriais e intelectivos, como sejam, a rádio, a televisão, os meios electrónicos, a observação por satélite, a monitorização computadorizada.

A genética abre novos espaços de domínio da natureza, inclusive modificando e recriando espécies vivas, sem excluir a própria espécie humana. Ainda que dominados por uma sensação de medo, somos agora capazes de interferir no património genético do homem.

A manipulação genética abre espaço à criação de novos recursos alimentares, por isso, e porque a riqueza alimentar global ainda chega para alimentar todas as bocas, a fome pode ser vencida. Tão depressa a ciência consiga captar e reter energias limpas, em termos de fácil utilização, teremos podido ultrapassar o flagelo das energias poluentes. Os direitos humanos estão a, progressivamente, humanizar o planeta, que é mais do que nunca espaço de liberdade. A riqueza das nações cresce continuamente e não está demonstrada a incapacidade do modelo económico de mercado para se preocupar com a sua distribuição, o que até hoje, como sabemos, não tem acontecido. Começaram já os combates ao crescimento pelo crescimento, ao consumo pelo consumo, à competição sem regras, ao sensacionalismo sem freio.

O próprio crescimento demográfico decresceu de ritmo. E toda uma consciência ecológica desperta. Um neo-panteísmo iluminado ameaça converter-se em religião das novas gerações. A paz, enfim, desenha-se como conquista definitiva a prazo, após o mundo dual da guerra fria, a progressiva extra-territorialização dos conflitos e a solução destes por recurso a mini-decisões cada vez mais descentralizadas e participadas.

E porque não acreditar num mundo sem doenças, com cada ser humano a viver dez vezes a duração da sua actual esperança de vida? O pessimismo – dizem, em resumo, os optimistas – traduz uma atitude de descrença na ciência e corresponde a uma visão ultrapassada, própria de mentalidades caducas.

Dizem *ex-adversu* os pessimistas: o maior perigo é precisamente essa cega fé na ciência que nos dispensa de reflectir sobre os graves

desequilíbrios do nosso tempo e de encontrar soluções para eles. Foi ela que, no último meio século, nos fez pagar o alto preço demográfico, ecológico, social e cultural das maravilhas que introduziu nas nossas vidas. Foi óptimo o alargamento da esperança de vida. Mas a população passou a crescer à razão exponencial de um bilião de seres humanos por década. O equivalente, em cada ano, à população da Alemanha, da França e da Suíça. Pagamos essa maravilha em fome, em exclusão social, em desemprego, em desequilíbrios naturais.

Foi espantosa a industrialização do mundo, mas pagamos por ela o preço da urbanização selvagem e das mais paranóicas agressões à natureza e aos seus equilíbrios.

Foi deslumbrante a conquista da informação instantânea e universal e da velocidade supersónica, mas estamos pagando por isso o preço social, político e cultural da interdependência de tudo e todos, da abertura do que era fechado, da globalização do que era circunscrito. O preço – digamo-lo sem falsas reservas – do fim do Estado-Nação como espaço de identidades e solidariedades, o fim, segundo alguns, da fase institucional do próprio fenómeno político, a irrecusável crise dos valores e da nossa impreparação para viver sem eles.

Tudo agora se processa em termos de supranacionalização, internacionalização, universalização em sistema de redes. O poder económico concentra-se em mega-empresas sem pátria. O poder político fragmenta-se, multipolariza-se, difunde-se. Deixa progressivamente de ter expressão material e passou a medir-se em capacidade de informação e relacionamento. Rede é agora a palavra mágica, a nova divindade dos sedentos de domínio.

Num mundo sem cancelas físicas e de caminho sem delimitações jurídicas circulam mais livremente as pessoas e os capitais, mas também a criminalidade, o tráfico de armas, de drogas e de sexo.

A insegurança converteu-se em preocupação universal dominante, sem combate a nascente das causas sociais que a determinam nem resposta eficaz a jusante delas. Cresce sem controlo e sem limite a capacidade individual de violência, destruição e desordem. Um míssil de longo alcance começa a estar ao dispor de fanáticos e loucos. As armas atómicas já não estão, elas também, todas em boas mãos e os que as controlam – quantas vezes um só homem – dispõem das nossas vidas como os antigos senhores dispunham da dos seus escravos. A ordem vem-se convertendo no mais relativo e vulnerável dos valores sociais e políticos. Ao relativizar-se, relativiza a liberdade, a democracia, o Estado de direito. Mais grave do que tudo isso – alegam os pessimistas – é que estamos em vias de ultrapassar limites naturais, quase sem margem para recuo. O crescimento económico e demográfico acerca-se do ponto de ruptura e em muitos aspectos, os efeitos negativos desse crescimento abeiram-se dos limites da capacidade de regeneração do ecossistema.

Algo terá, pois, de acontecer para que as únicas saídas não tenham de ser catastróficas.

A cada um a sua escolha. É sabido que já fiz a minha: escolhi preocupar-me. Há décadas que vejo acumular os perigos sem resposta, científica ou outra.

E se hoje e aqui reafirmo estas minhas preocupações é precisamente porque é hoje o dia da liberdade, e achei que a melhor forma de homenageá-la e defendê-la é estimular uma reflexão salutar sobre os novos riscos que corre e os novos inimigos que tem.

Creio no homem e na sua capacidade de redenção. Se não acreditasse em que ainda estamos a tempo de evitar soluções catastróficas, cancelando a encomenda que delas vimos fazendo, não valeriam a pena as minhas bem intencionadas premonições.

Uma vez mais quero afirmar que não relaciono o essencial das minhas preocupações com o que se passa em Portugal. Pelo contrário: dou público testemunho de que na relatividade das coisas – ou seja dos países – Portugal é um dos que mais se pode vangloriar de estar lutando por soluções harmoniosas e por respostas redentoras, conseguindo com êxito justificar o optimismo possível. A economia portuguesa vem sendo uma «menina» bem comportada, as preocupações sociais vão roubando espaço às preocupações políticas e Portugal ganhou assento no topo do futuro sistema monetário europeu, ou seja, na gestão de uma séria alternativa monetária ao dólar todo poderoso. Na gestão, quero crer, dos próximos passos a caminho de uma moeda única universal.

Nada disto, é claro, anestesia a dor das chagas sociais que também entre nós subsistem. Apesar disso, quem nos dera que não viéssemos a ser contaminados, mais do que já o fomos, pelas consequências do desvario cada vez mais globalizado que se apossou do mundo. Não digo tudo isto por Portugal estar a ser gerido por um Governo do meu partido, nem por ter à frente desse Governo um camarada que muito admiro e prezo. Teria, então, de reconhecer, com inteira justiça, que a resposta aos fenómenos da abissal descontinuidade que referi vem de há muito, de anteriores governos, socialistas e não socialistas. E também, se não sobretudo, da capacidade de regeneração, compreensão e até sofrimento do povo português. Após meio século de olhos vendados pela pala sinistra da ditadura, soube com galhardia adaptar-se à nova luz da liberdade. Vem, afinal, do 25 de Abril, não como data, ou sequer como movimento, mas como processo continuado de institucionalização de uma nova ordem política e social.

Mas a preocupação que hoje particularmente me domina, é saber como poderão ser preservadas, nas fatais rupturas e descontinuidades do futuro, a liberdade e a democracia conquistadas em Abril ou a partir de Abril. A partir da sua cor, do seu perfume, das suas exigências de alma.

Que o Estado-Nação de hoje é uma organização a prazo, é constatação que já invade todos os manuais da sociologia política.

Que a democracia representativa e parlamentar, tal como hoje a praticamos, enfrenta a custo as novas arremetidas da democracia directa e participativa, armada pelos demónios tecnológicos da cada vez mais fácil comunicação à distância, é também uma evidência. O que ainda não é evidente – e espero que por longo tempo o não seja – é o fim do crescente desamor com que uma opinião pública cada vez mais reivindicativa e ansiosa de intervenção encara a classe política em geral e as instituições políticas em particular. Isso sim, preocupa-me! Podendo, embora, recusar que estejamos em face de um movimento irreversível, dificilmente negaremos o próprio movimento em si. Um neo-anarquismo não consciencializado – quando não premeditado – mina os alicerces das instituições e das práticas políticas. Formas multipolares de decisão e poder enfraquecem progressivamente a autoridade do Estado e dos seus agentes, pondo em causa a sua própria e actual configuração. Que respostas tem dado a esta galopante ruptura a nova deusa dos optimistas? A institucionalização de uma opinião pública cada vez mais actuante e decisora; a colocação ao seu serviço de até há pouco incogitáveis meios tecnológicos de pressão: as empresas de *lobbying*; as sondagens; o televoto; o referendo diário dos debates radiofónicos e televisivos; amanhã, o referendo habitual por meios informáticos; no limite, o referendo por recurso à simpática velharia em que corre o risco de se converter o voto já como máquina de remoção dos sobejos da fase institucional da política. Será que gracejo ou delírio? Bem gostava de estar delirando, já que a esta prefiguração das coisas não acho eu graça nenhuma. No regresso à democracia directa, agora à escala informacional de um mundo só, vejo a retoma de formas cada vez mais subtis de manipulação da vontade dos cidadãos.

Na difusão do poder por miríades de microdecisores articulados em rede, só consigo divisar a anarquia, ainda que transitória, mas não a ordem; a recondução do interesse geral a um maior número de conflitos particulares do que de peixes tem o mar; o banimento do último resquício de solidariedade entre os homens, com o egoísmo transmutado no mais universal dos sentimentos.

É perante estes fenómenos de descontinuidade e ruptura que venho pugnando por mais reflexão, menos conformismo, menos alheamento, menos irresponsabilidade.

Estamos, queiramos ou não, no limiar de um novo renascimento. O mundo já é outro e continuamos a raciocinar e a agir como se fosse o mesmo. Conicionados por prejuízos culturais, vivências e modelos, se não prisioneiros deles.

Aconteceu o mesmo, afinal, no ocaso de todas as civilizações. A própria civilização romana, uma das que mais tiveram a vocação da eternidade, assistiu no seu estertor a fenómenos de saudosismo apelativo a um regresso às virtudes dos antigos. Devemos precaver-nos contra a redução das nossas reacções à tentação desse regresso. Melhor é reconhecermos que muitas das categorias que preenchem o nosso horizonte mental entraram definitivamente no seu próprio crepúsculo. E mais: que a ruptura com os agora mitos confortáveis que foram realidades, se processa cada vez mais *per saltum*, sem os tradicionais amortecedores da evolução. Peço desculpa por não ter podido homenagear-vos com um discurso mais festivo.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Por direito próprio, vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.



O Sr. Presidente da República Jorge Sampaio: – Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs. Deputados da Assembleia da República, Srs. Ministros da República para os Açores e Madeira, Srs. Presidentes dos tribunais superiores, Srs. Conselheiros de Estado e meus ilustres predecessores, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Srs. Embaixadores, Ilustres Autoridades Cívicas e Militares, Exmos. Convidados, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima:

Comemoramos a liberdade e celebramos a democracia, no 25 de Abril, lembrando, em primeiro lugar, todos aqueles que participaram na sua construção.

Das inúmeras atitudes de protesto e de revolta contra a opressão se alimentou um imenso património de resistência ao autoritarismo durante décadas e décadas de ditadura. Quando a 25 de Abril de 1974 os militares do Movimento das Forças Armadas derrubaram o Estado Novo, esse legado das gerações anteriores legitimou o seu acto de coragem e de responsabilidade.

O sentido que a ruptura do 25 de Abril tomou é, pois, indissociável das aspirações da resistência e da determinação dos militares de Abril.

Mas é igualmente indissociável do movimento social de apoio e do desejo de mudança que ele exprimiu, sob as mais diversas formas, desde as primeiras horas do dia 25 de Abril. A acção popular, por vezes tumultuosa, por vezes contraditória, mas com espontaneidade, precipitou o desmantelamento do Estado Novo e exigiu a rápida criação de novas instituições.

Coube aos partidos políticos, democraticamente formados, interpretar a vontade popular, expressa em eleições livres, e definir um regime constitucional assente na representação plural da sociedade portuguesa e na legitimação eleitoral do poder político. Envolvermos nesta homenagem, feita também de memória, que é, porventura, a mais sentida forma de reconhecimento, os combatentes contra a ditadura, os capitães de Abril que a derrubaram, o movimento popular que abraçou de imediato a causa da liberdade

e os partidos políticos que, com a sua pluralidade, ergueram a democracia no nosso país.

Aplausos gerais.

E aproveito esta oportunidade, Srs. Embaixadores, para saudar os ilustres Chefes de Estado que V. Ex.as aqui representam. A presença de V. Ex.as, e de algum modo daqueles que representam, numa assembleia democrática, estou certo que não estaria tão espantosamente completa não fora precisamente o 25 de Abril. O 25 de Abril reconciliou-nos com as nações e os Estados que V. Ex.as representam, e, por isso mesmo, ao vê-los na vossa tribuna é também a História que vem à nossa memória, é a recordação do bloco que nos separava de V. Ex.as e dos Estados que representam. Bem hajam, Srs. Embaixadores. Bem hajam os vossos Estados.

Aplausos gerais, de pé.

A democracia trouxe consigo transformações profundas à sociedade e mudou o quadro das políticas nacionais. Destacarei, entre outros, três aspectos dessas mudanças em curso: a relação com os países de língua oficial portuguesa, a integração europeia, a modernização das Forças Armadas.

O 25 de Abril representou um virar de página na nossa História, um fim de ciclo. Com ele surgiram novos Estados, livres para seguirem o seu próprio caminho, e um novo conceito de relação entre Portugal e os outros países de língua portuguesa.

Os laços de fraternidade forjados numa história complexa mas partilhada, baseados em vínculos culturais singulares e numa língua comum, passaram a constituir o elemento agregador de uma vastíssima comunidade reunindo países de três continentes. A nossa política externa tem valorizado este conjunto de relações, quer no plano bilateral quer no plano da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A CPLP é um projecto tão pertinente quanto ambicioso. Há um lugar no sistema de relações internacionais, para instituições com vocação inter-regional, como é o caso, desenvolverem novos domínios de cooperação e aprofundarem identidades específicas. Temos aqui um longo caminho à nossa frente.

A liberdade, porém, não chegou ao povo mártir de Timor Leste, de cuja luta e sofrimento sou solidário com todos os portugueses. Quero dirigir neste momento uma especial saudação à Convenção Timorense, que se desenrola em Portugal, apostada em discutir um quadro de acção política consensual e manifestar esperança

nos esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas para encontrar uma solução justa da questão de Timor Leste.

Aplausos gerais.

Portugal não esquece Timor e os timorenses e continua determinado a defender intransigentemente os seus direitos, designadamente o direito fundamental de poderem escolher o seu destino.

Srs. Deputados, a nova república portuguesa associou o seu destino à Europa. A integração europeia, que a democracia projectou e conduziu, foi, por seu turno, um factor de estabilização democrática, contribuiu para a racionalização e o enquadramento das estratégias de modernização económica e social do país, permitiu que Portugal definisse, de forma clara e consistente, uma nova posição internacional, abandonando um largo período de isolamento, e constituiu, por tudo isto, uma oportunidade para sublinhar os traços históricos da identidade nacional numa dimensão de abertura e de diálogo, onde se exprime a nossa vocação universalista.

Foi árduo o caminho do nosso reencontro com a Europa. Os obstáculos foram vencidos graças à lucidez dos responsáveis políticos que souberam definir uma orientação firme e preservar os consensos internos indispensáveis para manter uma linha de rumo coerente, antes e depois da adesão efectiva de Portugal às Comunidades Europeias.

Esse percurso era obrigatório para que a nossa visão sobre a evolução da Europa e as nossas posições acerca das políticas comunitárias ganhassem a autoridade e a relevância indispensáveis, tanto para a defesa efectiva e necessária dos nossos interesses nacionais, como para garantir uma participação plena na edificação comum da Europa das democracias.

A presença de Portugal entre os fundadores da moeda única marca, sem dúvida, uma viragem histórica. Pela primeira vez, estamos na primeira linha, num momento decisivo, quando se inicia uma nova etapa, fundamental para o futuro de uma Europa livre e unida.

Há, por isso, boas razões, e sublinho-o constantemente, para ter orgulho em Portugal e nos portugueses, todos os portugueses que souberam reconhecer a importância deste desígnio nacional, mesmo quando dele discordaram, e se empenharam na sua realização, com um profundo espírito de responsabilidade.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Do mesmo modo, merecem reconhecimento os esforços continuados de sucessivos Governos na preparação das condições indispensáveis para passarmos à terceira fase da União Económica e Monetária, num quadro de continuidade em que foram envolvidos parceiros económicos e sociais.

A manifestação de legítimas correntes de opinião mais críticas ou discordantes não impediu que todos compreendessem os sacrifícios indispensáveis à modernização e o alcance nacional dos objectivos prosseguidos.

O mérito deste resultado deve ser sublinhado por dois motivos adicionais. Primeiro, por contrariar algumas expectativas mais pessimistas, que prevaleciam interna e externamente, sobre a nossa capacidade para cumprir, em tempo, os critérios de convergência que determinam o acesso à moeda única; depois, porque Portugal alcançou os objectivos fixados pelo Tratado de União com uma margem muito respeitável do ponto de vista macro-económico. Há, pois, razões para ter confiança. Sem cair em voluntarismos deslocados, vale a pena insistir na importância do espírito de confiança como uma condição de sucesso, sobretudo quando se trata, como é o caso agora e para a frente, de fazer face a processos de mudança profundos.

Por outro lado, os factores positivos na situação económica e social são cruciais para se poder avançar rapidamente nas mudanças prioritárias, com empenhamento generalizado de todos os agentes políticos, nas reformas prioritárias, tornadas ainda mais urgentes, tanto pela própria moeda única, como pelo próximo alargamento da União Europeia.

A integração europeia pôs à prova a democracia, a capacidade de resolver politicamente um grande desafio nacional, e a capacidade colectiva de realizar e absorver mudanças estruturais a um ritmo acelerado.

Perante a exigente negociação que está à nossa frente na União Europeia, e que nenhum dos nossos parceiros facilitará, será necessária uma assumida frente externa da responsabilidade de todos os agentes políticos, económicas e sociais, sem prejuízo, claro está, das responsabilidades próprias do Governo. Mas, em boa verdade, ninguém poderá ser mero espectador perante desafio nacional desta importância, nem capitalizar sobre as eventuais dificuldades que encontremos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: As mudanças não incidiram apenas nos planos económico e social. No plano institucional, as Forças Armadas enfrentaram, desde o fim da guerra colonial, desafios muito complexos. As opções estratégicas do País em matéria de defesa e segurança foram objecto de novas conceptualizações. Iniciou-se um debate sobre o modelo organizacional e a reestruturação das Forças Armadas portuguesas.

É importante aprofundar o debate sobre tais opções, visando um consenso nacional, condição que permitirá concretizar um corpo coerente de conceitos e princípios orientadores. A defesa nacional, em democracia – sublinho, em democracia –, constitui uma tarefa essencial do Estado que deve ser partilhada por todos os portugueses. Daí que o debate e a reflexão sobre as grandes

questões estratégicas que lhes estão associadas não possam ser restringidos a um pequeno núcleo de especialistas, devendo envolver todos os sectores da sociedade portuguesa.

Entretanto, as Forças Armadas portuguesas passaram a estar presentes em importantes missões internacionais, nomeadamente na Bósnia, em Angola e em Moçambique, desenvolvendo acções de cooperação militar, como expressão da política externa do Estado português. E fizeram-no de forma exemplar, com eficácia, disciplina e empenho, prestigiando-se e prestigiando Portugal.

Aplausos gerais.

As reformas em curso constituirão, estou certo, um estímulo crescente para a carreira militar e para as verdadeiras consagração e assunção das finalidades nacionais das Forças Armadas numa república democrática moderna.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

O exemplo das adaptações institucionais conseguidas e das realizações bem sucedidas defende-nos do cepticismo e transmite confiança para continuar a vencer dificuldades e resistências à mudança.

Muitas dessas dificuldades e resistências correspondem a atrasos acumulados não só de recursos como de práticas. A integração europeia acelerou algumas das transformações estruturais, mas subsistem debilidades que seria perigoso negligenciar. Não me refiro apenas às fragilidades do aparelho produtivo, mas, principalmente, às que respeitam ao nosso sistema social e institucional.

Uma cidadania plena não se alcança apenas através do reconhecimento de direitos, mas, sobretudo, pela afirmação e pela generalização das práticas sociais que reforçam a igualdade de oportunidades, a participação cívica e a autonomia individual.

Os processos de tomada de decisão, cada vez mais implicados num mundo global, exigem crescentemente exactidão, eficácia e informação. Neste ponto, muito há a mudar nos padrões e nas rotinas dos portugueses. Impõe-se uma cultura de rigor, metodologias de exigência, debates qualificados e decisões sustentadas.

Gostaria, a este propósito, de me referir a uma grande realização nacional, que nos pôs à prova, a Expo 98, e a um desafio que nos convoca a todos, que é o do combate à droga.

A capacidade nacional de conceber e executar projectos com largo alcance internacional ficou, mais uma vez, demonstrada com a organização da Exposição Mundial em Lisboa.

A Expo 98 constitui um ensejo para valorizar os temas culturais e científicos ligados ao mar e desta forma sublinhar o espírito humanista dos Descobrimientos portugueses, que foram um contributo decisivo para a unificação de um mundo fragmentado nos valores da Época Moderna.

Mas é como grande realização, exemplar não só nos propósitos como nos meios que convocou e na integração de múltiplas disciplinas de intervenção, que pretendo apontá-la. É, certamente, um motivo de orgulho, dada a complexidade dos problemas que houve a resolver e a qualidade das soluções encontradas.

Aplausos do PS e do PSD.

A Expo não fez, por um golpe de mágica, desaparecer os problemas nacionais, apesar de ter implicado acréscimo significativo das capacidades de criação, de produção e de execução.

Mas é uma grande realização nacional, integradora, renovadora, inovadora, um marco na consolidação do prestígio internacional de Portugal. Estou certo de que todos o compreenderam e saberão, nessa medida, valorizar agora e até ao seu termo.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Excelências: As mudanças, tanto institucionais e políticas como sociais e culturais, têm de suscitar previsão e adaptação. Há um conjunto de domínios em que a estabilidade e coesão sociais, sem prejuízo do confronto de políticas, deverão caminhar para a formulação de grandes consensos que assegurem uma solidariedade entre gerações.

O caso da droga, uma das realidades mais dramáticas e complexas das sociedades modernas, constitui uma situação paradigmática. Existe hoje uma consciência, que diria espontânea, de que estamos perante um problema de dimensões globais que afecta o conjunto da vida social.

O problema das drogas já não está associado apenas às consequências físicas e psíquicas, sofridas pelo consumidor, e à criminalidade associada ao tráfico e à pressão do consumo. É, de facto, uma verdadeira ameaça a interesses fundamentais, que vão do desenvolvimento económico ao exercício da cidadania.

Trata-se de um problema para o qual não há uma resposta única. Requer, pois, uma concertação de recursos e de parceiros, uma cooperação entre instituições e Estados, uma atenção e um estudo permanentes e multidisciplinares.

Estamos perante uma questão que impõe um compromisso amplo entre o Estado e a sociedade através das suas instituições, um contrato de geração, que comprometa aqueles que agora detêm a responsabilidade com a qualidade da vida dos que virão a seguir. Esta é uma oportunidade rara que não podemos desperdiçar.

Os contratos de geração dignificam a função reguladora do Estado, tanto quanto dignificam as organizações sociais neles implicados. Há também outros domínios, como, por exemplo, os da segurança social, da saúde ou da justiça, em que o diagnóstico de situação foi efectuada e o estudo e o debate das soluções está adiantado. As parcerias sociais estão disponíveis e o acordo, certamente, agregará vontades e criará sinergias.

Os instrumentos da solidariedade valem para os problemas concretos da sociedade portuguesa. Uma democracia de cidadãos tem de ser capaz de corrigir o que os mecanismos económicos e sociais de mercado desequilibram e repor a equidade e a igualdade de oportunidades onde elas foram rompidas.

Não é uma responsabilidade de uns, apenas, que possa acomodar-se a privilégios corporativos ou a egoísmos de grupos instalados, pela simples e óbvia razão de que sem solidariedade não há cidadania.

Quero, finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, referir-me a duas ocasiões importantes para a democracia portuguesa: o próximo referendo nacional e as celebrações do 25 de Abril de 1999. Quanto ao primeiro quero dizer que a democracia não é um regime imutável. A representação política tem sido questionada por novas formas de participação directa dos cidadãos. Tem reconhecido a pertinência de uma maior aproximação entre eleitores e eleitos. A democracia enriquece-se e reforça-se com as reformas que abrem a possibilidade de novas modalidades de intervenção e participação política.

Temos agora, perante nós, a oportunidade de dar concretização prática aos novos mecanismos da dimensão participativa da nossa democracia, no quadro constitucional, com a próxima realização do primeiro referendo nacional.

A circunstância de o recurso ao referendo ocorrer pela primeira vez na prática constitucional da nossa democracia não deve conferir ao acto qualquer dramatismo, seja qual for a natureza das opções a tomar pelo povo soberano.

A democracia representativa garante o quadro essencial de estabilidade política e institucional. A participação directa dos cidadãos tem de ser um factor complementar que reforce a legitimidade das escolhas e a coesão nacional.

Mas é por se tratar de uma experiência nova entre nós que a realização de referendos nacionais impõe a todos uma responsabilidade acrescida, que é a de conduzir o debate no respeito integral pelas regras da tolerância, no confronto das opiniões e com a maior clareza de argumentos, prevenindo a formação de fracturas susceptíveis de minar a coesão social.

Estou certo de que o referendo será uma demonstração da vitalidade e da maturidade da democracia portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelências: O 25 de Abril é, certamente, um dos acontecimentos mais mercantes da nossa História contemporânea. Introduziu grandes e profundas transformações na sociedade portuguesa. Nele teve origem um regime democrático que tem sabido acolher essas transformações.

No próximo ano, comemorar-se-ão os 25 anos do 25 de Abril. Desejo o empenhamento de todos os órgãos de soberania nesse acto evocativo a que devemos associar especialmente as mais jovens gerações, que já se formaram no regime democrático e que são o futuro da nossa democracia.

Essa passagem de testemunho é decisiva. O legado mais valioso que oferecemos ao próximo século é precisamente a liberdade! O 25 de Abril de 1974 foi um sinal de esperança. O seu futuro será realização da nova geração, a geração da liberdade.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

LISTA DAS SESSÕES SOLENES COMEMORATIVAS DO 25 DE ABRIL

1977

Diário da Assembleia da República
I Série I Legislatura 1ª Sessão Legislativa n.º 100 de 26.04.1977

Oradores

Acácio Barreiros - União Democrática Popular
Octávio Pato - Partido Comunista Português
Sá Machado - Partido do Centro Democrático Social
Barbosa de Melo - Partido Social Democrata
Salgado Zenha - Partido Socialista
Vasco da Gama Fernandes - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1978

Diário da Assembleia da República
I Série I Legislatura 2ª Sessão Legislativa n.º 65 de 26.04.1978

Oradores

Vasco da Gama Fernandes - Presidente da Assembleia da República
Acácio Barreiros - União Democrática Popular
José Vitoriano - Partido Comunista Português
Oliveira Dias - Partido do Centro Democrático Social
Moura Guedes - Partido Social Democrata
Manuel Alegre - Partido Socialista
Ramalho Eanes - Presidente da República

1979

Diário da Assembleia da República
I Série I Legislatura 3ª Sessão Legislativa n.º 52 de 26.04.1979

Oradores

Acácio Barreiros - União Democrática Popular
Carlos Brito - Partido Comunista Português
Nuno Abecassis - Partido do Centro Democrático Social
Menéres Pimentel - Partido Social Democrata
Herculano Pires - Partido Socialista
Teófilo Carvalho dos Santos - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1980

Diário da Assembleia da República
I Série I Legislatura 4ª Sessão Legislativa n.º 43 de 26.04.1980

Oradores

Adão e Silva - Reformadores
Mário Tomé - União Democrática Popular
Helena Cidade Moura - Movimento Democrático Português
Luís Coimbra - Partido Popular Monárquico
Luís Moreno - Partido do Centro Democrático Social
Joaquim Gomes - Partido Comunista Português
Almeida Santos - Partido Socialista
Helena Roseta - Partido Social Democrata
Leonardo Ribeiro de Almeida - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1981

Diário da Assembleia da República
I Série II Legislatura 1ª Sessão Legislativa n.º 56 de 27.04.1981

Oradores

Mário Tomé - União Democrática Popular
Helena Cidade Moura - Movimento Democrático Português
Lopes Cardoso - União da Esquerda para a Democracia Socialista
Magalhães Mota - Acção Social-Democrata Independente
Borges de Carvalho - Partido Popular Monárquico
Octávio Pato - Partido Comunista Português
Mário Gaioso - Partido do Centro Democrático Social
Salgado Zenha - Partido Socialista
Pedro Roseta - Partido Social Democrata
Leonardo Ribeiro de Almeida - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1982

Diário da Assembleia da República
I Série II Legislatura 2ª Sessão Legislativa n.º 78 de 26.04.1982

Oradores

Mário Tomé - União Democrática Popular
António Taborda - Movimento Democrático Português
Lopes Cardoso - União da Esquerda para a Democracia Socialista
Jorge Miranda - Acção Social-Democrata Independente
Ferreira do Amaral - Partido Popular Monárquico
Veiga de Oliveira - Partido Comunista Português
Rui Pena - Partido do Centro Democrático Social
Jaime Gama - Partido Socialista
Sousa Tavares - Partido Social Democrata
Oliveira Dias - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1984

Diário da Assembleia da República
I Série III Legislatura 1ª Sessão Legislativa n.º 97 de 26.04.1984

Oradores

Magalhães Mota - Acção Social-Democrata Independente
Lopes Cardoso - União da Esquerda para a Democracia Socialista
José Manuel Tengarrinha - Movimento Democrático Português
Azevedo Soares - Partido do Centro Democrático Social
Dias Lourenço - Partido Comunista Português
Fernando Condesso - Partido Social Democrata
José Luís Nunes - Partido Socialista
Tito de Moraes - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1985

Diário da Assembleia da República
I Série III Legislatura 2ª Sessão Legislativa n.º 74 de 26.04.1985

Oradores

Vilhena de Carvalho - Acção Social-Democrata Independente
César Oliveira - União da Esquerda para a Democracia Socialista

Raul Castro - Movimento Democrático Português
Gomes de Pinho - Partido do Centro Democrático Social
Carlos Brito - Partido Comunista Português
António Capucho - Partido Social Democrata
José Luís Nunes - Partido Socialista
Fernando Amaral - Presidente da Assembleia da República
Ramalho Eanes - Presidente da República

1986

Diário da Assembleia da República
I Série IV Legislatura 1ª Sessão Legislativa n.º 61 de 26.04.1986

Oradores

José Manuel Tengarrinha - Movimento Democrático Português
Manuel Monteiro - Partido do Centro Democrático Social
Octávio Pato - Partido Comunista Português
Marques Júnior - Partido Renovador Democrático
José Luís Nunes - Partido Socialista
Carlos Coelho - Partido Social Democrata
Fernando Amaral - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1987

Diário da Assembleia da República
I Série IV Legislatura 2ª Sessão Legislativa n.º 72 de 27.04.1987

Oradores

José Manuel Tengarrinha - Movimento Democrático Português
Manuel Monteiro - Partido do Centro Democrático Social
Jerónimo de Sousa - Partido Comunista Português
Hermínio Martinho - Partido Renovador Democrático
José Apolinário - Partido Socialista
António Capucho - Partido Social Democrata
Fernando Amaral - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1988

Diário da Assembleia da República
I Série V Legislatura 1ª Sessão Legislativa n.º 79 de 26.04.1988

Oradores

Corregedor da Fonseca - Intervenção Democrática
Maria Santos - Partido Ecologista Os Verdes
Basílio Horta - Partido do Centro Democrático Social
Hermínio Martinho - Partido Renovador Democrático
Maia Nunes de Almeida - Partido Comunista Português
Jorge Sampaio - Partido Socialista
Correia Afonso - Partido Social Democrata
Victor Crespo - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1989

Diário da Assembleia da República
I Série V Legislatura 2ª Sessão Legislativa n.º 69 de 26.04.1989

Oradores

Victor Crespo - Presidente da Assembleia da República
Carmen Pereira - Presidente da Assembleia Nacional Popular da
Guiné-Bissau
Mário Soares - Presidente da República

1990

Diário da Assembleia da República
I Série V Legislatura 3ª Sessão Legislativa n.º 67 de 26.04.1990

Oradores

Herculano Pombo - Partido Ecologista Os Verdes
Narana Coissoró - Partido do Centro Democrático Social
Marques Júnior - Partido Renovador Democrático
Octávio Teixeira - Partido Comunista Português
Jaime Gama - Partido Socialista
Montalvão Machado - Partido Social Democrata
Victor Crespo - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1991

Diário da Assembleia da República
I Série V Legislatura 4ª Sessão Legislativa n.º 69 de 26.04.1991

Oradores

Narana Coissoró - Partido do Centro Democrático Social
Carlos Lilaia - Partido Renovador Democrático
Jerónimo de Sousa - Partido Comunista Português
Edite Estrela - Partido Socialista
Duarte Lima - Partido Social Democrata
Victor Crespo - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1994

Diário da Assembleia da República
I Série VI Legislatura 3ª Sessão Legislativa n.º 63 de 26.04.1994

Oradores

Manuel Sérgio - Partido da Solidariedade Nacional
Isabel Castro - Partido Ecologista Os Verdes
António Lobo Xavier - Centro Democrático Social – Partido Popular
Carlos Carvalhas - Partido Comunista Português
António Guterres - Partido Socialista
Pedro Passos Coelho - Partido Social Democrata
Barbosa de Melo - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1995

Diário da Assembleia da República
I Série VI Legislatura 4ª Sessão Legislativa n.º 67 de 26.04.1995

Oradores

André Martins - Partido Ecologista Os Verdes
Narana Coissoró - Centro Democrático Social – Partido Popular
Carlos Carvalhas - Partido Comunista Português
António Guterres - Partido Socialista
Fernando Nogueira - Partido Social Democrata
Barbosa de Melo - Presidente da Assembleia da República
Mário Soares - Presidente da República

1996

Diário da Assembleia da República
I Série VII Legislatura 1ª Sessão Legislativa n.º 62 de 26.04.1996

Oradores

Heloísa Apolónia - Partido Ecologista Os Verdes
Luísa Mesquita - Partido Comunista Português
Gonçalo Ribeiro da Costa - Centro Democrático Social – Partido Popular
Pacheco Pereira - Partido Social Democrata
Manuel Alegre - Partido Socialista
Almeida Santos - Presidente da Assembleia da República
Jorge Sampaio - Presidente da República

1997

Diário da Assembleia da República
I Série VII Legislatura 2ª Sessão Legislativa n.º 66 de 26.04.1997

Oradores

Isabel Castro - Partido Ecologista Os Verdes

João Amaral - Partido Comunista Português
Maria José Nogueira Pinto - Centro Democrático Social – Partido Popular
Pacheco Pereira - Partido Social Democrata
Medeiros Ferreira - Partido Socialista
Almeida Santos - Presidente da Assembleia da República
Jorge Sampaio - Presidente da República

1998

Diário da Assembleia da República
I Série VII Legislatura 3ª Sessão Legislativa n.º 63 de 26.04.1998

Oradores

Heloísa Apolónia - Partido Ecologista Os Verdes
Odete Santos - Partido Comunista Português
Luís Queiró - Centro Democrático Social – Partido Popular
Mota Amaral - Partido Social Democrata
Alberto Costa - Partido Socialista
Almeida Santos - Presidente da Assembleia da República
Jorge Sampaio - Presidente da República

Cartazes

Ano	Autor	Arquivo	Data
1977	Sebastião Rodrigues	Comissão Nacional de Eleições	1977
1978	–	Comissão Nacional de Eleições	1978
1979	Dionísio	Comissão Nacional de Eleições	1979
1980	–	Comissão Nacional de Eleições	s/ data
1981	–	Comissão Nacional de Eleições	s/ data
1982	João Luís	Associação 25 de Abril	1982
1984	Relógio	Comissão Nacional de Eleições	s/ data
1985	–	Comissão Nacional de Eleições	s/ data
1986	Alexandre Batista	Associação 25 de Abril	1986
1987	–	Associação 25 de Abril	1987
1988	João Luís	Associação 25 de Abril	1988
1989	Carlos Rafael	Associação 25 de Abril	1989
1990	Carlos Rafael	Associação 25 de Abril	1990
1991	Carlos Rafael	Associação 25 de Abril	1991
1994	Júlio Pomar	Associação 25 de Abril	1994
1995	–	Comissão Nacional de Eleições	s/ data
1996	Gioconda	Associação 25 de Abril	1996
1997	José Rodrigues	Associação 25 de Abril	1997
1998	Banazol	Associação 25 de Abril	1998

Fotografias

As fotografias dos oradores das páginas 47, 57, 61, 65, 93, 95, 103, 105, 107, 111, 113, 117, 119, 123, 127, 131, 141, 145, 147, 151, 153, 155, 159, 163, 167, 171, 233, 241, 411, 427, 429, 467, 485, 489, 493 são provenientes da *Agência Lusa*.

As dos oradores das páginas 11, 15, 19, 23, 27, 31, 33, 37, 43, 51, 53, 73, 81, 85, 89, 149, 199, 281, 301, 307, 395, 397, 401, 403, 407, 409, 419, 459 são provenientes do *Diário de Notícias*.

As restantes fotografias pertencem ao Arquivo Histórico-Parlamentar da Assembleia da República.

Índice

12	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1977
40	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1978
70	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1979
100	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1980
138	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1981
174	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1982
218	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1984
248	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1985
276	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1986
296	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1987
318	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1988
344	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1989
354	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1990
374	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1991
392	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1994
414	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1995
432	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1996
456	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1997
480	Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril – 1998
505	Lista das Sessões Solenes Comemorativas do 25 de Abril
509	Iconografia da publicação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA